COOPERAÇÃO PARA HABITAÇÃO POPULAR:
PRÁTICAS CONSTRUÍDAS PELA PREFEITURA DE DIADEMA (1983-1996)

FABRICIA ZULIN

FAUUSP

DOUTORADO | ARQUITETURA E URBANISMO
ORIENTADOR: **RAFAEL ANTONIO CUNHA PERRONE**
SÃO PAULO, 2022

COOPERAÇÃO PARA HABITAÇÃO POPULAR:
PRÁTICAS CONSTRUÍDAS PELA PREFEITURA DE DIADEMA (1983-1996)

FABRICIA ZULIN

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.
São Paulo, 20 de junho de 2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: fabricia.zulin@comvivaarquitetura.com.br

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Zulin, Fabricia
Cooperação para habitação popular: práticas construídas pela Prefeitura de Diadema (1983-1996) / Fabricia Zulin; orientador Rafael Perrone. - São Paulo, 2022
511 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de Concentração: Projeto de Arquitetura.
Orientador: Rafael Antonio Cunha Perrone

1. Habitação Popular 2. Urbanização de Favelas 3. Assistência Técnica Habitacional 4. Habitação de Interesse Social I. Perrone, Rafael, orient. II. Título.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

COOPERAÇÃO PARA HABITAÇÃO POPULAR:
PRÁTICAS CONSTRUÍDAS PELA PREFEITURA DE DIADEMA (1983-1996)

FABRICIA ZULIN

Tese apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidadede São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Projeto de Arquitetura

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone

São Paulo
2022

COOPERAÇÃO PARA HABITAÇÃO POPULAR:
PRÁTICAS CONSTRUÍDAS PELA PREFEITURA DE DIADEMA (1983-1996)

FABRICIA ZULIN

Tese apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidadede São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 20/05/2022

Banca examinadora

Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone
Instituição FAU-USP
Assinatura:

Profa. Dra. Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim
Instituição UPM - Externo
Assinatura:

Profa. Dra. Nadia Somekh
Instituição UPM - Externo
Assinatura:

Profa. Dra. Vera Santana Luz
Instituição PUCC - Externo
Assinatura:

Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira
Instituição FAU-USP
Assinatura:

Para todos que se dedicam em prol da moradia digna e
pelo direito à cidade, para todos os cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Rafael Perrone, pelas valiosas orientações.
Nadia Somekh e Paula Santoro, pelas contribuições na banca de qualificação.
Professores das disciplinas cursadas - Ermínia Maricato, Caio Santo Amore, Helena Ayoub e Norberto C. da Silva Moura.

Aqueles que colaboraram com o resgate das práticas construídas pela PMD: Cláudia Coelho, Felipe Garcia, Francisco Vicente Filho, Marta Cirera, Berthelina A. Costa, Luis Fingermann, Maria Luisa Zaragoza, Wagner Germano, Wagner Lamonica, Rubens Liberatti, Vera Lúcia Lima, Licio Lobo, Laila N. Mourad, Milton Nakamura, Valter do Nascimento, Roberto Nery, Klébio de Oliveira, Luiz Hermínio P. de Oliveira, Shedd Pegáz, Antonio Pereira Neto, João Salustiano, Celso Sampaio, Maria Idalina, Cláudio Scalli, Selma Scarambone, Liliana Fernandes da Silva, Nailson Elias, Sérgio Luiz de F. Santos, Elza L. de Souza, Zilda G. de Souza, Maria Aparecida Tijiwa, Dânia Brajato, Gilson Tugina, Alexander Yamaguti, Angelo Filardo, José Armando Loures Vieira, Jeferson Leite, Clecia, casal Rose e Toninho e moradores que se dedicaram a contar suas histórias. Moradores do Canhema II, em especial Raquel e Edilson.

Prefeitura de Diadema,
em especial a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.
Arquivo geral da Prefeitura, em especial ao Anisio Ranieri de Carvalho.
Centro de Mermória da Prefeitura de Diadema.

Colaboradores do curso “Estratégias e Assistência Técnica para HIS” - Rosane Tierno, Rodrigo Carvalho, Viviane Rubio, Celso Sampaio, Edna Cunha, Cláudia Coelho, Milton Nakamura e alunos participantes.

Colegas da FIAMFAAM - Peter Ribon, Aline Ribeiro, Andressa Celi, André Ventura entre outros, pelo apoio.

Prof. Antonio Carlos Sant’Anna Jr., orientador da graduação pela Universidade Mackenzie, sempre no apoio e na torcida.

Professores da disciplina da FAUUSP AUP 608 (Fundamentos em Arquitetura e Urbanismo), que conheci durante a monitoria, entre eles - Rodrigo Queiróz, Tatiana Sakurai, Rosana Miranda, Feres Lourenço e Oreste Bortolli pela experiência e conhecimentos adquiridos.

Colegas que conheci nas disciplinas e monitora, especialmente Erick Vicente e Lucia Kurimoto.

Equipe COMVIVA, em especial Carol e Letícia, que contribuíram com a montagem e desenhos.

Agradecimento especial, Leo Feltran, pelo apoio incondicional.
Anita Feltran, pelo carinho e torcida.
Meus pais - Maria Luiza e Demerval.
Minhas irmãs - Flavia e Fernanda, e o irmão Rafael.
Amigos mais próximos, especialmente Amanda, pelo interesse no tema.

Todos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

“A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo.”

MILTON SANTOS

RESUMO

COOPERAÇÃO PARA HABITAÇÃO POPULAR:
PRÁTICAS CONSTRUÍDAS PELA PREFEITURA DE DIADEMA (1983-1996)

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com conteúdo direcionado à atuação na cidade real, que desde sempre se constituiu com pouca colaboração profissional. A pesquisa parte da hipótese de que existe um conjunto de práticas na área habitacional e de urbanização de favelas, realizado pela Prefeitura de Diadema, no ABC paulista, que foi construído, em sua essência, ao longo das três primeiras gestões petistas (1983–1996). Esse trabalho foi desenvolvido por diferentes agentes, incluindo os vários setores e profissionais da Prefeitura, junto aos movimentos sociais, com lideranças que se mantêm presentes e atuantes ao longo de algumas décadas, colaborando com o engajamento da população com as políticas habitacionais. Essa Assessoria Técnica construída pelo poder público municipal em diferentes oportunidades contou com a colaboração de agentes externos; equipes multidisciplinares contratadas, o movimento de moradia em âmbito nacional e outras esferas do governo. É possível reconhecer ao longo do período estudado um mesmo fio condutor: a busca pela mudança do cenário de desigualdade por meio da cooperação. Ao final, será interessante compreender como esta Prefeitura conseguiu consolidar suas ações, dentro de uma lógica de valorização do poder local, do contexto das necessidades que emergiram na cidade, e teve capacidade para administrar parcerias dentro de uma perspectiva descentralizada e que visa à democratização.

Assim, é possível reconhecer uma trajetória que nos dá lições práticas sobre como atuar dentro do universo ainda frágil da Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). Existe um know-how nessa Prefeitura que reforça o sentido social de diferentes profissões e contribui com conhecimentos que podem ser aplicados em áreas vulneráveis do território nacional que carecem de maior contribuição profissional e visão de parceria com a população.

Palavras-chave: Habitação Popular. Urbanização de Favelas. Assistência Técnica Habitacional. Mutirão Habitacional. Autogestão Habitacional. Autoconstrução. Habitação de Interesse Social. Poder Local.

ABSTRACT

COOPERATION FOR POPULAR HOUSING:
PRACTICES MADE BY THE DIADEMA CITY HALL (1983-1996)

The present work aims to contribute with content aimed at acting in the real city, which has always been constituted with little professional collaboration. The research starts from the hypothesis that there is a set of practices in the housing policy and urbanization of favelas, carried out by the Diadema City Hall, in the ABC region of São Paulo, which was built, in essence, during the first three Workers Party (PT) administrations (1983–1996). That work was developed by different agents, including the various sectors and professionals of the City Hall, together with social movements, with leaders who remain present and active over a few decades, collaborating with the population's engagement with housing policies. That technical assistance built by the municipal government, on different occasions, had the collaboration of external agents; multidisciplinary teams hired, the national housing movement and other spheres of government. It is possible to recognize the same common thread over the period studied: the search for changing the scenario of disparity through cooperation. In the end, it will be interesting to understand how this City Hall managed to consolidate its actions, within a logic of valuing local power, in the context of the needs that emerged in the city, and was able to manage partnerships within a decentralized perspective that aims at democratization.

Thus, it is possible to recognize a trajectory that gives us practical lessons on how to act within the still fragile universe of the Technical Assistance in Social Housing (ATHIS, in Portuguese abbreviation). There is a know-how in this City Hall which reinforces the social meaning of different professions and contributes with knowledge that can be applied in vulnerable areas of the national territory that lack greater professional contribution and vision of partnership with the population.

Keywords: Popular Housing. Urbanization of Favelas. Housing Technical Assistance. Collective effort for housing. Housing self-management. Self-construction. Social Housing. Local Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 22

1 36

UM PARALELO SOBRE A ORIGEM DO ARQUITETO E A ARQUITETURA POPULAR: DA PRÉ-HISTÓRIA AO MODERNO

1.1. A VIAGEM: O SURGIMENTO DA ARQUITETURA NA PRÉ-HISTÓRIA 38
1.2. TRANSFORMAÇÕES DAS OCUPAÇÕES DO ARQUITETO DESDE AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE ATÉ O RENASCIMENTO 44
1.3. O CONSERVADORISMO CLÁSSICO: ESTILIZAÇÃO DE GRANDES MONUMENTOS 56
1.4. ERA INDUSTRIAL: OS PROBLEMAS URBANOS E OS PRIMEIROS CONCEITOS MODERNOS DA VIDA COLETIVA 58
1.5. O INÍCIO DO MOVIMENTO MODERNO: CONSIDERAÇÕES DA MASSA POPULAR NAS PROPOSTAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS 66
1.5.1. REVOLUÇÃO RUSSA: ARQUITETURA MODERNA NO ATENDIMENTO DA COLETIVIDADE 68
1.5.2. REPÚBLICA DE WEIMAR: ARQUITETURA PARA A MASSA POPULAR 73

2 78

O TRIPÉ MANCO: ESTADO, POPULAÇÃO E PROFISSIONAIS NA HISTÓRIA DAS AÇÕES HABITACIONAIS NO BRASIL (1880-1988)

2.1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AUTOEMPREENDIMENTO PERIFÉRICO EM SÃO PAULO SEM AUXÍLIO PROFISSIONAL (1880-1964) 82

2.1.1. SÃO PAULO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: CORTIÇOS, LEIS SANITÁRIAS E VILAS SALUBRES 84
2.1.2. CASOS ISOLADOS DE INICIATIVAS PÚBLICAS PIONEIRAS DE HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: INÍCIO DO SÉCULO XX 92
2.1.3. DEBATES NO INÍCIO DO SÉCULO XX SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SÃO PAULO: CONSTRUTORES, ENGENHEIROS E ARQUITETOS 96

2.1.4. O INÍCIO DA VISÃO MODERNA NO BRASIL NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR: I CONGRESSO DE HABITAÇÃO (1931) E PRIMEIROS PROJETOS MODERNOS POPULARES PELA INICIATIVA PRIVADA 102
2.1.5. PROMOÇÃO PÚBLICA HABITACIONAL (1930-1964): IAPs, FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR E OUTROS AGENTES PROMOTORES 108
2.1.6. AUSÊNCIA DO ESTADO: AUTOEMPREENDIMENTO PERIFÉRICO E AS FAVELAS EM SÃO PAULO 113

2.2. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO (1880-1964) 116

2.2.1. DEBATES SOBRE AS PRIMEIRAS FAVELAS DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉC. XX 118
2.2.2. INÍCIO DO RECONHECIMENTO OFICIAL DAS FAVELAS: PARQUES PROLETÁRIOS (ANOS 1940) 122
2.2.3. PRIMEIROS CENSOS INCLUINDO FAVELAS DO RIO DE JANEIRO (1950) 127
2.2.4. A PRESENÇA DE AGENTES EXTERNOS NAS FAVELAS: IGREJA CATÓLICA E EXPERTS INTERNACIONAIS 129

2.3. SAGMACS: INSERÇÃO INÉDITA DOS ARQUITETOS URBANISTAS EM TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA VOLTADOS AO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANOS 1940 A 1960) 134

2.3.1. INÍCIO DOS TRABALHOS DE LOUIS-JOSEPH LEBRET NO BRASIL E O SIGNIFICADO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA 136
2.3.2. SAGMACS EM SÃO PAULO 141
2.3.3. SAGMACS NO RIO DE JANEIRO 149

3

ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL EM LOTEAMENTOS POPULARES E PROJETOS PIONEIROS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: PRIMEIRA GESTÃO PETISTA (1983-1988) E ALGUMAS AÇÕES ANTECESSORAS 158

3.1. DIADEMA: DA ALDEIA BUCÓLICA À CIDADE DENSA E PIONEIRA EM ATUAÇÕES SOCIAIS 160
3.2. PRÁTICA DE FORNECIMENTO DE PLANA POPULAR 168

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 177

3.3. PROCAP: PROGRAMA DE CASAS POPULARES (1973–1974) (p. 174) 178
3.4. ATHIS EM ÂMBITO NACIONAL (p. 199) 203

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 205

3.5. ANO DE 1983: RETORNO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL E PROJETOS PIONEIROS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS 206

3.5.1. RETORNO DOS IDEAIS SOCIAIS: PRIMEIRA GESTÃO DO PT NO BRASIL (1983) E AS PRIMEIRAS URBANIZAÇÕES DE FAVELAS 208

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 236

3.5.2. CDRU – CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO: DIREITO À TERRA PARA OS FAVELADOS 237
3.5.3. PROHAB AUTOCONSTRUÇÃO 242

3.6. UM PARÊNTESE SOBRE A POSSÍVEL ORIGEM DAS PRIMEIRAS FAVELAS EM DIADEMA 255

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 258

4

INTENSIDADE NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E O SURGIMENTO DE NOVAS VERTENTES NA POLÍTICA HABITACIONAL (1989-1992): O VELHO E O NOVO MODELO DE PROJETO EM ÁREAS LIVRES 264

4.1. PANORAMA GERAL DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA GESTÃO GILSON MENEZES (1983–1988) PARA A GESTÃO JOSÉ AUGUSTO (1989–1992) 266
4.2. VISÃO GERAL DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO PERÍODO 269
4.3. ESTUDO DE CASO CELITE, UMA JUNÇÃO DE TRÊS HISTÓRIAS: PAINEIRINHAS, 18 DE AGOSTO E SANTA LUZIA 273

4.3.1. ANTECEDENTES: FAVELA PAINEIRINHAS 273

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 278

4.3.2. NÚCLEO HABITACIONAL 18 DE AGOSTO: ÁREA DO PROJETO 279

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 286

4.3.3. NÚCLEO HABITACIONAL SANTA LUZIA: ÁREA DA OCUPAÇÃO 288

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 306

4.3.4. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 308
4.3.5. ATUALIDADES 311

4.4. ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL POR MUTIRÃO CAZUZA: A AUTOGESTÃO EM DIADEMA 314

4.4.1. A LUTA DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM) PELA AUTOGESTÃO 315
4.4.2. A DISPUTA PELA TERRA "BURACO DO GAZUZA" 318
4.4.3. A NOVIDADE DO TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA 322

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 324

4.4.4. PROCESSO DA USINA CTAH NO PROJETO DO CAZUZA 325

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 340

4.4.5. A ORGANIZAÇÃO DO MUTIRÃO 342
4.4.6. O FINAL DA HISTÓRIA 345

4.5. AUTOCONSTRUÇÃO 348

4.5.1. SERVIÇO DE APOIO À AUTOCONSTRUÇÃO (SAAC) 349
4.5.2. ASSOCIAÇÃO DE COMPRAS COMUNITÁRIAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE DIADEMA (ACCMCD) 352

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 362

5 FECHAMENTO DE UM CICLO DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL PELO PODER PÚBLICO E MOVIMENTO DE MORADIA (1993-1996) 366

5.1. PANORAMA GERAL DO PERÍODO DA GESTÃO DE JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR (1993–1996) (P.364) 368
5.2. O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO TRABALHO REALIZADO 369
5.3. PANORAMA DAS AÇÕES DA GESTÃO DO PREFEITO FILIPPI (1993–1996) 371
5.4. UMA NOVA VISÃO DE EQUIPE 387
5.5. ESTUDO DE CASO VILA OLINDA: ASSESSORIA À AUTOCONSTRUÇÃO E À URBANIZAÇÃO COMUNITÁRIA 392

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 408

5.6. ESTUDO DE CASO VILA POPULAR: NOVA VISÃO SOBRE URBANIZAÇÃO (P. 407) 411

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 424

5.7. ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL SANKO: A UNIÃO DE MOVIMENTOS A FAVOR DE UMA PROPOSTA COM QUALIDADE 425

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA 445

CONSIDERAÇÕES FINAIS 448

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 470

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS 486

SIGLAS 506

INTRODUÇÃO

Autoconstrução no Loteamento de Interesse Social Canhema II, Diadema, SP, 2016.

COOPERAÇÃO PARA HABITAÇÃO POPULAR:
PRÁTICAS CONSTRUÍDAS PELA PREFEITURA DE DIADEMA (1983-1996)

O presente trabalho tem como objetivo contribuir com conteúdo direcionado à atuação na cidade real, que desde sempre se constituiu com pouca colaboração profissional no planejamento urbano e nas propostas habitacionais, principalmente em países menos desenvolvidos. A estratégia foi se debruçar sobre um caso bastante paradigmático: o conjunto de ações da Prefeitura de Diadema, no ABC paulista, ao longo de três gestões petistas (1983–1996), com destaque para as experiências de urbanização de favelas e propostas habitacionais. Em pleno período de redemocratização do país e de escassos recursos, é possível reconhecer nessas experiências alternativas viáveis para o enfrentamento dos graves problemas da cidade real, muito carente de suporte profissional dos arquitetos e de outros profissionais. A escolha por esta cidade foi incentivada por momentos em minha trajetória profissional, na qual tive a oportunidade de atuar neste município, seja como funcionária pública ou como profissional autônoma. Por meio dessas experiências, pude me deparar com questões envolvendo três agentes na política habitacional e perceber e relatar momentos de tensão e harmonia entre eles: o profissional, a população e o poder público.

Sem entrar em detalhes, no ano de 2015 eu estava realizando um projeto para um grupo de moradores de baixa renda organizados por meio de uma associação deste município. O escopo do trabalho previa a elaboração dos projetos das habitações para aproximadamente cem associados. Foi uma atividade pouco convencional para o nosso escritório de arquitetura na época; afinal, cada família tinha um lote, e, assim, o aspecto individual prevalecia na etapa habitacional, pois cada um tinha em mente um desejo especial para sua moradia. Por um lado, foi um trabalho interessante, pois possibilitou uma grande aproximação com as famílias nos momentos de discussão sobre o projeto, como também no acompanhamento de suas obras, ou seja, a partir dessa experiência foi possível compreender o cotidiano das pessoas e suas reais necessidades. Por outro lado, despertou questões sobre as dificuldades de inserção do trabalho profissional no universo da moradia autoconstruída. Uma primeira questão foi a grande quantidade de tarefas, de elaboração de projetos e atendimentos, um processo bastante exaustivo, visto que as soluções individuais das propostas habitacionais não possibilitavam a racionalização do processo como desejávamos. Várias outras questões foram despertadas a partir desse processo: o aspecto construtivo que não permitia grandes inovações, a construção pouco econômica, pois o formato individual não possibilitava melhores negociações, a dificuldade em obter um resultado plástico interessante e, por fim, a pouca contribuição com a qualidade dos espaços públicos, já que era um trabalho muito focado no lote individual, em que a definição do loteamento já havia sido previamente realizada por outra equipe. De todo modo, essa experiência foi um momento de "virada da chave", de perceber que a autoconstrução faz parte da vida da maioria das pessoas e que a participação profissional nesse processo representa uma exceção. Era muito nítido quanto exprimia uma novidade a presença de uma equipe de arquitetos e engenheiros realizando os projetos para as famílias.

Nessa mesma época o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR) contratou uma pesquisa[1] que revelou que, da parcela da população brasileira que já construiu ou fez reformas, menos de 15% utilizaram serviços de arquitetura ou engenharia.

[1] Pesquisa CAU/BR DATAFOLHA (2015): O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. "Qual a imagem dos arquitetos e urbanistas junto à sociedade brasileira?" Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Esse dado foi amplamente divulgado e deixou evidente que as construções das cidades brasileiras são, em sua maioria, realizadas por não profissionais e sem atendimento às regras de uso e ocupação do solo urbano, normas de segurança, questões voltadas à proteção ambiental e ao próprio respeito mútuo entre cidadãos.

Assim, o fato de estar realizando um projeto naquele período, justamente para um perfil da população que normalmente autoconstrói suas moradias sem auxílio profissional, me fez acreditar que no longo prazo seria possível ter uma maior participação dos profissionais nessa realidade. Porém, seria importante melhorar essa relação de modo a se tornar interessante para ambas as partes – população e profissional, e, assim, a exceção poderia passar a ser regra.

No mesmo ano, o CAU-BR promoveu o primeiro edital para seleção de projetos na modalidade de "Apoio à Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS)". O projeto que eu estava realizando em Diadema, CANHEMA II, foi selecionado, e a partir desse momento a sigla ATHIS passou a fazer parte do meu vocabulário, como também passei a fazer parte das discussões dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos estados acerca do tema, mostrando as dificuldades como também as ações que estavam dando certo no projeto apoiado.

De todo modo, por mais que a pesquisa do CAU-BR tenha sido importante, não revelou uma novidade. Por exemplo, em MAGALHÃES (2009) já existia o dado de que, se somarmos toda a produção habitacional, considerando todas as faixas de renda, entre 1940 e 2000 (período de acentuado crescimento dos domicílios urbanos), somente em torno de 20% havia sido realizada pelo poder público ou pelo mercado formal. Isso significa que as moradias autoconstruídas alcançavam 4/5 dessa produção, "erguidas contando apenas e exclusivamente com os recursos próprios das famílias" (MAGALHÃES, 2009).

Outros dados também revelam que esse acontecimento não é recente e não é exclusivo do Brasil. Por exemplo, com base em dados levantados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2004, quatro de cada cinco construções realizadas na América Latina não contavam com a participação de nenhum técnico titulado por falta de recursos para pagar por tal serviço (ORTIZ, 2004). Já DOXIADIS (1965) informa no livro Arquitetura em Transição[2] que, naquele momento, as edificações realizadas por arquitetos em todo o mundo eram estimadas em torno de 5%, chegando a 40% em países mais desenvolvidos, como é o caso da Inglaterra.

Ao receber esses dados, podemos imaginar uma série de razões pela reduzida atuação dos arquitetos e de outros profissionais no território construído. Seria devido à falta de recursos para remunerar tais serviços? Ou pela falta de compreensão da sociedade sobre os benefícios dos serviços profissionais?

DOXIADIS (1965) usa a expressão "fracasso do arquiteto", entendendo sua pouca influência sobre a população e contribuição com a sociedade, apontando a dificuldade de se firmar um reconhecimento popular da profissão, trazendo à tona a urgência da maior participação dos arquitetos no território construído:

[2] O livro *Arquitectura em Transição* é uma tradução portuguesa de 1965 para Portugal e Brasil. Título original: *Architecture in Transition*, 1963. Optou-se por traduzir para o "português do Brasil" para assim ficar mais adequado aos termos e à gramática atuais.

> Como poderemos justificar a nossa existência perante a maioria da população, se ela souber que não a servimos diretamente, visto que suas casas não foram construídas por um arquiteto, ou mesmo indiretamente, visto que não contribuímos para a criação de um habitat melhor? Esses fatos são evidentes e não podemos continuar a enterrar as nossas cabeças na areia. (DOXIADIS, 1965, p. 78, tradução nossa)

Passaram-se mais de 50 anos do questionamento de DOXIADIS (1965), mas o debate ainda é presente em torno deste assunto. Apenas como amostra das inúmeras chamadas, artigos e publicações recentes dos Conselhos Estaduais de Arquitetura e Urbanismo, no artigo “A lei da assistência técnica e a importância social da arquitetura”, divulgado recentemente no Archdaily (GHISLENI, 2017) e na página do CAU de Santa Catarina, é enfatizada a precariedade resultante dessa falta de atuação e a afirmação do velho problema que persiste nas cidades, da pouca colaboração dos arquitetos e outros profissionais no ambiente construído:

> Tais desafios causados pela precariedade da autoconstrução demonstram um antigo problema, a falta de auxílio técnico profissional no momento do projeto e da execução da obra. Infelizmente, hoje em dia, apenas uma pequena porção dos cidadãos consegue usufruir do trabalho de um profissional de arquitetura e/ou engenharia. Este fato resulta em uma enorme quantidade de habitações precárias – geralmente mais caras do que se tivessem sido construídas com a assistência – repletas de problemas relacionados não só ao conforto térmico, mas também às questões estruturais. (GHISLENI, 2017)

O processo de constante transformação da sociedade e o aumento da população passam a exigir novas formas de atuação, como também uma quantidade maior de profissionais participando das construções das cidades, crescimento que até hoje não superamos. De todo modo, assumir o completo fracasso da profissão seria o mesmo que negar toda a evolução da arquitetura ocorrida até então. Ampliando a questão, temos uma escala quantitativa a atingir. Será que aproximar o profissional ao trabalho de amadores, que são os maiores responsáveis pelo ambiente construído, resultaria em maior equilíbrio e consequentemente em maior presença dos arquitetos na vida das pessoas? Descobrir caminhos para essa mudança (em curso) também representa um dos objetivos desta pesquisa.

O CAU iniciou em 2021 uma nova fase, na qual, pela primeira vez desde sua fundação, o conselho é composto em sua maioria por mulheres. A presidente nacional, Nadia Somekh, junto com as dirigentes estaduais, começou nesse ano uma campanha de articulação para produção de ATHIS em escala massiva, justamente para sensibilizar a população sobre a importância do trabalho do arquiteto urbanista, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Essa necessidade em destaque pelo CAU é uma queixa histórica, como demonstrado em DOXIADIS (1965) e nos outros autores aqui citados.

DOXIADIS (1965) também frisa a pouca qualidade de boa parte da pequena atuação dos arquitetos, “por causa das forças de inércia, como por causa da má interpretação do papel do arquiteto”. DOXIADIS (1965, p. 42) entende que, ao se fazer um grande esforço para atingir um problema quantitativo, a qualidade do trabalho decai devido à falta de preparo para atender à questão em larga escala. Será que falta preparo para atingir a massa? Seja no atendimento como também na divulgação sobre o papel da arquitetura na sociedade?

Essa colocação nos leva a refletir que simplesmente criar um exército de arquitetos do dia para a noite não resolveria o problema; afinal, é preciso pensar sobre o verdadeiro papel da profissão, qualificar os profissionais, para que a atuação dos arquitetos urbanistas faça real diferença no ambiente construído e contribua com a sociedade. Se hoje a atuação desses profissionais se resume a poucos edifícios de boa qualidade ou alguns projetos urbanos que deram certo, e sabemos que estes não são suficientes para formar o espaço público e apresentam pouco potencial para atender à grande maioria da população que demanda nossos serviços, é preciso multiplicar essas experiências, manter o nível de qualidade e revê-las para que sejam úteis à grande maioria da sociedade.

No entanto, estamos em tempos em que, apesar da prática do arquiteto representar ainda uma minoria no território construído, o interesse na atuação e no conhecimento dessa realidade tem ganhado cada vez mais força no debate da arquitetura e do urbanismo. Mas, afinal, como é essa realidade que caminha com liberdade? Como é essa produção anônima e massiva?

O assunto será tratado na presente tese, mostrando, no caso específico da atuação pública, a prática do arquiteto e de outros profissionais mais direcionada à população de baixa renda, não apenas em projetos habitacionais coletivos, como também em programas que beneficiam famílias autônomas, de ATHIS e outras atuações em territórios vulneráveis, que representam um caminho de conciliação entre profissionais e população, ou seja, um modo de entender a busca de outras vertentes que não sejam a “megalomania” sofrida, segundo DOXIADIS (1965), por boa parte dos arquitetos.

> Durante as últimas gerações – e isto é válido também para o nosso tempo – os arquitetos têm vindo em geral sofrer de megalomania. Cada um pensa que o seu trabalho é criar outro Taj Mahal ou outro Partenon, o que é tão errado como inútil. Poderemos imaginar os médicos de clínica-geral apenas a tentarem imitar Pasteur ou Koch? O que deveríamos entender é que a tarefa principal de um arquiteto, como a de um médico, é servir ao seu doente com base nos conhecimentos já adquiridos, e que só a uma minoria cabe investigar e pesquisar para obter o progresso na teoria e no aparelhamento. (DOXIADIS, 1965, p. 36, tradução nossa)

Por mais que sempre existam os edifícios da “tradição do desenho” e os da “tradição popular”, mostraremos aqui o híbrido, ou seja, o cruzamento dessas duas dimensões, pois se acredita na força de ambos, e aqui vale ressaltar que também existem políticas e projetos públicos que atuam na força de ambos.

Para isso, será importante entender esse encontro, ou seja, quando começa a aproximação do popular ao erudito ou, ao contrário, do erudito ao popular. Talvez a inserção profissional do arquiteto na arquitetura popular autoconstruída seja, ainda, pouco consolidada, pois o processo de aproximação ainda está em curso. Mas talvez apenas com essa aproximação, e consideração da realidade, permitirá atingir a meta da arquitetura para a população em massa.

Até aqui, podemos entender que existe um problema – a pouca contribuição dos profissionais na construção das cidades, e a pouca qualidade dos espaços públicos e domésticos, decorrente dessa lacuna.

Também é possível concluir que, se a situação é persistente, não deve existir fórmula mágica para mudar tal cenário no curto prazo. Em outra perspectiva, há muitas experiências de conciliação entre o erudito e popular que podem contribuir com a construção de um conhecimento que colabore com a melhoria da questão. Assim, colocou-se como objetivo resgatar experiências pouco conhecidas, que sejam relevantes na contribuição com o tema. Cheguei à seguinte questão: como posso contribuir? Quais experiências teriam condições de ser resgatadas e documentadas?

Durante quase cinco anos (2010–2014) tive a oportunidade de trabalhar como funcionária pública no Departamento de Planejamento Habitacional (DPH) da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SHDU) da Prefeitura Municipal de Diadema (PMD). Recém-formada, carregava comigo as experiências de ter participado anteriormente de alguns concursos de Habitação de Interesse Social: Prêmio Caixa-IAB 2008/2009, Habitação para Todos – CDHU (2010) e Renova SP (2011), o que demonstrava o interesse no tema. Realizar projetos é uma habilidade que a maioria dos arquitetos consegue obter durante a graduação, mas eu percebia que faltava algo. A experiência profissional no DPH me colocaria junto aos principais interessados: a população de baixa renda. Constantemente usamos o termo "Habitação de Interesse Social", mas construímos os interessados conforme nossa imaginação e realidade, e o que buscava na época era conhecer melhor o perfil da população que demanda nosso trabalho; afinal, não a conhecemos profundamente e ela pouco nos conhece.

Durante o período em que atuei na PMD (2010–2014), pude entender como ocorria o trabalho junto com a população e quanto nossa profissão é importante e valorizada. Por meio dos funcionários que já trabalham há anos com a questão, pude perceber que existia um método, pouco programado, mas que tinha sido construído ao longo de muitos anos a partir do enfrentamento de problemas reais da cidade. Outro aspecto que me chamava a atenção é que não existiam grandes obras em andamento, mas propostas muito focadas na emergência de solução de problemas, com soluções que resultavam numa grande proximidade entre profissionais e população, trabalhando juntos, sem hierarquia, todos focados em uma mesma causa, no direito à cidade e à habitação.

Essa experiência me serviu de base para realizar projetos profissionais posteriores com meu próprio escritório, como o CANHEMA II, que foi citado no início, e outras atividades realizadas em outras prefeituras e para outros tipos de clientes. Essa experiência acabou incentivando a escolha do objeto e tema da presente tese.

A pesquisa parte da hipótese de que existe um trabalho na área da habitação popular realizado pelo poder público municipal, aqui entendido como uma Assessoria Técnica Habitacional da Prefeitura de Diadema, que foi construído, em sua essência, principalmente ao longo das três primeiras gestões petistas (1983–1996) por diferentes agentes.

O núcleo dessa Assessoria foi formado por uma equipe multidisciplinar da área da Habitação (atual SHDU), que ao longo dos anos foi se estruturando e se compondo por gestores e técnicos de diferentes especialidades – arquitetos, engenheiros, sociólogos, assistentes sociais, advogados, administradores, entre outras funções. Esse trabalho foi construído de modo integrado a outras áreas da Prefeitura – Obras, Jurídico, Finanças, Transporte, empresa de saneamento básico e de fornecimento de energia. Mas, principalmente, construído junto com os movimentos sociais das diferentes regiões da cidade, com lideranças que se mantêm presentes e atuantes com o poder público ao longo de algumas décadas, colaborando com o engajamento político da população e com as políticas habitacionais.

Essa Assessoria Técnica construída no município de Diadema em diferentes oportunidades contou com a colaboração de agentes externos, sejam equipes multidisciplinares contratadas, o Movimento de Moradia em âmbito nacional, agentes do poder estadual e federal, que também contribuíram com essa construção.

Assim, existe uma trajetória, em especial na Prefeitura deste município, que nos dá lições práticas sobre como atuar dentro do universo ainda frágil da Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social e sobre como avançar no campo da resolução do problema da moradia e do direito à cidade para todos. Existe um know-how na Prefeitura de Diadema que reforça o sentido social de diferentes profissões e contribui com conhecimentos que podem ser aplicados em áreas vulneráveis do território nacional que carecem de maior contribuição profissional. Para justificar e comprovar essa hipótese, o trabalho foi dividido em cinco capítulos, conforme será explicado a seguir.

No primeiro capítulo, "Um paralelo sobre a origem do arquiteto e a arquitetura popular: da pré-história ao moderno", foram recapitulados alguns episódios históricos, tanto do surgimento e formação do profissional como da própria origem da arquitetura e urbanismo, nos quais podemos verificar que, antes do surgimento da profissão, de lenta transformação e evolução, as pessoas desde sempre estiveram habituadas a construir sua própria moradia, ou contar com um construtor, pedreiro ou artesão da época para assumir tal função. E, mesmo com indícios dos primeiros arquitetos ainda na Antiguidade, a atuação estava muito atrelada às obras grandiosas, distante da vida corriqueira. É possível verificar um longo caminho de consolidação e institucionalização da profissão, ocorrendo mudanças das ações da categoria, momentos de maior e de menor aproximação do canteiro de obras, e momentos de maior ou de menor hierarquia entre os agentes envolvidos nas construções.

Também foram resgatadas propostas pioneiras alternativas dos socialistas utópicos que desejavam mudar a realidade do cenário de desigualdade implantado com a Revolução Industrial, com consequências desastrosas principalmente para as classes menos favorecidas. Ao final do capítulo é enfatizado o surgimento do movimento moderno, como resposta às necessidades básicas do povo, da grande massa de trabalhadores, uma sociedade que passava por profundas transformações, seja por causa da Revolução Industrial como também pelo cenário do pós-guerra. Os arquitetos daquele período colocaram seus conhecimentos a serviço do povo, pois acreditavam que esse era o verdadeiro sentido da história e a verdadeira causa de sua profissão.

O segundo capítulo, "O tripé manco: Estado, população e profissionais na história das ações habitacionais no Brasil (1880–1988)", resgata alguns momentos históricos julgados importantes principalmente em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, para demonstrar o início do trabalho profissional nos temas que envolvem o direito à cidade, o direito à moradia e o papel do Estado, assim como sua ausência ou insuficiência no apoio à população em massa. Para isso, parte-se da seguinte questão: como começou a formação profissional do arquiteto no Brasil? E, depois: como o profissional de arquitetura se aproximou das causas sociais e dos direitos dos menos favorecidos? Por que até hoje a massa da população não entende com clareza o papel profissional nas questões relacionadas à moradia? Ou, ainda, por que o trabalho do arquiteto encontra dificuldade de imersão nas necessidades populares e corriqueiras? Assim, por meio de estudo bibliográfico, buscou-se relacionar os problemas que afetam a população de baixa renda paralelamente ao processo de consolidação profissional do arquiteto.

A história demonstra que alguns grupos sociais ficaram à margem do processo de socialização e qualidade de vida, sem acesso aos direitos básicos, inclusive à moradia adequada. Esse capítulo traz uma junção de fatos que justificam por que é importante a atuação profissional a favor da população marginalizada e como o profissional foi se inserindo nessas questões.

Ao longo do resgate histórico da primeira parte do capítulo, “O processo de formação do autoempreendimento periférico em São Paulo sem auxílio profissional (1880–1964)”, será possível notar, de um lado, o início das discussões e proposta para habitação social, pelos profissionais e pelo Estado, e, por outro lado, o início do processo de expansão das periferias sem controle e a ausência do Estado, sendo possível perceber que todo o discurso de modernidade estava muito descolado da realidade da massa popular, assim como continua sendo.

Na segunda parte do capítulo, “O processo de consolidação das favelas no Rio de Janeiro (1880–1964)”, julgou-se importante abranger mais especificamente a capital nacional, pois no início do século XX já se iniciavam as primeiras discussões e modos de atuações relacionadas às favelas, que apenas serão numericamente relevantes em São Paulo nos anos 1970.

Na terceira e última parte do capítulo, enquanto busca da origem de uma atuação mais próxima da realidade da população que desbravava a periferia, foram recapitulados o surgimento e as atuações da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), liderada pelo padre Antonio Lebret, que também marca o interesse de experts estrangeiros no entendimento do fenômeno da favela brasileira, mas, no caso específico da SAGMACS, uma forma de demonstrar a origem de um urbanismo mais humano e democrático, que pode ser uma das bases de apoio para o movimento maior que surgirá anos depois, de maior proximidade com os movimentos e causas populares.

Para demonstrar o período da ditadura e o posterior a ela, a sequência histórica se dará dentro do contexto existente no próprio objeto de estudo direto, ou seja, nas ações relacionadas ao direito à moradia, no município de Diadema. Veremos como as questões gerais da habitação popular serão rebatidas nas experiências locais deste município.

Na segunda parte da tese, que compreende os capítulos 3, 4 e 5, focaremos nas atuações relacionadas à urbanização de favelas e habitação popular realizadas pela Prefeitura de Diadema, que transformaram a cidade que, nos anos 1980, era bastante caótica e precária, dada a carência de urbanização e acesso aos serviços públicos. Tal mudança se deve ao governo progressista que colocou como prioridade a população de baixa renda e sua inclusão social, implantou programas de ATHIS, mas, principalmente, criou processos pioneiros de urbanização de favelas. Ou seja, um trabalho de Assessoria Técnica construído pelo poder público, essencialmente ao longo das três primeiras gestões consecutivas do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 1983 e 1996.

O terceiro capítulo, “Assistência Técnica Habitacional em Loteamentos Populares e projetos pioneiros de Urbanização de Favelas: primeira gestão petista (1983–1988) e algumas ações antecessoras”, mostra como a cena rural de Diadema foi transformada em uma das cidades mais densas do Brasil e com grande parte da população morando em favelas, nos anos 1980. O capítulo irá apresentar como essa situação foi enfrentada e transformada por meio do apoio do poder público nas questões relacionadas à moradia e ao desenvolvimento urbano, com a peculiaridade de formação de uma estreita relação entre população e profissionais, principalmente a partir da primeira gestão petista da Prefeitura, iniciada em 1983. de um método de urbanização de favelas até então inexistente no município.

Alguns projetos serão expostos e contribuirão com o entendimento desse processo, como, por exemplo, os Núcleos Habitacionais Dom João VI, Santa Maria I, Vera Lúcia, entre outros casos, que irão permitir o entendimento da criação de um método de urbanização de favelas até então inexistente no município.

No quarto capítulo, “Intensidade nos processos de urbanização de favelas e o surgimento de novas vertentes na política habitacional (1989–1992): o velho e o novo modelo de projeto em áreas livres”, é possível perceber que os processos de urbanização de favelas foram se transformando ao longo dos anos e foram guiados pela realidade concreta da cidade e seu momento político. A urbanização de favelas foi uma atuação que começou com poucos núcleos, no início dos anos 1980, e foi se ampliando de modo acelerado, envolvendo muitas pessoas, até tomar conta da cidade. Como exemplo, a criação da Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema (ACCMCD) é decorrente dessa necessidade de ampliar o apoio àqueles que autoconstruíam suas moradias, principalmente nos Núcleos Habitacionais em processo de urbanização, conforme será explicado no capítulo.

Para compreender as atuações do período, foram selecionados alguns estudos de caso: a área da Celite, que se refere à junção de três histórias: a favela em risco Paineirinhas, o Núcleo Habitacional 18 de Agosto – primeiro loteamento popular promovido pela Prefeitura em uma área livre – e, por fim, o Núcleo Habitacional Santa Luzia, decorrente de uma ocupação e sua posterior urbanização. A lógica física de parcelamento do espaço criada na gestão anterior continua embasando os processos de urbanização, porém, o início de propostas em áreas livres possibilita algumas variações. Esse seria o “velho modelo” se renovando.

Já o “novo modelo” se refere ao primeiro mutirão autogestionado para construção do Conjunto Habitacional Cazuza, que será também apresentado no capítulo. É possível notar o debate a favor da autogestão, bandeira da União dos Movimentos de Moradia (UMM), muito referenciado nas cooperativas uruguaias, e seu rebatimento em Diadema. Por mais que o mutirão já fosse prática recorrente para a implantação de infraestrutura nos Núcleos Habitacionais, pela primeira vez haveria uma organização de um grupo e a condução de um trabalho dentro de ideais coletivos para a provisão habitacional.

O quinto capítulo, “Fechamento de um ciclo de construção de uma política habitacional pelo poder público e movimento de moradia (1993–1996)”, compreende a terceira gestão petista e a consolidação de instrumentos especiais para Áreas de Interesse Social, a melhor estruturação das equipes e novas formatações de trabalho de apoio às políticas habitacionais, entre outras ações que serão mostradas ao longo do capítulo.

Também foi um período em que os movimentos de luta por moradia passaram a se constituir formalmente em associações. O estudo de caso do Conjunto Habitacional Sanko será fundamental para entender a articulação de diferentes associações e a vontade de atingir melhores resultados de ocupação do solo urbano por meio do apoio da Prefeitura e do financiamento habitacional do governo do estado.

Também serão apresentados dois casos que fizeram parte do Programa de Autogestão – Vila Olinda e Vila Popular, momento em que a Prefeitura passou a contratar Assessorias Técnicas externas para realizar trabalhos em áreas específicas. Na Vila Olinda, a Assessoria Técnica PEABIRU TCA pôde acompanhar o processo de urbanização e a organização comunitária, além de colocar em prática uma proposta de autoconstrução assistida. Já na Vila Olinda foram importantes a realização do projeto de urbanização pela USINA CTAH e a presença de novos debates nos processos de urbanização em áreas com consolidação precária, onde os velhos métodos de urbanização precisaram ser reinventados.

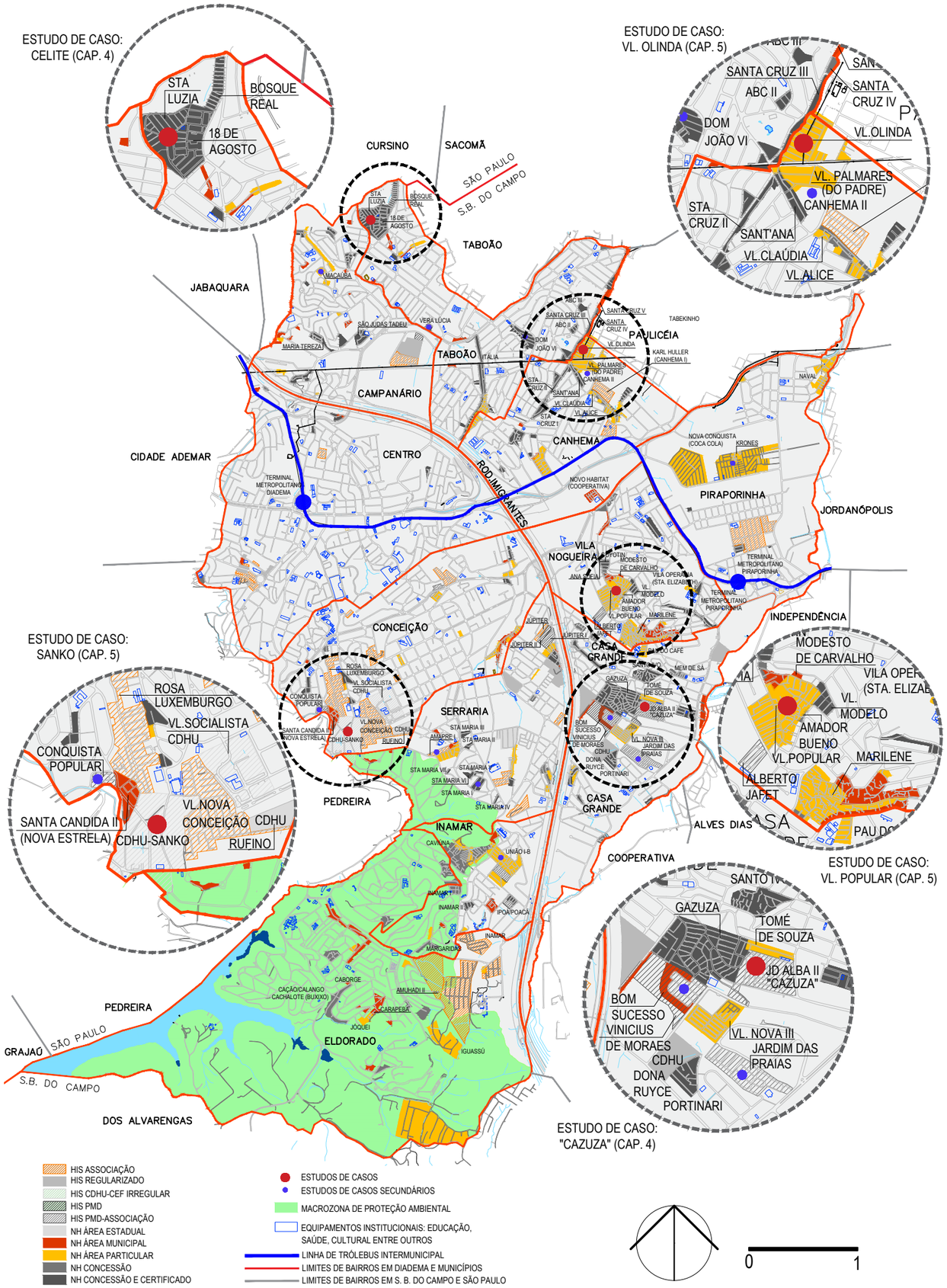


Figura 1: Mapa geral de Diadema (2002) com localização de todas as modalidades de Habitação de Interesse Social no município. Em destaque, localização dos estudos de caso principais.

O fechamento do período de estudo é o ano de 1996, final da terceira gestão consecutiva petista e momento em que a Prefeitura de Diadema teve seu trabalho reconhecido internacionalmente na 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Habitat II, em Istambul.

Resgatar algumas experiências tem o papel fundamental de mostrar caminhos possíveis para atuação no território que predomina e existe sem a participação dos arquitetos urbanistas e de outros profissionais. Existe um conhecimento que precisa ser disseminado, e as experiências esparsas precisam ser entendidas como métodos de trabalho.

A presente pesquisa tem a competência de buscar informações primárias, por meio de conversas com os agentes envolvidos no processo: profissionais da Prefeitura de Diadema e Assessorias Técnicas que atuaram na cidade, gestores, lideranças de movimentos de moradia e moradores dos Núcleos e Empreendimentos Habitacionais. Não foi um processo simples nem muito menos fácil; afinal, foram resgatados acontecimentos que ocorreram há quase 40 anos. Todos os que gentilmente cederam suas memórias fizeram um grande esforço para recapitular os principais episódios que poderiam colaborar com a revelação de um método de trabalho de relevante contribuição à atuação na cidade real. Primeiro foram selecionados alguns agentes-chave, profissionais que atuam ou atuaram durante muitos anos na área habitacional do município, e, a partir desses agentes, outros foram indicados, e assim uma versão da história foi se formando gradativamente. A partir dessas conversas com diferentes agentes foram sendo construídos organogramas das equipes da Prefeitura para cada gestão, identificando ao menos os cargos diretivos, e elencando os profissionais que foram entrevistados e aqueles que foram citados nos depoimentos. Não se trata de uma versão completa, com todos os profissionais da Prefeitura; de todo modo nos permite compreender como era estruturado o núcleo dessa Assessoria Técnica e como essa organização foi se transformando ao longo das três gestões.

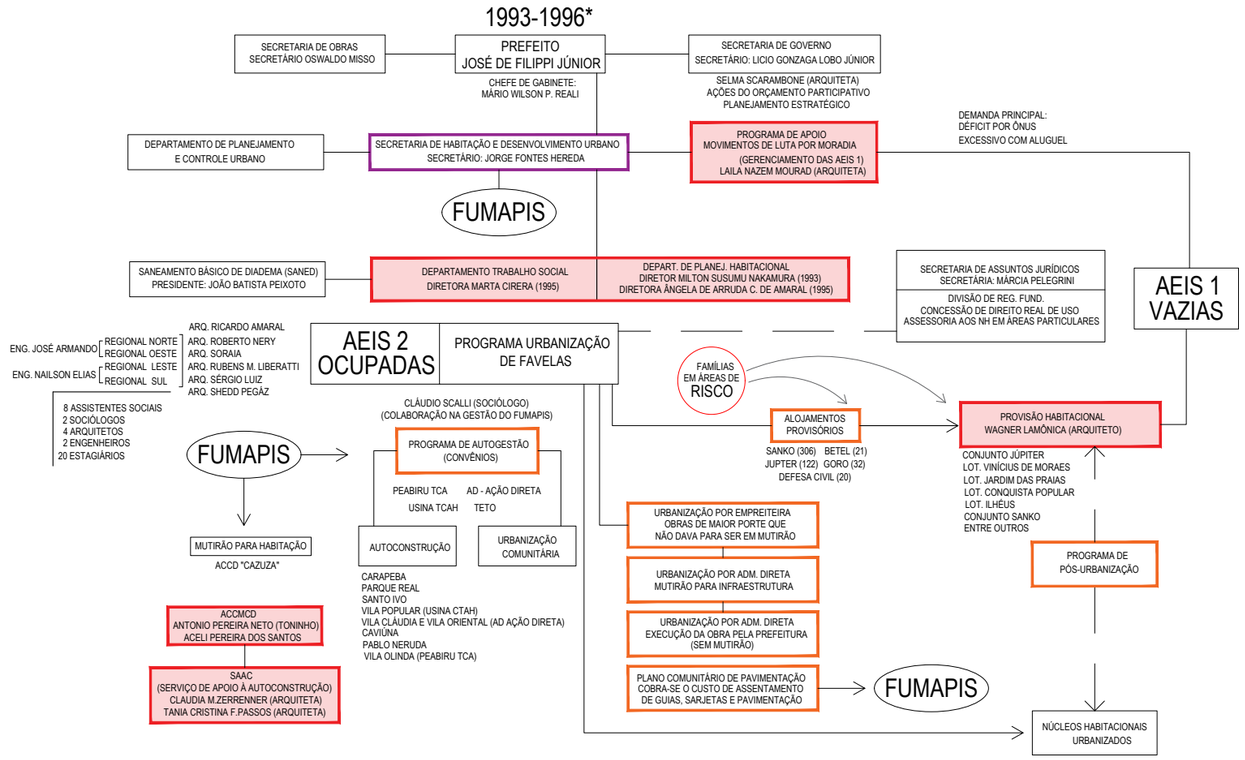


Figura 2: Exemplo de organograma da equipe de Habitação da PMD, período 1993-1996.

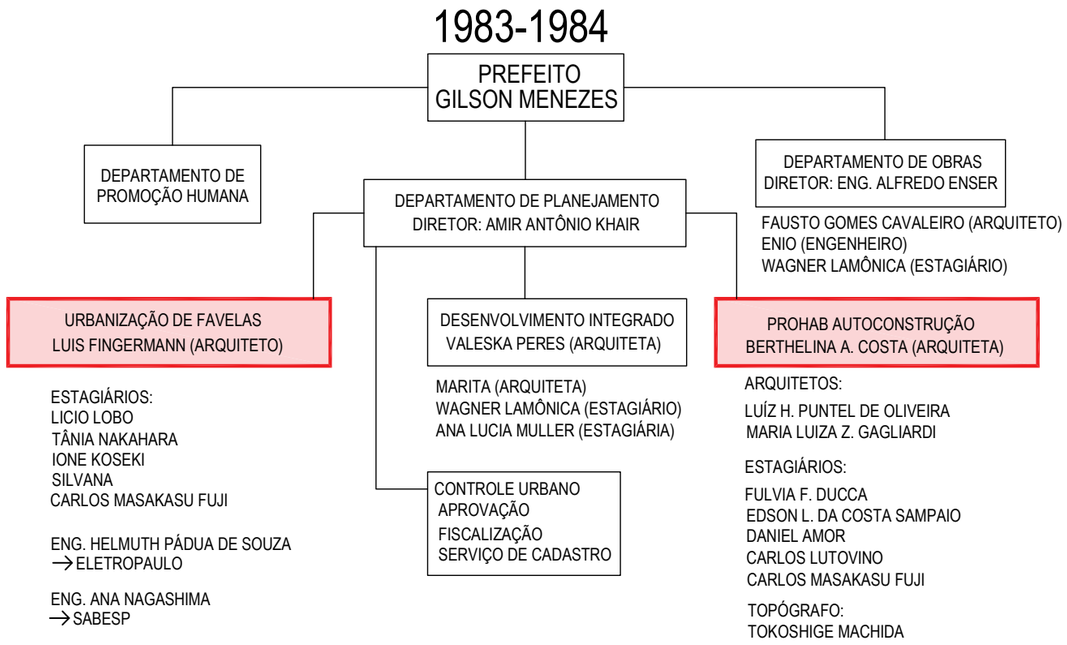


Figura 3: Exemplo de organograma da equipe de Habitação da PMD, período 1983-1984.

Esses organogramas foram esboçados ao longo das conversas, e, caso o trabalho continuasse, outros nomes iriam surgir, e alguns ajustes ocorreriam, mas deixo aqui minha contribuição com base na versão da história que obtive por meio das informações e dos materiais obtidos.

Também foram consultados bancos de dados e acervos disponíveis – Arquivo Geral da PMD, Centro de Memória de Diadema e acervo da própria SHDU. Por meio desses acervos foram descobertos mapas, projetos, registros fotográficos, documentos históricos, processos, entre outras informações relevantes para a pesquisa.

Por meio da restituição aerofotogramétrica e de mapas gerais da Prefeitura, foi possível definir um padrão de leitura gráfica das áreas estudadas, e com isso entender os diferentes padrões de ocupação do solo e sua relação com o entorno imediato.

As visitas in loco foram fundamentais para descobrir novos agentes, fazer o reconhecimento físico dos espaços, verificar as atuais condições das moradias e dos espaços públicos das áreas de estudo. Surgiram situações interessantes durante as visitas: reconhecimento de moradores nas fotos coletadas e relatos surpreendentes sobre a chegada e acomodação na área, antes da intervenção pública, sem nenhuma condição mínima de abrigo. Foram histórias tristes, de sofrimento, lutas, e em alguns casos verdadeiras guerras para disputa do território. Mas também relatos sobre força e esperança que se formaram nas pessoas com a possibilidade do direito à moradia digna por meio de propostas inclusivas e direcionadas à realidade promovida pelo poder público. Tive o privilégio de receber material não apenas da Prefeitura e funcionários, mas também de moradores que abriram suas casas e reabriram suas caixas guardadas havia anos.

Assim, é uma pesquisa que foi construída juntando muitas informações, e ao mesmo tempo selecionando aquelas que permitissem demonstrar os principais momentos e as distintas ações que foram criadas pela Assessoria Técnica Habitacional da Prefeitura de Diadema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA INTRODUÇÃO

DOXIADIS, Constantinos A. **Arquitetura em transição.** Coimbra: Ed. Arménio Amado, 1965.

GHISLENI, Camila. **A lei da assistência técnica e a importância social da arquitetura.** Archdaily, 6 jan. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/802978/a-lei-da-assistencia-tecnica-e-a-importancia-social-da-arquitetura-camilla-ghisleni>. Acesso em: 9 mar. 2021.

MAGALHÃES, Sérgio. **Rio: Favela ou bairro?** In: Fórum de Ciência e Cultura: Seminário Diálogos Cariocas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/ pt/document/view/12604590/rio-favela-ou-bairro-instituto-dialogos-cariocas/3>. Acesso em: 25 out. 2021.

ORTIZ, Humberto G. **Arquitetura e indiferença. Carlos González Lobo e a busca de uma arquitetura apropriada.** Arquitextos, ano 5, jul. 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/568/pt>. Acesso em: 9 mar. 2021.

UM PARALELO SOBRE A ORIGEM DO ARQUITETO E A ARQUITETURA POPULAR: DA PRÉ-HISTÓRIA AO MODERNO

Uma das primeiras casas do Cajueiro Seco, Pernambuco. A experiência habitacional de Cajueiro Seco, anos 1960, representa um caso emblemático de aproximação entre o moderno e o vernacular na arquitetura brasileira.

1.1
A VIAGEM: O SURGIMENTO DA ARQUITETURA NA PRÉ-HISTÓRIA

> Tradicionalmente, a história e a teoria da arquitetura tratam do estudo dos monumentos. Eles enfatizaram o trabalho de gênios, o pouco frequente, os raros. Isso significa que tendemos a esquecer que o trabalho do designer, quanto mais o do gênio, representa uma pequena e muitas vezes insignificante parte da atividade de construção de qualquer época. O ambiente físico do homem, especialmente o construído, não foi controlado pelo projetista e ainda não é. Este ambiente é o resultado da arquitetura vernacular (popular, folclórica) e foi ignorado pela história e pela teoria arquitetônica. (RAPOPORT, 1969, p. 11, tradução nossa)

Se o arquiteto em sua origem se ocupou dos grandes monumentos, talvez seja porque ali estava o maior desafio naquele momento, tanto pela escala como também pelas descobertas das técnicas e dos sistemas construtivos adequados, ainda pouco explorados. A vida seguia, e naquela ocasião talvez ainda não apresentassem os problemas na escala e na gravidade que hoje apresentam, situações complexas e de várias ordens e grandezas – sociais, econômicos, de infraestrutura, entre outros. Mas uma coisa é certa: com ou sem arquitetos, as pessoas moram e sempre moraram, pois emerge do instinto de defesa e proteção. Ou como Erminia Maricato costuma dizer: moradia é uma mercadoria de consumo compulsório; não dá para viver sem moradia. Infelizmente, nem sempre as pessoas moram bem, isso é verdade. Mas também sabemos que existem construções populares de qualidade, ou seja, são muitas variantes.

Em RATH (1999) é possível entender a origem da arquitetura a partir da necessidade de proteção e abrigo. Muitos historiadores apontam o início da arquitetura em hábitos dos antepassados do *Homo sapiens*. Os primeiros hominídeos que apareceram na África Central alguns milhões de anos atrás, os *Australopithecus,* ainda não tinham necessidades urgentes de abrigo nem chegaram a conhecer o fogo. Este último feito ocorreu com a segunda espécie identificada, *Homo habilis*, a quem pertenceram restos de uma fogueira descobertos em uma caverna em L'Escale (França), de aproximadamente 750.000 Sa.C., apontando principalmente que os homens primitivos se congregavam em torno desses lugares, protegendo-se e aquecendo-se; assim, talvez sejam os primeiros vínculos sociais conhecidos.

Mas foi na Terra Amata, um sítio arqueológico em Nice, na França, que puderam reconstruir, a partir de buracos deixados no solo por toras estruturais, uma cabana que representa a primeira moradia ou arquitetura conhecida feita pelo homem – o *Homo erectus,* cerca de 400.000 a 300.000 a.C.

Sobre nossa espécie atual, ou seja, os *Homo sapiens sapiens,* de aproximadamente 44.000 a.C., foram descobertos restos de cabanas em vários lugares da Morávia (República Tcheca), uma tipologia bastante uniforme – planta circular com armação de madeira recoberta com peles de animais, conforme a **Figura 2**. Isso para dizer que, antes de a arquitetura consolidar-se como atuação de um profissional, os humanos já construíam suas moradias conforme suas necessidades de proteção, climáticas, culturais, entre outras, sem grande grau de especialização e com grande permanência (ou pouca variedade) da forma ao longo dos anos. Estamos falando de uma arquitetura popular primitiva.

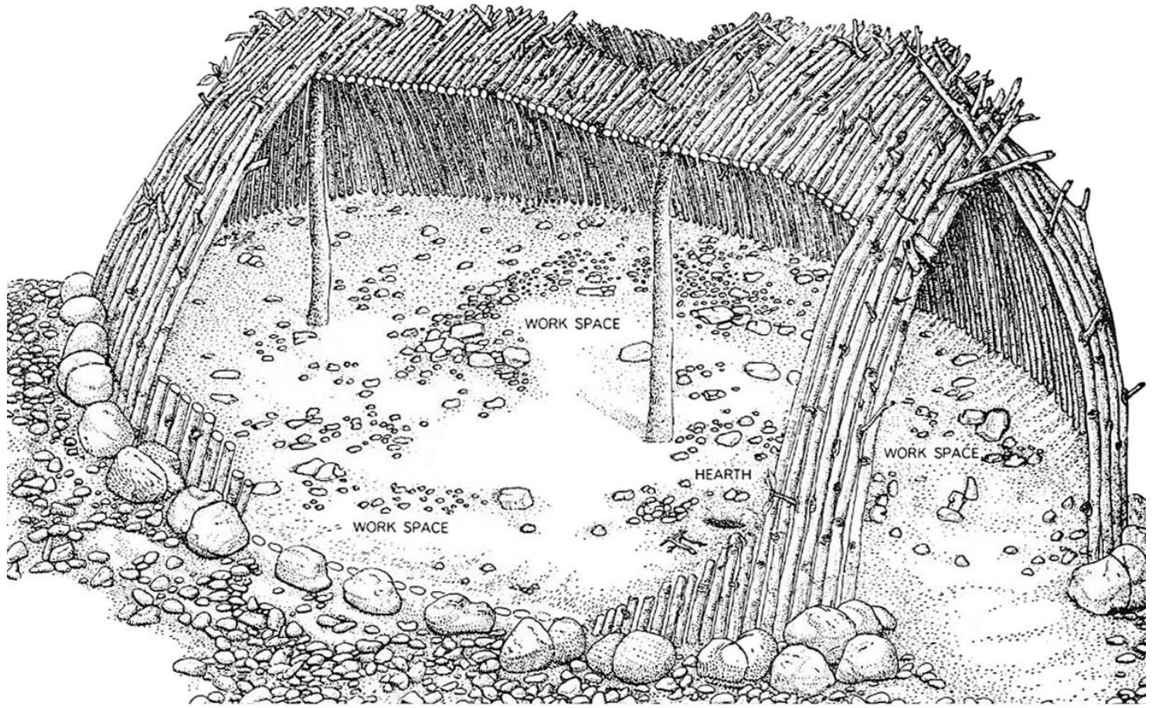


Figura 1: Reconstrução da primeira moradia conhecida feita pelo homem, entre 400000 e 300000 a.C., na Terra Amata, em Nice, na França.

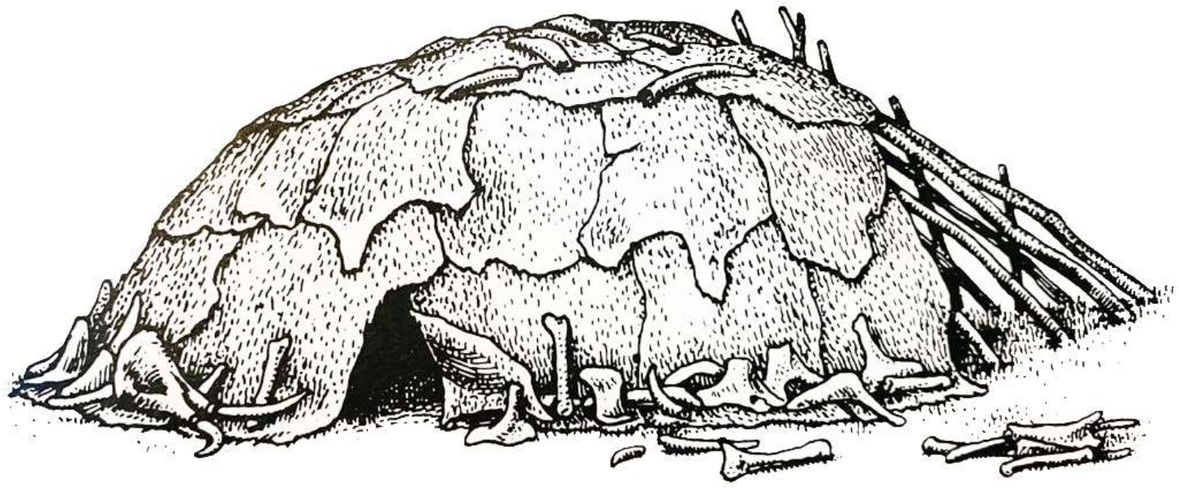


Figura 2: Cabana do homem Cro-Magnon, Ucrânia, ca. 44000–12000 a.C.

RAPOPORT (1969) distingue a arquitetura popular, ou seja, aquela produzida pela sociedade, entre edifícios primitivos e vernaculares. Na primitiva, produzida pelo povo sem grande grau de especialização e orientada pela tradição, impera a relação próxima entre forma e cultura e a longa persistência dessas formas. As vernaculares são diferenciadas entre “pré-industrial” e “moderna”. As pré-industriais se distinguem da primitiva pela presença do “construtor”, e, neste contexto, a “forma aceita”, ou “modelo”, permanece, e o processo de construção é baseado em ajustes ou variações, havendo, portanto, mais variabilidade individual.

> Determinadas formas são tidas como certas e resistem fortemente à mudança, porque sociedades como essas tendem a ser altamente orientadas para a tradição. Isso explica a estreita relação entre as formas e a cultura na qual estão inseridas, também o fato de que algumas formas persistem por longos períodos de tempo. Com essa persistência, o modelo finalmente se ajusta à maioria das demandas culturais, físicas e de manutenção. Este padrão é completamente uniforme, e, nas sociedades primitivas, todas as habitações são basicamente idênticas. (RAPOPORT, 1969, p. 14, tradução nossa)

Podemos avançar um pouco na história e, ainda no período pré-histórico, identificar uma das cidades mais antigas do mundo, ÇatalHöyük (Turquia), de aproximadamente 6.000 a.C. Registros apontam uma aglomeração com aproximadamente cento e cinquenta edificações retangulares, porém pouco regulares, feitas com tijolo de adobe e com variações nas alturas, sem ruas ou passagens entre elas e com acesso pelas coberturas.

Figura 3: Moradias autoconstruídas na Vila Olinda, Diadema, 2022.

Nesse assentamento chegaram a morar cerca de 10 mil habitantes. Segundo Clark Larsen (2019), antropólogo estadunidense e pesquisador dessa cidade, ÇatalHöyük era um sinal do que estava por vir, tanto em termos de organização social humana como de problemas causados pela vida em grandes cidades; afinal, seus habitantes enfrentaram muitas complicações urbanas com as quais estamos familiarizados hoje em dia, incluindo superlotações, violência interpessoal e carência de saneamento.

Os telhados eram construídos com vigas de madeira cobertas por esteiras vegetais, unidas por barro, como uma argamassa. Muitos cientistas afirmam que a entrada superior e a ausência de rua seriam para proteção contra inimigos e/ou predadores. Podemos entender esse povoado como uma ocupação natural, espontânea, mas ao mesmo tempo guiada pelas necessidades e pelos anseios de um povo. Trata-se de um assentamento com estágio cultural bastante refinado e, segundo LARSEN (2019), possivelmente foi uma comunidade culturalmente vibrante e integrada; afinal, as escavações arqueológicas revelaram pinturas e relevos nas paredes, esculturas de barro e espelhos de obsidiana. Também, segundo ROTH (1999), é possível perceber nessa comunidade sinais da Idade do Bronze:

> Na verdade, não se tratava de uma comunidade exclusivamente agrícola, mas de um nó vital na rede comercial que transportava a obsidiana, muito valorizada na época, das montanhas mineiras do norte até várias cidades palestinas e mesopotâmicas do Crescente Fértil. Por outro lado, além da obsidiana e da tecnologia neolítica rudimentar que girava em torno dela, foram encontrados restos de cobre e chumbo em ÇatalHöyük, o que remete ao início da Idade do Bronze. (ROTH, 1999, p. 163, tradução nossa)

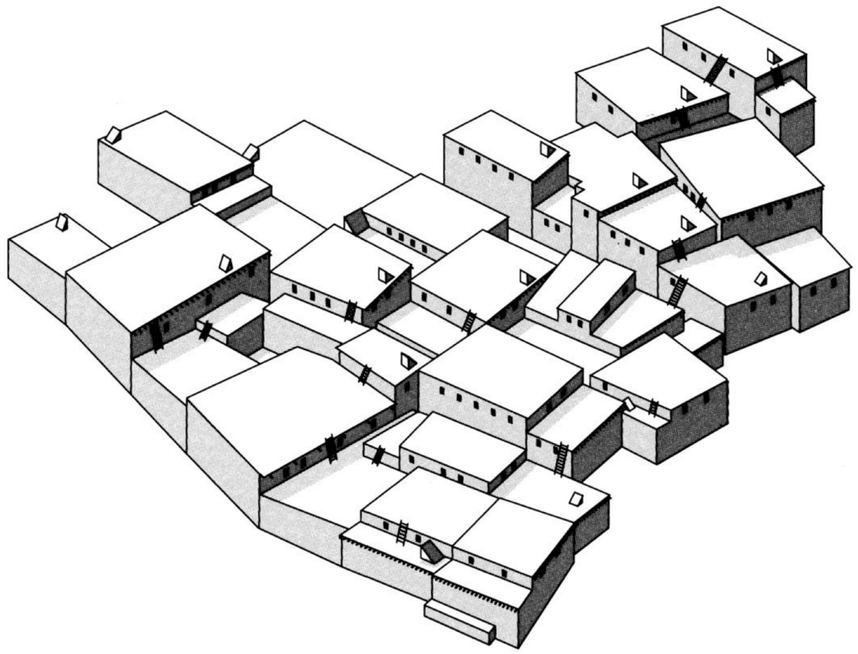


Figura 4: ÇatalHöyük (Turquia), ca. 6000 a.C., uma das cidades mais antigas do mundo que conhecemos.

Assim, os seres humanos primitivos materializaram as primeiras conquistas e iniciaram um processo de criação de um ambiente artificial a seu redor, ou o início da configuração do lugar onde se vive.

Outros fatos curiosos e admiráveis podem ser identificados na história, como as cidades subterrâneas na Capadócia, na porção asiática da Turquia. Alguns historiadores apontam sua existência em torno de 3.000 a.C. São cidades esculpidas em meio a rochas, possivelmente para servir de esconderijo contra invasões estrangeiras, perseguições religiosas ou até de animais predadores. Derinkuyu, a mais profunda, chega a 85 metros abaixo do solo e vinte níveis inferiores. É interessante, pois tinha um programa de necessidades bem amplo, acomodando dormitórios, igrejas, estábulos, cozinhas, prisão etc. Havia também um sistema de circulação de ar. Tais cidades demonstram a ocupação espontânea do espaço e soluções criadas pelas pessoas com o objetivo principal de proteção e adaptação às necessidades.

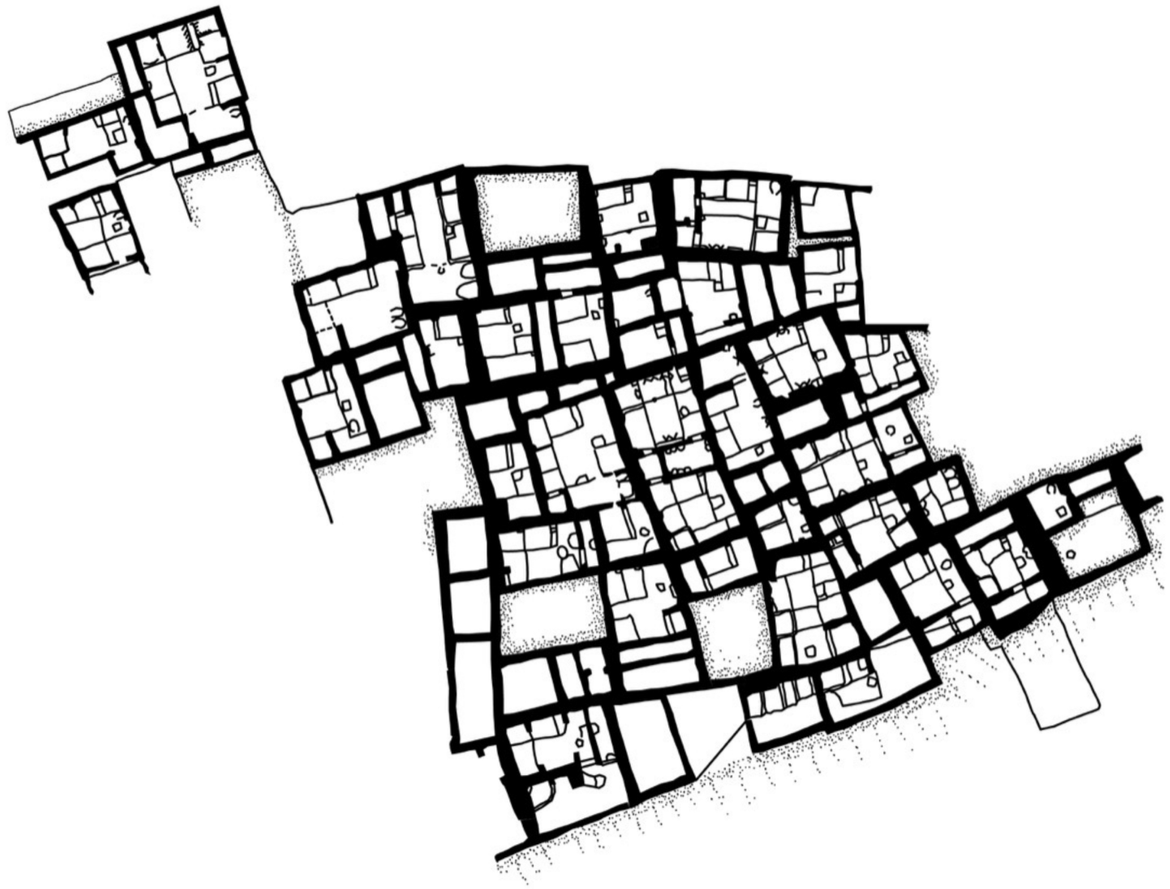


Figura 5: Trecho de agrupamento de edifícios em ÇatalHöyük (Turquia), ca. 6000 a.C.

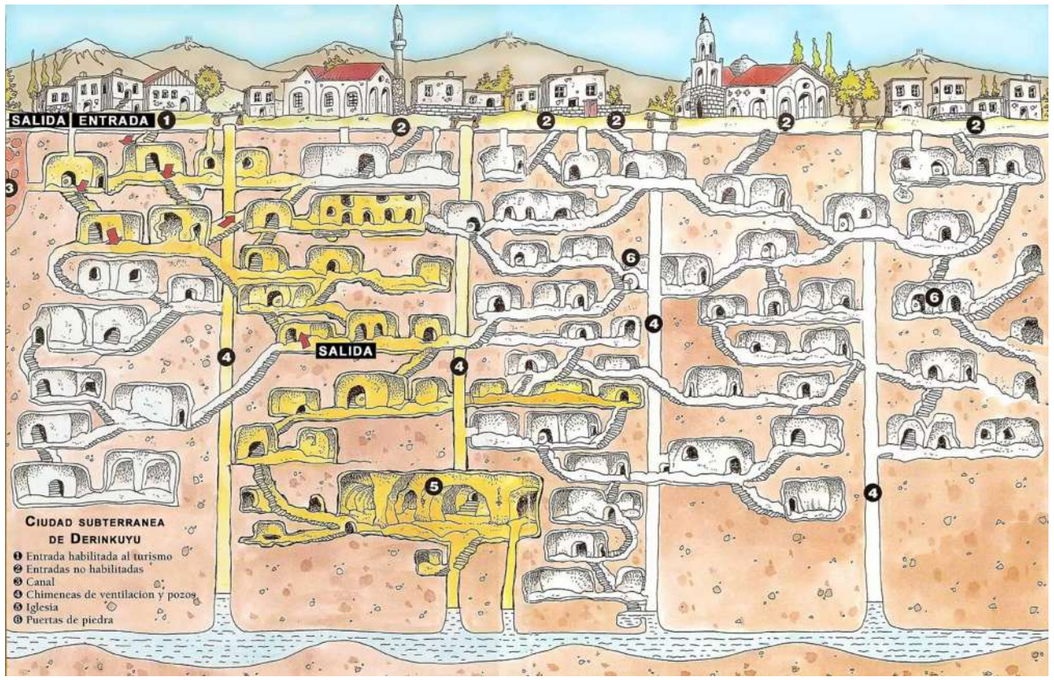


Figura 6: Cidade subterrânea de Derinkuyu. Em amarelo, trecho aberto à visitação turística.

1.2

TRANSFORMAÇÕES DAS OCUPAÇÕES DO ARQUITETO DESDE AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE ATÉ O RENASCIMENTO

Foi na civilização egípcia o registro do primeiro arquiteto conhecido da história. Segundo ROTH (1999), Imhotep atuou no Egito como arquiteto do faraó Zoser entre os anos de 2.635 e 2.595 a.C. Atingiu grande notoriedade e posição privilegiada devido às suas numerosas e grandiosas realizações – as famosas pirâmides que abrigavam os corpos dos faraós. Tal fato explica parcialmente as inúmeras citações sobre a origem do arquiteto estar vinculada às obras monumentais.

É possível também identificar na historiografia cidades egípcias construídas para alojar funcionários, artesãos e operários que trabalhavam na construção das pirâmides, como é o caso da Cidade de El-Lahum, de cerca de 1.800 a.C., realizada por Sesóstris II. Não foram identificados dados que informem se essas cidades eram também conduzidas por arquitetos, como Imhotep, mas provavelmente não. Entretanto, ao que parece, foram os mesmos construtores das pirâmides que ergueram essas cidades.

Em ROTH (1999) há registros de que artesãos e calígrafos moravam relativamente bem, visto que seus trabalhos eram fundamentais para o bom funcionamento dos serviços do templo e para a criação das inscrições e pinturas em templos e tumbas. A cidade construída para os artesãos que trabalhavam nas tumbas do Vale dos Reis, Deir-el-Medina, de cerca de 1.530 a.C., sobreviveu parcialmente. As casas desse povoado tinham plantas alongadas e possuíam uma primeira sala para recepção, uma sala principal de estar, um dormitório e uma cozinha ao ar livre, além de um porão e espaço para depósito.

Figura 8: Cidade de El-Lahun.

Figura 7: A pirâmide do faraó Djoser, localizada em Sacará, no sul do Cairo, com 4.700 anos, é considerada a mais antiga ainda de pé no Egito.

Figura 9: Pedreiros trabalhando numa grande obra atual.

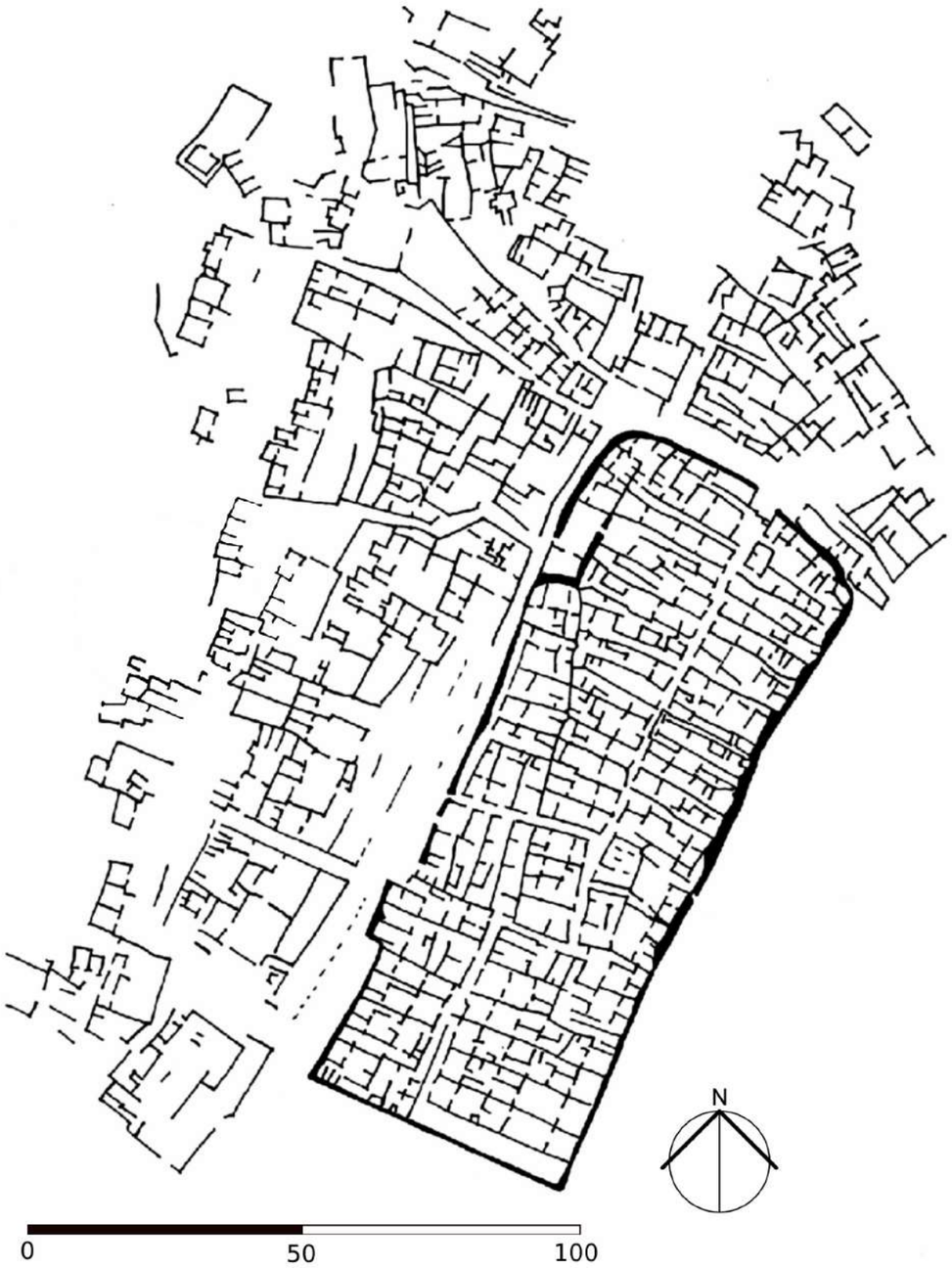


Figura 10: Deir-el-Medina (Egito) surgiu por volta de 1530 a.C. Esta foto registra as ruínas da cidade dos artesãos que trabalhavam nas tumbas do Vale dos Reis.

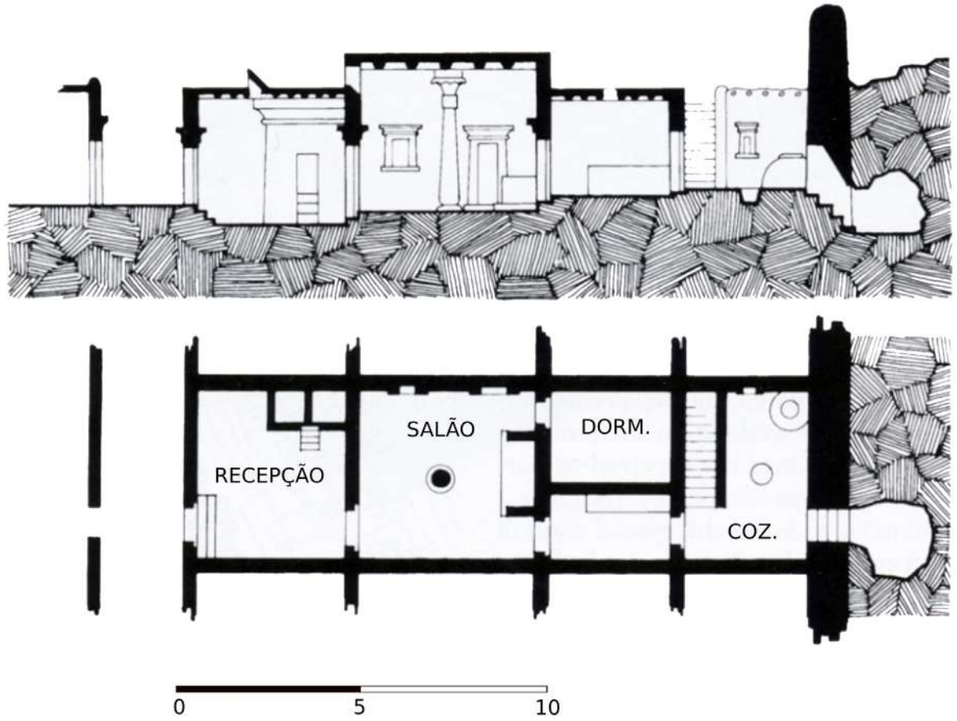


Figura 11: Planta de uma residência em Deir-el-Medina (Egito).

O que possivelmente intriga nessa rápida passagem pela civilização egípcia seja o desequilíbrio entre as escalas colossais das pirâmides em relação à paisagem no vale inferior do Nilo. Segundo BENEVOLO (2007), situação bastante diferente, por exemplo, da relação entre templo e cidade das localidades da Mesopotâmia, como em Nínive ou Babilônia, onde monumentos e zonas habitadas pelas pessoas comuns são diluídos. Na passagem abaixo, BENEVOLO (2007) deixa claras as características da cidade temporária, dos vivos, em relação à cidade permanente, divina:

> Os monumentos não formam o centro da cidade, mas são dispostos de per si como uma cidade independente, divina e eterna, que domina e torna insignificante a cidade transitória dos homens. A cidade divina é construída de pedra, para permanecer imutável no curso do tempo; é povoada de formas geométricas simples: prismas, pirâmides, obeliscos, ou estátuas gigantescas como a grande esfinge, que não observam proporção com as medidas do homem e se aproximam, pela grandeza, dos elementos da paisagem natural; é habitada pelos mortos, que repousam cercados de todo o necessário para a vida eterna, mas é feita para ser vista de longe, como o fundo sempre presente da cidade dos vivos. Esta, ao contrário, é construída de tijolos, inclusive os palácios dos faraós no poder; será logo destruída e continua uma morada temporária, a ser abandonada mais cedo ou mais tarde. Uma parte consistente da população – os operários empregados na construção das pirâmides e dos templos, com suas famílias – tinha de morar nos acampamentos que os arqueólogos encontraram junto aos grandes monumentos, e que eram abandonados tão logo terminassem o trabalho. (BENEVOLO, 2007, p. 44)

Indo adiante e analisando a origem grega da palavra *arquiteto – arkhos, 'chefe', e tekton, 'construtor' ou 'artesão'* (ROTH, 1999, p. 110), sendo possível perceber que na Grécia Antiga não havia tanto prestígio nessa ocupação como no Egito, de verdadeiros semideuses: estavam mais para artesãos que dirigiam os operários; portanto, com vínculo também na prática, na obra, na construção, mas possivelmente poucos alcançavam um alto nível na hierarquia existente.

Segundo ROTH (1999), uma exceção foi Dédalo, inventor, arquiteto e escultor grego, responsável pela construção do místico labirinto de Creta, que, segundo a lenda, foi encomendado para prender o terrível Minotauro, personagem mitológico com corpo de ser humano e cabeça de touro, ao passo que os outros arquitetos desse período possivelmente tiveram uma rotina mais singela, com contato direto com os construtores ou pedreiros da época, e provavelmente com desenhos mais simples e menos abstratos.

> No entanto, os arquitetos gregos da vida real tiveram uma existência muito mais prosaica do que a de Dédalo e, embora saibamos os nomes de mais de uma centena deles, não sabemos quase nada sobre suas vidas. (…) Alguns estudiosos sugeriram que os arquitetos gregos não faziam desenhos no sentido em que os entendemos hoje, sugerindo também que eles deveriam trabalhar na obra em contato próximo com os pedreiros e que não deveriam precisar de desenhos abstratos. (ROTH, 1999, p. 111, tradução nossa)

Figura 12: Imagem reconstruindo o Palácio de Knossos: ocupava uma área de aproximadamente 22.000 metros quadrados, possuía vários andares e tinha um plano inclinado.

Segundo ROTH (1999), foi durante o império Romano que a posição do arquiteto passou a ter um caráter mais simbólico, havendo uma elevação de sua consideração social, assim como maior exigência e abrangência dos conhecimentos práticos e teóricos, ou seja, uma busca pela habilidade manual com erudição, necessária para alcançar uma posição de prestígio:

> Para Vitrúvio (ca. 90– ca. 20 a.C.), arquiteto que exerceu na época de César Augusto, a arquitetura exigia conhecimentos práticos e teóricos, e ele enumerou as disciplinas que, segundo ele, deveriam dominar o aspirante a arquiteto, entre as quais nada menos do que literatura e arte de escrever, desenhar, matemática, história, filosofia, música, medicina, direito e astronomia. (ROTH, 1999, p. 111-112, tradução nossa)

É preciso analisar: essa elevação do grau de erudição acaba por distanciar ainda mais o arquiteto da produção corriqueira? Em quais momentos da história o arquiteto esteve mais próximo ou mais distante da construção popular e do construtor ou pedreiro da época, mesmo nas obras grandiosas?

Ao falar da arquitetura romana logo imaginamos os grandes monumentos – templos, termas, basílicas, anfiteatros, arcos do triunfo, palácios etc., uma variedade de grandes edifícios públicos devido à intensa vida urbana, que também proporcionaram prestígio para os arquitetos da época. Porém, há relatos sobre a contínua construção e reconstrução de *ínsulas*, habitações multifamiliares corriqueiras na antiga Roma, que movimentavam mais o cenário da construção do que as obras dos grandes monumentos, um indício de que provavelmente as obras realizadas por não arquitetos, dentro de um mercado informal de habitação, também predominavam naquela época ou pelo menos demandavam ações de tais profissionais. Diferentemente das casas para a elite, as ínsulas eram blocos de apartamentos que chegavam a ter vários andares e atendiam a uma série de necessidades, inclusive uso comercial no térreo *(tabernas)*. Entre 312 e 315 d.C., Roma tinha 1.781 *domus* (casas urbanas para a elite*)* e 44.850 *insulae* (HERMANSEN, 1970).

Roma contava com 1 milhão de habitantes no reinado de Augusto (27a.C.–14 a.C.), e, assim, imagina-se que os problemas urbanos relacionados à moradia já estavam presentes. ROTH (1999) comenta que eram comuns queixas sobre falta de moradia, aluguéis exorbitantes, poluição, periculosidade das ruas e alto custo de vida.

Nas unidades habitacionais das ínsulas, raramente se encontrava uma cozinha equipada, sendo comum comprar comida nos *thermopolias* – pequenas salas que ficavam no térreo das ínsulas e onde a comida ainda quente era armazenada em grandes jarras de cerâmica chamadas dólios, provavelmente um modelo precursor dos *fast-foods* modernos. Além das *thermopolias* havia tabernas, depósitos e lojas no piso junto à rua ou no inferior. Era o uso misto e com fachadas ativas presentes, porém com pouca segurança e precariedade.

Esse cenário urbano em Roma seria um mundo paralelo da construção, sem tratados e possivelmente sem arquitetos ou artesãos. Quanto mais elevado o pavimento, menor era o custo da locação da habitação, visto o maior risco de incêndio e porque geralmente não chegavam água encanada nem prumadas de esgoto nos andares mais altos. Portanto, as ínsulas eram geralmente perigosas, insalubres e superlotadas. Como se pode imaginar, havia também especulação imobiliária por meio dessas moradias de aluguel; por isso, eram construídas às pressas e com material de baixíssima qualidade, e por isso também não era incomum seu desabamento.

Fazendo um paralelo com os cortiços do Brasil, podemos lembrar quanto eram rentáveis para seus donos e ao mesmo tempo perigosos e insalubres para seus locatários – ex-escravos, imigrantes e prostitutas. Atualmente é muito frequente a construção de várias casas em um mesmo lote, sem cuidados com a segurança e a salubridade, gerando consequências muitas vezes desastrosas.

Segundo ROTH (1999), devido ao caos que se consolidava em Roma com as perigosas ínsulas, alguns regulamentos surgiram no período, como, por exemplo, um decreto firmado por Augusto proibindo a construção com mais de 21,30 metros de altura e numerosas ordens municipais que requeriam maiores medidas de segurança contra incêndios. Em BENEVOLO (2007) também é possível entender o surgimento do tema de regulamentação e/ou controle do uso do solo pelos governantes, levando ao entendimento de que a regulamentação das construções não é criação atual:

> As *insulae* nasceram por volta do século IV a.C., para hospedar dentro dos muros sérvios uma população crescente, e se tornaram cada vez mais altas, até que Augusto estabelece o limite máximo de 21 metros, isto é, de 6 a 7 andares, e mais tarde Trajano fixa o limite em 18 metros, isto é, de 5 a 6 andares. Os muros são de madeira: portanto, desabam com facilidade. Os *cenacula* não têm água corrente (que chega somente aos locais do andar térreo); não têm privadas (os habitantes esvaziam seus urinóis num recipiente comum – *dolium* – no patamar das escadas, ou, como narram muitos escritores, diretamente pelas janelas na rua). (BENEVOLO, 2007, p. 164)

Por outro lado, com toda essa movimentação, nesse período o mercado da construção atingiu amadurecimento e consequentemente foi submetido de forma gradual a regulamentos para controle governamental. Havia organizações gremiais para cada ofício da construção, por exemplo: ferreiros, fabricantes de ladrilhos, carpinteiros, pedreiros, construtores em geral, como também especialistas em demolições.

De todo modo, o período romano foi aos poucos perdendo o vigor em decorrência do declínio do Império e sua transformação de Estado pagão em Estado cristão, com o catolicismo enquanto religião oficial. Assim, a arquitetura religiosa passa a ser corrente.

O exemplo mais conhecido é a Basílica de Santa Sofia (Istambul, Turquia), construída pelo império Bizantino para ser a Catedral de Constantinopla. Foi projetada pelos arquitetos Antêmio deTrales e Isidoro de Mileto, dois grandes estudiosos de geometria teórica, representantes autênticos da tradição da ciência grega clássica. O termo “Império Bizantino”, ou “Bizâncio”, faz referência, do século XVI em diante, ao Império Romano do Oriente, que durante onze séculos (séc. IV–XV) constituiu a mais forte entidade estatal da Europa e do mundo conhecido até então. O Império Bizantino, que é uma continuação do Império Romano, está delimitado temporalmente pela transferência da capital de Roma para Constantinopla, em 330, e pela sua ocupação pelos turcos otomanos em 1453.

É após esse episódio que se inicia a Idade Média, entre a queda do Império Romano, em 476 d.C., e a de Constantinopla, em 1453, assim como a chegada dos europeus à América. Mas a Idade Média pode ser esboçada um pouco antes, no Império Romano do Ocidente, desde os anos 300 d.C., momento em que a falta de controle de Roma sobre as províncias resultava em constantes invasões dos povos bárbaros.

De acordo com BENEVOLO (2007, p. 215), nos territórios norte-ocidentais do Império Romano (Itália, Gália, Germânia e Bretanha), a vida da cidade praticamente some na Idade Média. Mesmo depois dos anos 1000, momento em que há um retorno no desenvolvimento dessas cidades, fica evidente uma “fratura” resultante do período de crise, restando ruínas de monumentos que não funcionam mais. Por outro lado, há exemplos de cidades que continuaram vivas na Idade Média e que ainda conservam muitas das tradições medievais, como, por exemplo, Chartres e Bruges, entre outras. Ou até outras que se tornaram metrópoles modernas, como é o caso de Paris e Londres. De todo modo é um desafio entender as cidades medievais, pois, segundo BENEVOLO (2007, p. 251), “bairros medievais inteiros foram demolidos nos últimos cem anos, sem ao menos conservar seus desenhos ou fotografias”. Assim, das habitações construídas ou autoconstruídas, principalmente as de menor escala, restam poucas informações.

Figura 13: Movimentação na Rua Ernest Renan, na comunidade Paraisópolis, zona sul de São Paulo.

Figura 14: Edifício que desabou na comunidade Rio das Pedras, no Rio de Janeiro, em 2021.

Os resultados mais evidentes da queda do Império Romano são o abandono das cidades e a dispersão pelos campos, e, nessa sociedade rural, baseada na política feudal, as cidades não funcionam mais como centros administrativos, e até mesmo as igrejas ficam em regiões distantes do ambiente urbano. As diferenças entre cidade e campo possivelmente tornaram-se mais tênues. BENEVOLO (2007) fala sobre a espontaneidade das construções, também pela raridade dos técnicos, entre outras questões:

> Em ambos os casos é preciso notar o caráter espontâneo, despreocupado e infinitamente variável da construção e do urbanismo; este caráter depende da escassez dos meios, da raridade dos técnicos especialistas, da falta de uma cultura artística organizada, da urgência das necessidades de defesa e de sobrevivência, mas também de um novo espírito de liberdade e de confiança. As novas instalações se adaptam com segurança ao ambiente natural e entre as ruínas do ambiente construído antigo, não respeitam nenhuma regra preconcebida, seguem com indiferença as formas irregulares dos terrenos e as formas regulares dos manufaturados romanos; enfim, apagam toda diferença entre natureza e geometria, isto é, deformam com pequenas irregularidades as linhas precisas dos monumentos e das estradas antigas e simplificam as formas imprecisas da paisagem, marcando as linhas gerais dos dorsos montanhosos, das enseadas, dos cursos de água. (BENEVOLO, 2007, p.255)

Sobre a arquitetura, a partir do século X, há uma retomada da construção de edifícios, sobretudo as igrejas, que adotaram elementos da cultura romana – arcos, abóbadas e cúpulas. Porém, as paredes eram bastante espessas e as janelas pequenas, tanto para proteger de eventuais ataques como também pela própria limitação da técnica construtiva, que não possibilitava vãos maiores, visto que as paredes robustas eram mantidas como parte da estrutura. Essa arquitetura viria a ser chamada de românica.

> A arquitetura românica, baseada na força absoluta da massa para resistir e neutralizar os grandes empuxos laterais das grossas abóbadas de berço de sua nave central, não foi capaz de abrir seus interiores à luz. (...) Na nova fase que a arquitetura medieval estava começando, a presença da luz, o símbolo da Graça Divina, se tornaria o símbolo preeminente. A igreja deveria se tornar transparente; no momento em que tivesse sucesso, deixaria de ser românico para se tornar gótico. (ROTH, 1999, p. 308, tradução nossa)

Depois houve uma transição para o gótico, com a presença de abóbadas, arcos com formato ogival e grandes vitrais coloridos. A Catedral de Notre-Dame de Paris (1163–1250) foi uma das primeiras grandes catedrais a empregar tais inovações, preconizadas na Abadia de Saint-Denis. Nessas obras é possível verificar a atividade profissional do arquiteto, vinculada à gestão, à documentação e aos desenhos técnicos, mas também à concepção e aos aspectos conceituais e simbólicos:

> Além do testemunho material que são os edifícios das igrejas, a atividade profissional do arquiteto na Idade Média está fartamente documentada por desenhos, textos com descrição de edifícios e de seus programas arquitetônicos, que discutem questões estéticas e simbólicas, trazem registros contábeis, minutas de contratos, e uma variedade de representações artísticas da construção de edifícios por pedreiros e construtores. (ROTH, 1999, p. 34, tradução nossa)

Figura 15: Ilustração de ruas romanas com vendedores.

Alguns historiadores apontam uma impressão errada em relação à figura do arquiteto medieval, segundo ROTH (1999) “um mestre pedreiro devotado e sem instrução, que trabalhava sem planos” etc., confusão justificada, talvez, pelo excesso de títulos utilizados na descrição da profissão: arquiteto e mestre, engenheiro, artista, operário, mecânico, pedreiro, entre outros termos (ROTH, 1999, p. 115).

Entretanto, os arquitetos medievais possuíam grande proximidade com o canteiro de obras. Assim como ocorre com os operários, começavam adquirindo conhecimentos dos aspectos da construção. Assim, ao mesmo tempo em que trabalhavam como projetistas, eram também construtores. E, segundo ROTH (1999), essa seria a principal distinção com relação aos arquitetos do Renascimento, do barroco e de épocas mais modernas.

Já pela interpretação de FERRO (2021, p. 42), não há no período o destaque do arquiteto e o desenho em relação ao canteiro de obras; existe uma espécie de “cooperação simples” ou “trabalhador coletivo” sem segregação do trabalho ou hierarquia de funções. Por isso a dificuldade de nomear os agentes dessa produção, pois não são nem arquitetos nem pedreiros, mas sim construtores.

No Renascimento houve uma mudança de categoria da profissão, partindo para o campo da exploração intelectual e das criações artísticas, chamadas pelos italianos de *disegno*.

Assim, o arquiteto-maestro artesão medieval foi progressivamente substituído pelo artista humanista. O Tratado de Vitrúvio, da Antiguidade clássica, teve grande influência entre os arquitetos do Renascimento. Andrea Palladio é o grande exemplo dessa reverência ao clássico. Em sua obra *Os Quatro Livros da Arquitetura*, publicada em 1570, demonstra seu entusiasmo pela Roma Antiga e pela recuperação de conceitos a partir de Vitrúvio.

Talvez nesse período, por haver um distanciamento do acompanhamento do processo direto da construção, pouco se encontra na história sobre a arquitetura corriqueira. Esse distanciamento se percebe até a arquitetura do século XIX, como veremos mais adiante. Em ROTH (1999), parece haver uma exaltação de uma arquitetura diferente, na qual o profissional se tornaria um intelectual de altíssimo nível, mas ao mesmo tempo humano:

> Os arquitetos humanistas do Renascimento, quase todos formados como pintores ou escultores, buscaram a criação de uma nova arquitetura, livre da hierarquia mística do que chamavam de "obra grosseira dos Godos[1]" . A nova arquitetura deveria ser racionalmente compreensível, consistindo em planos e espaços organizados de acordo com proporções numéricas claras e decifráveis, com suas bordas e intervalos bem delineados pelos elementos nítidos das ordens arquitetônicas da antiguidade. A nova arquitetura deve ser também uma exaltação dos poderes intelectuais do homem, mas, ao mesmo tempo, convidar ao desfrute humano, como uma porta aberta para o prazer sensorial. (ROTH, 1999, p. 385, tradução nossa)

Ainda para compreender essa transição da Idade Média para o Renascimento, segundo BENEVOLO (2007, p. 379), não havia distinção entre arte e ofício. Ou seja, a classificação partia do material utilizado, por exemplo: as "Artes Medianas" incluíam os trabalhadores da construção, "mestres de pedras e madeira", inclusive os escultores de pedra. Pintores e escultores em metal estavam dentro do grupo das "Artes Maiores", ocupando assim posição privilegiada. Os artistas de destaque eram escolhidos pelo governo da cidade como consultores de alto nível em assuntos correlatos, como:

> Arnolfo é um escultor, e é consultado para trabalhos de construção de todo tipo; Giotto é um pintor, e é chamado para projetar o campanário de S. Maria del Fiori. É sabido de fato que um escultor ou um pintor, hábil em modelar ou desenhar as formas visíveis, pode idealizar todo gênero de formas, mesmo em escala arquitetônica ou urbanística. (BENEVOLO, 2007, p. 379)

Por isso ROTH (1999) diz que a maioria dos arquitetos são pintores e escultores; dentro desse contexto existe a elevação do artista. Assim, pode-se entender que os artistas do Renascimento são descendentes desses consultores de alto nível, e não dos especialistas de classes menos prestigiadas. No trecho a seguir, nota-se uma contribuição coletiva desses peritos na forma da cidade de Florença, por exemplo. No Renascimento, diferentemente, irão tornar-se artistas individuais.

> A contribuição destes peritos cidadãos – desde Arnolfo até Brunelleschi – explica a excelência e o impulso inventivo das intervenções florentinas, do final do século XIII em diante; a forma da cidade, que todos nós admiramos, depende igualmente de seu gênio individual e da organização coletiva dentro da qual aceitaram trabalhar. Mas o fruto de seu trabalho acabará por colocar em crise a organização coletiva, e os artistas da Renascença, de Alberti em diante, irão tornar-se peritos internacionais, à disposição de quem quer que seja; executarão outras obras notáveis, mas nenhum deles terá a capacidade de imaginar e de formar uma cidade, como na Idade Média. (BENEVOLO, 2007, p. 379)

[1] Os godos eram considerados bárbaros pelo Império Romano por possuírem uma cultura alheia a este e serem provenientes de terras que não integravam o território romano. Então, nesse caso, a expressão julga inferior o que veio antes do Renascimento.

Além disso, na arquitetura do Renascimento surge um novo método de trabalho, estabelecido por Filippo Brunelleschi, no qual se torna possível distinguir a fase de projeto, sob responsabilidade do arquiteto, e a de execução, ocupada pelos operários (BENEVOLO, 2007, p. 401). Talvez por essa mudança, passa a existir menor contato com as empresas de construção e aparece um trabalho concentrado e individual que antecede a execução, distanciando, talvez, a fase de concepção da execução.

FERRO (2021, p. 48) coloca que nesse período há um crescente afastamento do arquiteto do canteiro, pois, a partir da redução da escala dos desenhos, há um rompimento entre projeto e realização, ou seja, um afastamento entre o canteiro e o arquiteto em formação. Ao mesmo tempo o trabalhador também perde sua competência nas tomadas de decisão e se aproxima de um trabalho subordinado. Ainda segundo FERRO (2021, p. 56), cada vez mais o arquiteto vai se limitar aos desenhos, havendo inclusive aperfeiçoamento do desenho técnico; com isso, a direção da obra é assumida pelos mestres de obras e o arquiteto passará a realizar visitas esporádicas aos canteiros.

> A diferença ou indiferença entre arquiteto e operários cresce com a interrupção da comunicação direta, enquanto diminui correlatamente a experiência do arquiteto com a construção concreta (embora, na grande dispersão da Idade Média, também haja casos inversos, de proto-arquitetos que voltam à talha da pedra e de desenhos que remergulham no canteiro). No hiato assim criado, desaparecem algumas 'tradições artesanais'– precisamente aquelas que asseguram a autodeterminação construtiva e que, por isso mesmo, condensam os melhores tesouros do saber-fazer cooperativo. (FERRO, 2021, p. 65)

Com esses relatos podemos verificar mudanças na dinâmica dos postos de trabalho, incluindo hierarquias também diferentes entre os agentes que fazem parte dessa dinâmica que envolve a arquitetura e o urbanismo. Esse estudo histórico tem o propósito de entender a dinâmica social, suas transformações e o reflexo na atuação profissional do arquiteto urbanista.

1.3

O CONSERVADORISMO CLÁSSICO: ESTILIZAÇÃO DE GRANDES MONUMENTOS

> Suas variantes – Renascimento, maneirismo, barroco, rococó, neoclássico, mutações coloniais etc. – são espécies de um mesmo gênero, que chamo globalmente de clássico. Os eventuais discursos sobre tais variantes remetem à herança greco-romana de modo puramente mecânico, em geral sem considerar sua reelaboração pelo Renascimento. Em cada canto de seu imenso território, o 'estilo clássico' adapta sua dimensão simbólica a interesses locais mais ou menos compatíveis com sua versão metropolitana, ela mesma aberta a variações sem fim em torno de vagas alusões a riqueza, respeitabilidade e origens superiores. O clássico renascido carrega consigo enorme bagagem histórica, heteróclita, desigual e desarticulada. (FERRO, 2021, p. 168)

Enquanto aplicação dos conceitos clássicos no período do Renascimento, é importante entender que, durante a segunda metade do século XV e o início do século XVI, principalmente na Espanha e na França, houve a exploração da linguagem clássica para criar uma "arquitetura real". Foi formado um corpo especializado de arquitetos e construtores, a Administração da Edificação Real, que dirigia os numerosos projetos de edifícios reais na França. No século XVII, durante o reinado de Luís XIV, essa entidade ganha notoriedade sob a administração de Jean-Baptiste Colbert, momento de realização do Palácio de Versalhes, e, depois, a ampliação da residência real em Paris, o Palácio do Louvre (ROTH, 1999, p.120). O foco desse tipo de prática profissional estava na estilização de grandes monumentos, símbolos do poder absolutista, com pouca ou nenhuma ênfase na cidade habitada, resultando em grandes projetos desconexos, conforme explica Benevolo:

> Versailles e Paris são dois organismos complementares, que revelam as possibilidades e os limites do poder absoluto entre o século XVII e o século XVIII. Foram elaborados os instrumentos estilísticos e organizativos para transformar o território, sem as limitações de escala da tradição italiana; mas esta transformação é conseguida somente em partes, e não nas cidades habitadas, mas nos espaços vazios do campo em torno. O ambiente que daí resulta é um mosaico de parques e de edifícios monumentais, que ainda não se ligam num único organismo coerente. (BENEVOLO, 2007, p. 516)

Em 1671 é fundada a Real Academia de Arquitetura, e seu primeiro diretor foi François Blondel (sim, o mesmo da fórmula da escada). Essa instituição carregava os conceitos da arquitetura clássica, referenciada em Vitrúvio como também nos tratados renascentistas inspirados no clássico, como o de Alberti e Palladio. Com sua reorganização e sua tentativa de democratização e amplificação da formação do artista, durante a Revolução Francesa (1789–1799), muda o nome para École des Beaux-Arts, instituição responsável pela instrução de arquitetos do mundo todo durante o século XIX e princípios do século XX (ROTH, 1999, p.120).

> Isso significava que o melhor caminho para o sucesso na França era estudar na *École*, e melhor ainda se o cobiçado *Grande Prêmio de Roma* fosse ganho, cuja conquista garantia ao afortunado uma multidão de comissões oficiais além de um posto de professor na *École*. (ROTH, 1999, p.120, tradução nossa)

Sobre essa questão da profissão do arquiteto na França, KOPP (1990, p.122) explica que, antes da Segunda Guerra Mundial, não havia regulamentação da profissão e que a maioria dos "arquitetos" franceses se instalava como profissional sem diploma ou estudos especializados, ou seja, apenas uma minoria passava pela École des Beaux-Arts. Quando se formavam, tinham o título de "arquiteto DPLG" (diplomado pelo governo) e eram considerados a "elite" da profissão. Para aqueles que ganhavam o Grande Prêmio de Roma, o prestígio era ainda maior. Uma exceção foi Auguste Perret (1874–1954), proprietário de uma empresa de construção com grande número de obras. Diferentemente da maioria, Perret saiu do conservadorismo clássico e experimentou novas formas de utilização do cimento armado, que até então ficava escondido. Ele foi um dos notáveis, mesmo sem prêmio ou título do governo (KOPP, 1990, p.122).

Na Inglaterra e nos Estados Unidos ocorreram caminhos distintos. Durante o século XVIII, os projetos dos edifícios ingleses estavam a cargo de aficionados da arquitetura clássica. Um exemplo seria o aristocrata Richard Boyle, que projetou a Villa Chiswick, claramente inspirada na Villa Rotonda. Outro profissional inglês conhecido é o arquiteto John Soane, por representar uma combinação da vida prática com a teoria. É reconhecido, por exemplo, por suas soluções de problemas estruturais e de acústica (ROTH, 1999, p.121). Assim, tanto na Inglaterra como nos EUA, o melhor meio para chegar até a formação e a experiência em arquitetura era trabalhar em escritórios que mantinham plena atuação prática na época, como o de John Soane.

Figura 16: Projeto de Auguste Perret. Edifício 25 bis, Rua Franklin, Paris,1903 (à esquerda). **Figura 17:**Edifício da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) durante sua construção, ca. 1955. Única obra realizada pelo arquiteto Auguste Perret no Brasil (à direita).

Benjamin Henry Latrobe chegou aos Estados Unidos desde a Inglaterra em 1797 e foi o primeiro arquiteto no sentido moderno, o de indivíduo que ganhava a vida elaborando projetos de edifícios, nos Estados Unidos (ROTH, 1999, p.122). No início do século XIX não havia escola de arquitetura naquele país; assim, os profissionais adquiriam conhecimentos trabalhando com outros arquitetos, como Latrobe. Em meados do século XIX, vários estadunidenses foram estudar na École des Beaux-Arts, representando um grupo numeroso nessa instituição. Durante a década de 1870 foram fundadas diversas escolas de arquitetura nos Estados Unidos, como o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) e a Universidade de Illinois, com professores trazidos principalmente da França (ROTH, 1999, p.123)

1.4

ERA INDUSTRIAL: OS PROBLEMAS URBANOS E OS PRIMEIROS CONCEITOS MODERNOS DA VIDA COLETIVA

Sobre as questões ligadas diretamente às cidades, é importante entender que, depois da segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial começa a gerar consequências no ambiente construído, e isso ocorre devido a alguns fatores principais que acabaram mudando o ambiente urbano e consequentemente a sociedade: (1) **Aumento da população**, devido à diminuição da mortalidade e ao aumento da duração média da vida das pessoas; (2) Com o progresso tecnológico, ocorre o **aumento dos bens e dos serviços produzidos pela agricultura**, que consequentemente leva à melhoria da vida das classes sociais; (3) Ocorre **a redistribuição dos habitantes no território**: camponeses tornam-se operários das indústrias, e, somando-se ao aumento da população, **as cidades crescem substancialmente** – Londres chega a 2,5 milhões de habitantes em 1851; (4) O desenvolvimento dos meios de comunicação gera **o aumento da capacidade de mobilidade**, o que favorece, por exemplo, o transporte de mercadorias e o maior deslocamento das pessoas; (5) A presença de novas tendências do pensamento político de **desvalorização das formas tradicionais de controle público sobre o ambiente construído**; e, por fim, (6) A instabilidade do território físico-social devido à **rapidez** e ao **caráter aberto dessas transformações**, não permanentes, incluindo as construções na cidade (BENEVOLO, p. 551-552). São fatores que acarretam consequências no meio físico até então nunca imaginadas.

Em meio a esse cenário pode-se imaginar um caos instalado nos principais centros urbanos e as dificuldades sofridas principalmente pelas classes mais desfavorecidas, que enfrentavam a insalubridade e outras consequências negativas que vieram com o progresso industrial. Abaixo, descrição de Engels, no ano de 1845, de um bairro operário em Londres, St. Giles, o “Ninho dos Corvos”:

> As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora, e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. (ENGELS, 2010, p. 71)

Os núcleos originais das cidades, formadas na Idade Média ou Moderna, são abarrotados de cortiços e outras formas precárias de habitação, e com isso as classes mais privilegiadas economicamente passam a se estabelecer em áreas periféricas, por meio de iniciativas independentes e bastante diversificadas – bairros de luxo e bairros populares. Ao mesmo tempo, as indústrias se fundem com o tecido compacto dos núcleos originais, em um processo espontâneo e não planejado. Enquanto isso, o centro histórico se degrada:

> (...) as classes abastadas abandonam gradualmente o centro e se estabelecem na periferia: as velhas casas se tornam casebres onde se amontoam os pobres e os recém-emigrados. Entretanto, muitos edifícios monumentais da cidade histórica – palácios nobiliários, conventos etc. – são abandonados por causa das revoluções sociais e são divididos em pequenas moradias improvisadas. (BENEVOLO, 2007, p. 565)

Não há vontade de integração entre classes, e as famílias vivem o mais isoladas possível, seja nas vilas dos ricos, seja nas casas em fileiras ou sobrepostas dos pobres. “Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado (...)” (ENGELS, 2007, p. 68). Nesse cenário estão presentes especuladores. O operário se aperta para pagar o aluguel, e o locatário constrói precariamente para obter lucro. Mesmo assim, a casa de aluguel pode ser melhor do que a cabana, onde as famílias geralmente moravam no campo:

> A casa, por sua vez, pode também ser melhor do que a cabana onde a mesma família morava no campo: os muros são de tijolos em vez de madeira, a cobertura é de ardósia e não de palha, a mobília e os serviços são igualmente primitivos ou não existem. Mas a cabana tinha muito espaço ao redor, onde os refugos podiam ser eliminados com facilidade e muitas funções – a criação de animais, o trânsito de pedestres e dos carros, os jogos das crianças – podiam desenvolver-se ao ar livre sem demasiados estorvos entre si. (BENEVOLO, 2007, p. 566)

Podemos perceber a superposição de diversas iniciativas, individuais, não reguladas e não coordenadas, típicas da cidade liberal. O surto de cólera a partir de 1830, que atinge boa parte da Europa, levou à necessidade de ações governamentais, geralmente de caráter sanitarista, que acabavam colidindo com as práticas liberais; afinal, o amontoamento de pessoas em moradias precárias favorecia a disseminação dessa doença. As primeiras leis sanitárias são de 1848 (Inglaterra), 1850 (França), 1865 (Itália), e surgiram depois nos outros Estados europeus. Essas leis serão utilizadas na segunda metade do século XIX para administrar a cidade pós-liberal. (BENEVOLO, 2007, p. 567)

É nesse período que surgem algumas propostas alternativas para adura realidade, contra o liberalismo individual, e que acabam por antecipar conceitos modernos da vida coletiva que surgirão no início do século XX. Alguns exemplos principais são representados pelos projetos de Robert *Owen*, Charles *Fourier* e Jean-Baptiste *Godin*, formuladores do socialismo utópico. (BENEVOLO, 2019, p. 567-572)

Segundo SILVA (2008), as proposições utópicas, relacionadas à organização social e política, e na proposição de um convívio em harmonia na sociedade, já vêm de longa data, desde a obra de Thomas More *Utopia*, de 1516. No romance filosófico, o autor cria uma espécie de "ilha-reino" com provável inspiração nas narrativas sobre a América, mas com a demonstração da aplicação de uma sociedade sem propriedade privada, entre outras questões, mas que principalmente enfatiza o bem comum.

> No que diz respeito às proposições utópicas, pode-se afirmar que, desde o Renascimento, a questão habitacional esteve frequentemente contemplada e vinculada às propostas de reforma social presentes nas formulações utópicas. Na *Utopia* de Thomas More (1516), de onde provém o termo utopia, "as moradias não seriam, de forma alguma, miseráveis". (...) Na República de Platão, por exemplo, o limite da comunidade (5.040 cidadãos) era dado não por condicionantes físicas ou técnicas, mas sim por uma possível harmonia dada pela escala de convívio social. (...) Em *Christianopolis*, na cidade utópica vislumbrada por Johann Valentin Andrea e (1619) inexiste a propriedade privada e o território é organizado em zonas de uso. Na *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1627), por sua vez, diferentemente da maioria das utopias, a propriedade privada é admitida. Ela se pretende assim uma "utopia realizável". As cinquenta e quatro cidades existentes na *Utopia* de More organizam-se segundo um idêntico plano uniforme, repetitivo, regular e racional. (SILVA, 2008)

Sobre as propostas relacionadas ao socialismo utópico, decorrentes do aumento dos problemas sociais ocasionados pela Revolução Industrial, após uma primeira tentativa frustrada na Inglaterra, entre 1817 e 1820, Robert Owen (1771–1858), um burguês industrial**,** compra um terreno em Indiana, nos Estados Unidos, em 1825, onde tenta colocar em prática um projeto igualitário – a aldeia New Harmony.

> O sonho dos utópicos repousava em um anseio de que os próprios industriais burgueses e outros homens poderosos se comoveriam diante de seus projetos, terminando por concordar em financiar, de alguma maneira, seus empreendimentos. Somente Robert Owen, um industrial de recursos, pôde ultrapassar as páginas da própria literatura utópica por ele produzida (1820) e partir para uma prática direcionada à concretização de um novo mundo social, pois neste caso ele mesmo era o industrial a ser conclamado para o projeto igualitário. (D'ASSUNÇÃO BARROS, 2016, p. 226)

Figura 18: Primeira capa de *Utopia*, de Thomas More, publicada em 1516.

Charles Fourier (1772–1837), por sua vez, criou a Falange, um grupo composto por pessoas de diferentes posições sociais. Uma das questões defendidas por Fourier era a ruptura com a monogamia e, portanto, era também um dos temas previstos no Falanstério*,* grande edifício que acomodaria essa comunidade. De escala monumental com aspectos higienistas em sua ampla implantação, foram propostos galerias e espaços que permitissem a comunicação entre os ambientes e as pessoas, ou seja, o estímulo ao modo de vida coletivo. Foi uma referência para outras tentativas similares, inclusive o Familistério concebido por Jean-Baptista Godin,que após 1889 passa a ser administrado por uma cooperativa de operários.

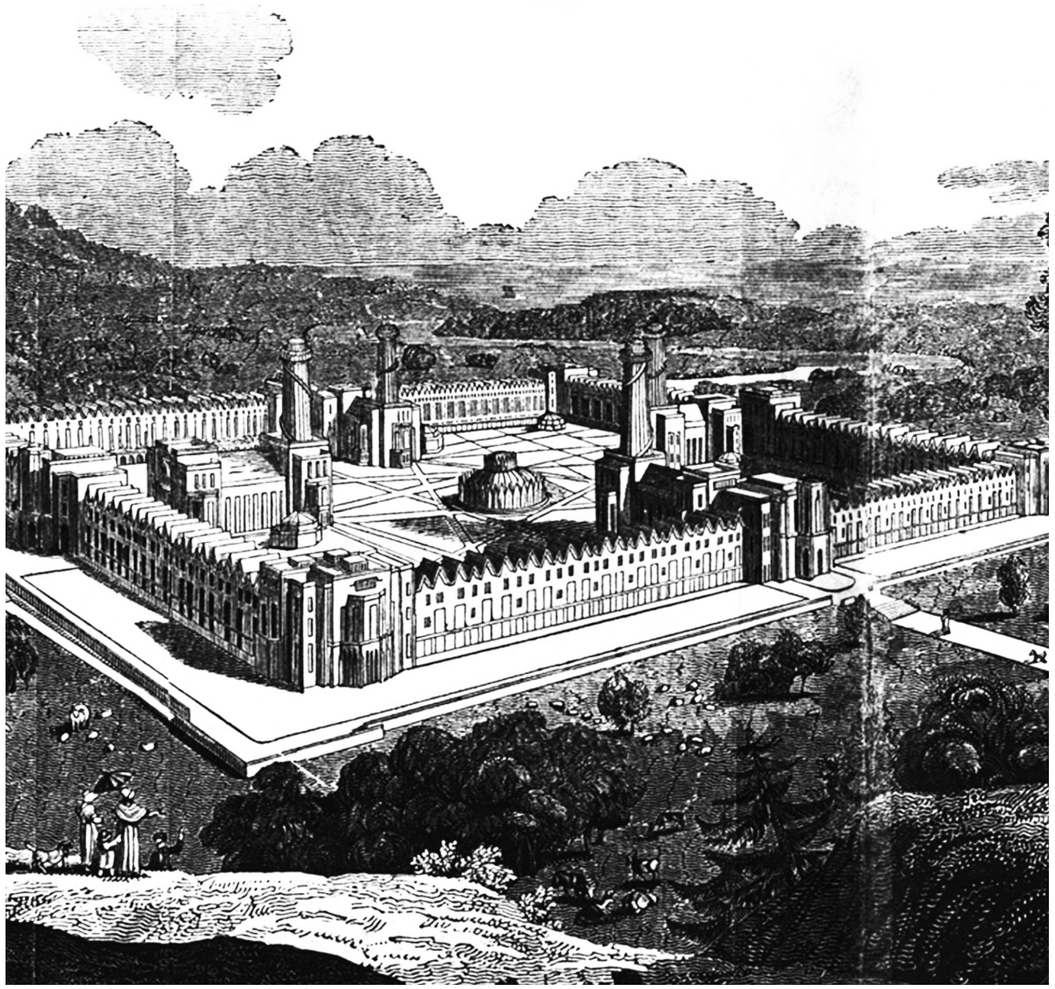


Figura 19: Projeto da aldeia New Harmony, Indiana, EUA, de Robert Owen.

Por mais que representem iniciativas isoladas, são contrárias ao liberalismo individual e antecipam conceitos modernos da vida coletiva que surgiriam no início do século XX. Mesmo se tornando os próprios promotores da ação, característica possivelmente relacionada ao pioneirismo do ato, acabam por proclamar a necessidade de uma solução pública para os problemas sociais daquele momento.

> Estes modelos – irrealizáveis na primeira metade do século XIX, e superados pelo debate político da segunda metade do século – são o contrário teórico da cidade liberal; de fato, deslocam o acento da liberdade individual para organização coletiva, e têm em vista resolver de forma pública todos ou quase todos os aspectos da vida familiar e social. Nascem do protesto pelas condições inaceitáveis da cidade existente, e procuram pela primeira vez romper seus vínculos recorrendo à análise e à programação racional: são máquinas calculadas para aliviar o homem do peso da organização física tradicional, que retarda as transformações políticas e defende o sistema dos interesses existentes. Antecipam, portanto – como tentativas isoladas –, a pesquisa coletiva da arquitetura moderna que terá início no século seguinte. (BENEVOLO, 2007, p. 568)

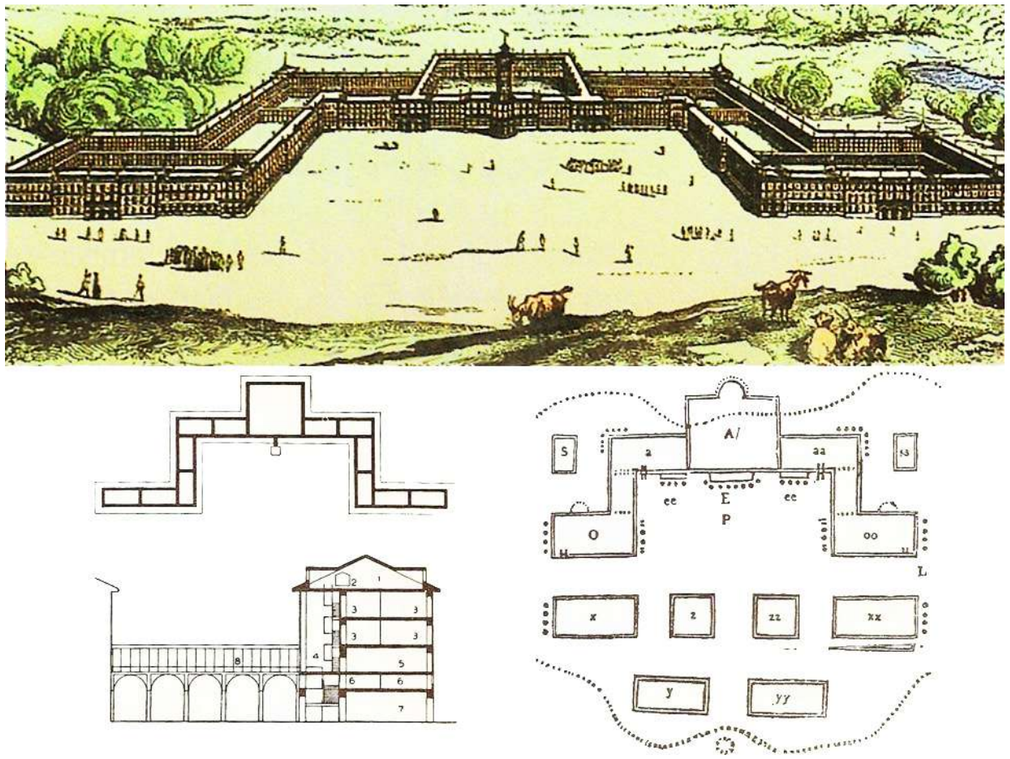


Figura 20: Imagem do Falanstério idealizado por Charles Fourier (1772–1837). Proposta de comunidades ideais com princípios socialistas e propriedade coletiva dos meios de produção. Segundo BENEVOLO (2007, p. 569), a imagem inferior à direita seria uma interpretação do jornalista americano Albert Brisbane, em que “A” e “O” seriam os jardins internos; “E”, a entrada principal; “P”, o pátio central; “S”,”X”,” Y” e “Z”, os edifícios acessórios.

A Revolução de 1848, ou *Primavera dos Povos*, se inicia em Paris e depois se propaga para os principais centros urbanos europeus da época. É marcada pelo surgimento da força política do proletariado, como também pela publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Friedrich Engels e Karl Marx, criadores e defensores das teorias do socialismo científico.

Segundo BENEVOLO (2019, p. 573), essa revolução gera uma crise tanto nos movimentos de esquerda como no regime liberal da primeira metade do século XIX. O socialismo científico diverge dos utópicos no sentido de entender a necessidade de revolução por meio de lutas e abolição do modo de produção capitalista, situação que somente será colocada em prática com a Revolução Russa de 1917.

Falando especificamente sobre o tema da moradia, os socialistas científicos concordam com as propostas utópicas expostas aqui por tornarem tênues os limites entre cidade e campo, ou pelas propostas igualitárias, coletivas e contra o liberalismo presente naquele momento; no entanto, acreditam que não seria a solução da moradia que resolveria a questão social, mas sim a abolição do sistema capitalista. ENGELS (2015) também é contra “uma casinha para cada trabalhador”, mas não que isso signifique simplesmente que é favor do coletivo social. Sua crítica ao desejo da casa individual é no sentido de remediar de forma errada a necessidade da sociedade, que precisa, antes de sua moradia, da mudança do modo de produção para gerar um equilíbrio social:

> E assim chegamos ao cerne da questão. A questão da moradia só poderá ser resolvida quando a sociedade tiver sido revolucionada a ponto de poder se dedicar à supressão da oposição entre cidade e campo, levada ao extremo pela atual sociedade capitalista. A sociedade capitalista, longe de poder suprimir essa oposição, é forçada, ao contrário, a exacerbá-la diariamente. Em contraposição, os primeiros socialistas utópicos modernos, Owen e Fourier, já haviam corretamente reconhecido isso. Em suas estruturas-modelo não existe mais a oposição entre cidade e campo. Ocorre, portanto, o contrário do que afirma o senhor Sax: [2] não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia. É um contrassenso querer solucionar a questão da moradia e preservar as metrópoles modernas. As metrópoles modernas, contudo, somente serão eliminadas pela abolição do modo de produção capitalista, e, quando esta tiver sido posta em marcha, as questões que deverão ser tratadas serão de natureza bem diferente daquela de conseguir para cada trabalhador uma casinha que lhe pertença. (ENGELS, 2015, p. 75)

De todo modo, as direitas conservadoras, vencedoras das lutas de 1848, assumem as rédeas do Estado, controlando as transformações em curso com métodos dos reformadores e dos socialistas utópicos. Tal modelo tem sucesso imediato e duradouro, pois permite reorganizar as principais cidades europeias, como Paris, por exemplo; a fundar as cidades coloniais pelo mundo; e ainda influencia de maneira determinante a organização das cidades em que vivemos hoje. Um exemplo dessa influência seria o agenciamento entre propriedade pública e privada, sendo que "(...) as linhas de limite entre o espaço público e o espaço privado–as frentes para as ruas – bastam para formar o desenho da cidade". (BENEVELO, 2019, p. 574)

Estamos falando da cidade pós-liberal, a qual privilegia os interesses individuais da propriedade imobiliária, que acaba por tornar mais evidente o domínio das classes mais fortes, aumentando por sua vez um teor excludente. Nesse modelo de cidade também se acentua a distinção entre técnicos e artistas. Os técnicos não participam das discussões das questões estruturais da cidade e acabam por trabalhar em recortes direcionados (por exemplo, o cálculo das instalações, estrutura etc.); já os artistas atuam em campos independentes, realizando obras de arte que representam "exceções numa massa de objetos insignificantes e vulgares, que as indústrias produzem em quantidade cada vez maior". (BENEVOLO, 2007, p. 586)

Nesse cenário não existe um controle sobre o todo. A sociedade europeia está fascinada e perturbada por esse ambiente novo, contraditório. A técnica moderna produziu finalmente uma nova cidade, mas, em vez de resolver os antigos problemas, abriu outros, inesperados. A transformação de Paris durante o Segundo Império, de 1851 a 1870, dirigida pelo prefeito Haussmann, representa esse período.

As leis sanitárias, antes citadas, juntamente com a expropriação de 1840 (BENEVOLO, 2007, p. 589), permitem a realização de um plano em larga escala e com valores proporcionais às intervenções. Mas, por outro lado, se utilizam de instrumentos tradicionais para a requalificação do ambiente urbano, como, por exemplo, "a escolha de um edifício monumental antigo ou moderno como pano de fundo de cada nova rua" (BENEVOLO, 2007, p. 595).

[2] Emil Sax, economista burguês a quem Engels se contrapõe em *Sobre a Questão da Moradia*.

> A nova cidade, por feia e incômoda que seja, é aceita como modelo universal porque não tem alternativas: os intelectuais recordam saudosamente a cidade do passado longínquo e os políticos revolucionários não têm interesse em descrever a cidade de um futuro distante. Neste cenário, os elementos da civilização industrial finalmente tomam vulto e podem ser confrontados entre si. Os novos problemas abertos se tornam as tarefas a enfrentar no futuro próximo (BENEVOLO, 2007, p. 598)

Esse cenário da cidade pós-liberal e seus princípios serão questionados no final do século XIX e irão tornar-se cada vez mais inviáveis dentro de um ambiente em processo de evolução técnica e com cidades cada vez mais populosas. É possível perceber a procura por uma renovação desse caos, e as técnicas tradicionais já não atendem de modo satisfatório as novas necessidades. Podemos entender como desejo dos modernos dar novas respostas a esses problemas, também mudar a relação entre propriedade privada e espaços públicos, ou permitir o controle do público sobre o espaço urbano:

> Desde o início, os arquitetos modernos criticam a combinação entre interesse público e propriedade particular que já se encontra na base da cidade burguesa, e indicam a alternativa a alcançar: a reconquista do controle público sobre todo o espaço da cidade. (BENEVOLO, 2007, p. 631)

É muito importante, também, perceber o foco na habitação como elemento fundamental na nova cidade desejada e a proposta de reconstruí-la segundo as exigências dos habitantes, e não dos proprietários.

Assim, na virada do século XIX para o século XX, é possível notar o estabelecimento da profissão de arquiteto urbanista e o surgimento da questão da responsabilidade social, que tem casos pontuais nos idealistas, os quais, nesse novo momento, vão emergir em um movimento muito mais forte e consistente.

1.5

O INÍCIO DO MOVIMENTO MODERNO: CONSIDERAÇÕES DA MASSA POPULAR NAS PROPOSTAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS

Segundo KOPP (1990, p. 119), enquanto na Alemanha, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, o Neues Bauen já apresentava soluções modernas aos problemas decorrentes da Revolução Industrial (a exposição do Werkbund [3], de 1914, em Colônia, é testemunha disso), na França as realizações da arquitetura "moderna" podem ser irrisórias nesse mesmo período, pois ainda era muito forte o exercício da profissão ligada aos valores antigos, presentes na École des Beaux-Arts. Mas, além disso, não havia uma luta política em relação às questões habitacionais e às reivindicações de moradias modernas e principalmente salubres; ao contrário, resistiam duramente a tais renovações urbanas e preferiam manter conjuntos insalubres do século XIX, com o temor do impacto no valor dos aluguéis:

> Enquanto na Alemanha, na Grã-Bretanha, na Áustria, na Holanda, na Bélgica e em diversos países da Europa do Leste os sindicatos operários e os partidos políticos "de esquerda" defendem programas nos quais as habitações sociais têm papel importante, as mesmas organizações na França estão preocupadas sobretudo com a defesa dos interesses imediatos dos inquilinos, ou seja, com a luta contra o aumento dos aluguéis, que estão, é bom lembrar, entre os mais baixos da Europa. (KOPP, 1990, p. 122)

Isso para dizer que a arquitetura de cunho social no início do século XX na França não era forte, primeiro por essa ausência de massa popular de clientes, e pelo vínculo acadêmico com os valores antigos. Mas, por outro lado, Le Corbusier fez um verdadeiro projeto social que, segundo KOPP (1990, p. 124), ia além de um papel de "espacializar" mudanças; afinal, para colocar em prática suas ideias, precisaria de um espaço, de credibilidade, que não havia naquele momento; afinal, com os conservadores no poder até 1936, qualquer tentativa de organizar a sociedade era desmobilizada:

> O Partido Socialista, propriamente reformista, nunca conseguiu constituir na França essa sociedade "paralela" que foi a força dos social-democratas alemães e austríacos, com suas cooperativas de construção e de habitação, suas associações esportivas e culturais e seu poder municipal nas maiores cidades do país. (KOPP, 1990, p. 124)

[3] A primeira exposição do Deutscher Werkbund (Federação Alemã de Ofícios) juntava arquitetos, artistas, industriais e operários, e tinha como objetivo dar nova forma à vida cotidiana. Se antes a indústria produzia objetos vulgares, agora a Idea seria incentivar uma produção de alta qualidade, artística inclusive, por meio da máquina.

Assim, KOPP (1990) anuncia um movimento, após a Primeira Guerra Mundial, com atuações pioneiras e servidas de conceitos que iam além dos aspectos plásticos ou de racionalidade da construção – ia ao encontro das necessidades básicas do povo, da grande massa de trabalhadores, mostrando que, nesse movimento, o "moderno" não era um *estilo,* e sim uma *causa* a favor da sociedade que passava por profundas transformações, seja por causa da Revolução Industrial, como também pelo cenário do pós-guerra. Se tal movimento não teve força inicialmente na França, por questões explicadas acima, na Alemanha, na Rússia e em outras localidades da Europa teve um cenário favorável para sua aplicação em escala.

Na Alemanha, era notável a precariedade das habitações operárias na Grande Berlim, com construções pouco iluminadas e ocupações densas e insalubres. Segundo KOPP (1990), os arquitetos "modernos" não estavam interessados em realizar obras-primas, mas sim em dar prioridade à melhoria nas condições de moradia dessas pessoas. Entre os arquitetos alemães do período se destacam as atuações de Ernest May e Bruno Taut, entre outros que surgirão na sequência. Walter Gropius, por exemplo.

Na Rússia, com a Revolução de Outubro de 1917 e o fim do regime imperial czarista, havia o desafio de um novo projeto de sociedade à população. *O* construtivismo, movimento que representou a arquitetura "moderna" na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), buscava uma revolução por meio de novas relações da sociedade devido à revolução. KOPP (1990, p. 20) coloca que "em nenhum país a ação política e social da arquitetura afirmar-se-á com tanta força quanto no decorrer do período 'moderno' da arquitetura soviética". Podemos citar nesse movimento Irmãos Vesnine, El Lissitzky, entre outros.

> Não entraremos aqui nesse debate teórico. O que parece importante, voltando aos problemas desses arquitetos de entre as duas guerras, é que eles acreditavam nessas ideias, se colocaram do lado daqueles que queriam transformar o mundo e pensaram que essas transformações necessitavam de novas formas arquitetônicas e urbanas. Os "condensadores sociais" dos arquitetos soviéticos, as Casas Comunitárias, os clubes operários, as indústrias transformadas segundo L. Lissitzky em polos da nova cultura, não são o reflexo da sociedade soviética tal qual ela existia quando esses "novos organismos arquitetônicos", como os chama o arquiteto construtivista M. Guinzburg, são propostos e às vezes realizados. (KOPP, 1990, p. 22)

KOPP (1990, p. 24) coloca a questão: "A quem pertence o mundo?", e ele mesmo responde que, para o grupo pioneiro de arquitetos, pertencia à grande massa da população, que ainda permanece coadjuvante em um mundo liderado pelos interesses privados e pela especulação do bem comum. Mas os arquitetos "modernos" daquele período colocaram seus conhecimentos a serviço do povo, pois acreditavam que esse era o verdadeiro sentido da história e a verdadeira causa de sua profissão:

> É por isso que o "moderno" não foi para eles um estilo, mas uma causa pela qual frequentemente sacrificaram aquilo que, para a maior parte de seus colegas, constituía justamente a gratificação que se poderia esperar do exercício tradicional da profissão de arquiteto: dinheiro e fama (KOPP, 1990, p. 24).

1.5.1

REVOLUÇÃO RUSSA: ARQUITETURA MODERNA NO ATENDIMENTO DA COLETIVIDADE

> O que caracteriza antes de tudo a arquitetura soviética dos anos vinte é a tentativa de criar um quadro de vida total conforme o projeto de sociedade que a Revolução de Outubro de 1917 proclamara querer colocar em ação; é a correlação entre projeto arquitetônico e projeto social o principal interesse das pesquisas dessa época; é essa correlação que fez dessa arquitetura uma causa social e política ao mesmo tempo que um movimento arquitetônico de vanguarda. Mas não se trata de algo completamente novo. Todos os utopistas, tanto da antiguidade como do século XIX, Fourier, Owen etc., insistiram na necessidade de transformar-se simultaneamente a sociedade e o espaço em que ela se instala, descrevendo precisamente o que da construção desse espaço era para eles indispensável à eclosão e ao desenvolvimento das formas sociais que preconizavam. (KOPP, 1990, p. 74)

No século XIX a Europa foi palco de grandes agitações sociais, decorrentes principalmente das consequências da Revolução Industrial, entre elas a luta de classes entre burgueses e proletários, relacionada também à contraposição de grupos a favor e contra a propriedade privada, entre outras questões. Vimos que algumas proposições do socialismo utópico foram relevantes na percepção da necessidade de mudança da cidade liberal da primeira metade do século XIX e que acaba por antecipar conceitos modernos da vida coletiva que vão surgir no início do século XX. Mas, de fato, é a Rússia a primeira a colocar em prática o regime socialista, a partir de 1917, porém com forte influência do socialismo científico, conceituado por Friedrich Engels e Karl Marx em 1948, que, diferentemente do socialismo utópico, preconizava que, para conseguir equilíbrio entre as classes sociais, era necessária revolução, inclusive luta armada, havendo, portanto, crítica ao modo pacífico dos idealistas.

Antes da implantação do socialismo, a população russa vivia praticamente em regime feudal e com baixíssima qualidade de vida. Tal situação começa a sofrer mudanças a partir do episódio conhecido como Domingo Sangrento de 1905, de grande violência das tropas russas, lideradas pelo regime czarista de Nicolau II, contra operários e camponeses manifestantes, o que desencadeou um sentimento de choque e rancor na sociedade. Tal episódio levou à posterior tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, liderada por Vladimir Lênin e conhecida como Revolução Russa. A partir desse episódio passa a haver mudanças na sociedade, incluindo a desapropriação de terras para torná-las um bem do Estado e a implantação de fato do socialismo.

O construtivismo foi uma expressão artística do modernismo estritamente vinculada a esse processo revolucionário iniciado na URSS no começo do século XX. Colocava explicitamente a função social e política na expressão artística. Para El Lissitzky (2019), grande influência nos movimentos construtivistas, “Em outubro de 1917, iniciou-se nossa Revolução e, com ela, uma nova página na história da sociedade humana. Os elementos básicos de nossa arquitetura são parte dessa revolução social, e não da técnica”.

Para isso, era necessário, segundo El Lissitzky (2019), elevar a arquitetura à altura do tempo atual, isso porque havia a necessidade de mudança na formação, até então clássica, da velha academia, entendida por ele como “verdades emprestadas, estranhas, havia muito superadas”(LISSITZKY, 2019, p.21), no sentido de entender a necessidade de uma nova prática alinhada com os conceitos socialistas e modernos, inclusive enfatizando a possibilidade de avanço técnico, em ritmo acelerado, para atingir, assim, os níveis da tendência internacional do movimento moderno:

> A escola de hoje não tem apenas a tarefa de formar mestres de obras ou arquitetos projetistas, mas também de criar arquitetos que trabalhem cientificamente em seu campo. Esse trabalho sério com os elementos fundamentais da arquitetura colocou todas as forças em movimento. Formou-se um grupo que focou a atenção na construção, preconizando o uso, na arquitetura, dos métodos do engenheiro, do construir. A partir da construção, a forma deve surgir por si própria. Conhecemos essa tendência da arquitetura geral internacional; contudo, aplicada à nossa situação, nota-se uma diferença fundamental em relação a ela. Em todos os países, com exceção da Rússia, as conquistas técnicas são uma realidade da vida moderna. (...) No campo da técnica, é possível devorar etapas intermediárias, de maneira que possamos pular direto da enxada para o trator, sem ter de passar pelos costumeiros estágios históricos do desenvolvimento. Por isso, queremos introduzir aqui os mais modernos métodos de arquitetura e construção. (LISSITZKY, 2019, p. 24)

Desse modo, para os construtivistas, o artista deveria ocupar um lugar ao lado do engenheiro e do cientista, associar a arte à ciência e à indústria. Dentro desse movimento a arte deveria responder às demandas da classe trabalhadora, expressar as aspirações da coletividade, e não ter um caráter genial e individualista. Por outro lado, havia um obstáculo a enfrentar, que seria o avanço tecnológico. O emprego da pré-fabricação na Rússia, por exemplo, não existia. De todo modo, havia o propósito do acesso às artes por todos, de não ser algo restrito a grupos privilegiados de burgueses. O construtivismo carregava o intuito de gerar ações concretas na prática social, em que o coletivo supera o individual. O texto abaixo, de 1929, demonstra essas intenções:

> Nosso artista da construção compreendeu que, por meio de seu trabalho, participa como colaborador ativo da elaboração do novo mundo. Para nós, a obra de um artista não tem valor “em si própria”, não tem um propósito em si, não tem beleza inerente; tudo isso ela só alcança por meio de sua relação com a coletividade. Na criação de toda grande obra, é evidente a participação do arquiteto e latente a da coletividade. (LISSITZKY, 2019, p. 79)

Com relação à necessidade de uma nova prática alinhada aos conceitos socialistas, M. J. Guinsburg, em seu relato de 1928 (LISSITZKY, 2019, p. 158), também enxerga o conservadorismo da geração mais velha de arquitetos e engenheiros como empecilho para o desenvolvimento da arquitetura moderna russa. Por outro lado, aponta uma série de questões que, ao contrário, estimularam o arquiteto moderno russo a começar pelo "surgimento de um novo grupo de clientes: a massa de trabalhadores livres de preconceitos devido ao gosto e que não estão ligados a nenhuma tradição" (LISSITZKY, 2019, p. 160). Para Guinsburg, essa massa de trabalhadores são apreciadores da arquitetura moderna, pois, devido à situação econômica, eles renunciam aos desejos pessoais, renunciam a artigos burgueses como "bibelôs, arabescos ornamentais e imagens de santos, aqueles milhares de futilidades que enchem a residência burguesa" (LISSITZKY, 2019, p. 160).

Lina Bo Bardi tem opinião semelhante. No artigo "Por que o povo é arquiteto?" demonstra que os conceitos de simplicidade, racionalidade e construção lógica estão embutidos na construção popular pela própria necessidade e tornam supérfluos elementos adicionais meramente decorativos:

> Os pobres são arquitetos porque não têm as ideias extravagantes dos ricos a respeito da casa. O pobre sabe quanto custa uma parede lisa; o rico pensa em como completar uma parede lisa. O estado de espírito é, pois, diferente desde as bases, e origina dois produtos totalmente diferentes; no primeiro caso: simplicidade, racionalidade, construtura lógica; no segundo caso: complicação, irracionalidade, construtura viciada de decorações (não queremos naturalmente a acusação de sermos contra a decoração; no entanto, somos decididamente contra certa decoração. A casa não é um jogo decorativo, mas antes uma necessidade humana. (BARDI, 1951, p.3, tradução nossa)

Entre outros estímulos apontados estão o progresso da força econômica e seu reflexo no desenvolvimento da tecnologia; a ausência de propriedades privadas e, consequentemente, o incentivo a planos focados no bem coletivo; o aumento do interesse da população pelas questões arquitetônicas, também devido às pesquisas realizadas com os novos moradores dos conjuntos para entender suas necessidades e seus anseios, assim como despertar o entendimento das "formas simples e racionais da arquitetura atual" (LISSITZKY, 2019, p. 160); o aumento da criação de novos grupos ou associações de arquitetos que rompem com a tradição acadêmica, entre elas Asnova e OSA; e, assim, o prestígio e a influência cada vez maiores da arquitetura moderna nas faculdades e instituições de ensino técnico: "Estão surgindo jovens arquitetos que nunca mais vão retroceder para as visões do ecletismo do período pré-guerra, sobre os quais recai a grande tarefa de construir com novo espírito" (LISSITZKY, 2019, p. 161).

A questão da desapropriação das propriedades privadas foi algo inédito até então, o que acabou gerando na área da habitação condições bastante peculiares. O texto de P. Martell (LISSITZKY, 2019, p. 162-170) explica aspectos da legislação relacionados a essa questão bastante polêmica; afinal, houve uma desapropriação quase ilimitada das propriedades na República Soviética a partir de 1917, a começar pela lei de 20 de outubro que "determinava a entrega das residências às administrações municipais autônomas e autorizava o poder municipal a confiscar residências inabitadas, a fim de colocá-las à disposição da população pobre".

Depois vão surgir práticas que acabam por flexibilizar um pouco a questão da propriedade privada; por exemplo, a lei de 14 de agosto de 1922, que dispõe sobre o direito de construir por 65 anos:

> Como um direito de uso fixado em 65 anos é algo bastante grande, no que diz respeito à sua duração, pode-se, na prática, falar em "propriedade", apesar de a doutrina governamental do comunismo se opor e negar completamente o conceito de propriedade. (LISSITZKY, 2019, p. 169)

Outro caso de flexibilização pode ser decorrente da lei de 21 de dezembro de 1926, que concede às cooperativas de construção de moradias o direito de uso do solo com duração ilimitada. Mas esses casos não minimizam a extraordinariedade do fato, da desapropriação de propriedades em nome da Revolução Comunista.

No texto de Wilm Stein de 1931 (LISSITZKY, 2019, p. 191-196), nota-se que a cidade coletiva das teorias construtivistas perde força ou simplesmente adia a experiência devido à "pressão da dura realidade" (p. 194). A Rússia enfrentou uma escassez de materiais e força de trabalho em 1931. Passa-se a incentivar a construção-padrão, as primitivas casinhas de madeira, devido à economia de mão de obra, materiais e com os engenheiros e técnicos.

> A transformação da cidade coletiva socialista, com sua sinfonia de aço, concreto e vidro, de prédios e clubes gigantescos, em simples casinhas coloniais de madeira foi um golpe contra as teorias comunistas. (...) Nesse recuo do "coletivo socialista" e na opção pelo velho e costumeiro edifício individual, foi inicialmente decisiva para o partido e o governo a ideia de que, com a construção de madeira, poderiam combater a carência residencial com muito mais rapidez, de forma mais barata e com uma maior chance de sucesso num futuro próximo. Ao mesmo tempo, porém, não se pode ignorar que o espírito da população, e justamente da população trabalhadora, se rebelara fortemente contra o edifício coletivo. Portanto, o recuo do partido significa, também, o alívio de uma tensão que eles não queriam que aumentasse sem necessidade na atmosfera atual, pois já há outras tensões inevitáveis. Não é segredo que, em sua grande maioria, o trabalhador russo rejeita a casa coletiva. O estudante universitário e o jovem trabalhador aceitam esse alojamento semelhante a um hotel, mas, assim que se casam, querem um "lar", algo "individual", um lar, ainda que pequeno, próprio, onde possam viver com a família e trancar a porta para a rua. (LISSITZKY, 2019, p. 195-196)

O referido alojamento era conhecido como casa-comuna, um exemplo de estratégia socialista refletida na arquitetura, do fortalecimento do coletivo, também de resposta ao problema da escassez de moradia. Nesse modelo, transferem-se as atividades da cozinha individual para o "laboratório de culinária comunitário" (LISSITZKY, 2019, p. 30), entre outras mudanças que levam ao fortalecimento do convívio coletivo. E, para entender ainda mais quanto a arquitetura andava junto com os conceitos do socialismo, percebe-se a busca pelas formas mais livres e flexíveis, característica relacionada ao próprio desejo de liberdade contraposto aos modelos autoritários anteriores. Essas características são percebidas, por exemplo, nos clubes, "locais transformáveis, que permitam as mais diferentes maneiras de utilização de movimentação" (LISSITZKY, 2019, p. 39).

Também é importante compreender que, mesmo sendo dirigida por revolucionários, a URSS continuava sendo predominantemente rural, e pode-se entender que a população tinha hábitos enraizados e tradições que acabaram sendo mais fortes na direção da vida cotidiana. Por outro lado, ao ler os relatos de El Lissitzky (2019) e Kopp (1990), a criação da casa-comuna não foi uma solução de arquitetura concebida do nada – partiu do entendimento da demanda daquela época, de rompimento com hábitos do passado. Mais do que abrigo, era um local para amenizar o analfabetismo, um "condensador social", ou seja, "uma estrutura construída que agiria sobre seus utilizadores, os habitantes do novo modo de vida, e aceleraria sua mutação em direção a um objetivo proclamado inúmeras vezes: o homem novo" (KOPP, 1990, p. 95).

> É provável que a imprensa desse maior atenção à palavra dos que pronunciavam em favor do novo, mas é igualmente provável que uma habitação por família parecesse naquela época uma utopia totalmente irrealizável e que, nesse caso, mais valia uma habitação estudada para a vida coletiva do que o amontoamento de várias famílias em habitações supostamente individuais. (KOPP, 1990. p. 92)

A partir de meados da década de 1930 o construtivismo vai perdendo sua força e será paulatinamente substituído pelo realismo socialista, o qual, por sua vez, está ligado a uma política de Estado de Josef Stálin que tinha como função promover os feitos do governo, ou seja, um realismo "montado" e imposto por um governo totalitário.

> O fracasso da maior parte das experiências tentadas na época é incontestável. Mas o fracasso não é arquitetônico. Se a imensa maioria dos projetos de "residências comunitárias" ficou no papel, a falha não é dos autores dos projetos. A arquitetura sozinha nunca pôde (nem pretendeu) transformar a sociedade ou construir essa "vida nova" da qual tanto se falou na década de vinte. Se a vida anterior triunfa sobre as tentativas da "vida nova", sem dúvida é porque as condições políticas e sociais necessárias não estavam reunidas. Sem dúvida é também, como veremos adiante, porque o Partido e o Estado mudaram de objetivo e a "reconstrução do modo de vida" deixou de estar na ordem do dia. (KOPP, 1990, p. 99-100)

1.5.2

REPÚBLICA DE WEIMAR: ARQUITETURA PARA A MASSA POPULAR

Segundo KOPP (1990), no período da República de Weimar [4] na Alemanha, do fim da Primeira Guerra Mundial até o início do regime nazista, em 1933, a arquitetura "moderna" teve sua repercussão mais forte em termos de prática e de quantidade de realizações (KOPP, 1990, p. 26). O movimento artístico Neues Bauen, ou "Nova Objetividade", demonstrava a mudança da fase artesanal para a industrial e, com isso, a possibilidade de produzir objetos em massa para o novo cliente "coletivo". Com isso, é possível também entender uma mudança de paradigma, uma atuação não mais voltada para obras "excepcionais", mas sim para as necessidades habitacionais e os problemas urbanísticos decorrentes dessa demanda. O que caracteriza tal movimento é a produção artística industrial voltada para as massas populares, que até então não eram consideradas nas academias e escolas de arquitetura.

Um dos fatores que possibilitaram esse êxito foi o avanço industrial tecnológico:

> A divisão da Alemanha – que no início do século XIX ainda não tinha conseguido sua unidade e era composta de quase 350 Estados de todos os tamanhos – fez com que ela se atrasasse em seu desenvolvimento em relação a um país como a Inglaterra. Mas esse atraso acabou sendo de certo modo uma vantagem quando a Europa entrou na segunda fase dessa revolução, pois permitiu à Alemanha equipar-se com indústrias bem mais modernas do que as instaladas na Inglaterra há 50, 60 e às vezes 100 anos. (KOPP, 1990, p. 37)

Foi necessária uma verdadeira revisão do método de produção e concepção habitacional para cobrir o déficit acumulado durante a guerra e substituir antigas moradias insalubres do século XIX. É interessante notar que foi um primeiro momento em que a população mais vulnerável poderia não apenas se conformar com sua moradia, mas, com certo limite, poderia ter o mínimo de participação, também poder opinar sobre as questões de interesse dos beneficiários. Essa nova arquitetura não combinava com a promoção privada, cuja motivação principal é o lucro. Também por isso a possibilidade de manifestação é maior.

> (...) a própria concepção de habitação precisava ser revista: habitações individuais ou coletivas, em andares ou térreas, superfícies habitáveis, equipamentos sanitários e de cozinha são alguns dos problemas que até então tinham sido resolvidos sem qualquer intervenção dos usuários, que dali em diante, devido à presença de seus representantes a nível governamental, bem como do papel que seria desempenhado pelas diversas organizações cooperativas, iriam poder, em certa medida, influir nas decisões que interessavam, antes de mais nada, a eles próprios. (KOPP, 1990, p. 44)

---

[4] A República de Weimar foi o regime estabelecido na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, e que durou até o início do regime nazista, em1933. Esse período tem o nome de Weimar porque foi nessa cidade da Turíngia que se reuniu a Assembleia Nacional Constituinte. As circunstâncias em que foi criada a República de Weimar foram muito especiais. Prestes a perder a Primeira Guerra Mundial, a liderança militar alemã, altamente autocrática e conservadora, atirou o poder para as mãos dos democratas, em particular o SPD, que acabou por ter de negociar a paz (ou seja, a derrota na guerra). Com isso, ficava no ar o saudosismo de uma nação outrora poderosa, nos tempos do imperador, em comparação com a nova realidade democrática, cheia de derrotas e humilhações. Essa situação política, que alguns compararam a um presente envenenado à democracia, acabou por lançar os fundamentos que mais tarde permitiram a Adolf Hitler posicionar-se com o passado imperial da Alemanha e implantar o nazismo.

Mesmo que as primeiras realizações após a guerra tenham sido casas individuais com jardim – que aliás era a preferência da população, que carregava traumas dos cortiços operários do século XIX –, já nesse período o povo desenvolvia o convívio coletivo e uma mudança em relação ao comportamento social na vida cotidiana. A arquitetura dava respostas ao encontro dessas mudanças.

> O ódio da guerra, os movimentos pacifistas, a esperança de uma vida melhor desenvolveram sentimentos de abertura social em contradição com o isolamento de cada um em suas casas e terrenos. (...) A ideia da busca de um objetivo comum, do avanço coletivo e solidário para o futuro pareciam ser, sem dúvida, melhor expressos por um conjunto arquitetônico importante e agrupado do que por habitações individuais dispersas em meio a jardins individuais. (KOPP, 1990, p. 45)

É importante perceber novamente que a profissão do arquiteto, no passado globalmente conservadora e ligada às tradições, clama por mudanças. Se antes os arquitetos tradicionais estavam mais preocupados com as realizações excepcionais, a arquitetura “moderna” passa a assumir a causa habitacional, que é a necessidade da maioria e a transformação da sociedade. Os “monumentos” da nova arquitetura passam a ser os equipamentos que complementam o uso residencial – creches, lavanderias coletivas etc.

> Se para homens como Walter Gropius e Ernst May, não engajados politicamente, o arquiteto está doravante investido de uma nova missão que muda completamente seu papel na sociedade, essa mudança é ainda mais evidente para Hannes Meyer, sucessor de Gropius na direção da Bauhaus, e que tem posições políticas claramente definidas. (KOPP, 1990, p. 47)

Hannes Meyer acreditava nos princípios da arquitetura “marxista”, em que o arquiteto é o organizador das ciências da construção, que tem como objetivo a melhoria das condições de vida das massas. Nota-se uma diferença em relação à cidade pós-liberal, descrita no subcapítulo anterior, em que o técnico e o artista assumiam papel secundário na estruturação da cidade e consequentemente na sociedade.

Existem reflexos diretos dessa produção europeia no Brasil em parte dos projetos promovidos nas décadas de 1930 e 1940 pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), momento em que o Estado passa a interferir na questão habitacional para a população de baixa renda. No entanto, foi uma referência limitada em parte dos arquitetos e técnicos mais progressistas que atuavam na questão habitacional e lutavam pela modernidade como causa social. Pode-se observar essa referência, por exemplo, nas propostas do engenheiro-arquiteto Rubens Porto, que defendia a oferta de habitação social pelo Estado como um serviço de utilidade pública. Também é possível perceber em muitos projetos do período a influência das questões internacionais sobre a arquitetura moderna internacional, seja pela procura da racionalização dos métodos construtivos, pela linguagem estética dos projetos, como também pela crença na arquitetura como uma causa social. Mas no geral não havia um pensamento único nos Institutos, e a moradia para a população de baixa renda não foi o grande objetivo dos IAPs, e também ficou longe de atingir uma produção em massa, como ocorreu na Alemanha e em outros locais da Europa, como poderá ser visto no próximo capítulo.

Figura 21: Siedlung Bruchfeldstrasse, em Frankfurt. Projeto de Ernst May, 1926/27.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

BARDI, Lina Bo. **Porque o povo é arquiteto?** Habitat, v. 1, n. 3, p. 3-5, 1951.

BARROS, José D'Assunção. **Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial.** RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas, vol. 15, n. 2, 2016, p. 223-238.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

DOXIADIS, Constantínos Apóstolos. **Arquitectura em transição.** Coimbra: Ed. Arménio Amado, 1965.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

HERMANSEN, G. **The Medianum and the Roman Apartment.** Phoenix, vol. 24, n. 4, 1970, p. 342-347.Disponível em: <https://bityli.com/SIEVAt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LARSEN, Clark. **9.000 years ago, a Community with modern urban problems. Çatalhöyük had overcrowding, violence, environmental troubles.** OSU.EDU, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/EQi3mF>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LISSITZKY, El. **Rússia: a reconstrução da Arquitetura na União Soviética.** São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

ORTIZ, Humberto Gonzáles. **Arquitetura e indiferença. Carlos González Lobo e a busca de uma arquitetura apropriada.** São Paulo, VITRUVIUS, julho 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/568/pt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

RAPOPORT, Amos. **Vivienda y cultura.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972.

ROTH, Leland. M. **Entender la arquitectura: sus elementos, historia y significado.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.

SILVA, Luís Octávio da Silva. **Primórdios da habitação social: as experiências do entre guerras na Europa e Estados Unidos.** VITRUVIUS, junho de 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/136>. Acesso em: 18 mai. 2021.

[s.n.] **Construir por suas mãos.** A Casa, v. 5, n. 36, 1927, p. 9.

O TRIPÉ MANCO: ESTADO, POPULAÇÃO E PROFISSIONAIS NA HISTÓRIA DAS AÇÕES HABITACIONAIS NO BRASIL (1880-1988)

A escritora, compositora e poetisa - Carolina Maria de Jesus, na Favela do Canindé, São Paulo, às margens do Rio Tietê. Uma das primeiras favelas a surgir em São Paulo, nos anos 1940.

Neste capítulo será verificado como o trabalho profissional do arquiteto acompanhou as questões iniciais envolvidas na problemática habitacional, desde o período colonial até a instauração da ditadura militar, em 1964, com foco em São Paulo; afinal, o objeto de estudo direto da presente tese, o município de Diadema, está localizado em sua região metropolitana. As emergências relacionadas ao tema da habitação surgidas nesse município foram decorrentes do processo de expansão periférica em São Paulo, mas também da vinda de imigrantes de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste, mas também da Região Sudeste, principalmente do estado de Minas Gerais, atraídos pelas oportunidades decorrentes da industrialização, que em Diadema ocorreu de modo mais tardio em relação ao município de São Paulo.

O objeto de estudo da presente tese, que será apresentado a partir do Capítulo 3, se refere às ações da estreita relação entre profissionais e população, que historicamente foi e continua sendo marginalizada e excluída dos direitos sociais básicos. As iniciativas identificadas em Diadema (SP), a partir dos anos 1970, estão relacionadas a uma época em que profissionais passaram a colocar com mais vigor seus conhecimentos a favor dos movimentos reivindicatórios urbanos e da luta popular, por meio de ações que representaram uma ruptura com o modo tradicional de atuação, antes vinculada principalmente ao Estado ou a empreendedores particulares, como poderá ser observado neste capítulo.

Mesmo se tratando de propostas ligadas diretamente ao poder público municipal, os vários profissionais da Prefeitura de Diadema, incluindo os gestores, dentro de diferentes atribuições e junto com o movimento popular e assessorias técnicas contratadas diretamente por entidades organizadas vinculadas a ele, romperam com a atuação descomprometida com a realidade concreta das cidades e principalmente com as pessoas, criando novas leis, novos modos de agir e atuar, que se diferenciaram, naquele momento, da grande parte das ações que serão descritas no presente capítulo, “ideias fora do lugar”, pois, segundo Erminia Maricato (2013), se aplicam apenas a uma pequena parcela da sociedade, reproduzindo desigualdades e privilégios (MARICATO, 2013, p. 122).

O presente capítulo passará por alguns momentos históricos julgados importantes em São Paulo e no Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, para demonstrar o início do trabalho profissional nos temas que envolvem o direito à cidade e o direito à moradia e o papel do Estado, assim como sua ausência nessas questões. Assim, por meio de estudo bibliográfico, buscou-se relacionar os problemas que afetam a população de baixa renda paralelamente ao processo de consolidação profissional do arquiteto.

Na primeira parte do capítulo, será observado que o início do envolvimento dos engenheiros-arquitetos nas questões da população ocorre, ainda sem grandes pretensões, nas ações sanitárias nos cortiços, nas propostas das vilas salubres, como nos variados projetos que surgem para tentar responder com modernidade a questões emergenciais que extrapolavam o limite da boa atuação e da vontade profissional. De todo modo, os profissionais estiveram sempre muito atentos às questões da moradia popular, e isso poderá ser percebido nas discussões dos congressos da época, na elaboração de leis ou até mesmo na primeira ação pública relevante na questão habitacional, que foi o caso dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, nos anos 1940. De todo modo, ao fim da primeira parte do capítulo será possível entender que, mesmo com tantas discussões, projetos e legislações na época, a periferia seguia se expandindo sem controle e com ausência do Estado, sendo possível perceber que todo o discurso de modernidade estava muito descolado da realidade da massa popular, assim como continua sendo.

Na segunda parte do capítulo julgou-se importante abranger mais especificamente o Rio de Janeiro, pois foi o local de surgimento das primeiras discussões e modos de atuações relacionadas às favelas, que apenas serão numericamente relevantes em São Paulo nos anos 1970, enquanto que no Rio de Janeiro já são tema discutido desde o início do século XX.

Na última parte do capítulo, enquanto busca da origem de uma atuação mais próxima da realidade da população que desbrava a periferia, recapitularam-se o surgimento e as atuações da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), liderada pelo Padre Antonio Lebret, que também marca o interesse de *experts* estrangeiros no entendimento do fenômeno da favela brasileira, mas, no caso específico da SAGMACS, uma forma de demonstrar a origem de um urbanismo mais humano e democrático, que pode ser uma das bases de apoio para o movimento maior que surgirá anos depois, de maior proximidade com os movimentos e causas populares. Para demonstrar o período posterior à ditadura, a sequência histórica se dará dentro do contexto existente no próprio objeto de estudo direto, ou seja, nas ações relacionadas ao direito à moradia, no município de Diadema.

Operários, 1933, obra de Tarsila do Amaral. Representa como o Brasil entrou no mundo industrializado, com a exploração do trabalho de imigrantes e pessoas vindas de todas as partes do Brasil, desprovidos de direitos e sofrendo com as condições precárias da vida das cidades.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO AUTOEMPREENDIMENTO PERIFÉRICO EM SÃO PAULO SEM AUXÍLIO PROFISSIONAL (1880-1964)

2.1.1

SÃO PAULO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: CORTIÇOS, LEIS SANITÁRIAS E VILAS SALUBRES

Para o profissional atuar a favor da população de baixa renda é importante entender questões históricas que demonstram a distribuição desigual dos espaços, dos benefícios urbanos e entender por que alguns grupos sociais ficaram à margem do processo de socialização, sem acesso aos direitos básicos, inclusive à moradia adequada. Este capítulo traz uma junção de fatos que justificam por que é importante a atuação profissional a favor da população marginalizada e como o profissional foi se inserindo nessas questões desde sua origem.

Seria natural imaginar que, ao final de um regime escravista, homens e mulheres teriam a oportunidade de reiniciar suas vidas com dignidade e como cidadãos em uma sociedade. Mas não foi assim que ocorreu. No momento em que já se discutia a abolição da escravatura no Brasil foi criada a Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), uma forma de impedir que escravos "libertos" e imigrantes buscassem terras no interior, provocando falta de mão de obra barata. Essa lei preservou a mesma lógica já existente desde o início da colonização, do grande latifúndio, permitindo a concentração de propriedades nas mãos de poucos, gerando assim uma sociedade desigual. Em WESTIN (2020) é possível entender as principais questões relacionadas, como também seu rebatimento na atualidade, de um país desigual:

> Atualmente, apenas 0,7% das propriedades têm área superior a 2 mil hectares (20 km^2), mas elas, somadas, ocupam quase 50% da zona rural brasileira. Por outro lado, 60% das propriedades não chegam a 25 hectares (0,25 km^2) e, mesmo tão numerosas, só cobrem 5% do território rural. Os dados são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (WESTIN, 2020)

A construção e a expansão das ferrovias na segunda metade do século XIX pode ser entendida como uma forma de equilibrar os efeitos negativos do fim da escravidão, por meio de uma visão progressista e de vida moderna, por exemplo, ao pensar que antes havia centenas de escravos ocupados no sistema de transporte por tropas de burros e bois. Por outro lado, a expansão agrícola requeria grande quantidade de mão de obra barata para trabalhar nas lavouras (LAMOUNIER, 2012, p. 44). Ou seja, a modernidade estava bastante restrita.

Também é importante mencionar que foi a partir da expansão da ferrovia e, consequentemente, com a transformação de São Paulo em entreposto comercial, ou seja, um centro de negócios, de discussões políticas e econômicas para os barões do café, que houve a abertura de espaço para o trabalho dos engenheiros, por meio da criação da Repartição de Obras Públicas. Nesse posto de trabalho o profissional ficava encarregado de cuidar dos processos de abertura das estradas de ferro e colaborar nos melhoramentos da estrutura urbana. Anteriormente a regulação urbana estava nas mãos dos advogados, que garantiam o direito à propriedade, entre outras questões. (CESTARO, 2009, p. 45)

A situação é intensificada com a chegada em massa de estrangeiros, incentivada pelo Estado por meio de subsídio à imigração europeia, como forma de evitar carência de mão de obra barata nas lavouras, haja visto o fim da escravidão, sendo assim uma política de acordo com interesses dos produtores de café:

> Na década de 1880, com a expectativa da extinção da escravidão, o governo da Província de São Paulo passou a agir de forma a amenizar a transição do trabalho escravo para o livre no sentido de evitar a crise de braços na lavoura exportadora. Como alternativa à substituição do escravo, foi aprovado pela Assembleia Estadual, em 1884, um programa de subsídio à imigração de europeus, que, em pouco menos de dois anos, propiciou a entrada de 133 mil trabalhadores imigrantes, número superior ao de escravos. (RIBEIRO, 2014, p. 131-132)

Muitos permaneceram na cidade e trabalhavam nas indústrias. Outros se tornaram comerciantes. Nesse contexto se iniciou a existência de problemas de ordem urbanística em São Paulo e um primeiro período de crise habitacional; afinal, houve um aumento no mercado de trabalho, sem, no entanto, oferecer alojamento para os trabalhadores. Ou seja, mesmo ocorrendo um desenvolvimento econômico, seja pela novidade da industrialização como pelas atividades do café, as riquezas geradas não foram compartilhadas com os trabalhadores das fábricas ou das lavouras. Havia, portanto, muitas reivindicações decorrentes do aumento da população, entre elas, principalmente, a necessidade de moradia e de melhoria das condições de infraestrutura dos bairros operários. No relato de 1889 sobre os bairros italianos de São Paulo é possível sentir a condição deletéria das moradias e dos próprios bairros populares:

> Na Barra Funda falta tudo. Até nas ruas principais não há um metro de calçamento, nem um palmo de calçada, nem um conduto subterrâneo. Como resultado, a natureza, por conta própria, cavou fossas que margeiam os canais, o que levou os habitantes a construírem pequenas pontes primitivas para entrar na própria casa (...). É materialmente impossível que o Sr. Prefeito municipal conheça o Brás (...) as calçadas não existem e tanto em dias de chuva como em dias serenos as pessoas não podem transitar senão descalças, com as saias ou as calças levantadas até o joelho. Imaginai agora o cheiro de tais ambientes onde várias vezes por dia entram pés tratados de tal forma, imaginai tudo o mais e tereis uma ideia mais ou menos exata do estado daqueles tugúrios e do dano imenso que disso deve necessariamente derivar para a saúde pública. (FANFULLA, 14/3/1899 e 16/3/1899, apud PINHEIRO et al, 1981, apud BONDUKI, 2004, p. 19-20)

Não havia apoio suficiente do Estado na escassez habitacional, e apenas uma pequena parcela dos trabalhadores conseguia alugar uma habitação adequada. Para a grande maioria não restava alternativa a não ser viver em cortiços dos mais diferentes tipos. Nesse período o Estado tinha sua conduta restrita às isenções fiscais para aqueles que promoviam casas salubres, como também em ações sanitárias, em vista também dos surtos epidêmicos do final do século XIX, como a febre amarela e a cólera. RIBEIRO (2014) explica esse período histórico e relata o momento de avanço da epidemia para o interior, o que fez soar um alerta para a urgência de uma política de saúde pública, mas ao que parece muito mais focada na preocupação com o bom desenvolvimento das atividades cafeeiras e na continuidade das atividades operárias nas indústrias, e de pouco interesse na promoção de condições dignas de alojamento para os trabalhadores que depositavam suas forças nessas atividades em destaque naquele momento.

> Nos agitados anos finais da década de 1880, marcados pelo crescimento explosivo da população, graças à imigração subsidiada, pela abolição da escravatura e pela agitação republicana, as condições da saúde pública agravaram-se, com a eclosão da epidemia de febre amarela nas cidades distantes do litoral santista. Em 1889, pela primeira vez, a epidemia eclodia em Campinas, porta de entrada para a região cafeeira denominada "Oeste paulista" – Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto –, justamente a região econômica mais próspera, por onde seguia a expansão das lavouras de café e para onde seguiam os imigrantes. A chegada da febre amarela àquela região fez soar o alerta sobre a urgência de uma política de saúde pública, a fim de evitar a interrupção da expansão cafeeira e da política de imigração para abastecimento do mercado de trabalho. (RIBEIRO, 2014, p. 132)

É necessário frisar que, diante de um Estado liberal, que não atuava nas regulamentações trabalhistas e menos ainda nas questões habitacionais, a promoção de moradia ficava livre para as forças do mercado, que a estimulavam de acordo com suas conveniências, ofertando assim verdadeiras espeluncas que custavam muito para os trabalhadores mal remunerados, que não tinham alternativas; afinal, moradia é uma mercadoria de consumo compulsório, não dá para viver sem moradia.

De todo modo, as medidas higienistas foram logo consolidadas nas ações públicas, em vista também dos precedentes das leis europeias, em especial às já citadas de 1848, na Inglaterra, e de 1850, em Paris, que colaboraram na reestruturação dos grandes centros urbanos do mundo. No caso do Brasil não foi diferente, e de certo modo a preexistência dessas correntes ajudou a reduzir controvérsias da interferência do Estado. Também por esse motivo a aplicação em São Paulo ocorreu antes do agravamento da situação, e assim as condições das cidades industriais na Europa foram muito piores do que em São Paulo. (BONDUKI, 2004, p. 28)

De qualquer maneira, é muito difícil encontrar registros desses tugúrios que se multiplicaram no período em questão, e, portanto, pode ser arriscado declarar sua situação. Uma importante fonte de informações é o *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigenia (1894)*, que descreve as características das moradias da classe trabalhadora nessa localidade, uma pequena amostra da realidade dos bairros operários da época.

A comissão contou com a relevante participação do engenheiro sanitário Theodoro Fernandes Sampaio[1], que integrava uma equipe composta por engenheiros e médicos na investigação das condições do bairro Santa Ifigênia. Em sua atuação profissional, Theodoro Sampaio apoiava políticas públicas de infraestrutura em apoio à salubridade. Indicou aos superiores a urgência de obras de saneamento a fim de evitar uma verdadeira crise da saúde pública. Essa indicação é reiterada em 1893, sugerindo o Bairro da Santa Ifigênia para início do trabalho. (BORIN, 2016, p. 50)

[1] Nasceu em 1855, na Bahia, filho do padre católico Manoel Fernandes Sampaio e da escrava Domingas da Paixão. Ingressa na Escola Central em 1872, que logo depois se transformou em Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Formou-se engenheiro em 1877 e ganhou grande notoriedade no panorama urbanístico no Brasil. Em 1890 realiza os estudos de saneamento de São Paulo junto com o dr. Antônio Francisco de Paula Souza. Concomitantemente, assume a chefia dos Serviços de Água e Esgoto da cidade de São Paulo. Resulta dessa época o referido relatório, que inclusive foi referência direta na elaboração do Código Sanitário do Estado de São Paulo (1894).

[2] Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/corticos_ephigenia>.

As fichas de coleta de informações da Comissão de Exame, assim como o relatório final, podem ser consultadas no banco de dados do Arquivo Público do Estado de São Paulo[2]. As fichas contêm informações referentes à localização das moradias, nomes dos proprietários e inquilinos, etnia dos moradores, condições das habitações e ações necessárias para adequação e promoção da higiene no local.

Pelos relatórios, entende-se que os membros da comissão preenchiam fichas padronizadas com informações fornecidas pelos moradores, assim como analisavam as questões físicas do local: dimensões, condições sanitárias, lotação, áreas livres etc. É interessante perceber a aproximação dos membros da comissão com a dura realidade da grande maioria dos inquilinos dos bairros. Tratava-se de uma atuação focada na melhoria do existente, e não na proposta de novas moradias.

Após obtenção de dados e análise, o inspetor prescrevia quais medidas deveriam ser tomadas para tornar a habitação adequada, ou até sua demolição, caso a situação fosse irremediável. A comissão parece ter cumprido seu papel, o de avaliar e indicar soluções para os problemas detectados. De todo modo, por se tratar em sua maioria de habitações alugadas de proprietários especuladores, o Estado poderia ter criado uma política mais eficiente na obrigação do cumprimento pelos proprietários das medidas prescritas.

É importante mencionar que a comissão propõe reformas para melhorar as condições das pessoas que já moravam no local, e é possível perceber a condenação da atitude dos proprietários que exploravam seus inquilinos com aluguéis exorbitantes (RIBEIRO, 2010). Talvez essa seja uma visão diferente da que normalmente imaginamos, a de uma comissão sanitarista que apenas atuava com violência nos despejos dos moradores. A nova ordem sanitária possivelmente não tinha uma visão e/ou uma atitude única sobre o assunto. Em BONDUKI (2004) é possível sentir uma aversão ao modo de atuação moralista da intervenção estatal na questão sanitária: "O risco constante de epidemia mantinha a polícia sanitária em alerta. E, como toda ação policial, tornou-se um fator de normalização e homogeneização do social". (BONDUKI, 2004, p. 34-35)

Já BORIN (2016) informa que as propostas e o posicionamento desses funcionários públicos contradizem parte da historiografia que vê as ações de reforma urbana como simples mecanismos de expulsão da população. Mostrando, portanto, que há controvérsias sobre a forma como conduziam esse trabalho. "A Comissão defendia em seu relatório que a higiene deveria prevalecer sobre a ganância de lucro dos proprietários e que o poder público era o responsável por fazer essa mediação". (RODRIGUES, 2010, p. 85, apud BORIN, 2016, p. 55-56)

Pelos relatórios é possível identificar diferentes tipos de habitações insalubres: hotel-cortiço, casas de cômodos, cortiço-pátio, sendo o último o tipo mais comum de habitação popular. De todo modo, tais registros existem devido ao risco que representavam à saúde pública na época, e não pela importância na historiografia. BONDUKI (2004, p. 21) comenta sobre a carência de registros das habitações populares da época, fato que não é isolado, como vimos, e sim uma situação frequente na historiografia mundial:

> Infelizmente, os registros e a documentação divulgada sobre o período tratam quase que exclusivamente do empenho da elite em construir uma cidade "moderna", de aparência europeia. É muito mais comum encontrar um relato de um detalhe da construção de um imponente edifício público ou privado, neoclássico ou eclético, do que uma rápida descrição de habitações populares. (BONDUKI, 2004, p. 21)

Figura 1: Trecho da planta cadastral da cidade de São Paulo (1892) com indicação dos cortiços vistoriados pela Comissão de Exame de Santa Ephigenia.

Nessa época começaram a surgir legislações de controle do uso do solo, como uma das frentes de controle sanitário, sendo o primeiro código sanitário, de 1886 (Decreto Imperial nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886). Tais legislações apoiavam as habitações operárias salubres, como as vilas operárias, e proibiam ou estabeleciam parâmetros mínimos para os cortiços, mas não garantiam a qualidade da oferta privada.

Também nesse mesmo período se inicia o processo de legalização e aprovação prévia dos projetos antes da construção, não prioritariamente como medida de melhoria na higiene, mas de controle sobre o crescimento da cidade e suas construções. De todo modo, tais legislações parecem retratar, segundo BONDUKI (2004, p. 39), o início da "ampliação do fosso entre os padrões legais e atividade de construção de moradias populares", situação presente até hoje, e que conduz ao distanciamento do trabalho técnico da população ou vice-versa. MARICATO (2013, p. 151) também expõe o contexto de supostas soluções para o problema da moradia por meio de leis que nada ajudam na questão. BONDUKI (2004) coloca ainda que o distanciamento dos padrões legais não ocorria (e ainda não ocorre) apenas pelo morador ou pela família de baixa renda; os próprios empreendedores de habitação popular frequentemente não seguiam as normas; afinal, estas direcionariam a uma proposta menos rentável para seus negócios.

Mesmo após anos de um processo de regulamentação da cidade e suas construções, incluindo a habitação popular e o papel do profissional, as discussões persistiram em alguns temas, sendo, inclusive, foco de debate no I Congresso de Habitação em São Paulo, em 1931. Um dos temas tratados foi justamente a questão da contradição dos padrões higienistas com a viabilidade econômica de casas populares. Amador Cintra foi um dos palestrantes a levantar tal questão e entendia que os parâmetros eram excessivos e inviáveis sob o ponto de vista orçamentário dos trabalhadores (OUTTES, 2020, p. 4). Outros profissionais também compartilhavam opinião similar, como, por exemplo, Bruno Simões Magro, que indicava padrões mínimos sem prejuízo à salubridade da moradia.

De qualquer forma, esse episódio já marca o período de transição para a Era Vargas e será tratado mais adiante. Neste momento é importante conhecer algumas legislações principais que indicam o início da definição de parâmetros para habitação popular:

Código Sanitário de 1886 (Decreto Nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886): reorganiza o serviço sanitário do Império e apoia a interdição de cortiços quando não atendidas as solicitações da Inspetoria Geral.

> Art. 26. Aos Delegados de higiene cumpre: VI. Examinar com o maior cuidado as condições hygiencias das casas de saude, das maternidades e das habitações da classe pobre, taes como cortiços, estalagens e outras, lotando-as, ordenando as medidas convenientes, e propondo á Inspectoria Geral o respectivo fechamento quando os defeitos forem insanaveis ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido executados no prazo marcado; salvo o caso de motivo plenamente justificado. (Decreto Nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886)

Código de Posturas do Município de São Paulo (1886): toleravam-se os cortiços, porém se estabeleciam parâmetros mínimos para sua implantação. De todo modo, ao verificar os parâmetros estabelecidos para os "Cortiços, Casas de Operários e Cubículos", nota-se um total distanciamento da realidade:

> (...) No caso de ser autorizada a construção, além das prescrições estabelecidas para as construções em geral, ainda deverão observar as seguintes: primeiro – haverá uma área nas frentes das habitações, podendo parte ser reservada a um pequeno jardim e o resto calçado. Esta área será na razão de 30 metros quadrados para cada habitação, sendo toda calçada, caso não se reserve alguma porção para jardim. (Código de Posturas do Município de São Paulo, 1886)

Código Sanitário de 1894 (Decreto nº 233, de 2 de março de 1894): primeiro documento estadual que trazia preceitos básicos e procedimentos a ser adotados em diversos tipos de estabelecimentos e locais, públicos ou privados. Foi uma ferramenta utilizada pelo Estado para intervir nas condições das habitações, decorrentes também das epidemias que se intensificavam com sua precariedade. Foi seguido por todos os municípios do estado. As transformações que estavam ocorrendo nas cidades embutiam mudanças no modo de viver das pessoas. Deve-se imaginar que esse início de modernização causava estranhamento na população. COSTA (2016) descreve algumas situações que indicam essa transição de cidade colonial para cidade moderna:

> A população em geral não entendia, por exemplo, por que a água que até então era disponibilizada gratuitamente nos chafarizes tinha que ser paga. (...) O certo é que a introdução desses serviços sanitários gerou uma horda de desempregados urbanos entre os mais pobres, visto que os serviços de transporte de água, de águas servidas e de dejetos não mais eram necessários. (COSTA, 2016, p. 19)

Tal questão está relacionada ao início do trabalho da Companhia Cantareira de Água e Esgotos, nos anos 1880, quando começa a importação de materiais hidráulicos, inclusive para uso doméstico, sendo que em 1883 passa a funcionar o primeiro sistema de esgotos da cidade, beneficiando os moradores da região da Consolação, de Higienópolis e da Luz. (CESTARO, 2009, p. 53)

Dos 27 capítulos do Código Sanitário, cinco tratam especificamente da questão habitacional.

No artigo 138 do Capítulo V proibia-se a construção de cortiços: “Deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes”. E se colocavam exigências iguais com relação às habitações em geral. Além dos aspectos restritivos e pouco propositivos em relação à moradia popular, é possível entender também que o processo de modernização como um todo, regrado por meio de códigos como esse, possui naturalmente um caráter excludente, conforme explica COSTA (2016):

> O outro lado é que sanear queria dizer excluir. Excluir o que era fétido e feio, mas, sobretudo, operar uma brutal exclusão social onde o preto, o pobre e os desvalidos de todas as ordens deveriam ser preteridos em favor do moderno, civilizado, não raro, europeu. (...) Esmaecia-se o passado colonial e escravista dessa sociedade. (...) É nesse contexto, aqui sumariamente exposto, em que o primeiro código sanitário do Estado de São Paulo é elaborado e promulgado. (COSTA, 2016, p. 19)

Mesmo com tantas leis que ameaçavam o fechamento dos cortiços, ou leis que minimamente davam diretrizes para a moradia salubre, até a década de 1930 a moradia de aluguel era a modalidade mais frequente para a população paulistana, e o cortiço insalubre, o tipo mais comum. Esse quadro se dava não por falta de leis, ou por incapacidade do corpo técnico, mas devido à falta de vontade e prioridade do Estado para intervir no mercado livre que determinava as condições das habitações e dos espaços da cidade, investidores com interesse em aplicar seus capitais na produção de moradias de aluguel. Nesse período, somente uma minoria da população conseguia comprar um lote e construir por conta própria. “Em 1920, apenas 19,1%, e, em 1925, 23,8% dos prédios da cidade eram ocupados por proprietários” (*Boletim do Departamento de Indústria e Comércio*, apud BONDUKI, 2004, p. 43)

A produção rentista também engloba, além dos cortiços já mencionados, as casas salubres, como as vilas operárias e as vilas particulares (que normalmente visavam apenas à renda de locação). Mas de fato havia muitas modalidades, com distintas soluções, qualidades e padrões.

A vila operária, formada por pequenas moradias unifamiliares, foi uma das modalidades de moradia para aluguel da produção rentista da época. Tal modalidade foi altamente recomendada pelo poder público e por higienistas; no entanto, apenas uma pequena parcela poderia ter acesso, geralmente “operários com alguma qualificação, funcionários públicos, comerciários e outros segmentos da baixa classe média” (BONDUKI, 2004, p. 47). Havia casos de a própria empresa promover essas moradias para seus funcionários, ou de promoção por investidores privados.

No caso da promoção pelos próprios donos das fábricas, normalmente havia a proposta da conjunção de outros usos ao habitacional, como o caso da Vila Maria Zélia (1916–1917), que foi construída por Jorge Street e vinculada à sua fábrica de tecidos em São Paulo. Havia várias vantagens para os promotores desses tipos de vilas, principalmente o controle sobre o trabalhador e sua maior fidelidade; afinal, perder o emprego significaria perder também seu lar. De todo modo, foi positivo para a introdução do conceito do uso residencial conjugado a outros usos, referências fundamentais para o entendimento dos conjuntos residenciais promovidos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na Era Vargas, que viriam na sequência.

No caso das vilas promovidas pelos investidores privados, podemos citar como exemplo bastante conhecido a Vila Economizadora (1908–1910), projetada pelo arquiteto Giuseppe Sacchetti e construída por Antonio Bocchini, também em São Paulo. Nesse tipo de vila se buscavam o maior aproveitamento possível dos terrenos e a economia de materiais. Não existia financiamento para a casa própria; portanto, os empreendedores controlavam tal produção. Quem normalmente pagava por aluguel nessas vilas eram operários assalariados, “o operário de menor renda, o trabalhador informal e o desempregado encontravam no cortiço e na casa de cômodos o alojamento compatível com seus parcos rendimentos” (BONDUKI, 2004, p. 53). Mas vale lembrar que esse tipo de empreendimento era realizado tanto por pequenos investidores como por grandes empresas construtoras e sociedades mutuárias[3], abrangendo desde pequenos conjuntos até grandes núcleos, como o da Vila Economizadora, ficando tênues os limites entre a habitação dos trabalhadores e a da classe média (BONDUKI, 2004, p. 52).

Até então estamos falando em habitação para a população pobre realizada pelo setor privado, pois foi o setor que praticamente controlou todo o mercado habitacional no período. E, nesse momento histórico, já é possível verificar que nem o mercado nem o Estado dariam conta da situação de caos que temos hoje em relação ao déficit habitacional.

[3] Segundo BONDUKI (2004, p. 52), as companhias mutuárias eram sociedades de economia privada que administravam depósitos de cidadãos desejosos de poupar, criar um pecúlio e receber, depois de alguns anos, uma aposentadoria. Dirigidas por banqueiros, industriais, profissionais liberais ou cafeicultores, concentraram grande volume de recursos, pois não havia então um sistema previdenciário estatal.

2.1.2

CASOS ISOLADOS DE INICIATIVAS PÚBLICAS PIONEIRAS DE HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: INÍCIO DO SÉCULO XX

Em 1906 houve a primeira iniciativa de promoção pública de habitação popular no Brasil, pela Prefeitura do Rio de Janeiro. As obras de melhoramentos urbanos, incluindo a abertura da Avenida Salvador de Sá, provocaram a demolição de cortiços e moradias populares, deixando famílias desalojadas. Na ocasião foram construídas 120 unidades habitacionais para operários em resíduos de terrenos oriundos da abertura da nova avenida.

Em BONDUKI (2014), o marco dos "cem anos de política pública no Brasil [4]" é o projeto do Bairro Operário Marechal Hermes (1911–1914), primeira proposta em nível federal, promovida pelo presidente Hermes da Fonseca. Numericamente foi pouco relevante; afinal, das 1.350 casas e equipamentos propostos, apenas 165 unidades foram construídas e ocupadas por funcionários públicos e apadrinhados do governo, sem atendimento focado nas famílias mais vulneráveis (BONDUKI, 2014, p. 28). Tais iniciativas assumem a questão da moradia como problema público, sendo, portanto, precursoras da atuação estatal na produção habitacional.

Figura 2: Cento e vinte unidades habitacionais para operários em resíduos de terrenos oriundos da abertura da Avenida Salvador de Sá, no Rio de Janeiro, em 1906.

[4] BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social. Cem anos de política pública no Brasil. Volume 1.** São Paulo: Editora Unesp/Edições Sesc, 2014.

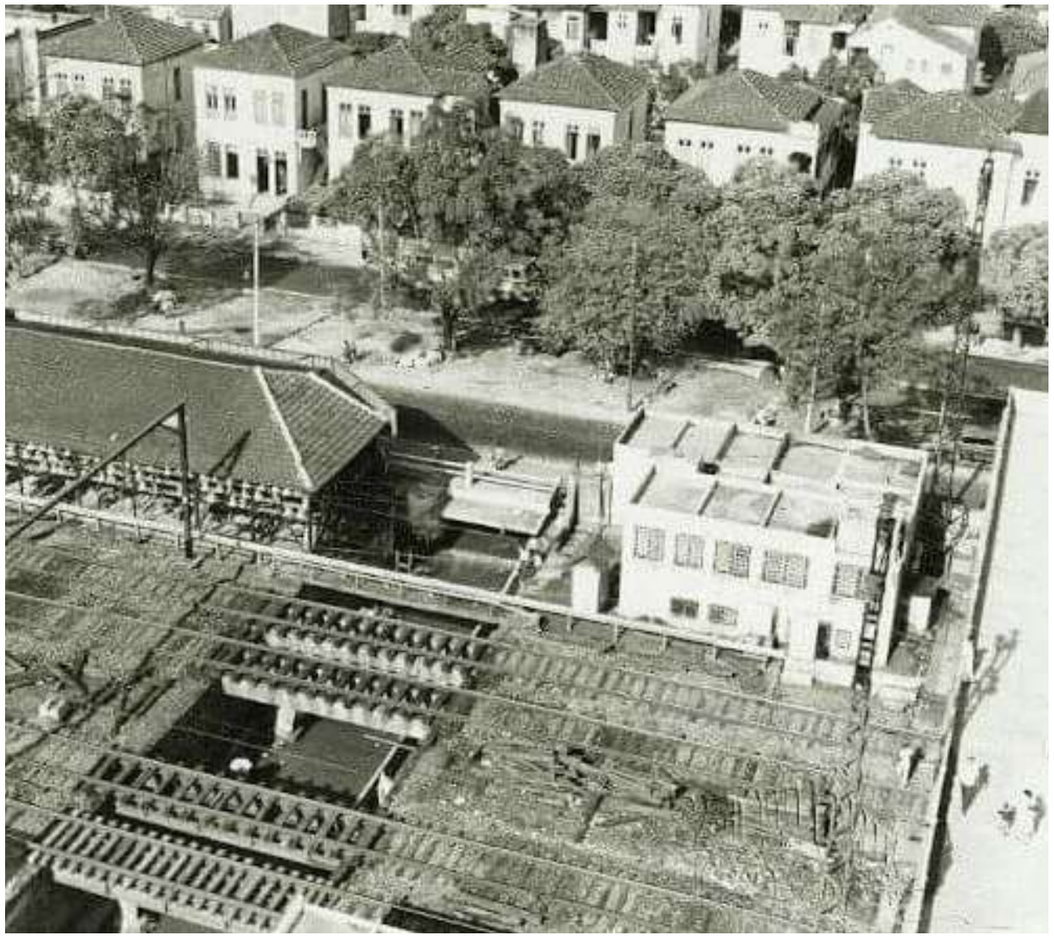


Figura 3: Foto do Bairro Marechal Hermes, anos 1970.

Em São Paulo, a fase de investimento em casas de aluguel acaba sofrendo uma crise nos anos 1910, declínio devido à Primeira Guerra Mundial, mas também consequência do cenário que marcava o ambiente social e urbano – crescimento da classe operária, alta do custo de vida, greves e a crise habitacional, "período de transição entre a cidade colonial e a megalópole nascente" (SEGAWA, 1981, p. 12).

O artigo de SEGAWA (1981) *Anos 10. Um concurso de habitação operária* também relata essa crise habitacional controlada pelos promotores privados. Ou seja, se não há apoio público, quando paralisada a produção privada, quais são as opções para a população mais vulnerável?

> Em São Paulo de ha muito que não ha casas para alugar. Não se constróe mais. Os proprietarios, que alguns annos antes estavam numa verdadeira febre de construcção, empregando principalmente em casas para aluguel os seus capitaes, com o encarecimento dos materiais e por outras razões que nos escusamos de enumerar aqui, guardam agora cuidadosamente o seu dinheiro e, quando abrem as suas bolsas, é para empregal-o em coisas mais rendosas. Como a população augmenta, o resultado é que se vae tornando cada vez mais difficil alugar-se uma casa e os proprietarios se vão tornando cada vez mais exigentes. (*O Estado de S. Paulo*, 27 de novembro de 1919, apud SEGAWA, 1981, p. 12)

É em meio a essa crise que o prefeito Washington Luiz promove, em 1916, um concurso de projetos para habitação proletária: *Apresentação de projetos de casas proletárias econômicas destinadas à habitação de uma só família* (Revista *Brazil Ferro-Carril*, 1917, p. 37, apud FREITAS, 2005, p. 12). Essa foi a primeira iniciativa pública em São Paulo não apenas voltada para medidas sanitárias ou de incentivos fiscais às promoções de vilas salubres. De todo modo, trata-se de um ato mais simbólico do que propriamente útil na melhoria da questão objetiva que era a falta de oferta de moradia. Sobre a demanda, abrangeria o "campo genérico do proletariado da cidade, quer dizer, todos quantos vivem do seu trabalho, sem capital próprio, desde o que se ocupa de serviços manuais até o escritório, caixeiro de banco ou funcionário de Secretaria". (FREIRE, 1917, p. 44, apud FREITAS, 2005, p. 37)

Nesse concurso, os concorrentes apresentariam desenhos em nível executivo, atendendo a um programa unifamiliar, com possibilidade de acréscimo de área, conforme definição presente no edital do concurso:

> (...) dois comportimentos habitáveis, dos quaes um servindo simultaneamente de cozinha, refeitorio e permanencia diurna, e dependencias, destinada a casal sem filhos. Deve a moradia projectada poder transformar-se facilmente por accrescimo, em outra de condições analogas, mas de tres ou quatro compartimentos habitaveis destinada, respectivamente, a casal com filhos de um sexo ou de sexos differentes. (*Edital Concurso*, 1917, apud SEGAWA, 1981, p. 12)

Foram recebidos 49 projetos de 35 autores distintos, divididos em diferentes modalidades – unidades em série, isoladas e geminadas. Entre os membros da comissão julgadora estava Ramos de Azevedo. Entre os premiados, arquitetos que posteriormente ganharam notoriedade: Victor Dubugras, Hippolito Pujol Jr., Dacio Aguiar de Moraes, Guilherme Winter, entre outros. (SEGAWA, 1981, p. 16)

> Talvez esses profissionais tivessem boas intenções ao tentarem proporcionar construções dignas com a melhor técnica construtiva do momento, mas irreais frente às limitadas condições impostas à população humilde. Tais projetos só poderiam ser adotados à base de grandes investimentos em habitação. Proporcionar habitações adequadas a essa população ainda é um problema que não depende apenas de uma solução puramente material. A habitação jamais foi um problema que pudesse ser resolvido com uma porção de casas bem construídas. E mesmo que chegássemos algum dia a este ponto, não poderíamos incorrer nos vícios urbanísticos intencionalmente preservados nos códigos de obras. Afinal, como diz o professor Artigas, uma casa não acaba na soleira da porta. (SEGAWA, 1981, p. 16)

Era intenção dos promotores do concurso formar um banco de projetos-modelo para a iniciativa privada e servir como estímulo a esse tipo de construção. Segundo SEGAWA (1981, p. 14), não há notícias sobre se alguns desses trabalhos foram executados. O edital também não especificava o tipo de profissional habilitado.

> A quem se destinava o concurso e qual era o produto em julgamento? Sabemos que, à época, o exercício de atividade do arquiteto estava aberto, independente de qualificações, normas e legislação específica. Cada um construía a seu modo, com os recursos e limitações do momento. Por isso, poder-se-ia dizer, a Arquitetura não era profissão. Ela se confundia, inclusive, com a atividade popular. (ARTIGAS, 1974, apud SEGAWA, 1981, p. 14)

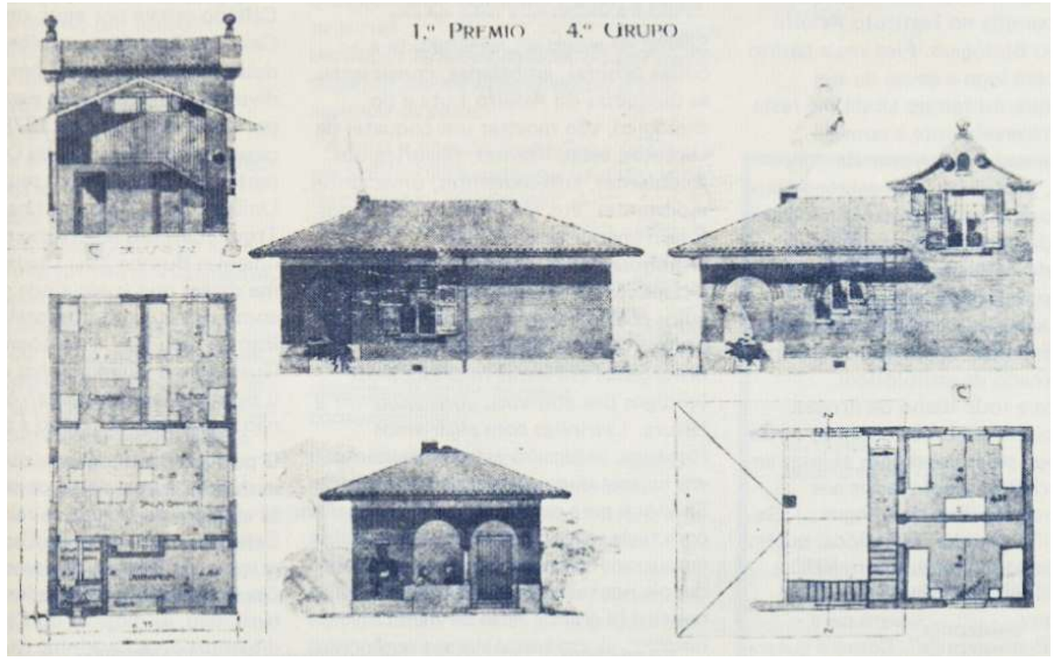


Figura 4: Proposta de Victor Dubugras, 1916.

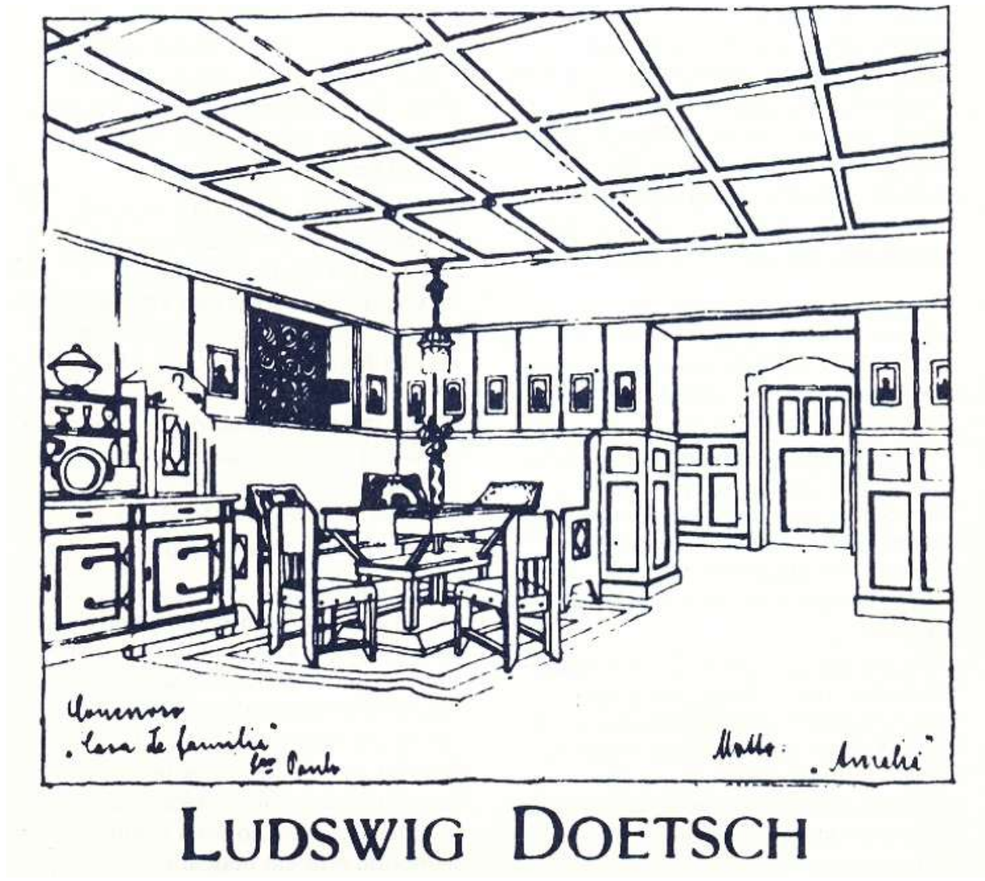


Figura 5: Perspectiva interna da casa econômica projetada por Ludswig Doetsch, 1916.

É importante observar em ARTIGAS (1974) o cruzamento da questão da ausência de regulamentação do exercício da atividade do arquiteto e sua relação com o Estado liberal que não assume as rédeas da promoção habitacional. É possível notar, inclusive, que o problema persiste até hoje, devido ao ritmo e à escala da atividade irregular em relação às legalidades da profissão ou das políticas públicas para promoção de habitação popular.

Nesse período de decréscimo no número de moradias, houve um problema de falta de provisão habitacional para a população operária; com isso, ocorreu um processo de maior adensamento das moradias de aluguel e aumento da insalubridade. Houve diversas críticas à legislação edilícia vigente naquele período, como responsável, inclusive, pela persistência dos problemas:

> Já disse alguém, divulgando a moderna concepção do ar, que os antigos higienistas e as legislações chegaram, com bases falsas, a conclusões que ainda hoje garantem de algum modo o ambiente contra a alteração profunda dos fatores reais do problema (LIMA, 1918, apud FREITAS, 2005, p. 41)

2.1.3

DEBATES NO INÍCIO DO SÉCULO XX SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SÃO PAULO: CONSTRUTORES, ENGENHEIROS E ARQUITETOS

Ao longo dos capítulos 3, 4 e 5 será apresentada a construção do trabalho de assessoria técnica habitacional no município de Diadema, dentro de cenários de atuações realizadas por diferentes agentes e profissionais, com o diferencial do protagonismo do movimento de moradia. No caso da equipe profissional, parte desse processo, seja do poder público, ou entidades não governamentais contratadas diretamente pela sociedade civil, por mais que sejam compostas por equipe interdisciplinar, os casos que serão retratados demonstrarão o papel-chave dos arquitetos, não enquanto líderes do processo; afinal, serão demonstradas situações bastante horizontais e sem hierarquia, mas formatos de equipes que partiram principalmente da iniciativa de arquitetos. Mas, enfim, como começou a formação profissional do arquiteto no Brasil? E, depois, como o profissional de arquitetura se aproxima das causas sociais e dos direitos dos menos favorecidos? Por que até hoje a massa da população não entende com clareza o papel profissional nas questões relacionadas à moradia? Ou, ainda, por que o trabalho do arquiteto encontra dificuldade de imersão nas necessidades populares e corriqueiras?

A primeira instituição a ensinar arquitetura no Brasil foi a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada em 1816, ainda no tempo do Império, vinculando a arquitetura às belas-artes. Inicia o ensino regular de Arquitetura em 1826, como Academia Imperial. Os professores dessa escola foram grandes nomes da cena artística na França pós-Napoleão, entre eles os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay e o arquiteto Auguste Henry Victor Grandjean de Montigny, um dos vencedores do Prix de Rome (BARATTO, 2016).

Porém, a escola era vista com pouco crédito; inclusive não havia exame para admissão. Fornecia conhecimento da “linguagem neoclássica” e desenho básico para representá-la. Em 1886 a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundada em 1792, passou a oferecer o curso de Arquitetura. São os dois cursos de Arquitetura mais antigos do Brasil. De todo modo, segundo ARTIGAS (1977), sem oferecer recursos suficientes para a instrução de arquitetos:

> Em 1886 já dispúnhamos no Rio de Janeiro de uma Escola Politécnica e Escola de Belas Artes fundada pela Missão Francesa. Entretanto não cumpriam o papel que delas se esperava. A Politécnica porque extremamente teórica e a Belas Artes porque não dispunha de qualquer recurso para a instrução de arquitetos sobre o domínio da natureza com os recursos do conhecimento técnico já existente. (ARTIGAS ,1977, apud VIDOTTO, 2013)

Em São Paulo, a Escola Politécnica anunciava em 1894, além dos cursos de engenheiro civil, industrial e agrônomo, também o curso de engenheiro-arquiteto, momento em que, segundo FICHER (2005, p. 25), “institucionalizava-se o ensino de arquitetura em São Paulo”.

Na primeira metade do século XIX já existiam cargos públicos, principalmente no Rio de Janeiro, para engenheiros civis, como inspetor-geral de obras públicas (1936), ou a criação, em 1862, do corpo de engenheiros civis no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e profissionais agrimensores para medições de terras públicas e particulares (1863). (FICHER, 2005, p. 177)

Inclusive, ainda no século XIX, ocorre uma primeira manifestação de classe, momento em que o Instituto Politécnico Brasileiro, primeira associação de engenheiros do país, encaminha ofício ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas clamando por prestígio para o profissional de engenharia, entendendo não ser justo equiparar profissionais habilitados com indivíduos sem instrução:

> Não é propósito do Instituto excluir as habilitações obtidas em outros países (...) não é igualmente seu intuito extinguir a classe dos construtores ou mestres de obras, pois que de um tal concurso a engenharia não pode prescindir absolutamente; mas o Instituto julga que se torna desde já oportuna uma medida que dê ao engenheiro o prestígio e a força moral indispensáveis, garantindo-o por meio de disposições legais, que impeçam a concorrência, em terreno igual, de indivíduos sem a mínima habilitação técnica. (Instituto Politécnico Brasileiro, 1886, apud FICHER, 2005, p. 178)

A profissão de arquiteto ainda não estava participando das práticas corriqueiras da cidade, mas, nessa manifestação dos engenheiros, já é possível perceber a disputa do profissional com os atuantes práticos sem habilitação técnica, situação presente até hoje. Como será notado no caso de Diadema, e em todo o Brasil, ocorrerão atos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) na década de 1960, isentando a responsabilidade técnica profissional em habitações de baixa renda, como uma forma de beneficiar a população sem condições para contratar um profissional no momento de construir sua moradia. Tais situações demonstram dificuldades de inserir os profissionais, principalmente de arquitetura, nas necessidades corriqueiras da população.

Dentro desse cenário de competição pela prática da construção da cidade, no caso específico de São Paulo, a Diretoria de Obras Públicas passa a se chamar Diretoria de Obras e Viação, em 1913, e a ter suas atividades distribuídas em quatro seções técnicas, sendo uma delas exclusiva para as licenças de edificações particulares, justamente a fim de aplicar e cumprir a Lei nº 38, de 24 de maio de 1893, que já havia determinado a necessidade da aprovação de plantas para as novas edificações.

No entanto, em relação ao trabalho profissional, em nenhum momento é citada a necessidade de um engenheiro, e muito menos de um arquiteto, na elaboração do projeto. Apenas no terceiro artigo é citado o engenheiro, porém muito mais vinculado ao controle dos espaços públicos do que ao planejamento da obra:

> Por ocasião do alinhamento, o engenheiro respectivo deverá examinar o terreno em que se pretende levantar a construção e indicará ao proprietário ou empreiteiro quais os trabalhos preliminares a executar e qual o sistema de fundações a adotar, a fim de garantir a construção. (Lei nº 38, de 24 de maio de 1893)

Ou seja, mesmo com a exigência da aprovação de plantas por meio da lei de 1893, esta não determinava a responsabilidade pela obra, que era, indiferentemente, do proprietário ou do empreiteiro. Diferentemente, a Lei Municipal nº 2.332, de 9 de novembro de 1920, dispunha sobre a responsabilidade na aprovação de plantas de novas construções, exigindo diploma:

> Art. 50: Para dirigir as obras de qualquer edificação, é necessário que o construtor tenha diploma ou título registrado na Prefeitura e haja pago os devidos impostos e emolumentos. Art. 51: Serão registrados: a) os diplomas, devidamente legalizados, de engenheiro ou de arquitéto, passados pelas escolas oficiais do Brasil ou institutos técnicos, nacionais ou estrangeiros, oficialmente reconhecidos no Brasil. (Lei Municipal nº 2.332, de 9 de novembro de 1920)

Contudo, essa lei logo foi anulada pelo Senado do Estado de São Paulo, uma demonstração da influência dos construtores “não diplomados” naquela ocasião.

Depois desse episódio, a Lei Estadual nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924, foi a primeira norma efetivamente implementada no Brasil para a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Porém, aqueles que demonstrassem ao menos cinco anos de exercício da profissão poderiam emitir o registro junto à Secretaria da Agricultura para atuação.

> Artigo 1° – O exercício da profissão de engenheiro, de architecto e de agrimensor, em qualquer dos ramos sómente será permitido: (...) d) aos que já contatam cinco annos de exercicio da profissão de engenheiro, architecto ou agrimensor, no territorio do Estado. (Lei Estadual nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924)

FICHER (2005, p. 180) explica a rixa que se gerou na época entre o grupo dos somente “licenciados”, ou seja, sem formação, e os “diplomados”, principalmente contra os construtores práticos de origem italiana e portuguesa, que foram beneficiados pela tal lei sem nunca sequer terem entrado em uma instituição de ensino.

A Lei Municipal nº 2.986 de 1926 surgiu para amenizar esse problema, que passou a exigir registro na Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura para atuar novamente, de todo modo, com a brecha no quarto artigo, pelo qual empreiteiros poderiam se registrar “mediante a prova de competencia, a juizo da Prefeitura, demonstrada na execução de obras na cidade de São Paulo ou em outras localidades, por um prazo não inferior a tres annos”. (Lei Municipal nº 2.986 de 1926)

Esse debate abrange questões relacionadas à regulamentação para atuação no ramo, principalmente, de obras, ficando claro que naquele momento havia imprecisões sobre as atribuições profissionais para a construção da cidade de São Paulo. Para entender melhor sobre os diplomados, é importante compreender como ocorria o ensino de arquitetura e engenharia naquele período. Em FICHER (2005) é possível ter um entendimento em relação aos debates referentes ao mercado de trabalho no período de 1894 a 1917, momento, segundo a autora, de consolidação do ensino institucional de arquitetura em São Paulo. Seu ponto de partida é a disponibilização dos cursos de engenharia civil, industrial ou agrícola pela Escola Politécnica de São Paulo em 1893, a qual, logo depois, em 1894, passa a ofertar também o curso de engenheiro-arquiteto. (FICHER, 2005, p. 25).

A Escola Politécnica de São Paulo tinha a peculiaridade de preparar os engenheiros-arquitetos para projetar e construir edificações, diferentemente, por exemplo, da École Polytechnique, na França, na qual os arquitetos possuíam uma formação vinculada às belas-artes. A autora considera o período de 1894 a 1917 como o da consolidação do ensino institucional de arquitetura em São Paulo, visto também que no ano de 1917 foi criado o segundo curso de engenheiro-arquiteto na Escola de Engenharia do Mackenzie College. Essa consolidação está relacionada com o cenário daquele momento, de avanço da industrialização e aumento da população, que naturalmente demandava novas construções, melhorias na cidade, infraestrutura, novos loteamentos etc., o que levou ao desenvolvimento e à evolução das atividades dos projetistas tanto no âmbito público como no de obras particulares.

A princípio, o Mackenzie possuía apenas o curso de Engenharia Civil (desde 1896). Em 1917 foi criado o curso de Arquitetura, dirigido por Christiano Stockler das Neves. A estrutura curricular foi influenciada pela da Universidade da Pensilvânia, local de formação do primeiro diretor do curso, que por sua vez tinha uma organização parecida com a da École de Beaux-Arts de Paris. (FREITAS, 2005, p. 22)

FREITAS (2005) expõe a importância da criação dos cursos de Engenharia em São Paulo, tanto da Escola Politécnica (1894) como da Escola de Engenharia do Mackenzie College (1896), na formação de profissionais que propuseram soluções para os problemas urbanos, e, no caso de sua pesquisa, destaca as atuações focadas na habitação popular.

Uma questão importante colocada por FREITAS (2005, p. 25) estava relacionada à pouca compreensão das atribuições dos arquitetos e engenheiros. Por exemplo, a habitação popular não era entendida pelo diretor do curso de Arquitetura do Mackenzie, Christiano Stockler das Neves, como atuação dos arquitetos, e sim como atribuição dos engenheiros, por envolver questões mais técnicas e matemáticas, enquanto os arquitetos ficariam responsáveis por questões mais artísticas.

Para Neves existia uma diferença entre “arquitetura” e a “arte de construir”, sendo a primeira de responsabilidade do arquiteto, que possui conhecimentos artísticos, enquanto a segunda seria atribuição dos engenheiros, que dominavam os conhecimentos matemáticos. (FREITAS, 2005, p. 24)

Por outro lado, a opinião que predominava entre os engenheiros-arquitetos da Politécnica de São Paulo diferia da de Christiano Stockler das Neves, pois eles acreditavam na conciliação entre a arte e a ciência, isto é, nas concepções artísticas e nas técnicas da construção modernas. Em FREITAS (2005) é possível perceber claramente essa posição, de não limitar a atuação dos arquitetos aos edifícios representativos, devendo incluir também as habitações corriqueiras ou populares.

Mesmo havendo muitas divergências entre o grupo dos politécnicos e o dos mackenzistas, já nessa época ambos defendiam a separação legal das atribuições do arquiteto e do engenheiro civil. De todo modo, os politécnicos entendiam que o sucesso na profissão dependia de conhecimentos técnicos da engenharia; portanto, continuavam a entender a arquitetura como uma especialização da engenharia. Já o outro grupo, liderado por Stocker das Neves, tinha uma definição diferente:

> O primeiro (o engenheiro civil) é técnico prático; pode construir com solidez e economia, mas sem arte. O segundo (o arquiteto) é artista, técnico e prático; é o único que pode produzir a beleza, a solidez e a conveniência, qualidades essenciais à arquitetura. O terceiro (o mestre ou empreiteiro de obras) é, apenas, um prático, que nada entende de técnica ou arte e muito menos de conforto. (STOCKLER DAS NEVES, 1923, p. 10, apud FICHER, 2015, p. 184)

Em 1916, alguns membros da Escola Politécnica formaram o Instituto de Engenharia. Essa entidade sem fins lucrativos tinha como objetivo organizar, defender e propagar a atuação dos engenheiros e arquitetos em São Paulo. A partir da criação desse instituto passaram a enfatizar, entre outras coisas, melhorias na organização espacial e nas técnicas empregadas nos projetos de habitação. “Estas foram ministradas por engenheiros cuja trajetória profissional era dedicada, entre outras coisas, à resolução do problema das habitações insalubres” (FREITAS, 2005, p. 26). Entre eles estava Bruno Simões Magro.

Em 1930, Christiano Stockler das Neves funda o Instituto Paulista de Arquitetos (IPA). A criação do instituto representa seu engajamento pelo prestígio da profissão, pela autoria de projetos, pela regulamentação, incluindo sua luta contra decretos que julgava prejudiciais aos arquitetos, como os que aqui foram mostrados, que permitiam o exercício da profissão por não diplomados. O IPA foi o primeiro órgão de classe dos arquitetos. A revista *Architectura e Construcções* estava diretamente ligada a essa entidade e ajudava a divulgar os objetivos de tal instituição (SAMPAIO, 1995, p. 189). Entre suas causas estava a defesa do controle estético das construções da cidade. Em seu artigo, praticamente “louva” o ato do Dr. Anhaia Mello que censurou a estética dos edifícios de São Paulo “a fim de cessarem os abusos dos arquitetos de mau gosto e dos mestres de obras na sua prática criminosa de afear a nossa urbe com suas monstruosidades” (*Architectura e Construcções*, mar. 1930, apud SAMPAIO, 1995, p. 188).

Os politécnicos entendiam ser contraproducente existir mais de um instituto para as causas dos profissionais de arquitetura, mas, por outro lado, o IPA se dizia mais relacionado com as questões artísticas. Segundo FICHER (2005, p. 182), estavam presentes alguns debates naquele momento, seja da rixa entre diplomados e não diplomados, como também sobre a necessidade de autonomia da arquitetura em relação à engenharia. Mas, por fim, entende que a questão mais grave seria o baixo prestígio do arquiteto, e esse era um ponto de acordo entre os engenheiros-arquitetos da Politécnica ou do Mackenzie:

> Várias temáticas se embaralhavam naquele momento. Por um lado, a questão material da qualificação profissional, a qual emergia em função tanto da confusão entre arquitetos diplomados e não diplomados quanto da primazia dos politécnicos em determinadas áreas do mercado de trabalho. Por outro, a questão conceitual da especificidade da profissão de arquiteto, a qual se bifurcava no esclarecimento da distinção entre arquitetos e engenheiros civis, e no almejo por um ensino institucional autônomo de arquitetura. Mas a questão de fundo, aquela que doía na autoimagem de todos e de cada um, era o baixo prestígio da profissão de arquiteto, tradicionalmente desenvolvida por desenhistas projetistas e por construtores práticos. (FICHER, 2005, p. 182)

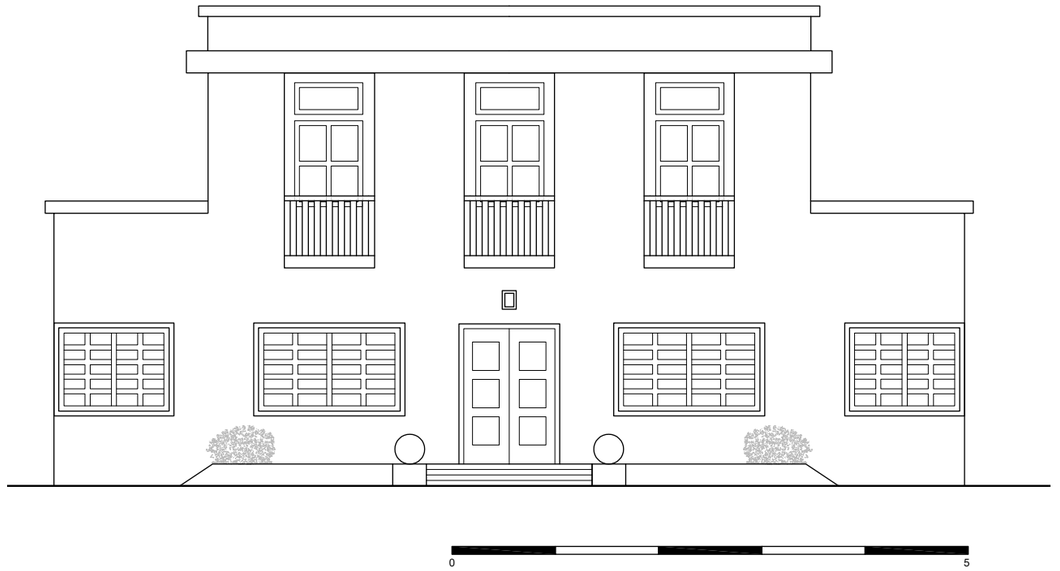


Figura 6: Desenho da fachada da Casa Modernista apresentado à Prefeitura de São Paulo por Warchavchik, com ornamentos e elementos decorativos exigidos pela administração municipal. Segundo informações do Museu da Cidade de São Paulo, quando a casa ficou pronta sem tais adereços, o arquiteto alegou à Prefeitura “falta de dinheiro”, meio que encontrou para conseguir imprimir na construção o ideário modernista de superação dos estilos.

Na época da Revolução Constitucionalista de 1932, houve uma união inédita da classe dos mackenzistas e politécnicos, gerando força na campanha de regulamentação em nível federal, que resultou no Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, o qual finalmente restringia o exercício da profissão pelos diplomados e, mesmo reconhecendo a figura dos não diplomados, “determinava medidas discriminatórias muito fortes” (FICHER, 2005, p. 189). Por fim, a norma não diferenciava as atribuições dos engenheiros civis e arquitetos no que se referia a projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, sendo exclusivas dos arquitetos apenas situações com caráter artístico ou monumental, paisagismo e de grande decoração arquitetônica.

Tanto o Instituto de Engenharia, formado pelos politécnicos, quanto o Instituto Paulista de Arquitetos, liderado por Stockler das Neves, fizeram reclamações e pediram a anulação das leis que permitiam a atuação dos não diplomados. Segundo FICHER (2005, p. 180), os diplomados queriam a garantia por lei “da exclusão dos construtores práticos do mercado de trabalho através da valorização do diploma”. Mas esse controle esbarrava no liberalismo presente na época, em que o Estado não assumia as rédeas das construções na cidade, principalmente as mais ordinárias. Na Era Vargas, a partir de 1930, a situação começou a mudar.

Houve contestação dessa medida de restrição do exercício profissional por apenas um engenheiro diplomado, Victor da Silva Freire Jr., que julgou errado não considerar o valor dos conhecimentos práticos e empíricos (FICHER, 2005, p. 190). Ele também previu o problema de engenheiros que poderiam “alugar” seus nomes e suas especialidades, talvez uma premonição sobre os “caneteiros” que infelizmente existem até hoje.

2.1.4

O INÍCIO DA VISÃO MODERNA NO BRASIL NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR: I CONGRESSO DE HABITAÇÃO (1931) E PRIMEIROS PROJETOS MODERNOS POPULARES PELA INICIATIVA PRIVADA

> Construir uma casa a mais cômoda possível, eis o que deve preocupar o arquiteto construtor da nossa época de pequeno capitalismo onde a questão de economia predomina sobre todas as demais. A beleza da fachada tem que resultar da racionalidade do plano da disposição anterior, como a forma da máquina é determinada pelo mecanismo que é a sua alma. (WARCHAVCHIK, 1925, apud HOLMER, 2002)

A proposta pioneira de Gregori Warchavchik não estava diretamente relacionada a nenhuma das instituições de ensino da época, sejam as paulistas, seja a carioca. Na Escola Politécnica de São Paulo, como vimos, o interesse no estilo era secundário, justamente contrário ao pensamento da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, como também do Mackenzie College. Nesse clima de dualidade, Warchavchik surge com a "nova arquitetura", que não estava plenamente contemplada em nenhuma das escolas do Brasil. Segundo LEMOS (1986), a arquitetura moderna no Brasil nasce de intenções de renovação pessoal, inclusive por parte de Lúcio Costa.

Lúcio Costa enquanto diretor da instituição já tinha uma postura modernista, o que provocou seu afastamento da direção do curso, que ainda era muito vinculado a modelos conservadores.

A arquitetura moderna no Brasil teve seu início ainda em temas populares, como nos dois projetos de Warchavchik que representam o pioneirismo da arquitetura moderna no âmbito popular, porém com promoção privada: casas geminadas na Rua Barão de Jaguara, em São Paulo (1927), e a Vila Operária da Gamboa, no Rio de Janeiro (1932–1933) – no caso deste projeto, junto com Lúcio Costa.

Tais projetos refletem o ideal moderno da arquitetura de fazer parte de uma transformação da sociedade, que até pouco tempo antes era colonial, e o qual já apontava mudanças advindas do processo de evolução da industrialização, assim como ocorreu na Europa, mas com menos força e ainda em processo de difusão no Brasil.

> (...) o início da atuação do movimento "moderno" em relação à habitação popular – os apartamentos econômicos da Gamboa, de Costa e Warchavchik – coincide com o ano da publicação (1933) de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Abraçam os arquitetos "modernos" as ideias de Freyre a respeito da "democracia racial" e seu otimismo em relação à sociedade brasileira. Para COSTA (1980), a casa moderna seria um instrumento de liberação dos trabalhadores. (...) As facilidades modernas diminuiriam a necessidade de empregados domésticos, que passariam a trabalhar nas indústrias. De vez que a maior parte dos empregados era mestiça, tal fato viria consolidar a ideia de uma democracia racial. (CAVALCANTI, 1993, p. 21, apud BRUNA, 2010, p. 13)

O projeto de casas geminadas na Rua Barão de Jaguara, na Mooca, de 1927, foi concebido para funcionários de fábricas locais, no mesmo período da primeira casa modernista brasileira, na Rua Santa Cruz, também em São Paulo. É possível notar racionalidade na distribuição dos ambientes, de modo a reduzir os espaços internos de circulação. Os lotes possuem uma frente bastante estreita, um pouco mais de 4 metros, e a escada acaba se posicionando no meio do pavimento, a fim de reduzir a circulação. É interessante a solução das extremidades do agrupamento – um pequeno balanço sobre a esquina, ocupado pelo uso comercial, e uma variação na altura. As casas não têm recuo frontal, e toda a construção é implantada em uma profundidade de aproximadamente 10 metros além do quintal. Esse projeto demonstra a possibilidade de criar projetos em lotes pequenos e estreitos, dentro de uma condução de repetição de células habitacionais idênticas, gerando uma identidade coletiva e pouco individual.

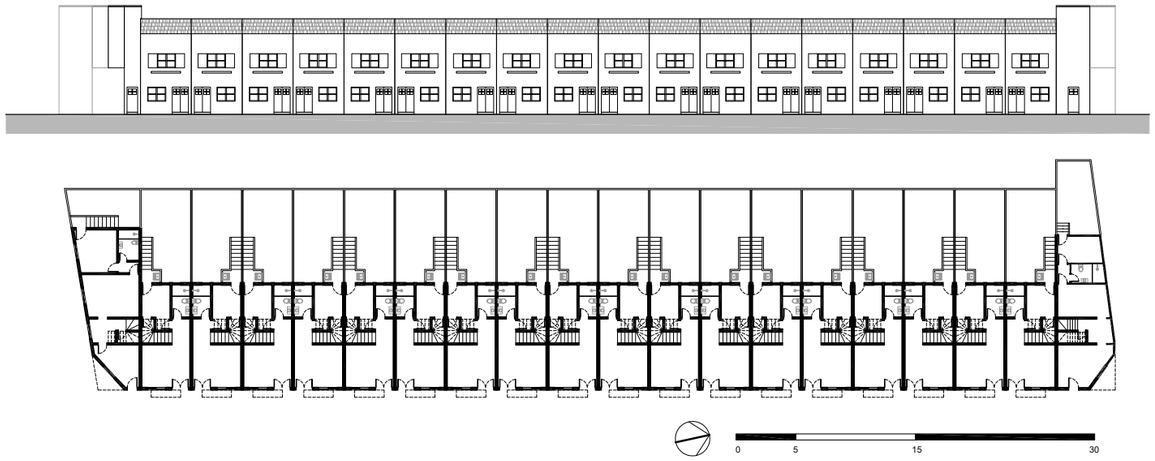


Figura 7: Projeto de casas geminadas na Rua Barão de Jaguara, na Mooca, em São Paulo.

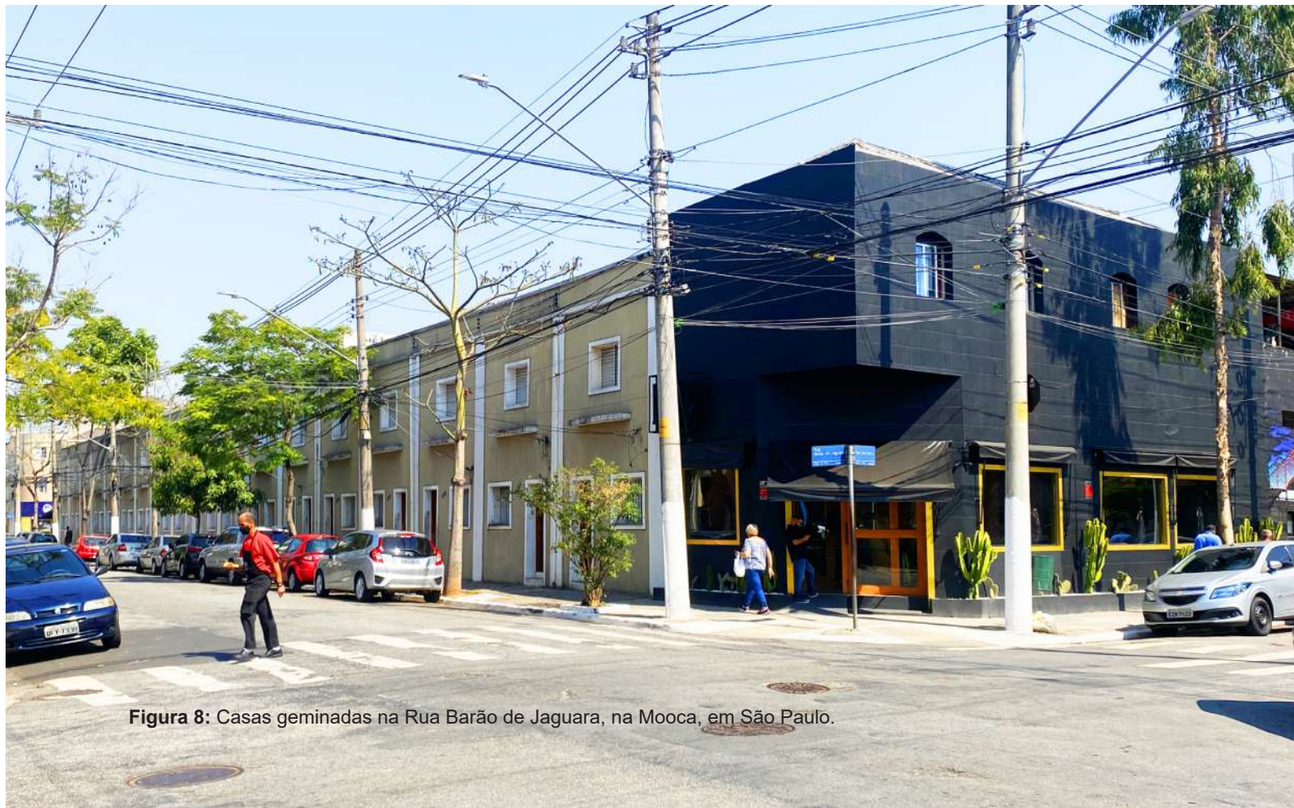


Figura 8: Casas geminadas na Rua Barão de Jaguara, na Mooca, em São Paulo.

O outro exemplar é a Vila Operária da Gamboa, um dos projetos do curto período de sociedade entre os arquitetos Lúcio Costa e Gregori Warchavchik, de 1932 a 1933. O projeto foi encomendado por um médico, Fábio Carneiro de Mendonça, que queria construir para alugar. Trata-se de um pequeno terreno, de difícil aproveitamento, em um bairro onde era comum a construção de conjuntos de pequenas casas de aluguel para atender operários das fábricas locais. (PESSOA; ARAÚJO, 1983, p. 52)

Trata-se de mais uma experiência pioneira da arquitetura moderna popular no Brasil. No total foram 14 unidades, sete no térreo e sete no primeiro pavimento, e circulação externa do tipo passarela. Com técnica construtiva tradicional, o que representou grande inovação na época foi o jogo de volumes e paredes lisas, sem ornamentos. Esse projeto demonstra que mesmo com técnicas tradicionais é possível fazer uma arquitetura que colabore com o ambiente construído da cidade, dentro de um pensamento em conjunto, e não individual.

O formato curvo da passarela de circulação e dos balcões de varanda, aliado à pintura verde havana de sua fachada, contrasta, no entanto, com as linhas predominantemente retas e o branco das fachadas modernas dos primeiros tempos.

CAVALCANTI (1987) cria relações entre o moderno e o popular, seja em relação ao programa, mas também com relação ao uso das cores, sendo a cor verde havana uma referência das experiências cromáticas de Le Corbusier em Pessac (1924–1927).

> Deve-se, sobretudo, ressaltar o bom casamento entre uma linguagem moderna e um programa tradicional. Tal união permite, por vezes, uma dupla leitura: a pintura verde havana, se por um lado remete às experiências cromáticas efetuadas por Le Corbusier, por outro, a aproxima das coloridas construções vizinhas dos subúrbios cariocas. (CAVALCANTI, 1987, p. 144)

Figura 9: Vila Operária da Gamboa, no Rio de Janeiro.

Na Semana de Arte Moderna de 1922, artistas de diferentes modalidades estavam em busca de uma expressão no novo mundo, dentro de um cotidiano que se encontrava em rápida transformação, principalmente devido ao acelerado processo de industrialização do país, que só consegue seu pleno desenvolvimento devido à abundância de mão de obra barata. Warchavchik começa a publicar os manifestos sobre a nova arquitetura em 1925 (FIORE, 2002), propondo a renovação da arquitetura brasileira, que foi um choque inclusive para os modernistas de outras áreas culturais, como, por exemplo, Mário de Andrade, que entendia que a arquitetura moderna deveria ser a neocolonial, por causa da busca pela identidade brasileira (LEMOS, 1986). Mesmo Lúcio Costa, antes de conhecer Warchavchik, era adepto do neocolonial, mas depois acabou se “convertendo” ao modernismo; afinal, acreditava que seria a resposta natural às transformações pelas quais o mundo passava. Dentre essas transformações estava a necessidade de aumentar a eficácia da construção em larga escala, inclusive para atingir classes mais populares.

> O ideal dos arquitetos modernos, bem como dos urbanistas e dos sociólogos, que não esquecem que estão vivendo no século vinte, é conseguir a diretriz prática para orientar a fabricação de casas em grande escala, a fim de proporcionar, com um mínimo de preço, um máximo de conforto, principalmente às classes menos abastadas. Tal diretriz não foi encontrada ainda; mas as experiências provam e convencem de que ela não está muito longe de ser uma realidade generosa em consequências úteis. (...) As municipalidades de Viena e de Frankfurt, por este caminho, isto é, utilizando-se, como critério francamente modernista, dos materiais que a indústria local já pode fornecer a preço relativamente baixo e em grande quantidade, estão procurando resolver o problema da habitação, e, pelos resultados conhecidos, ninguém poderá dizer, em sã consciência, que suas tentativas fracassaram. (WARCHAVCHIK, 1928, apud SOUZA, 1982, p. 21, apud FREITAS, 2005, p. 78)

O tema da estandartização dos materiais de construção como forma de tornar a habitação acessível para a classe operária também foi corrente no período do I Congresso de Habitação, realizado em 1931.

Em 1925, Silva Telles propõe um projeto de vila operária chamado de “Ford”. Em 1931, esse projeto ilustrou seu depoimento, apresentado no I Congresso de Habitação, sobre a postura que o arquiteto deveria ter diante da habitação operária e sobre as adaptações necessárias decorrentes da cidade moderna, como a produção em série de objetos da vida cotidiana, por exemplo, o carro. Nessa mesma linha de pensamento, defendeu a habitação coletiva e a supressão do modelo de pequenos terrenos particulares para cada casa, debate presente nas discussões de propostas realizadas em Diadema, como veremos nos capítulos adiante.

> (...) a construção das habitações em conjunto; contando cada habitação apenas como parte de um todo – organização da vida coletiva: lavanderias coletivas para o uso de todos, supressão dos terreninhos particulares para cada casa (sujeira, ineficiência e desperdício) em benefício das grandes áreas ajardinadas para gozo de todos (higiene, eficiência, beleza e economia). (SILVA TELLES, 1931, apud SOUZA, 1982, p. 32, apud FREITAS, 2005, p. 72)

Todos os fatos já mencionados vão interferir nas discussões do I Congresso de Habitação, desde as ações de saneamento, as vistorias sanitárias nos domicílios populares, toda a legislação criada para regulamentação dos padrões de ocupação do solo ou de limites para as provisões inaceitáveis dos investidores privados, e principalmente as atribuições profissionais do engenheiro civil ou engenheiro-arquiteto.

Outro fator importante pontuado foi a despreocupação com a estética da habitação popular e, novamente, a defesa da habitação coletiva como meio de atingir a larga escala:

> (...) abandono da preocupação de fazer 'bonitinho', enfeitando casinhas, fatalmente pobres, para se chegar aos resultados miseráveis que todos nós conhecemos; procurando-se, pelo contrário, juntando grande quantidade de unidade-habitação em um mesmo bloco ou sistema, fazer verdadeira arquitetura com grandes efeitos de massa. (SILVA TELLES, 1931, apud SOUZA, 1982, p. 72, apud FREITAS, 2005, p. 72)

Por fim, recupera-se a ideia da tarefa do arquiteto de se dedicar ao problema da habitação popular, situações inéditas no Brasil naquele momento, visto que até então os únicos exemplares de habitação popular moderna foram pequenos conjuntos, ainda construídos com técnicas usuais, sem as inovações da industrialização. Mas é interessante perceber a preocupação em posicionar o arquiteto dentro de uma atuação que não ficasse limitada a uma minoria, ou a um mercado de luxo ou especulativo, debate permanente acerca da arquitetura:

> E nós, arquitetos, devemos ter bem em mente que, se não soubermos aproveitar esta ocasião para nos impormos como homens do século, dando cabal desempenho a nossa missão, seremos irremediavelmente relegados à categoria de objetos de luxo. (SILVA TELLES, 1931, apud SOUZA, 1982, p. 72, apud FREITAS, 2005, p. 73)

O I Congresso de Habitação foi uma oportunidade para recolocar o discurso do *standard* junto com as questões relacionadas à ética profissional. Para os arquitetos ligados ao Movimento Moderno, a questão da habitação popular extrapolava o problema da edificação ao incluir diversos temas, isto é, da escala do edifício se passava a discutir a escala da cidade, com todos os seus problemas e suas complexidades. (FREITAS, 2005, p. 73)

Ainda no I Congresso de Habitação, um dos temas desencadeados com a discussão de parâmetros para habitação popular seria a reflexão sobre o que representava economia em uma moradia. Ao que parece, naquele período, a "diminuição do custo de uma edificação limitava-se apenas ao maior ou menor número de cômodos e à manipulação de suas dimensões" (SEGAWA, 1981, p. 14). Essa minimização espacial tem suas origens em posturas legais atribuídas às habitações populares.

> Habitação "popular" é toda aquela que dispõe, no mínimo, de um aposento, de uma cozinha e de compartimento para latrina e banheiro e, no máximo, de duas salas, três aposentos, cozinha, copa, despensa e compartimento para latrina e banheiro. (Código de Obras "Arthur Saboya", 1929, p. 2)

Também havia o argumento de que a diminuição de custos começaria com as modificações das leis. Um exemplo foi a discussão sobre o pé-direito mínimo, que era de 4,5 metros e depois passou para 3 metros. E o que comentavam é que, mesmo com essa norma, numerosas famílias moravam em porões, nos quais às vezes nem as crianças conseguiam ficar em pé. (ALBUQUERQUE, 1931, p. 284, apud FREITAS, 2005, p. 42)

Uma das três palestras principais foi a do prefeito Anhaia Mello sobre loteamentos clandestinos que não respeitavam a legislação. Possivelmente um reflexo da pouca afirmação da Lei nº 2.611, de 20 de junho de 1923, que tentava disciplinar a disseminação de áreas de moradia por meio da "proibição de abertura de novas vias de comunicação sem a prévia licença da Prefeitura".

É importante lembrar que o processo de periferização criou uma cidade clandestina deslocada da "cidade legal", sendo reconhecida por técnicos da Prefeitura nos anos 1930, mas permanecendo na clandestinidade – ao menos no que tange às ações de urbanização – até os anos 1950, quando ocorreu a ascensão dos políticos populistas ao poder municipal, conforme veremos mais adiante. (CESTARO, 2009, p. 87)

Foram 21 trabalhos apresentados com os mais variados temas relacionados à habitação, entre eles a defesa do modelo de casas isoladas, como nas cidades-jardins. Os participantes também demonstraram conhecimento do cenário internacional, expondo, por exemplo, as ideias de Léon Bourgeois sobre higiene social. Ou até mesmo a discussão sobre habitação social por meio das experiências alemã, argentina, inglesa, estadunidense, espanhola, italiana e francesa, como foi o caso da palestra de Henrique Doria, que, ao final, propôs a ação conjunta dos poderes públicos e a criação de uma comissão composta por engenheiros, arquitetos, industriais, sociólogos, médicos e juristas para o estudo de todos os aspectos da habitação operária (OUTTES, 2020, p. 2).

Outro destaque do congresso foi o engenheiro civil e arquiteto Bruno Simões Magro, com a apresentação de sua tese "Habitações Econômicas", na qual tratou sobre o tema da adaptação da habitação às características da região, barateamento e acesso ao proletário, entre outras questões, muito referenciadas também nas influências racionalistas europeias da época, como, por exemplo, de Ernst May. (FREITAS, 2005, p. 12)

Pelos temas tratados, é possível perceber tentativas de melhorar as condições das cidades, tanto nas questões físicas quanto nas sociais. Parecem evidentes o problema do adensamento construtivo e populacional e a necessidade de melhorar as questões de insolação e ventilação das moradias, visto que foi frequente a defesa da casa isolada no lote durante as palestras. Concluiu-se que a habitação deveria estar adaptada ao meio e aos hábitos locais, juntamente com as exigências mínimas julgadas indispensáveis. Por fim, é importante destacar que as discussões também levaram à conclusão de que o problema só seria resolvido por meio de um trabalho multidisciplinar conjugado ao apoio do poder público, ou seja, envolvendo o trabalho de diferentes profissionais (engenheiros, arquitetos, advogados, médicos, entre outros profissionais) com uma atuação conjunta com o poder público, e não de modo liberal como até então ocorria. (FREITAS, 2005, p. 173)

2.1.5

PROMOÇÃO PÚBLICA HABITACIONAL (1930-1964):IAPS, FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR E OUTROS AGENTES PROMOTORES

No período da ditadura de Vargas (1930–1945), a questão sanitária passa a ser secundária, enquanto o tema da habitação social ganha visibilidade inédita. As CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensões), fundadoras da Previdência Social no Brasil, existiam desde 1923 e serviram de modelo para a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, momento de participação determinante do Estado na aplicação dos recursos para fins habitacionais.

A partir de 1930 vários institutos foram criados, autarquias regulamentadas por dispositivos legais específicos e com variada arrecadação per capita, conforme renda média de cada categoria: IAPM (marítimos), IAPB (bancários), IAPC (comerciários), IAPI (industriários), IAPETEC (empregados em transportes e cargas) e IAPE (estivadores/ trabalhadores portuários).

Essa liberação de recursos passa a ter maior força com o Decreto nº 1.749, de 1937, que criou condições mais adequadas para a atuação em habitação. Com o decreto seria possível destinar até metade das reservas para a inversão imobiliária em condições mais favoráveis de financiamento, com juros mais baixos e prazos de pagamento mais alongados. Desse modo, trabalhadores com carteira assinada, associados aos IAPs, tinham direito a uma proteção social que garantia, além das aposentadorias e pensões, assistência, serviços de saúde e a possibilidade de alugar uma unidade em conjunto residencial ou obter financiamento para construir ou comprar uma moradia. Entretanto, vale frisar que trabalhadores informais não estavam incluídos nesse sistema.

Esse decreto foi altamente influenciado pelo arquiteto Rubens Porto, assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) ao qual estavam ligados todos os IAPs. Também era vinculado à Ação Católica (AC), grupo de reformadores que defendiam a forte intervenção do Estado na questão da moradia, como um serviço de utilidade pública, assim como outros serviços essenciais – abastecimento de água, coleta de esgoto, transporte, saúde etc. Tais ideias antecipam discussões que ocorrerão no I Congresso Nacional de Arquitetura, em São Paulo, no ano de 1945, que tinha entre as finalidades “Estudar a Função Social do Arquiteto nas cidades e no campo onde existam problemas cujas soluções interessam ao bem-estar das coletividades” (Regulamento do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1945 [5]).

ALMEIDA (2008) estuda as contribuições de Rubens Porto para a “formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930”. Não entendemos a existência de uma política pública nesse período, principalmente devido ao caráter fragmentado das ações dos diferentes institutos, mas, de todo modo, houve uma grande contribuição desse engenheiro-arquiteto no sentido de estabelecer diretrizes para os projetos dos conjuntos habitacionais e a legislação de acesso à moradia pelo poder público para as famílias de baixa renda.

[5] Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/congresso-brasileiro-de-arquitetos/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

É interessante observar na trajetória de Rubens Porto seu interesse pelo resgate histórico da evolução da moradia econômica como forma de entender e buscar soluções para o problema. Estuda soluções de períodos muito distantes, como a Vila Fuggerei, em Augsburg, na Baviera (Alemanha), promovida por Jakob Fugger (1459–1525) entre os anos de 1516 e 1525. Um conjunto com 106 unidades habitacionais geminadas, com dois pavimentos, jardins, cozinha coletiva, igreja e hospital, para pessoas pobres e católicas, representando para Rubens Porto um dos principais precursores da previdência e da justiça social (ALMEIDA, 2008, p. 37). Esse complexo é conhecido como o projeto habitacional mais antigo do mundo. Porto também faz referências aos urbanistas utópicos já citados na presente tese, como Owen, como também o ideal das Cidades-Jardins, de Ebenezer Howard, que pode ser percebido, por exemplo, no projeto da Vila Guiomar, em Santo André (1942), promovido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), de autoria do arquiteto Carlos Frederico Ferreira.

Sobre a questão da moradia como um serviço de utilidade pública, o artigo 138 da Constituição Brasileira de 1934 atribuía à União, aos estados e aos municípios, entre outras questões, amparar a infância, dar assistência às famílias de prole numerosa, adotar medidas legislativas e administrativas a fim de restringir a mortalidade e a morbidade infantis e de higiene social para impedir a propagação de doenças transmissíveis, bem como conceder serviços médicos e condições básicas de alimentação, trabalho e moradia à população. Nessa linha, Rubens Porto entendia que a garantia da boa moradia, juntamente com a promoção da educação dos operários, poderia prevenir doenças e, portanto, permitir um controle maior da mortalidade e dos índices de criminalidade, colaborando para que o poder público poupasse com serviços de saúde e segurança pública. (ALMEIDA, 2008, p. 40)

De todo modo, é preciso ficar claro que a produção de moradia para a população de baixa renda não foi o grande objetivo dos IAPs, mesmo existindo profissionais com grande interesse e compromisso com a causa social. Dentro do contexto de existência de vários institutos, não havia um pensamento unificado sobre a questão – uns visavam à rentabilidade, e outros defendiam a habitação social, como foi o caso de Rubens Porto. Percebe-se essa falta de unidade na própria produção, que, diferentemente do que podemos imaginar, não se restringia apenas a conjuntos referenciados no movimento moderno internacional, das Siedlungen alemãs, das Hofe vienenses ou das cidades-jardins de Ebenezar, mas sabemos quanto era presente o pensamento progressista em parte dos arquitetos e técnicos que atuavam na questão habitacional, que lutavam pela modernidade não apenas no espaço físico, mas também na transformação dos hábitos dos trabalhadores, que naquele momento ainda eram bastante rurais.

A produção de destaque dos institutos, principalmente os conjuntos promovidos pelo IAPI, Plano A, é fortemente influenciada por essa arquitetura de origem europeia e dentro do ideal do moderno não como um estilo, e sim como uma causa. A valorização do espaço público pode ser entendida como a capacidade do Estado de gerir adequadamente a cidade. Entre alguns exemplos podemos citar: Conjunto Residencial Operário de Realengo, de autoria de Carlos Frederico Ferreira (Rio de Janeiro, 1938); Vila Guiomar, do mesmo autor (Santo André, 1942); Conjunto Residencial da Várzea do Carmo, de autoria de Attilio Corrêa Lima, Hélio Lage Uchoa Cavalcanti, José Theodulo da Silva e Alberto de Mello Flores (São Paulo, 1938); Conjunto Residencial da Mooca, de autoria do arquiteto Paulo Antunes Ribeiro (São Paulo, 1946); entre outros. O volume 2 da trilogia *Os Pioneiros da Habitação Social* (BONDUKI; KOURY, 2012) contém o inventário de toda a produção pública entre 1930 e 1964 dos diferentes institutos de aposentadoria e pensão, como também da Fundação da Casa Popular e de outros órgãos regionais importantes no período.

De modo coerente com as propostas defendidas, em 1938, pelo arquiteto Rubens Porto, adotaram-se nesses projetos de maior dimensão, quase que integralmente, os preceitos formais da arquitetura moderna. Ao novo homem que se buscava forjar era necessário moldar um novo espaço, uma nova concepção de morar, uma nova arquitetura. (BONDUKI, 2004, p. 166)

Figura 10: Vila Fuggerei, em Augsburg, na Baviera, promovida por Jacob Fugger entre 1516 e 1525.

Figura 11: Fotos da Vila Guiomar, em Santo André (SP). Tipologia habitacional com quatro pavimentos.

A crise habitacional teve seu momento mais agudo no período da Segunda Guerra Mundial. A Lei do Inquilinato (Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942) agravou essa situação, já que desestimulou a colocação de novos imóveis no mercado de locação e desencadeou uma série de despejos. Gerou crise inclusive nos IAPs, que passaram a não alcançar a rentabilidade esperada.

A falta de moradia gerou enorme descontentamento popular e repercutiu, inclusive, nas campanhas e propostas governamentais. Foi parte da campanha de Eurico Gaspar Dutra a proposta da "Caixa Nacional de Habitação para a construção de 100 mil casas populares". Eleito em 1946, ele já anunciava a criação da Fundação da Casa Popular.

Mas as primeiras ações para criação da FCP de fato ocorreram em 1945, ainda no governo Vargas. A proposta seria unificar todas as carteiras prediais da previdência por meio da criação do Instituto de Seguridade Social do Brasil (ISSB) e ao mesmo tempo criar uma instituição, a Fundação da Casa Popular (FCP), com ações exclusivas para políticas habitacionais, incluindo os trabalhadores informais. Também havia a proposta de atuar de forma mais abrangente incluindo o desenvolvimento urbano, social e econômico:

> (...) Previam-se, além da construção de casas populares, o financiamento de obras de infraestrutura; o serviço social; o financiamento das indústrias de material de construção; o apoio a pesquisas sobre processos construtivos e a estudos sobre as tendências regionais das moradias, incluindo arquitetura, hábitos, clima, materiais e mão de obra. (BONDUKI, 2012, vol. 1, p. 245)

Esse desenho era correto, pois a expansão urbana demandava mais do que novos conjuntos habitacionais; afinal, havia muitos loteamentos populares com carência de infraestrutura. Também se entendia a necessidade de alternativas de baixo custo com articulação com o poder municipal e outras instituições locais, incluindo apoio financeiro para ações de assistência técnica (BONDUKI, 2012, vol. 1, p. 255). Mas afinal, por que não deu certo?

Segundo BONDUKI (2004, p. 120), houve muita oposição à FCP, primeiro dos IAPs, já que unificar tais institutos poderia significar a perda de privilégios de categorias com salários superiores; afinal, pressupunha com a unificação a implantação de uma política de distribuição igualitária dos recursos. Outros setores também criticaram a proposta, como sindicatos, entidades profissionais e comunistas, que no seu período de legalidade no Brasil conseguiram avançar os trabalhos de base em favelas ou bairros populares[6]. Segundo BONDUKI (2004, p. 120), os sindicatos queriam assumir o controle da previdência. Já o Partido Comunista criticava a proposta da casa própria como forma de acesso à moradia, pois defendia modelos menos clientelistas e que visassem à cooperação. Até mesmo a indústria da construção civil se opôs, pois temia a interrupção do crédito para as incorporações, previstas no Plano C. Já as entidades profissionais, incluindo o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Clube de Engenharia, entendiam a proposta como "mera construção de casas". Enfim, o próprio governo Dutra não estava suficientemente determinado a construir uma política habitacional para o país, e os grupos sociais que seriam beneficiados estavam pouco articulados. De todo modo, sua implementação não foi suspensa, mas ficou muito distante das pretensões iniciais, tanto que a unificação da previdência só ocorreria anos mais tarde, com a ditadura militar, em 1964.

---

[6] O Partido Comunista no Brasil teve pouco tempo de legalidade, reflexo da formação histórica capitalista do país, com domínio de classes, entre outros fatores. Um período de sua legalidade foi entre os anos 1945 e 1947, fruto das lutas populares contra o Estado Novo e do cenário internacional pós-guerra mundial, devido à vitória do povo soviético, que gerou popularidade do partido mundo afora. Esse foi um momento importante para a realização de trabalho de massa, com a criação, por exemplo, de "Comitês Populares Democráticos", que, entre suas funções, organizavam os moradores de favelas e bairros populares para entender as demandas e buscar melhorias.

Sem fonte direta de recursos, a Fundação da Casa Popular dependia de alianças com os Estados, e estes se mostravam resistentes. No caso de São Paulo, o governador Adhemar de Barros pretendia ele próprio promover empreendimentos pela Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) em 1949. Havia no período (de 1946 até 1964) uma tendência dos estados de criar órgãos regionais para planos habitacionais – Serviço Social contra o Mocambo (Pernambuco, 1945), Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946), Fundação Leão XVII (Rio de Janeiro, 1947), Superintendência de Habitação (Porto Alegre, 1950), Caixa de Habitação Popular (Paraná, 1950), entre várias outras, conforme pode ser observado em BONDUKI (2004, p. 122). Desse modo, a ação ficou ainda mais fragmentada.

> (...) A FCP procurou baratear ao máximo o custo da unidade, rejeitou a habitação coletiva multifamiliar, adotada em caráter excepcional apenas no Distrito Federal (Rio de Janeiro), estabeleceu diretrizes segundo as quais lhe cabia implantar a infraestrutura e os equipamentos sociais – tudo diferente, portanto, do que faziam os IAPs. Adotando essa estratégia, a FCP se distanciou inteiramente de seus objetivos originais, que entendiam a questão habitacional não apenas como a construção de casinhas, mas como uma ação de desenvolvimento urbano. (BONDUKI, 2012, vol. 1, p. 257)

É possível enxergar na produção habitacional brasileira dos IAPs, como também da CECAP e do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro, com o famoso Pedregulho, o rebatimento das questões internacionais sobre a arquitetura moderna, sobre o moderno não ser um estilo, e sim uma causa, conforme vimos em KOOP (1990). Vimos alguns marcos desse reflexo no Brasil, por exemplo, com o pensamento de Lúcio Costa e Warchavchik no início dos anos 1930, que entendiam a modernização da moradia como um processo de libertação dos trabalhadores, das mulheres e da sociedade como um todo.

Também podemos perceber a discussão da habitação como serviço público, no pensamento de Carmen Portinho no projeto do Pedregulho, devido à presença dos edifícios coletivos com equipamentos comunitários, em oposição à casa isolada com quintal e características rurais.

Ou seja, havia a questão da mudança da sociedade por meio da arquitetura, e os arquitetos modernos entendiam que uma produção voltada para a evolução dos trabalhadores não deveria simplesmente atender a suas aspirações; afinal, os arquitetos deveriam oferecer uma nova visão do homem moderno, visto que nem sempre (ou quase nunca) incorporavam práticas populares.

Na década de 1940, em quase toda a intelectualidade de orientação progressista e no pensamento reformista, prevalecia o dualismo entre o atrasado e o moderno, sendo predominante a ideia de que a principal tarefa era levar adiante a modernização, o que significava incutir nos trabalhadores hábitos diversos dos que haviam trazido do meio rural ou que tivessem desenvolvido em um espaço urbano organizado de forma espontânea e, portanto, reproduzindo práticas “atrasadas”. Desse modo, os arquitetos e os outros técnicos responsáveis pela questão habitacional estariam dando sua contribuição ao projeto de modernização social por meio da construção de um espaço racionalizado e de um novo modo de morar, símbolos de uma época na qual a classe trabalhadora iria viver e passar seu “tempo livre” de forma cada vez mais socializada. (BONDUKI, 2004, p. 143)

2.1.6

AUSÊNCIA DO ESTADO: AUTOEMPREENDIMENTO PERIFÉRICO E AS FAVELAS EM SÃO PAULO

O congelamento dos aluguéis em 1942 foi uma medida do governo Vargas para regulamentar as relações entre inquilinos e proprietários. BONDUKI (2004) entende que havia na medida a intenção do governo de reduzir a atração dos investimentos imobiliários a fim de direcionar para a indústria.

Essa ação, de fato, desestimulou o interesse do mercado privado em investir em habitação; assim, o encargo da produção da habitação passou para o Estado (IAPs e FCP), mas principalmente para a população, que encontrou meios alternativos de produzir sua moradia, principalmente o autoempreendimento em loteamentos periféricos desprovidos de infraestrutura.

As consequências da política de congelamento dos aluguéis foram diversas: casos de locatários que conseguiram se manter no aluguel antigo, e assim o prejuízo nessas circunstâncias ficava para o proprietário; e casos de recém-chegados à metrópole ou despejados que só conseguiam moradia pagando aluguel, e assim tinham o nível de qualidade de vida bastante reduzido, entre outras situações. Essas foram as condições para o surgimento de soluções alternativas como as favelas ou os loteamentos particulares.

As primeiras favelas de São Paulo vão nascer na primeira metade dos anos 1940, nas franjas da área central, como forma de resistência dos inquilinos em deixar as áreas mais valorizadas e mudar-se para a periferia. As principais favelas estavam localizadas nas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí, geralmente em áreas públicas ociosas, próximas ao centro ou a áreas industriais, entre elas: Baixada do Penteado (ou Baixada do Glicério, Várzea do Glicério ou Várzea do Penteado), Ibirapuera, Canindé, Ordem e Progresso, Lapa, Vila Prudente, Vila Guilherme, Piqueri, Tatuapé e Vergueiro (BONDUKI, 2004, 262). Tais favelas chocaram a elite paulistana devido ao contraste com as obras de modernização da época.

Em FLOCK (2020) é possível entender todo o processo da Baixada do Glicério, que abrigou um conjunto de favelas nas décadas de 1940 e 1950, como a Favela da Várzea do Penteado, a Favela do Glicério, a Favela Nossa Senhora da Conceição, a Favela Prestes Maia, a Favela do Penteado, entre outras. Houve a intervenção do prefeito Abraão Ribeiro em construir no local pavilhões para abrigar os moradores de forma “mais digna”, de modo bastante semelhante aos Parques Proletários Provisórios do Rio de Janeiro do início dos anos 1940, conforme veremos mais adiante. A Vila de Pavilhões foi construída no terreno que pertencia ao IAPI, local em que alguns anos depois seria construído o Conjunto Várzea do Carmo, gerando ações de despejos para retirar todas as famílias da área. As intervenções do Estado nas favelas naquela época tinham como principal objetivo sua eliminação, os tais processos de “desfavelização”. Mais adiante serão expostos casos no Rio de Janeiro, mas também o caso da Favela Vergueiro, em São Paulo; no local onde ficava a favela hoje existe um bairro de alto padrão, Chácara Klabin.

De modo geral, o crescimento das favelas em São Paulo foi bastante controlado até os anos 1970, em vista da discriminação que os habitantes sofriam como também da grande oferta de lotes periféricos. Lembremos que já no I Congresso de Habitação, em 1931, o tema dos loteamentos “clandestinos” era debatido. Ao longo da década de 1930 se criaram condições para melhorar o acesso ao lote periférico, seja pela lei de compra a prestações (Decreto-Lei nº 58, de 1937), como pela expansão na implantação de linhas de ônibus.

Assim, ao mesmo tempo em que se formulavam os projetos dos IAPs referenciados na arquitetura moderna europeia, também se expandia um modelo de urbanização precária com loteamentos e autoconstrução da moradia. Tais fatos demonstram que a modernidade tão desejada pelos arquitetos e técnicos estava muito distante da realidade que se criava naquele momento.

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador, que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática como um modo de viabilizar uma solução habitacional "popular", barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornar proprietários. (BONDUKI, 2004, p. 288)

Sobre os loteamentos, o Decreto-lei nº 58, de 1937, privilegiava o registro em cartório do lote, porém não obrigava a instalações de serviços urbanos pelo loteador. A própria Lei Municipal nº 2.611, de 1923, que proibia a abertura de vias de comunicação sem prévia licença, já deveria barrar os loteadores clandestinos, mas não funcionou; afinal, muitas ruas não oficiais foram abertas, impedindo a implantação de infraestrutura pelo poder público, uma "excelente justificativa para excluir da demanda por recursos públicos a maior parte da cidade" (BONDUKI, 2004, p. 290).

Essa legislação foi barrada somente anos depois com a Lei Federal nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Com relação às construções, dentro dos parâmetros de casa operária, ou seja, moradias de até três cômodos, além de cozinha e banheiro, suprimia-se a exigência de alvará em áreas rurais, localização predominante dos loteamentos (BONDUKI, 2004, p. 292). Tais fatos demonstram que não havia interesse em regulamentar tais loteamentos e suas construções, pois era uma forma de o poder público se isentar de suas responsabilidades, principalmente de implantação de infraestrutura, mas também de omissão diante da produção habitacional autoconstruída sem assistência técnica ou auxílio profissional.

De 1945 a 1947 os comunistas tiveram seu período de legalidade no Brasil, sendo os primeiros a perceber que a periferia era um espaço propício ao surgimento de um movimento de luta por melhorias urbanas e organização popular. Houve nesse período o estímulo dos Comitês Democráticos e Progressistas (CDPs); dezenas foram criados nos bairros periféricos, propiciando organização da população, e formularam uma série de reivindicações ao governo por direito aos serviços públicos – água, luz, esgoto e transporte principalmente. Tais manifestos estavam presentes no jornal *Hoje*, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os CDPs foram fechados com a declaração de ilegalidade do PCB pelo governo Dutra. Assim, outras organizações foram articuladas, como as Sociedades Amigos de Bairros (SABs) (BONDUKI, 2004, p. 298).

Mesmo com o surgimento da organização popular, até o início dos anos 1950 não havia benfeitorias públicas nas ruas dos loteamentos devido à falta de doação das mesmas pelos loteadores, uma contradição, pois conseguiam registrar os loteamentos mesmo em desconformidade com a legislação, mas não conseguiam transferir as áreas, por exemplo, do sistema viário para o poder público. Cristiano das Neves, prefeito de São Paulo em parte do ano de 1947, tinha uma postura bastante rígida com relação a essa questão, não levando benfeitorias para ruas que não fossem doadas ao poder público. Desse modo, tornava-se quase impraticável incorporar tais loteamentos na gestão da cidade; assim, a solução foi a regularização em massa, com anistia de inúmeras residências, em tais loteamentos.

> (...) Politicamente, tornou-se insustentável o poder público ignorar quase metade das ruas da cidade, deixando-as sem serviços urbanos e transporte, comprometendo a organização urbana. Era preciso, portanto, incorporar esses bairros à cidade legal. (BONDUKI, 2004, p. 300)

Jânio Quadros, na época vereador de São Paulo, apoiava a oficialização das ruas e ganhou notabilidade política, vindo a ser depois prefeito, governador e até presidente do Brasil.

O projeto de lei de oficialização de ruas do município, de 1952, encaminhado pelo prefeito Armando Arruda Pereira, permitirá, após quase quatro décadas de omissão pública, a autorização para a oficialização e consequentemente a implantação de obras de melhoramentos em regiões populares. Tal fato se concretizou com Jânio Quadros, vencedor das eleições de 1953, com a Lei nº 4.371, de 1953. Sua candidatura representou o peso político da massa popular.

O prefeito lança o Plano de Emergência para melhorias nas ruas (pedestres e veículos) e implantação de infraestrutura – captação de águas pluviais, pavimentação, canalização de córregos, paisagismo, praças, entre outras benfeitorias.

> Pretende a Secretaria de Obras, no prazo de quatro anos do atual governo, transformar cada um dos bairros mais populosos de São Paulo em miniatura de cidade, com sua praça ajardinada, suas ruas pavimentadas e adequadas ao tráfego rodoviário (*Folha Socialista*, 20/07/1953, apud BONDUKI, 2004, p. 302)

Os resultados nos primeiros oito meses foram surpreendentes: 130 quilômetros de ruas asfaltadas, melhorias em 431 ruas, 251 quilômetros de guias, 223 quilômetros de sarjetas e sete córregos canalizados. (*Folha Socialista*, 20/04/1954, apud BONDUKI, 2004, p. 302)

Tais ações tiveram continuidade com nova oficialização em massa em 1962, gerando segurança para aqueles que compravam um lote irregular; afinal, "mais cedo ou mais tarde, lhe garantiria, com grandes sacrifícios na sua qualidade de vida, mas a um custo reduzido, a propriedade da casa e o acesso aos serviços urbanos" (BONDUKI, 2004, p. 303). O pequeno número de favelas em São Paulo até os anos 1970 é um índice da enorme capacidade de absorção desse modelo tradicional e conservador, muito diferente daquilo que os arquitetos modernos defendiam: do espaço socializado com equipamentos coletivos e amplas áreas verdes ajardinadas. Esse modelo também permitiu o crescimento do número de casas próprias, diferentemente do período anterior à Era Vargas.

Morro da Favela, 1924, obra de Tarsila do Amaral. Representa o período que a população vulnerável foi obrigada a ceder seu lugar na cidade para a revitalização dos centros, surgindo as primeiras favelas no Rio de Janeiro. Diferente da percepção da época, onde a favela era vista pela maioria como algo ruim que deveria ser exterminado, Tarsila do Amaral demonstra a beleza e a vida que existia no recente fenômeno ainda pouco compreendido pela sociedade.

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO (1880-1964)

2.2.1

DEBATES SOBRE AS PRIMEIRAS FAVELAS DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

VALLADARES (2000; 2005) distingue duas fases de caracterização do fenômeno da favela no Brasil, a partir das experiências do Rio de Janeiro. A primeira se inicia no final do século XIX, no momento de descoberta dos primeiros casos, e se encerra quando se torna oficial, ou seja, nos anos 1950, com a realização do primeiro Censo das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal (1948) e do Censo Demográfico de 1950. A segunda fase, iniciada nos anos 1960, se caracteriza pela presença dos especialistas no assunto e por ser tema de debates nas universidades. Essa fase se estende até os dias atuais.

Por se tratar de uma pesquisa sobre a construção de um trabalho público de assessoria técnica habitacional, é importante entender a origem do trabalho relacionado às favelas no Rio de Janeiro, devido ao pioneirismo da atuação nessa cidade. Por isso, julgou-se importante resgatar tal origem, porém sempre buscando enxergar o método de atuação dos diferentes agentes e, de todo modo, destacar como vem sendo o trabalho dos arquitetos urbanistas ao longo do tempo também nessa modalidade.

As primeiras favelas do Brasil surgiram no final do século XIX no Rio de Janeiro, e, de acordo com alguns estudiosos, tal evento tem relação direta com os cortiços. Por exemplo, existe a versão de que a formação inicial do Morro da Providência, conhecida como a primeira favela do país, foi decorrente da demolição do maior cortiço da história, o Cabeça de Porco, em 1893. Segundo relatos, o próprio prefeito Barata Ribeiro havia permitido a retirada de madeiras do edifício condenado à demolição para serem reaproveitadas. Os ocupantes assim o fizeram, subiram o morro atrás do cortiço e construíram suas casas. Também existem histórias de que um dos proprietários do famoso alojamento tinha terras nessa encosta, podendo representar uma transferência de aluguel da hospedagem para o morro. Alguns anos depois, no final de 1897, ex-combatentes que acabavam de retornar da Guerra de Canudos, sem apoio do governo no regresso, também se alojaram nesse mesmo morro, rebatizado de Morro da Favella, mudança de nome estritamente relacionada ao cenário de Canudos, termo que alguns anos depois servirá como sinônimo nacional de aglomerado de habitações precárias, entre outras definições. (VALLADARES, 2000, p. 7)

Ao analisar a origem do histórico da construção social da favela é possível perceber sua depreciação, ou seja, uma constante afirmação de algo que deve ser combatido e exterminado – foco de pobreza, de concentração de doenças ou algo nocivo à cidade. Em sua origem, raramente tentarão entender os motivos pelos quais as pessoas moraram naquele espaço ou sobre como melhorar a vida delas.

VALLADARES (2000; 2005) busca algumas explicações sobre a caracterização da favela pelos primeiros observadores do tema; afinal, é preciso haver justificativas sobre a construção de um coro uníssono que a entende como um acontecimento totalmente negativo a ser combatido. Segundo a autora, existe um mito presente em praticamente todos os estudiosos que falam sobre a origem da favela, o mito de Canudos.

Quem procurar a origem do termo encontrará com facilidade sua relação com o cerro do sertão baiano, a semelhança da vegetação que cobria o morro de Monte Santo – a favela, ou *Cnidoscolus quercifolius* – com a encosta do Rio de Janeiro. Uma segunda relação com o morro do sertão baiano teria um caráter mais simbólico que remete à resistência do povo. “No entanto, é bom frisar, não foi simplesmente Canudos, não foi uma povoação de Canudos qualquer que desempenhou o papel do mito de origem da favela carioca. Foi o arraial de Canudos descrito em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha”, conforme explica VALLADARES (2000, p. 9). A descrição dessa autora acaba permeando a favela do Rio, servindo de modelo para os primeiros que arriscavam entender e caracterizar o novo fenômeno surgido:

> Na leitura de Euclides da Cunha, Canudos representava a liberdade de uso da terra, de trabalho, de impostos, de costumes e práticas sociais. Uma espécie de paraíso comunitário onde a lei nacional não entrava e as normas sociais não eram ditadas pela sociedade dominante. A ideia de comunidade, tão presente no arraial analisado por Euclides da Cunha, acaba se transpondo para a favela, servindo como modelo aos primeiros observadores que tentaram caracterizar a organização social dos novos territórios da pobreza da cidade. À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum. (VALLADARES, 2000, p. 11)

Ou seja, cronologicamente falando, existiram outras favelas anteriores ou concomitantes à do Morro da Providência; de todo modo, esta foi eleita como pioneira por seu simbolismo que possibilitou a compreensão e a caracterização de fatos semelhantes. Por exemplo, a Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena são anteriores ao Morro da Favella; foram povoados iniciados em 1881 e, no caso da Quinta do Caju e da Mangueira, por imigrantes europeus, sem comprovação de ocupação ilegal, desconstruindo mais um mito da favela como consequência única de “invasão” de área particular:

> (...) também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favella. O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado. No entanto, foi o Morro da Favella que entrou para a história. (VALLADARES, 2005, p. 28)

Mas por que então é o Morro da Favella que entra para a história como a primeira favela nacional? VALLADARES (2005, p. 35-37) enumera exemplos de analogias entre *Os Sertões* e o Morro da Favella que demonstram a influência do livro de Euclides da Cunha sobre os primeiros observadores da favela e, consequentemente, a população como um todo. As principais características de Canudos percebidas pelo escritor são carregadas de preocupações políticas relativas à consolidação da República, à saúde da sociedade e ao início da modernidade, ficando a favela vinculada ao “mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização”.

1. Especificidade de um processo de crescimento urbano (ainda que fosse um povoado em área rural) rápido, desordenado e precário (...);
2. Topografia de uma região de morros que faz dela um verdadeiro bastião, de acesso muito difícil (...);
3. Ausência de propriedade privada do solo, substituída pela propriedade coletiva da terra (...);
4. Ausência do domínio do Estado e das instituições públicas (leis, polícia, municipalidades etc.) nesse território rebelado contra a República (...);
5. Ordem política específica marcada pelo domínio do chefe, Antônio Conselheiro, líder carismático que desviou o povo de suas obrigações (...);
6. Espaço capaz de condicionar o comportamento dos indivíduos, integrando os recém-chegados à identidade coletiva, homogênea e uniforme do grupo (...);
7. Comportamento moral revoltante para o observador, marcado pelo deboche, pela promiscuidade e ausência de trabalho, uma economia fundamentada no roubo e nas pilhagens (...);
8. Um perigo para a ordem social de toda a região, inclusive de todo o sertão, um considerável risco de contágio (...);
9. Para Euclides da Cunha, o Arraial de Canudos representava a liberdade: quanto ao uso da terra, ao trabalho, aos costumes, em relação às práticas sociais e ao pagamento de imposto. Mas, ainda que ele criticasse o atraso e os perigos de contágio, era capaz também de reconhecer ali a força de seus habitantes e a valorização atribuída por eles a tal espaço de liberdade (...). (VALLADARES, 2005, p. 35-37)

Podemos entender que as favelas passaram a ser conhecidas no Rio de Janeiro já no início do século XX, no entanto, como algo ilegal, uma doença que deveria ser combatida, dentro de uma visão similar à que existia sobre os cortiços.

Figura 12: Arraial de Canudos.

VALLADARES (2000, p. 16) aponta que Mattos Pimenta representou essa visão. Filiado ao Rotary Club, uma das associações da elite empresarial carioca, defendia a estética da cidade e sua higiene. No final dos anos 1920 lança uma verdadeira campanha contra as favelas, usando, inclusive, expressões bastante ofensivas para caracterizá-las, como “lepra da estética”, entre outras. Com o apoio da imprensa, do diretor de Saúde, do prefeito e do chefe de polícia, distribui folhetos com o título “Casas populares”, os quais continham propostas para o problema da favela, entre elas: paralisar a construção de novos barracos; melhorar a fiscalização pública; e iniciar a construção de casas populares, asilos para velhos e inválidos e alojamentos para crianças desamparadas. Também havia a ideia de tornar os indivíduos proprietários de sua habitação, uma verdadeira proposta de crédito imobiliário independente do poder público. De todo modo, é possível perceber que o foco era acabar com a favela, e não com a escassez de moradias ou a pobreza nem melhorar a vida da população mais carente.

Em meio ao clima nada favorável em relação à permanência das favelas, o prefeito Antonio Prado convida o urbanista francês Alfred Agache, diplomado pela École des Beaux-Arts de Paris, para uma série de conferências sobre o desenvolvimento da cidade que resultará em um plano de remodelação da antiga capital.

Pelo relatório realizado é possível notar que as favelas não passaram despercebidas das suas análises. Inclusive, sua terceira conferência leva o nome de “Cidades-Jardins e Favellas”, estas últimas entendidas por ele como “uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene” (AGACHE, 1930, p. 17[7]).

Segundo VALLADARES (2000), é possível que Mattos Pimenta tenha introduzido e influenciado o arquiteto francês quanto ao universo das favelas, devido aos parâmetros de higiene como base para a estética, também considerados em seu discurso. Mas, por outro lado, seria uma tendência geral do urbanismo naquele momento, justamente referenciado nas remodelagens dos grandes centros urbanos, principalmente europeus. Também é possível notar em suas propostas para o Rio de Janeiro a influência do movimento das “Cidades-Jardins”, introduzidas por Ebenezer Howard na constituição das ideias de planejamento. Acaba sugerindo uma variação para as “vilas-jardins operárias”, conforme pode ser notado a seguir:

> A medida que as villas-jardins operarias serão edificadas em obediencia aos dados do plano regulador, será conveniente reservar certo numero de habitações simples e economicas, porém hygienicas e praticas, para a transferencia de habitantes da favella, primeira etapa de uma educação que os ha de preparar a uma vida mais confortavel e mais normal. (AGACHE, 1930, p. 190, tradução nossa)

Por fim, o arquiteto propõe a remoção dessas áreas ainda pouco conhecidas da cidade e denuncia o perigo representado por sua permanência, seja pelas questões de higiene como também de poluição das propostas de embelezamento da cidade, que passava naquele período por planos de remodelagem. Por outro lado, existe por parte de Agache ao menos uma preocupação em entender a causa do fenômeno das favelas, ainda pouco debatido naquele período:

[7] O relatório completo entregue elaborado pelo arquiteto francês está disponível em: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReadernet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano&pesq=)>. Acesso em: 12 dez. 2021. AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento.** Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

> Póde-se dizer, que são o resultado de certas disposições nos regulamentos de construcção e da indifferença manifestada até hoje pelos poderes publicos, relativamente as habitações da população pobre. Perante as difficuldades accumuladas para obter-se uma auctorisação de edificar, – requerimentos e formalidades só alcançam o seu destino depois de muito tempo e taxas onerosas, – o operario pobre fica descoroçoado e reune-se aos *sem tecto* para levantar uma choupana com latas de kerosene e caixas de emballagens nas vertentes dos morros proximos a cidade e inoccupados, onde não se lhes reclamam impostos nem auctorisações. (AGACHE, 1930, p. 189)

Parte de seu entendimento sobre as favelas se mantém atual, seja nas dificuldades para obter um financiamento ou para formalizar processos de construção, tanto pela dificuldade financeira, mas também burocrática, e ainda casos de indiferença do poder público diante desse tipo de manifestação.

2.2.2

INÍCIO DO RECONHECIMENTO OFICIAL DAS FAVELAS: PARQUES PROLETÁRIOS (ANOS 1940)

O Código de Obras de 1937 (Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937) pode ser considerado um marco do processo de reconhecimento oficial da favela e do debate sobre o que fazer com o espaço ocupado e seus habitantes, de todo modo com indicações pouco positivas para os ocupantes. O capítulo XV, “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”, inclui, além dos cortiços (Seção I), as favelas (Seção II):

> Art. 349 – A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto, não será absolutamente permitida.
>
> 2º – A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente a demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.
>
> 9º - A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo deste Decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo. (DECRETO Nº 6.000, de 1º de julho de 1937)

De todo modo, essa ação de extermínio somente ganha força quando o prefeito Henrique Dodsworth lança o Programa de Parques Proletários Provisórios, em 1942. Sua proposta consistia na construção de alojamentos para os residentes das favelas do Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que o poder municipal agiu diretamente na questão, de todo modo, visando à eliminação das favelas.

Um pouco antes desse programa pioneiro, no ano de 1941, durante o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, médicos e engenheiros membros do Rotary Club do Rio estabeleceram quais seriam as informações mínimas necessárias para uma ação eficaz na favela, conforme segue: número exato de habitações que compõem cada núcleo; caráter da formação e sua densidade; número de habitantes; caráter específico das habitações; caracterização urbanística das terras ocupadas; número de habitantes, ocupação dos homens e das mulheres; número de crianças em idade escolar; condições sanitárias gerais; extensão da área ocupada; dossiê fotográfico; possibilidade de urbanização de cada núcleo; nome do proprietário das terras ocupadas. Os primeiros estudos sistemáticos sobre as favelas do Rio de Janeiro seguem essa perspectiva, seja o trabalho *Favelas do Distrito Federal*, de 1943, de autoria do médico Victor Tavares de Moura, como o trabalho final de curso *Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela*, de 1942, da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva. É possível constatar em tais estudos a importância dos dados concretos e reais como fundamento para a atuação em áreas mais vulneráveis. Especificamente o de Victor Tavares de Moura servirá de base para a política dos parques proletários. (VALLADARES, 2005, p. 59-60)

É importante ressaltar no trabalho desse médico a desmistificação do entendimento da favela como resultado de invasões de áreas privadas ou públicas, presente até hoje. Ele identifica favelas em áreas particulares com autorização e auxílio dos proprietários, permitidas também pelos benefícios nas isenções de impostos, e ainda para recebimento de aluguel, seja do chão como do barraco, situação verificada, por exemplo, no Morro da Providência. Recomenda a necessidade de um censo contendo informações básicas sobre esse universo para a criação de uma política adequada. Entre os dados considerados importantes estão: localização, natureza do terreno, propriedade do terreno, condições dos barracos/construções, assim como informações sobre os moradores: nacionalidade, idade, cor, sexo, profissão, grau de instrução, aptidões, emprego, renda, entre várias outras questões, incluindo a situação do morador em relação ao barraco – se proprietário, inquilino, “de favor” etc.

> Da minúcia e do critério com que for preenchida a ficha do censo, dependerá em grande parte o êxito da campanha, pois somente com informações reais e pormenorizadas é que se pode escolher o caminho a seguir para a solução de um problema, cuja complexidade não necessita ressaltar. (MOURA, 1940, p. 8, apud FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2005, p. 16)

A construção de Parques Proletários Provisórios foi a primeira experiência efetiva de política de provisão de moradias populares para os residentes das favelas, mas temporárias. De modo geral, o programa tinha como proposta a transferência dos moradores de favelas para alojamentos provisórios até a construção de habitações definitivas em terrenos estatais. Veremos como de fato evoluiu essa proposta.

O artigo *As favelas*, da revista *Acrópole* (1944), mostra os ares frescos dos primeiros momentos de implantação dos Parques Operários Provisórios. É possível notar bastante euforia com os ideais sociais paternalistas do presidente Vargas, de ordem pública, quando informa que o “plano está sendo executado e resultados magníficos já podem ser observados”.

Ao longo do texto é possível perceber expressões que colocam a favela como um grande mal, como se fosse um organismo sem presença de vida ou que tira a beleza da Cidade Maravilhosa. Um discurso bastante motivado pelas questões estéticas do urbanismo valorizadas naquele momento, conforme pode ser observado na citação a seguir:

> Destes tipos de habitações, porém, a que mais choca com o aspecto urbano da cidade é a favela, pois a cabeça de porco, o cortiço, e a casa de cômodos, embora causando os mesmos males que a favela, pelo menos estão escondidos (...). (s/n, *Acrópole*, 1944)

O otimismo se mostra presente ao longo de toda a descrição do projeto. Os Parques são descritos como “ambientes favoráveis” controlados pelo Serviço Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura, com recursos para “amparar e reeducar” os favelados, características marcantes do Estado Novo, centralizador e controlador. No texto são citadas as atuações de alguns profissionais: do serviço social, do serviço médico, incluindo de puericultura, da educação, do esporte, entre outros. Pouco se entende pelo artigo sobre os passos seguintes: provisório até quando e quais seriam os atendimentos definitivos, entre outras questões fundamentais que pareciam ainda sem respostas naquele momento.

Em KLEIMAN (1978) é possível ter algumas respostas. A citação da epígrafe do artigo é justamente da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, na qual a autora manifesta sua preocupação com “o enorme atraso urbanístico em que elas nos colocam”, se referindo às favelas. Ou seja, a preocupação não é com aqueles que vivem em tais espaços, desprovidos de alternativas para moradia.

“Acabar com as favelas”, título do artigo de KLEIMAN (1978), seria o coro uníssono da elite e dos governantes naquele momento e foi o som que orientou diretamente os projetos de extinção das favelas, representados pelos Parques Proletários Provisórios. Havia outro objetivo vinculado a esse, que seria transformar radicalmente os favelados, a partir de uma proposta que obrigava tal mudança sem atuar no germe do problema, que são as questões relacionadas à formação da sociedade brasileira, ao capitalismo cruel que fora implantado, sem medir as consequências. Ainda segundo KLEIMAN (1978, p. 16), foram introduzidos por meio dessa ação “métodos e mecanismos que viriam a se tornar rotineiros nas remoções iniciadas na década de 60 e que têm seu auge a partir de 64”.

O plano de Victor Tavares de Moura, enquanto esboço para a proposta dos Parques Proletários, tinha aspectos positivos e bastante progressistas para a época, prevendo a remoção apenas em caráter transitório, ou seja, propondo o retorno para o local de origem, porém dentro de condições de salubridade. Também incluía a análise da causa do fenômeno da favela. De todo modo, assim como a regra geral, sua ideia é também de extinção da favela, o que pode representar a detenção de uma organização social que poderia ganhar força (KLEIMAN, 1978).

Entre 1942 e 1944 foram removidas aproximadamente 4 mil pessoas e criados três Parques Provisórios. O primeiro foi o Parque da Gávea, que abrigou moradores das favelas do Largo da Memória, Olaria, Capinzal, entre outras demandas pulverizadas. A favela do Largo da Memória teve origem e formação muito similar à de outras favelas. Surgiu por necessidade de abrigo para os operários da obra do canal da Avenida Visconde de Albuquerque, a fim de que morassem próximo a seu trabalho. Com o término das obras, eles permaneceram no local, pois, se saíssem, com certeza seria ocupado por outras pessoas; afinal, havia mais obras de melhoramentos na área e fábricas, o que representava uma necessidade de moradia popular na região. Quando as pessoas se sentiam seguras, traziam mais parentes e amigos (KLEIMAN, 1978, p. 18). Ocorre assim até hoje. Por meio desse fato é possível verificar que a favela não está separada do sistema econômico vigente; ao contrário, essa base da pirâmide representa a mão de obra barata para o progresso da indústria e da cidade.

Em 1941 começa o processo de extinção dessa favela, e, para isso, iniciam-se os trabalhos de assistência social no local. Nesse processo os profissionais do serviço social levantavam as peculiaridades de cada família; de todo modo, não conseguiram estimular a ideia da remoção, repudiada pela maioria. A ideia da extinção total da favela se efetivou quando a área foi requerida pelo Exército para a construção de um quartel. Com isso, nada adiantaram os questionamentos para entendimento das peculiaridades, pois todos saíram do local (KLEIMAN, 1978, p. 20). As pessoas que moravam na Favela do Largo da Memória foram transferidas para o Parque Proletário nº 01.

Figura 13: Fotografia da favela Largo da Memória, ao lado da Lagoa Rodrigo de Freitas (1941).

O Parque Proletário nº 01, da Gávea, era composto por casas de madeira geminadas e padronizadas, sem cozinha, água encanada nem instalações sanitárias nas dependências privadas. Banheiros e tanques eram coletivos. As habitações foram projetadas para durar aproximadamente seis anos; inclusive, essa foi a única intervenção realizada por arquitetos em todo o plano. As casas foram degradadas, e a presença de “puxadinhos” foi inevitável diante da maior permanência no local. A população residente estava constantemente sob controle – havia a Lei do Silêncio, e os portões eram fechados às 22 horas. Assim, “desapareciam no Parque os pontos de encontro naturais da favela: a birosca, a sinuca e as rodas de samba” (KLEIMAN, 1978, p. 20).

No entanto, os barracos do tipo favela não deixaram de se infiltrar no Parque. Com o desmembramento ou a entrada de famílias os moradores vão aumentando os cômodos das habitações, rompendo o alinhamento das ruas. Em muitas casas mora mais de uma família, comportando cada uma a média de oito pessoas. Os moradores do Parque não o consideram uma favela. Não se chamam de favelados, e sim de “parqueanos”. Na frase de uma informante, o Parque é uma “Favela oficializada” (SAGMACS, 1960, parte 1, p. 24).

A infraestrutura comunitária funcionou bem inicialmente – escolas, postos médicos, capela, creche, entre outros usos. Pode-se entender que não se tratava apenas de alojar provisoriamente as famílias ou fornecer moradia salubre. O objetivo era maior: reeducar os habitantes ou prepará-los para uma posterior integração à nova vida urbana. Porém, nesse processo havia controle sobre as manifestações, sobre as ideias.

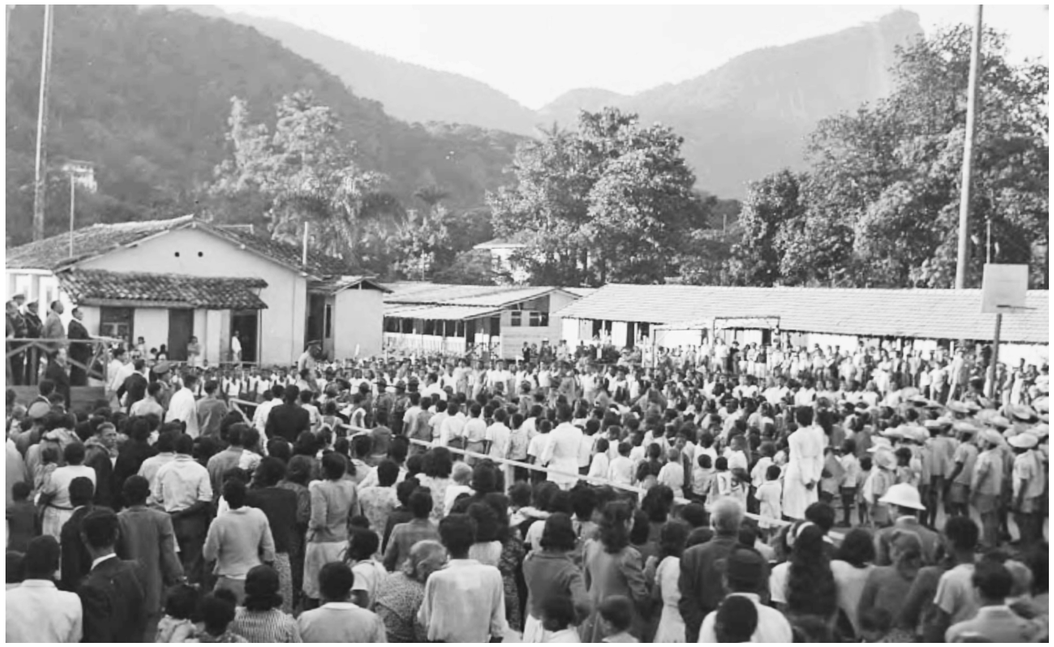


Figura 14: Presidente Getúlio Vargas em visita ao Parque Proletário da Gávea (17/07/1943).

Com o tempo, suas atividades foram saturadas pelo aumento da população, que passou a viver no parque do mesmo modo que vivia nas favelas, ou seja, sem infraestrutura mínima básica. Até mesmo os serviços administrativos foram deixando de funcionar. “O censo de 1950 aponta oficialmente uma situação de fato, já anterior, o Parque como favela” (KLEIMAN, 1978, p. 21). Assim, no momento de desativação desse Parque, que foi muito mais longe do que o previsto, ele já era reconhecido como favela. A Parque da Gávea é removida em 1969, assim como ocorreu com outros Parques Proletários. Parte dos habitantes vai para a Cidade Alta, providência que fazia parte do projeto de erradicação de favelas executado pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM) entre as décadas de 1960 e 1970.

Figura 15: Casas de Emergência construídas provavelmente no Parque Proletário da Gávea, c. 1968.

2.2.3

PRIMEIROS CENSOS INCLUINDO FAVELAS DO RIO DE JANEIRO (1950)

Duas ações importantes irão permitir pela primeira vez o conhecimento e o reconhecimento das favelas de modo completo e mais abrangente – Censo das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal (1949) e Censo Demográfico do IBGE (1950). A prática de conhecimento esboçada por Victor Tavares de Moura passa a ocorrer por órgãos oficiais. Mesmo havendo ações anteriores de recenseamento, não abrangiam todas as favelas e não tinham como objetivo entender a fundo esse universo. O Morro da Providência, por exemplo, apareceu em recenseamentos anteriores como “espaço provisório”. Como se sabe, apenas em 1937 o Código de Obras oficializa a favela como “um tipo de espaço urbano”. Assim, o recenseamento de 1949 foi elaborado pela Prefeitura e tinha pela primeira vez o foco nas favelas do Distrito Federal, de todo modo excluindo a cidade formal. Já o recenseamento geral, de 1950, permitiu uma comparação dos dados com o restante da cidade.

O censo elaborado pela Prefeitura do Distrito Federal foi iniciado em 1947 e publicado em 1949. Pela pesquisa foi possível identificar 105 favelas, contando com uma população de 138.837 habitantes, equivalente a 7% da população total da cidade, número inferior àqueles divulgados pela imprensa na época, que contabilizava entre 400 mil e 600 mil habitantes. (VALLADARES, 2005, p. 69)

Pelo censo foi possível entender a origem dos habitantes, e, diferentemente do que se imaginava, quase 70% deles eram do estado do Rio de Janeiro, sendo que 38% eram do próprio Distrito Federal. Migrantes do Leste ou do Nordeste não passavam de 6%. Outro dado que também surpreendeu foi a porcentagem de analfabetos com mais de 7 anos, 53% dos habitantes, pois havia uma generalização de uma quase totalidade analfabeta. (VALLADARES, 2005, p. 69)

Infelizmente a interpretação dos dados, contida na própria publicação do censo, ainda é carregada de preconceitos e depreciações dos moradores das favelas:

> Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população. (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, apud VALLADARES, 2005, p. 70).

Tais interpretações permitem entender que o objetivo da Prefeitura possivelmente seria justificar políticas de erradicação das favelas. De todo modo, o levantamento de dados foi importante na produção de novos conhecimentos acerca desses territórios.

No ano seguinte, 1950, foi publicado o censo geral realizado pelo IBGE sob recomendação do governo federal. Essa pesquisa abrangeu não apenas as favelas, como também toda a cidade, e é bastante significante a contribuição de Alberto Passos Guimarães, que traz a discussão metodológica da própria categoria favela, “fundamental para distinguir o que é favela daquilo que não é” (VALLADARES, 2005, p. 74). Alberto Passos Guimarães foi um intelectual autodidata que lutava pelas causas sociais; foi funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o período desse censo. O estudioso definiu critérios para reconhecer favelas, entendendo que a combinação simultânea permite o enquadramento nessa categoria:

> 1. Proporções mínimas – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
> 2. Tipo de habitação – Predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
> 3. Condição jurídica da ocupação – Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
> 4. Melhoramentos públicos – Ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
> 5. Urbanização – Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.
> (GUIMARÃES, 1953, apud VALLADARES, 2005, p. 74)

Ou seja, caso o espaço em análise se enquadrasse nos critérios acima, era considerado como favela. Pela aplicação dos critérios, acabou registrando 58 favelas, e não 105 conforme censo local, possivelmente devido ao critério "proporções mínimas", que considerava no mínimo 50 unidades para formar uma favela. Por outro lado, o número de habitantes foi maior, conforme VALLADARES (2005, p. 75), possivelmente pelo aumento da população nos aglomerados com mais de 50 unidades. Vale ressaltar a presença do Parque Proletário da Gávea na lista das favelas, final contraditório, visto que foi criado justamente para "corrigir" favelados. "O que poderia ter sido uma alternativa tornou-se um equivalente à favela" (VALLADARES, 2005, p. 75).

Os dados levantados rompem com ideias preconceituosas que caracterizavam os habitantes das favelas como preguiçosos ou ociosos. Tais dados indicavam que o peso das indústrias de transformação é bem mais importante entre os favelados, e o peso do setor de serviços, bastante próximo na comparação entre favelas e o restante da cidade, demonstrando que é uma população ativa ligada aos principais ramos de atividades do Distrito Federal: "(...) não se trata, pois, de uma população composta de marginais, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social" (GUIMARÃES, 1953, apud VALLADARES, 2005, p. 77)

Essa publicação mudou a imagem pública das favelas do Rio, como também surtiu efeito em todo o território nacional, sendo possível identificar fenômenos semelhantes ou locais parecidos em outros lugares do Brasil, inclusive contribuindo para o uso generalizado da palavra *favela*. (VALLADARES, 2005, p. 78)

2.2.4

A PRESENÇA DE AGENTES EXTERNOS NAS FAVELAS: IGREJA CATÓLICA E EXPERTS INTERNACIONAIS

A partir dos anos 1950 a favela passa a ser valorizada por especialistas estrangeiros, contribuindo inclusive com o desenvolvimento de métodos e na colaboração para o entendimento de diferentes questões socioespaciais relacionadas. VALLADARES (2005, p. 86) define como os mais marcantes o padre francês Louis-Joseph Lebret, os norte-americanos membros do Peace Corps (Voluntários da Paz) e o antropólogo Anthony Leeds.

O pensamento sobre a favela como elemento da sociedade urbana se intensifica nesse período, assim como a própria questão da urgência da questão habitacional; afinal, as medidas de crescimento econômico do governo desenvolvimentista que veio após a Segunda Guerra Mundial, o do presidente Juscelino Kubitschek, acabam levando ao aumento da população urbana. Dentro da política de abertura internacional ocorre o cooperativismo internacional, no qual especialistas estrangeiros tornam-se novos atores na descoberta de soluções para os problemas do país, incluindo as favelas. Mas, antes de entrar especificamente nesse assunto, mostraremos também o momento de entrada e a presença da Igreja Católica nas favelas, devido a algumas relações entre esses fatos.

2.2.4.1

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

A mobilização da Igreja Católica sobre a questão das favelas se inicia nos anos 1940. A Fundação Leão XIII [8], principal referência da Igreja nas favelas cariocas, foi criada em 1947 por sua ala conservadora, por meio da parceria entre o arcebispado do Rio de Janeiro e a Prefeitura. Entre 1947 e 1962 agiu em 33 favelas no Rio, garantindo necessidades sociais – educação, alimentação, saúde, lazer, apoio jurídico e urbanístico – jamais permitidas antes pelo Estado nas favelas. (ROBAINA, 2013, p. 177)

Nesse período estava instaurada uma verdadeira descrença no governo como responsável pelas condições básicas e pelas garantias sociais. Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945, o cenário político no interior das favelas também passou por transformações. Nesse contexto foram criados, dentro do Partido Comunista do Brasil, os Comitês Democráticos Populares (ou Progressistas), coletivos que reivindicavam, entre outras coisas, condições mínimas de infraestrutura. Nessa situação há uma organização coletiva dos favelados inédita, pois até então eram tratados como incapazes e passivos nas ações promovidas. Havia tal mobilização em nível nacional, principalmente nas principais cidades e/ou centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

[8] A Fundação Leão XIII ainda continua ativa. Atualmente vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH), tem por finalidade proporcionar assistência aos grupos populacionais de baixa renda, notadamente aos residentes em favelas, conjuntos habitacionais e localidades periféricas, por meio de programas sociais e de apoio à saúde, visando prioritariamente à elevação do nível de vida, à integração social e ao resgate da cidadania, bem como prestar assistência social às pessoas em situação de rua por meio de unidades de atendimento especializado ao cidadão, suplementando a ação municipal, inclusive em eventos de calamidade pública, na área da assistência social e apoio comunitário. Disponível em: <http://www.leaoxiii.rj.gov.br/quem_somos.asp>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Em ROBAINA (2013) é possível entender que, a partir da Constituição de 1946, o direito ao voto estaria associado à condição de alfabetizado. Sendo assim, houve uma forte campanha de instrução da população nas favelas cariocas, pois, além da importância em colaborar com esse benefício fundamental para a população, o Partido Comunista do Brasil tinha pretensões com a disputa do campo político municipal nas eleições de 1947. Desse modo, os grupos mobilizados que inicialmente reivindicavam melhorias de infraestrutura – água, pavimentação, esgotos etc. – começaram a clamar também por educação e conhecimento, passando a representar, para os grupos conservadores, entre eles a Fundação Leão XIII, um risco político:

> Desse modo, as favelas passaram a representar um novo risco, pois, se antes se constituíam como um espaço da marginalidade, onde o vagabundo e os pobres de um modo geral eram sujeitos apolitizados, o que caracterizava um espaço de riscos sociais, transformavam-se num espaço de riscos políticos pelas próprias "articulações perigosas" com os movimentos radicais de esquerda. (ROBAINA, 2013, p. 183)

A Fundação Leão XIII foi criada "no mesmo ano em que o Partido Comunista foi considerado ilegal no Brasil (...) tinha como um de seus argumentos principais não deixar o campo livre para os comunistas" (VALLADARES, 2005, p. 86).

Outros atores buscarão entender as controvérsias dessa fundação. COSTA (2017, p. 133), por exemplo, entende que, se por um lado promovia ações de melhorias sociais na favela, por outro lado "mantinha-se a orientação higienista, remocionista e autoritária sobre os favelados", revelando o lado conservador predominante da entidade.

2.2.4.2

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

A Cruzada São Sebastião representou outra iniciativa da Igreja Católica sobre as favelas do Rio de Janeiro. Foi criada em 1955 por dom Hélder Câmara, considerado como ala esquerda da Igreja. Enquanto a Leão XIII desenvolveu ações mais relacionadas a educação, saúde e ações sociais, a entidade liderada por dom Hélder teve maior ênfase na produção de moradias e equipamentos de infraestrutura.

O principal projeto da Cruzada São Sebastião foi um conjunto habitacional no Bairro do Leblon. Inaugurado em 1957, o projeto foi financiado por uma política de concessão do direito de preempção de terrenos da União e por doações do governo federal (nas administrações dos presidentes Café Filho e Juscelino Kubitschek). O conjunto se diferenciou de outros construídos para favelados por realoca-los próximo da área de origem – favela Praia do Pinto, no Leblon.

O projeto do Bairro São Sebastião foi elaborado por Edgar Fonseca, arquiteto da empresa Severo e Villares. O plano previa a construção de igreja, escola, centro social, mercado e dez blocos laminares de sete andares com um total de 910 apartamentos e três tipologias habitacionais: pequena (sala e quarto conjugado), média (sala e quarto separados) e grande (sala e dois quartos). (SLOB, 2002, p. 50)

O projeto representou uma produção significativa de moradias permanentes destinadas aos moradores da antiga favela Praia do Pinto. Já havia nesse período a produção dos Institutos de Aposentadoria e Pensão; por exemplo, o Conjunto Residencial Operário de Realengo (1938–1943). Mas, como sabemos, as provisões dos IAPs eram destinadas aos trabalhadores assalariados credenciados na instituição; direcionadas, portanto, para outra realidade. Nesse sentido, a Cruzada São Sebastião seria pioneira no direcionamento de novas moradias, não provisórias, em larga escala, para trabalhadores informais.

José Arthur Rios, grande especialista sobre o tema da favela, fez algumas críticas a esse projeto, a começar pela questão de possíveis "apadrinhamentos", o que muitas vezes deixa de favorecer grupos prioritários definidos por meio de critérios claros de atendimento. Também entendia que, em um processo de urbanização, a comunicação deveria ocorrer diretamente com os interessados, sem intermediação de terceiros, por mais que fosse um sacerdote bem intencionado. Por fim, também entendia que a tipologia edilícia vertical, com apartamentos, formaria verdadeiros guetos de difícil gerenciamento. Assim, defendia a favela e sua urbanização por meio do trabalho coletivo da comunidade e da consideração dos hábitos e costumes de seus habitantes.

> Terceiro, a maneira como foram obtidos aqueles terrenos, de enorme valor imobiliário; dom Hélder participou de uma série de jogos políticos com o Juscelino para obter aquela área. E, finalmente, aquilo não passa de uma favela vertical, e eu sempre combati esse tipo de favela; chamava de gueto. Nos subúrbios, os antigos institutos de aposentadoria plantaram várias favelas verticais, que são focos de crime, de droga, de prostituição; e é uma desgraça, porque não há nenhuma gerência dentro desses conjuntos. A favela é outra coisa, tem outra possibilidade de realização, de participação, que o conjunto não tem. O conjunto sufoca. (RIOS, 2002, p. 71)

Poucos projetos sob liderança de dom Hélder Câmara ocorreram depois dentro desses moldes; afinal, a política de urbanizar favelas passou a ficar impraticável em meados dos anos 1960, em vista das duras políticas de remoções iniciadas ainda no governo de Carlos Lacerda, momento em que favelas em zonas privilegiadas foram transladadas e suas populações foram reassentadas a longas distâncias, como é o caso da Vila Aliança, em Bangu, da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, e da Vila Kennedy, em Senador Camará (SLOB, 2002, p. 3). O conjunto se mantém como um símbolo da conquista do direito à cidade, por mais que haja controvérsias com relação à modernidade inserida de modo súbito na vida das pessoas.

Ao resgatar questões da origem da institucionalização da profissão de arquiteto como também de estabelecimento da cidade moderna, é possível verificar que se apoiou em um planejamento com objetivos de enaltecer a classe privilegiada e até mesmo um cunho de dominação ideológica, subjugando os costumes e hábitos da população mais humilde. Com isso, os olhos ficaram focados em uma cidade moderna, no entanto muito menor do que a cidade real que cresceu com autonomia, sem projeto e sem contribuição dos profissionais. Vimos uma enxurrada de leis que não se aplicam na maior parte da cidade. E, enquanto leis são criadas e discutidas nos gabinetes, surge um modelo na periferia com lote precário e com a moradia autoconstruída, muito distante dos conceitos modernos debatidos, assim como ainda continua distante.

> Uma nova alternativa de moradia popular é implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanística ou de política habitacional, mostrando que, enquanto os projetos de leis constituíam ideia fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que dele se ocupassem as ideias. (MARICATO, 2013, p. 151)

Figura 16: Mulheres carregam latas de água nos arredores do Conjunto Cruzada São Sebastião (12/1/1957).

Figura 17: Conjunto Cruzada São Sebastião.

Figura 18: Conjunto Cruzada São Sebastião.

Padre Louis-Joseph Lebret (1897-1966) no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, 1959.

SAGMACS: INSERÇÃO INÉDITA DOS ARQUITETOS URBANISTAS EM TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA VOLTADOS AO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANOS 1940 A 1960)

2.3.1

INÍCIO DOS TRABALHOS DE LOUIS-JOSEPH LEBRET NO BRASIL E O SIGNIFICADO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os trabalhos de Louis-Joseph Lebret no Brasil significaram um novo campo de atuação do movimento internacional *Économie et Humanisme* em regiões subdesenvolvidas. O início de suas ações no Brasil coincide com a queda da ditadura Vargas e com a presença crescente dos comunistas no país. Seu projeto representava uma alternativa humanista e solidária para buscar soluções para os problemas sociais e impulsionar o desenvolvimento econômico, proposta que seduziu tanto os católicos quanto "uma grande parte da elite envolvida na busca de uma via ao mesmo tempo anti-imperialista e anticomunista". (VALLADARES, 2005, p. 90)

Seu primeiro ato no Brasil foi a promoção, em 1947, do curso Introdução Geral à Economia Humana, ministrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), instituição que estava ligada à valorização das pesquisas de campo, congruente, assim, com o método de ensino de Lebret: "Podemos ainda supor que a ELSP fosse mais aberta do que uma universidade tradicional, apresentando uma receptividade maior a cursos e seminários fora do currículo clássico". (VALLADARES, 2005, p. 93)

Nesse curso Lebret ministrou aulas sobre Marx, Engels e Lênin, ou seja, sobre as ideias comunistas, para um público predominantemente católico. Algo contraditório quando se nota que um dos motivos para sua vinda ao Brasil era justamente conter o comunismo e a "ascensão do marxismo", conforme explica VALLADARES (2005):

> Sem aprofundar a análise desse período, é importante lembrar que após a queda da ditadura Vargas, em 1945, a vida política no Brasil se caracterizou por uma presença crescente dos comunistas e pela necessidade de a Igreja Católica reagir à ascensão do marxismo. Naquele momento, cristãos e elites anticomunistas buscavam um projeto político para uma sociedade em plena reconstrução. A abordagem de Lebret, propondo uma alternativa humanista e solidária para solucionar problemas sociais, tanto seduziu os jovens católicos brasileiros, quanto uma grande parte da elite envolvida na busca de uma via ao mesmo tempo anti-imperialista e anticomunista que permitisse impulsionar as mudanças sociais e o desenvolvimento econômico. (VALLADARES, 2005, p. 90)

O intuito de citar tais autores em seu curso estava relacionado à exposição do advento do capitalismo pouco centrado no homem, introduzindo, portanto, a teoria da economia humana; segundo ele, uma terceira via nem capitalista nem comunista, uma "economia a serviço do homem". Por outro lado, entendia que o marxismo deveria ser superado, porém considerando suas bases. Na segunda parte do curso propõe um "plano construtivo" e então apresenta a visão do grupo *Économie et Humanisme,* o grupo EH, incluindo no conteúdo textos de sociologia, metodologia, economia, política, estudos sobre população, habitação e urbanismo. (ANGELO, 2013, p. 113)

O público-alvo do curso era bastante diversificado: quadros da alta administração, engenheiros, médicos e membros da elite católica paulista. Entre os alunos estava Lucas Nogueira Garcez, engenheiro e político que depois vai fazer parte da primeira equipe da SAGMACS – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. Pela SAGMACS Lebret pôde testar suas teorias de desenvolvimento no Brasil com foco em temas centrais, tais como: periferia, favela, desenvolvimento, estruturação urbana e planos diretores. (ANGELO, 2013, p. 24)

Assim, enquanto a Igreja Católica tinha um discurso de combate ao comunismo, Lebret, ao contrário, via nele uma possibilidade de aprendizado, causando algumas polêmicas nesse primeiro momento no Brasil. Também era um crítico da falta de ação da Igreja diante da miséria que se formava no país. Em geral, alguns motivos relacionados a essas questões resultaram na proibição de uma segunda viagem ao Brasil, tudo isso em 1947. De todo modo, sempre manteve o interesse em retornar ao Brasil, o que ocorre apenas em 1952.

Segundo ANGELO (2013, p. 159), Lebret teve um verdadeiro trabalho de convencimento com seus superiores franceses sobre os benefícios do retorno ao Brasil, inclusive pelo financiamento necessário para a existência do grupo EH. E ao mesmo tempo mantinha contatos no país, sobretudo com Garcez, que, dentro de sua posição privilegiada de governador do estado de São Paulo, alavancou seu retorno. Porém, outras alianças no Brasil também foram importantes; por exemplo, com dom Helder Câmara, que "iniciava um trabalho para a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a Ação Católica crescia no país, fatores políticos favoráveis para o sucesso de novos trabalhos". (ANGELO, 2013, p. 160)

Em 1953, ao retornar para o Brasil, Lebret coordena o diagnóstico "Problemas de Desenvolvimento, necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo", momento de maior vínculo com o tema do urbanismo e de avanço da equipe como instituição de assistência técnica dentro do campo do planejamento urbano e regional, contemplando distintas áreas profissionais – economia, engenharia, geografia, sociologia e arquitetura –, portanto desenvolvendo de forma inédita o trabalho multidisciplinar. Para esse estudo, conheceu de perto todo o território paulista e as condições de vida da população e suas necessidades básicas, como também as diferenças entre a capital paulista e as cidades do interior do estado, com distintas paisagens, economias e culturas (CESTARO, 2016, p. 27).

Antigos alunos da Escola Politécnica de São Paulo, já formados, também seguiram o curso para depois trabalhar na SAGMACS. Desse modo, podemos entender a importância de Lebret na formação de planejadores urbanos paulistas nos anos 1950 a 1960. Muitos urbanistas participaram do segundo curso, que ocorreu em 1953 na Universidade de São Paulo (USP), "marcando a entrada de Lebret na universidade, mas na FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), e não no Departamento de Sociologia" (VALLADARES, 2005, p. 94). Portanto, o maior vínculo da SAGMACS com a questão urbana pode estar relacionado à questão da receptividade na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e não na de Sociologia, como era esperado, isso porque a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP valorizava um ensino mais teórico, enquanto o método de Lebret era muito mais vinculado ao trabalho de campo.

De todo modo, a partir desse momento a SAGMACS passou a desenvolver trabalhos importantes e a contar também com a colaboração de jovens profissionais e estagiários dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Geografia, não restringindo aos economistas, advogados e sociólogos. Tal fato permitiu uma atuação profissional até então desconhecida na área de arquitetura e urbanismo. No importante trabalho "Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana", engajou cerca de 80 profissionais, representando um porte inédito de equipe e destacando nomes como: Antonio Bezerra Baltar, Benevenuto de Santa Cruz, Antonio Delorenzo Neto, Chiara De Ambrósis Pinheiro Machado, Raymond Delprat, os arquitetos Clementina De Ambrósis e Domingos de Azevedo Netto e os sociólogos Frank Goldman e José Arthur Rios. Além dos nomes já conhecidos, salientamos também a participação dos arquitetos Antonio Cláudio Moreira, Celso Monteiro Lamparelli e Francisco Whitaker Ferreira e do advogado Paulo Iazzetti Filho, que a partir do estudo da Aglomeração Paulistana permaneceram nos quadros da SAGMACS desenvolvendo novos trabalhos até o encerramento das atividades da instituição, em 1964, a partir do golpe militar no Brasil. (CESTARO, 2016, p. 28)

As atuações do Padre Lebret no Brasil demonstram algumas questões inéditas. Primeiro, parece que pela primeira vez os profissionais do urbanismo marcam maior presença em questões relacionadas a planejamento e população de baixa renda, ou dentro do conceito de planejamento urbano democrático difundido por Lebret. A formação proposta para esses profissionais, segundo ANGELO (2013), seria de "agentes do desenvolvimento", ou seja, profissionais aptos tecnicamente e imbuídos de militância para atuação em países subdesenvolvidos. Uma questão peculiar seria a pesquisa e a prática caminhando juntas e o caráter humanista dessa atuação.

> (...) a especialização para o *développeur* consistia em mais do que adquirir uma técnica de trabalho nessa disciplina; era uma iniciação ao humanismo. Lebret considerava o desenvolvimento uma "disciplina nova" que exigia uma formação especial e distinta. Ela demandava do profissional qualidades de observação, síntese e contato com o campo de estudos. (ANGELO, 2013, p. 39)

É importante frisar que a SAGMACS surgiu no contexto político brasileiro dos anos 1950, momento de crença no planejamento como atribuição do Estado, e no qual, inclusive, também se organizavam outras instituições de assistência técnica aos municípios, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o Centro de Pesquisas de Estudos Urbanísticos (CPEU) e o Centro de Estudos e Planejamento Urbano e Regional (CEPUR). (ANGELO, 2013, p. 33)

Na década de 1960 Lebret incentivou debates acerca do tema da assistência técnica realizada em países da América Latina, da Ásia e da África que foram publicados na revista *Développement et Civilisations* (DC), do *Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* (IRFED). Os debatedores eram os experts em desenvolvimento; técnicos autóctones, participantes de grupos de assessoria técnica; ou funcionários de quadros governamentais em seus países. Tais debates eram importantes também para qualificar profissionais em nações do Terceiro Mundo, algo importante, em vista da escassez de profissionais especializados, buscando a promoção da aplicação prática na esfera da assistência técnica e na esfera governamental (ANGELO, 2013, p. 43). Mas, afinal, o que define assistência técnica?

Nota-se um uso frequente do termo "assistência técnica" atualmente, principalmente "ATHIS", ou seja, Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS), que, desde a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, em 2012, se mantém frequente nas pautas de discussões entre os profissionais e direção do conselho. E qual é seu significado? Quando surgiu?

O propósito de incluir resumidamente alguns feitos desse padre dominicano nesta tese está relacionado também à busca de uma compreensão maior do tema, visto que ANGELO (2013) coloca, entre outras questões, a preocupação do Padre Lebret com o termo. Porém, ficaremos por ora na "AT", focada no planejamento urbano democrático, pois até então o termo era assim utilizado, ainda sem expansão para as questões focadas na habitação. No entanto, vale ressaltar que não havia o uso da sigla "AT", e sim do termo "Assistência Técnica".

A partir do documento *Alerte à l'Assistence Technique* (1960), Lebret reflete sobre a condição da assistência, ou seja, "um assistente que leva e um assistido que recebe", não achando conveniente a relação de dependência que se estabelece. Por isso, acaba concluindo que o nome "assistência técnica" não seria o mais adequado, preferindo o termo "cooperação", valorizando assim a ideia de fazer junto, compartilhar (ANGELO, 2013, p. 48).

Essa preocupação é reforçada anos mais tarde, em 1966, no texto "*La cooperation technique devant les perspectives du développement authentique – quelques aspects de l'évolution nécessaire*", enfatizando a necessidade de união de esforços (ANGELO, 2013, p. 49). Esse conteúdo nos dá uma pista do que seria a assistência técnica, ou seja, um trabalho de cooperação.

Alguns princípios da assistência técnica são defendidos por Lebret para uma atuação e um desenvolvimento mais seguros: (1) a importância de recorrer a especialistas, ou seja, todo *expert* deve saber seu limite de atuação; (2) a equipe deve conter diferentes membros que se complementem e devem possuir e acreditar no mesmo método, lutar pela mesma causa, principalmente no que se refere ao amor à população; (3) trocas de conhecimento e boa interação com os técnicos e pesquisadores do país assistido; entre outros princípios. Sendo assim, podemos complementar o significado de trabalho cooperativo, também multidisciplinar, e dentro de uma causa, que envolve a luta pelos direitos da população.

No depoimento do arquiteto Antonio Cláudio Moreira, oriundo da Ação Católica Brasileira (ACB), ele enfatiza o caráter transformador da sociedade:

> A gente procurou mais que um engajamento em pesquisa ou de ideia ou de elaboração de pensamentos, mas um engajamento na ação, no sentido de participar como agentes do processo. Isso fez com que a gente se aproximasse do aparelho do Estado e procurasse trabalhar nele para transformar a sociedade de dentro do Estado (...). (MOREIRA, 2008, apud ANGELO, 2013, p. 52)

É importante perceber a repercussão das obras de Lebret no Brasil, principalmente nos diversos profissionais atuantes na SAGMACS. ANGELO (2013, p. 54) cita livros de Lebret que se tornaram "manuais ideológicos" para uma geração de pesquisadores no Brasil, como: *Guia do Militante* (1946), *Princípios para a Ação* (1945), *Suicídio ou Sobrevivência no Ocidente* (1958), *Manifesto para uma Civilização Solidária* (1962) e *O Drama do Século XX* (1962).

Percebe-se, portanto, que o pensamento de Lebret está longe de uma visão assistencialista; pelo contrário, tinha o objetivo de formar líderes locais, apoiando a autonomia e a integração. Pensando especificamente nas favelas do Rio de Janeiro, ele entendia que era direito da população ter uma representação política, e não somente ser espaço de intervenções do Estado, como ocorreu, por exemplo, nos Parques Proletários. Nesse ponto está a ideia da transformação das favelas em comunidades de base, "tendo a família como célula fundamental e a vizinhança como garantia de coesão social" (ANGELO, 2013, p. 74).

Vimos que além da SAGMACS havia outras instituições autônomas que atuaram na assistência técnica aos municípios em planejamento urbano. FELDMAN (2005; 2007) aborda essa questão. Trata-se de um momento de abertura de novos campos profissionais para atuação dos urbanistas – consultores, *experts*, administradores, pesquisadores de campo e professores de universidades. Tais assessoramentos já ocorriam desde a década de 1930 por intermédio dos Departamentos das Municipalidades ou Departamentos de Assistência aos Municípios, mas pouco a pouco o urbanismo foi ganhando espaço. Também foram criadas comissões consultivas que abrangiam representantes da sociedade na elaboração dos planos, e tais comissões deram origem, em algumas capitais, aos Departamentos de Urbanismo, que institucionalizaram um espaço de atuação exclusivo dos urbanistas, "cuja atividade passou da função de controle para a função da assistência técnica" (ANGELO, 2013, p. 141-142).

Segundo ANGELO (2013, 145), foi a partir dos anos 1950 que houve um salto qualitativo na inclusão dos urbanistas na atuação em diferentes prefeituras do país e nas instituições de assistência técnica criadas, conforme já citado: IBAM, CPEU, CEPUR e a SAGMACS. Tais instituições tinham ainda o papel de qualificação técnica das equipes multidisciplinares, havendo um momento de institucionalização do planejamento, com posição de destaque para os arquitetos, e consequentemente a abertura de novos campos de atuação profissional. Antes o planejamento ocorria como parte da estrutura administrativa das prefeituras. Assim como as outras instituições, a SAGMACS encontrou oportunidades abertas pelo Estado para colocar em prática seus métodos e conceitos. De todo modo, segundo ANGELO (2013, p. 148), diferenciava-se das outras instituições em sua metodologia fundada no desenvolvimento humanista, que ia além da formação técnica convencional, havendo foco em uma causa comum ou "militância".

Apenas para entendimento, a constituição jurídica da SAGMACS é semelhante à de uma sociedade sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo a promoção da assistência social, educacional ou cultural. Na década de 1960 passa a atuar como uma cooperativa de prestação de serviços pelos sócios (ANGELO, 2013, p. 179). Entre 1952 e 1958 foi o maior registro de permanência de Lebret no Brasil, momento em que coordenou seis trabalhos da SAGMACS.

2.3.2

SAGMACS EM SÃO PAULO

Antonio Cláudio Moreira (2008) explica que o cruzamento do urbanismo com a área da sociologia era o diferencial na atuação na SAGMACS. "Isso era uma novidade, um impacto; pela dimensão de informações com aquele instrumental todo de análise (...). O trabalho da Aglomeração Paulistana foi o primeiro a perceber a dimensão do território paulistano, ou seja, que aborda a periferia de São Paulo" (MOREIRA, 2008, apud ANGELO, 2013, p. 184). Esse trabalho carrega a originalidade de abordar questões relacionadas à periferia e sua população, momento que exigia soluções para os problemas decorrentes da urbanização desenfreada em decorrência do desenvolvimento industrial, entre outros fatores. Mas o estudo tinha como objetivo conter os problemas de saúde, habitação, transporte público, ou seja, melhorar a vida daqueles que viviam na periferia. Segundo MOREIRA (2008, apud ANGELO, 2013, p. 184): "Para nós, arquitetos (que) não tínhamos formação sociológica, humanitária, e muito menos formação de economistas, foi uma dificuldade, pois nós não estávamos preparados para isso e fomos nos aperfeiçoando". Já para Flávio Villaça (2009), também membro da SAGMACS, "a visão humanista progressista, menos economicista e arquitetônica, é que vai ser a grande contribuição e que vai ser o lastro da formação da equipe que sucedeu a SAGMACS" (VILLAÇA, 2009, apud ANGELO, 2013, p. 184).

Para a presente pesquisa foram selecionados alguns estudos da SAGMACS mais relacionados à questão da moradia, da favela e da expansão periférica.

2.3.2.1

SONDAGEM PRELIMINAR A UM ESTUDO SOBRE HABITAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO (1947)

Um estudo contratado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) representou um marco de início da atuação do Padre Lebret no Brasil e de estreia das atividades da SAGMACS. Trata-se de um diagnóstico das moradias de São Paulo por distribuição nos respectivos distritos (regiões oeste, noroeste, leste, nordeste e sul), a partir da classificação de tipologias e considerações sociais e econômicas dos respectivos habitantes. Foram definidas três zonas –Central, Residencial e Arrabalde [9] – para ressaltar as diferenças entre os distritos estudados. Assim, na zona central predominavam as atividades administrativas e comerciais, as zonas residenciais tinham o uso habitacional predominante, enquanto que a zona arrabalde possuía características ainda rurais, como também setores mal consolidados em relação à infraestrutura urbana e com baixa qualidade de suas moradias. (CESTARO, 2015, p. 226)

> O primeiro capítulo, "Sondagem", estabelecia categorias habitacionais, em: subcasebre (habitação miserável, insatisfatória sob todos os aspectos); casebre (habitação insatisfatória, que não podia ser melhorada, cabendo sua substituição ou remoção do local); semicasebre (semelhante à anterior, porém com um ou mais cômodos que os casebres); habitação insatisfatória; habitação satisfatória; habitação confortável; e habitação luxuosa ou muito confortável. (SAGMACS, 1947, p. 16, apud CESTARO, 2015, p. 226)

[9] Subúrbio.

Nota-se nesse estudo a abordagem de questões que vão além do urbanismo, conseguindo demonstrar parte do problema habitacional que já havia naquele momento, da falta de acesso à moradia adequada. Esse episódio colabora no entendimento da importância do estudo das questões habitacionais vinculadas ao urbanismo e vice-versa. Interessante a sigla ATHIS a partir do AT, pois foi com base no estudo das questões urbanas, e no caso das atuações da SAGMACS, vinculadas à matriz social, econômica e política, que foram desenvolvidos e ampliados o significado e a abrangência da questão.

2.3.2.2

PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO (1953-1955)

Esse trabalho foi encomendado por Lucas Nogueira Garcez e justificou o retorno de Lebret ao Brasil em 1953. O estudo extrapolou os limites físico-territoriais do estado de São Paulo; afinal, buscou observar problemas comuns aos outros estados, por isso a formação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Foi nesse trabalho iniciado em 1953 que os arquitetos, ainda estagiários, começaram sua relação com a equipe de Lebret (CESTARO, 2015, p. 233). Também é importante perceber que, a partir desse estudo, que extrapolava os limites de São Paulo, passou a desenvolver trabalhos em outros estados – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (CESTARO, 2015, p. 237).

2.3.2.3

ESTRUTURA URBANA DA AGLOMERAÇÃO PAULISTANA: ESTRUTURAS ATUAIS E ESTRUTURAS RACIONAIS (1956-1958)

Esse trabalho ocorreu na segunda fase de Lebret no Brasil, logo após a realização do estudo encomendado por Lucas Nogueira Garcez, e traz uma contribuição importante na compreensão de como se deu a inserção das demandas populares na atuação dos urbanistas em São Paulo, dentro de um enfoque diferente da época, com incorporação de desdobramentos sociais nessa disciplina, representando um rompimento com o urbanismo elitista ou meramente legislador.

Foi o prefeito Wladimir Toledo Piza que, durante sua gestão (1956–57), priorizou a realização de um diagnóstico, a fim de conhecer as reais demandas da metrópole, que extrapolavam o limite da cidade regular. Solicitou, assim, ao Padre Lebret a pesquisa para apontar as novas necessidades para um planejamento futuro que contemplasse as questões emergentes e pouco conhecidas naquele momento, visto que até então o foco estava nas obras de modernização da cidade burguesa.

Nos anos 1940, com a introdução do ideário rodoviarista, deu-se início à implantação de rodovias, como a Via Anchieta e a Via Dutra, que estabeleceram um novo padrão de ocupação industrial ao longo desses eixos, sendo formados distritos industriais com proximidade da capital paulista. Inicia-se um processo de rápido crescimento de municípios como São Caetano do Sul, Santo André, Osasco e, principalmente, São Bernardo do Campo e Guarulhos, que estavam na saída das principais rodovias. Tal situação se relacionava com o próprio momento do Estado Novo, de transformação do país, fortalecimento das indústrias, rompendo ainda mais com o passado arcaico e rural, e a “grande São Paulo” (expressão utilizada por Lebret em 1954) representava o principal polo industrial nos anos 1940-1950.

A expansão da área urbanizada da capital e dos municípios vizinhos foi gradualmente eliminando as áreas rurais que envolviam os diversos núcleos urbanos e consolidando essa região periférica, enquanto periferia urbana da capital paulista. Assim, a imagem da cidade de São Paulo já não se distinguia de forma dissociada das cidades periféricas, mas se configurava como uma paisagem unificada. (CESTARO, 2009, p. 97)

Assim, na década de 1950 o território de São Paulo apresentava-se excessivamente expandido e, como vimos, ocupado de forma clandestina e irregular por novos loteamentos que não obedeciam aos padrões urbanísticos estabelecidos nas leis. Na década de 1950 a cidade já não percebia as diferenças entre seu limite físico e o dos municípios vizinhos, como Santo André, Guarulhos e Mauá, com características de periferia da cidade de São Paulo, e não como municípios emancipados, verdadeiras cidades-dormitórios. Portanto, era urgente reconhecer a inter-relação dos habitantes da periferia com a capital.

No auge do crescimento de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950, era contraditório pensar em uma metrópole moderna quando boa parte da cidade de São Paulo era considerada “clandestina” e desconhecida por suas autoridades, revelando uma aglomeração em estágio inicial, porém descontrolada, ao ponto de o próprio prefeito Piza declarar que “a cidade havia crescido e buscava crescer ainda mais, sem nem saber para que e para onde”. (CESTARO, 2009, p. 99). Foi esse cenário que desencadeou a necessidade de realização da pesquisa “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” pela SAGMACS.

O trabalho foi realizado no período de 1956 a 1958 e representou o primeiro estudo expandido para a periferia paulistana, a “Grande São Paulo”, e para as cidades industriais do interior paulista. Passou a ser a maior pesquisa empírica até então realizada no Brasil.

Na gestão do prefeito Jânio Quadros (1953–1955) foi concedida uma anistia em massa a todos os loteamentos aprovados e registrados de acordo com a anistia de 1936 e que ficou conhecida como “oficialização de logradouros” (Lei nº 4.371, de 17 de abril de 1953). A partir daí, as vias das principais periferias passaram a obter investimento público – colocação de guias, sarjetas, pavimentação e instalação de luz elétrica. Porém, de todo modo, não representava uma ação de planejamento para melhorias urbanas, tratava-se de uma consolidação tal como estava. A contratação da equipe de Lebret em 1956 seria justamente para conhecer o nível de gravidade dos problemas nas diferentes regiões de São Paulo. É importante mencionar que o trabalho de Lebret foi interrompido em 1958, na gestão do prefeito Adhemar de Barros, que negou o pedido de aditamento feito pela SAGMACS à municipalidade.

A metodologia do trabalho tinha como base a obtenção de índices de condições de vida da população, delimitação da periferia, conhecimento dos problemas e carências, como fundamento de um planejamento global da cidade e sua expansão. A periferia já estava revelada, ao menos numericamente, no censo de 1940; o diferencial, portanto, se relacionava ao campo da sociologia, ou seja, conhecer a realidade social de perto e realizar levantamentos de campo. Usavam-se questionários para pesquisa de campo com observações empíricas.

Todas as informações a seguir sobre o estudo da “Aglomeração Paulistana” foram obtidas na dissertação de mestrado CESTARO (2009). É importante compreender como se organizou uma equipe multidisciplinar com tantos integrantes, sob coordenação de Lebret e do engenheiro Antônio Bezerra Baltar. Foram basicamente três equipes:

- **Equipe A: Análise Básica** – coordenação do engenheiro Mário Laranjeira de Mendonça e 43 profissionais;
- **Equipe B: Análise Sociológica** – coordenação do sociólogo norte- americano Frank Goldman, professor da Escola de Sociologia e Política. O arquiteto Francisco Whitaker Ferreira, ainda estagiário, era o responsável pelos desenhos nessa equipe.
- **Equipe C: Análise Demográfica e Econômica** – foi dividida em duas frentes, C1 – Análise Demográfica e Econômica; e C2 – Análise de Índices Urbanísticos da Aglomeração. A equipe C1 foi coordenada pelo economista francês Raymond Delprat, assessorado pela economista Chiara De Ambrósis Pinheiro Machado. A equipe C2 foi coordenada por Antonio Delorenzo Neto e assessorada pelos arquitetos Clementina De Ambrosis, Domingos Theodoro de Azevedo Neto e Celso Monteiro Lamparelli.

O estudo foi dividido em cinco partes dispostas em dois volumes, sendo que a terceira parte não foi localizada, possivelmente devido ao comprometimento causado pelo não aditamento do contrato em 1958 (CESTARO, 2009, p. 169).

- Volume 1 – partes 1 e 2
- Volume 2 – partes 4 e 5

A primeira parte, “Perspectivas Históricas, Demográficas e Econômicas da Aglomeração Paulistana”, faz uma introdução histórica sobre a formação de São Paulo sob aspectos econômicos, demográficos, sociais e culturais.

Na segunda parte, “Estrutura Urbana de São Paulo”, o primeiro capítulo trata do método, e o segundo, da análise da estrutura urbana. O método consiste na definição de perímetros de investigação e definição de níveis ou unidades de investigação: unidades elementares (1), unidades complexas (2) e unidades completas (3):

- **Unidades elementares:** locais ou áreas da cidade inseridas em um bairro com o mínimo para suprir as necessidades de consumo e oferta de serviço à população local. Equipamentos mínimos: comércio de gêneros alimentícios, escola primária, farmácia, bares e ponto de parada de ônibus;
- **Unidades complexas:** diâmetro de 3 quilômetros com ao menos uma loja de roupas e artigos domésticos, cinema, médico, dentista, clube;
- **Unidades completas:** uma espécie de subcidade ou subcentro, sendo quase autossuficientes em relação ao centro da cidade de São Paulo – com comércio, lojas de artigos domésticos (eletrodomésticos), equipamentos escolares, de saúde e administrativos, necessários à vida coletiva.

Conforme pode ser observado em CESTARO (2013, p. 17-18), também foram definidos critérios para implantação de um trabalho regional integrado, dividindo as áreas de análise em Município de São Paulo:

- **Aglomeração Paulistana**: acrescentando as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos e São Caetano do Sul, cidades industriais periféricas à capital;
- **Great São Paulo**: envolvendo municípios próximos à capital e com alguma dependência direta
- **Greater São Paulo**: incorporando as cidades industriais do interior e do litoral do estado
- **Greatest São Paulo**: Compreendendo todo o território estadual.

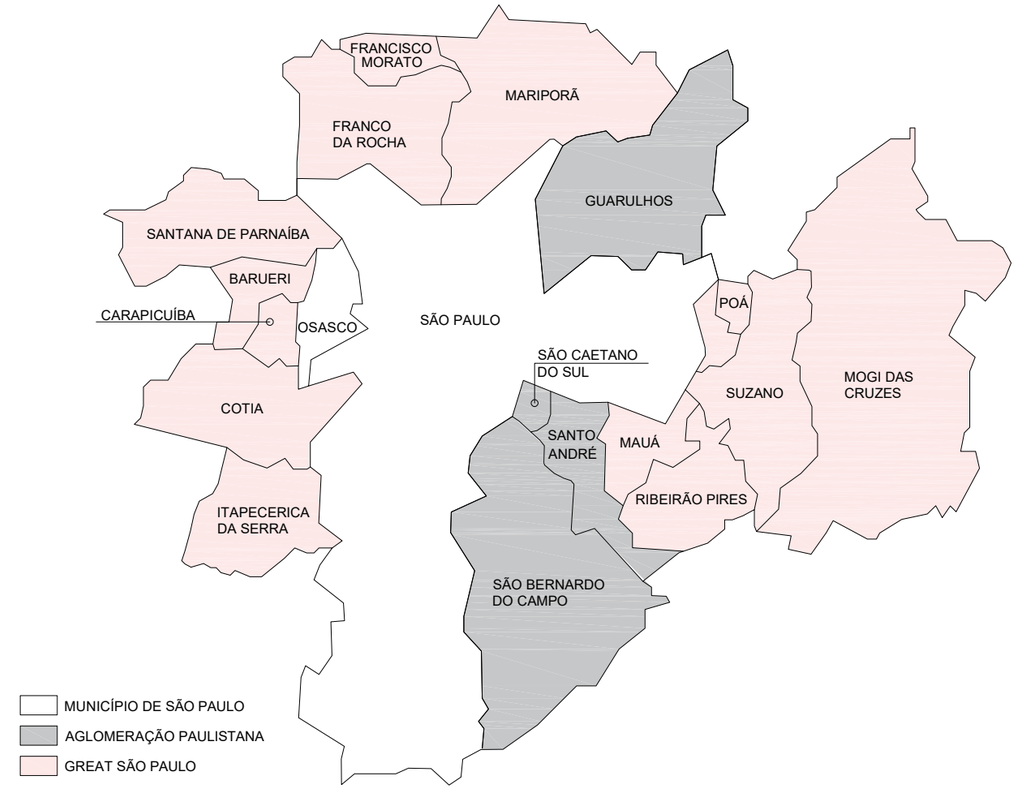


Figura 19: Mapa delimitando a Great São Paulo, com a hierarquia de municípios conforme o estudo da SAGMACS em 1958.

A quarta parte se refere à “Análise Urbanística”, ou seja, apresenta condições para o desenvolvimento do urbanismo, sua legislação, seu plano de obras e ações concretas a fim de melhorar as condições de vida dos habitantes da metrópole. Inclusive, nessa parte, levantam-se custos para implantação de infraestrutura e melhorias urbanas. Por fim, na quinta parte são traçadas diretrizes para o futuro da cidade.

A metodologia utilizada foi inédita no sentido do emprego de técnicos das diferentes áreas e no fato de partir da região e da população para identificar as aglomerações e as condições de vida urbana (e não dos elementos construídos). Portanto, coloca o urbanismo como tema capaz de sintetizar as condições geográficas, econômicas, sociológicas e urbanísticas. Também é importante a possibilidade de estimar as demandas populares e, principalmente, a possibilidade de sua inserção num plano geral e integrado da cidade.

> Pois o urbanismo que não leva em conta a sociologia, variável de povo para povo, de clima para clima, de estruturação – étnica e social – para outra estruturação, comete, fatalmente, erros graves quando pretende aplicar *"no varietur"* um zoneamento dito funcional, no qual zonas industriais, zonas comerciais, zonas residenciais, zonas de recreação são ligadas umas às outras sem que o tecido urbano total tivesse sido pensado em função da vida coletiva. (SAGMACS, 1958, Parte V, p. 38, apud CESTARO, 2009, p. 185)

Essa visão integrada para pesquisar a cidade acaba por criticar outras metodologias, por exemplo, do discurso modernista e funcionalista, que visavam apenas ao ordenamento funcional do espaço, com pouca consideração das necessidades da população. Trata-se de uma visão distinta daquela que dominava no período, de vislumbre da modernização, da importância econômica acima das outras questões, inclusive social – integração das ciências humanas e dos estudos sociais aplicados ao planejamento urbano da cidade.

Também pelos estudos foi verificado que os municípios da Aglomeração (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Guarulhos) tiveram no período de 1940 a 1950 uma taxa de crescimento bastante elevada, a partir da migração de pessoas que deixavam zonas rurais e cidades do interior em busca de emprego nas fábricas. Isso ocorreu ainda nos bairros das regiões Leste e Norte da capital, demonstrando, de todo modo, a expansão periférica e o aumento de cidades-dormitórios, com menor valor da terra e, portanto, com concentração de população de baixa renda.

A sistematização das informações pode ser parcialmente entendida nos mapas a seguir:

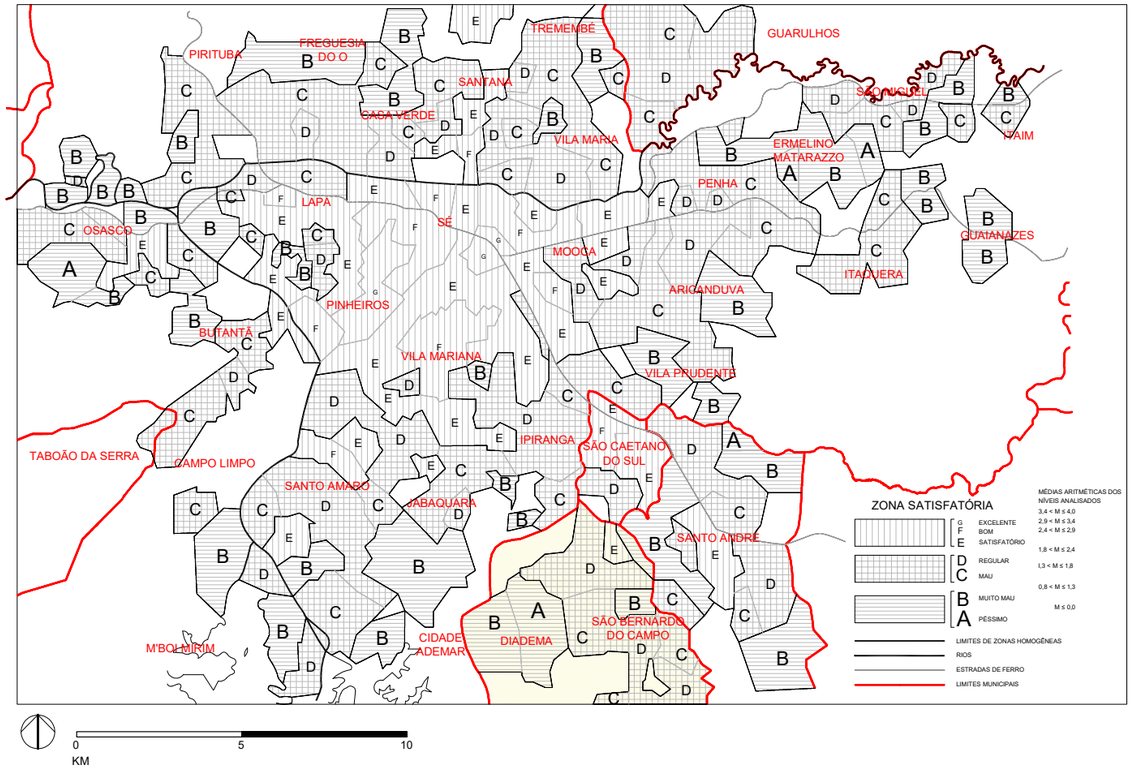


Figura 20: Mapa de distribuição dos níveis sociais da população da Aglomeração Paulistana

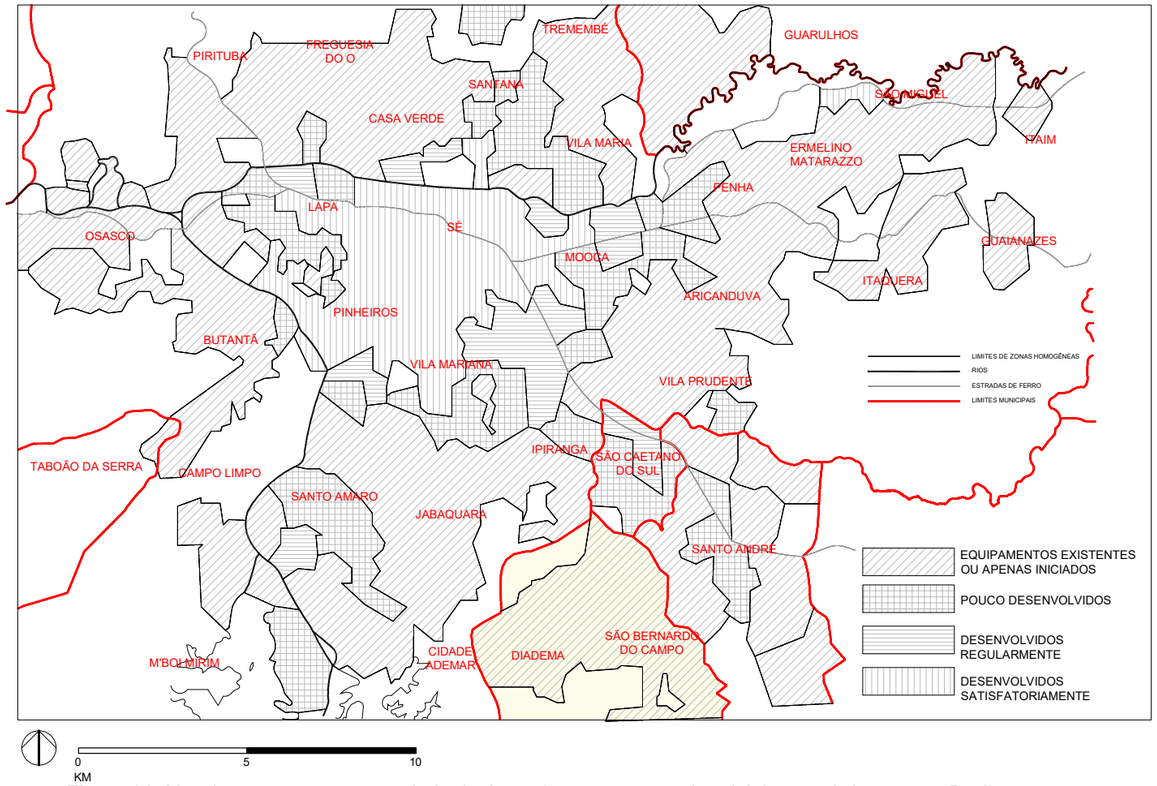


Figura 21: Manchas apontam para a existência de equipamentos e serviços básicos na Aglomeração Paulistana.

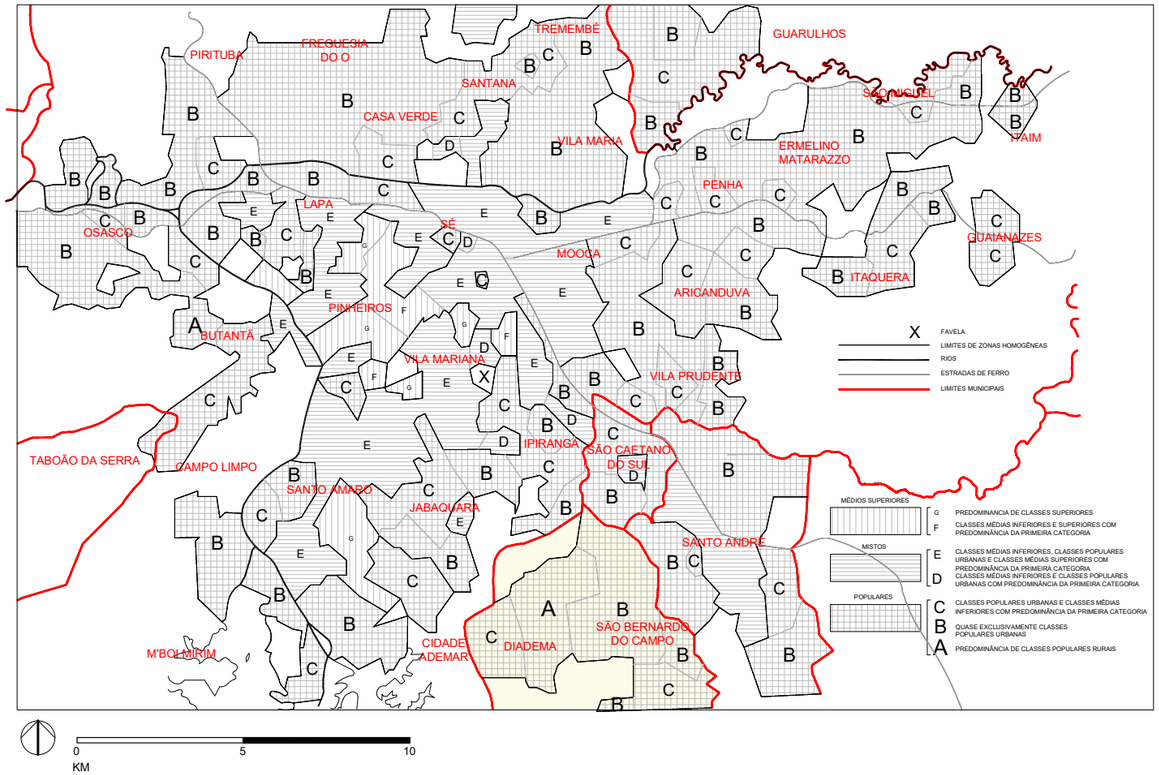
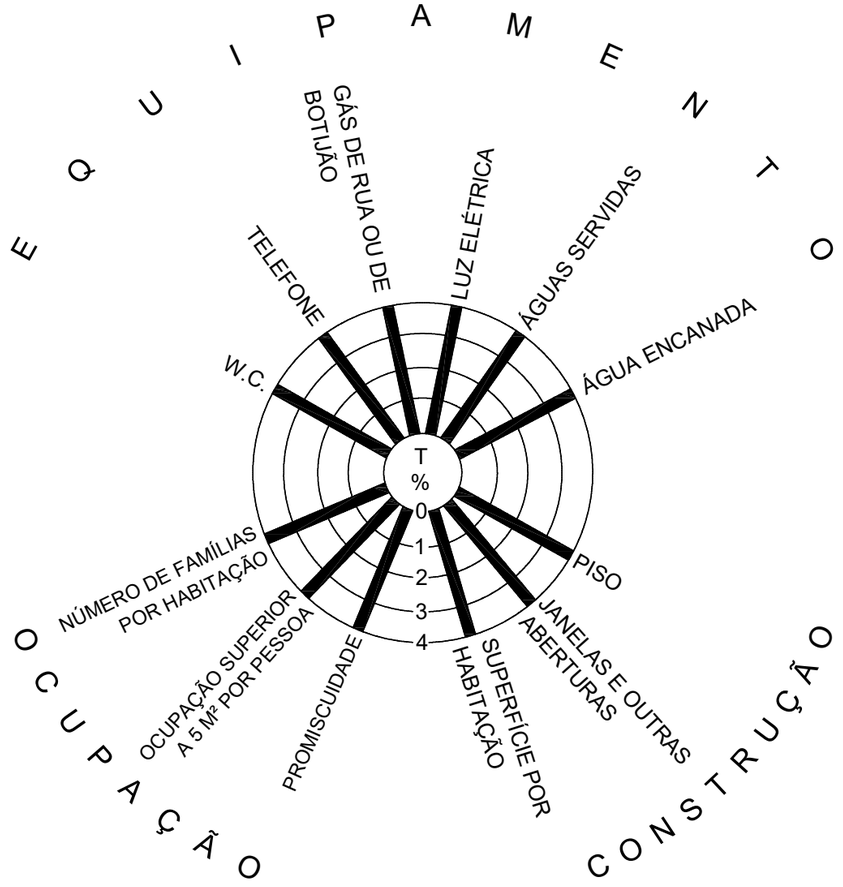


Figura 22: Mapa de distribuição dos níveis de renda da população.

Outro caráter bastante importante é a valorização da proximidade com a população, algo que efetivamente ocorreu, pois os técnicos realizaram entrevistas, ainda sem caráter propositivo, mas analítico, e mesmo assim davam importância à população consciente, que se envolvia diretamente com as decisões e com os novos rumos que São Paulo deveria tomar. A pesquisa sociológica em campo, seja pela observação da realidade social ou pela obtenção de informações por meio das entrevistas, introduziu a preocupação com a questão social no urbanismo. Por fim, foge do padrão de planejamento que predominava até então – urbanística e planejamento urbano enquanto realização de obras ou o urbanismo como "mecanismo de regulação e ordenação espacial urbana". (CESTARO, 2009, p. 240)



T TIPO APARENTE DA HABITAÇÃO

% DO TIPO DOMINANTE SOBRE O NÚMERO TOTAL DAS HABITAÇÕES

Figura 23 Gráfico da Margarida com as tipologias habitacionais encontradas.

2.3.3

SAGMACS NO RIO DE JANEIRO

> A tarefa que nos propusemos era conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção de vida, de si mesmo e da cidade em que habita. (SAGMACS, 1960, p. 3)

Lebret só ficará diretamente envolvido com o assunto das favelas anos mais tarde, no Rio de Janeiro, na virada para a década de 1960. Mesmo tendo realizado outros projetos em São Paulo, no final dos anos 1940 as favelas ainda eram numericamente insignificantes. Será no Rio de Janeiro, no final dos anos 1950, que ele vai desenvolver seu trabalho especificamente na realidade das favelas.

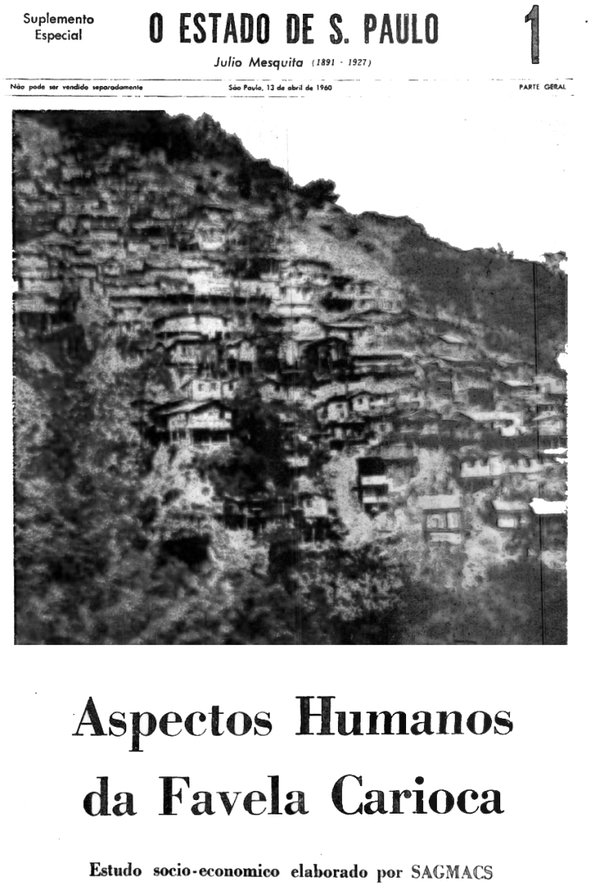
Dom Hélder foi um incentivador desse trabalho, no apoio de um estudo autônomo, sem suporte governamental, sobre as favelas, inclusive para permitir indiretamente a avaliação da ação da cruzada, e entendia que a SAGMACS teria a aptidão necessária. Parecia haver compatibilidade entre as orientações teórico-políticas dos dois padres, inclusive a posição de que as favelas deveriam se transformar em comunidades de base, ou seja, a ideia de incorporar indivíduos isolados ao grupo, em que "a família seria a célula fundamental, e a vizinhança, uma garantia de coesão social". Era uma visão bem próxima do *Économie et Humanisme*, que defendia proteção aos indivíduos por meio de uma representação coletiva, entre outras questões que propunha a partir de uma crítica ao mundo moderno. (VALLADARES, 2005, p. 97).

O escritório do Rio de Janeiro da SAGMACS foi o último a ser criado, em 1950, e funcionava inicialmente como apoio ao escritório de São Paulo. Depois irá tomar outro rumo com a encomenda da pesquisa pelo jornal *O Estado de S. Paulo* intitulada "Aspectos Humanos da Favela Carioca", estudo socioeconômico elaborado pela própria SAGMACS. Mas, afinal, por que houve um financiamento de uma pesquisa sobre favelas no Rio de Janeiro por um jornal de São Paulo?

Segundo VALLADARES (2005), na segunda metade dos anos 1950 existia uma crítica da União Democrática Nacional (UDN) à política de Juscelino Kubitschek, totalmente focada na construção de Brasília. O jornal, também crítico a tais políticas, defendia a ideia de que seria preferível investir na luta contra a pobreza. Assim, realizar esse estudo, que depois foi publicado no jornal, seria uma forma de apresentar argumentos sólidos contra a política de descentralização do poder federal. Também pode haver nesse ato a estratégia de tentar enfraquecer a imagem de Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro, isso dentro da competição existente entre as duas maiores cidades do Brasil.

Na primeira página da pesquisa era apresentada a equipe:

> O estudo sócio-econômico promovido pelo "Estado" sobre as favelas cariocas, e agora aqui apresentado, foi orientado pelo padre Louis Joseph Lebret, dirigido tecnicamente pelo prof. José Arthur Rios[10] e teve, como coordenador, o Sr. Carlos Alberto de Medina[11] e contou, ainda, na parte referente à urbanização do Distrito Federal, com a cooperação do arquiteto Helio Modesto[12]. (O ESTADO DE S. PAULO, 1950, p. 2)



Suplemento Especial

O ESTADO DE S. PAULO 1

Julio Mesquita (1891 - 1927)

Não pode ser vendido separadamente — São Paulo, 13 de abril de 1960 — PARTE GERAL

Aspectos Humanos da Favela Carioca

Estudo socio-economico elaborado por SAGMACS

Figura 24: Capa da matéria *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, parte 1 e parte 2.

[10] José Arthur Rios (1921–2017): Título de *Master of Arts* em Sociologia pela Universidade Estadual de Louisiana (1946–47). Em 1952 fundou e foi coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural. Em 1954 foi chefe da Seção de Pesquisas Sociais do Serviço Especial de Saúde Pública. Em 1957 foi diretor do Escritório de Economia e Humanismo do Rio de Janeiro. No início da década de 1960, como secretário de Carlos Lacerda, orientou campanhas de mutirão em mais de 80 favelas. Sua resistência diante da política de extermínio das favelas resultou em sua saída do cargo. Fonte: <http://www.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

[11] Carlos Alberto Medina (1931–2010): Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Ao longo de sua trajetória e munido de uma sociologia voltada para a ação social, Medina também participou e coordenou dezenas de pesquisas relacionadas a favelas, violência, criança, adolescência e família. No Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), vinculado à Unesco, atuou como diretor e pesquisador, assim como no Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), entidade vinculada a organismos internacionais de ajuda a países subdesenvolvidos. Dedicou-se também à docência durante toda a vida, atuando como professor, orientador e conferencista. Fonte: <http://www.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

[12] Helio Modesto: Arquiteto pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, formado em 1946. De 1949 a 1951 formou-se urbanista na School of Planes of Researchs of Regional Developpment, de Londres. Entre seus projetos está a passarela do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ).

Também houve a participação de alguns assistentes sociais; afinal, já estavam habituados ao contato próximo com a favela e seus moradores desde o final dos anos 1930.

VALLADARES (2005, p. 108-112) destaca alguns princípios coincidentes entre o Économie et Humanisme e a Escola de Chicago no trabalho sobre as favelas do Rio de Janeiro, entre eles:

- O enfoque dado à pesquisa empírica como forma de entendimento da realidade;
- O destaque de tendências a partir da observação e da percepção dos processos sociais, a valorização da utilização de estudos de caso e a observação sistemática para comprovar hipóteses percebidas;
- O emprego concomitante de dados extraídos de pesquisas de campo e outras fontes complementares, tais como recenseamentos e dados estatísticos diversos;
- A notabilidade à representação gráfica dos dados por meio de diagramas, quadros e mapas;
- O direcionamento das pesquisas para a ação social;
- O bairro como unidade-base da vida social, ou seja, a relação necessária entre bairro e a intervenção social;
- A valorização de uma abordagem multidisciplinar dos fenômenos sociais e o reconhecimento da complementaridade entre disciplinas.

A autora destaca que o Économie et Humanisme recomendava a representação cartográfica, principalmente para melhorar a transmissão da mensagem aos destinatários, por meio da clareza e da síntese dos dados. (VALLADARES, 2005, p. 110)

Em 1960, logo após a finalização do estudo, José Arthur Rios é convidado para dirigir o Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Insalubres (SERPHA), criado em 1956 para gerir o problema das favelas. Logo depois assume o cargo de secretário de Serviços Sociais, criado pelo governador do novo Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, momento em que orientou campanhas de mutirão junto a associações de moradores em diversas favelas. O estudo da SAGMACS serviu de base para suas propostas.

Por fim, a discordância de Rios em relação à política de remoção indiscriminada das comunidades, defendida por interesses imobiliários, resultou em sua saída do cargo. De todo modo, torna-se referência no tema das favelas no final dos anos 1960. A própria sede da SAGMACS carioca foi, até o fim dessa década, frequentada por aqueles que vinham ao Brasil para estudar favela, como, por exemplo, Anthony Leeds, Lucien Parisse e Janice Perlman. É importante mencionar que o próprio Arthur Rios foi responsável pelo verbete "favela" no *Dicionário de Ciências Sociais*, publicado em 1987 pela Fundação Getulio Vargas (VALLADARES, 2005, p. 117).

Por fim, foi também Arthur Rios que abriu caminho para a presença do Peace Corps no Brasil. Essa entidade estadunidense foi criada durante o governo Kennedy para ajudar os países em desenvolvimento, e seus membros tornaram-se cada vez mais presentes nas favelas do Rio de Janeiro. De todo modo, a formação universitária dos integrantes dessa entidade, provenientes das ciências sociais, colocou limites em sua atuação, faltando conhecimentos sobre engenharia e urbanismo para operações de saneamento ou até mesmo conhecimento da burocracia local para ações de regularização fundiária, resultando em ações mais modestas em programas relacionados a saúde, educação etc. (VALLADARES, 2005, p. 125)

Ao explicar o processo de formação das favelas no Rio de Janeiro, o relatório aponta a construção civil como principal origem; afinal, os trabalhadores das obras precisavam morar perto do trabalho e não havia oferta de habitação popular viável para famílias de baixa renda, transporte público adequado. Além disso, o valor dos terrenos fugia à realidade salarial, então passaram a ocupar áreas sem apoio de políticas públicas.

> O desenvolvimento industrial produziu deslocamentos humanos que os censos registraram. A primeira concentração de indústrias na Gávea e em São Cristóvão repercutiu nitidamente na distribuição demográfica. Mas foi, sem dúvida, a indústria de construções que desempenhou o papel mais importante nesse processo. Essa indústria absorve na mão de obra flutuante que não reside, nem pode residir, nas proximidades do trabalho. O desenvolvimento imobiliário de Copacabana e da Zona Sul, fomentado com os investimentos das autarquias, atraiu grande massa de trabalhadores. (SAGMACS, 1960, p. 5)

No relatório é colocada a questão, já tratada aqui, sobre a falta de medidas de desenvolvimento para as favelas e sobre a necessidade de inclusão na estrutura urbana e uma crítica ao sistema proibitivo e de extinção:

> Os agrupamentos de barracos, que caracterizam as favelas, nunca foram encarados nas medidas que regulam o desenvolvimento urbano, a não ser por determinações proibitivas. Seu reconhecimento como parte da estrutura urbana só se dá quando se tornam uma ameaça social, higiênica e estética. Passam, então, à jurisdição de órgãos especializados, autônomos e sem ligação com o órgão orientador do crescimento urbano, no caso o Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal. Essa atitude exprime a forma peculiar pela qual é encarado, pela administração municipal, o problema do crescimento urbano. (SAGMACS, 1960, p. 39)

Ao final da pesquisa há algumas conclusões propositivas. Destacamos aqui a proposta da campanha de melhoramento das habitações das favelas por meio do programa “Ajuda Mútua”, orientado pelos órgãos técnicos e com auxílio dos próprios favelados. E também a incorporação do Departamento de Habitação Popular e do Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal nesses esforços conjuntos, visando a um sentido mais amplo para as soluções propostas (SAGMACS, 1960, p. 17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 2

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento.** Rio de Janeiro: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <encurtador.com.br/hlnIK>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930.** *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, p. 35-48, 2008.

ANGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS. A formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013.

LEMOS, Carlos. **Depoimento.** 1986 *In:* BERBEL, Joatan Vilela. **Warchavchik – Uma História.** Filme, 1986. Disponível em: <https://vimeo.com/25620264>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. **Os pioneiros da habitação social. volume 1 – Cem anos da política pública no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp/Edições Sesc, 2014.

_____, Nabil.; KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da habitação social. volume 2 – Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964.** São Paulo: Editora Unesp/Edições Sesc, 2014.

BORIN, Monique Félix. A contribuição de Theodoro Sampaio ao relatório dos cortiços de Santa Ifigênia: saneamento e urbanismo na trajetória de um engenheiro*. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (online), 14(1), p. 49-57, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i1p49-57>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Os primeiros arquitetos modernos: Habitação Social no Brasil 1930–1950.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CAVALCANTI, Lauro. **O arquiteto e a habitação popular.** *Projeto*, nº 5, p. 143-147, 1987.

CESTARO, Lucas Ricardo. **A atuação de Lebret e da SAGMACS no Brasil (1947–1964). Ideias, planos e contribuições.** Tese de doutorado. São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **A contribuição de Lebret através da SAGMACS na formação de técnicos e profissionais de urbanismo do Brasil.** Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (online), v. 14, n. 1, p. 24-31, 2016.

_____. **Urbanismo e humanismo: a SAGMACS e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

COSTA, Luiz Augusto Maia. **Theodoro Sampaio, o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e as exigências da modernidade.** *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (online), 14(2), p. 15-22, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i2p15-22>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FELDMAN, Sarah. **O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva.** Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.

_____. **Instituições de Urbanismo no Brasil na década de 1930: olhar técnico e dimensão urbano-industrial.** Tese Livre-docente (Departamento de Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo.** São Paulo: Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FIORE, Renato Holmer. **Warchavchik e o manifesto de 1925**. *Arqtexto 2*, 2002.

FLOCK, Júlia. **Favela do Glicério: Memórias esquecidas de um espaço de exclusão em São Paulo.** VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2020.

FREITAS, Maria Luiza. **O "Lar Conveniente": Os Engenheiros e Arquitetos e as Inovações Espaciais e Tecnológicas nas Habitações Populares de São Paulo (1916–1931).** Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Arquivo Victor Tavares de Moura: inventário analítico.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

KLEIMAN, Mauro. **"acabar com as favelas". Parques Proletários Provisórios: uma intervenção na prática.** *Chão*, n. 7, p. 16-22, 1978. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/acervo_revistas/#revistas6>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX.** *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 1, 19 jul. 2012.

LEBRET, Louis-Joseph. **Suicídio ou sobrevivência do ocidente? Problemas fundamentais de nossa civilização.** São Paulo: Duas Cidades, 1960.

_____. **Manifesto por uma civilização solidária.** São Paulo: Duas Cidades, 1961.

_____. **Princípios para a ação.** São Paulo: Duas Cidades, 1958.

_____. **O drama do século XX.** São Paulo: Duas Cidades, 1962.

MARICATO, Erminia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

OUTTES, Joel Gusmão. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Habitação em São Paulo (1931): Uma aproximação*. XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo (SIIU), Lisboa, 2020.

PESSOA, José Simões de Belmont; ARAÚJO, Maria Silvia Muylaert de. **Vila operária da Gamboa, Rio de Janeiro 1933/83.** *Módulo*, n. 4, 1983, pp. 52–55.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **O engenho e o inquérito: as habitações operárias no Distrito de Santa Ifigênia, São Paulo, 1893.** Seminário Faculdade de Saúde Pública da USP, 8 dez. 2014. Disponível em: <https://shortest.link/2cf2>. Acesso em: 12 dez. 2021.

_____. **Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893).** In: CORDEIRO, S. L. (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893).** 1ª ed., p. 39-78. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

RIOS, José Arthur. **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC / FGV. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores.** Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XIII sobre as favelas cariocas (1947–1962).** *Revista Espacialidades* (online), v. 6, n. 5, 2013.

SAGMACS. **Aspectos Humanos da Favela Carioca.** *O Estado de S. Paulo*, parte 01, 13 abr. 1960.

_____. **Aspectos Humanos da Favela Carioca.** *O Estado de S. Paulo*, parte 02, 15 abr. 1960.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Christiano Stockler das Neves: uma atuação polêmica.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 39, p. 181-196, 1995.

SEGAWA, Hugo. **Anos 10. Um concurso de habitação operária.** *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 64, p. 12-17, 1981.

SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento: a "humanização" e a "urbanização" de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Vakgroep Talen en Culturen van Latijns-Amerika: Universiteit Leiden, Niterói, 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. **A gênese da favela carioca.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

_____. **A invenção da favela. Do mito de origem a favela. com.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. *Edição do Kindle.*

VIDOTTO, Taiana Car. **O ensino de arquitetura no Brasil: da missão francesa à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura.** XVII CONABEA – Congresso Nacional da ABEA; XXXII ENSEA – Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo, Goiânia, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/mtLU2>. Acesso em: 13 dez. 2021.

WESTIN, Ricardo. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios.** Agência Senado, 26 set. 2020. Disponível em: <https://shortest.link/25Xm>. Acesso em: 12 dez. 2021.

[s.n.] **As favelas.** Acrópole, v. 6, n. 3, p. 285-287, 1944.

LEIS

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL. Decreto Imperial nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886. Reorganiza o serviço sanitário do Império.

BRASIL. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

BRASIL. Decreto nº 1.749, de 28 de junho de 1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

BRASIL. Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações

BRASIL. Decreto-lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937. Dispõe sobre o Código de Obras do Distrito Federal.

SÃO PAULO (Município). Código de Posturas do Município de São Paulo, outubro de 1886.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 38, de 24 de maio de 1893. Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 233, de 2 de março de 1894. Código Sanitário.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2.332, de 9 de novembro de 1920. Estabelece o padrão para as construções particulares do município.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2.611, de 20 de junho de 1923. Proíbe a abertura de vias de comunicação, em qualquer perímetro do município, sem prévia licença da Prefeitura.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924. Regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2.986, de 7 de julho de 1926. Regulamenta as profissões de construtor, eletricista e encanador e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929. Código de Obras Arthur Saboya.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 4.371, de 17 de abril de 1953. Dispõe sobre a oficialização de logradouros.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL EM LOTEAMENTOS POPULARES E PROJETOS PIONEIROS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: PRIMEIRA GESTÃO PETISTA (1983-1988) E ALGUMAS AÇÕES ANTECESSORAS

Cena de um bairro popular em Diadema, no início dos anos 1980. Uma favela ou uma “falsa favela”? As pessoas moravam precariamente em áreas irregulares e regulares da cidade.

3.1

DIADEMA: DA ALDEIA BUCÓLICA À CIDADE DENSA E PIONEIRA EM ATUAÇÕES SOCIAIS

O município de Diadema está localizado no Grande ABC, na Região Metropolitana de São Paulo. Até os anos 1950 esta cidade era praticamente rural e sem interferência do processo de industrialização presente na capital paulistana. Ainda carregava ares bucólicos. Podemos perceber esse clima nas obras de Anita Malfatti *Paisagem de Diadema* e *Procissão em Diadema*, do período em que a artista escolheu a região como seu local de refúgio e ao mesmo tempo de inspirações para compor obras com a essência da vida simples do interior.

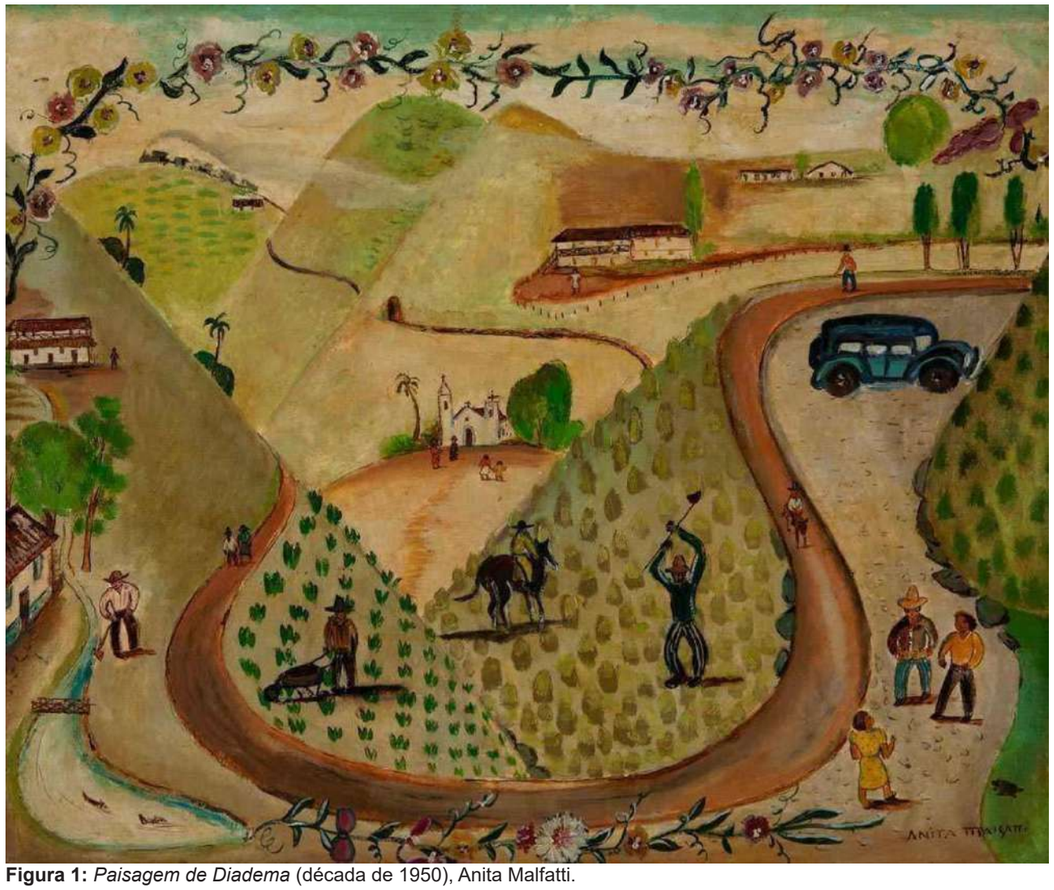


Figura 1: *Paisagem de Diadema* (década de 1950), Anita Malfatti.

O resgate histórico desse município é importante para identificar os principais motivos que levaram à transformação dessa cena rural em uma das cidades mais densas do Brasil[1], com experiências pioneiras de atuações relacionadas ao tema da habitação popular e com estreita relação entre população e profissionais, seja de arquitetura e urbanismo, como também de outras áreas, como do serviço social e da engenharia.

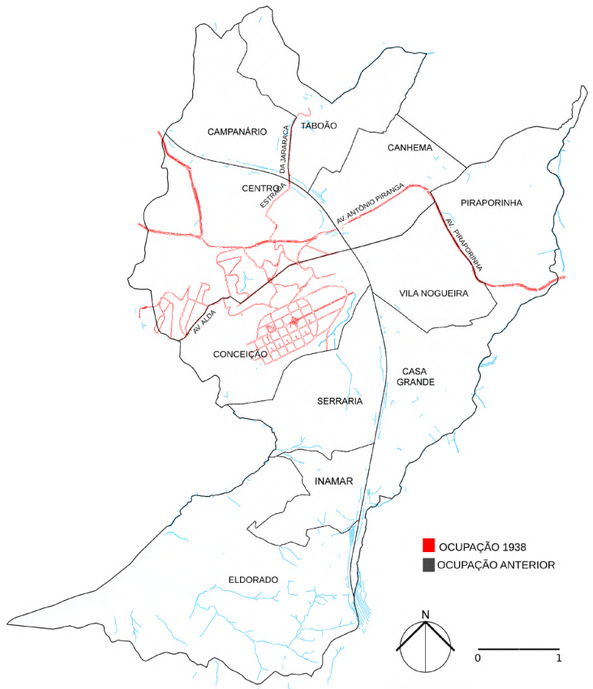
[1] Segundo dados do IBGE referentes a população estimada (2021) e área territorial (2020), é a segunda cidade mais densa do país, com 13.977,29 habitantes por quilômetro quadrado. A primeira é Taboão da Serra, com 14.593,29 habitantes por quilômetro quadrado.

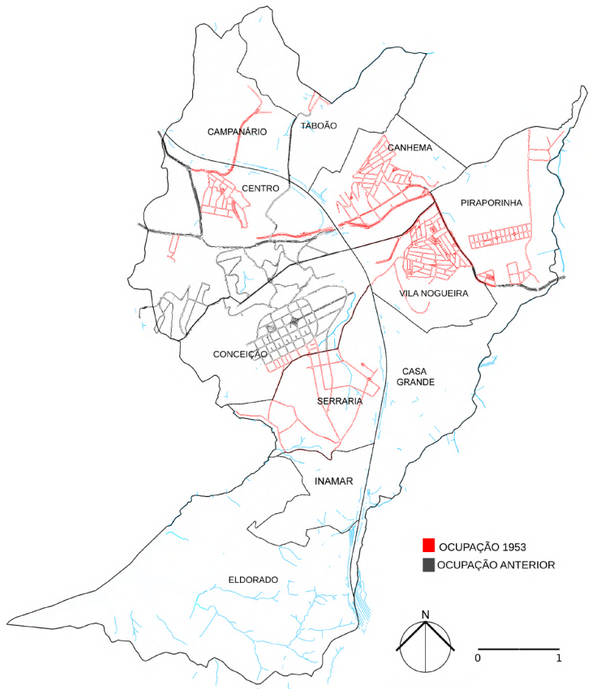
A primeira chegada de alguns poucos habitantes a Diadema foi possivelmente no século XVII, devido à existência de um caminho que ligava São Bernardo do Campo a Santo Amaro, via que deu origem às atuais avenidas Antônio Piranga e Piraporinha. A localização estratégica entre o litoral e São Paulo foi fundamental em seu processo de formação. Segundo alguns registros, a região teve a presença dos jesuítas, foi passagem de tropeiros em direção a Embu, e mais tarde os bandeirantes também criaram sua rota com parada em Piraporinha, hoje um polo comercial importante na cidade. Mas até a década de 1940 havia nessa região somente quatro povoados pertencentes a São Bernardo do Campo: Piraporinha, Eldorado, Taboão e Vila Conceição, vilarejos autônomos, cada um com sua atividade e seu potencial (PREFEITURA DE DIADEMA, 2014).

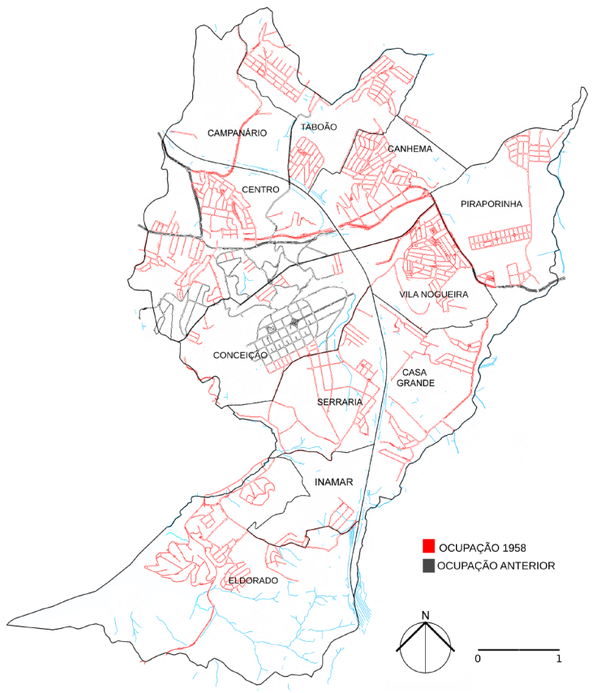
Figura 2: Mapa do estado de São Paulo e sistema viário principal. Destaque Região do Grande ABC e Diadema e Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Anchieta.

A Vila Conceição nasceu do parcelamento de uma fazenda em 1923. O processo de loteamento dessa região passou a atrair empreendedores imobiliários da capital paulista, devido ao turismo que existia naquele momento pela novidade da recente implantada Represa Billings. O loteamento previa lotes de tamanhos diversos, inclusive com padrões de sítios, possivelmente visando à formação de um bairro residencial rural para lazer e turismo, visto que naquele momento ainda não havia indústrias na região. No mapa de ocupação de 1938 é possível identificar esse loteamento com traçado regular, lotes em sua maioria de 25 x 50 metros, algumas propriedades maiores do que 50 x 100 metros, entre outras situações[2]. No mapa de ocupação de 1971 é possível perceber o desmembramento e desdobro de algumas áreas. Porém, muitos terrenos se mantêm até hoje no tamanho original, porém ocupados, em sua maioria, por galpões industriais.

[2] Informações dos tamanhos dos lotes obtidas pelo mapa de Cadastro do Município (2002).







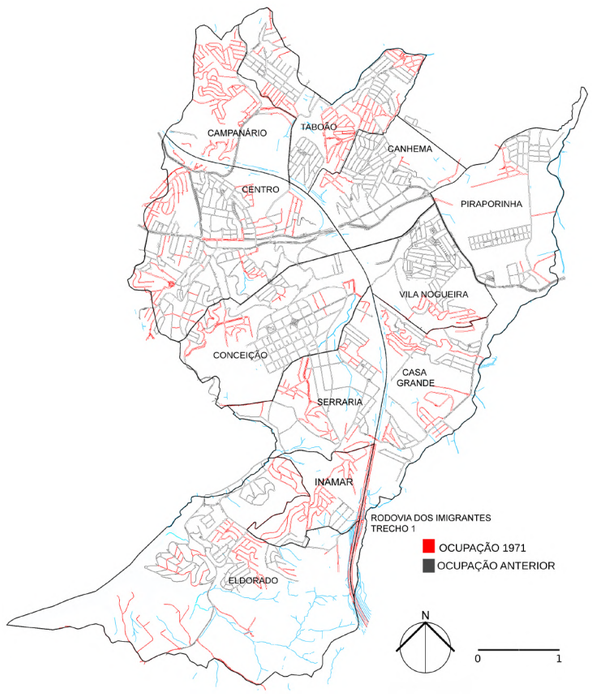
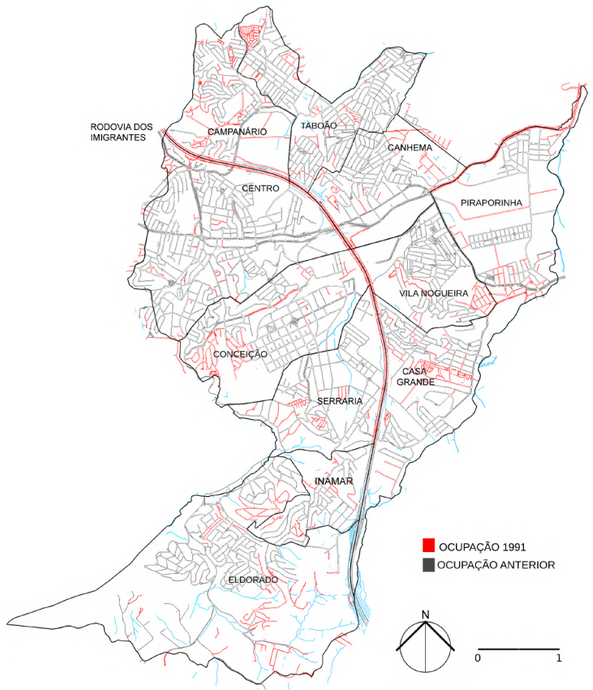


Figura 3: Mapas evolução urbana de Diadema, ano de 1938, 1953, 1958 e 1971.



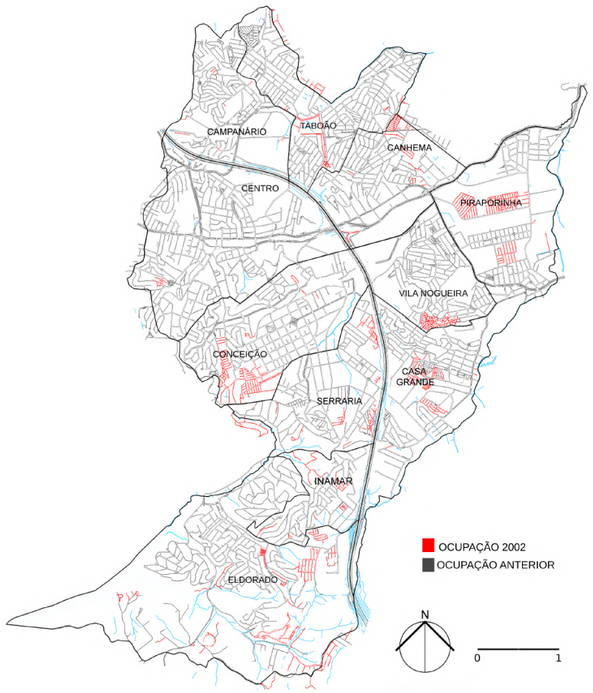


Figura 4: Mapa evolução urbana de Diadema, ano de 1991 e 2002.

Figura 5: Em 1926 as águas da Represa Billings inundaram parte da região do atual Bairro de Eldorado, constituindo então a Baia de Eldorado, também conhecida como Baia do Estaleiro.

Segunda a historiadora Irene Barbosa de Moura (MOURA, 2006), havia oferta de terrenos para um público diversificado, para pessoas com diferentes poderes aquisitivos, inclusive devido à colaboração do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937), que possibilitava a compra de lotes a prestação. Mas o destaque da região ainda era o turismo naquele momento:

> No decorrer da década de 1940, turistas a caminho da represa paravam na cidade para banhar-se no "Tanque do Moreira[3]", comprar uvas e flores nas chácaras, visitar a fonte e tomar lanches à sombra das árvores. A presença desses turistas interferia no cotidiano da comunidade, que agregava novos hábitos em função desse contato. Mas o olhar do visitante via apenas o cenário idílico ocultando os problemas vividos pelos moradores da região. (MOURA, 2006, p. 189)

A Vila Conceição vai se tornar a sede distrital em 1948, momento em que recebe o nome de Vila Diadema, e, na emancipação de São Bernardo do Campo, em 1958, passa a ser a sede municipal. Foi nesse bairro, portanto, que surgiu a vontade de autonomia, pois havia o desejo de melhorar economicamente, criar postos de trabalho e melhorar os serviços públicos. Para atingir esses objetivos, foram criados mecanismos de incentivo à industrialização, sem, no entanto, prever instrumentos de proteção ambiental, a não ser pela delimitação da zona turística ao sul, conforme pode ser observado no mapa a seguir:

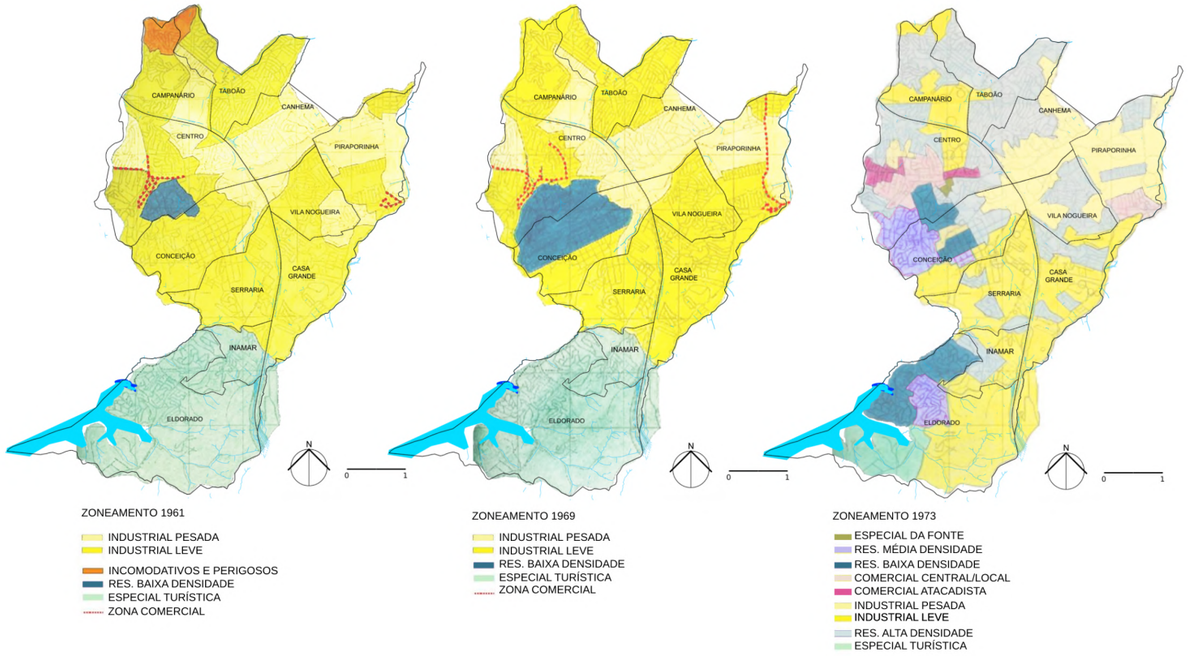


Figura 6: Zoneamento de 1961, 1969 e 1973.

> A primeira legislatura de Diadema favoreceu a instalação de instituições financeiras e indústrias através de vantagens fiscais. Tal estratégia funcionou porque várias indústrias de São Paulo buscavam facilidade no transporte de mercadorias, fugir às restrições da CETESB, além de ampliação das instalações. Dessa forma, várias fábricas se mudaram para o recém-criado município do ABC paulista, aproveitando as vantagens oferecidas pelo Executivo Municipal. (MOURA, 2005)

[3]Atual Praça da Moça, no centro da cidade.

Assim, ao ver o mapa de zoneamento de 1961 nota-se uma quase exclusividade do uso industrial. Segundo relato do atual prefeito da cidade de Diadema, José de Filippi Júnior, essa abertura e incentivo da atividade industrial nesse período não considerou as consequências para o meio ambiente, como também as necessidades cotidianas da população, focando mais nas questões econômicas.

> Diadema é uma cidade nova, de 36 anos, que em 1960 tinha 12 mil habitantes e hoje já tem 315 mil. Foi uma explosão, com o agravante de que estamos num país de Terceiro Mundo. Esse crescimento esteve associado à industrialização da região, onde se instalaram, a partir da década de 50, as grandes montadoras de veículos e autopeças. Foi um processo em que o regime político autoritário, a ditadura militar, buscou a compensação da ausência de liberdade através do crescimento econômico, com uma industrialização forçada, sem qualquer preocupação com o meio ambiente, com a apropriação da riqueza gerada e com políticas sociais voltadas para o bem-estar da população. O resultado foi um crescimento desordenado, com cerca de 90% da população formada de migrantes e loteamentos clandestinos, transformando a cidade num "oeste americano". Assim, a moradia passou a ser um dos problemas mais graves do município e as favelas o símbolo de como as pessoas viviam mal em Diadema. (FILIPPI JÚNIOR, in PREFEITURA DE DIADEMA, 1996)

As outras regiões pioneiras do município também tinham cada uma sua atração. Serraria, por exemplo, tinha abundância de madeira e contribuía com a produção de móveis de São Bernardo. Depois passa a explorar carvoeiros, fonte de renda para seus moradores. Eldorado tinha forte o lazer devido à presença da Represa Billings e inclusive abrigava competições de iatismo na região. Piraporinha inicialmente era incentivada pelo Moinho Fabbrini e depois vai se desenvolver como polo industrial e comercial devido à proximidade com a Rodovia Anchieta, construída ao longo das décadas de 1940 e 1950. Já Taboão tinha como principais atividades a exploração de uma pedreira e a de uma fonte de água mineral (MOURA, 2006, p. 190).

Figura 7: Chácara Serraria, década de 1930. Fonte: Centro de Memória de Diadema.

Houve, a partir da implantação da Rodovia dos Imigrantes, no início da década de 1970, uma nova fase de desenvolvimento e expansão das atividades industriais que consequentemente gerou o aquecimento do mercado de terras em Diadema, de todo modo, com limitação para implantar loteamentos para a população de baixa renda, em vista da valorização da terra, assim como da falta de destinação de zona residencial no Plano Diretor.

É nesse contexto de ausência de alternativas para acomodar trabalhadores da região que começam a surgir favelas em áreas públicas e de proteção ambiental, pois até 1968 a cidade possuía somente dois núcleos:

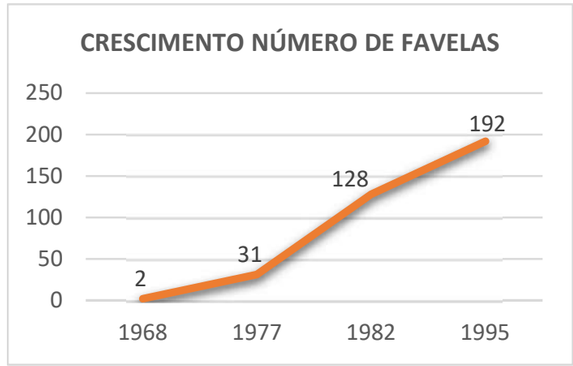
> De acordo com levantamentos da Prefeitura, em 1968 a cidade possuía dois núcleos de favelas; na década de 1970 eles crescem para 31; na década de 1980 são identificados 128; em 1995 encontram-se 197 e em 2001 existem 207. O número de favelas existentes no período de 1968 e 1970 pode estar subestimado, pois até os anos 80 elas não eram demarcadas nos mapas da cidade. (BALTRUSIS, 2018, p. 17)

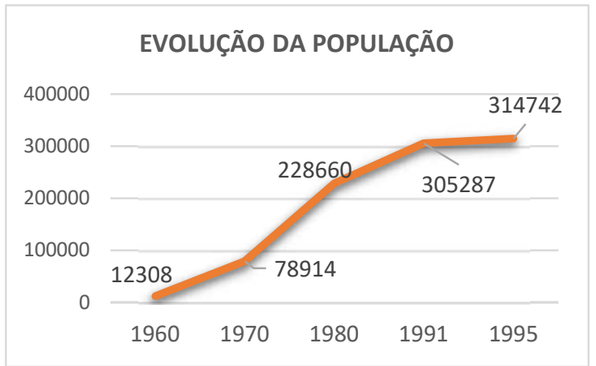
Figura 8: A Rodovia Imigrantes tem a pista norte, inaugurada em 1974, e a pista sul, inaugurada em 2002, sendo ambas pedagiadas desde sua inauguração.

É possível entender que até os anos 1950 o município não sentia os reflexos da industrialização de São Paulo, pois o único atrativo de público externo para a região era a atividade turística. Isso muda com sua emancipação, mas, sobretudo, com a inauguração da Rodovia Anchieta, no final dos anos 1940, que, além de atrair migração para a região, facilitou a implantação de indústrias na cidade, a qual inicialmente produzia peças complementares para as multinacionais.

Antes da Rodovia Anchieta, a expansão industrial na região do ABC ocorria nas cidades localizadas ao longo da ferrovia Santos–Jundiaí – São Caetano do Sul, Santo André e Mauá. Diadema, dentro desse cenário, se caracterizava como cidade-dormitório, em virtude do custo mais baixo da terra em relação aos municípios vizinhos.

A industrialização de Diadema e o aumento da população se intensificaram na década de 1970 com a implantação da Rodovia dos Imigrantes. De todo modo, a cidade sempre manteve a oferta de mão de obra superior à demanda, perpetuando aspectos de cidade-dormitório. A partir daí começa seu crescimento, incluindo a implantação de novos loteamentos e o surgimento das primeiras favelas.





Gráficos 1 e 2: Gráficos da evolução da população e crescimento do número de favelas.

Pelo gráfico 1, de evolução da população de Diadema, é possível notar o salto de 12.308 habitantes em 1960 para 78.914 habitantes em 1970, reflexo da presença dos trabalhadores das empresas instaladas ao longo da Rodovia Anchieta, que procuravam moradia em loteamentos mais baratos, o que era o caso de Diadema. Nos anos 1980 houve a implantação dos trólebus, que conectam até hoje as cidades do Grande ABC com a capital paulista. Essa intervenção, assim como a Rodovia dos Imigrantes, que cortou a cidade ao meio, também irá gerar um impacto no sistema viário, criando uma barreira na cidade em eixo perpendicular ao da rodovia.

Depois há o salto para 230 mil habitantes nos anos 1980. Um terço da população vivia nas 128 favelas existentes naquele momento – vielas de lama, em barracos de madeira e lata, sem abastecimento de água, coleta de esgoto nem rede de energia elétrica.

Nos próximos subcapítulos será possível entender que as políticas públicas para habitação popular se estabeleceram dentro dessa dinâmica de formação do território, em sincronia com as necessidades que emergiam da transformação da cidade.

3.2
PRÁTICA DE FORNECIMENTO DE PLANTA POPULAR

Antes de explicar os dois programas de Assistência Técnica Habitacional que ocorreram na prefeitura, o PROCAP (1973–1974) e o PROHAB (1983–1988), e as primeiras propostas de urbanização de favelas no município, a partir de 1983, é importante entender ações anteriores de apoio à moradia popular pela Prefeitura. Para tanto, foi realizada uma busca no Arquivo Geral do município, a qual resultou na descoberta da existência de um serviço de fornecimento de plantas populares pelo poder público, pelo menos desde os anos 1950.

O primeiro registro de serviço de planta popular por meio da Prefeitura encontrado no Arquivo Geral Municipal de Diadema é de 1954[4]. A partir dessa data foi verificada uma quantidade significativa de requerimentos de alvarás de casas populares, somando quase 4 mil até o ano de 1973. O serviço era voltado para famílias de baixa renda que normalmente compravam o lote a prestação. Ou seja, era um serviço para aqueles que possuíam lote em áreas regulares da cidade.

Ao analisar alguns casos, é possível avaliar essa ação da Prefeitura como um serviço burocrático com pouca ou nenhuma ênfase para a questão projetual, de auxílio prático na execução das obras nem muito menos com o interesse dos governantes no crescimento pessoal e intelectual da população.

Por meio do resgate de alguns projetos será exposto como funcionava o procedimento de fornecimento de planta popular pela Prefeitura entre 1954 e 1973, a quem era destinado e quais eram os benefícios para as famílias de baixa renda.

É relevante nesse período o polêmico Ato nº 6 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo (CREA-SP) de 1968, vigente por mais de dez anos, que dispensava o exercício profissional no caso da construção de moradia econômica e instituía o fornecimento e a aprovação de projetos pela Prefeitura.

[4] Nesse caso o processo migrou do cartório de São Bernardo do Campo, pois Diadema se emancipa de São Bernardo do Campo em dezembro de 1958.

3.2.1
LEGISLAÇÃO RELACIONADA

Ao pesquisar as leis que regiam projetos de casas populares na época, é possível perceber que, no geral, as leis são direcionadas às isenções de taxas, à redução de custos com contratação profissional (no caso do Ato nº 6 do CREA-SP) sem preocupações específicas com critérios de projeto para habitação popular, a não ser na definição de áreas máximas a construir. Foram identificadas as seguintes legislações principais:

- **Lei Municipal de São Bernardo do Campo nº 267, de 12 de março de 1954:** isenção de imposto predial pelo prazo de 10 (dez) anos para casas construídas para operários; porém, pela lei, para usufruir dos benefícios a obra teria de ser no mínimo um grupo com 15 casas.
-
- **Lei Municipal de Diadema nº 327, de 12 de junho de 1968:** estabelece a isenção de taxas e emolumentos a todos os munícipes que pretendem aprovação de planta de casa popular de até 100 metros quadrados junto à Prefeitura, autoriza o Executivo a fornecer graciosamente as plantas necessárias aos interessados e dá outras providências.

- **Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968:** define o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o efeito de dispensa de assistência e responsabilidade técnica por profissional habilitado para a obra.
-
- **Isenção de INSS para construções com até 70 m²:** já nesse período era praticada a isenção de INSS para averbação da construção de “casa popular” com até 70 metros quadrados.

MARICATO (1976) fala sobre o problema das questões burocráticas e de comunicação, que afeta ainda mais famílias com baixo nível de escolaridade, especificando inclusive a questão do pagamento do imposto referente à previdência social, que não deve ser cobrado quando se trata da autoconstrução sem auxílio de mão de obra remunerada:

> O pagamento da taxa de INPS sobre a construção propriamente dita (que o próprio morador construiu) é sempre um problema grave. O atraso do pagamento dessa taxa acarreta multa, juros e correção monetária, totalizando um montante exagerado para os parcos recursos financeiros do devedor. As informações sobre a burocracia chegam como surpresa, não existe orientação de como desobrigar-se do pagamento desta taxa, por exemplo (o que é possível em se tratando de autoconstrução) (MARICATO, p.16, 1976).

Essa falta de entendimento sobre as questões legais de aprovação de projeto na prefeitura, sobre a necessidade e a importância de projetos técnicos e acesso aos serviços profissionais, ainda é uma situação frequente, principalmente para a população de baixa renda.

3.2.2

AMOSTRAS DE PROCESSOS NO PERÍODO

A partir da verificação de processos localizados no Arquivo Geral da Prefeitura foi possível entender como ocorria o serviço de fornecimento de planta popular. A seguir serão expostos resumidamente alguns desses processos.

- **Processo nº 9/56 (VIDE ANEXO 1.A – digital)**
- RUA H / LOTE 26 / QUADRA 06 – Vl. Goiotim, Vila Nogueira
- Data do requerimento: 2 de janeiro de 1956
- Data do alvará: 30 de janeiro de 1956

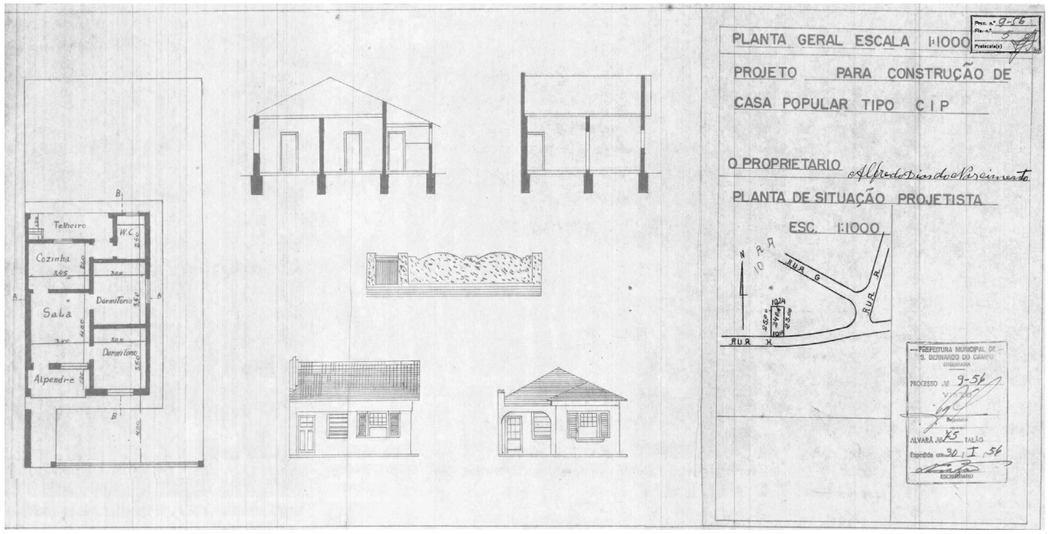


Figura 9: Projeto para construção de casa popular do tipo CIP.

Trata-se do processo físico mais antigo de casa popular, encontrado no Arquivo Geral de Diadema, anterior à sua emancipação de São Bernardo do Campo. É possível verificar que o alvará era expedido sem responsável técnico pelo projeto e/ou obra, inclusive anotação de responsabilidade técnica. Apenas é possível identificar que foi aprovado por um engenheiro da própria Prefeitura.

Pelos documentos anexados ao processo é possível entender como ele funcionava:

1. **Requerimento:** o requerimento tem o diferencial de citar “CASA OPERÁRIA” e solicitação de isenção de todos os emolumentos, em “virtude de tratar-se de casa própria, destinada à sua residência e de sua família”. Entretanto, não cita nenhuma lei ou acordo com o CREA-SP.
2. **Folha de Informação Cadastral:** assim que era requerido o projeto popular, o fiscal ia ao local para coletar informações sobre: dimensões do lote, situação do loteamento (aprovado ou não), rua (oficial ou não), zona (central, urbana, suburbana ou rural), sobre as redes de água e esgoto, questões de recuos, sobre interferências com outros projetos e zoneamento**.**

3. **Serviço de fiscalização:** registros de informações coletadas por um fiscal no local logo após o requerimento de planta e licença para construir – sobre a topografia do terreno, sobre o tipo de solo, sobre sua ocupação e sobre a construção (se foi ou não iniciada).
4. **Planta Geral – Projeto para construção de Casa Popular do Tipo CIP:** pelo projeto identificado no processo, pode-se perceber que rapidamente é expedido o alvará. É possível imaginar um catálogo de plantas padronizadas, genéricas, entregues aos proprietários, sem discussão preliminar do projeto. A vistoria inicial seria uma forma de entender as características do local antes da entrega do projeto e da expedição do alvará**.**
5. **Vistorias de acompanhamento:** após a emissão do alvará, a fiscalização fazia vistorias periódicas para verificar o andamento da obra. Pelo registro desse caso, a vistoria da fiscalização ocorria uma vez ao mês.

- **Processo nº 729/61 (VIDE ANEXO 1.B – digital)**
- RUA D / LOTE 6 / QUADRA 07 – Loteamento Joaquim de Oliveira
- Data do requerimento: 5 de julho de 1962
- Data do alvará: 25 de julho de 1962

Na data desse processo, Diadema já estava emancipada de São Bernardo do Campo. Pelos documentos anexados, é possível perceber praticamente os mesmos procedimentos verificados no processo de 1956, demonstrando uma transferência dos procedimentos da Prefeitura de São Bernardo do Campo para a de Diadema:

1. **Requerimento:** o requerimento tem o diferencial de citar “CASA POPULAR” (e não “CASA OPERÁRIA” como ocorreu no processo de 1956).
2. **Folha e Informação; serviço de viação e obras públicas:** mesma ficha de informações do projeto anterior de 1956 sobre: dimensões do lote, situação do loteamento (aprovado ou não), rua (oficial ou não), zona (central, urbana, suburbana ou rural), sobre as redes de água e esgoto, questões de recuos, sobre interferências com outros projetos e zoneamento.
3. **Serviço de fiscalização:** registros de informações coletadas por um fiscal no local logo após o requerimento de planta e licença para construir sobre a topografia do terreno, sobre o tipo de solo, sobre sua ocupação e sobre a construção (se foi ou não iniciada).
4. **Planta Geral – Projeto para construção de Casa Popular do Tipo CP7:** pelo projeto identificado no processo, pode-se perceber que rapidamente é expedido o alvará. É possível imaginar mais uma vez um projeto genérico entregue ao proprietário. Inclusive o preenchimento é feito nos campos específicos da folha de rosto. Observando o projeto, não foi considerada a topografia identificada no local.
5. **Habite-se:** obteve o habite-se com praticamente a mesma área do projeto original e alvará.

- **Processo nº 729/65 (ANEXO 1.C – digital)**
- RUA 3, 60 / LOTE 20 / QUADRA D – Jardim Campanário
- Data do requerimento: 29 de abril de 1965
- Data do alvará: não foi expedido
- Data do projeto: 30 de abril de 1965
  Projeto de Casa Popular do Tipo CP7

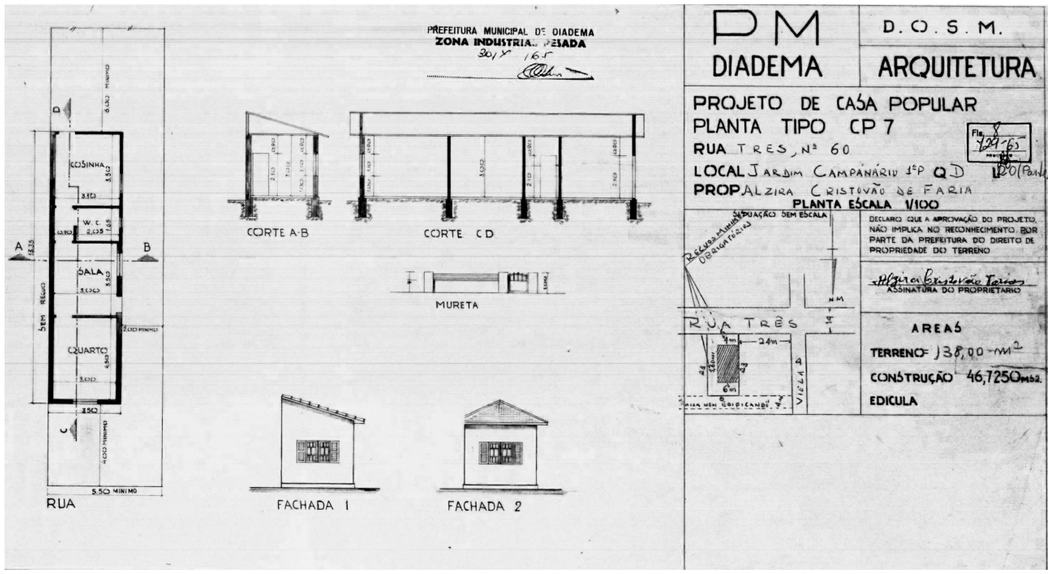


Figura 10: Projeto para construção de casa popular do tipo CP 7.

1. **Requerimento:** cita “licença para construção de casa popular, na forma da lei municipal em vigor”, mantendo o padrão de processos anteriores.
2. **Planta Geral – Projeto para construção de Casa Popular do Tipo CP 7:** é possível identificar novamente um projeto genérico, o mesmo tipo já identificado “CP7”; inclusive o preenchimento é feito nos campos específicos da folha de rosto do projeto. Nesse caso, não está grafado o carimbo de alvará na planta. Apenas tem a data de inclusão no processo de 30.04.1965, provavelmente porque a fiscalização constatou que já havia obra no local, diferente da planta fornecida.
3. **Serviço de fiscalização:** registros de informações coletadas por um fiscal no local logo após o requerimento de planta e licença para construir: sobre dimensões do lote, sistema viário, presença de redes de água e esgoto, entre outras informações que podem ser observadas. Nesse caso, além da coleta de informações-padrão, é possível entender que foi identificada a realização da obra sem a planta, conforme segue transcrição:

> Em vistoria no local, o terreno é inclinado para frente. O lado no respaldo da alvenaria em desacordo com a planta. A referida obra foi embargada dia 26-4-65 (auto de infração e embargo) n. 878 por estar construindo sem a planta. Dia 30-4-65 a interessada deu entrada na planta e está paralisada. Croquis anexos. (4/5/65, fiscal)

Com essa informação coletada é possível entender que a interessada foi requerer a planta popular na prefeitura, pois sua obra foi embargada no dia 26 de abril de 1965.

Após isso, em 25 de junho de 1965 a prefeitura notifica a interessada solicitando que apresente a planta de conservação e solicita que coloque a fossa séptica, sob pena de multa. Ao que parece, foi feito esse pedido de conservação em outro processo (Processo 1329/65). Por meio desse caso é possível perceber que havia uma fiscalização atuante nos lotes particulares no município e como funcionava essa atuação da municipalidade.

- **Processo nº 635/69 (ANEXO 1.D – digital)**
- RUA Cahetes / LOTE P 1 e 2 / QUADRA 70 – Vila Conceição
- Data do requerimento: 3 de janeiro de 1969
- Data do alvará: dado indisponível no processo

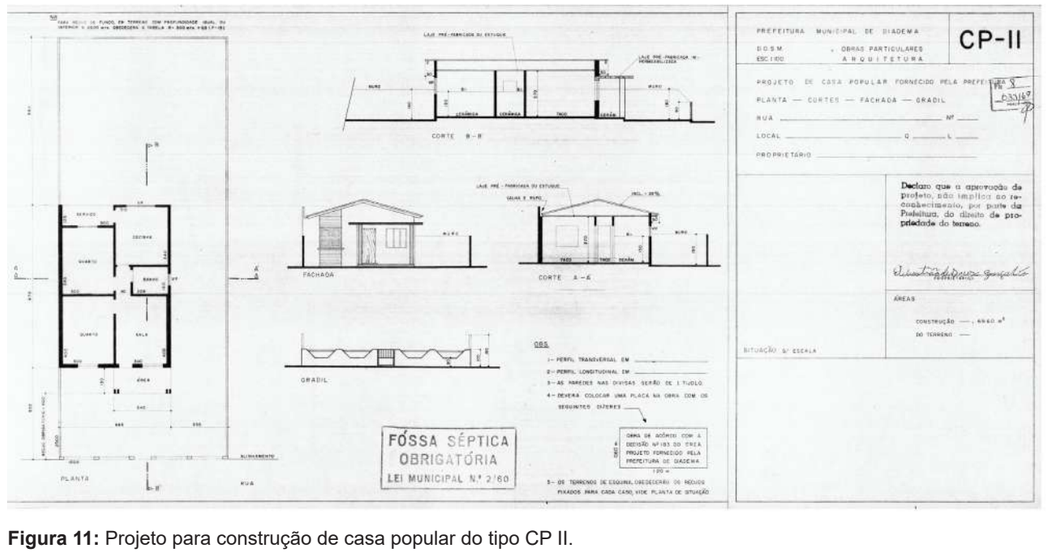


Figura 11: Projeto para construção de casa popular do tipo CP II.

1. **Requerimento:** no mesmo padrão dos processos anteriores.
2. **Declaração:** esse documento não era solicitado em processos anteriores a 1968. Nesse requerimento, cita “os benefícios estabelecidos na Decisão n. 183[5]”, que se refere ao projeto fornecido pela Prefeitura, sem a necessidade de contratação de profissional para realização do projeto e acompanhamento de obra, e declara com base nessa decisão:
   a. **Que está ciente de que será responsável pela moradia econômica a ser construída;**
   b. **Que se obriga a seguir rigorosa e detalhadamente o projeto que for aprovado pela Prefeitura para a construção da moradia econômica em questão;**
   c. **Que está ciente das penalidades que são impostas aos que fizerem falsas declarações.**

3. **Planta Geral – Projeto para construção de Casa Popular do Tipo CP-II:** planta-padrão entregue ao requerente; na folha de rosto, apresenta apenas o proprietário. Nenhum campo para ser preenchido em relação ao responsável técnico pelo projeto ou pela obra. Existe uma nota na folha do projeto dizendo para colocar o seguinte na placa da obra: *“obra de acordo com a decisão n. 183 do CREA. Projeto fornecido pela Prefeitura de Diadema”.*

[5] Não foram encontrados maiores dados sobre essa decisão, apenas o surgimento de nota nas plantas da Prefeitura, indicando que o projeto era fornecido por ela mesma. Ao que parece, antecede o que será formalizado pelo Ato nº 6 do CREA-SP.

- **Processo nº 1745/70 (ANEXO 1.E – digital)**
- Estrada da Água Santa, 20, Jd. Rey / LOTE 6 / QUADRA 8
- Data do requerimento: 23 de abril de 1970
- Data do alvará: 14 de maio de 1970

1. **Requerimento:** no mesmo padrão dos processos anteriores.
2. **Declaração:** é citado o Ato nº 6 do CREA-SP, e não mais o Acordo nº 183, e são acrescentadas declarações:

a. **Que está ciente das penalidades legais que são impostas aos que fizerem falsas declarações;**
b. **Que se obriga a seguir o projeto deferido, responsabilizando-se pelo mau uso da licença concedida;**
c. **Que está ciente de que passa a ser responsável por tudo que se refira à obra de sua propriedade;**
Agora seguem declarações novas em relação ao processo amostra de 1969:
d. **Cita a metragem quadrada de área construída da residência, incluindo dependências e futuros acréscimos;**
e. **Cita que está ciente sobre o dever de fixar à frente da obra placa de acordo com um dos modelos do Ato nº 6 e de que ficará sujeito a pena de multa, pelo CREA, caso não afixe a placa;**
f. **Cita o nome, o número do registro e a regional do CREA do profissional que elaborou o projeto;**
g. **Por fim, deve especificar se o projeto foi ou não fornecido pela Prefeitura (que é o caso deste processo).**

3. **Folha e Informação: Secretaria de Obras e Viação:** essa ficha se mantém praticamente igual a todos os outros processos (desde 1956) verificando: dimensões do lote, situação do loteamento (aprovado ou não), rua (oficial ou não), zona (central, urbana, suburbana ou rural), sobre as redes de água e esgoto, questões de recuos, sobre interferências com outros projetos e zoneamento.
4. **Planta Geral – Projeto para construção de Casa Popular do Tipo CP4:** é possível identificar novamente um projeto genérico, “CP 4”; inclusive o preenchimento é feito nos campos específicos da folha de rosto. A novidade em relação à amostra de 1969 é que aparece no carimbo o autor do projeto. Neste caso, houve a expedição do alvará, e essa informação está grafada na folha de rosto do projeto.

Com esta amostra é possível entender que havia um tipo de serviço que pouco ajudava as pessoas na construção de suas casas. A população procurava o serviço de “planta popular” na Prefeitura para evitar o embargo de sua obra. Os proprietários também eram obrigados a confirmar uma série de questões técnicas das quais provavelmente pouco entendiam o real significado. Por exemplo, afirmavam que iam seguir um projeto durante a obra que tampouco havia sido elaborado para determinado terreno e que muito menos atendia às questões específicas do lugar.

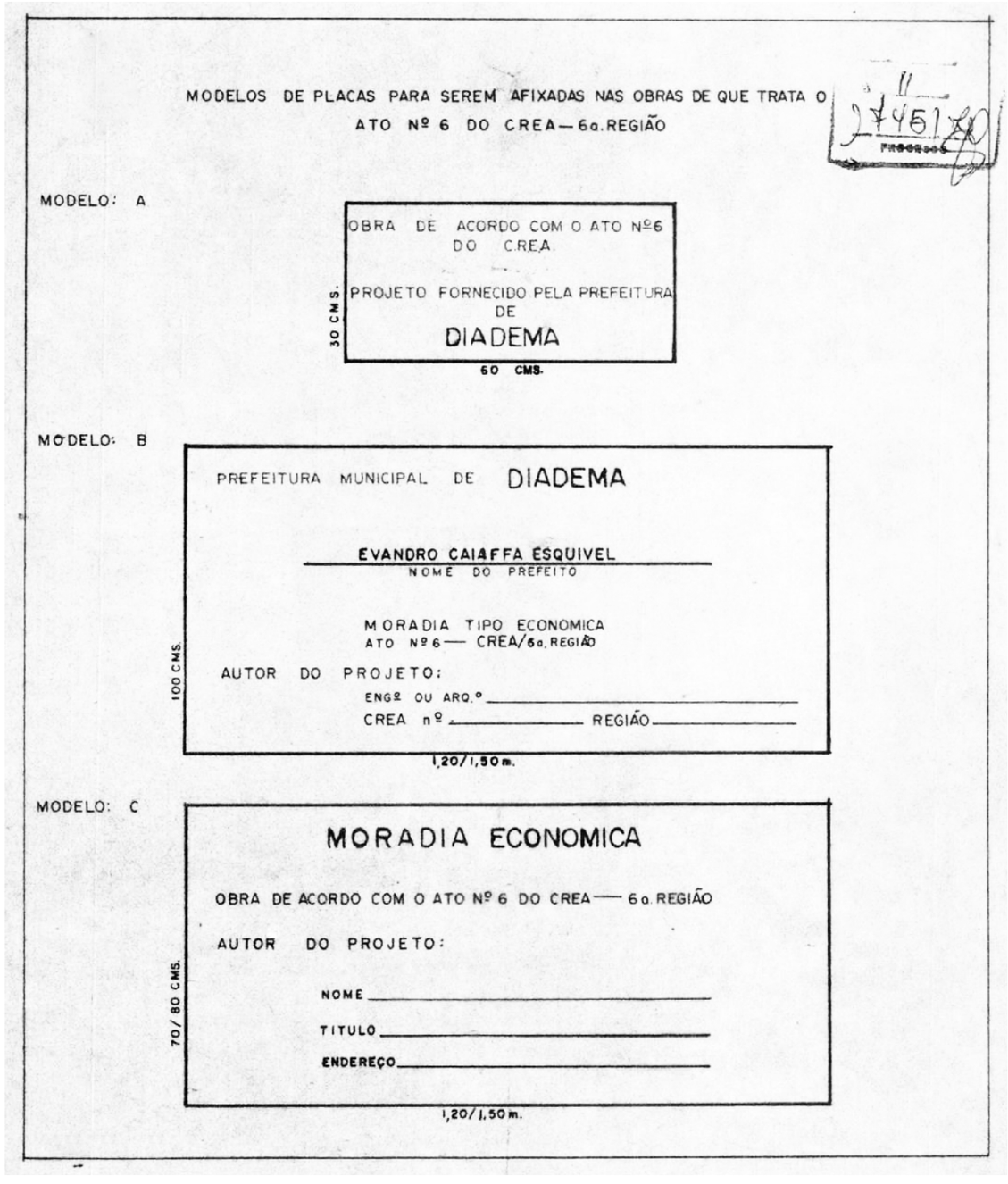


Figura 12: Modelos de placas a ser afixadas nas obras de que trata o Ato nº 6 do CREA-SP.

3.2.3

COMPLEMENTO SOBRE O ATO Nº 6 DO CREA-SP (1968)

O Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968, “Define o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o efeito de dispensa de assistência e responsabilidade técnica por profissional habilitado”. Segundo BRAGA (2001), foi a partir desse ato que a parceria entre autoconstrução por iniciativa individual e poder público passa a ser instituída legalmente, mesmo com limitações de apoio, conforme pôde ser percebido nas amostras de projetos de Diadema.

O artigo 2º dessa lei permite o “benefício” da dispensa das exigências do artigo 2º da Lei Federal nº 5.194/66, do exercício profissional de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, no caso da construção de moradia econômica, por meio das Prefeituras Municipais, que poderão fornecer ou aprovar projetos, que deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados no CREA.

Para isso, o artigo 4º coloca que, para tal dispensa, o requerente deverá declarar:

1. Estar ciente das penalidades legais impostas aos que fazem falsas declarações;
2. Que se obriga a seguir os projetos deferidos, responsabilizando-se pelo mau uso da licença concedida;
3. Estar ciente de que passa a ser o responsável por tudo que se refira à obra.

Nessa situação, o técnico da Prefeitura não precisa emitir anotação de responsabilidade técnica específica para o projeto e direção da obra. Simplesmente há um fornecimento de planta de um catálogo geral, padronizado, elaborado pelos próprios técnicos da Prefeitura, mas sem aproximação e identificação de situações específicas de necessidades programáticas, da topográfica, da técnica construtiva, do planejamento orçamentário e assim por diante.

O artigo 5º caracteriza afinal o enquadramento de moradia econômica:

a) Ser de um só pavimento e destinar-se exclusivamente à residência do interessado;
b) Não possuir estrutura especial nem exigir cálculo estrutural;
c) Ter área de construção não superior a 50 metros quadrados, inclusive dependências para até 3 (três) dormitórios, e não superior a 60 metros quadrados, quando tiver 4 (quatro) dormitórios;
d) Ser unitária, não construindo parte de agrupamento ou conjuntos de realização simultânea;
e) Em sua construção se empreguem os materiais mais simples, econômicos e existentes em maior volume e facilidade no local, e capazes de proporcionar a ela um mínimo de habitabilidade, solidez e higiene.

Tais enquadramentos não consideram, por exemplo, a possibilidade de ampliação futura da moradia, necessidade muitas vezes recorrente atualmente, talvez já fosse à época também. Afinal, uma família de baixa renda não pode ter uma ascensão financeira?

No artigo 6º é dada a permissão aos técnicos de grau médio, da especialidade de Edificações, para projetar e dirigir construções residenciais econômicas, com até 120 metros quadrados, entre outras permissões a seguir:

a) Projetar e dirigir construções residenciais, de características econômicas, de um só pavimento, desde que não seja necessário cálculo estrutural e que, pela sua natureza especial, não obriguem a intervenção de técnico de grau superior;
b) Projetar e dirigir construções residenciais, de características econômicas, de dois pavimentos, cujos únicos elementos estruturais sejam lajes de pré-moldados ou de nervuras pré-moldadas, fornecidas por firma devidamente registrada neste Conselho e calculadas por profissional habilitado;
c) Projetar e executar reformas de edifícios residenciais de até dois pavimentos, desde que tais reformas não impliquem em modificações ou acréscimos estruturais, sendo permitida a utilização de lajes nas condições já apontadas na alínea “b”.

Veremos mais adiante quais foram as principais alterações e críticas desse ato, que podem ser percebidas pelo Ato nº 30 do CREA-SP, de 26 de junho de 1979, que revoga o ato de 1968, o qual permaneceu vigente por mais de dez anos.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Sobre o processo de fornecimento de plantas populares pela Prefeitura:

Positivo:

- Isenções de taxas para famílias que comprovem baixa renda;
- Existência de procedimentos formais, facilita a consolidação de uma prática;
- Existência de fiscalização pelo poder público, que pode colaborar com o bom resultado da obra e os procedimentos legais;

Negativo:

- Isenção da obrigatoriedade de contratação de profissional para projeto e acompanhamento da obra;
- Dificuldades na compreensão, pela população, das questões burocráticas, direitos e deveres, na condução do alvará na Prefeitura e averbação da construção no cartório, inclusive com relação às isenções fiscais (INSS, entre outros);
- Ao tornar não obrigatória a contratação de profissional, o proprietário passa a assumir responsabilidades técnicas, principalmente sobre a obra;
- Pouca qualidade dos projetos fornecidos, sem atendimento a condicionantes do lugar e necessidades das famílias.

3.3
PROCAP: PROGRAMA DE CASAS POPULARES (1973-1974)

O Programa de Casas Populares (PROCAP) foi criado em 1973 pelo arquiteto Luis Fingermann. Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) na turma de 1973, teve o início de sua experiência profissional em meados de 1973 na Prefeitura de Diadema, como estagiário. Foi uma oportunidade para observar de perto a dinâmica da Prefeitura, em especial do setor de aprovação de projetos e fornecimento de plantas populares.

Ele percebeu uma forte presença de pessoas que iam requerer a planta popular no balcão de atendimento do referido departamento. Tal situação estava também relacionada ao já citado Ato Normativo nº 6 do CREA-SP, de 1968, que vinculava às prefeituras o fornecimento ou a aprovação de plantas de moradia econômica, com o "benefício" da isenção de um responsável técnico para acompanhamento das obras.

Os requerentes normalmente eram proprietários de lotes particulares, operários de baixa renda, que pagavam seus terrenos a prestação e estavam bastante endividados; portanto, com recursos bem limitados para a construção de suas casas.

Assim, de 1968 a 1973, a Prefeitura de Diadema vinha seguindo essa recomendação do CREA, conforme demonstrado nas amostras de processos resgatados no Arquivo Geral, os quais revelavam fornecimento de plantas à população que consideravam pouca ou quase nenhuma adequação à realidade das pessoas.

A atuação de Fingermann buscou uma mudança de paradigma na relação com a população diademense, que ia muito além de um trabalho técnico burocrático, mas uma contribuição com a melhoria de vida das pessoas, conforme será explicado no capítulo.

3.3.1
ANTECEDENTES

> Por entenderem que seu conhecimento é instrumento de centralização e reforço do poder instituído, através das relações formais do trabalho profissional, é que arquitetos, médicos, advogados e outros profissionais buscaram ligação com os movimentos reivindicatórios urbanos, movimentos que se fortaleceram a partir da última década nas grandes cidades brasileiras. Colocar-se a serviço da luta popular, e não do poder autocrático vigente (mas sim contra ele), significa uma ruptura ideológica dos nossos intelectuais, tradicionalmente intermediados pelo Estado em suas atividades no Brasil anterior à década de 70. (MARICATO, 1980, p. 90)

A década de 1970 foi um período de consciência do problema da periferia e de grande aproximação dos intelectuais, inclusive arquitetos urbanistas, à causa urbana e às questões relacionadas à falta de condições mínimas de habitabilidade da população. Foi um momento de crítica aos processos de desfavelamento e às propostas demagógicas promovidas pelo Estado, com atuação pouco efetiva e com falta de seriedade diante da gravidade da questão. Ao longo da tese serão citados alguns profissionais engajados nessa causa e que puderam contribuir na prática com a população de Diadema. Entre eles, Luis Fingermann, que acaba por dirigir ações importantes para a causa popular no município e, pelos dados obtidos, pode ser considerado o marco zero das atuações voltadas à habitação com estreita relação entre os profissionais e a população mais carente em Diadema.

Esse profissional inicia os estudos na FAU-USP em 1968, ano que se encerra com a presença do pior ato da ditadura militar no país, o AI-5 (Ato Institucional Nº 5), que dava livre poder ao presidente da República, sem consideração da Constituição e dos direitos políticos de quaisquer cidadãos. Um verdadeiro golpe, em cima do golpe de 1964, talvez ainda maior, pois muitos acontecimentos autoritários no ano de 1968 deram, de certo modo, por suas restrições, esperança e motivações aos jovens para o início de uma democracia e mudança da sociedade.

Internacionalmente falando, o mundo estava imerso na Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, e este fator, juntamente com vários outros, fez desencadear o maior movimento de cidadãos jovens até então. O conhecido "Maio de 68", em Paris, foi pouco esperado ou premeditado, mas de grande repercussão até os dias atuais. Foi o resultado de várias questões mundiais que estouraram ao mesmo tempo, sejam as críticas ao capitalismo que emergiram da Guerra do Vietnã, assim como os maus ventos do socialismo autoritário de Stálin na União Soviética; mas, principalmente, o desejo cada vez maior dos jovens por liberdade, igualdade social e direito à vida. É colocado em evidência a ânsia pela transformação da sociedade por meio de mudanças de comportamento, por uma nova forma de viver, que iria além das transformações econômicas ou dos modos de produção de uma nação.

Existe farta biografia específica sobre o assunto, mas em THIOLLENT (1998), *Maio de 1968 em Paris: Testemunho de um Estudante*, é possível entender as principais questões mundiais relacionadas.

No clássico de Zuenir Ventura (1989), *1968 – O ano que não terminou*, é possível entender como esse ano lendário repercutiu no Brasil. A Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, por exemplo, ocorreu em junho de 1968 e foi organizada pelo movimento estudantil. Representou um marco da reação da sociedade contra a censura e a violência do governo autoritário. Foi um ato que reuniu, além dos estudantes, intelectuais, operários, profissionais liberais, religiosos e a massa da população.

O famoso episódio no Teatro Tuca (PUC-SP), em setembro desse mesmo ano, na final do Festival Internacional da Canção, também demonstra os reflexos do que acontecia no mundo. Caetano Veloso canta *É Proibido Proibir*, como uma evocação dos gritos da juventude de Paris, em um arranjo ao som da guitarra elétrica dos Mutantes, e com um visual tão diferenciado que provocaria não apenas os apoiadores da ditadura, como também os próprios jovens brasileiros esquerdistas, demonstrando uma verdadeira confusão; afinal, ao mesmo tempo que jovens lutavam contra o regime autoritário da ditadura, ainda não estavam preparados para a liberdade de escolha e de pensamento, ou seja, seguiam estereótipos. “Vocês não estão entendendo nada” foi a resposta de Caetano Veloso a essa falta de coerência entre discurso e atitudes, um tipo de comportamento que, segundo ele, parecia não ser suficiente para salvar o país da ditadura. O Tropicalismo contrariava o senso comum, e isso causava aversão das pessoas, só para entender que não havia uma polaridade simples e bem dividida naquele momento.

Figura 13: Caetano Veloso sendo vaiado no Teatro Tuca em 1968.

O general Costa e Silva coloca um ponto final no ano que poderia ser da mudança, de toda essa força e poder que surgiu principalmente da população jovem.

Falar especificamente sobre o clima presente na FAU-USP naquele momento, ano de ingresso do arquiteto Luis Fingermann na universidade, pode ser um pouco difícil; afinal, o clima de medo era frequente, ainda pior com a instauração do AI-5. Alunos e professores vigiados, constantemente tendo de prestar depoimento para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Somente quem viveu pode explicar.

Com base no depoimento de Sergio Ferro (2015) à Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo[6], é possível entender como foi esse duro período pelo qual é tão difícil obter palavras daqueles que viveram naquele momento. Segundo o relato, logo após a instauração da ditadura no Brasil foi nomeada uma comissão para investigar “atividades subversivas” na USP, especificamente na FAU-USP, que desencadeou a denúncia dos professores João Batista Villanova Artigas e Abelardo Riedy de Souza e do estudante Silvio Barros Sawaia. Depois foram instaurados os IPM (Inquéritos Policiais Militares), e os assistentes de ensino Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro também foram interrogados. Depois do AI-5 as ações são intensificadas e ainda mais autoritárias: em 1969, são aposentados compulsoriamente os professores João Batista Vilanova Artigas, Jon Andoni Vergareche Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha.

É simplesmente contraditório imaginar que, no ano anterior a esse caos, João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteado e Paulo Mendes da Rocha projetaram o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães (Parque CECAP, em Guarulhos), um projeto ímpar da habitação social no Brasil.

E, no mesmo período, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro são presos pela OBAN (Operação Bandeirante), organização criada no regime militar para investigar e desarticular facções revolucionárias comunistas. Esses arquitetos somente serão liberados, sob condições, no final de 1971; porém, não foram integrados novamente ao corpo docente nem a qualquer outra atividade na FAU-USP.

Também vale lembrar que, em 1969, a sede da FAU-USP passa a ocupar o novo prédio na Cidade Universitária projetado por Vilanova Artigas. No vestibular de 1968, as turmas passariam de 40 para 80 alunos, e depois aumentariam para 150 em 1969. Ou seja, em 1970 iniciara a primeira turma com 150 alunos (SANTOS, 2018). Houve reivindicação anterior para essas novas vagas. Fingermann, inclusive, foi um dos alunos “excedentes”, ficando em 47º lugar na classificação no vestibular. Nesse período, vários alunos defenderam a ampliação de vagas com base em uma pesquisa que demonstrava que era viável comportar um número superior a 40 alunos (FINGERMANN, 2019). Naquele período, qualquer tipo de questionamento, principalmente coletivo, poderia resultar em distorção de fatos ou até mesmo acusação por “ideias subversivas”. Reivindicar o aumento do número de vagas em uma prestigiada universidade pública era uma causa importante, uma forma de ampliar as oportunidades no sistema público de ensino. Obviamente que o governo não via desse modo e difamava constantemente o movimento dos estudantes, gerando consequências desastrosas e injustas. De todo modo, o aumento no número de alunos ocorreu apenas no vestibular de 1968, juntamente com a mudança da sede da FAU-USP. E, quando havia uma nova sede, mais alunos e esperança, veio o AI-5, causando um estrago enorme no ensino, que ficou prejudicado com a ausência dos grandes mestres afastados, devido às imposições do momento político.

[6] Relato disponível em: <https://sites.usp.br/comissaodaverdade/informacoes-disponiveis/depoimentos/faculdade-de-arquitetura-e-urbanismo/professores>. Acesso em: 10 out. 2021.

3.3.2

UMA APROXIMAÇÃO DO ARQUITETO LUIS FINGERMANN ÀS QUESTÕES SOCIAIS

Diante de todo esse contexto apresentado é possível imaginar que não havia uma rotina acadêmica nem muito menos grande entusiasmo dos alunos com as aulas; afinal, os mestres estavam afastados. Fingermann aproveitava o tempo para usufruir da farta biblioteca, estudar paralelamente diante do caos que havia se instaurado naquele período. Leu muito Paulo Freire, Milton Santos e Antonio Gramsci, autores que acabaram sendo as referências principais na construção de um método de atuação com a população de baixa renda.

Durante a faculdade, participava de um núcleo de estudo espírita dentro da FAU-USP. Uma colega participante do grupo, Diana Saul Malzoni, foi convidada por um centro espírita muito grande que atuava na cidade de Diadema para realizar um projeto de uma creche, e Fingermann participou com ela. Começaram assim uma jornada de idas a Diadema nos fins de semana para realizar o trabalho. A estratégia para realizar o projeto foi fazer uma série de atividades para se aproximar das crianças e, ao mesmo tempo, entender sua realidade. Esse contato foi muito marcante para os estudantes de arquitetura envolvidos.

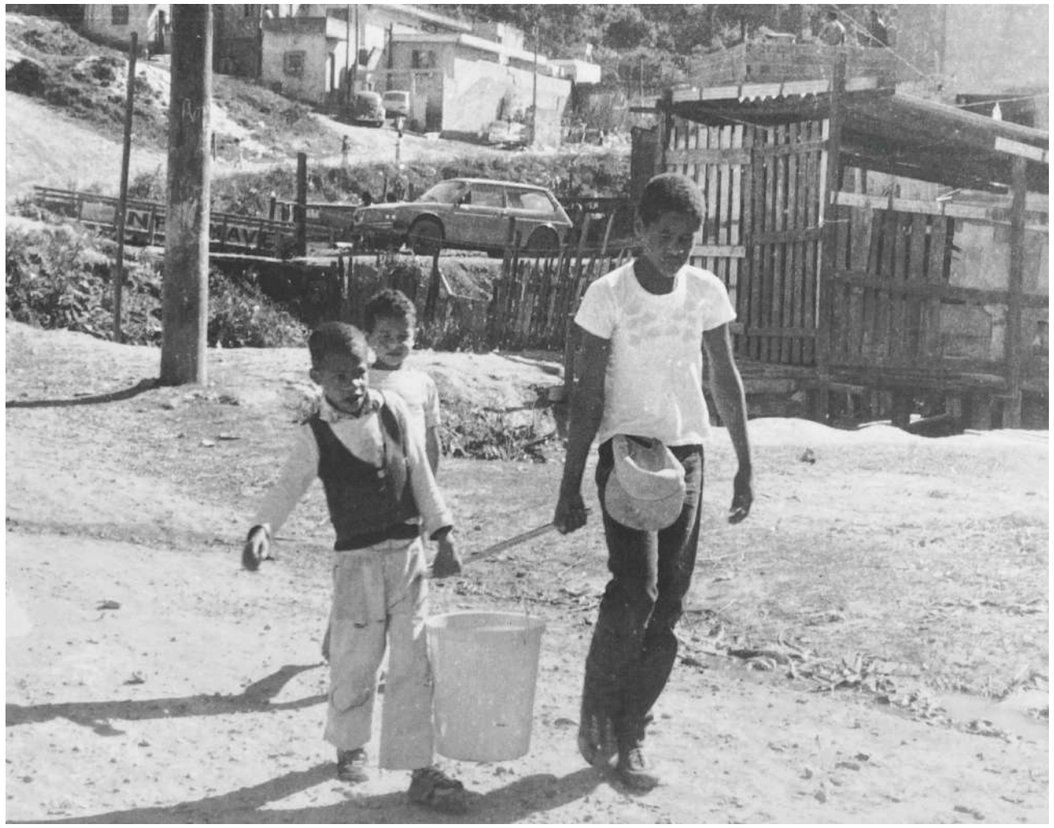


Figura 14: Moradores do Jardim Campanário, década de 1980.

Naquele momento, com pouco tempo desde o desmembramento de São Bernardo, ainda não se tratava do período de maior explosão das favelas em Diadema; não havia um forte adensamento no município, conforme vimos na primeira parte do capítulo. De todo modo, as famílias moravam de modo bastante precário, construíam barracos nos próprios lotes, resultantes de parcelamentos das antigas fazendas. Os proprietários de terrenos, sítios e fazendas da cidade loteavam terras com o mínimo de investimento e as vendiam sem conceitos básicos de urbanismo ou infraestruturas mínimas; afinal, ainda não havia a lei federal de parcelamento de solo urbano. Basicamente seguiam os lotes mínimos exigidos pela municipalidade, sem implantação de infraestrutura ou destinação de áreas verdes e institucionais. Dessa forma, os loteamentos resultantes se constituíam de modo bastante precário, de terra batida e sem serviços públicos.

Dá para imaginar que as crianças não tinham seus bercinhos ou caminhas em casa, muito menos tinham um quarto exclusivo com enfeites infantis. Provavelmente várias crianças dormiam em um mesmo colchão, na pior condição que se possa imaginar. Foi uma grande novidade para esses estudantes de arquitetura desenvolver um projeto de creche para crianças que viviam nessa realidade.

Figura 15: Merenda escolar oferecida pela Prefeitura Municipal em um dos grupos escolares no Bairro de Eldorado.

Durante o processo, tiveram uma ideia: levar os materiais da maquetaria da FAU-USP (inutilizada naquele momento) para as atividades com as crianças – restos de madeiras, rodinhas e tudo que fosse possível transportar.

Assim o fizeram; separaram as crianças por idades, e, na primeira atividade, cada criança escolhia o material para criar algo novo. Segundo FINGERMANN (2021), as crianças ficaram alucinadas; algumas saíam correndo com o material para fora da sala, pois nunca tinham visto tantos “brinquedos”.

O que perceberam dessa experiência é que o repertório de uma criança carente é diferente do de outra com mais oportunidades. Como resultado, todas as crianças fizeram algum objeto relacionado à subsistência de sua família: ferro de passar roupa, afinal, a mãe era “passadora”[7]; desempenadeira, afinal, o pai era pedreiro; um revólver, pois o pai era segurança; e assim por diante.

O processo de elaboração do projeto dessa creche foi muito diferente. Outra característica recordada por FINGERMANN (2021) foi o fato de ela estar voltada para fora: as pessoas da rua poderiam chegar, ficavam na altura da janela para ver as crianças no lado de dentro. Os jovens notaram que era importante esse diálogo com o exterior, uma maneira de preservar o modo como as pessoas já estavam organizadas naquele meio, uma ordem que poucos enxergavam, mas que existia. Provavelmente também foram referenciados pelo novíssimo projeto da sede da FAU-USP de que desfrutavam naquele momento, das amplas visuais que observavam ao circular pelo edifício ou da entrada “sem portas”, mas isso é apenas uma suposição.

Essa prática no projeto da creche chamou a atenção da mulher do prefeito Ricardo Putz, a boliviana Sonia Putz. Assim, é oferecido um estágio para Fingermann na Prefeitura de Diadema no ano de 1973. No entanto, a expectativa do prefeito era expulsar os pobres da cidade, e não trabalhar para melhorar a dura realidade em que viviam. Obviamente que o leitor de Gramsci e Paulo Freire tinha outros planos para essa experiência profissional. Desse modo, conseguiu driblar o prefeito para conseguir o emprego e, ao mesmo tempo, colocar em prática um programa pioneiro de assistência técnica habitacional que levasse em consideração as especificidades dos indivíduos.

Apenas para entender: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), protagonista na defesa do regime militar, foi o partido que mais elegeu vereadores em Diadema (SANTOS, 2014). Além disso, elegeu dois prefeitos, entre eles Ricardo Putz. Também é curioso que o vereador recordista na cidade, Milton Capel, com nove legislaturas consecutivas em Diadema, foi eleito pela primeira vez em 1976, na ocasião filiado à ARENA. Após a extinção desse partido, transita pelo PMDB, pelo PPS e pelo PV. Esse vereador recordista é arquiteto e sempre defendeu a anistia para regularização de pequenos imóveis, o que demonstra a força que o tema ainda tem na cidade. Mas, com grande margem de diferença, o PT (Partido dos Trabalhadores) é a legenda com mais parlamentares eleitos em Diadema. Inclusive foi a primeira cidade em que a sigla conquistou uma prefeitura no Brasil, em 1982, com a vitória de Gilson Luiz Correia de Menezes (mais conhecido como Gilson Menezes), como veremos mais adiante.

Nesse período de estágio, Luis Fingermann pôde perceber a dinâmica da Prefeitura. Chamou sua atenção a grande demanda por projetos econômicos, como os que relatamos no início do capítulo – uma verdadeira burocracia que pouco servia na prática para a população. Por conta própria, ele começou a frequentar essas obras nos fins de semana para entender melhor todo o processo e sob quais condições eram construídas essas moradias que recebiam a planta popular da prefeitura.

Pela situação observada, entendia que, além da possibilidade de apoio às questões técnicas, havia também uma prática social possível. De todo modo, naquele momento, qualquer ação de cunho social era reprimida; sendo assim, no plano de assistência técnica que foi apresentado ao prefeito, presente em FINGERMANN (1974), são elucidados mais os aspectos técnicos do que os sociais. Por fim, o prefeito comprou a ideia do programa de assistência técnica vislumbrando o número de eleitores envolvidos sem grandes investimentos da Prefeitura; afinal, a proposta de trabalho indicava uma pequena equipe formada por arquitetos e profissionais da área do serviço social.

[7] Termo normalmente utilizado pela população para a profissão de passadeira de roupa.

Obviamente que o plano descrito foi muito direcionado para o convencimento do prefeito, que era bastante adepto de políticas expulsivas, totalmente diferente das ideias de Luis Fingermann.

> Tal projeto, porém, importava aspectos contraditórios no Município. O prefeito estava demonstrando a intenção de aplicar o projeto CURA para, através do melhoramento de algumas áreas, estabelecer uma política expulsiva em relação à população que reputava como “feia”. Veja bem, antes do Presidente Figueiredo ter dito preferir o cheiro dos cavalos ao da população, o Prefeito de Diadema já apresentava posições bem semelhantes. (FINGERMANN, 1983, p. 91)

Formado em 1974 e já com o registro do CREA, o jovem arquiteto é contratado para coordenar esse trabalho que ajudaria a viabilizar a permanência da população mais vulnerável na cidade, e não sua expulsão. Programa de Casas Populares (PROCAP) foi o nome dado ao programa oficializado pelo Decreto nº 757, de 30 de março de 1974.

> Considerando que é objetivo da Administração Municipal – vinculada à real situação diademense – desenvolver junto à população, através de técnica concorde com a construção de moradias populares, uma melhor organização espacial, por estímulos e reafirmações de valores culturais já adquiridos pelos interessados, visando, com intervenção preventiva e educativa, propiciar-lhes melhor vida comunitária. (Decreto nº 757, de 30 de março de 1974)

3.3.3

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CASAS POPULARES (PROCAP)

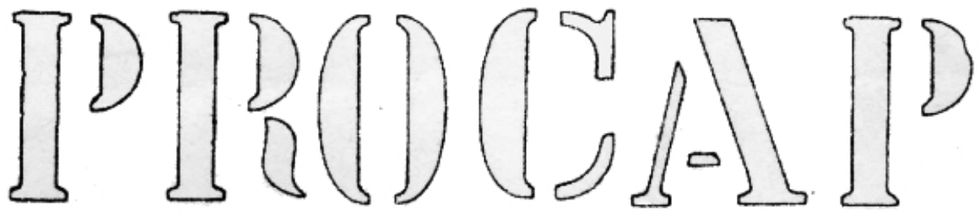


Figura 16: Nome do programa da forma como aparece na capa de documentos.

Antes da elaboração desse decreto, algumas análises da situação existente foram destacadas em um relatório (FINGERMANN, 1974) para justificativa e implantação do programa, que serão expostas a seguir.

Em primeiro lugar, foi destacado que a grande maioria dos alvarás expedidos pela Prefeitura até aquele momento (quase 80%) era de moradias econômicas e que a quase totalidade das moradias era autoconstruída, ou seja, era conduzida pelo proprietário do lote com a colaboração de terceiros, conforme descrição a seguir:

> Eu chamava isso de autoconstrução pelo fato de o indivíduo gerenciar o processo e este era o elemento comum a todas as construções. O indivíduo proprietário da obra coordenava, era o árbitro e tomava as decisões. Contava, porém, com o trabalho de terceiro que conseguia das formas mais variadas, contratando, barganhando por uma máquina de costura quebrada, por exemplo, e o que mais se pudesse imaginar. (FINGERMANN, 1983, p. 90)

No entanto, a maioria dos autoconstrutores não tinha experiência com obra, assim, muitas vezes, não conseguia sequer locar a planta corretamente no terreno. Devido à falta de experiência, eles cometiam erros primários no planejamento: iniciavam o processo pela compra do material, depois pensavam o que iriam fazer no local. Algumas situações usuais foram descritas em uma entrevista concedida à revista *A Construção* (FINGERMANN, 1976):

> (...) a maioria das pessoas que vinham reivindicar a planta da Prefeitura já tinha estocado boa parcela do material. É uma forma de poupança. Eles compravam tijolos, ferro, areia, mas não sabiam exatamente o que iriam construir. Em consequência disso, registravam-se casos de indivíduos que haviam estocado quase 20 m^3 de areia quando o necessário para a fase embrionária da habitação era de 4 m^3; pessoas que haviam comprado ferros com bitola suficiente para construir um prédio de três andares; outras com 50 m^2 de tacos de peroba quando não tinham condições econômicas para construir nem 20 m^2. (FINGERMANN, 1974)

Uma situação bastante relevante verificada foi a dificuldade dos autoconstrutores de implantar suas casas na topografia acidentada de Diadema; afinal, eram situações de terrenos bastante distintas daquelas a que estavam acostumados – zonas rurais, terrenos planos, também por isso que partiam da ideia de que, para implantar uma casa, tinham de nivelar o terreno. A solução de patamares raramente era imaginada pela população, ocorrendo geralmente cortes profundos, aterros malfeitos, levando a grande risco de desmoronamentos e alto custo da movimentação de terra. Mas os problemas não paravam por aí: poços e fossas mal locados ou ausência de fossas, com lançamento de dejetos nas ruas, entre outras situações que podiam ser observadas.

Também é importante mencionar que a maioria dos requerentes de plantas populares na Prefeitura ainda não tinha quitado a compra do lote. Muitos já o ocupavam com moradia provisória – barracos de madeira ou cômodos precários de alvenaria – e tinham muito medo da fiscalização da Prefeitura; ou seja, antes do PROCAP, a imagem que a população tinha de um engenheiro ou arquiteto era de alguém que poderia embargar sua obra e criar uma série de problemas, alguém com um poder fiscalizador muito grande.

No relatório é citado também o Ato Normativo nº 6 do CREA, de 1968, e sua falta de coerência com a realidade diademense, assim como o problema da omissão da responsabilidade do Estado na questão da moradia e na necessidade de um programa concreto de assistência técnica habitacional para a população de baixa renda.

Também foi destacado o aspecto inacabado das moradias, como em um “imenso semiparalisado canteiro de obras”, com construções à espera de acabamentos idealizados e com pouca possibilidade de viabilidade no orçamento. Nesse sentido, caberia ao poder público disseminar uma boa orientação à população quanto aos aspectos de planejamento e economia, mas contemplando também o incentivo à criatividade das pessoas em suas construções, com respeito a seus valores culturais.

> Sonham com paredes revestidas com massa corrida, pisos com tacos de peroba, banheiros e cozinhas tendo como barra impermeável azulejos, enfim, uma série de outros materiais típicos ao “status” de uma classe média. Diante desta idealização, levantam suas moradias como se estas viessem a ter estes tipos de revestimentos, esquecendo-se que aos preços atuais do mercado teríamos, por metro quadrado, entre Cr$ 900,00 a Cr$ 1.000,00 o custo das obras. (FINGERMANN, 1974, p.3)

Desse modo, pode-se entender que os principais problemas previamente identificados foram:

- **Existência de um programa de fornecimento de plantas populares que pouco ajudava os autoconstrutores;**
- **Realização das obras em etapas, mas sem planejamento prévio;**
- **Falta de orçamento global da obra, com todos os itens, para melhor compreensão e tomada de decisão nos investimentos parciais;**
- **Falta de projeto com especificação dos materiais e sistemas construtivos condizentes com a realidade das famílias;**
- **Falta de capacitação para autoconstrução de suas moradias;**

Falta de projetos adequados às situações topográficas peculiares de cada terreno.

Assim, FINGERMANN (1974) define o PROCAP como um programa específico para uma parcela da população que até então nunca tivera acesso a programas com orientação técnica para a execução de suas moradias; porém, com o cuidado de considerar a atuação profissional de acordo com os valores culturais presentes nessa população. Ou seja, não se tratava apenas de orientar tecnicamente a iniciativa das famílias para a construção de suas moradias, mas também o estímulo e o apoio a essas iniciativas como forma de integração da população à vida urbana e seu crescimento e desenvolvimento na sociedade.

3.3.3.1

DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PROGRAMA – CONSTRUÇÃO DE MORADIA-MODELO

Uma primeira estratégia foi a proposta da construção de uma “casa-modelo popular” como protótipo do programa para que a população entendesse como seria o projeto considerando os desníveis naturais do terreno e sua patamarização, além da demonstração do sistema construtivo e da distribuição programática.

O protótipo seria importante para mostrar como os materiais do repertório da população poderiam ser bem utilizados. Por exemplo, daria para mostrar como seria uma parede com blocos aparentes, bem alinhados, recebendo apenas a pintura ou outro tipo de acabamento mais simples e econômico. Ou, por exemplo, como seria a construção sem pilares e vigas, com método de alvenaria estrutural. Afinal, segundo FINGERMANN (2021), havia algumas práticas que as pessoas simplesmente seguiam sem questionar se era a melhor solução, como por exemplo a execução de pilares e vigas de concreto armado. Normalmente, quando se perguntava “por que construir com concreto?”, os proprietários respondiam que “ficava bem construir com concreto”, mas sem saber ao certo o porquê.

A casa-modelo seria a sede desse serviço de assistência técnica, local de fácil acesso à população e de permanência dos técnicos que atenderiam a essa demanda.

No período de duração do PROCAP foi destinado um terreno público para a construção da “casa-modelo”.

Figura 17: Foto de uma “casinha” nos anos 1980.

Na década de 1980, a casa-modelo ficou popularmente conhecida como “casinha” e era a sede do programa PROHAB Autoconstrução, que será tratado mais adiante. A “casinha” existe até hoje, porém com outra função da Prefeitura não relacionada à habitação popular. Tem 70 metros quadrados de área construída e está localizada na Rua Almirante Barroso, 160 (Lote 60, quadra B, Vila Santa Dirce). O terreno em aclive é de formato regular, com frente de 7,5 metros e área de 187,50 metros quadrados. No croqui a seguir é possível verificar sua implantação em patamares no terreno original:

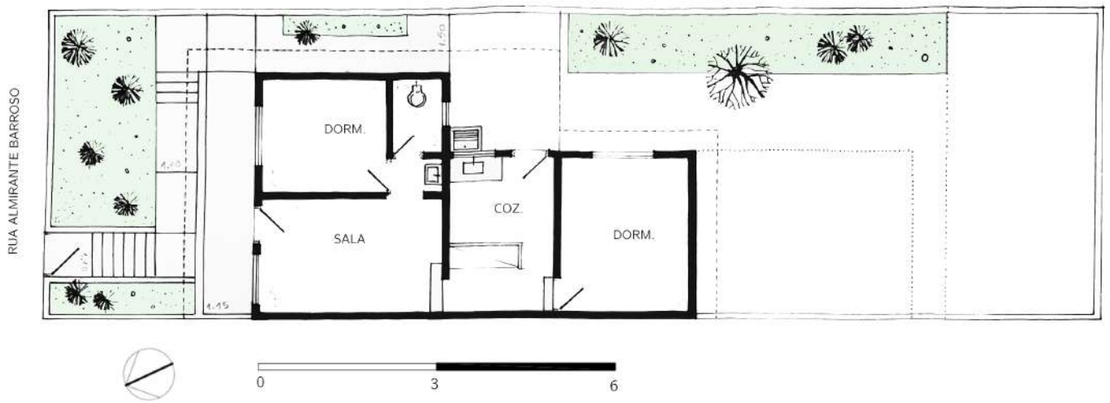


Figura 18: Redesenho do projeto da “casinha” realizado pelo arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira.

O projeto da “casinha” seguiu o modelo CP60, que seria para lote com frente de 6 metros, mas com 1,50 metro de corredor adicional e com possibilidade de ampliação para três dormitórios. Com base em visita realizada à “casinha” e informações de projetos implantados obtidas em processos encontrados no Arquivo Geral da Prefeitura, é possível compreender melhor alguns aspectos da construção, como, por exemplo, a cobertura. Geralmente era especificado o telhado com “chapas onduladas” sobre laje pré-fabricada, e, em alguns casos, o estuque. Não foi executada laje na “casinha”, somente cobertura com telhas onduladas sobre forro de tábuas.

A “casinha” foi sede do PROHAB, iniciado em 1983, na mesma linha de atendimento do PROCAP, e a estratégia de manter a ideia da casa-modelo foi importante para a aproximação da equipe com as famílias atendidas. A arquiteta Berthelina A. Costa, coordenadora do PROHAB em seu primeiro ano de implantação (1983/1984), relata a experiência do funcionamento da “casinha”:

> Do projeto até a escolha dos materiais construtivos, tudo era feito em um passeio pela “casinha”, uma verdadeira maquete real. No início, o “cliente” vinha todo tímido, só querendo uma permissão para construir, no outro dia trazia a mulher para conhecer a casinha e depois trazia a sogra e os filhos; todos participavam da discussão da futura moradia. (COSTA, 2011)

Figura 19: Fotos atuais da “casinha”.

3.3.3.2

DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PROGRAMA – TRIAGEM PARA LEVANTAMENTO DE DADOS ECONÔMICOS E SOCIOCULTURAIS

Enquanto diretriz do PROCAP, as famílias deveriam ser entrevistadas para que fosse possível entender as situações específicas e, consequentemente, possibilitar uma melhor orientação em relação ao planejamento da obra. Para isso se recomendava o levantamento de dados econômicos e socioculturais.

- **Dados econômicos:** por meio do levantamento da situação financeira de cada família seria possível orientar em uma ou mais etapas na construção da moradia, ou seja, seria realizado um planejamento da construção em etapas, conforme a realidade de cada família.
- **Dados socioculturais:** em função da expectativa e das reais condições dos indivíduos, haveria orientação especial e oferecimento de cursos de cunho educativo e preventivo, tais como: de economia doméstica, orientação sanitária, orientação profissionalizante, melhor aproveitamento do lote (horta, jardim, criação etc.).

Foram desenvolvidas fichas para levantamento dos dados econômicos e socioculturais, destacando algumas questões principais, que até então eram desconsideradas em programas anteriores de fornecimento de plantas populares. Sobre a situação financeira:

- **Questões sobre os gastos mensais da família com: vestuário, transporte, lazer, educação, saúde, alimentação, terreno, *carnets*, entre outros;**
- **Questões sobre a expectativa de investimento com a nova casa e quanto tinha poupado, inclusive contabilizando material já comprado, situação comum identificada;**
- **Questões sobre o regime de construção – com pedreiro, mutirão, entre outras formas descritas.**

Sobre questões socioculturais:

- **Local onde as crianças brincavam: no quintal, na rua, na frente da casa, dentro de casa etc.**
- **Questões relacionadas aos ambientes da casa, por exemplo, sobre a utilidade do quintal - para secar roupas, para guardar coisas, para criar galinhas etc. Ou até mesmo se a sala funcionava também como dormitório.**
- **Questões sobre a pretensão de compra de móveis, eletrodomésticos ou equipamentos novos.**

A seguir, modelos de fichas propostas a ser preenchidas durante o atendimento:

1) FAMÍLIA

n°	data nasc.	cidade	estado	escolaridade
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				

2) Chefe da família:

Ocupação atual: _____

Ocupação anterior:_____

3) Nascido em:

Zona rural ( ) Zona urbana ( )

4) Horário que permanece fora de casa:

Sai às: _____Volta às: _____

5) Salário:

Cr$_____

6) Esposa trabalha:

Não ( )

Ocupação atual: _____

Ocupação anterior: _____

7) Salário:

Cr$_____

8) Horário que permanece fora de casa:

sai às: volta às:

9) Gastos mensais da família:

vestuário	( )	0-nada
transporte	( )	1-até Cr$50
lazer	( )	2-Cr$21 até Cr$100
educação	( )	3-Cr$101 até Cr$150
saúde	( )	4-Cr$151 até Cr$200
alimentação	( )	5-Cr$201 até Cr$250
terreno	( )	6-Cr$251 até Cr$300
carnets	( )	7-Cr$301 até Cr$350
terreno	( )	8-mais de Cr$351

10) Sua casa atual é:

Alugada Cr$

Cedida ( )

Outro:

11) Salário família:

Cr$_____

n° _____

13) Quanto pensa gastar na nova casa?

Cr$_____

14) Poupança:

Cr$_____

1) Residência que ocupa atualmente.

Qual o tamanho aproximado, em m2, de sua casa?

Até 10 m2	( )
Até 16 m2	( )
16,01 m2 à 20m2	( )
20,01 m2 à 25m2	( )
25,01 m2 à 30m2	( )
30,01 m2 à 35m2	( )
35,01 m2 à 40m2	( )
40,01 m2 à 45m2	( )
45,01 m2 à 50m2	( )

2) Reside no município de:

_____

3) Em sua casa existe:

Luz elétrica	( )
Água encanada	( )
Inst. hidráulicas	( )
Fossa Séptica	( )
Fossa negra	( )
Gás	( )
Horta	( )
Jardim	( )

4) Ocorre: ( )

Rua pavimentada	( )
correio	( )
Coleta de lixo	( )

Rádio	( )
Televisão	( )
Geladeira	( )
Enceradeira	( )
Liquidificador	( )
Máquina de Lavar	( )
Batedeira	( )
Automóvel	( )

Outros:

_____

5) Quantos cômodos tem a casa?

N°_____

6) Banheiro interno:

Sim ( ) Não ( )

7) Pretende comprar móveis novos?

Sim ( ) Não ( )

8) Quantas pessoas dormem na sala?

N°_____

9) Onde as

Na rua	( )
No quintal	( )
Na frente da casa	( )
Dentro da casa	( )

Outro:_____

10) Para que

Para nada	( )
Para secar roupa	( )
Guardar coisas	( )
Criar galinhas	( )

Outro:_____

1)A nova Habitação:

Futura obra será em regime de:

mutirão	( )
pedreiro	( )
construtora	( )
outro	( )

2) Se mutirão:

Parentes ( )
Amigos ( )
Só a família ( )
A família ( )

3) Assinale três materiais que pretende usar na obra:

Telha ( )
Estuque ( )
Chapa ondulada ( )
Laje-pré ( )
Taco ( )
Vermelhão ( )
Reboque de parede ( )
Tijolo á vista ( )
Azulejo ( )

4) Acha importante o acompanhamento da obra por um responsável?

Sim ( )
Não ( )
Porque? _____

_____

5) Cozinha e sala poderiam estar ligados?

Não ( )
Sim ( )
Porque? _____

_____

6) O que pretende com a nova casa?

mais espaço ( )
melhor distribuição de cômodos ( )
não pagar aluguel ( )
Outro:_____

_____

7)Acredita estar subindo na vida com a casa sendo própria?

Sim ( )
Não ( )
Não sabe ( )

8) O que influencia na escolha dos materiais?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

9) Faça uma descrição sucinta de como deveria ser sua casa, cômodo por cômodo :

_____
_____
_____
_____
_____
_____

10) Fazer um croquis:

Figuras 20, 21 e 22: Fichas para triagem/levantamento de dados econômicos e socioculturais.

3.3.3.3

PROJETOS REALIZADOS PELO PROCAP

Com base nas informações obtidas no livro *Procap: Programa de Casas Populares* (FINGERMANN, 1974), inicialmente havia cinco modelos de projetos, cada um mais adequado para um tipo de terreno em relação ao tamanho de sua frente:

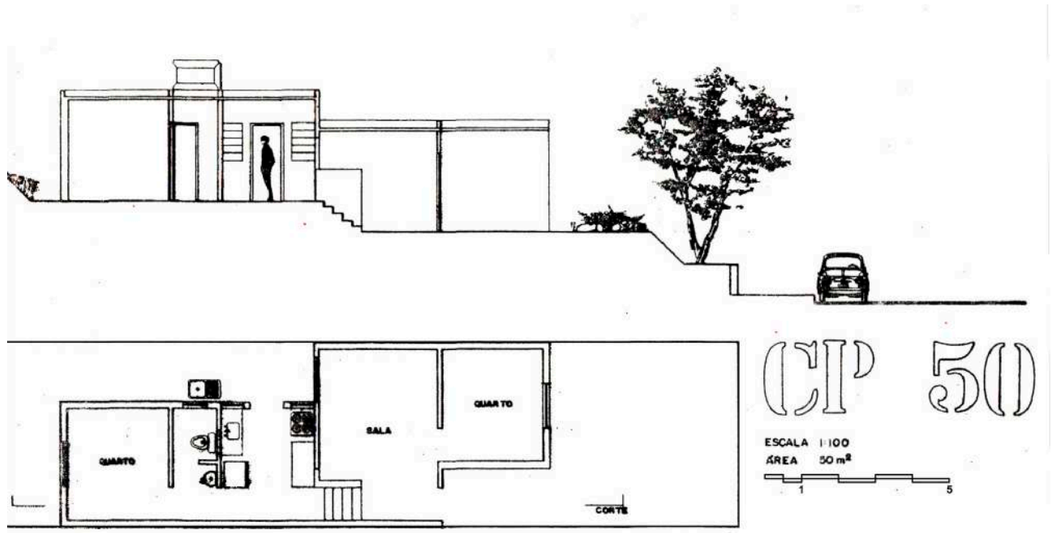


Figura 23: Planta CP50. Projeto apresentado e implantado em terreno com frente de 5 metros.

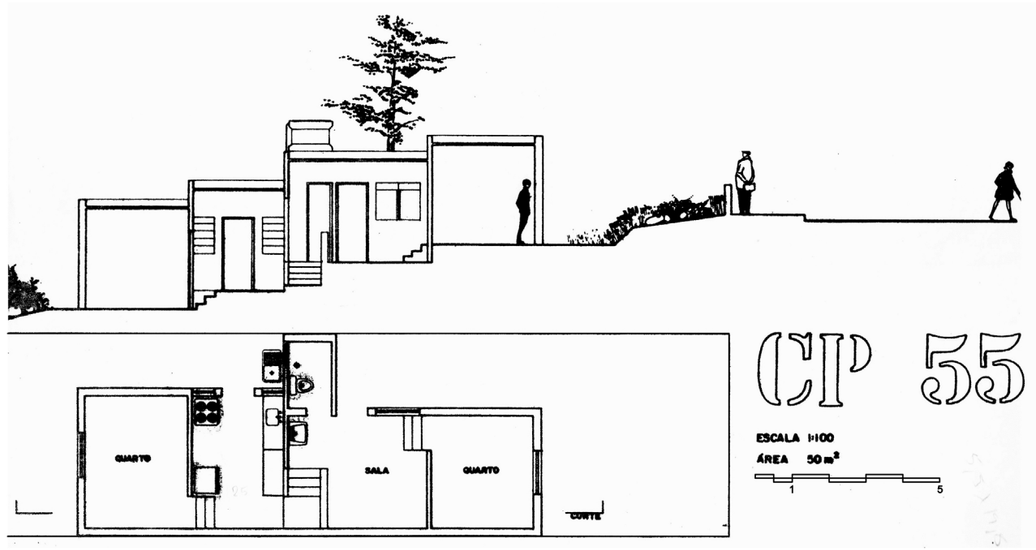


Figura 24: Planta CP55. Projeto apresentado e implantado em terreno com frente de 5,5 metros.

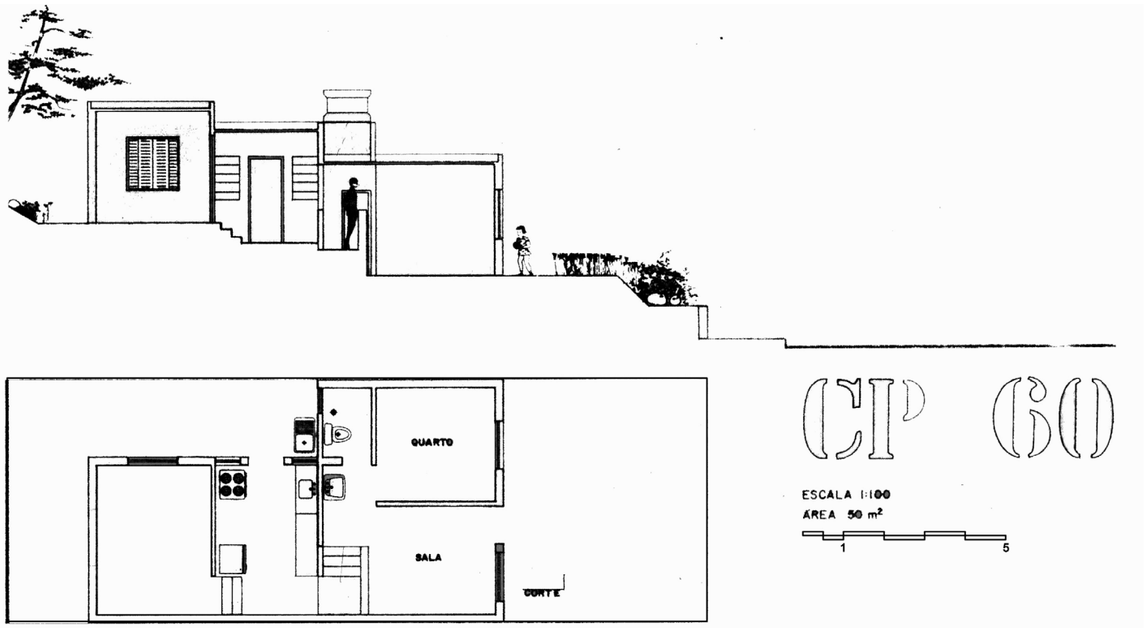


Figura 25: Planta CP60. Projeto apresentado e implantado em terreno com frente de 6 metros.

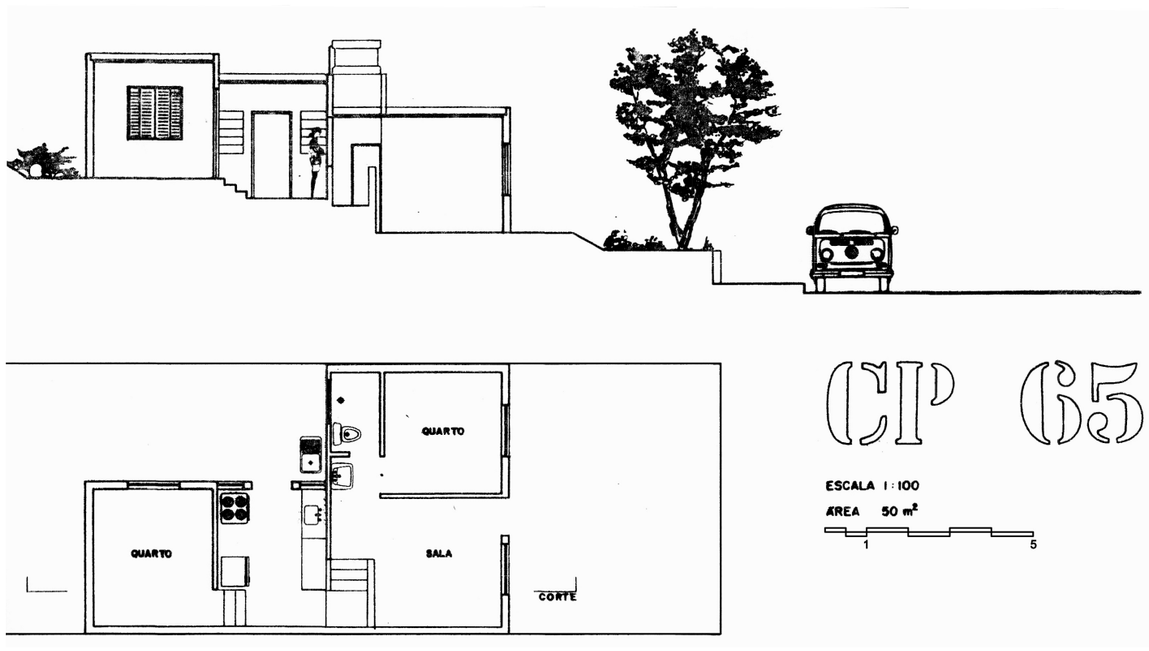


Figura 26: Planta CP65. Projeto apresentado e implantado em terreno com frente de 6,5 metros

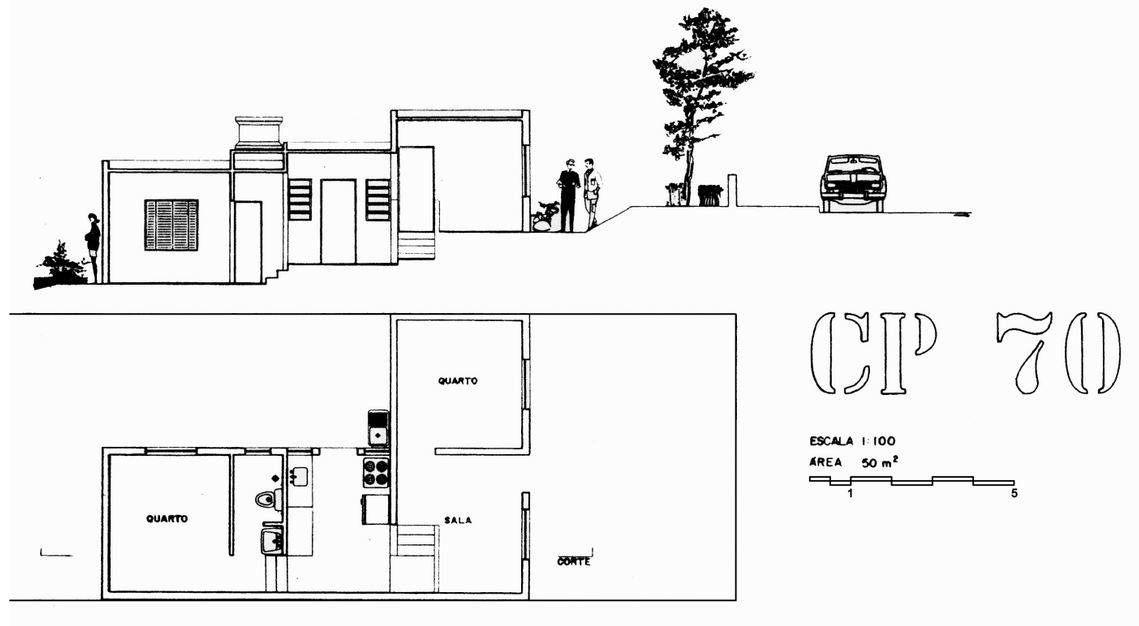


Figura 27: Planta CP70. Projeto apresentado e implantado em terreno com frente de 7 metros.

Características principais dos projetos:

- Programa: sala, dois dormitórios, cozinha, banheiro e área de serviço externa.
- Todos os projetos têm seu programa agenciado em apenas um pavimento, portanto, sem necessidade de laje de piso;
- Criação de patamares (de dois a quatro patamares), gerando pequenas escadas internas, com dois a cinco degraus, dependendo da distribuição dos patamares;
- Desnivelamento do recuo frontal em relação à rua, com criação de taludes e/ou muro de arrimo;
- Concentração das áreas molhadas: parede hidráulica da cozinha e banheiro sempre em comum, e quando possível o tanque também é posicionado na mesma parede;
- Os dormitórios não ficam próximos ou lado a lado: um sempre logo após o recuo frontal e o outro no fundo. O banheiro sempre próximo de um dos dormitórios;
- Lavatórios posicionados externamente ao banheiro;
- Previsão de área ajardinada na frente e no fundo dos lotes.
- Caixa-d'água de amianto sobre banheiro;
- Janelas padronizadas: dois vitrôs na cozinha (basculantes); janela comum de abrir na sala e com veneziana nos dormitórios;
- No anteprojeto, todas as lajes são planas sem detalhamento da cobertura.
-

É possível entender como eram realizadas as adaptações do projeto-padrão para um lote específico observando o projeto-piloto, a "casinha". Algumas questões foram identificadas:

- Adaptação da planta CP60 (que precisa no mínimo de 6 metros de frente) para um lote com 7,5 metros de frente;
- Desníveis internos resolvidos com apenas dois degraus, deixando o recuo frontal com o maior desnível;
- Modificações no *layout* da cozinha e do banheiro, inclusive adotando outro tipo de janela;
- Indicação de beirais e telhados inclinados que não existem no projeto-padrão. Ou seja, notam-se a ausência da laje plana e a adoção de forro para esconder o telhado com chapas onduladas.

Os projetos são positivos por considerarem o perfil topográfico e a adequação às necessidades, aos desejos e à capacidade financeira das famílias. No entanto, não apresentam nenhum tipo de inovação na arquitetura e na técnica construtiva, já que se adaptam às regras básicas da autoconstrução. O uso da alvenaria estrutural não foi disseminado, provavelmente adotado somente em alguns casos, seja pelo custo elevado dos blocos de qualidade, como também pelo enraizamento do uso dos materiais básicos vendidos em depósitos locais, que acabam ditando as regras da autoconstrução. Também é importante entender que, mesmo com vários casos implantados de projetos, não agregam qualidade à morfologia da cidade; afinal, são intervenções pontuais, em lotes isolados, sem inovações arquitetônicas e com capacidade limitada em projetar qualidade nos espaços urbanos. Por outro lado, o serviço de ATHIS prestado à população diminui a ocorrência de riscos, principalmente os geotécnicos, e permite uma maior qualidade da construção, em vista das orientações técnicas fornecidas. Todo o processo de autoconstrução assistida permite aprendizado; as pessoas envolvidas adquirem conhecimentos e são fortalecidas enquanto cidadãos, podendo gerar benefícios para a cidade no longo prazo, na conscientização das vantagens da boa arquitetura, em face do relacionamento com os profissionais da área, como também dos aspectos positivos da regularidade da construção, que de certo modo deveriam ter como objetivo primordial o convívio harmonioso entre as pessoas no espaço urbano.

3.3.3.4
VERIFICAÇÃO DE CASOS REAIS: PESQUISA NO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA

O requerente recebia uma prestação de serviço de assistência técnica que consistia no fornecimento do projeto adaptado às condições do lote, uma lista dos materiais necessários para a realização da obra e adaptada às condições do lote, e havia um acompanhamento mínimo durante a obra pela equipe do PROCAP.

A partir de uma amostragem de 26 processos resgatados no Arquivo Geral da Prefeitura, entre os anos de 1973 e 1974, é possível perceber a participação de três responsáveis técnicos pelos projetos: Izidro Pedro, Vanuhi Basil e Luis Fingermann. A maioria das situações levantadas depois recorre a leis de anistia, ou para regularizar algum tipo de ampliação após a obtenção do habite-se ou para conservação de toda a edificação, em vista da realização da construção totalmente fora do projeto fornecido. Por mais que o programa tenha sido oficializado em março de 1974, nota-se que houve um período anterior de sua aplicação, conforme processos identificados a seguir.

Não se trata de uma análise do sucesso ou não do programa, primeiro porque houve pouco tempo de sua aplicação. Ademais, porque o resultado esperado não seria apenas ter a obra realizada conforme o projeto; esperava-se um crescimento pessoal dos cidadãos a partir dessa experiência de equilíbrio entre popular e erudito.

DATA	PROC.	TÉCNICO	MODELO	A.C.	HABITE-SE	SITUAÇÃO:
Ago/73	4282/73	VB	CP3 A	46,75	NÃO	
Ago/73	4093/73	VB	CP-3	46,75	NÃO	Anistia para conservação de construção
Ago/73	3982/73	VB	CP3 B	47,80	NÃO	Anistia para conservação de construção
Ago/73	3995/73	VB	CP-3	46,75	NÃO	
Set/73	4640/73	VB	CP7 B	49,60	NÃO	Anistia para conservação de construção
Dez/73	6086/73	VB	**CP50 A**	50,00	SIM	Regulariza ampliação (somada área PROCAP)
Dez/73	6172/73	VB	**CP50 B**	50,00	NÃO	Anistia para conservação de construção
Fev/74	616/74		PLANTA CP	49,60	SIM	Regularização conservação e ampliação
Fev/74	722/74	VB	**CP50 A**	50,00	NÃO	Regularização conservação
Mar/74	1272/74	VB	**CP60 B**	50,00	SIM	Construção, conservação e reforma
Mar/74	1436/74	VB	**CP65 A**	50,00	NÃO	Anistia para conservação de construção
Jun/74	3114/74	LF	**CP70 B**	49,70	NÃO	
Jun/74	3147/74	LF	**CP60 A**	49,89	NÃO	Não construiu; novo projeto depois
Jun/74	3119/74	LF	**CP85 C (especial)**	44,33	SIM	Regulariza ampliação (somada área PROCAP)
Set/74	5070/74	IP	**CP70 B**	49,70	SIM	Regulariza ampliação (somada área PROCAP)
Set/74	5158/74	IP	**CP50 A**	49,98	SIM	Regulariza ampliação (somada área PROCAP)
Out/74	5601/74	IP	**CP50 B**	49,98	SIM	Regulariza ampliação (somada área PROCAP)
Set/74	5364/74	IP	**CP50 A**	47,40	NÃO	Substituição do projeto e depois o habite-se
Out/74	5737/74	IP	**CP50 B**	49,98	NÃO	Não construiu; novo projeto depois
Out/74	5740/74	IP	**CP50 A**	49,98	NÃO	Não construiu igual, então depois pede alvará de conservação
Out/74	5754/74	IP	**CP50 A**	49,98	SIM	Regulariza ampliação (somada área PROCAP)
Out/74	5863	IP	**CP50 A**	47,40	NÃO	

Tabela 1: Tabela com dados extraídos de processos de habitação popular da PMD

3.3.3.5
BASES TEÓRICAS

A falta de afinidade, ou incompatibilidade, entre gestão e profissionais da equipe do PROCAP desencadeou sua interrupção. Possivelmente houve também uma disputa de egos; afinal, os jornais procuravam Luis Fingermann para entender melhor o programa e seu diferencial em relação aos outros projetos de moradia (e não o prefeito).

Mesmo durando pouco, é difícil imaginar como foi possível unir pensamentos tão distintos em um programa de cunho social voltado ao apoio à autoconstrução em pleno governo Médici e com um prefeito do partido que dava sustentação à ditadura. FINGERMANN (2019) explica que, ao montar o programa, foi possível convencer o prefeito, pois, com o trabalho de uma pequena assessoria técnica, atingiriam uma parcela significativa da população, e favoravelmente ao prefeito, um farto eleitorado.

De todo modo, a equipe de assessoria rejeitava qualquer ação ou prática clientelista; também jamais utilizava poderes de um cargo profissional para atuação. Seria fácil um cidadão imaginar que um técnico da Prefeitura indo até determinada área fosse para fiscalizar, para multar, embargar ou simplesmente impor determinada regra ou conhecimento à população, mas esse tipo de prática estava bem longe da proposta da assessoria do PROCAP. Eles também não queriam manter a imparcialidade que até então existia entre técnicos e população.

> (...) Começamos a questionar o fato de sermos proprietários de um saber técnico, de existir toda uma legislação para exprimir isso, seus aspectos corporativos, os privilégios que decorrem do monopólio deste saber e consequentemente do jogo de dominação aí presente. Resolvemos assumir como diretriz do trabalho uma socialização do conhecimento, onde se desmistificava, em campo, seu papel enquanto profissional. Mostrávamos que o nosso conhecimento era um conhecimento relativo e que não estava muito distante do conhecimento do próprio cidadão diademense. (FINGERMANN, 1983, p. 91)

FINGERMANN (2019) cita os pressupostos teóricos de Paulo Freire enquanto embasamento dessas ações, nas questões de aproximação, do diálogo e da troca de conhecimento com a população. Essa referência se estabelece no sentido de excluir do processo qualquer tipo de autoridade ou uma relação hierárquica entre o profissional e o indivíduo, como uma analogia ao "educador" e ao "educando" presentes em Paulo Freire. FREIRE (2009) explica sobre o crescimento conjunto dos agentes no processo e sobre a invalidez da hierarquia no processo de educação popular.

> Desta maneira, o educador já não é o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os "argumentos de autoridade" já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar *sendo* com as liberdades e não *contra* elas. (FREIRE, 2009, p. 95-96)

Por mais que naquele período existissem recentes projetos exemplares de habitação popular, como o já citado Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, ou vários outros anteriores no período dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, eram projetos que partiam dos arquitetos, que imaginavam o melhor atendimento para determinada demanda preestabelecida pelo Estado. No trecho a seguir, LEMOS (1994) fala sobre os projetos das "pranchetas civilizadas dos arquitetos" e questiona se de fato atendem principalmente aos aspectos culturais do povo.

> Nos primeiros anos da década de 60, época em que proliferaram concursos visando projetos "modernos" para o velho problema da casa popular, julgamos oportuna uma pesquisa ligada à programação das casas autoconstruídas da periferia da cidade de São Paulo. Achávamos, com justa razão, que os projetos "eruditos" saídos das pranchetas civilizadas dos arquitetos, na verdade, não acolhiam as expectativas proletárias a respeito do que fosse a casa ideal. No fundo, os projetos dos arquitetos não atendiam aos aspectos culturais do povo e sempre restou a pergunta: até onde era lícita a admissibilidade nos projetos oficiais da idealização popular? Ou tudo seria uma questão de educação ou de condicionamento do gosto proletário às ideias do bom morar planejado pelos doutores do governo? (LEMOS, 1994, p. 5)

O caso do PROCAP é muito diferente e exigiu uma mudança na metodologia de trabalho para que houvesse não apenas o atendimento das expectativas dos supostos clientes, a tal "aceitação do projeto"; que, mais do que isso, que o processo de autoconstrução de sua própria moradia fosse um momento de crescimento dos indivíduos, de reflexão para as tomadas de decisão, e isso só se consegue por meio da ação conjunta dos agentes e da cooperação entre o trabalho popular e o erudito.

É importante destacar essa liderança do autoconstrutor no processo para ficar claro que não se trata de "assistencialismo", pois, ao entender como "assistência", pode haver a falsa ideia de que os oprimidos representam "a patologia da sociedade sã". Essa contradição do termo *assistência técnica* novamente reforça a necessidade de substituir por um termo mais adequado, seja *cooperação* (conforme vimos no discurso do Padre Lebret) ou até mesmo *assessoria*. Outro erro é propor a integração ou a incorporação dos oprimidos na sociedade, quando na verdade ao fazer isso provavelmente estará ocorrendo justamente sua adaptação às condições que favoreçam outrem, provavelmente a classe dominadora, quando na verdade precisam se posicionar por eles próprios. Essas questões podem ser observadas em FREIRE (2009):

> Como marginalizados, "seres fora de" ou "à margem de", a solução para eles estaria em que fossem "integrados", "incorporados" à sociedade sadia de onde um dia "partiram", renunciando, como trânsfugas, a uma vida feliz. (...)
> Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em "seres para outro". Sua solução, pois, não está em "integrar-se, em "incorporar-se" a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se "seres para si". (FREIRE, 2009, p. 84-85)

Nesse sentido, o que FREIRE (2009) defende é o combate à concepção "bancária" da educação, no sentido de tornar-se *"um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante";* segundo ele, nesse processo não há criatividade, não há transformação, consequentemente não há saber. Na visão "bancária", erroneamente o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Uma prática "bancária" resulta em uma dominação em que se implantam conteúdos totalmente fora da realidade dos educandos, sem estímulo ao pensamento verdadeiro:

> O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 2009, p. 93)

E seria dentro dessa prática "bancária" que possivelmente são desencadeadas ações de caráter paternalista, ou clientelista, em que os oprimidos são "assistidos".

A partir desse contato da equipe do PROCAP com as pessoas, discutindo informações e inclusive mostrando tecnicamente formas possíveis de solucionar problemas que não fossem apenas aquelas indicadas pela Prefeitura, as pessoas começaram a reivindicar mais no departamento de planejamento, e estavam inclusive mais preparadas para as discussões. A presença dessa assessoria acabou durando pouco, por volta de sete meses, segundo FINGERMANN (1983), porque "a gestão da Prefeitura estava preparada para enrolar a população, como historicamente já vinha acontecendo em Diadema", e essa aproximação e nova forma de atuação com a população rompia com esse artifício.

E, assim, o diferencial desse programa seria a conversa clara com as pessoas, sem hierarquia, para entender sua realidade e fazer projetos a partir de seu repertório. Ao final, os supostos clientes saíam do processo com um projeto que entendiam. Esse tipo de atuação se enquadra no comportamento ideológico do período, de aproximação do profissional à causa urbana e à luta popular, trazendo questões inéditas e ausentes dentro da academia; neste caso, o direito ao acesso aos serviços profissionais, uma forma de amenizar a carga que a população carrega ao resolver a questão da moradia sem apoio do Estado, comprando lotes e autoconstruindo suas moradias. Por outro lado, o profissional, por meio dessas práticas, também adquire conhecimentos e contato com a realidade, sendo possível entender que o modelo historicamente proposto pelo Estado não é suficiente para atender a realidade e rotina dos autoconstrutores, que são aqueles que predominantemente constroem as cidades, e não o Estado.

> A nova opção ideológica significa ruptura com o conhecimento burocratizado do aparelho administrativo, ou com o conhecimento acadêmico, ou com o conhecimento profissional, determinado pelas relações de trabalho capitalista. Isto não significa que, ao se comprometer com um movimento político de massa (popular), o arquiteto abdica do seu conhecimento específico, mas sim que com a vinculação política e ideológica vai toda a cabeça, e não apenas uma parte dela, ou seja, não apenas a parte que corresponde à competência profissional. O profissional não vai apenas contribuir para o movimento com seu conhecimento, mas também vai aprender. Ali, na luta popular urbana, se aprende o que não é possível aprender em nenhum curso de pós-graduação, ou em nenhuma pesquisa acadêmica dentro da mais rigorosa cientificidade. Ali se aprende um ponto de vista contrário à prática dos gabinetes e se entende porque essa luta se faz não através do Estado, mas contra ele. (MARICATO, 1980, p. 90)

No artigo da revista *Espaço & Debates* intitulado "Formação e Prática Profissional do Arquiteto – três experiências em participação comunitária", de 1983, são relatadas três experiências de projetos com participação popular na Grande São Paulo, sendo um deles o PROCAP em Diadema.

A questão comum entre os casos relatados – de Luis Fingermann, Erminia Maricato e José Fábio Calazans – seria a contradição entre a formação em Arquitetura e Urbanismo e a prática profissional do arquiteto em demandas populares. Fato curioso é que logo na introdução do artigo se menciona esse tipo de atuação como "(...) luz ao hoje tão nebuloso horizonte profissional dos estudantes de arquitetura e arquitetos recém-formados", possível solução que repetidamente também se menciona hoje diante da recente crise enfrentada no Brasil, que atinge principalmente os jovens.

Neste início de resgate histórico já é possível identificar um começo de mudança de paradigma desse tipo de prática ou no próprio pensamento de projeto, hipótese discutida ao longo desta tese partindo da origem desse tipo de atuação, com base na verificação em um caso referencial que seria o próprio desenvolvimento da prática profissional voltada para demandas populares em Diadema, com apoio do poder público.

3.4
A ATHIS EM ÂMBITO NACIONAL

Em Diadema, o PROCAP foi uma resposta de oposição à dispensa de responsabilidade técnica como forma de beneficiar a população, demonstrando justamente que o benefício se daria pela assistência técnica no projeto e na construção. As críticas à dispensa de ATHIS ocorreram em âmbito nacional nesse período. Um fato importante foi a proposta de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) de 1976, uma publicação realizada pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS) e patrocinada pelo CREA-RS, o que possivelmente já demonstrava uma mudança de visão do CREA com relação ao assunto.

Se as justificativas de dispensa da ATHIS se davam para não onerar ainda mais os pobres com pagamentos de responsáveis técnicos, pela baixa complexidade das construções que dispensavam profissional habilitado ou pela redução da demanda por fiscalização do CREA; as críticas apontavam que essas justificativas representavam a fuga do CREA e dos profissionais à responsabilidade pelo ambiente construído, a redução injustificável do mercado de trabalho, a perda do sentido social da atuação profissional e o incentivo ao exercício ilegal da profissão.

Atos normativos semelhantes de dispensa de ATHIS verificados no Ato nº 6 de 1968 de São Paulo foram instituídos nos CREAs de outros estados durante o período – no Rio de Janeiro, no Paraná, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Por exemplo, o CREA do Rio Grande do Sul (CREA-RS) emitiu o Ato Normativo nº 1/10 em 1970, o qual também regulamentava isenções de responsabilidade técnica para o projeto e construção de obras de pequeno porte. (MELLO, 2021, p. 2)

No IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, ocorrido em São Paulo, em 1976, foi apresentado o "Estudo de viabilidade de programa de assistência técnica gratuita ao projeto e construção da moradia isolada para pessoas carentes de recursos" pelos arquitetos Clóvis Ilgenfritz da Silva, Newton Burmeister e Carlos Maximiliano Fayet, representantes do SAERGS (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, 1976, p. 96).

A questão geral abordada foi a pouca participação dos profissionais nas soluções do espaço físico brasileiro. Para justificar a proposta, esclareceram alguns antecedentes, entre eles a expedição dos atos normativos dos CREAs já mencionados.

É proposta a viabilidade da assistência técnica gratuita por meio da Previdência Social, entendendo ser factível sua inserção nas atuações do Banco Nacional da Habitação (BNH), uma forma de atingir larga escala no país. Entendiam que o serviço poderia ocorrer de forma pública, assim como acontecia com a assistência à saúde e judiciária naquela época.

Além das críticas já mencionadas da dispensa da assistência técnica, é enfatizada a quantidade de construções irregulares no país e ainda colocado que tais construções nem sempre são autônomas, muitas vezes contam com leigos e organizações descomprometidas com o processo de desenvolvimento urbano planejado e de tecnologia adequada, representando o exercício ilegal da profissão (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, 1976, p. 98). Entre as propostas está também a viabilização de cooperativas de consumo para materiais de construção e de uso pelos beneficiários das linhas de financiamento disponíveis. Em 1978, com Clovis Ilgenfritz na direção do SAERGS, puderam testar as possibilidades de aplicação do Programa ATME em Porto Alegre. Durante 90 dias, um grupo de 60 arquitetos atuou em um programa de regularização imobiliária de construções “clandestinas” para segmentos sociais de baixa renda, quando foram atendidas 700 pessoas (SOUZA, 2017).

No X Congresso Brasileiro de Arquitetura (1979), em Brasília, a tese do programa ATME ganha visibilidade nacional no âmbito da categoria profissional, defendido como uma espécie de “SUS Urbano” ou de “Sistema Único de Saúde (SUS) da Moradia” (SOUZA, 2017)

No final dos anos 1970, os CREAs revogam os atos de dispensa de assistência técnica. No caso de São Paulo, o Ato nº 30, de 1979, proíbe o fornecimento de plantas populares sem a efetiva coordenação de um profissional.

É importante perceber que existe um processo legal que se inicia em 1976, no Rio Grande do Sul, até a criação da Lei Federal 11.888, de 2008, que “assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. Nesse processo existem marcos legais como o artigo 6º da Constituição Federal (1988), do “Direito Social à Moradia”, ou o 4º artigo do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que engloba a “assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos”; mas também uma evolução específica para a Lei da Assistência Técnica. Clóvis Ilgenfritz ocupa o cargo de vereador em Porto Alegre (1989–2000) e faz uma intervenção da Lei Orgânica de Porto Alegre, no artigo 233, inserindo o programa ATME. Em 1999 cria a Lei Complementar 428/1999, regulamentando o programa ATME. Somente em 2002 a proposta é levada ao Congresso Nacional, pelo Projeto de Lei 6223/2002, visto seu novo posto de deputado federal. Em 2006 o deputado federal Zezéu Ribeiro (PT-BA) reedita o Projeto de Lei sobre a ATHIS, até que, em 2008, finalmente é instituída a Lei 11.888/2008, ainda pelo deputado baiano. Esse processo nacional reflete nas ações locais, como as que estão sendo verificadas no município de Diadema. É importante frisar que até possivelmente existiram outras ações locais práticas de assistência técnica, como a prática pioneira do PROCAP; no entanto, faltam pesquisas para registrar tais ações.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Entendimento da autoconstrução nos anos 1970:

- Construção conduzida pelo proprietário com a colaboração de terceiros;
- Mão de obra pouco especializada; portanto, apresentava dificuldades, por exemplo, na implantação da casa na topografia acidentada de Diadema;
- Construção ocorria por etapas: construção de uma primeira parte para “entrar” no lote, e depois as etapas seguintes ocorriam sem um planejamento rigoroso;
- Falta de planejamento da obra.

Algumas recomendações a partir da leitura dessa realidade:

- Importância das referências e ideais para conduzir um método de atuação com a população de baixa renda;
- Promover atividades para aproximação das distintas realidades da população, da equipe profissional e de outros agentes envolvidos;
- Criar estratégias para levantamento de dados socioeconômicos e culturais para entendimento das distintas realidades;
- Entender o repertório da população e considerar seus valores culturais, a partir da promoção do diálogo e da troca de conhecimentos entre os envolvidos;
- Entender a lógica da organização pré-existente e, a partir dessa lógica, propor melhorias;
- Excluir relação hierárquica entre o autoconstrutor e o profissional, ou seja, promover a cooperação entre o popular e o erudito;
- Estimular o pensamento e dar apoio às questões técnicas e sociais para que ocorra não apenas o primor nas resoluções práticas, mas também o crescimento pessoal dos envolvidos na sociedade;
- Importância da equipe interdisciplinar: arquiteto, assistente social, advogado, gestores públicos etc.
- Construção de casa-modelo para facilitar a compreensão de propostas técnicas recomendadas à população: patamarização, novas soluções construtivas etc.

3.5

ANO DE 1983: RETORNO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL E PROJETOS PIONEIROS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Voltando ao município de Diadema, apenas depois de alguns anos, mais especificamente em 1983, na primeira gestão de uma Prefeitura do Partido dos Trabalhadores no Brasil, são retomados os conceitos do PROCAP no novo programa lançado: PROHAB Autoconstrução – Programa de Habitação Popular Autoconstrução, também voltado para famílias de baixa renda que estavam adquirindo lotes a prestação, ou seja, não englobava os loteamentos precários; diferentemente dos loteamentos sem regularização fundiária, contemplava lotes com área a partir de 125 metros quadrados (área mínima de lote prevista pela Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979).

Berthellina A. Costa[8] foi responsável pelo início da implantação do PROHAB. Estudante de Arquitetura na segunda metade dos anos 1970, teve a oportunidade de entrar em contato com o tema da habitação social e com o tema da ausência de assistência na autoconstrução por meio da participação nas discussões do Movimento dos Loteamentos Clandestinos, coordenado pela arquiteta Erminia Maricato, um movimento importante que representava a ação dos arquitetos junto aos movimentos populares do período. Algumas questões desencadearam esse movimento, principalmente a falta de escritura dos lotes periféricos: os moradores, ao finalizarem, com muito sacrifício, os pagamentos das prestações de seus terrenos, percebiam a impossibilidade da obtenção da escritura devido à irregularidade do loteamento, gerando grande insegurança sobre a propriedade. Somou-se a essa questão a falta de suporte na autoconstrução. Mesmo a assistência técnica não sendo a grande reivindicação da população, os arquitetos já entendiam essa necessidade, e é possível entender que até hoje a ATHIS não é a grande reivindicação da população, uma das questões a ser verificadas ao longo desta tese. Neste campo de discussão as questões referentes à arquitetura se incorporam a uma luta maior, não podendo ser discutidas isoladamente.

> Não serão malabarismos através da legislação ou mesmo projetos criativos em si que irão melhorar as condições de habitação da grande massa. Eles mudam de qualidade quando são objeto de reivindicação dos movimentos e quando contribuem para seu avanço, organização e conscientização. O debate acerca da arquitetura perde aqui sua autonomia, tão ao gosto da leitura formal idealista, para compor um todo no conjunto da luta política. (MARICATO, 1980, p. 92)

Berthelina A. Costa (2021) conheceu o trabalho de Fingermann na urbanização da Favela Funerária, no Parque Novo Mundo, em São Paulo, e depois descobriu que foi responsável por criar, anos antes, um protótipo de moradia popular em Diadema, o PROCAP, proposta que coincidia com suas crenças naquele momento. Essa aproximação resultará depois em sua participação na equipe de Diadema e na retomada do trabalho de assistência técnica à população do município pelo PROHAB Autoconstrução.

[8] Formada em 1979 pela FAU Braz Cubas. Atua na área de políticas públicas e planejamento, habitação e meio ambiente. Trabalhou nas prefeituras de Campos do Jordão e Diadema e na Assembleia Legislativa de SP. É funcionária da CDHU como especialista na área fundiária. Foi presidente do Sindicato de Arquitetos de São Paulo (SASP), diretora da Federação Nacional de Arquitetos (FNA), participante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, integrante dos conselhos Nacional das Cidades, de Habitação de São Paulo, do CMDU de SP e do Conselho Técnico da COHAB-SP, coordenadora adjunta da CEARQ-SP e conselheira suplente do CAU-SP.

Segundo a arquiteta Berthelina A. Costa (2011), tratava-se de um modelo diferente da assessoria técnica aos movimentos sociais para conduzir mutirões. Era um serviço de arquitetura e engenharia da Prefeitura de assistência técnica à população que não tinha condições de contratar um profissional para fazer um projeto e orientar a construção, ou seja, abrangia famílias autônomas sem que pertencessem obrigatoriamente a um grupo de movimento social.

Por meio do resgate dos processos com requerimentos da população para participar do programa, verificados no Arquivo Geral da Prefeitura, e por meio de levantamento de diversas informações (Anotações de Responsabilidade Técnica, projetos, diários de obras etc.), com o arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira, que participou do PROHAB em mais de 300 projetos, foi verificado que o programa funcionou de modo contínuo até o ano de 1988. Pelas amostras de projetos é possível verificar que, em 1987, o programa passa a se chamar SAAC (Serviço de Apoio à Autoconstrução). Segundo OLIVEIRA (2021), houve uma reforma administrativa, mas o programa, mesmo com outro nome, seguiu do mesmo modo, apenas com alguns ajustes no formato do projeto (folhas menores, em tamanho A3), no carimbo, mas sem alterações relevantes. Com o tempo, o SAAC foi perdendo sua força e prioridade, em vista do maior foco nos projetos de urbanização de favelas. De todo modo, existiu até o final da terceira gestão do PT, a do prefeito Filippi (1993–1996).

Assim, a partir de 1983 é possível verificar ações paralelas no campo da habitação popular, uma voltada aos loteamentos formalizados da cidade, seguindo a linha do PROCAP, e outra focada nas ações pioneiras de urbanização de favelas.

Ao resgatar esse início de trabalho na modalidade de urbanização dos assentamentos precários, é interessante perceber que não havia um arcabouço referencial consistente. A equipe trabalhava sem preparo específico para esse tipo de intervenção; era o tal “aprender fazendo”; isso porque também não havia recursos disponíveis, e assim existiam limitações financeiras para as ações. Havia, sim, já algumas experiências pioneiras em urbanização de favelas, como, por exemplo, o caso da Brás de Piña no final dos anos 1960, no Rio de Janeiro, ou até mesmo alguns programas alternativos do Banco Nacional de Habitação, que surgiram a partir de 1975, seja Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB)[9], 1975; pelo Programa de Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria da Habitação (FICAM), 1976; pelo Programa de Erradicação de Subhabitação e Reurbanização de Favelas (PROMORAR)[10], 1979; ou pelo Programa Nacional de Autoconstrução “Projeto João-de-Barro”, 1984; mas ainda considerados programas com pouca consistência e sem consolidação suficiente para servir de referência a outras localidades naquele momento. Nesse sentido, resgatar tais ações pioneiras é uma forma de entender um tipo de atuação em processo de consolidação e acumular experiências.

[9] PROFILURB previa a implantação de conjunto de lotes urbanizados financiando a legalização da posse da terra e fornecendo infraestrutura básica, reservando ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas disponibilidades financeiras e prioridades individuais.

[10] PROMORAR foi o primeiro programa em âmbito nacional que buscava não remover, mas sim manter os moradores em um núcleo gerado a partir da ocupação.

3.5.1

RETORNO DOS IDEAIS SOCIAIS: PRIMEIRA GESTÃO DO PT NO BRASIL (1983) E AS PRIMEIRAS URBANIZAÇÕES DE FAVELAS

O cenário de simples fornecimento de plantas muda em 1979 com o Ato nº 30 do CREA, que revoga o já citado Ato nº 6, ativo por mais de dez anos, e, assim, proíbe o fornecimento de plantas pela Prefeitura sem a efetiva direção profissional em todas as etapas, considerando a importância de dar orientação correta e específica, inclusive durante a obra, para o cidadão que pretendesse construir sua moradia econômica. Isso acabou paralisando por um período o serviço de "planta popular" em Diadema, em vista da falta de equipe preparada para um atendimento mais abrangente. Até que, no segundo semestre de 1982, às vésperas da eleição, portanto, claramente uma típica ação eleitoral, houve uma tentativa de resgatar tal serviço, mas com o nome Programa de Casas Populares (PROCASA). A tentativa não deu certo; afinal, não havia equipe suficiente para atender a população de baixa renda nas etapas de projeto e acompanhamento de obra. O artigo do *Jornal do Planalto* de 1982 demonstra a aposta no farto eleitorado representado pela população de baixa renda do município, sem acesso aos serviços de arquitetura e engenharia.

> A Prefeitura Municipal está aceitando inscrições para o Programa de Casas Populares que está sendo implantado em todo o Município. O programa, segundo informações do diretor de Planejamento da Prefeitura, Ricardo Trida, consiste no fornecimento de plantas populares, com todo o projeto de construção completo, e o acompanhamento da obra, desde o início até o final, por engenheiros da Prefeitura. Todo este trabalho será feito sem nenhum custo ao interessado, exceção feita à taxa do Conselho Regional de Engenharia e o requerimento de entrada no Protocolo.
> Os interessados em obter este benefício podem efetuar a sua inscrição no Departamento de Planejamento da Municipalidade, com o assistente social Gilvan Cursino da Silva, que atende todas as terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 12h. Os documentos necessários para inscrição são os seguintes: carteira profissional, carteira de identidade ou CIC, xerox da escritura ou contrato de compromisso de venda e compra do terreno, xerox do imposto predial. De posse desta documentação os setores encarregados do programa farão um levantamento econômico social de cada caso em particular para determinar o tipo de residência adequada a cada família, sendo, então, sugerido o modelo ao interessado, que pode de imediato começar a construir a sua casa, contando com toda a assistência da Prefeitura. As casas deverão ter uma área em torno de 40 a 60 metros quadrados, esperando-se que mais de mil famílias possam ser beneficiadas este ano.
> Justificando a aplicação do programa na cidade, o prefeito Lauro Michels disse que "muitos de nossos habitantes possuem um pequeno terreno e por falta de condições econômicas deixam de construir uma moradia, pois os custos com engenheiros e orientação encarece ainda mais o custo da obra, o que leva o munícipe a construir clandestinamente e muitas vezes em condições inseguras. Com o presente projeto vamos eliminar estas despesas e ainda orientar a todos do início ao final da obra.
> "Tudo será feito sem nenhum entrave burocrático", finalizou o prefeito. (JORNAL DO PLANALTO, 1982)

O lançamento do PROCASA às vésperas da eleição não foi suficiente para garantir a reeleição do prefeito Lauro Michels (PMDB). Inclusive, colocar em prática as promessas descritas no *Jornal do Planalto* era praticamente impossível. A antiga gestão havia destinado apenas dois funcionários para desenvolver o programa – um assistente social e um arquiteto. Diante da grande procura, o resultado ficou novamente na simples distribuição de plantas.

O Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições no ano de 1982; no entanto, sua vitória ocorreu dentro de uma margem pequena de votos em relação aos adversários – PMDB e PTB –, inclusive devido à divisão da direita da cidade nesses dois partidos, mas foi uma conquista muito comemorada. Afinal, pela primeira vez o recém-fundado Partido dos Trabalhadores ia comandar a Prefeitura de um município importante no país[11].

Plantas populares serão gratuitas

A Prefeitura Municipal está aceitando inscrições para o *Programa de Casas Populares* que está sendo implantado em todo o Município. O programa, segundo informações do diretor de Planejamento da Prefeitura, Ricardo Trida, consiste no fornecimento de plantas populares, com todo o projeto de construção completo, e o acompanhamento da obra, desde o início até o final, por engenheiros da Prefeitura. Todo este trabalho será feito sem nenhum custo ao interessado, exceção feita à taxa do Conselho Regional de Engenharia e o requerimento de entrada no Protocolo.

Os interessados em obter este benefício podem efetuar a sua inscrição no Departamento de Planejamento da Municipalidade, com o assistente social Gilvan Cursino da Silva, que atende todas as terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 12h.

Os documentos necessários para inscrição são os seguintes: carteira profissional, carteira de identidade ou CIC, xerox da escritura ou contrato de compromisso de venda e compra do terreno, xerox do imposto predial. De posse desta documentação os setores encarregados do programa farão um levantamento econômico social de cada caso em particular para determinar o tipo de residência adequada a cada família, sendo, então, sugerido o modelo ao interessado, que pode de imediato começar a construir a sua casa, contando com toda a assistência da Prefeitura. As casas deverão ter uma área em torno de 40 a 60 metros quadrados, esperando-se que mais de mil famílias possam ser beneficiadas este ano.

Justificando a aplicação do programa na cidade, o prefeito Lauro Michels disse que "muitos de nossos habitantes possuem um pequeno terreno e por falta de condições econômicas deixam de construir uma moradia, pois os custos com engenheiros e orientação encarece ainda mais o custo da obra, o que leva o munícipe a construir clandestinamente e muitas vezes em condições inseguras. Com o presente projeto vamos eliminar estas despesas e ainda orientar a todos do início ao final da obra.

"Tudo será feito sem nenhum entrave burocrático", finalizou o prefeito.

Figura 28: Notícia no *Jornal do Planalto* (Diadema) sobre o "PROCASA", 1982. Esse jornal foi fundado por Arlindo Ribeiro, mais conhecido como "Ligeirinho", que, antes da fundação do jornal, era da assessoria de imprensa da Prefeitura na gestão de Lauro Michels (1977–1982).

DIARIO DO GRANDE ABC

Diadema: primeira Prefeitura do PT

Os detalhes da visita de Ronald Reagan

Finalmente João do Pulo deixa hospital

TURISMO

Paraná

PRINCIPAIS RESULTADOS

Candidatos ao governo de São Paulo

Franco Montoro	2.323.285
Reinaldo de Barros	1.273.945
Jânio Quadros	782.611
Luiz Inácio Lula da Silva	556.771
Rogê Ferreira	44.864

Candidatos a prefeito na região

Cidade		Total
Santo André	Newton Brandão (PTB)	
São Bernardo	Aron Galante (PMDB)	90.199
São Caetano	Walter Braido (PTB)	36.781
Diadema	Gilson Menezes (PT)	31.046
Mauá	Leonel Damo (PMDB)	19.418
Ribeirão Pires	Valdirio Prisco (PMDB)	21.138
Rio Grande da Serra	William V. Ramos (PMDB)	12.880 (final)
		2.753 (final)

Hoje, Brandão será proclamado vencedor

Capital conclui a apuração das urnas

Figura 29: Notícia no jornal sobre a vitória do PT em Diadema, 1982.

[11] Em KECK (2010, p. 274) é registrada outra vitória do PT em uma cidade muito pequena no interior do Maranhão, Santa Quitéria.

Iremos notar que os primeiros anos da gestão do PT em Diadema não representaram uma administração-modelo, como desejado pela maioria dos petistas, isso devido a uma combinação de dificuldades para enfrentar o grande problema que era a cidade naquele período, como também o despreparo para enfrentar tamanho desafio. Em linhas gerais, quando o PT assumiu a Prefeitura, os problemas sociais eram imensos e não havia orçamento suficiente para resolvê-los. Apenas as ruas centrais eram asfaltadas, e a lama tomava conta de toda a cidade, que, para piorar, não tinha sistema de esgoto nem coleta de lixo. As escolas e o sistema de saúde eram insuficientes, e existiam poucos espaços de lazer na cidade.

Também havia dificuldades na aprovação das políticas defendidas pelo partido na Câmara; afinal, como o PT não tinha se aliado com nenhum adversário, não conseguiu a presidência, que ficou com o PMDB (José dos Santos Rocha).

Composição da Câmara:

PT – 6 vereadores
PMDB – 5 vereadores
PTB – 5 vereadores
PDS – 1 vereador

Mesmo diante desse cenário, a vitória do PT representava uma oportunidade para colocar em prática suas ideias e, ao mesmo tempo, mostrar sua capacidade de governar, sendo possível identificar nos primeiros anos da gestão a tentativa, por parte de alguns profissionais, de aplicar conceitos notáveis (inspirados em Paulo Freire) tanto em projetos pioneiros de urbanização de favelas como em projetos de assistência técnica habitacional, que priorizavam nas ações o desenvolvimento das pessoas e seu fortalecimento enquanto cidadãos. Os projetos de urbanização de favelas vão inspirar as gestões seguintes, e municípios vizinhos melhorarão muito a realidade da cidade e as questões de saúde pública da população. Resgatar esse início é importante para esclarecer algumas diferenças entre metodologias e objetivos políticos gerais, aplicados em diferentes momentos da gestão, que poderão ser compreendidos ao final da leitura. Para conseguir entender esse primeiro período dos projetos de urbanização de favelas foi fundamental a conversa com o arquiteto Luis Fingermann, que, depois do PROCAP, novamente volta a atuar em Diadema no começo de 1983; o artigo de Margaret E. Keck (KECK, 2010) que examina os primeiros anos da gestão de Gilson Menezes; a ida a algumas áreas que passaram por esse primeiro processo de urbanização e o relato precioso de moradores (Núcleo Habitacional Dom João VI, Vera Lúcia e Santa Maria I); e o depoimento de alguns funcionários da Prefeitura (os arquitetos Maria Luiza Zaragoza Gagliardi, Luiz H. Puntel de Oliveira e Licio Lobo).

Ao examinar os dados é possível perceber que o PT não estava plenamente preparado para assumir tal desafio naquele momento, e um dos motivos era a falta de consenso programático prévio, incluindo a definição das prioridades nas ações e a destinação de pessoas preparadas para cada tipo de cargo. Não houve um aprofundamento anterior sobre as questões do município nem a elaboração de propostas objetivas e específicas para melhorá-las. Isso pode ser entendido em KECK (2010) e nos depoimentos dos envolvidos. Em linhas gerais, o programa de governo tinha como base beneficiar os mais pobres e formar conselhos populares:

> O programa municipal do PT era basicamente eleitoral, instando pela formação de conselhos populares e por políticas municipais que beneficiassem os pobres. Um programa de governo teria exigido uma apreciação em profundidade dos problemas da cidade e propostas práticas para lidar com eles. A dificuldade em distinguir entre esses dois tipos de programa contribuiu para a subsequente tensão entre o gabinete do prefeito e os líderes locais do partido. (KECK, 2010, p. 273)

Sabe-se que, logo após as eleições, Gilson Menezes ficou encurralado, por um lado, pelo Diretório Local do PT e, por outro lado, por políticos de São Paulo, um grupo que defendia a ideia da importância da administração de Diadema dentro de uma visão geral do partido em nível nacional.

Gilson Menezes acabou optando pelos intelectuais e militantes de São Paulo na incumbência de cargos de chefia, e isso gerou uma tensão com os petistas locais, que entendiam que eles é que deveriam ocupar tais cargos.

Entre os nomeados de São Paulo estavam Amir Antônio Khair[12]. Não havia secretarias naquele momento; ele era, portanto, diretor de Planejamento, centro das iniciativas naquele início de gestão. Engenheiro, especialista em economia, ainda não tinha experiência no setor público na ocasião. O Departamento de Planejamento era bastante amplo e acomodava tanto as questões financeiras como também as urbanas. Ele convocou técnicos especialistas nas questões urbanas para que coordenassem, com autonomia, temas mais específicos. Entre eles estava Luis Fingermann (coordenação dos programas de urbanização), e junto vieram outros, como a arquiteta Berthelina A. Costa (coordenação do PROHAB, de Assistência Técnica Habitacional) e Valeska Peres Pinto (coordenação do Planejamento Urbano, incluindo transporte e mobilidade urbana).

Segundo LOBO (2021), Amir Khair ficou bastante focado na questão do transporte da cidade, que naquele momento era realizado por uma empresa particular, a Viação Diadema. Houve bastante foco na questão da tarifa, já que os aumentos estavam até então injustificáveis, prejudicando muito aqueles que dependiam do transporte coletivo. Ao final, a empresa acabou sendo estatizada, dando origem à Empresa de Transporte Coletivo de Diadema (ETCD), criada em 1986, passando a existir melhor controle da tarifa e do serviço prestado à população. Enquanto Khair focava nessa questão e nos assuntos de finanças do município, as outras frentes principais da Prefeitura seguiam com bastante autonomia, principalmente a equipe de urbanização de favelas.

Figura 30: Linha Eldorado–Via Centro, foto dos anos 1980.

[12] Amir Khair (1940–2020) era engenheiro e mestre em finanças públicas. Foi secretário de Finanças da cidade de São Paulo na gestão do PT (1989–1992).

Também havia funcionários públicos que já estavam lá antes da chegada dessa equipe, como, por exemplo, a arquiteta Maria Luiza Zaragoza Gagliardi e o arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira, que até hoje são funcionários da Prefeitura. Na época, trabalharam no PROHAB. Esses funcionários entraram na Prefeitura em 1979, ainda como estagiários, e trabalharam no projeto “Diadema Melhoramentos”, quando se começou a pavimentar a maioria dos bairros da cidade. A equipe preparava todos os procedimentos, inclusive o cadastro e a divisão dos valores a ser pagos pelos proprietários, que era proporcional à frente do lote. Anos mais tarde, a partir da terceira gestão petista na cidade (1993-1996), esta proposta irá servir de referência ao “Plano Comunitário de Pavimentação”, aplicado nos núcleos habitacionais em urbanização, conforme iremos ver no capítulo cinco. Já na área central, os melhoramentos ocorriam geralmente pelo CURA (Centros Urbanos de Recuperação Acelerada), programa vinculado ao BNH e iniciado no começo dos anos 1970. Assim como ocorreu com Maria Luiza Zaragoza Gagliardi e o arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira, outros profissionais foram efetivados quando chegou a equipe do PT ao município. (OLIVEIRA, 2021)

Esse grupo do PT, como diziam, “importado”, não era bem-visto pelos líderes locais, que os chamavam de “tecnocratas”, entendendo que suas habilidades técnicas específicas não eram suficientes para chefiar ações na cidade, as quais demandariam mais do faro político local. Por meio do depoimento de Berthelina A. Costa (2021) é possível entender sua visão sobre essa questão:

> Quando chegamos em Diadema tudo era urgente. Uma Prefeitura desestruturada, havia bons funcionários, eram competentes, mas desanimados. Um partido local orgulhoso de ter feito um prefeito, mas, na minha opinião, equivocado no entendimento dos papéis de gestão pública e gestão político-partidária. (COSTA, 2021)

Ao verificar as atividades desenvolvidas pelo grupo, principalmente as propostas pioneiras de urbanização de favelas, nota-se que as ações eram mais do que simples aplicação de propostas técnicas, nas quais os aspectos educacionais eram considerados tão importantes como a própria implantação da infraestrutura:

> Não dispondo de fundos nem de espaço disponível para construir casas populares, esse Departamento iniciou um programa de melhorias na infraestrutura nas favelas cujo projeto e implementação dependia da própria população que ali morava. Para os planejadores, os aspectos educacionais e organizacionais desse programa eram considerados tão importantes como a própria implantação da infraestrutura. (KECK, 2010, p. 282)

KECK (2010, p. 280) explica que as primeiras iniciativas da Prefeitura pareciam refletir essa visão mais ampla e ao mesmo tempo defendiam que a vida coletiva deveria estar livre do controle do Estado, como também do partido. Essa afirmação de KECK (2010) coincide com o depoimento de FINGERMANN (2021) sobre sua crença no anarquismo, opondo-se a qualquer tipo de hierarquia ou dominação, seja do Estado como também partidária.

Uma das propostas seria a criação de conselhos populares, inspirados nos sovietes russos, que funcionariam como base do poder local, uma forma de o morador se elevar dentro da sociedade, ou seja, encontrar seu papel enquanto cidadão, e não apenas como trabalhador subordinado. É clara nessa proposta a referência, por exemplo, às ideias de Gramsci, que, ao definir “conselho de fábrica”, denota a similariedade com os “sovietes” na Rússia, que têm o caráter de emancipação do trabalhador coletivo. O conceito seria transferido para a população diademense, sendo autônomos em suas reivindicações e necessidades. A seguir, COUTINHO (2011) explica o conceito dos conselhos de fábrica segundo a teoria de Gramsci:

> Os conselhos de fábrica, segundo ele, seriam funcionalmente distintos dos sindicatos: enquanto estes defendem os interesses dos trabalhadores como assalariados (aumento de salários, melhores condições de trabalho etc.), os “conselhos” seriam a base do poder do trabalhador coletivo não só na fábrica, mas no conjunto da sociedade. Os seja: seriam o instrumento para pôr fim à própria relação salarial. Nos “conselhos”, com efeito, o trabalhador elevar-se-ia da condição de assalariado submetido ao capital àquela de “produtor” autônomo. (COUTINHO, 2011, p. 16)

FINGERMANN (2021) possui uma visão anarquista e libertária e na ocasião entendia que seria fundamental considerar a organização previamente existente na população; para isso era fundamental saber se comunicar com os envolvidos. Muitos entendiam que tais ações deveriam ter a liderança típica do agente público, aquele que decide pelas pessoas, mas esse não era o método realizado pela equipe. O objetivo principal do trabalho seria tentar resgatar a população marginalizada, uma população sem acesso à educação, sem acesso à comida, sem acesso a nada. Segundo FINGERMANN (2021), “era um verdadeiro massacre”, tanto que, de acordo com ele, a assistência técnica específica para a habitação, dentro dessa realidade, não era a maior prioridade; afinal, havia outras questões mais urgentes. Questões concretas, como, por exemplo, o acesso ao transporte público, visto que impactava muito o dia a dia dessas pessoas, que precisavam enfrentar um mar de lama para chegar a seus trabalhos ou a suas moradias. É muito comum ouvir depoimentos de diademenses desse período que contam as dificuldades para cruzar o mar de lama que era a cidade, inclusive a expressão “cidade dos dois sapatos” (FELINTO, 2011, p. 20), pois, ao que parece, era fácil identificar quando uma pessoa morava em Diadema – estaria com um segundo sapato numa sacola para assim conseguir entrar no trabalho sem carregar barro para o local. Sendo assim, era extremamente urgente qualquer tipo de implantação de infraestrutura, promoção da educação, saúde etc. Por outro lado, também havia questões mais abstratas e não menos importantes, relacionadas à necessidade de emancipação verdadeira dessa população. As pessoas até então nunca haviam sido consultadas sobre como queriam as coisas; foi um primeiro momento de trabalhar a capacidade de autodeterminação dessas famílias. Muitos entendiam que esse processo era demorado, mas, pelo entendimento do coordenador do programa, os prazos dos resultados eram bastante satisfatórios.

Figura 31: Reunião da equipe técnica de Urbanização de Favelas com a população do Núcleo Santa Cruz (1983). Primeiro homem à esquerda, Luis Fingermann. Ao lado está o morador José Silva. Logo ao lado está a estagiária de arquitetura, Tânia Nakahara. Outros moradores estão na foto.

Foi importante nesse período o trabalho de colaborar com a organização da população para reinvidicar serviços públicos esssenciais nas concessionárias Sabesp (companhia estadual de água e esgotos) e Eletropaulo (companhia estadual de eletricidade), as quais começaram a se movimentar com a ação da massa. Não havia recursos municipais para quase nada naquele momento, no entanto existia um financiamento do Banco Mundial para, por exemplo, implantar postes de energia elétrica nas áreas.

Segundo LOBO (2021), arquiteto urbanista pela FAU-USP, e na época estagiário do programa, além do coordenador, a equipe era formada por quatro ou cinco estagiários de arquitetura e dois técnicos da engenharia. Um deles era o engenheiro Helmuth Pádua de Souza, funcionário da Prefeitura com importante papel na relação com a Eletropaulo, concessionária de energia elétrica.

Para fornecer eletricidade e água corrente era necessário abrir ruas ou vielas com no mínimo 4 metros de largura. Essa condição desencadeava a necessidade de definição de um plano de urbanização para cada área.Para isso, foram montadas comissões de moradores das favelas, que ficariam responsáveis pelo debate do projeto e pela mobilização dos vizinhos. Essas comissões faziam reuniões com os membros da equipe de planejamento da Prefeitura e tinham a função de discutir com os vizinhos o tamanho dos lotes e a definição das ruas, ou seja, alterações estruturais que implicavam na mudança da posição dos barracos e na busca por uma nova distribuição, a mais uniforme possível. É possível perceber essa distribuição uniforme nos Núcleos Habitacionais desse período, por exemplo o Dom João VI, entre outros.

Figura 32: Núcleo D. João VI, anos 1980.

Figura 33: Destaque em cinza Núcleo D. João VI. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002

Não dava para conduzir esse processo sem a colaboração de todos e a autorização explícita dos moradores. Os favelados decidiam seu próprio plano de traçado e remanejamento, com a ajuda dos arquitetos e engenheiros, que os assessoravam. Depois o plano final era aprovado em assembleia pela comunidade. A Prefeitura demarcava os lotes, os moradores faziam o remanejamento interno, e as concessionárias estavam capacitadas para implantar a infraestrutura. Segundo FINGERMANN (2021), não havia nesse período a implantação das redes por mutirão; afinal, defendiam o princípio de igualdade dos moradores perante o restante da população – “caso no Bairro dos Jardins as redes fossem implantadas por mutirão, não teria problema em aplicar a mesma situação para estes projetos”, dizia o arquiteto. Era uma resposta inesperada, mas que faz refletir sobre a falsa poética dos mutirões, nos quais as pessoas, diante da omissão do Estado, acabam realizando os serviços públicos. É importante notar que esse processo nas mãos dos principais envolvidos era fundamental para o crescimento enquanto cidadãos. Já nos primeiros projetos de urbanização de favelas é possível notar a destinação de um dos lotes para o centro comunitário.

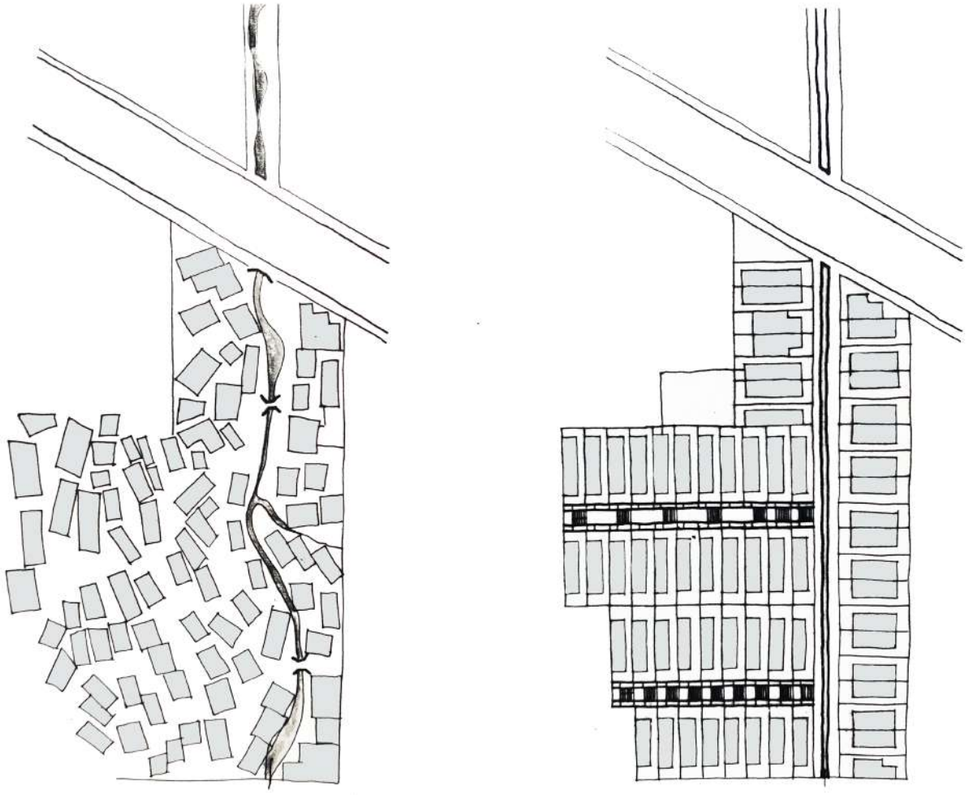


Figura 35: Desenhos esquemáticos de representação dos projetos de urbanização de favelas daquele período. Reordenamento físico conforme características do assentamento. Na dissertação de CIRERA, Marta (2008, p. 40), essa área está identificada como Núcleo Habitacional Caviúna, no Eldorado.Independentemente da região exata, exemplifica os projetos iniciais de urbanização, de remanejamento dos moradores na própria área, sem necessidade ainda de áreas de reassentamento.

Segundo LOBO (2021), inicialmente a equipe trabalhou com cerca de 15 favelas. As áreas ficavam principalmente ao norte (Campanário, Taboão e Canhema), mas também na região do bairro Serraria, ao sul, nos Núcleos Santa Maria (na época eram sete áreas, Santa Maria I, Santa Maria II e assim por diante, até Santa Maria VII).

Figura 34: Passagem Paraíba, no Núcleo Dom João VI.

Figura 36: Favela Santa Maria I, sem data, provavelmente anos 1980.

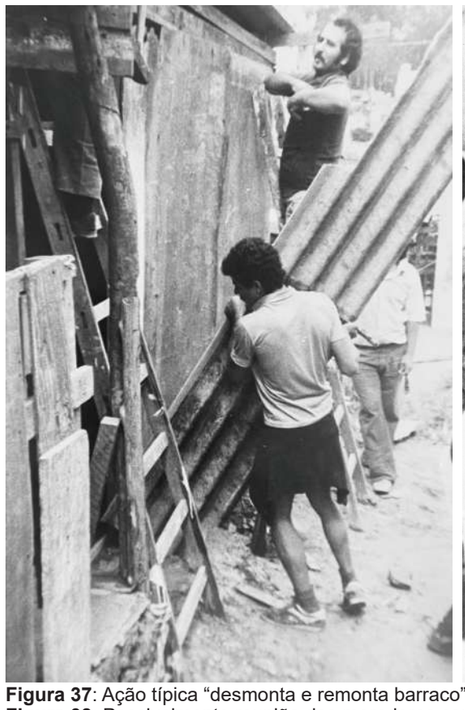


Figura 37: Ação típica “desmonta e remonta barraco” no Núcleo Vila Alice, 1983.
Figura 38: Possivelmente reunião dos moradores com a comissão sobre o projeto de urbanização. Vila Alice, 1983.

Figura 39: Sr. Verdim e Sra. Maria (moradores), na frente do Centro Comunitário do Santa Maria I, 2021.

Figura 40: Núcleo Santa Maria I e outras tipologias habitacionais no entorno imediato.
Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Com relação às áreas ao norte, a favela Dom João VI era a maior: tinha em torno de 250 famílias. Também se aproximaram de grupos de outras áreas, como Jardim ABC e Santa Cruz, favelas junto ao Córrego Canhema. Atuaram ainda no Jardim das Nações; no entanto, a primeira experiência prática de urbanização foi na favela Vera Lúcia, junto ao Córrego do Taboão. Atualmente o Núcleo Habitacional Vera Lúcia é uma vila muito simpática e arborizada, sendo difícil imaginar como era antes. Segundo relatos de alguns envolvidos (técnicos da Prefeitura e moradores), foi quase um milagre. As casas eram palafitas à beira do córrego. Foram contemplados 38 lotes no projeto, sendo um deles para o centro comunitário.

Figura 41: Prefeito entregando os certificados de Concessão Real de Uso para as famílias, 1996. Núcleo Vera Lúcia.

Figura 42: Núcleo Vera Lúcia, 2021.

Figura 43: Núcleo Vera Lúcia e seu entorno imediato.
Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Dona Maria (SANTOS, 2021) chegou à favela Vera Lúcia em 1980; tinha 18 anos e era solteira. Foi morar com sua mãe, que já estava no local. Segundo seu relato, pegavam água emprestada na mangueira de uma senhora, não tinham chuveiro, tomavam banho de caneca. Moravam com uma precariedade muito grande. O córrego era um local perigoso para transitar, com margens irregulares e com bastante barro. Moradores contam que incidentes eram frequentes: queda de carros, de animais etc. Segundo SANTOS (2021), para chegar em casa, passavam por uma travessinha bem estreita, “era muito dramático o caminho”. Um fato recordado era a quantidade de “lesmonas” no barraco: “(...) às vezes eu tinha vergonha de trazer os amigos. Quando eu cheguei já tinha este problema com minha mãe e eu a via jogando sal, aquele bolo de sal, e elas se desfaziam”. Também conta que o cheiro das valetas era tão forte que não conseguiam respirar direito, “..., mas tinha a necessidade de morar”. Por meio desse relato é possível entender um pouco a situação da área quando se iniciou o processo de urbanização, em 1983.

Naquele período o termo *favela* era assumido; depois foi adotado o nome “núcleo habitacional” para designar as áreas que haviam passado pelo processo de urbanização, também para evitar o termo pejorativo e para mostrar a evolução das áreas com esse processo.

Já no início do trabalho a equipe da Prefeitura propunha a formação de uma comissão. Alguns moradores eram escolhidos para representar as famílias nas questões que envolviam a urbanização da área. Um dos membros da comissão do Núcleo Vera Lúcia foi e continua sendo o Sr. Valterli.

Segundo LOBO (2021), o maior desafio na implantação do projeto do Núcleo Vera Lúcia foi a necessidade de aterrar um trecho, elevar o nível, e conseguir fazer isso com o pessoal na área, desmontando e remontando seus barracos. Inclusive relata que havia muita resistência quanto à atuação dos topógrafos nesse tipo de projeto; afinal, era muito difícil fixar o teodolito. Mas a presença do topógrafo era fundamental no processo.

Sobre o processo de remanejamento dos barracos, SANTOS (2021) explica que cada sábado era dia de um barraco, conforme prioridades definidas no plano. Todos os homens da área ajudavam na desmontagem e na remontagem, e o serviço era realizado no mesmo dia.

SANTOS (2021) recorda a reunião de apresentação das propostas de parcelamento. A equipe da Prefeitura apresentou dois modelos de projetos de urbanização. O primeiro era composto por lotes de 3,50 x 8,00 m, e os arquitetos salientaram que, nesse modelo, haveria ventilação lateral[13]. O segundo modelo de urbanização era formado por lotes de 3,50 x 12,00 m, e não haveria ventilação lateral, apenas na frente e no fundo. A segunda proposta venceu com folga, pois para as famílias era importante ter a maior área privada possível. Os arquitetos forneceram a planta para construírem suas casas; no entanto, segundo SANTOS (2021), apenas uma casa foi construída perfeitamente conforme o projeto. No projeto estava prevista uma área de ventilação no fundo, que muitos deixaram de prever. Inicialmente, dona Maria mesmo não deixou, e depois, quando seu filho nasceu, em 1990, fez uma reforma, pois passou a entender a importância desse espaço vazio para a salubridade do local.

[13] Não ficou muito claro como funcionaria, mas, como o lote é menor em relação à segunda proposta, pode-se entender que as áreas livres propostas para ventilação lateral provavelmente seriam no espaço coletivo ou público do Núcleo Habitacional.

Segundo LOBO (2021), a documentação técnica na Prefeitura naquele período era bastante precária. A equipe utilizava plantas do loteamento e outros dados, e, com base no que conseguiam, faziam uma proposta de parcelamento da área da favela. Sobre a condução da proposta com as famílias, é possível perceber um processo difícil e com conflitos. Era comum uma família ter, inicialmente, o barraco maior, com quintal e tudo mais, e outro morar em um cubículo. Quando começavam o processo de urbanização havia a ideia da "justiça", de todos terem lotes iguais. A partir desse tipo de situação passava a acontecer um processo de convencimento da maioria, pois um caso resistente impediria a implantação das redes de infraestrutura, essenciais para todos. Assim, passava a ser fundamental uma decisão coletiva. De todo modo, é comum escutar histórias sobre casos resistentes.

Passada a etapa de remanejamento dos barracos, dona Maria conseguiu um emprego em uma empresa, uma malharia. A partir daí sua vida era juntar dinheiro para comprar bloco, cimento e areia; afinal, já moravam no lote definitivo. Não tinha passeio, não tinha almoço em família; era "bloco, cimento e areia". Ela fez de tudo para que sua mãe morasse em uma casa de alvenaria antes de morrer, e conseguiu. Na ocasião da entrega dos certificados de Concessão Real de Uso, sua mãe foi a primeira a receber o documento, pois era a moradora mais antiga do núcleo. Na ocasião já vivia em uma casinha de alvenaria com piso e revestimentos.

Dessa história é importante entender que apenas por meio de decisões coletivas o projeto era implantado: mutirão para desmontar e remontar barracos. Depois os serviços públicos – energia elétrica, água e esgoto. Por fim, a garantia para se manter no local por meio da Concessão do Direito Real de Uso, instrumento jurídico criado paralelamente às primeiras ações de urbanização de favelas. Era esse o processo de urbanização naquele período.

Sobre esse período das primeiras experiências de urbanização, LOBO (2021) destaca que havia reunião todos os sábados à noite, no auditório da Prefeitura, uma assembleia geral com os moradores de todas as favelas, principalmente aquelas já em processo de urbanização. Toda a equipe estava presente, e havia muito engajamento; afinal, tinha-se uma motivação ideológica, política, e era muito interessante poder participar de um momento tão paradigmático. O processo de urbanização das favelas foi gerando mobilização da população, que estava presente nas reuniões para reivindicar serviços públicos, ou seja, a população cresceu nesse processo, tornou-se cada vez mais consciente.

Também havia a necessidade de mostrar os benefícios de determinadas situações para a população. Por exemplo, sobre a importância de terem um endereço oficial, sobre a importância de passarem a ser pessoas com localização. Sem endereço, compravam nas lojas e depósitos locais, onde muitas vezes eram extorquidos, por falta de alternativas. Possuir endereço, naquele momento, era revolucionário, era ser mais cidadão, "ser mais gente". FINGERMANN (2021) conta que muitas vezes as pessoas queriam confiar determinada decisão à equipe de assessoria, do tipo "Senhor, do jeito que você fizer, está ótimo", mas a resposta logo seria "Não, quem vai me dizer são vocês".

Os conselhos eram organizados em todas as ruas, funcionariam também como os multiplicadores da informação, ou "rádio pião", como normalmente se falava. Seria uma forma também de conseguir organizar a comunicação e reivindicações com a Prefeitura e as concessionárias. Para isso, era importante perceber as afinidades entre as pessoas nas favelas. Por exemplo, um representante do "pessoal de Minas Gerais", outro representante do "pessoal da igreja", e assim por diante. Era importante extrair essa comissão a partir da organização natural previamente existente e contemplar representantes legítimos de cada assentamento e de colaboração com os anseios coletivos. Todas as decisões relacionadas ao plano de urbanização eram votadas, por exemplo: "uma mulher que tem um filho merece um lote?", "os lotes serão todos iguais, ou haverá lotes privilegiados?", entre outras questões. Ao analisar o relato de FINGERMANN (2021) é possível notar que essas pessoas pela primeira vez em suas vidas tomavam suas decisões, falavam por sua própria voz.

Novamente é importante entender que a urbanização em si seria consequência direta dessa organização das pessoas e, o mais importante para a equipe, seria a emancipação da população. FINGERMANN (2021) se recorda de uma situação que foi muito marcante, um relato de um participante desse processo de urbanização, que certa vez disse: "Sabe que este trabalho me deu uma sorte muito grande?" Tratava-se de um operário que trabalhava na linha de produção de uma fábrica, ocupando o cargo mais desvalorizado que poderia existir, uma pessoa que inicialmente tinha dificuldades até para se expressar. Passados aproximadamente seis meses de atuação no processo de urbanização, virou chefe em seu trabalho, uma demonstração clara de que o processo estava dando o resultado esperado.

De todo modo, esse não era um tipo de trabalho entendido com unanimidade pela gestão daquele momento. Havia sempre muito embate por parte do poder local do PT, que entendia que quem deveria mandar nas ações eram eles, e não consultores de fora. Tais embates podem ser verificados em KECK (2010).

Assim, "fizeram com que Gilson passasse a considerar se não seria preferível priorizar os projetos de maior visibilidade pública, e não os processos participatórios mais lentos, previstos nos projetos do Departamento de Planejamento" (KECK, 2010). Ou seja, os métodos de preparar os cidadãos para ser autossuficientes e adquirir responsabilidade popular, métodos mais horizontais, não coincidiam com políticas de demonstração de eficiência administrativa, que normalmente ocorrem de cima para baixo. O clima já estava tenso, desde o princípio da gestão, entre os diferentes agentes – diretório local, gabinete, técnicos de São Paulo, líderes locais, vereadores etc. –, e o estopim da tensão foi a decisão do prefeito de transferir o programa de melhoria das favelas para o Departamento de Promoção Humana sem consultar a equipe de Khair. Com isso, em maio de 1984, houve a renúncia em massa de quase todos os membros da equipe, inclusive estagiários; afinal, entendiam que a gestão caminhava em direção ao benefício próprio sem consideração dos ideais do PT e do movimento popular. Ficaram praticamente os funcionários da Prefeitura, e novos cargos de chefia foram definidos, conforme será explicado.

> O trabalho de Urbanização de Favelas desenvolveu-se desde a sua implantação [em 1983] de forma integrada com a comunidade favelada. Cada passo, cada atividade foi de comum acordo estabelecido entre os representantes favelados e a equipe técnica da Prefeitura. Esta integração entre o movimento de favelas e equipe técnica sofreu forte abalo... [quando] o Diretor de Planejamento, Amir Antonio Khair, foi convocado pelo prefeito onde recebeu a comunicação de que a Equipe Técnica de Urbanização de Favelas seria deslocada para o Departamento de Promoção Humana. Não mais ficaria sediada no Departamento de Planejamento... A justificativa do deslocamento foi de que o trabalho desenvolvia-se de forma insatisfatória pela lentidão das urbanizações e que na Promoção Humana haveria mais condições para aumentar a sua velocidade, engrossando a equipe técnica de urbanização com as equipes do serviço social. Quando a equipe de urbanização recebeu a comunicação e ouviu a justificativa a indignação foi profunda. A desculpa foi rechaçada. Como seria possível um grupo de sete estagiários, três deles contratados um mês antes, coordenados por um arquiteto com o serviço de apoio de duas pessoas que fazem os contatos com as concessionárias de água e luz, portanto um grupo de 10 pessoas, serem responsabilizados por qualquer tipo de morosidade, quando diante das 135 favelas cadastradas no município, em 54 delas já foi ligada a água e luz, 7 maiores foram totalmente urbanizadas, 17 estão em processo de urbanização, 15 já se encontram mobilizadas e prestes a iniciar o trabalho, 8 não apresentam condições de urbanização, restando apenas 34 favelas por contatar, sendo a maioria nucleações em terrenos particulares? Como responsabilizar esta pequena equipe por morosidade quando em apenas 12 meses de trabalho deu mostras de tanta capacidade de trabalho? Como responsabilizar esta equipe quando não existe qualquer canal de comunicação com o Gabinete do Prefeito e com ele nunca pode discutir as dificuldades? Mais indignado do que a Equipe ficou o Movimento de Favelas... (EQUIPE TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA PMD, 1984, apud LOBO JÚNIOR, 2014, p. 69)

Esse ato forçou o partido a olhar o caso de Diadema com mais atenção e entender os problemas que ele suscitava. Também houve a demissão do chefe de gabinete do prefeito, Juracy Magalhães, em 1985, o qual, ao que parece, colaborava com o clima pouco amistoso naquele período:

> Juracy Magalhães, chefe de gabinete do prefeito, aparentemente com ciúmes da fama anterior de Khair e do Departamento de Planejamento, queria garantir que o centro das iniciativas e decisões permanecesse no gabinete do prefeito, e, tanto quanto possível, sob seu controle. Para o partido local, a exoneração de Juracy tornou-se o ponto focal em torno do qual se organizam as exigências por mudanças na administração. (KECK, 2010, p. 289)

Vale ressaltar que Gilson Menezes e o próprio Juracy haviam participado da fundação do Partido dos Trabalhadores com Luiz Inácio Lula da Silva, no final dos anos 1970. Segundo KECK (2010, p. 274), “esta relação pessoal reforçou uma tendência de ignorar as evidências cada vez maiores de que alguma coisa estava seriamente errada na administração de Gilson”, principalmente por considerarem os conflitos como problemas locais, e não como parte integrante da posição estratégica do partido.

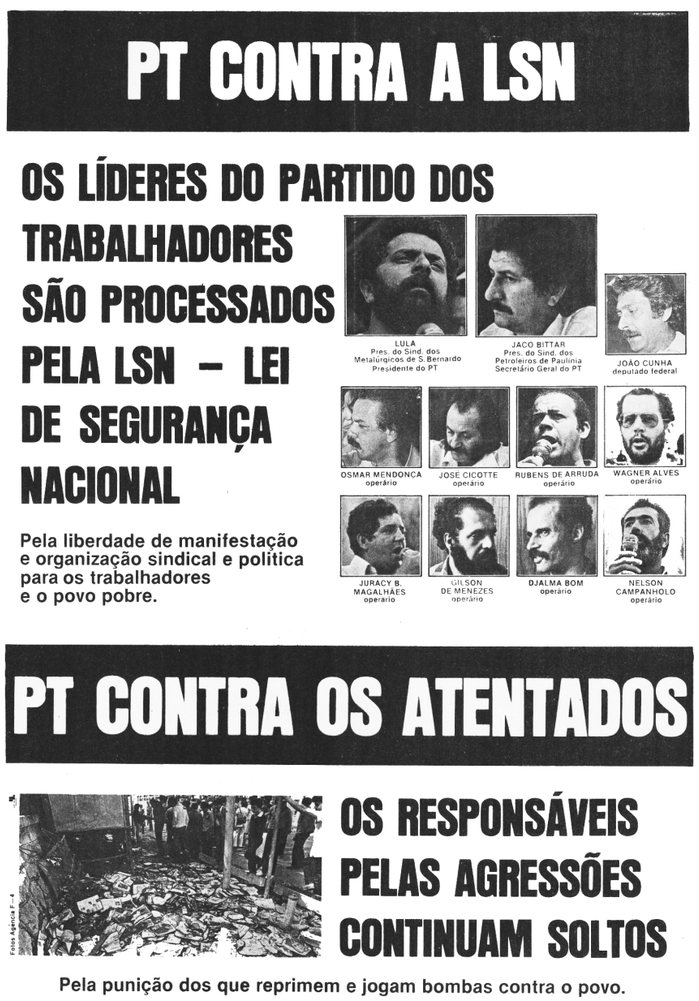


Figura 44: Cartaz contra a condenação de líderes grevistas da década de 1980 em São Bernardo do Campo e Diadema.

Foi lamentável a saída da equipe de Khair e Fingermann; afinal, estavam realizando um trabalho realmente social e com interesse na capacitação das pessoas.

Ao questionar Licio Lobo Júnior sobre o principal legado do início da primeira gestão do Partido dos Trabalhadores, ele destaca:

> (1) A construção de uma espécie de “*know hown*” sobre o “como fazer” a urbanização na prática, o “*modus operandi*” do processo todo, considerando-se que nos primeiros tempos não havia mesmo referências práticas sobre isto;
>
> (2) Conhecimento sobre o processo de desenvolvimento urbano da cidade e o papel das favelas nas dinâmicas territoriais existentes;
>
> (3) Conhecimento sobre o papel da questão fundiária e a aplicação prática do instrumento da concessão de direito real de uso;
>
> (4) Conhecimento sobre os limites do processo de urbanização de favelas em sobre a necessidade de ampliar e combinar o leque das “ferramentas de intervenção”, conceber programas integrados de atendimento às necessidades habitacionais. (LOBO JÚNIOR, 2022)

FINGERMANN (2021) destaca as questões mais abstratas, relacionadas à importância do processo de emancipação verdadeira da população, conforme já mencionado. O período foi extremamente importante por trabalhar de forma inédita a capacidade de autodeterminação das famílias.

Depois da demissão em massa, houve realizações positivas, como, por exemplo, a instituição do orçamento participativo, segundo KECK (2010, p. 292), “prática de realizar audiências abertas nos bairros acerca de alocação de verbas, na qual eram eleitos representantes para trabalhar com o Departamento de Finanças na elaboração do orçamento”. Segundo consta em reportagem do *Diário do Grande ABC* (ROCHA, 2020), “Filippi se baseia em governo de 1982”, faz uma referência ao Orçamento Participativo, prática pioneira na administração Gilson Menezes, a qual gostaria de fortalecer em seu governo.

> O projeto político do partido de governar com base em organizações populares autônomas assumia, implicitamente, que elas existiam antes da criação de um tal governo. Esse não era o caso em Diadema, e a nova administração teve de enfrentar o problema de governar e ao mesmo tempo mudar o contexto político em que governava. Incapaz de fazer as duas coisas, terminou por promover a organização reforçando as relações verticais e não as horizontais. O resultado foi bem coerente com boa parte da história do populismo brasileiro. As tentativas de se iniciar um processo mais lento de planejamento participatório desmoronaram diante das exigências políticas das lutas entre facções. Considerando as coisas em termos puramente locais, é difícil ver como e de que modo, dados os participantes envolvidos, os resultados poderiam ser outros. (KECK, 2010, p. 292)

Com a saída em massa da equipe petista de São Paulo, foi formada uma nova equipe em meados de 1984. Até o final da gestão de Gilson Menezes foi mantido o Serviço de Urbanização de Favelas vinculado ao Departamento de Promoção Humana, que era encarregado de prestar assistência social a toda a população, mas, de todo modo, principalmente àqueles que viviam nas favelas.

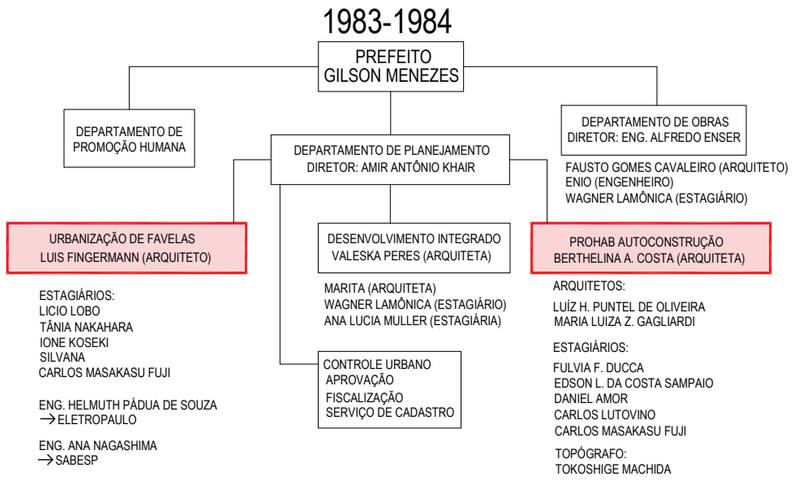


Figura 45: Organograma do início da gestão do prefeito Gilson Menezes (1983–1984). Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da Prefeitura da época e foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos que foram citados. À princípio, foi criado para guiar as conversas com os profissionais envolvidos nos programas de urbanização de favelas e assistência à autoconstrução.

O serviço de urbanização de favelas passou a ser coordenado pelo engenheiro Marco Antônio Plácido de Almeida, que montou uma equipe composta predominantemente por estagiários de arquitetura e urbanismo e dois arquitetos recém-formados, conforme pode ser observado no organograma. A arquiteta Selma Scarambone iniciou sua atuação na Prefeitura de Diadema nessa equipe, como estagiária, e desde então se mantém atuante no município, seja pela Prefeitura como de forma autônoma, prestando assessoria técnica a algumas associações de luta por moradia da cidade.

SCARAMBONE (2021) entende que o serviço de urbanização de favelas migrou para o Departamento de Promoção Humana, pois o prefeito acreditava que a equipe fazia mais serviço social do que propriamente uma atuação mais técnica. É possível compreender que desde o início dos programas de urbanização havia o trabalho do serviço social junto aos técnicos de arquitetura, e os profissionais de engenharia, dando o suporte necessário em questões específicas. Celso Aparecido Sampaio (2021), também estagiário na época, enfatiza como era importante a proximidade com os profissionais do serviço social, algo até então pouco conhecido no trabalho multidisciplinar dos arquitetos, normalmente mais acostumados a trabalhar com engenheiros, por exemplo. Vimos que esse trabalho junto com o serviço social já ocorria, em tempos anteriores, desde o PROCAP, por exemplo.

Está presente nesses processos iniciais de urbanização de favelas a dinâmica entre as questões de transformações físicas, do espaço; e social, das pessoas. SAMPAIO; FELIPE; GOMES (1987) entendem que as questões técnicas de modificações do espaço físico ocorreram de modo secundário:

> A improvisação foi a marca dos dois períodos, quando se colocava a mobilização e a organização da população como o objetivo principal, e a urbanização da favela (com um projeto – a implantação de infraestrutura, a execução de obras de contenção, drenagem, saneamento, pavimentação e própria edificação das moradias) como secundários (SAMPAIO; FELIPE; FOMES, 1987, p. 14).

Segundo SCARAMBONE (2021), ela e outros estagiários da equipe tiveram a preocupação de conversar com Fingermann para entender alguns procedimentos adotados nos projetos de urbanização já iniciados, entre eles a definição dos critérios de lote mínimo, largura das vielas, entre outras questões. Algumas áreas já estavam com o parcelamento finalizado, e em várias outras a nova equipe iniciou o processo desde o estágio inicial.

Sobre a questão do lote mínimo, SCARAMBONE (2021) interpreta que a lógica da dimensão mínima de 3 metros e meio de frente foi definida com base no lote com frente de 5 metros sem o corredor lateral de 1 metro e meio. Já a profundidade mínima do lote regular de 25 metros seria reduzida para 12 metros, entendendo as reduções de recuos frontais e a destinação de pouca área livre no fundo, praticamente 1 metro e meio de quintal, o mínimo para posicionar uma janela voltada para o lote vizinho. Com isso, trabalhavam, ainda sem instrumentos oficiais, com lote mínimo de 42 metros quadrados, estratégia adotada para manter o maior número possível de moradores nas áreas ocupadas. Esse tipo de atuação causava bastante polêmica na cidade, principalmente entre moradores e políticos mais conservadores, que entendiam que poderia incentivar o aumento das favelas no município. Os parâmetros especiais adotados nas urbanizações de favelas somente serão legalizados com a Lei Complementar Municipal nº 25, de 25 de janeiro de 1994 (Plano Diretor), e a Lei Complementar nº 50, de 1º de março de 1996 (Zoneamento, Urbanização, Uso e Ocupação do Solo), passando a ser aplicados em projetos de novos loteamentos populares de áreas vazias da cidade, promovidos pelo poder público como também por associações de luta por moradia, como será visto principalmente no Capítulo 5.

O artigo: “Urbanização de favelas como alternativa para a questão habitacional”[14], de autoria de Celso Sampaio, Joel Pereira Felipe e Mara Gomes (1987), na época estagiários da equipe, é importante por resgatar os procedimentos de urbanização das favelas adotados nas primeiras intervenções na cidade. Primeiramente informam os parâmetros para eleição das áreas a ser urbanizadas: ocupações em áreas públicas sem destinação de uso para o local. Definida a área a intervir, a fase seguinte se caracterizava pela busca de dados e pela elaboração de estratégias para a intervenção, considerando:

(1) Discussão inicial com a população: debate com a população sobre suas necessidades e expectativas com relação aos serviços da Prefeitura e a exposição sobre o impacto do processo na vida dos moradores;

(2) Elaboração de estudo de viabilidade: verificação de algumas possibilidades para o processo de urbanização;

(3) Discussão do projeto com a população: a discussão partia dos estudos elaborados, até a obtenção de uma síntese da vontade popular e da conceituação técnica;

(4) Implantação (demarcação física): fase do “desmonta e remonta barracos”, compreendendo comunicação e parceria com a equipe de topografia; assim como a realização de trabalhos de terraplenagem pela Prefeitura onde se fazia necessário;

(5) Encaminhamento das solicitações de implantação das redes às concessionárias do estado (Sabesp, Eletropaulo e Telesp) para a implantação dos serviços (água, esgoto, luz e telefone comunitários);

(6) Assistência técnica habitacional individual e coletiva sobre a construção da unidade familiar, quando possível, com fornecimento de projetos estudados e discutidos com cada família, mas na maioria a partir de informações gerais, por meio de cartilha de apoio à Assistência Técnica (figuras 46 a 49).

(7) Implantação de serviços públicos: após o encerramento da demarcação dos lotes e da implantação das redes pelas concessionárias, inicia-se o trabalho de obras pertinentes à Prefeitura, como pavimentação, escadarias, muros de arrimo, também a construção das sedes comunitárias. Nesse período tais obras normalmente eram realizadas por mutirão com orientação técnica da Prefeitura.

[14] O artigo foi premiado em 1º lugar no II Prêmio Pesquisa Mackenzie, em 1987.

Sobre o tema da ATHIS, descrita no item 6, foi possível entender que não havia um trabalho rigoroso de elaboração dos projetos e atendimentos das particularidades das famílias, inclusive porque não representava uma reivindicação principal dos moradores das áreas ocupadas irregularmente. Por meio de cartilhas eram dadas as orientações principais com relação às definições das aberturas, para atingir iluminação e ventilação minimamente adequadas; questões de afastamentos mínimos; espaços vazios para instalações dos equipamentos de interligação com a rede pública – caixa de inspeção, cavalete de água e entrada de energia; entre outras questões que podem ser observadas nas ilustrações a seguir:

A cartilha traz orientações com relação à ocupação do solo dentro de um espaço coletivo, quando, por exemplo, define o número máximo de pavimentos, indica a proibição de balcões sobre a viela ou o lançamento de água da chuva do telhado diretamente na viela sem condutor vertical. Ao mesmo tempo, propõe parâmetros para garantir a mínima qualidade nos espaços domésticos, a segurança da edificação e sua funcionalidade: definição de vazios para aberturas, presença de caixa-d'água e orientações sobre a estrutura.

De todo modo, ao conhecer os espaços resultantes é possível perceber que a maioria das construções não segue essas recomendações. Entender os motivos se torna uma tarefa árdua e pouco conclusiva. Também, até mesmo pela experiência de atuação em favelas, é possível perceber que, para a população, esses aspectos simplesmente não são tão relevantes.

Normalmente passam a ser importantes a partir do momento em que o morador percebe de perto os malefícios da ausência desses parâmetros. Por exemplo, a dona Maria do Núcleo Vera Lúcia não havia deixado nenhum vazio em seu lote, porém, quando seu primeiro filho nasceu, começou a perceber que no quarto do fundo não circulava ar, assim como em toda a casa. Essa preocupação foi despertada quando passou a existir um ser mais frágil habitando o espaço, e sua consciência de mãe a fez perceber que a moradia não estava adequada. Normalmente a prioridade das pessoas é ter ambientes maiores ou mais cômodos em casa.

O aspecto fechado das residências autoconstruídas também chama atenção: existem poucas aberturas, e normalmente estão fechadas. Talvez seja o reflexo dos espaços públicos: barulhentos, exíguos, escuros, becos com pouca visibilidade e alta densidade. Essas questões interferem na privacidade e na segurança dos habitantes. Assim, a função da equipe de profissionais da Prefeitura seria justamente trabalhar para despertar essa consciência nos moradores de favelas. No entanto, a própria solução urbanística acaba rebatendo negativamente nos aspectos dos espaços privados.

Outras questões emergiam da percepção desse território autoconstruído, como a tentativa de implantar técnicas alternativas de construção, algo que ao longo da história provavelmente ocorreu em diferentes momentos, mas que dificilmente conseguiu mudar a fórmula consolidada e difundida da autoconstrução: estrutura de concreto armado, blocos cerâmicos e laje pré-fabricada treliçada.

Em SAMPAIO; FELIPE; GOMES (1987) é apresentada uma proposta de uso de técnicas alternativas de construção com blocos de solo-cimento. Conforme relato de Wagner Lamonica (2021), arquiteto urbanista pela FAU-USP, que na época (1984) iniciava seu primeiro estágio no Departamento de Obras do município e que depois teve uma longa trajetória profissional na Prefeitura, havia uma prensa manual para fabricação de blocos, na qual inclusive teve a oportunidade de fabricar alguns.

A proposta seria disponibilizar a prensa para a população favelada e de baixa renda, juntamente com a assistência técnica habitacional para o projeto e o acompanhamento da obra, mediante permuta por sacos de cimento. Essa ideia não deu muito certo. Fazer manualmente os blocos não era tarefa simples, e uma casa necessita de muitos blocos. Soma-se a isso a questão do solo do município, que não era adequado para tal finalidade (OLIVEIRA, 2021).

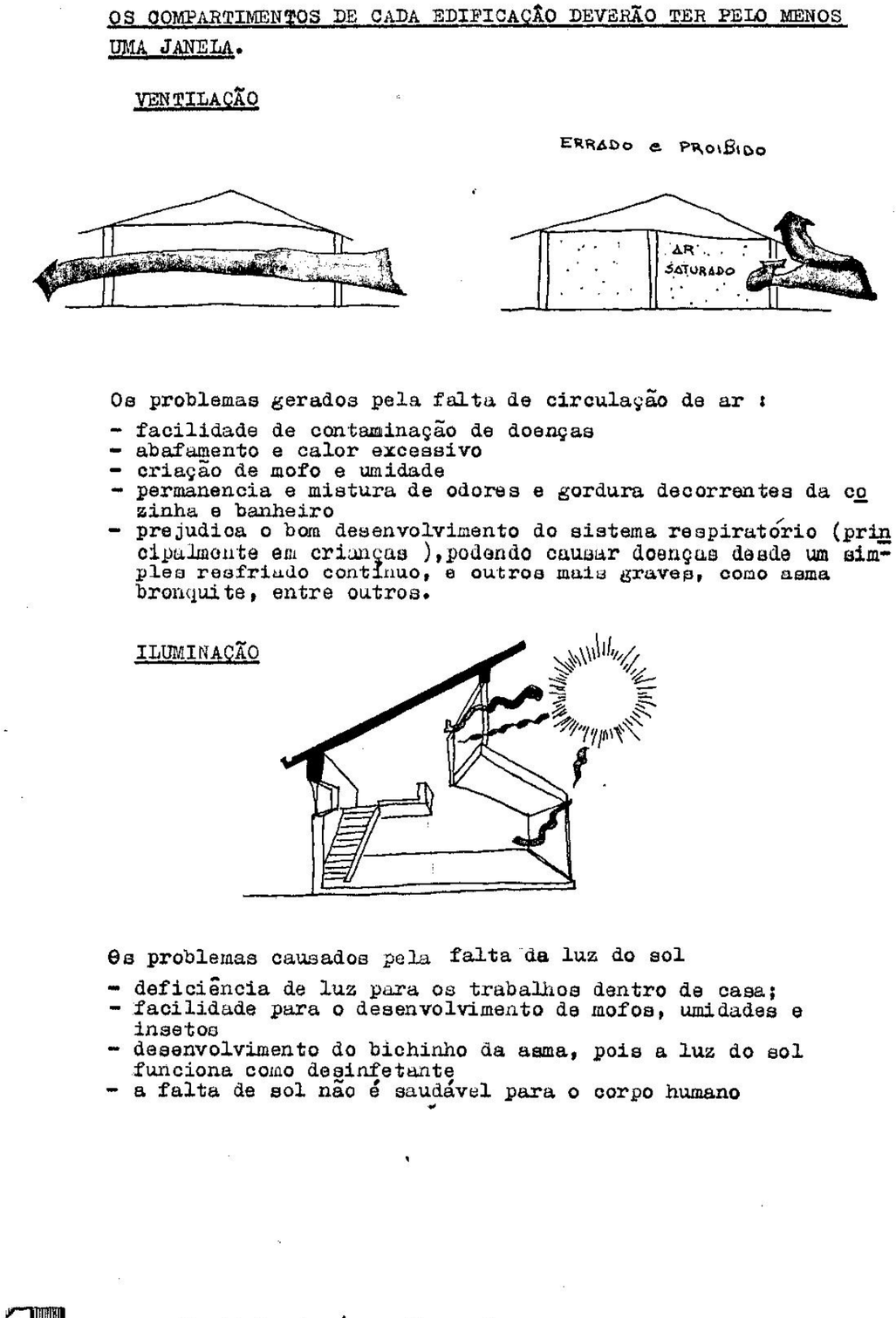
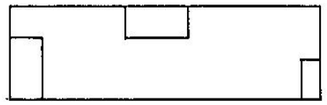


Figura 46: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas por Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 1: iluminação e ventilação.

JUNTO AO ALINHAMENTO DEVERÁ SER DEIXADO UM ESPAÇO NÃO CONSTRUÍ DO NUNCA INFERIOR A 0,60m DE PROFUNDIDADE E 1,50m DE COMPRIMENTO

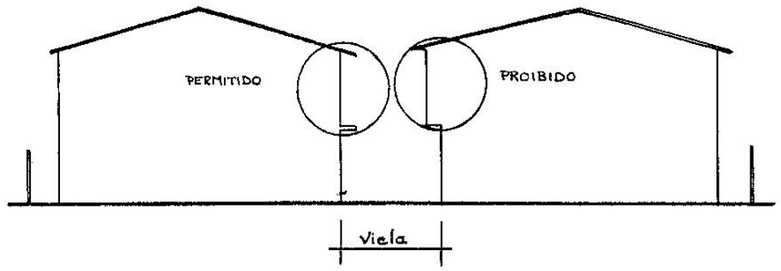
Esse espaço é reservado a colocação de cavaletes para ligação de água potável, poste para a ligação de énergia elétrica e caixa de inspeção para rede de esgoto.

JUNTO A CADA JANELA DEVERÁ SER DEIXADO ESPAÇO DESCOBERTO DA SEGUINTE FORMA:



Na divisa lateral ou de fundos: -Dimensões e formatos que permitam a inscrição de um retângulo de 1,20m x 2,40m Ou um quadrado de 1,70m de lado.

AS PARTES COMPLEMENTARES DA CONSTRUÇÃO NÃO PODEM INVADIR AREAS DE USO COMUM

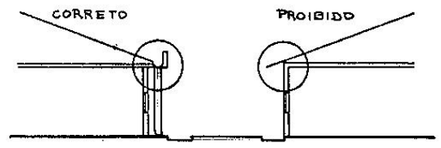


2 RECUOS

Figura 47: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas por Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 2: recuos.

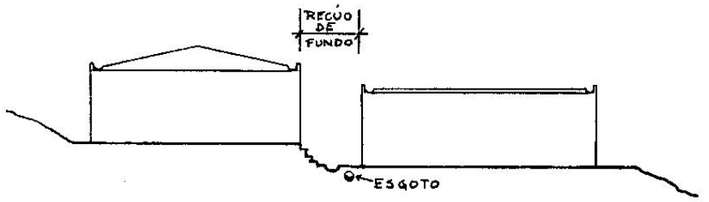
Água de chuva

: As coberturas deverão ter direcionamento adequado, ou serem providas de calhas, de forma a evitar em qualquer hipótese o lançamento de águas pluviais, da cobertura para pontos situados em lotes vizinhos.



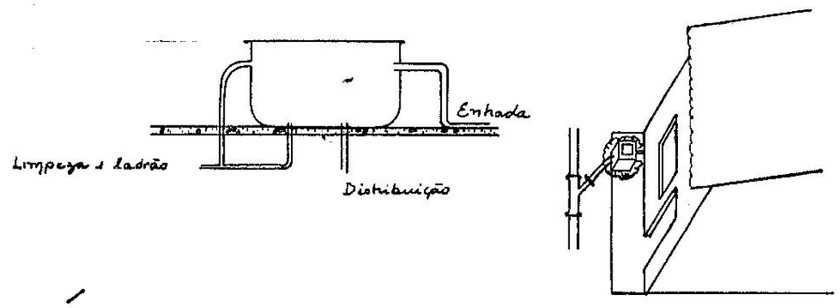
ESGOTOS : Deverá ser respeitado como recuo minimo lateral ou de fundos nos lotes em que essa medida fôr necessária para permitir o escoamento de de águas pluviais ou de esgoto sanitário.

OBS: O objetivo é previnir problemas de acumulo de águas pluviais em quintais e futuras dificuldades com a ligação da rêde de esgoto.



OBSERVAÇÃO: 1-O emprego da caixa d'agua nas residências é de muita importância, pois é uma garantia de se ter reserva de água potável na falta da distribuição da mesma, para serviços básicos de higiene e alimentação.

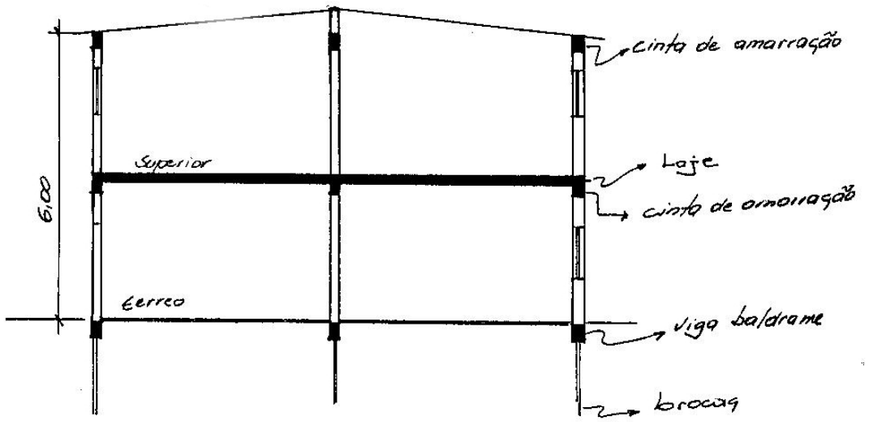
2-Todo lote deverá ter uma caixa de inspeção antes do esgoto ser ligado a rêde da viela.



3 ÁGUAS

Figura 48: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas por Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 3: águas.

A EDIFICAÇÃO NÃO PODERÁ TER ALTURA SUPERIOR A 6,00m E MAIS DE DOIS PAVIMENTOS.



Para a construção do segundo pavimento deverá possuir a construção:

PARA COMPLETAR COM
ORIENTAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO

4 ESTRUTURA

Figura 49: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas por Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 4: estrutura.

Assim, é possível verificar que, durante a primeira gestão do prefeito Gilson Menezes, houve a definição de um processo de urbanização de favelas, com participação ativa de diferentes profissionais e estagiários, que ocorreu sem grandes planejamentos e que no início não fazia parte do repertório da população favelada.

A reivindicação por urbanização foi plantada nesse momento com a ajuda de profissionais motivados ideologicamente e com vontade de melhorar a realidade do município. No momento da posse, em 1983, havia 128 favelas na cidade. Durante a primeira gestão a equipe atuou em 78 núcleos nas distintas regiões, com menos intensidade na região sul, conforme explica CIRERA (2008):

> De 1983 a 1988, as ações do programa ocorreram em 78 núcleos, de forma distribuída nas regiões norte, sul, leste e oeste, respectivamente em 28, 5, 19 e 26 áreas, sendo concluídas as urbanizações em 16 delas. Das intervenções, houve menor intensidade na região sul, onde estão as áreas de Eldorado e Inamar, por dois motivos: a localização em mananciais e o menor peso da região quanto ao número absoluto de famílias moradoras em núcleos, sendo que eram contabilizados 46 núcleos na região norte, 25 na leste, na este e 33 na sul. (CIRERA, 2008, p. 72)

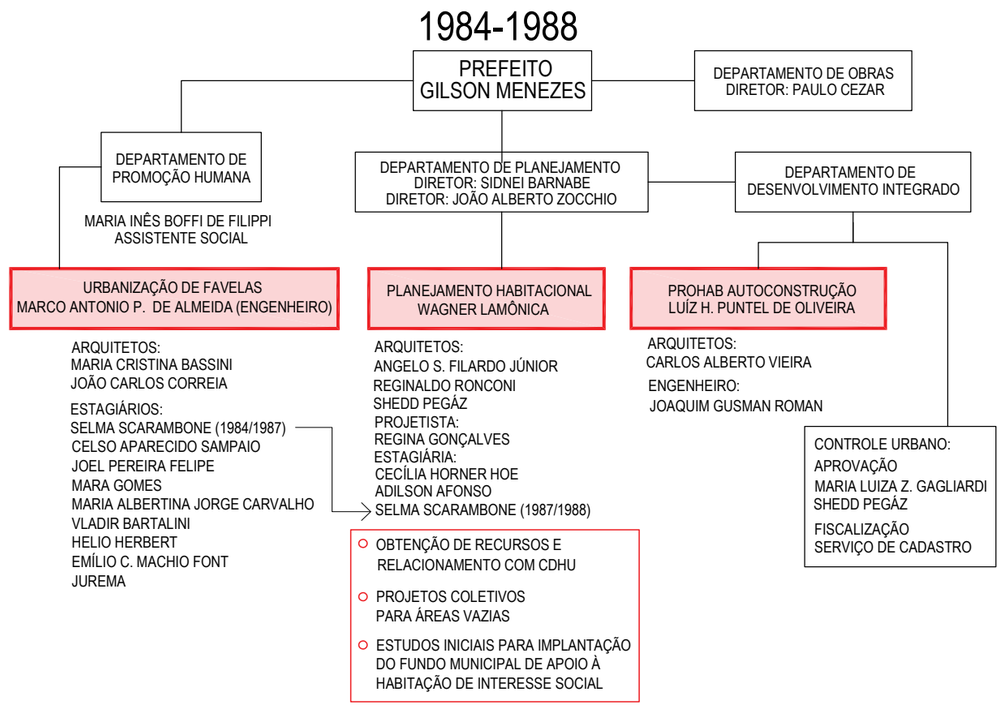


Figura 50: Organograma da gestão do prefeito Gilson Menezes (1984–1988). Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da Prefeitura da época e foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos que foram citados. A princípio, foi criado para guiar as conversas com os profissionais envolvidos nos programas de urbanização de favelas e assistência à autoconstrução.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Ações e características principais no processo de urbanização de favelas:

- O trabalho tinha como objetivo principal tentar resgatar a população marginalizada, torná-la consciente;
- Os aspectos educacionais do programa de urbanização eram considerados tão importantes, senão mais importantes, do que as questões técnicas de modificação do espaço físico;
- Promoção de reuniões que abrangiam todas as favelas do município, uma forma de organizar as reivindicações dos favelados ao poder público;
- É possível notar motivação ideológica e engajamento dos profissionais envolvidos no processo;
- Processo ocorria com poucos recursos públicos, equipe pequena e documentação técnica bastante precária;
- Era fundamental a consideração da organização previamente existente na área e sua população;
- Formação de conselhos populares em todas as ruas/vielas: representar os diferentes anseios das pessoas; funcionavam como multiplicadores da informação; colaboravam na organização das reivindicações;
- Defesa da igualdade dos moradores de favelas perante o restante da população;
- Colaboração com a organização das pessoas para reivindicação pelos serviços públicos essenciais;
- Trabalho de emancipação da população; por exemplo, os moradores ficavam à frente do plano de remanejamento, com apoio da Prefeitura;
- Necessidade concreta do processo era obter infraestrutura mínima, e outras questões, como a importância do endereço oficial;
- Havia um caráter coletivo bastante presente no processo; afinal, não dava para conduzi-lo sem a colaboração de todos e a autorização explícita dos moradores;
- Grande desafio técnico na implantação de um plano com as famílias morando no local, tornando-se difíceis o levantamento da área, a terraplanagem e o próprio trabalho de remanejamento das famílias;
- Após a demarcação dos lotes e a implantação das redes, realizavam-se obras de pavimentação, escadarias, muros de arrimo e construção das sedes comunitárias por mutirão, com orientação técnica da Prefeitura;
- Havia o entendimento de continuidade do processo e sua condução pelos próprios moradores, por isso também a importância de prever o centro comunitário nos projetos;
- Criação de instrumento jurídico de CDRU para garantir a posse do local e ter maior segurança para dar continuidade ao desenvolvimento de sua moradia;

- Prioridade de realizar o processo nas áreas públicas, pela maior segurança da posse, em vista da criação da CDRU;
- Definição de parâmetros especiais de uso e ocupação do solo para o parcelamento e para os aspectos da construção;
- Apoio à autoconstrução, no geral, ocorria a partir de orientações contidas em cartilha elaborada pela equipe;
- A assistência técnica habitacional, no geral, não era a grande reivindicação da população no período.

3.5.2
CDRU - CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO: DIREITO À TERRA PARA OS FAVELADOS

> Como atuar diante desta regra, tida como exceção pelo planejamento acadêmico ou administrativo? Quais as normas mais adequadas de ocupação do solo neste faroeste que caracteriza a urbanização no Brasil? (MARICATO, 1980, p. 91)

A Concessão do Direito Real de Uso foi uma modalidade de regularização fundiária criada paralelamente às primeiras ações de urbanização de favelas no município, importante para legitimar o direito à terra para os favelados. Esse instrumento já estava sendo debatido desde 1982 pelos MDDF (Movimento de Defesa dos Favelados) na região do ABC, e depois a proposta foi incorporada em Diadema no 2º Encontro de Favelas, realizado em junho de 1984 pela Associação de Favelados de Diadema. (BALTRUSIS, 2018)

> Em julho de 1984, os favelados de Diadema, em seu 2º Encontro Municipal, decidiram que, para legalizar o direito de posse nas áreas ocupadas por favela, a Prefeitura encaminharia a Concessão de Direito Real de Uso, sobre as áreas públicas. Após os estudos, o Projeto foi encaminhado à Câmara no dia 5 de junho de 1985, para ser discutido e votado pelos vereadores, autorizando a Prefeitura a contratar a concessão, mediante documento com os moradores de cada área. (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, 1985)

Pela Lei nº 819, de 12 de novembro de 1985, foram desafetadas 19 áreas públicas municipais ocupadas por favelas. O título de concessão é gratuito e cedido pelo prazo de 90 anos para fins de Habitação de Interesse Social, não contemplando inicialmente atividades comerciais. Também vale ressaltar que somente seriam beneficiados pela lei de 1985 aqueles que não possuíssem outro imóvel residencial no município ou em outro local do ABC. No verso do certificado há algumas informações:

> Preste atenção, você tem direito a 90 anos de moradia em área urbanizada com vielas, escadaria, rede de esgoto, centro comunitário etc. **Você tem o dever de:** participar da Comissão de Moradores discutindo questões coletivas relativas à área. **Você está proibido de:** possuir outra propriedade de uso residencial; vender ou transferir seu lote sem autorização prévia da comissão de moradores e da Prefeitura de Diadema; construir mais que dois andares; permitir a moradia de mais de uma família em cada lote; deixar de respeitar as regras determinadas pela Urbanização de Favelas; utilizar seu lote apenas para comércio; e utilizar seu lote apenas para aluguel. (CERTIFICADO DE CONCESSÃO REAL DE USO, 2000)

A seguir, as 19 áreas desafetadas pela Lei nº 819, de 12 de novembro de 1985:

- ÁREA - 6 - LOTEAMENTO: JARDIM CANHEMA
- ÁREA - 1 - LOTEAMENTO: JARDIM MARIA TEREZA
- ÁREA - 17 - LOTEAMENTO: JARDIM PROMISSÃO
- ÁREA - 67 - LOTEAMENTO: JARDIM ALVORADA
- ÁREA - 106 - LOTEAMENTO: JARDIM ABC
- **ÁREA - 4 - LOTEAMENTO: JARDIM VERA LÚCIA**
- ÁREA - 83 - LOTEAMENTO: JARDIM ABC, JARDIM TAKEBE
- LOTEAMENTO: JARDIM CANHEMA E JARDIM SANTA RITA 1º.
- ÁREA - 13 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA
- ÁREA - 14 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA
- ÁREA - 64 - LOTEAMENTO: PARQUE REAL
- ÁREA - 16 - LOTEAMENTO: JARDIM PORTINARI
- LOTEAMENTO: JARDIM ANDRADE BARBOSA
- ÁREA - 30 - LOTEAMENTO: JARDIM INAMAR
- LOTEAMENTO: VILA NOGUEIRA
- ÁREA - 3 - LOTEAMENTO: JARDIM DAS NAÇÕES
- ÁREA - 2 - LOTEAMENTO: JARDIM DAS NAÇÕES - 3ª GLEBA E JARDIM SANTA RITA - 2ª GLEBA
- ÁREA - 9 - LOTEAMENTO: JARDIM MOMBAÉ
- ÁREA - 28 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA

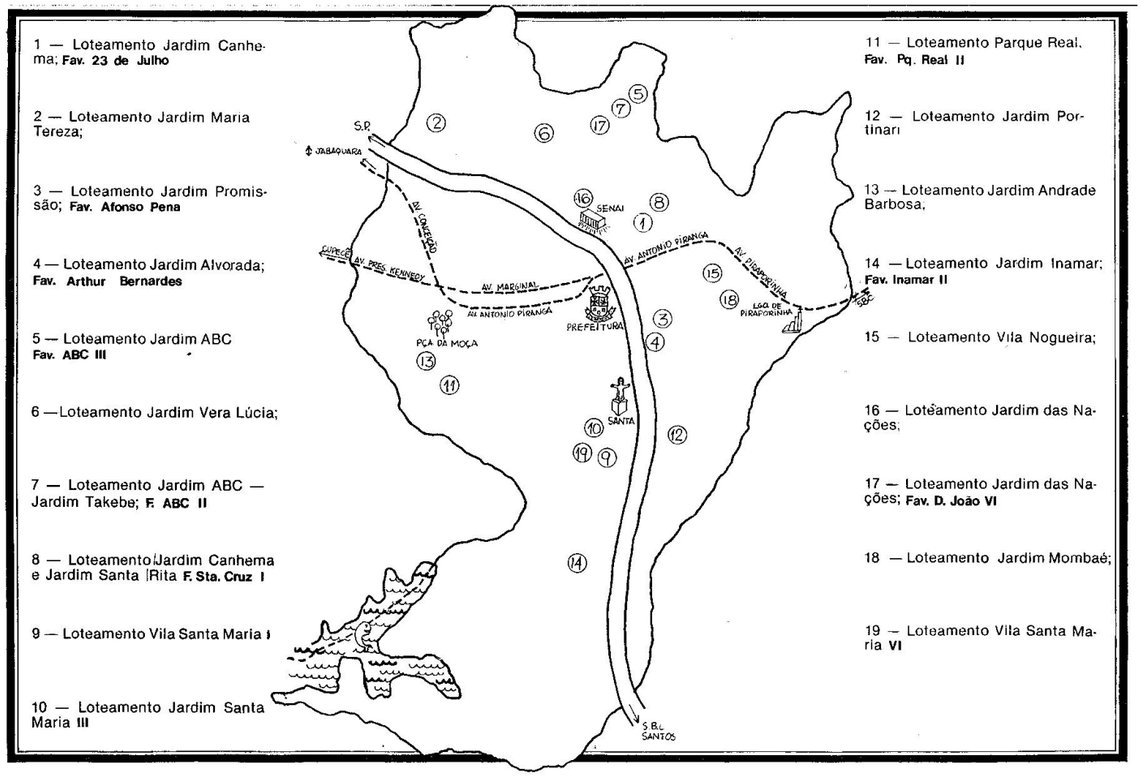


Figura 51: Mapa elaborado na época da criação da lei, 1985, identificando as 19 áreas beneficiadas.

Posteriormente, pela Lei nº 975, de 3 de novembro de 1988, 32 novas áreas são desafetadas:

- ÁREA - 5 - LOTEAMENTO: JARDIM LIA
- ÁREA - 7 - LOTEAMENTO: JARDIM SANTA RITA - 1ª GLEBA
- ÁREA - 8 - LOTEAMENTO: VILA DIADEMA
- ÁREA - 11 - LOTEAMENTO: JARDIM TIRADENTES, JARDIM SANTA CÂNDIDA E JARDIM SANDRA
- ÁREA - 15 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA
- ÁREA - 20 - LOTEAMENTO: JARDIM MARILENA, VILA NOGUEIRA E JARDIM ITARARÉ
- ÁREA - 22 - LOTEAMENTO: JARDIM DAS NAÇÕES
- ÁREA - 25 - LOTEAMENTO: JARDIM SANTA RITA - 1ª PARTE
- ÁREA - 27 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA
- ÁREA - 49 - LOTEAMENTO: JARDIM CAMPANÁRIO
- ÁREA - 53 - LOTEAMENTO: JARDIM RUYCE - 4ª GLEBA
- ÁREA - 59 - LOTEAMENTO: JARDIM RUYCE - 1ª PARTE
- ÁREA - 62 – LOTEAMENTO: PARQUE REAL – PARTE “A” - BAIRRO CONCEIÇÃO
- ÁREA - 66 - LOTEAMENTO: VILA BANDEIRANTES
- ÁREA - 68 - LOTEAMENTO: JARDIM PIRAPORINHA
- ÁREA - 70 - LOTEAMENTO: JARDIM ARCO-ÍRIS
- ÁREA - 72 - LOTEAMENTO: JARDIM REY
- ÁREA - 73 - LOTEAMENTO: VILA ELEONOR
- ÁREA - 74 - LOTEAMENTO: VILA GOYOTIN E VILA ANA SOFIA
- ÁREA - 71 - LOTEAMENTO: JARDIM ARCO-ÍRIS
- ÁREA - 76 - LOTEAMENTO: VILA ESTER E JARDIM CANHEMA
- ÁREA - 77 - LOTEAMENTO: JARDIM DAS NAÇÕES - 1ª GLEBA
- ÁREA - 79 - LOTEAMENTO: JARDIM SÃO JUDAS
- ÁREA - 84 - LOTEAMENTO: JARDIM ABC E JARDIM TAKEBE
- ÁREA - 93 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA
- ÁREA - 94 - LOTEAMENTO: VILA SANTA MARIA
- ÁREA - 97 - LOTEAMENTO: JARDIM MARILENA
- ÁREA - 102 - LOTEAMENTO: PARQUE REID
- ÁREA - 107 - LOTEAMENTO: JARDIM DAS NAÇÕES - 2ª PARTE
- ÁREA - 108 - LOTEAMENTO: JARDIM ARCO-ÍRIS
- ÁREA - 109 - LOTEAMENTO: JARDIM PADRE ANCHIETA
- ÁREA - 110 - LOTEAMENTO: JARDIM ALBA

Na lei de 1988 são mantidos os princípios e realizados alguns ajustes, como, por exemplo, a inclusão no projeto de urbanização de área para a construção de centro comunitário, a ser administrado pela própria comissão de moradores. Outra mudança foi a restrição do benefício para aqueles que possuíssem imóvel na Região Metropolitana de São Paulo (antes o limite era a região do ABC).

Segundo CYMBALISTA et al (2005, p. 8), em 1989, o Decreto Executivo 3767/1989 inovou a CDRU "permitindo o exercício de atividades profissionais ou comerciais lícitas em um terço da área do lote, desde que o morador continuasse a destinar o lote de forma predominante habitacional". O objetivo era potencializar e regularizar as atividades geradoras de emprego e renda.

O instrumento representou uma inovação e uma conquista dentro do movimento de reforma urbana, um marco na luta contra as políticas de remoções e desfavelamento. Esse processo estava diretamente ligado às áreas públicas que passavam pelo processo de urbanização.

> Entre 1983 e 1996, o município incidiu sobre a realidade das favelas, beneficiando cerca de 90% da população moradora em núcleos habitacionais. Dos 192 núcleos habitacionais existentes em 1996, 115 foram urbanizados. Cerca de 24,86% dos núcleos de favelas adquiriram o direito à posse da terra através da Concessão do Direito Real de Uso – CDRU. De acordo com o levantamento do Departamento de Urbanização de Favelas, em 2001 existiam 207, destas 35 (17%) se encontravam em processo de urbanização e cerca de 5% do total necessitavam de remoção por estarem localizadas em situações de risco. (BALTRUSIS, 2018, p. 23)

As concessões de direito de uso foram fundamentais nesse processo; afinal, as pessoas começavam a construir definitivamente em seus lotes e precisavam de garantias. Quando se juntavam várias áreas nas reuniões que ocorriam aos sábados, essa era uma das discussões. Lembrando também que havia muita repressão das favelas em governos de direita anteriores. Assegurar o direito de uso era um ato bastante grandioso naquele momento.

Figuras 52 e 53: Parte do documento elaborado pelo Movimento de Favelas de Diadema com a colaboração de profissionais da prefeitura. Trata-se de um resumo do projeto de lei encaminhado pelo Prefeito à Câmara dos Vereadores de Diadema, para votação, em 1985.

Por este Projeto, os favelados residentes "nas áreas municipais", vão utilizar para moradia, os terrenos da Prefeitura, pelo prazo de 90 anos.

Com a concessão os favelados conquistarão o direito de moradia como se a terra fosse a sua vida. Este direito passa de pai para filho.

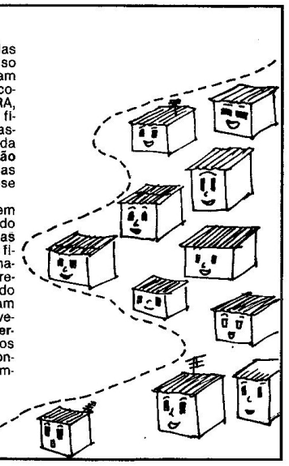
O Projeto será discutido e votado pela Câmara de Vereadores. Para ser aprovado, precisará de 12 (doze) votos favoráveis. Mas, como se trata de um interesse social dos favelados que representam (incluindo as favelas particulares) UM TERÇO DA POPULAÇÃO (mais de 100 mil favelados) DA POPULAÇÃO DE DIADEMA, esperamos os votos favoráveis de todos os vereadores.

Vamos ver o que diz o Projeto apresentado pelo Prefeito e que corresponde a proposta dos favelados, aprovado no II Encontro dos Favelados de Diadema.

Artigo 1º

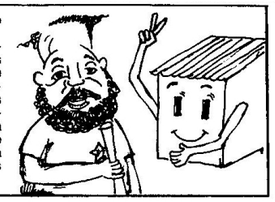
— As áreas já ocupadas por favela são tidas como "de uso comum do povo" ou seja, foram deixadas para fazer praças, escolas, posto de saúde...AGORA, através deste artigo 1º, muda a finalidade de "uso comum..." passando a ser de propriedade da Prefeitura **e recebe a destinação** para moradia daqueles que já as ocupam de fato (isto chama-se "desafetação").

Apesar destas áreas serem consideradas "de uso comum do povo", durante muito tempo, nas administrações passadas, elas ficaram completamente abandonadas **sem nenhum zelo** pelos Prefeitos anteriores. Ao longo do tempo estas áreas encontraram quem zelassem por elas: os favelados que hoje moram como **verdadeiros posseiros,** necessitados dessa moradia por não terem condições de pagar aluguel ou comprar um terreno ou casa.



Artigo 2º

— Este artigo diz que o prefeito fica autorizado pela Câmara a fazer a concessão de direito real de uso para os favelados morarem pois não têm para onde irem. Neste caso e pela sua situação social, somente os favelados concorrem ao direito à concessão, principalmente, porque já moram nestas áreas. Então neste artigo, a área que passou a ser da Prefeitura vai ser utilizada pelos favelados para moradia



Artigo 3º

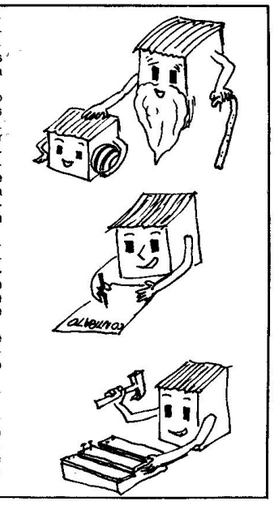
— As concessões de direito real de uso serão dadas gratuitamente pelo prazo de 90 (noventa) anos aos atuais moradores de favela e esta concessão passa de pai para filho

Parágrafo 1º — A concessão será dada coletivamente a todos que moram numa mesma área, **não podendo** uma família ficar com mais de um lote. **Por que coletivo?** Porque a maneira individual, o favelado corre o risco de outros prefeitos acabarem com a concessão, sem precisar **consultar todos os moradores de uma mesma área.**

Parágrafo 2º — Após a aprovação pela Câmara, os favelados assinarão com a Prefeitura **um contrato** para utilização da área. Se algum favelado não cumprir com o contrato perderá o direito de morar no local.

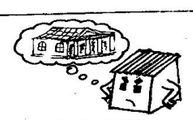
Parágrafo 3º — O favelado que for acusado de não estar morando no seu lote ou colocar em todo o lote um comércio ou oficina, poderá se defender na Prefeitura antes de perder seus direitos

Parágrafo 4º — O morador poderá ter em seu lote comércio ou oficina de trabalho (coisa pequena naturalmente) como atividade profissional **mas, tem que ao mesmo tempo morar em seu lote**



Artigo 4º

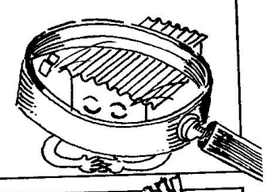
— Será dada a concessão **somente as famílias que declararem,** sob as penas da lei que não possuem casa ou terreno dentro de Diadema



Artigo 5º

— **A prefeitura vai fazer um levantamento, triagem e seleção** entre os moradores das favelas ou seja, um cadastramento das famílias que realmente precisam da concessão

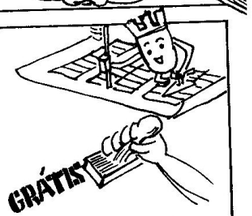
Parágrafo Único — Para fazer este cadastramento, a Prefeitura vai discutir e decidir junto com a Comissão de Moradores de cada favela



Artigo 6º

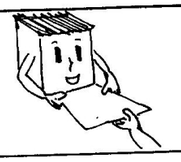
— A Prefeitura fica autorizada a fazer a urbanização em cada área, de comum acordo com cada Comissão de Moradores. Ou seja, fazer desenhos, topografia...necessários.

Parágrafo Único — A aprovação do Plano de Urbanização (desenhos, plantas, mapas, topografia...) não serão cobrados taxas.



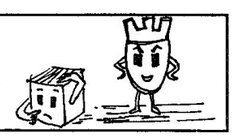
Artigo 7º

— O Contrato de concessão será registrado em um livro na Prefeitura. A Comissão de Moradores receberá uma cópia que tem o nome de todos moradores, de cada área e depois vai registrar no Cartório de Imóveis



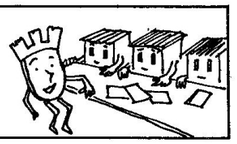
Artigo 8º

— A Prefeitura vai fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão.



Artigo 9º

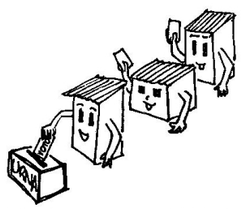
— Aquilo que não estiver na lei ou no contrato será resolvido pela Prefeitura e pela Comissão de Moradores.



Artigo 10º

— Cada favela terá uma Comissão, eleita pelos moradores para representá-los perante a Prefeitura, para a finalidade deste projeto.

Parágrafo Único — Será reconhecida pela Prefeitura a Comissão de Moradores que tiver sido eleita **pela maioria dos moradores de cada favela.** A ata de eleição com assinaturas dos moradores será entregue na Prefeitura.



Artigo 11º

e Último — Esta lei começa a funcionar a partir de sua publicação em Jornal de Diadema...

Figura 54: Documento elaborado pelo Movimento de Favelas de Diadema com a colaboração de profissionais da prefeitura. Trata-se de um resumo do projeto de lei encaminhado pelo Prefeito à Câmara dos Vereadores de Diadema, para votação, em 1985.

3.5.3
PROHAB AUTOCONSTRUÇÃO

A concepção desse programa partiu do mesmo resgate histórico já realizado na época da formulação do PROCAP, de percepção de uma grande demanda por alvarás de construção para casas populares; no entanto, uma procura mais voltada à expectativa de cumprir a legalidade e a burocracia do que ter um auxílio real e efetivo durante a construção de suas moradias.

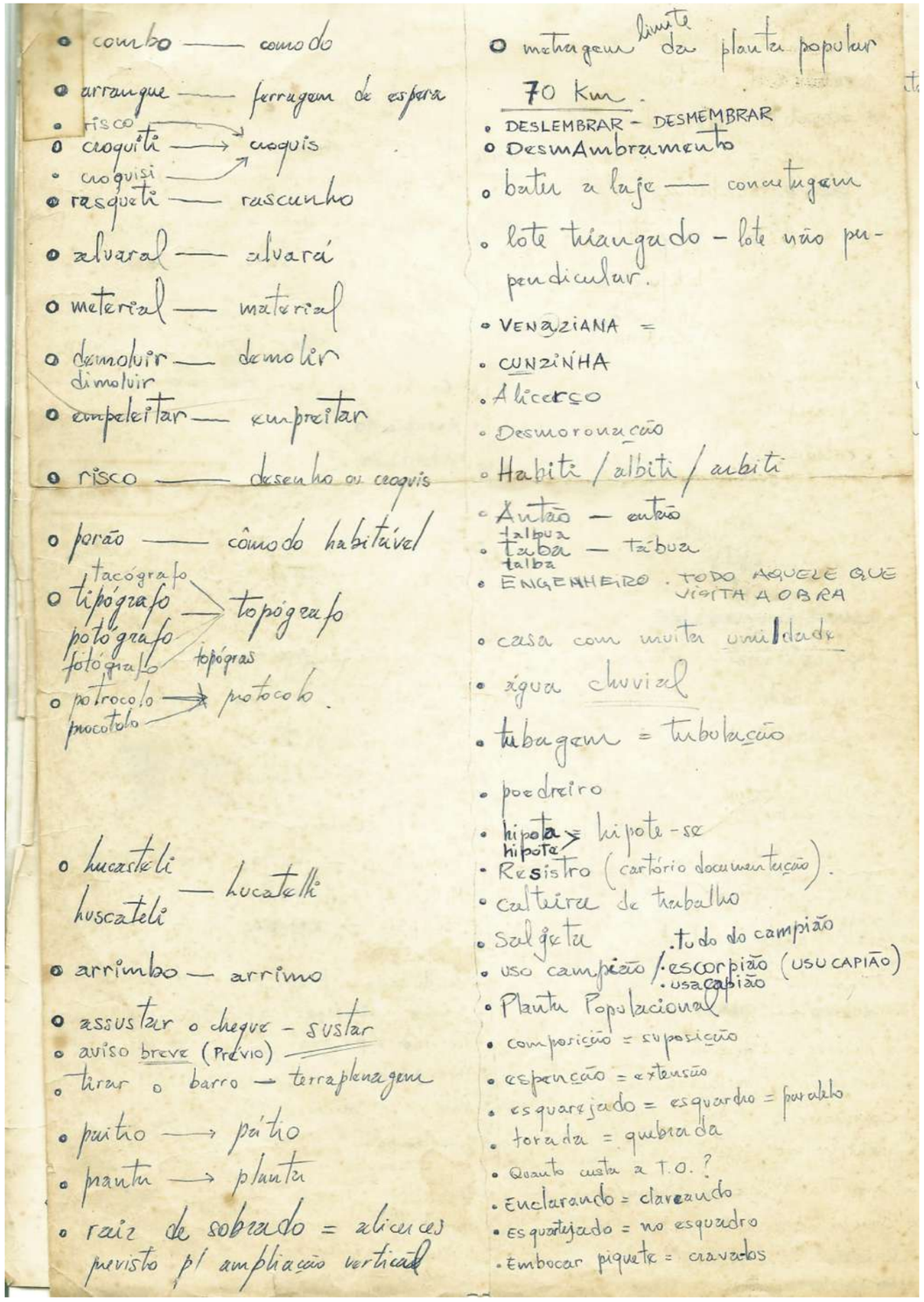
Assim como ocorreu no PROCAP, os pressupostos teóricos de Paulo Freire estavam presentes enquanto embasamento das ações do PROHAB, das questões de aproximação, do diálogo e da troca de conhecimentos entre os técnicos e a população, todos os sujeitos do processo, com ausência de autoridades ou hierarquias.

Fingermann fez contato com Paulo Freire, pois acreditava que seria importante preparar a equipe da Prefeitura para esse trabalho diferenciado e de relação harmoniosa que estava sendo realizado junto com a população, que nunca tinha passado por processo semelhante até então, seja no programa de urbanização de favelas como também pelo serviço de apoio à autoconstrução (OLIVEIRA; FINGERMANN, 2021). Os membros do Partido dos Trabalhadores local não aprovaram a proposta do trabalho de Paulo Freire em Diadema; achavam desnecessário. Contudo, alguns funcionários da Prefeitura foram convidados a participar de encontros semanais com o grande educador na Fundação Wilson Pinheiro[15], em São Paulo.

Segundo OLIVEIRA (2021), arquiteto que assumiu a coordenação do programa após a saída de Berthelina A. Costa, em 1984, esses encontros foram fundamentais para seu crescimento e sua capacitação para trabalhar junto com pessoas que tinham uma realidade diferente da sua e que não receberam as mesmas oportunidades de estudo e capacitação profissional. Então o cerne da questão seria como transmitir os conhecimentos sem diminuir as pessoas. Tentar reduzir o “tecniquês” ou o “juridiquês”; afinal, sem isso, não haveria comunicação verdadeira. Inspirado nos encontros, esse profissional criou na época um glossário com palavras comuns no dia a dia da construção e na elaboração do projeto, uma maneira de conhecer a linguagem usual da população e não utilizar aquilo como deboche, mas como conhecimento pessoal e inserção de conhecimento.

O programa nessa nova fase teve o diferencial de ser desenhado para funcionar não apenas em lotes individuais, particulares e pulverizados nos loteamentos legalizados da cidade, como também em atendimentos especiais em favelas. Porém, de fato, foi uma inserção mais teórica, pois, na prática, o PROHAB funcionou apenas nas áreas regulares do município, pois, conforme vimos, os processos de urbanização que se iniciavam naquele momento tinham a proposição do atendimento habitacional ainda distante da prioridade, visto que as ações estavam mais focadas no desenvolvimento de uma organização dos moradores para as tomadas de decisões que implicavam nas questões do traçado das vielas, para passagem das redes e disposição dos lotes. A assistência técnica habitacional, nos processos ocorridos nos anos 1980, ainda não chegou a ser prioridade no programa de urbanização de favelas.

[15] A Fundação Wilson Pinheiro foi instituída pelo Diretório Nacional do PT em 1981 como um instrumento político complementar à estrutura partidária. Estruturada em nível nacional, ainda na década de 1980 contava com Seções Regionais instaladas junto aos diretórios de diversas regiões do país, dedicando-se a atividades de formação política da militância do PT. Fonte: <https://acervo.fpabramo.org.br/>. Acesso em: 6 fev. 2022.



igura 55: Um dos glossários realizados pelo arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira, 1985.

É importante compreender que se trata de uma reformulação do PROCAP dos anos 1970, pois muita coisa havia mudado na cidade em dez anos, principalmente o aumento no número de favelas (até 1968 havia apenas duas favelas na cidade, número que até 1977 aumentou para 31, atingindo128 favelas em 1982). Ou seja, a prioridade da equipe de urbanização de favelas focava nos processos anteriores à construção da habitação. Surge a pergunta: por que não mudou a prioridade do PROHAB Autoconstrução dos lotes particulares para os lotes das favelas? Talvez porque, naquele momento, as famílias das favelas ainda não estavam construindo definitivamente com alvenaria – era o tal do desmonta e remonta barraco.

Também é importante frisar que Diadema era uma cidade-dormitório, acolhendo muitas famílias de metalúrgicos que trabalhavam nos municípios vizinhos, principalmente São Bernardo do Campo, ou em serviços e comércio em São Paulo. Mesmo se tratando de uma população assalariada, com lote próprio, não viviam bem. COSTA (2021) relembra que, no início de sua atuação no município, deparou-se com uma cidade que “literalmente desabava em épocas das chuvas”; afinal, mesmo os bairros no entorno do centro foram autoconstruídos sem assistência técnica. “Os três primeiros meses foram terríveis, andávamos pelas ruas, com a Defesa Civil, convencendo os moradores a saírem de suas casas” (COSTA, 2021).

Direcionar a equipe do PROHAB para as favelas representaria deixar aquelas famílias de baixa renda, que pagavam os lotes com muito custo, sem orientação técnica na hora de construir. Ou seja, seria o mesmo que tampar um buraco e destampar outro. Do modo como ficou definido, a Prefeitura conseguiu ter proximidade com os dois tipos de demandas.

De todo modo, havia o entendimento da equipe de que a experiência em áreas legalizadas seria um importante repertório para os programas de urbanização de favelas e que mais cedo ou mais tarde seria inevitável a presença da Prefeitura no apoio à autoconstrução nas favelas, pois, com o tempo, os barracos iam começar a se transformar em casas de alvenaria.

Para entender como funcionou o PROHAB no período de 1983 a 1988 foram resgatados no Arquivo Geral da Prefeitura os processos de pedido de alvará do período, foram levantados dados e informações com integrantes principais do programa, principalmente o acervo do arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira, que participou de mais de 300 projetos dentro do programa entre 1983 e 1988, e também foi realizada entrevista com a arquiteta Berthelina A. Costa, que coordenou o projeto no período de implantação, momento decisivo na reativação de um programa legítimo de assistência técnica realizado pelo poder público.

Nota-se que o apoio da Prefeitura à autoconstrução em áreas particulares foi perdendo força no final dos anos 1980 devido ao momento caótico pelo qual a cidade passava, de aumento significativo da população que vivia em áreas sem infraestrutura mínima, o que exigiu maiores esforços nos programas de urbanização de favelas.

No Arquivo Geral foi resgatado o Processo nº 3224/1984, que relata todo o planejamento de implantação do programa, inclusive demonstrando a retomada dos conceitos do PROCAP (1973–1974), com o princípio de utilidade concreta para os autoconstrutores, como uma prestação de serviço público para melhorar as condições da construção e seu barateamento e ao mesmo tempo estar junto com a população em sua organização e mobilização.

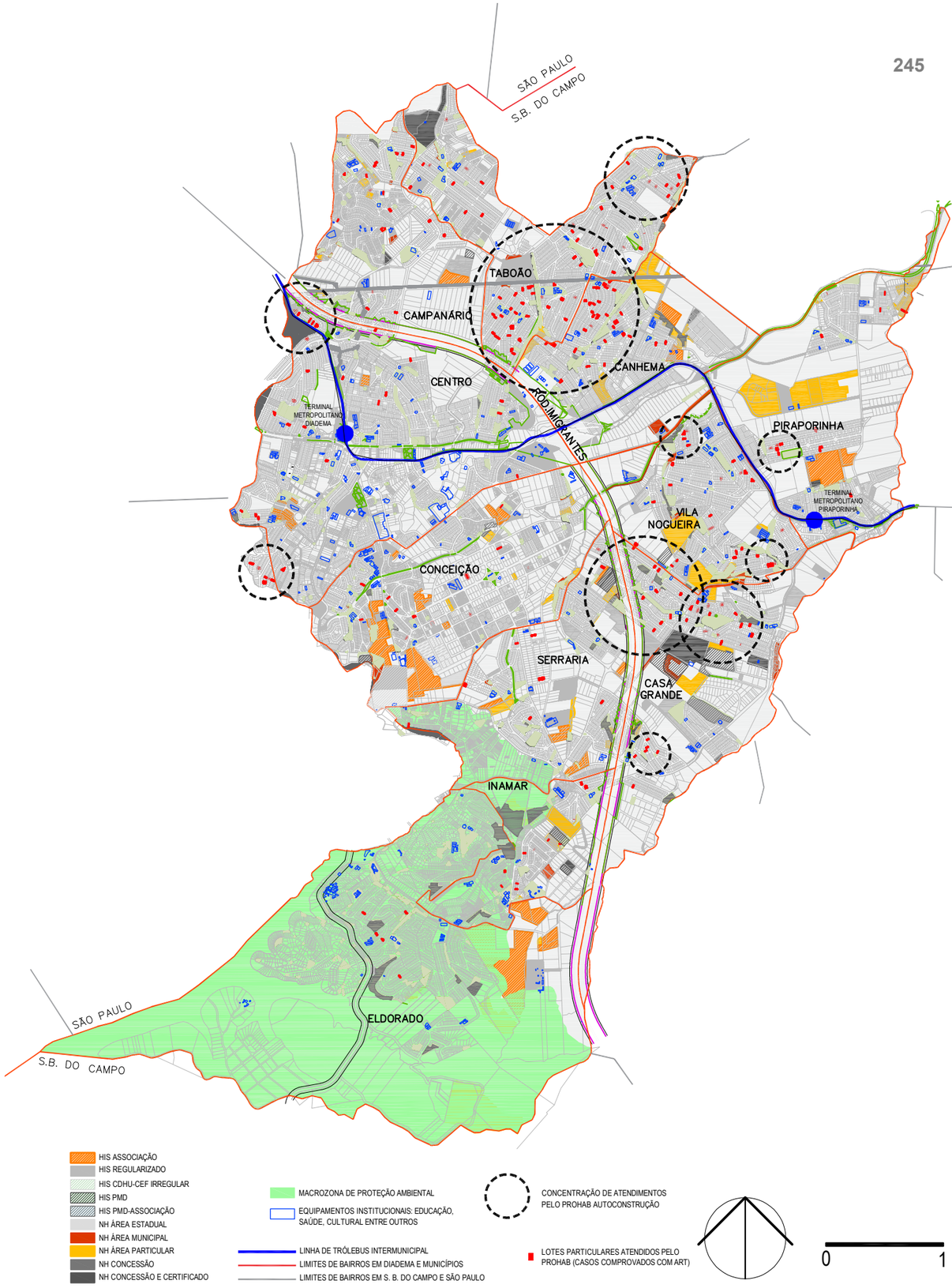


Figura 56: Mapa com localização dos serviços de Assistência Técnica Habitacional pelo programa PROHAB Autoconstrução (1983–1988). Elaborado pela autora, com base no mapa de cadastro da PMD e ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) do acervo pessoal arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira. .

prohab.
autoconstrução

Figura 57: Nome do programa da forma como aparece na capa de documentos.

Algumas regras do PROHAB presentes na minuta da lei:

- O PROHAB elaborará projetos de casas populares com área máxima de 70 m² (setenta metros quadrados).
- Ao processo serão anexados, pelo interessado, os seguintes documentos:

(1) Requerimento, com visto do funcionário.
(2) Xerox do título de propriedade, que comprove ser o requerente proprietário do terreno, ou de ser ele concessionário de direito real de uso, compromissário comprador ou promitente cessionário daquele terreno.
(3) Xerox do IPTU.
(4) Triagem socioeconômica, fornecida e aprovada pelo PROHAB.
(5) Termo de compromisso, fornecido pelo PROHAB.
(6) Desdobro do lote (quando houver).

A área máxima de 70 metros quadrados era o que regia os limites do projeto durante sua elaboração. Sobre os procedimentos burocráticos, são praticamente os mesmos adotados para qualquer tipo de projeto; inclusive era analisado pelo setor de aprovação da Prefeitura.

Ainda com base na minuta, os pré-requisitos para participar do programa seriam:

- Não possuir renda familiar mensal superior a 5 (cinco) salários mínimos, vigentes na ocasião da entrevista.
- Ser possuidor de apenas um imóvel no município de Diadema (no caso o lote que iria acomodar a unidade habitacional com apoio técnico da Prefeitura).
- A construção deveria atender ao caráter exclusivo da habitação para o requerente e sua família.

O PROHAB contemplava a expedição de toda a documentação necessária para o projeto da casa popular: licença para nova construção, demolição, conservação e habite-se. Porém, os benefícios ficavam limitados a uma única vez durante o período não inferior a cinco anos.

Também é possível entender no planejamento do programa a valorização da existência de uma frente constante de pesquisa de novos sistemas de materiais que visassem a baratear ou melhorar as condições da moradia. No Departamento de Obras, havia profissional especialista na técnica de solo-cimento, empregado principalmente em muros de arrimo.

Essa técnica não foi consolidada dentro do PROHAB; em poucos casos pôde ser utilizada nas contenções dentro dos lotes particulares. Ao que parece, foi uma iniciativa geral da Prefeitura que poderia ser adotada em diferentes frentes de atuação e departamentos – obras, urbanização de favelas e apoio à autoconstrução –, mas que, no geral, não se consolidou enquanto prática recorrente, conforme já mencionado anteriormente.

Com relação aos procedimentos de atendimento, segundo COSTA (2021), inicialmente, quando a família chegava à casinha, tinha uma assistente social que buscava as primeiras informações para verificar o enquadramento no programa. Havia um catálogo de tipologias habitacionais, e a partir dessas tipologias a proposta seria iniciar uma conversa e ajustar o projeto aos desejos particulares de cada família e suas condições financeiras. No entanto, no início, houve conflitos de ideais na equipe; afinal, para determinado profissional, a família teria de aceitar as soluções prontas, e essa não era a diretriz do programa. Era comum a família solicitar, por exemplo, uma suíte. Nesse caso, a função do profissional seria verificar essa possibilidade: inverter uma porta, deslocar alguma parede, e assim por diante. No entanto, nem todos os profissionais tinham a mesma compreensão: “Está ganhando um projeto de graça e ainda quer opinar?” era um tipo de comentário que às vezes surgia. Para um programa de assistência técnica funcionar bem, os técnicos envolvidos devem estar em acordo com uma causa comum e precisam entender que, para o projeto ser executado corretamente, deve atender às verdadeiras necessidades e desejos das famílias. Portanto, neste caso, houve necessidade de ajustar a equipe, e ficaram somente os profissionais que acreditavam nesse tipo de atuação.

Com a equipe ajustada, conseguiram conduzir bem as questões de atendimento. O mais importante no primeiro contato com a família era entender os anseios para a moradia e o que, de fato, conseguiriam executar. Usando novamente o exemplo da suíte, caso a família não conseguisse executar o banheiro extra de imediato, estaria previsto no projeto para futura implantação. Desse modo, conseguiam trabalhar com base em tipologias que incluíam não apenas os projetos, mas também as planilhas orçamentárias, que eram ajustadas conforme a condução com cada família.

Também surgiam situações de moradores que já estavam com a obra em andamento, sem projeto e sem assistência técnica, e no momento de alguma complicação na execução procuravam o serviço da Prefeitura. De todo modo, mesmo socorrendo esses casos, o foco do programa estava nas novas construções.

Entretanto, antes mesmo da discussão do projeto com todos os seus detalhes, havia a necessidade de resolver questões relacionadas ao entendimento da implantação do terreno no município. Como se pode imaginar, mesmo na cidade formal, com lotes registrados, havia muitas situações de implantação irregular – avançando no sistema viário, invadindo o lote do vizinho e até mesmo lotes trocados. Com o serviço de assistência técnica do PROHAB, a demarcação do lote ocorria com base na planta de arruamento. No entanto, casas já estavam construídas sem ATHIS e sem referências do sistema viário – guias e sarjetas; afinal, a infraestrutura não estava implantada antes das casas, como normalmente deveria ocorrer. Nesse sentido, segundo COSTA (2021), houve muita necessidade de ajuste da planta de arruamento. Ocorreram situações em que não fazia sentido manter o projeto do arruamento, pois a maioria das casas da rua já estava implantada avançando sobre o sistema viário. Nesse caso, o apoio se dava no sentido de formalizar que a nova construção seguiria a lógica existente, e o viário deveria ser adaptado: uma curva, um estreitamento; enfim, cada caso era analisado, e as equipes de topografia e de cartografia da Prefeitura trabalhavam juntas para solucionar essas questões. Havia situações em que ocorria a redução do lote para o ajuste com a planta de arruamento e o contexto existente no local. Como explicar para a família que seu lote seria reduzido na implantação? É possível verificar uma rotina pouco tranquila.

Havia algumas tipologias de projetos com um, dois e três dormitórios que inicialmente funcionavam como base para as discussões com os moradores. Essas tipologias foram se modificando a cada atendimento, e com o tempo era comum apresentar propostas já aprovadas e implantadas para novos requerentes, mas o objetivo final era formalizar um projeto que atendesse famílias com relação às expectativas de projeto e sua viabilidade econômica.

Assim, ao analisar alguns processos reais de aplicação do programa, é possível perceber que não era aplicado um projeto-padrão. Havia a elaboração e a entrega de um projeto bastante específico para cada tipo de lote, considerando a topografia. A situação do terreno era diversificada: aclive, declive, regular, irregular, e outros com altíssimo declive ou aclive, sobre os quais a equipe costumava dizer “5 metros de frente por 25 metros de altura”, conforme conta OLIVEIRA (2021). Para profissionais recém-formados, havia a preocupação em ocorrer algum incidente com situações tão difíceis de topografia; afinal, a responsabilidade técnica incluía a supervisão da obra.

Sobre o tema da supervisão, o topógrafo marcava o alinhamento do lote para resguardar o sistema viário, e os arquitetos e estagiários de arquitetura colaboravam na locação da obra, uma forma de garantir que ela seguiria as normas da Prefeitura, principalmente com relação aos recuos, algo que ficaria difícil corrigir futuramente, e também para garantir que não haveria aumento da área, pois isso implicaria na perda do benefício da isenção do INSS (OLIVEIRA, 2021).

O topógrafo fornecia ainda o perfil do lote para que fosse possível fazer um projeto específico para cada situação. Assim eram definidas as soluções de patamarização, e muitas vezes era adotada também a solução de caixão perdido, que era mais recomendado do que fazer o muro de arrimo e aterrar com pouca técnica de compactação. O problema é que depois as pessoas utilizavam o local como uma espécie de porãozinho, nada apropriado, pois era úmido e insalubre.

A equipe de arquitetos tinha o suporte da equipe de engenharia do Departamento de Obras, fundamental para as soluções de muros de arrimo, estrutura e outras questões referentes ao solo.

Sobre a questão da patamarização do terreno, proposta bastante enfatizada desde a época do PROCAP, muitos seguiam, pois conseguiam visualizá-la na “casinha”, mas muitos também não aceitavam e planificavam o terreno, causando situações ruins de muros de arrimo e de iluminação e ventilação da residência, que ficava semienterrada. Sobre a patamarização, a garagem virou uma demanda, então dificilmente os projetos tinham toda a frente ajardinada, como em alguns projetos dos anos 1970. O primeiro patamar seria para implantar a garagem.

Era comum o interessado levar algum croqui demonstrando suas expectativas em relação ao projeto. Segundo COSTA (2021), foram surpreendentes algumas situações em que a família aparecia com revistas de decoração da época, o que demonstrava que os anseios dos envolvidos não possuíam limites e parâmetros de casa popular; afinal, aquilo que é bom é bom para todos. Todas as solicitações eram avaliadas e atendidas sempre que possível. Os projetos a seguir representam uma pequena amostra do trabalho que era realizado e demonstram a simplicidade da arquitetura resultante, muito próxima dos padrões em que normalmente as famílias já construíam. Nesse sentido, o benefício seria ter a legalidade, a segurança e o planejamento prévio para o bom andamento do processo de autoconstrução das moradias.

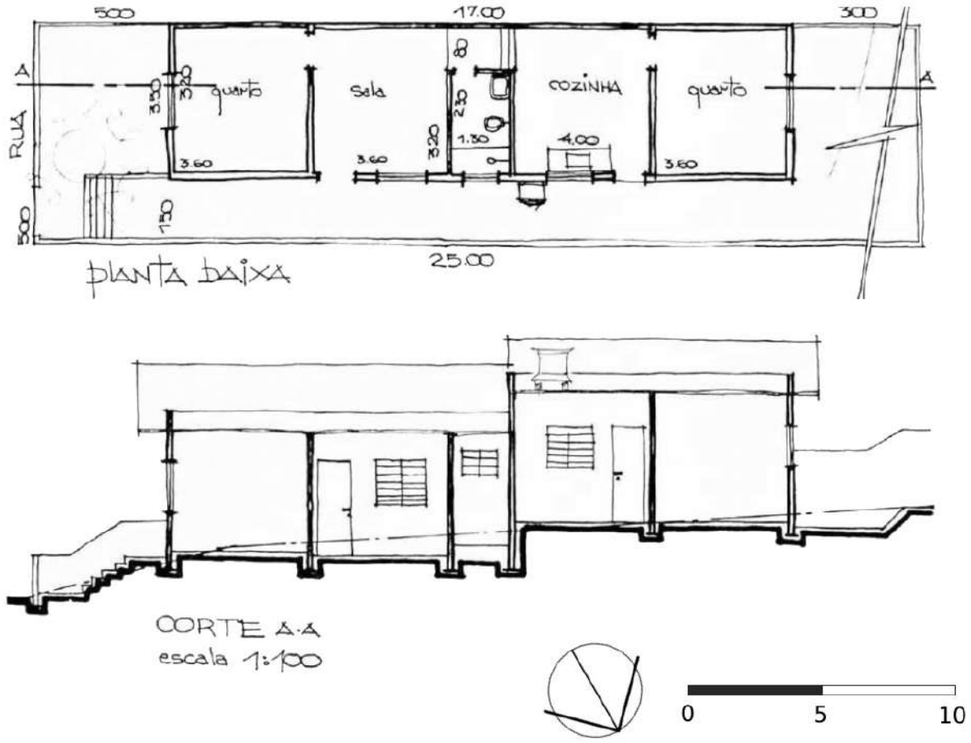


Figura 58: Modelo de casa com 60 m² e terreno de 125 m².

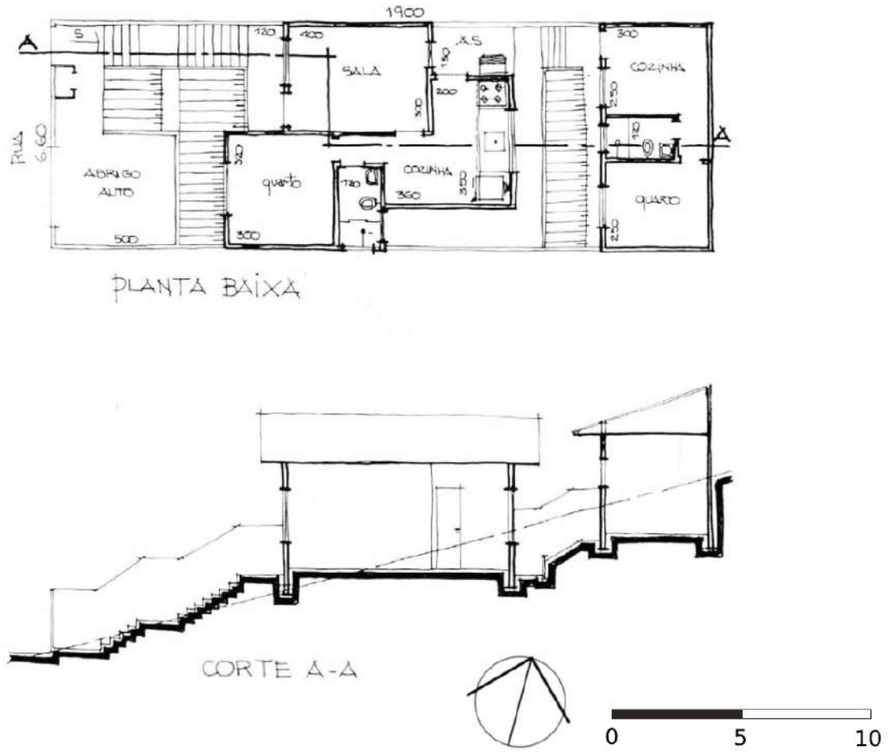


Figura 59: Modelo de casa com 70 m² e terreno de 125,40 m².

Neste projeto é possível notar uma proposta de duas pequenas casas em um mesmo lote, visto a presença de duas cozinhas. Pode representar necessidades que surgiam em uma mesma família, como também havia casos em que já tinha uma construção existente, normalmente no fundo, e o projeto previa sua conservação e a construção de nova residência no trecho livre do lote (OLIVEIRA, 2021).

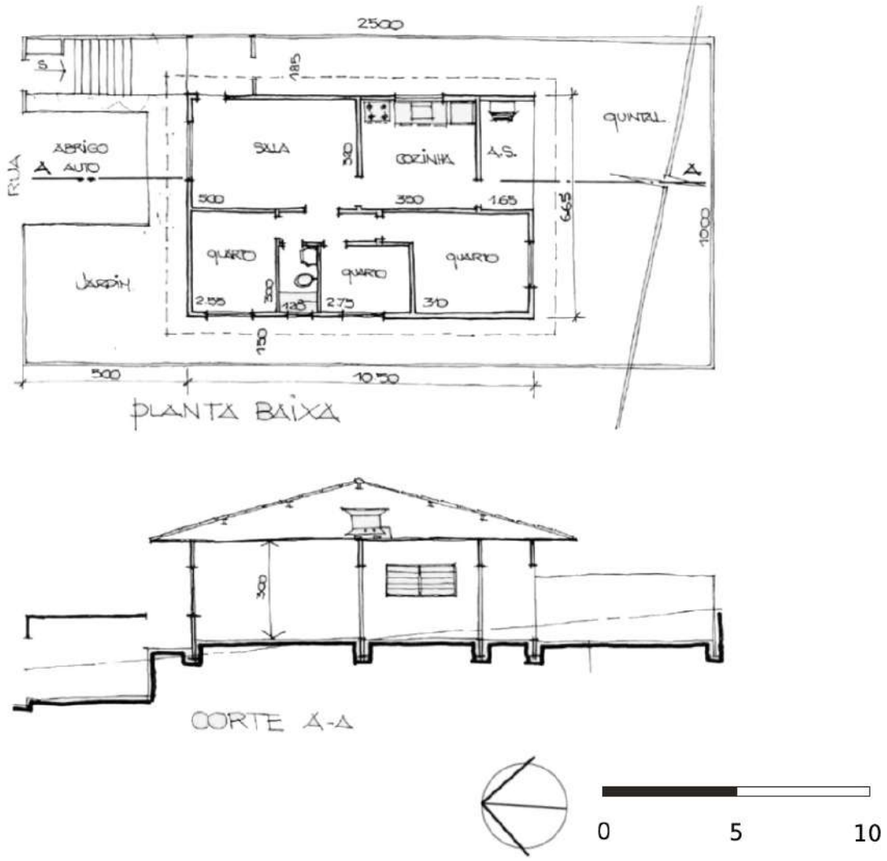


Figura 60: Modelo de casa com 70 m² e terreno de 250 m².

Com relação à viabilidade financeira para construção, inicialmente foram realizados dois orçamentos para a execução de um sobrado com área de 70 metros quadrados. O primeiro orçamento foi realizado dentro dos padrões da autoconstrução em Diadema, com estrutura convencional de concreto armado (“A”). Para o mesmo sobrado foi realizado outro orçamento com sistema construtivo autoportante e propostos outros tipos de materiais para construção, sendo um deles o solo-cimento (“B”). Resultado:

- Proposta “A”: Sistema construtivo convencional. Custo total da construção sem mão de obra – CR$ 2.508.000,00 (orçamento janeiro/1984);
- Proposta “B”: Sistema autoportante a solo-cimento. Custo total da construção sem mão de obra – CR$ 1.608.000,00 (orçamento janeiro/1984).

Mesmo com tais vantagens, o sistema autoportante não foi disseminado, tanto por questões de ordem prática de fabricação dos blocos, do solo pouco adequado, como também devido à economia local, das lojas de materiais de construção dos bairros, que eram os principais parceiros da autoconstrução e de certo modo favoreciam e até hoje favorecem a microeconomia local.

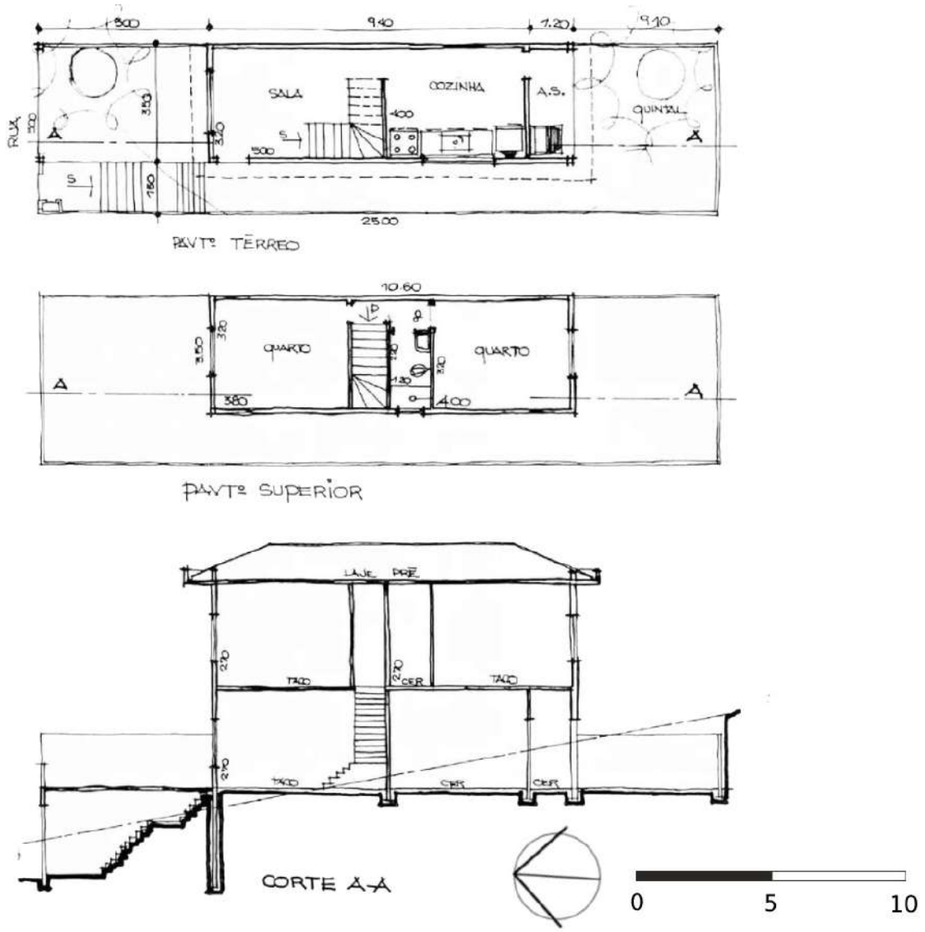


Figura 61: Modelo de casa com 70 m² e terreno de 125 m².

É possível verificar a tentativa de mudança do padrão da autoconstrução. Existiu no programa a intenção de apresentar à população técnicas e materiais alternativos para baratear a construção.

Havia a proposta no programa de construir mais casas-modelo, uma em cada favela urbanizada, com a participação de todos os moradores da favela, como uma espécie de curso no próprio canteiro de obras, incluindo todas as etapas de construção. Foi formulada uma cartilha de autoconstrução, tanto para auxílio desse curso como para os autoconstrutores no geral. As intenções não paravam por aí, conforme pode ser percebido:

> Nós não vamos somente repassar o conhecimento das alternativas construtivas, mas também pretendemos produzir alguns materiais que serão empregados nas obras da Prefeitura e que poderão ser repassados para a população pelo preço de custo. Aqueles materiais que não compensam a sua produção, a Prefeitura poderá entrar como intermediária e comprar em grande quantidade, para depois serem distribuídos para a população pelo preço de compra. Como também pretendemos incentivar e orientar a organização dos autoconstrutores para comprar coletivamente os materiais. (PROHAB, 1984)

Na segunda gestão do PT, do prefeito José Augusto, em 1991, foi implantada uma proposta de cooperativa para compras de materiais, a Associação de Compra Comunitária de Material de Construção de Diadema (ACCMCD), como forma de colaborar com os autoconstrutores da cidade, seja em lotes particulares, como também nas favelas urbanizadas. Esse assunto será tratado no próximo capítulo.

Sobre a questão do financiamento, havia também a proposta de melhorar os juros do parcelamento. Normalmente os autoconstrutores compravam o material parcelado em até 24 meses, nos próprios depósitos da cidade, por meio da Financiadora Constec, ligada à Baú Financiadora, do Grupo Silvio Santos, que não apresentava boas condições no parcelamento (PROHAB, 1984). Então naquele período já havia a discussão de propor melhores condições de financiamento para os autoconstrutores, buscando instituições financeiras que trabalhassem com juros menores. Mas, segundo OLIVEIRA (2021), os profissionais que acompanhavam os projetos normalmente não entravam no mérito da questão do financiamento, pois ficavam mais focados nos assuntos dos projetos e no acompanhamento das obras, tendo pouca participação ou acompanhamento das dificuldades enfrentadas para obtenção de crédito.

Com relação ao acompanhamento da obra, havia o incentivo de intercâmbio de informações entre moradores e administração por meio de reuniões, cursos, cartilhas etc., além de orientação técnica e discussão da distribuição espacial no próprio canteiro. As cartilhas funcionariam como apoio durante a obra e capacitação de mão de obra. Foram definidos quais temas principais deveriam ser tratados nas cartilhas de autoconstrução:

1ª fase – Informativa

O objetivo seria demonstrar a importância de procurar a Prefeitura ao construir, usando situações de práticas de autoconstrução com pouco sucesso, como, por exemplo, construções paradas por falta de verba, desabamentos em época de chuvas ou casas com problemas de insolação, ventilação, tratamento de esgoto e águas pluviais. Outro tema enfatizado era a questão da topografia, basicamente demonstrando os cuidados necessários ao cortar o terreno, como no PROCAP havia o incentivo à patamarização, que, além de reduzir gastos com muros de arrimo, agiria na prevenção de situações de deslizamentos que resultam em acidentes graves, além dos gastos enormes com muros de arrimo. A ideia seria reforçar também o papel da Prefeitura como instrumento a serviço da população e que tem técnicos especializados que devem ser consultados durante a construção.

2ª fase – Construtiva

O objetivo seria detalhar as principais etapas de execução de uma obra: locação da obra (a), fundação (b), estrutura/alvenaria (c) e, por fim, cobertura (d).

É importante mencionar que um mesmo técnico se comprometia com muitos projetos e acompanhamentos de obras, emitindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para cada lote. Tanto o arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira quanto a arquiteta Berthelina A. Costa emitiram ARTs em grande escala. Mas também outros profissionais, como, por exemplo, Carlos Alberto Vieira Filho. Mesmo havendo o suporte de uma equipe, com estagiários bastante qualificados, era uma grande responsabilidade; afinal, qualquer problema de execução ou de acidentes durante a obra recai sobre o profissional. COSTA (2021) passava por todas as obras, geralmente aos sábados, para reforçar o acompanhamento da equipe, para assegurar que não havia, principalmente, nenhum problema de segurança.

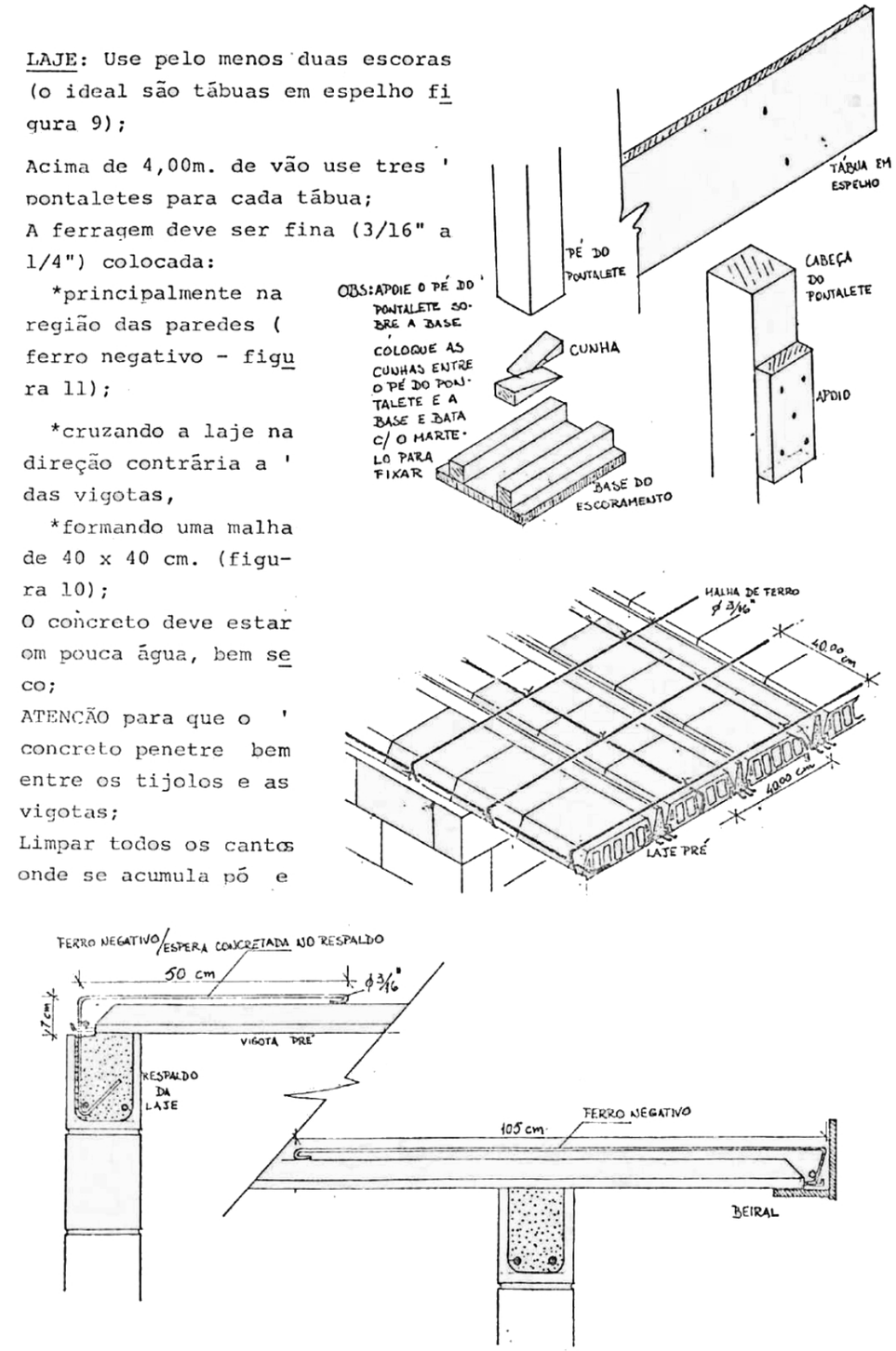


Figura 62: Trecho de cartilha para apoio ao autoconstrutor e à própria equipe que acompanhava os projetos e as respectivas obras.

O grande número de projetos populares sob responsabilidade da Prefeitura acabou gerando algum tipo de disputa com o mercado de “caneteiros” da cidade. Pelos documentos analisados, foi possível identificar notificações do CREA-SP com alto rigor sobre essas obras populares do PROHAB. As denúncias se referiam ao grande número de obras sob responsabilidade de um mesmo técnico, casos de obra com execução diferente da planta aprovada, como também obra em execução sem a Anotação de Responsabilidade Técnica. Sobre as obras em grande quantidade, segundo COSTA (2021), o CREA-SP fez vistorias e não verificou penalidades, ficando comprovado que, mesmo com muitas obras, a equipe da Prefeitura estava efetivamente acompanhando a execução. Com relação a obras em execução sem a devida documentação, em alguns casos ocorria de a aprovação não ser rápida o suficiente para acompanhar a necessidade de início da obra pelo morador, que já estava com os materiais no local e precisava começar. Geralmente nesses casos de autoconstrução existe bastante pressão por parte do proprietário, que muitas vezes tem dificuldade de entender todas as tramitações e prazos e acaba antecipando o início. A equipe evitava ao máximo esse tipo de situação, tanto que uma das estratégias era a saída rápida do alvará. Por fim, às vezes ocorriam mudanças durante a obra, e tais mudanças eram regularizadas por um projeto substitutivo. A fiscalização era tão rigorosa nesses casos que logo já se notificava. A seguir, trecho de resposta ao CREA-SP sobre o rigor da fiscalização:

> Reclamamos ainda quanto a um rigor muito grande no que se refere à atuação desse órgão junto à população de baixa renda, que não tem condições de pagar as multas e que a duras penas constrói sua moradia como pode, e muitas vezes na clandestinidade. Sugerimos uma ação de esclarecimento e não de punição, a exemplo de nossa fiscalização de obras, mesmo porque esse tipo de atuação de nada serve no esforço de garantir o bom exercício da profissão, posto tratar-se na verdade de um problema social a exigir um enfoque mais amplo. Observamos ainda que, como em outros municípios com crescimento acelerado e desordenado, calcado em pequenos empreendimentos, não fica assegurada a efetiva participação dos engenheiros e arquitetos na maioria das obras, posto que se generaliza a prática da Anotação de Responsabilidade Técnica, sem uma efetiva participação do responsável na obra, o que é feito por alguns profissionais registrados nesse conselho, agenciados por desenhistas autônomos, em detrimento dos profissionais honestos, aviltando o mercado e denegrindo a imagem da profissão. (PROHAB, Carta ao CREA-SP, 26 de outubro de 1984)

Por fim, vale ressaltar que essa população não imaginava ter o direito de adquirir o serviço de supervisão técnica gratuita pela Prefeitura, com direito a discussão do projeto, legalização e acompanhamento da obra. Ao final, ficavam realmente felizes quando conseguiam ter a área construída averbada na matrícula do terreno. Era comum a população beneficiada desejar gratificar a equipe pelo trabalho realizado. GAGLIARDI (2021) recorda que, certa vez, uma família levou um galo à “casinha” como presente pelo trabalho realizado. O galo recebeu o nome de Mutirão, depois foi apelidado de Muti, e ficou rodeando a “casinha” durante um período. A seguir, a relação de alguns profissionais que passaram pelo PROHAB Autoconstrução, equipe constante no Processo nº 3224/1984:

Assessoria
Arquiteto Luis Fingermann

Arquitetos
Berthelina Alves Costa (coord.)
Luiz Herminio P. de Oliveira
Maria Luisa Zaragoza Gagliardi

Estagiários
Fulvia F. Ducca
Edson L. da Costa Sampaio
Daniel Catelli Amor
Carlos Lutovino
Carlos M. Fujii

Consultoria
Materiais alternativos (Solo cimento)
Arq. Fausto Gomes Cavaleiro (Dep. Obras)

Cálculo estrutural
Eng. Zelinda (Departamento de Obras)
Eng. Enio (Departamento de Obras)
Instalação Hidráulica
Projetista Nono Machida
Instalação Elétrica
Projetista Maria Lucia Cunha

Levantamento topográfico
Tokoshige Machida

3.6
UM PARÊNTESE SOBRE A POSSÍVEL ORIGEM DAS PRIMEIRAS FAVELAS EM DIADEMA

Alguns dados apontam que as primeiras favelas formadas em Diadema são provenientes da erradicação da Favela do Vergueiro, em São Paulo, nos anos 1960. Segundo dados da Prefeitura de Diadema, até 1968 a cidade tinha apenas dois núcleos de favelas; e na década de 1970 eles crescem para 31. Mas são dados imprecisos, pois muito provavelmente não eram consideradas nos levantamentos da cidade (BALTRUSIS, 2018). Algumas famílias da Favela do Vergueiro possivelmente foram para a região do Campanário. Ao perguntar sobre a origem da primeira favela em Diadema, principalmente aos arquitetos que relataram suas histórias para este trabalho, mas também aos moradores das áreas visitadas, não existe um consenso. Alguns falam sobre a Favela do “Caixote em Pé”, no Campanário, talvez porque os barracos realmente tenham sido construídos com caixotes. Essa favela pode ser o Núcleo Habitacional Macaúba (Santa Terezinha), no Campanário, mas não é uma informação segura. Inclusive o nome “Caixote em Pé” pode ter se tornado um termo geral para designar algumas favelas, pois mais de um núcleo foi indicado como “Favela do Caixote em Pé”, normalmente na região norte. Ele não se encontra localizado no mapa de favelas da Prefeitura.

Figura 63: Favela identificada no acervo da Prefeitura como “Santa Terezinha”, no Campanário. Foi localizada junto com o mapa de urbanização, que demonstra sua localização na Rua Macahuba, e oficialmente é o Núcleo Macaúba. Possivelmente a Favela do Caixote em Pé é o atual Núcleo Macaúba.

Figura 64: À esquerda, favela Macaúba em processo de urbanização. À direita, parcelamento resultante do processo de urbanização.

Já em LARA (2012), dissertação que trata especificamente sobre o caso da Favela do Vergueiro, é possível entender que famílias despejadas dessa favela, em 1967, foram para a região do Eldorado, no Jardim Marajá, em Diadema.

A Favela do Vergueiro ficava localizada na Chácara Klabin, desmembrada para “loteamento de luxo”, após sua remoção total, ao longo dos anos 1960. Relatar o processo de “desfavelamento” da Favela do Vergueiro é importante para demonstrar como áreas valorizadas na capital não tinham interesse ou disposição para a população mais carente.

É uma maneira de exemplificar as consequências da Lei do Inquilinato, que, como sabemos, desencadeou um processo de expulsão da população de baixa renda para áreas periféricas, onde o padrão de loteamentos “clandestinos” se multiplicava e se configurou como o principal meio para obter moradia popular. Até mesmo devido à grande oferta de lotes periféricos, vimos que as poucas favelas que começaram a surgir em São Paulo depois dessa lei, em meados dos anos 1940, estavam localizadas nas franjas do centro e representavam a resistência pela permanência em áreas mais bem localizadas e de fácil acesso ao trabalho. A formação da Favela do Vergueiro, da Vila Prudente e outras de São Paulo foi consequência das políticas de despejos, crescentes com a Lei do Inquilinato (BONDUKI, 1998, p. 216). E, como um ciclo, os despejos nessas favelas desencadeavam outras favelas, porém em localizações cada vez mais distantes, em áreas mais baratas, como Diadema, por exemplo.

Há relatos que comprovam que os primeiros barracos que surgiram na Favela do Vergueiro, no início dos anos 1950, eram oriundos da Favela do Glicério. Ou seja, essa favela foi formada em parte devido ao despejo de outras favelas e pela falta de alternativas habitacionais em áreas mais bem localizadas na capital, que se modernizava e se industrializava naquele momento. Assim, no caso da propriedade Klabin, uma gleba com chácaras, passou a ser subdividida e se tornou um assentamento precário. A Favela do Vergueiro chegou a ter algo em torno de 7 mil habitantes, a maior favela de São Paulo no período. Como sabemos, até a década de 1970 o crescimento das favelas em São Paulo era bastante restrito e controlado.

Depois a história se repete, e a população é deslocada para outras áreas, e formam-se outras favelas, como, por exemplo, o grupo despejado do atual Klabin, que vai para Diadema.

Depois do primeiro despejo de 1962, mais famílias chegaram à Favela do Vergueiro. No final dos anos 1960 é que a Justiça vai realizar a reintegração de posse das últimas ocupações. É nesse ato final que muitas famílias seguirão para o Eldorado, em Diadema (LARA, 2012, p. 332):

> Centenas de pessoas deixam a Favela do Vergueiro e começam outra em Eldorado. Sem esperar o auxílio do governo, umas 100 famílias já deixaram a Favela do Vergueiro. Desmontaram seus barracos e levaram todo o material para o Jardim Marajá, em Eldorado, de onde se vê a represa. Nesse bairro ergue-se agora nova favela, com a diferença que os terrenos onde foram construídos os barracos pertencem aos próprios favelados. Estes enfrentam agora outra realidade: os terrenos que compraram de corretores na Favela do Vergueiro são quase todos numa pirambeira, quase a pique. (...) O Jardim Marajá fica a uns 5 quilômetros da parte central de Eldorado, e a região está em grande movimentação. Os próprios favelados, usando o material dos barracos da Favela do Vergueiro, estão reconstruindo suas casas, em condições mais precárias. A água tem que ir buscar numa pequena floresta, onde já descobriram minas. O loteamento é numa montanha. Existem ruas onde os garotos descalços, muitos nus, andam de um lado para outro, dizendo que estão mais felizes no novo local, porque “vão pôr fogo na Favela do Vergueiro e lá vai ter guerra”. (...) De lá de cima dá para ver a represa e o crepúsculo é fora do comum para quem vive dentro da cidade, mas o favelado não percebe. Escurece rapidamente e os barracos ficam na escuridão. Não há luz elétrica. Funciona o lampião, a vela ou nada. (*FSP*, 16/4/1968, apud LARA, 2012, p. 332)

Existem rumores de que, na gestão do prefeito Lauro Michels (1964–1969), houve um acordo com o município de São Paulo para que Diadema absorvesse as famílias da Favela do Vergueiro, que foram levadas para o bairro do Eldorado. Possivelmente isso aconteceu.

Assim, é possível entender a expulsão da população de baixa renda de áreas valorizadas para a extrema periferia e em áreas que deveriam ser ambientalmente protegidas, como o caso do Eldorado, que fica junto à Represa Billings. Também é possível entender que a origem das favelas em Diadema não resultou na concentração de famílias em uma ou duas áreas; segundo SAMPAIO; FELIPE; GOMES (1987), “até 1972 existia uma única favela, oriunda da remoção da Favela do Vergueiro, em São Paulo, e vários barracos espalhados por várias áreas da cidade”.

Existem informações de que o Jardim Inamar também acomodou ex-moradores da Favela do Vergueiro. Pelo mapa de evolução da ocupação da cidade é possível verificar sua ampliação.

> Já o Inamar em si foi aberto por Yolanda Bertini numa área de 215 mil metros quadrados. Em 1968, dois anos depois de loteado, o Jardim Inamar passou à administração de Mario Ramos de Freitas, que subdividiu os 355 lotes iniciais em 685 lotes. Fizemos reportagens no Inamar em várias oportunidades. Em 1974 constatamos que o loteamento era ocupado por muitos barracos, com problemas de falta d’água e segurança. Em 1978 as dificuldades ampliavam-se. A luta da Sociedade Amigos do Jardim Inamar era intensa. Descobrimos que os primeiros barracos foram erguidos por famílias desalojadas da Favela do Vergueiro, em São Paulo. (BRUNELLI, 2011)

Também existiu um cidadão italiano, Franco Rigolli, um missionário xaveriano[16], que em 1968 iniciou um trabalho profissionalizante e de assistência social no Bairro Jardim Inamar, que irá resultar na “Comunidade Decolores”, justamente para melhorar as condições de vida da população, especialmente das crianças e dos jovens que haviam recém-chegado da Favela do Vergueiro. Essa entidade vai se constituir em 1971 na Comunidade Inamar Educação e Assistência Social. (COMUNIDADE INAMAR EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL[17])

O fim da favela aponta para o surgimento de outras. Ainda que do ponto de vista da propriedade as pessoas fossem donas de seus lotes, fica tênue o limite entre as favelas e os loteamentos populares da época, que se tornavam verdadeiras “falsas favelas”.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Ações e características principais no processo de apoio à autoconstrução:

- Assim como aconteceu no PROCAP (1973) e estava ocorrendo nas urbanizações pioneiras no município (1983), o trabalho tinha como premissas o diálogo e a troca de conhecimentos entre os técnicos e a população, com ausência de autoridades ou hierarquias;
- Foram definidos pré-requisitos para participação do programa, de tal modo a comprovar a real necessidade pelo benefício da Prefeitura;
- Os processos burocráticos de pedido de alvará e habite-se ocorriam do mesmo modo que os processos de outros projetos particulares na cidade, havendo a isenção de taxas da Prefeitura;
- O programa incluía a licença para novas construções, demolições, conservações e ampliações (reformas). Mas o atendimento principal eram as novas construções;
- A equipe era composta por arquitetos, assistentes sociais, topógrafos e engenheiros – estrutura, solo, civil, elétrica e hidráulica.
- Importância de a equipe compartilhar uma mesma causa, colaborar para que o projeto atendesse às verdadeiras necessidades e desejos das famílias;
- Normalmente, também havia a necessidade de resolver questões referentes à locação do lote no loteamento;
- A equipe contava com um catálogo de tipologias que era importante para iniciar a conversa com os moradores;
- Os projetos eram ajustados aos desejos particulares de cada família e suas condições financeiras;

[16] Proveniente de instituição religiosa fundada por um bispo italiano, São Guido Maria Conforti, que carrega o nome “xaveriano” enquanto homenagem ao jesuíta São Francisco Xavier.
[17] A história está disponível em: <https://www.coinamar.org.br/historia>, como também em: <https://www.migrer.org/associazioni/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

- Além do catálogo de projetos, contavam ainda com o catálogo de planilhas orçamentárias, que eram ajustadas conforme a condução com a família;
- Também foram elaboradas cartilhas de apoio à autoconstrução;
- Facilitava o trabalho da equipe quando o interessado levava um croqui demonstrando suas expectativas em relação ao projeto;
- No decorrer do programa e dos atendimentos, os projetos padronizados foram se tornando bastante específicos, devidos aos anseios particulares e à própria condição dos terrenos;
- Havia uma frente constante de pesquisa de novos sistemas de materiais, principalmente com a intenção de baratear e/ou melhorar as condições da moradia;
- Por mais que tenham ocorrido tentativas para mudar o padrão da autoconstrução, de fato isso não ocorreu;
- Uma supervisão importante na obra era garantir a locação correta da casa para que não ultrapassasse a área máxima de 70 metros quadrados, pois prejudicaria a obtenção dos benefícios da isenção do INSS;
- Havia a preocupação redobrada de evitar riscos e dar orientações sobre segurança na obra, em face também da emissão de responsabilidade técnica por cada projeto;
- Um mesmo técnico se comprometia com a responsabilidade de muitos projetos e acompanhamentos de várias obras, não sendo uma situação muito confortável para ele, que, por mais que tivesse a colaboração de uma equipe, assumia individualmente uma responsabilidade sobre todo o trabalho;
- Os principais benefícios do programa foram: ter a legalidade da construção, a segurança da construção e o planejamento prévio para o bom andamento do processo de construção;
- Também houve a preocupação com a necessidade de elaborar propostas para melhorias dos financiamentos de material, trabalhar com juros mais baixos; de todo modo, não foi uma questão aprofundada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 3

BALTRUSIS, Nelson. **As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Diadema: Viabilizando o acesso à terra urbana. Relatório final.** LABHAB, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BRUNELLI, Camila. **Uma pequena cidade chamada Inamar.** DIÁRIO DO GRANDE ABC, 7 mar. 2011. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CIRERA, Marta. **Espaço de Direitos É Mais que Direito a Espaço. O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, IX. 1976. **Anais [...]** São Paulo: Companhia Lithographica Ypiranga, 1976.

COSTA, Berthelina Alves. **Berthelina Alves, diretora do SASP, fala sobre assistência técnica.** FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 10 ago. 2011. Disponível em: <http://www.fna.org.br/2011/08/10/berthelina-alves-diretora-do-sasp-fala-sobre-assistencia-tecnica/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

CYMBALISTA, Renato; CARVALHO, Maria Albertina J.; MENCIO, Mariana; POLLINI, Paula. **Sistematização do Plano Diretor Municipal de Diadema, SP**. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

FELINTO, Marilene (Coord. Editorial). **Diadema e a cidade informal.** Instituto Diadema de Estudos Municipais: São Paulo, 2011.

FERREIRA, Maria de Lourdes; OLIVEIRA, Luiz Hermínio Puntel de. **Exposição Casas de Diadema: documentos da história da cidade.** Diadema: Prefeitura Municipal de Diadema, 2019.

FERREIRA, Paulo Emilio Buarque. **O filé e a sobra: as favelas no caminho do capital imobiliário.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FINGERMANN, Luis. **Causas e consequências da autoconstrução na Grande SP**. *A Construção*, São Paulo, 27 set. 1976, p. 14-23.

_____. **PROCAP: programa de casas populares**. Diadema: Prefeitura Municipal de Diadema, 1974.

FINGERMANN, Luis; MARICATO, Ermínia; CALAZANS, José Fábio. **Formação e Prática Profissional do Arquiteto: três experiências em participação comunitária.** *Espaço & Debates*, n. 8, jan.|abr. 1983, p. 79-95.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 70ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

JORNAL DO PLANALTO. **Plantas populares serão gratuitas.** *Jornal do Planalto*, Diadema, 25 jun. 1982.

KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *Available from SciELO Books.*

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a Favela do Vergueiro.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. **O urbanismo progressista e a produção do espaço urbano: limites e potencialidades das AEIS em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

MARICATO, Erminia. **Auto-construção. A arquitetura possível.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **Loteamentos Clandestinos.** *Módulo. Revista de Arte, Cultura e Arquitetura*, São Paulo, set. 1980, p. 90-92.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. **ATMI: gênese da lei de Assistência Técnica em Habitação Social.** RISCO, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, v. 19_2021.

MOURA, Irene Barbosa de. **Vila Conceição: práticas sociais na construção da cidade (1930–1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Vila Conceição: Práticas Sociais. Construindo a Cidade (1930–1960)**. In: SILVA, Jailson Lima da. (Org.). *Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município*. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

PREFEITURA DE DIADEMA. **Diadema: habitação cada dia melhor.** *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*, ano 1, n. 1, maio de 1996.

_____. **Sobre a Concessão de Direito Real de Uso aos Favelados de Diadema.** *Folheto de esclarecimentos à população*, 1985.

_____. **História da cidade de Diadema.** 2014. Disponível em: <https://climaonline.com.br/diadema-sp/historia-da-cidade>. Acesso em: 24 out. 2021.

ROCHA, Raphael. **Filippi se baseia em governo de 1982**. DIÁRIO DO GRANDE ABC, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br> Acesso em: 7 nov. 2021.

SAMPAIO, Celso Aparecido; FELIPE, Joel Pereira; GOMES, Mara. **Urbanização de favelas como alternativa para a questão habitacional.** São Paulo: II Prêmio Pesquisa Mackenzie, 1987.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; LEMOS, Carlos A. C. **Casas Proletárias em São Paulo.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, Luciene Ribeiro dos. **Os professores de projeto da FAU-USP 1948–2018: esboços para a construção de um centro de memória.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Rogério. **Extinta há 35 anos, Arena é recordista em Diadema.** DIÁRIO DO GRANDE ABC, 24 mar. 2014. Disponível em: https://www.dgabc.com.br. Acesso em: 7 nov. 2021.

SOUZA, Luiz Antonio de. **Arquiteto Clovis Ilgenfritz da Silva: currículo comentado.** Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Bahia, 9 mai. 2017. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Memorial-aprovado-pelo-ARQUITETO-CLOVIS-ILGENFRITZ-DA-SILVA-.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, out. 1998, p. 68-100.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

LEIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 58, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

BRASIL. LEI nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

BRASIL. LEI nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

BRASIL. LEI nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CREA-SP (Estado). Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968. Define o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o efeito de dispensa de assistência e responsabilidade técnica por profissional habilitado para a obra.

CREA-SP (Estado). Ato nº 30 do CREA-SP, de 26 de junho de 1979. Revoga o Ato nº 6, que define o conceito de moradia econômica.

DIADEMA (Município). Decreto nº 757, de 30 de março de 1974. Aprova e institui o PROCAP – Programa de Casas Populares.

PORTO ALEGRE (Município). LEI COMPLEMENTAR nº 428, de 23 de abril de 1999. Regulamenta o art. 233, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, instituindo o Programa de Assistência Técnica ao Projeto e Construção de Moradia Econômica a Pessoas de Baixa Renda e dá outras providências.

DEPOIMENTOS:

- COSTA, Berthelina Alves. [nov. 2021]
- FINGERMANN, Luis. [set. 2019]
- FINGERMANN, Luis. [set. 2021]
- GAGLIARDI, Maria Luisa Zaragoza. [out. 2021]
- LAMONICA, Wagner Campanini. [nov. 2021]
- LOBO, Licio. [nov. 2021]
- LOBO, Licio. [fev. 2022]
- OLIVEIRA, Luiz Hermínio Puntel de. [ago. 2019]
- OLIVEIRA, Luiz Hermínio Puntel de. [nov. 2021]
- SANTOS, Maria Idalina Barros da Silva. [nov. 2021]
- SAMPAIO, Celso Aparecido. [out. 2021]
- SCARAMBONI, Selma. [nov. 2021]

FUNDOS DOCUMENTAIS:

Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema: amostras de processos para entendimento da aplicação prática do PROCAP e do PROHAB.

Acervo Pessoal do arquiteto Luiz Hermínio Puntel de Oliveira: fornecimento de todas as anotações de responsabilidade técnica, amostras de projetos, diários de obras, entre outros materiais do PROHAB.

Arquivo Geral da Prefeitura de Diadema: Processo nº 3225/1984 detalha todo o plano de aplicação do PROHAB.

INTENSIDADE NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E O SURGIMENTO DE NOVAS VERTENTES NA POLÍTICA HABITACIONAL (1989-1992): O VELHO E O NOVO MODELO DE PROJETO EM ÁREAS LIVRES

Núcleo Habitacional Marilene, Diadema, no final dos anos 1980.

4.1

PANORAMA GERAL DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA GESTÃO GILSON MENEZES (1983-1988) PARA A GESTÃO JOSÉ AUGUSTO (1989-1992)

José Augusto da Silva Ramos ocupou o cargo de prefeito em Diadema (1989–1992), dando sequência à gestão pelo Partido dos Trabalhadores[1]. A eleição de 1988 já demonstrava a força do PT na região do ABC, inclusive na Grande São Paulo, onde todos os vencedores nas principais cidades eram do partido: Maurício Soares (São Bernardo do Campo), Celso Daniel (Santo André), Luiza Erundina (São Paulo), além de José Augusto (Diadema).

O reconhecimento do trabalho feito durante a primeira gestão de Gilson Menezes se transformou em uma disputa interna para saber quem seria o candidato do partido nas eleições municipais de 1988. Nessa disputa, Gilson Menezes não conseguiu que o partido indicasse seu candidato para sucessão de seu governo. Assim, não concordando com o resultado, ele se desvincula do PT[2].

> A briga em Diadema começou no fim de 1987, período pré-eleitoral à disputa pela Prefeitura em 1988, e meses antes da convenção partidária do PT, quando eram companheiros de partido. Prefeito na ocasião, Gilson Menezes (hoje no PDT) e o diretor de Saúde, José Augusto da Silva Ramos (PSDB), iniciavam ali uma rivalidade ácida, recheada de ofensas e ataques que marcaram a história política do município. Os dois, que cinco anos antes protagonizavam uma relação de pupilo e aprendiz, inflamados pela ideologia partidária do petismo recém-criado e que aflorava no País como identidade do trabalhador brasileiro, rompiam elo, com promessa eterna de afastamento. (BALDINI, 2016)

O tema da habitação sempre teve muita força no cenário político do município, por isso a importância de contextualizar as questões por período de cada gestor. Serão destacados no período os seguintes temas relacionados à habitação:

Urbanização de favelas: Houve continuidade nos métodos anteriores, porém com algumas novidades, entre elas:

- necessidade de desadensamento ou casos de remoção total, desencadeando a necessidade de áreas livres para reassentamentos;
- aumento no investimento em infraestrutura para melhoria urbanística das áreas: pavimentação, escadarias, drenagem e muros de arrimo;
- início da intervenção do poder público para urbanizar favelas em áreas particulares;
- início do processo de urbanização de favelas em áreas de proteção aos mananciais para conter a expansão da Região Sul (bairros Eldorado e Inamar).

[1] Seu vice foi o polêmico Antonio Geraldo Justino. Conhecido como Tonhão, sempre fez oposição ao prefeito. Um ano depois entrou em conflito com o partido por ser um dos líderes da ocupação conhecida como “Buraco do Gazuza”. Dentro das batalhas sindicais, ficou conhecido por liderar uma agressão ao governador Mário Covas, durante uma greve histórica dos professores de São Paulo no ano de 2000.

[2] Gilson Menezes voltará a administrar a cidade no período de 1997─2000, porém, pelo PSB, sempre sendo o maior adversário para o PT. Até que, em 2008, foi convidado para ser o vice na chapa de Mário Reali (PT), que foi prefeito na gestão de 2009─2012.

Busca e disputa pelas áreas livres: a busca por áreas livres passa a se destacar no período, devido a alguns motivos: necessidade de desadensamento das áreas de urbanização, demandas pulverizadas da cidade que sofriam com ônus excessivo de aluguel e outras demandas da cidade sem opção de moradia. Com isso, surgem nas áreas livres:

- Proposta de loteamentos populares promovidos pela Prefeitura, como exemplo, será mostrado o estudo de caso “Núcleo 18 de Agosto”;
- Grandes ocupações, que geraram novas favelas, e, portanto, novas demandas de urbanização: como exemplo, será mostrado o estudo de caso “Núcleo Santa Luzia”, mas, no período, as duas principais ocupações foram a “Buraco do Gazuza”, em 1989, e depois a “Vila Socialista”, em 1991.
- Projeto autogestionário, por meio de mutirão organizado por Assessoria Técnica contratada pela própria entidade. Como exemplo, será mostrado o estudo de caso “Cazuza”.

Ou seja, no período é dada continuidade aos projetos de urbanização de favelas, mas também surgem outras formas de atendimentos ou soluções para o problema da falta de moradia.

> Estava, portanto, na ordem do dia a questão da disputa da terra urbanizada para a promoção de programas habitacionais, seja do poder público para continuidade do programa de urbanização de favelas, seja das associações de luta por moradia que então começam a organizar a “demanda de aluguel”, crescente na conjuntura de crise econômica aguda que atravessava o país e a região então. (LOBO, 2014, p. 74)

Apoio à autoconstrução: muitos lotes já haviam sido entregues em favelas urbanizadas, com isso a necessidade de apoio à autoconstrução torna-se ainda mais importante. Duas ações podem ser destacadas no período:

- Continuidade do programa de apoio à autoconstrução pelo Serviço de apoio à autoconstrução (SAAC), com a novidade da incorporação da demanda de núcleos habitacionais;
- Criação da Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema (ACCMCD), para apoiar processos de autoconstrução em toda a cidade, a partir de compras de materiais em larga escala e outras formas de baratear o custo dos materiais para os autoconstrutores da cidade.

Apoio ao movimento organizado de moradia: início de ações do poder público para colaborar com a organização do movimento popular, entre elas:

- Criação do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – FUMPAIS (Lei nº 1.093, de 11 de setembro de 1990): para aplicar recursos em projetos de entidades formalmente constituídas;
- Criação do Programa de Apoio às Associações de Luta por Moradia: essa iniciativa foi alavancada pela experiência do Cazuza, que foi promovida pela primeira associação formalmente constituída em Diadema, a Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD).

Para compreender as ações habitacionais do poder público durante essa gestão, foi fundamental o relato de Licio Lobo Júnior (2021), que dirigiu o Departamento de Planejamento no período; como também de Selma Scarambone (2021), coordenadora do Setor de Urbanização de Favelas. Para entender como ocorreu a continuidade do SAAC, foi importante o relato de Nailson Elias da Silva, estagiário de engenharia na época. Para entender o funcionamento da ACCMCD, foi relevante o relato de Antonio Pereira Neto (2020), presidente dessa entidade na época. Igualmente foi importante o relato de Marta Cirera (2021), que atua como assistente social na Prefeitura desde 1989. Sua dissertação (CIRERA, 2008) também forneceu dados essenciais para a compreensão das principais ações do período. Com esse conjunto de informações foi possível entender a criação de alguns instrumentos inovadores vinculados à questão habitacional no período, assim como episódios que repercutiram na questão habitacional. Para o entendimento dos estudos de caso selecionados, outros agentes foram fundamentais no resgate das ações, conforme será mostrado mais adiante no capítulo.

O organograma a seguir foi montado com base nos nomes citados nos relatos mencionados para compreensão da estruturação das ações do poder público nas propostas voltadas à questão habitacional, incluindo os processos de urbanização das favelas. É interessante perceber que alguns profissionais, antes estagiários, reaparecem, mas ocupando cargos estratégicos e de coordenação. Tal situação demonstra um acúmulo de conhecimento ao longo dos anos, e isso poderá ser notado nos casos estudados.

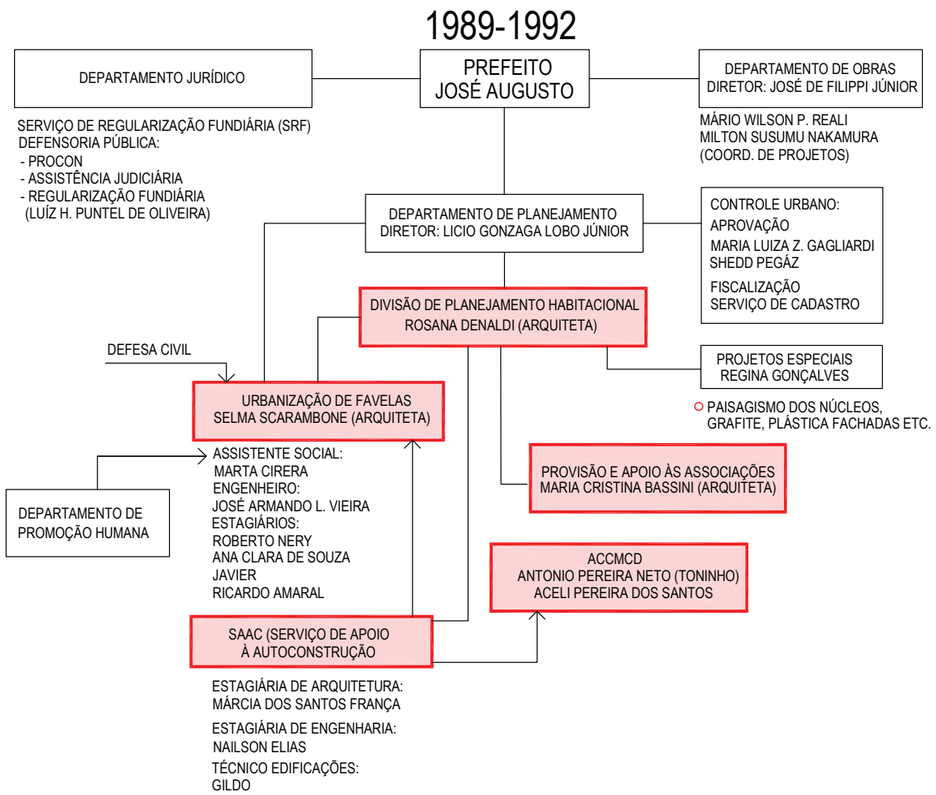


Figura 1: Organograma da gestão do prefeito José Augusto (1989–1992). Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da Prefeitura na época; foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos os que foram citados. A princípio foi criado para guiar as conversas com os agentes envolvidos nos programas de urbanização de favelas e assistência técnica à autoconstrução. urbanização.

4.2

VISÃO GERAL DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO PERÍODO

O setor de urbanização de favelas volta a ficar vinculado ao Departamento de Planejamento, e não mais ao Departamento de Promoção Humana, o que demonstra uma posição mais estratégica do setor dentro das ações da Prefeitura; ao mesmo tempo, processos já iniciados no período anterior foram mantidos e aprimorados. Selma Scarambone fazia parte da equipe anterior e passa a coordenar o setor de urbanização de favelas.

Algumas áreas de risco têm sua situação agravada, surgindo a necessidade de buscar regiões livres para reassentar as famílias. A Prefeitura já havia negociado a desapropriação de algumas áreas no final da gestão anterior, porém os encaminhamentos ocorreram principalmente nessa gestão. É o caso, por exemplo, da Favela Paineirinhas, ou Beira-Rio, que sofreu remoção total; as famílias foram reassentadas pela Prefeitura em uma área que pertencia à empresa Celite, onde foi promovido um loteamento popular, o “Núcleo 18 de Agosto”. Outras áreas também sofreram processo de desadensamento, porém, parcial, como, por exemplo, o Núcleo Itália, a Naval, a Ana Sofia, entre outras.

Para os projetos nas novas áreas passa a existir o atendimento por lote urbanizado. Como exemplo, podemos citar a área do “Núcleo 18 de Agosto”, pioneira dentro dessa modalidade. Nesse caso, é possível perceber a adoção de parâmetros especiais de uso e ocupação do solo, sem amparo à legislação específica para esse fim, ainda inexistente no período. Acresça-se que, diante da situação de grande déficit, os padrões de lote mínimo são ainda próximos aos adotadas nas urbanizações de favelas, ou seja, no caso desse projeto, nota-se uma melhoria no dimensionamento dos lotes, nas larguras das vias e na criação de pequenas áreas verdes, mas que não representa ainda um avanço urbanístico substancial.

É possível perceber que os processos de urbanização de favelas foram se transformando ao longo dos anos e foram guiados pela realidade concreta que estava ocorrendo na cidade. Essa atuação começou com 20 núcleos no início do ano de 1983, logo mudou para 40, e depois mais, até tomar conta da cidade, ou seja, não foi um programa-piloto. Foi um evento que ocorreu de modo muito rápido e envolvendo muitas pessoas, muitas regiões e em um ritmo bastante acelerado (LOBO, 2021). Apenas para se ter uma noção da dimensão da demanda, segundo CIRERA (2008, p. 88), na segunda gestão do PT existiam ações de urbanização de áreas precárias em 184 núcleos habitacionais, sendo: 73 na região norte, 38 na região sul, 32 na região leste e 41 na região oeste.

Com relação aos projetos de urbanização de favelas, veremos pelo estudo de caso que será apresentado, “Núcleo Santa Luzia” (área da ocupação da Celite), que o processo se manteve praticamente como no período anterior, sem grandes possibilidades de melhorar a condição urbana resultante da urbanização. Portanto, foi um processo factível naquele momento, mas ainda dentro da lógica de criar o maior número possível de lotes, e, com isso, o comprometimento da qualidade dos espaços públicos.

Nesse período é relevante o aumento no investimento em infraestrutura nas urbanizações. Na fase anterior, pode-se entender que o foco estava na organização da população e no parcelamento de áreas ocupadas por favelas, e, à medida que essas questões eram solucionadas, incluindo a implantação das redes pelas concessionárias (Sabesp e Eletropaulo), a sequência natural seria a melhoria urbanística dessas áreas: pavimentação, escadarias, drenagem e muros de contenção.

Ocorreram nesse período mutirões, por exemplo, para instalar pavimento intertravado ou para executar canaletas de drenagem nas vielas de vários núcleos habitacionais. Surgiu a ideia de a própria Prefeitura produzir peças pré-moldadas para esses elementos de infraestrutura urbana; inclusive no período foi criado o setor de “pré-moldado”, uma parceria entre a Divisão de Planejamento Habitacional e a Secretaria de Obras. É comum identificarmos elementos pré-moldados em escadarias de núcleos habitacionais (Figuras 2, 3 e 4).

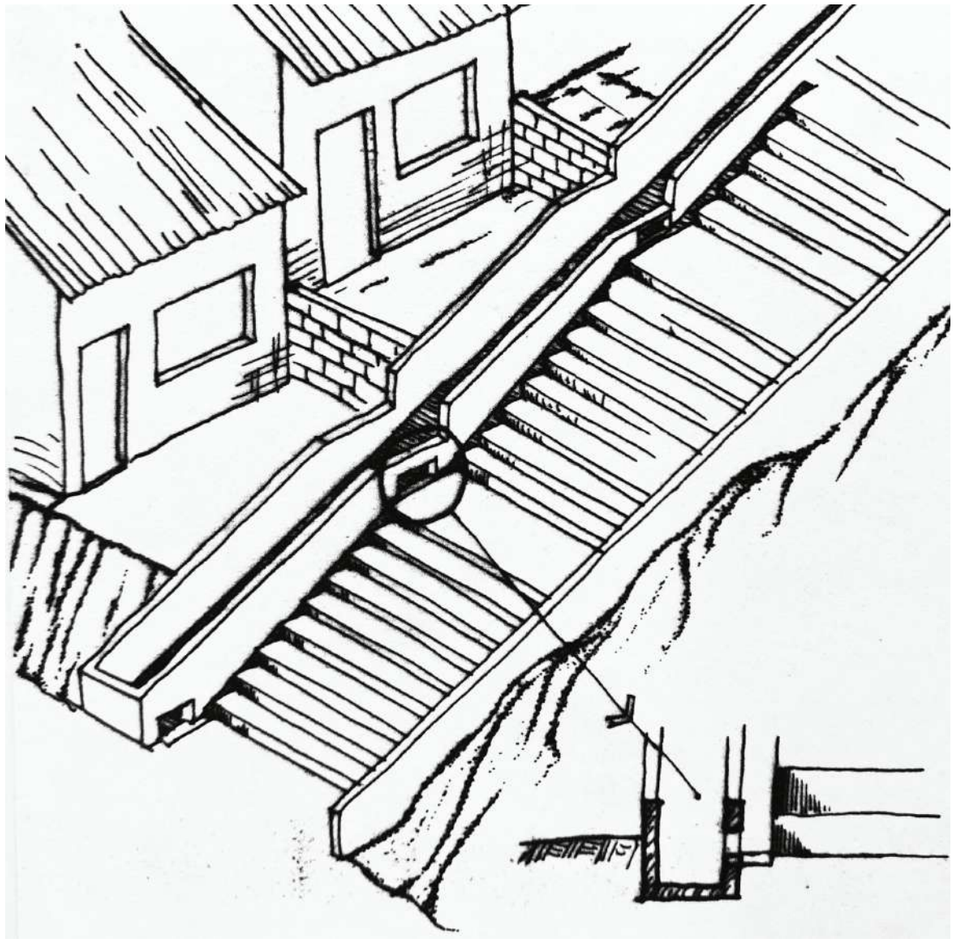


Figura 2: Ilustração de projetos de elementos pré-moldados realizados pela Prefeitura, uma necessidade que surgiu no desenvolvimento natural das áreas em processo de urbanização.

Também houve no período a decisão de intervir na urbanização de favelas em áreas particulares, inclusive, segundo CIRERA (2008, p. 79), “uma das primeiras cidades a enfrentar os riscos legais” dessa atuação. O trabalho consistia no levantamento dos proprietários das áreas ocupadas e na busca pela negociação para que fosse possível manter a população no local e urbanizar a área. Também havia o assessoramento jurídico em ações de reintegração de posse. Um exemplo prático foi resgatado no primeiro estudo de urbanização em área particular para o Núcleo União I-B, realizado durante a gestão anterior (1983–1988). O resgate desse projeto demonstra que já existia o debate em torno do assunto; afinal, havia ocupações em áreas particulares, e, portanto, a necessidade de apoio do poder público na questão. Na gestão do prefeito José Augusto (1989–1992) a causa foi enfrentada com mais força.

Figura 3: Escadaria com elementos pré-moldados no Núcleo Habitacional União.

Figura 4: Colocação de piso intertravado na Rua das Margaridas, Núcleo Santo Antônio, Eldorado (anos 1990), em regime de mutirão.

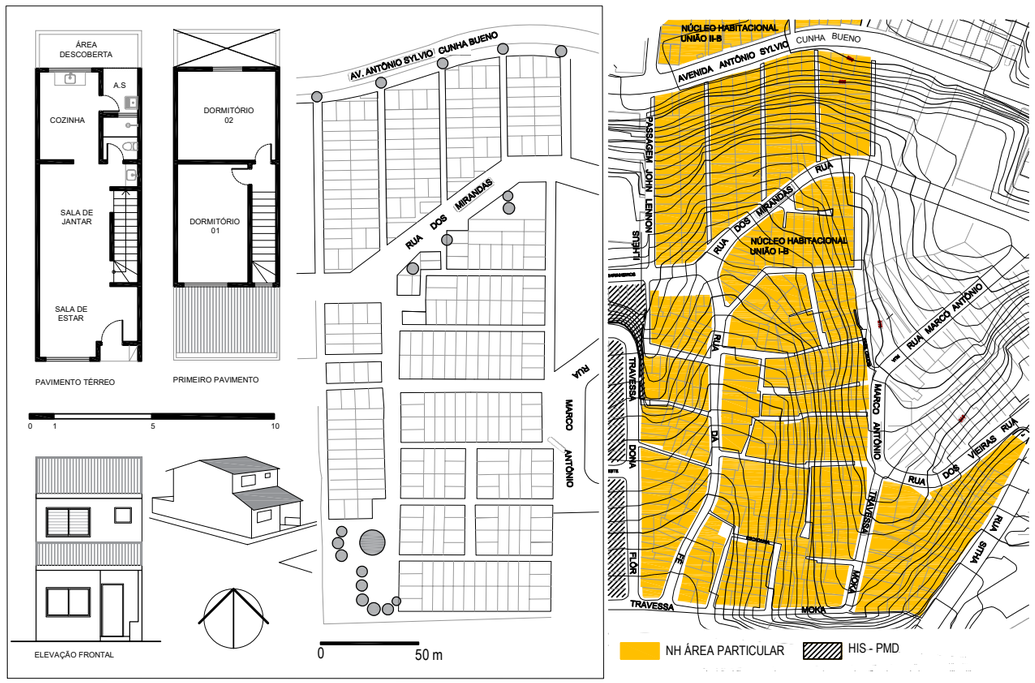


Figura 5: À esquerda, o primeiro projeto para o Núcleo Habitacional União I-B (1983-1988). À direita, situação consolidada em 2002.

Por fim, o assunto do processo de urbanização nas áreas de proteção aos mananciais foi incluído na demanda de trabalho da equipe, principalmente para conter a expansão da região sul (bairros Eldorado e Inamar).

Sobre as questões fundiárias iniciadas no período anterior, foi criado o Serviço de Regularização Fundiária (SRF) para, entre outras questões, dar andamento aos processos de regularização das áreas públicas por meio das CDRU. Também já havia no período a discussão das DUPs (Áreas de Utilidade Pública) e outras questões envolvendo loteamentos particulares irregulares. O arquiteto Luiz Puntel, que durante anos trabalhou no serviço de assistência técnica habitacional (PROHAB e depois SAAC), passa a trabalhar nessa repartição.

4.3

ESTUDO DE CASO CELITE, UMA JUNÇÃO DE TRÊS HISTÓRIAS: PAINEIRINHAS, 18 DE AGOSTO E SANTA LUZIA

O estudo de caso “Celite” será explicado a partir da origem das famílias da Favela Paineirinhas, que foram reassentadas na área desapropriada pela Prefeitura. Inicialmente a “Celite” foi selecionada como estudo de caso na presente pesquisa, pois representa a primeira proposta de projeto para uma área vazia destinada a famílias moradoras de favela em risco, ou seja, na qual não ocorre o processo de urbanização sobre uma pré-existência, dentro dos moldes em que acontecia até então. Ao esmiuçar o processo, verificou-se que há uma junção de fatos e situações que o torna heterogêneo tanto em relação à ocupação do espaço como também à forma de organização das pessoas. É possível entender três momentos e distintas situações:

(1) A existência de uma área de risco com necessidade de proposta de reassentamento – Favela Paineirinhas;
(2) A desapropriação de uma área vazia (Celite) e a elaboração de uma proposta inédita para moradores de favelas – Núcleo 18 de Agosto;
(3) A ocupação de uma área vazia (Celite) e o conhecido processo de urbanização – Núcleo Santa Luzia.

4.3.1

ANTECEDENTES: FAVELA PAINEIRINHAS

A história começou no início dos anos 1980, em uma área localizada na atual Avenida Luís Carlos Prestes, na confluência com a Avenida Brasília, no bairro do Campanário. Na época o córrego não era canalizado[3], e em suas margens moravam famílias em situação de extrema pobreza e risco. A área era conhecida como Favela Paineirinhas, ou Beira-Rio.

Não seria possível contar o início dessa história sem o relato de duas mulheres fundamentais no processo, Maria Aparecida Felippe Menezes (Dona Maria I) e Maria Sebastiana de Souza (Dona Maria II). Ao conversar com alguns agentes sobre o caso, incluindo moradores, profissionais que trabalharam na área e atuais lideranças, em vários momentos elas foram citadas como importantes lideranças. Infelizmente essas duas mulheres já não estão entre nós.

A poucos meses de finalizar esta tese, surge uma fonte inesperada para a pesquisa: um depoimento das duas mulheres cedido para a Assessoria Técnica PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais[4] (PEABIRU TCA) no ano de 1996, momento em que realizavam um trabalho para a Prefeitura com um escopo bastante complexo, mas no qual, dentro das realizações, estava o resgate do histórico da área.

[3] A canalização do córrego foi ocorrer na primeira gestão do prefeito Filippi, entre os anos de 1993 e 1996.

[4] PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais é uma ONG de Assessoria Técnica, fundada em 1993, formada por equipe multidisciplinar de profissionais que realizam trabalhos em territórios vulneráveis a favor do direito à moradia e à cidade.

Lamentavelmente o trabalho não foi concluído pela Assessoria Técnica; entretanto, os depoimentos de algumas pessoas foram preciosos para entendimento de parte do processo, incluindo dessas duas mulheres.

Dona Maria I foi morar em Diadema no final dos anos 1970. Comprou um barraco na Favela Paineirinhas, mas tinha muito medo, pois era a primeira vez que morava em uma favela. Na ocasião, a “Sociedade Amigos do Bairro” conhecia as pessoas e os problemas da área, e se propôs uma assembleia a fim de formar uma comissão para, assim, reivindicar soluções para as necessidades dos moradores da Paineirinhas.

Foi nessa ocasião que Dona Maria I e Dona Maria II foram eleitas, e inclusive foi a partir desse momento que passou a existir a diferenciação entre uma e outra, visto o nome igual. Nesse momento elas começaram a participar das lutas pelas necessidades dos moradores da área (MENEZES, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996).

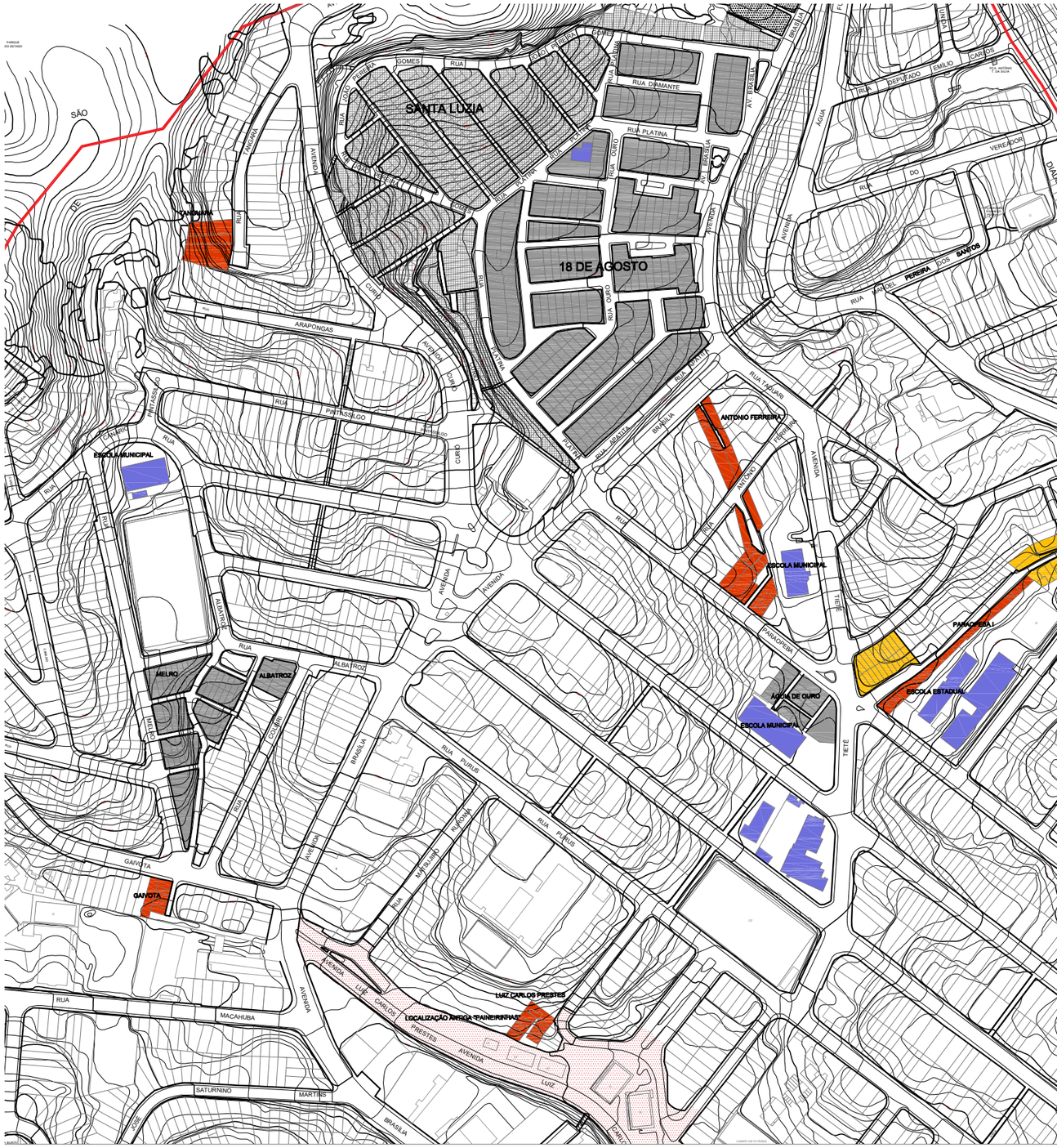
Alguns episódios relatados foram marcantes, como a grande enchente de 1984, que causou enormes prejuízos aos habitantes:

> Quando foi em 1984, teve a primeira enchente que desesperou todo mundo lá. Começaram a perder tudo. Morador começou a perder fogão, alimentação, armário, um monte de coisas, geladeira, bujão de gás. Eu mesmo perdi geladeira, comida. E eu vendo aquilo sem poder fazer nada. Eu e o meu marido. Foi quando a gente resolveu começar a pressionar a Prefeitura. (MENEZES, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

Nessa época, conforme já mencionado no capítulo anterior, ocorria aos sábados à noite uma assembleia-geral com os moradores de todas as favelas da cidade, um momento de grande mobilização da população e de engajamento da equipe de profissionais da Prefeitura, dentro de um movimento paradigmático que crescia em Diadema a favor dos favelados. O movimento de favelas do município ganhava força, ao mesmo tempo em que reivindicações pontuais e lideranças das áreas ficavam conhecidas participando desse evento. Foi participando dessas reuniões que a situação da Paineirinhas ganhou visibilidade perante o poder público:

> Através do movimento de favelas que o Gilson Menezes abriu espaço pra nós na Prefeitura. A gente tinha encontro todos os sábados, com esse movimento. As lideranças das áreas iam fazer as reivindicações lá nessas reuniões, no anfiteatro da Prefeitura. Todo sábado era o encontro dos favelados ali, às sete horas da noite. Cada área levava seu problema pra lá. De lá saíam as decisões. De cada área, ia um representante junto com a associação do movimento. (MENEZES, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

Mesmo sendo ouvidos pela equipe da Prefeitura, os moradores da Favela Paineirinhas ainda permaneciam com a questão sem solução. Até que, em 1986, ocorreu outra terrível enchente na área. Muitos barracos simplesmente desmancharam na ocasião. A partir daí passaram a reivindicar pela remoção em caráter emergencial; afinal, não podiam mais permanecer no local. Outras favelas passavam por situação semelhante na época: na Rua Itália, Ana Sofia, Vila Sofia, Jardim Ruissen, Naval e Ana Maria. Diante da situação, o prefeito autorizou o grupo a procurar um terreno. Segundo MENEZES (1996), ele disse: “Se encontrar, ocupa, e depois eu desaproprio”. Ao encontrar a área, as lideranças preferiram entrar na área somente com a desapropriação.


SANTA LUZIA
18 DE AGOSTO
ESCOLA MUNICIPAL
ANTONIO FERREIRA
ESCOLA MUNICIPAL
ESCOLA MUNICIPAL
ESCOLA ESTADUAL
GAIVOTA
GAIVOTA
MELRO
ALBATROZ
LOCALIZAÇÃO ANTIGA "PAINEIRINHAS"
LUIZ CARLOS PRESTES
RUA DIAMANTE
RUA PLATINA
RUA OURO
RUA PIRATINI
RUA ARAPONGAS
RUA MACAHUBA
RUA SATURNINO MARTINS
AVENIDA LUIZ CARLOS PRESTES
RUA PURUS
RUA ALBATROZ
RUA GAIVOTA
RUA ANTONIO FERREIRA
RUA TAMANDI
RUA PARAGUAÇU
RUA ANGELO PEREIRA DOS SANTOS
RUA DEPUTADO EMILIO CARLOS
AVENIDA BRASILIA
AVENIDA TIETÊ
AVENIDA VEREADOR DIAMANTINO
AVENIDA PIRAPORA
AVENIDA ANTONIO PIRES EUFRASIO
AVENIDA ANTONIO PIRES EUFRASIO
AVENIDA ANTONIO PIRES EUFRASIO

Em 1987, a Prefeitura desapropriou a área desejada pelo grupo da favela, próxima ao local que pertencia à Celite, conhecida indústria de louças sanitárias que tinha pendências tributárias com a Prefeitura, o que facilitou a negociação. Um aspecto que chama atenção é sua localização: fica bem na pontinha superior do mapa do município, próxima à divisa com o município de São Bernardo do Campo (Vila Santa Luzia, no Taboão) e junto a São Paulo, próxima à área verde do Parque do Estado e do Zoológico de São Paulo. Essa área inicialmente foi desapropriada prioritariamente para realocar as famílias da Paineirinhas, assim como atender outras demandas de risco na cidade. Pelo mapa de quadras fiscais do município, a gleba tinha área de aproximadamente 67.000 metros quadrados e compreende hoje os núcleos 18 de Agosto e Santa Luzia.

Na época o prefeito propôs uma negociação habitacional com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo (CDH), segundo MENEZES (1996), “porque ele não queria que a gente saísse de uma favela e montasse outra no local”. A ideia seria obter financiamento e ir morar em tipologias típicas da CDH, em prédio de apartamentos. LAMONICA (2021) inclusive realizou um estudo para a área, porém, não havia interesse da CDH.

Dona Maria I e Dona Maria II participaram ativamente de inúmeras reuniões com a CDH. Quando entrou o ano da eleição, em 1988, nada estava resolvido, a negociação não ia bem, possivelmente por divergências políticas entre o município e o estado. Também nesse mesmo ano houve o famoso desacordo entre Gilson Menezes e José Augusto, o que causou desconforto e insegurança para os moradores da favela; afinal, “se não ganhasse o candidato dele e ganhasse o Zé Augusto, ele não ia querer levar o mesmo trabalho, a gente tinha medo disso”, segundo MENEZES (1996). Foi quando as famílias decidiram pressionar o prefeito para autorizar a remoção da favela; em troca, ele teria o apoio político de todas as pessoas da área com seu candidato nas eleições.

No dia 18 de agosto de 1988, ele assinou a remoção da Paineirinhas e formalizou o reassentamento para a área desapropriada da Celite, que passou a se chamar Núcleo 18 de Agosto. Foi a funcionária da Prefeitura Regina Gonçalves[5] que levou, nesse dia, o documento assinado para eles e explicou como seria todo o processo de transferência para a área desapropriada. (MENEZES, 1996)

O processo de remoção foi iniciado alguns dias depois. O transporte dos barracos para a nova área ocorria nos fins de semana. Começaram pelo trecho pior, com maior risco de enchente. O processo demorou em torno de um mês e pouco, até reassentar todos os barracos da área:

> Nós montamos uma equipe pra desmontar. Às 5 horas da manhã, a gente saía gritando na favela. Só que o pessoal que a gente marcou o X na sexta-feira já derriçou[6] o barraco nesse dia mesmo, à noite. Foi um trabalho muito bonito e rápido. As pessoas estavam muito contentes, porque a gente ia sair de uma área de risco. O pessoal estava muito conscientizado. Quando a gente passava e fazia o X, podia contar que à noite eles desciam o barraco mesmo. Ficava tudo prontinho pra, no dia seguinte, ficar esperando o caminhão chegar e levar a mudança. A gente montou uma equipe aqui em cima pra montar os barracos, e outra lá embaixo pra desmontar. (MENEZES, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

[5] Graduada em Arquitetura e Direito, ingressou na Prefeitura nos anos 1980 como técnica de projetos. Foi vice-prefeita na gestão de Gilson Menezes (PSB), entre 1997 e 2000, e vereadora na cidade.

[6] Derrubou.

O pessoal da área adjacente, “Bosque Real”, não aprovava a ida dessa demanda para o local; “diziam que ia vir bandidos, que isso aqui ia enfeiar a entrada de Diadema” (MENEZES, 1996). O Núcleo Habitacional Bosque Real foi ocupado antes da área da Celite, em meados dos anos 1980. De traçado singular e bastante problemático, possui vielas extremamente estreitas que não conseguem manter nem 2 metros de largura e têm uma profundidade de aproximadamente 40 metros, ou seja, um padrão inferior ao dos demais núcleos urbanizados no município. Para complicar, há problema de drenagem e uma organização bastante frágil das famílias que moram no local.

O número de famílias do Paineirinhas é um dado incerto; segundo MENEZES (1996), havia 192 famílias no local. Conforme dados obtidos atualmente na Associação da área, eram 68 famílias. E, segundo ALMEIDA (1994), 271 famílias.

Quando o pessoal do Paineirinhas chegou ao local, as primeiras reivindicações foram basicamente por água, luz e energia. Logo conseguiram um cavalete comunitário da Rua Brasília: “A gente comprou aquelas mangueiras de 10 metros, emendava uma mangueira na outra, ligava lá e vinha abastecendo as caixas aqui” (MENEZES, 1996). Inicialmente também ia ao local um caminhão-pipa. Depois a Sabesp ligou três cavaletes coletivos em diferentes pontos da área. A Prefeitura também pediu uma ligação provisória de energia e luz. “Nós não ficamos aqui no escuro. A Prefeitura puxou os postinhos clandestinos e ligou a luz. Quem vinha subindo de lá já vinha com a luz” (SOUZA, 1996).

Figura 7: Dona Maria I fazendo reunião na área durante o processo de urbanização no trecho do Núcleo 18 de Agosto (casas em construção e poste de eletricidade). Ao fundo, Núcleo Santa Luzia.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

O caso da Favela Paineirinhas demonstra uma situação típica - o processo de reassentamento de famílias moradoras de áreas de risco. Dessa experiência podem ser extraídas algumas lições e recomendações de apoio técnico profissional.

Durante a permanência na área de risco:

- Criar medidas paliativas para garantir a sobrevivência das famílias em áreas de risco e para que tenham melhores condições de vida enquanto aguardam atendimento digno e definitivo. Por exemplo: instalações de redes provisórias e manutenção dos barracos.
- Fazer o reconhecimento das famílias moradoras da área e o acompanhamento dos fluxos. Identificação de todos os moradores e do número de domicílios no local.
- Fazer o monitoramento de riscos na área para evitar tragédias e fatalidades. Esse trabalho normalmente é realizado com o apoio da Defesa Civil;
- Dar apoio social e psicológico às famílias, incluindo a promoção de atividades recreativas e culturais, principalmente para as crianças.

Organização comunitária para reivindicação dos direitos, luta pela moradia digna:

- Colaborar no processo de organização da comunidade, com identificação de líderes e formação de comissões que possam representar as necessidades e os anseios reais de todos.
- Promover a ampliação do debate com outros grupos com situações similares para que possam unir causas e buscar estratégias e soluções em comum. Por exemplo, podem ser promovidos encontros com diferentes grupos de moradores de áreas de risco, junto com o poder público e profissionais engajados.

Durante o processo de planejamento da remoção:

- Buscar áreas para o reassentamento das famílias em risco;
- Dar amparo legal à população para que seja garantido o reassentamento seguro em área bem localizada, com infraestrutura mínima (mesmo que provisória), e próxima às redes de contatos e com continuidade da rotina das pessoas;
- Realizar estudos de viabilidade para possíveis áreas de reassentamento, de tal modo que seja possível garantir o atendimento de todas as famílias e para que possam ser debatidas e comparadas diferentes possibilidades de atendimento – conjunto habitacional verticalizado, conjunto horizontal, lotes urbanizados etc.
- Colaborar na organização e no planejamento da mudança para que as famílias possam dar continuidade à sua rotina sem grandes percalços.

Durante o processo de instalação no local:

- Incentivar e promover o diálogo com a vizinhança para que exista entendimento do processo e uma boa receptividade das famílias recém-chegadas na região.
- Promover reuniões para definição das novas localizações na área – vizinhos, grupos de afinidades etc.
- Mesmo que de modo ainda provisório, é importante garantir minimamente o acesso a água e energia elétrica e instalações habitacionais mínimas, com banheiro, local para

4.3.2

NÚCLEO HABITACIONAL 18 DE AGOSTO: ÁREA DO PROJETO

Pela primeira vez a Prefeitura desapropriava uma área (1987) com o intuito de implantar um loteamento popular para atendimento da demanda de baixa renda da cidade. Os projetos pioneiros de urbanização de favelas, que vimos no capítulo anterior, seguiam diretrizes técnicas viáveis para o remanejamento das famílias na própria área, de todo modo, seguindo parâmetros especiais, e não aqueles previstos na legislação vigente; afinal, caso fosse seguir, por exemplo, o lote mínimo de 125 metros quadrados, não haveria espaço suficiente para realocar todas as famílias na própria área. (ALMEIDA, 1994, p. 8)

Para o caso deste projeto, os parâmetros de urbanização de favelas serviram como referências; de todo modo, foram melhorados, no entanto, ainda sem legislação específica.

O projeto do Núcleo 18 de Agosto foi realizado em maio de 1988, no final da gestão de Gilson Menezes, e foi conduzido pela equipe do Departamento de Planejamento, sob direção do arquiteto João Alberto Zocchio. Quando as famílias foram para o local, já estava definido qual seria o lote de cada um.

Figura 8: Em preto, gleba desapropriada “Celite”. Fonte: marcações da autora sobre foto aérea de 1958.

> Eu vim pra cá, foi uma luta de muito tempo – eram as duas Marias e nós, dia de sábado, dia de quarta-feira, nós não tinha hora de chegar em casa, nós se reunia na Prefeitura, e assim nós lutemos 12 anos até subir pra cá. (...) E antes de subir pra cá, cada um de nós recebeu um papelzinho assim carimbado, que é o carimbo da Prefeitura, comprovando o lote que se ia ficar nele. Todos nós já veio pra cá com os lotes garantidos. (HONÓRIO, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

O projeto foi realizado na parte mais plana da gleba, deixando de fora o trecho com topografia mais acentuada. Pela foto aérea de 1958 é possível notar que já havia movimentação de terra na porção do atual Núcleo 18 de Agosto. Segundo SCARAMBONE (2021), arquiteta que teve oportunidade de trabalhar nesse projeto, a área era um platô, por isso tiveram de avaliar muito bem a questão da drenagem, devido à ausência de caimentos naturais. Por se tratar de um projeto para ser implantado em uma área vazia, foi realizado pelos arquitetos Wagner Lamonica e Angelo Filardo, que faziam parte do Departamento de Planejamento, e não do programa de urbanização de favelas, que era uma frente especial do Departamento de Promoção Humana no período. Realizaram nesse período projetos para áreas vazias, como o 18 de Agosto, o 15 de Julho (Bairro Casa Grande), e colaboraram com o projeto do Cazuza, nos primeiros estudos, quando a Prefeitura negociava a execução de unidades pela CDH. (LAMONICA, 2021)

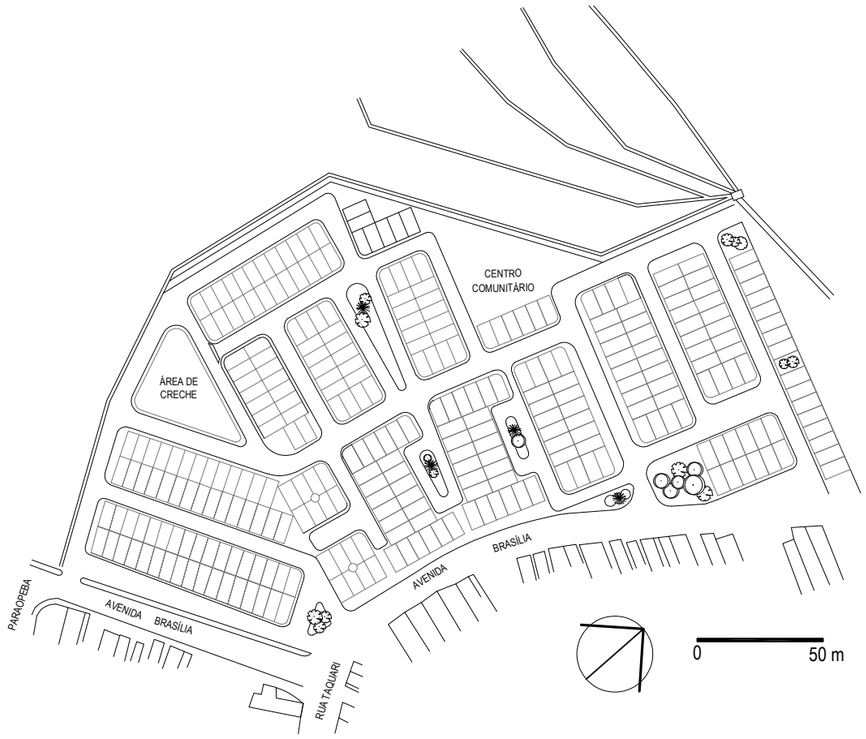


Figura 9: Implantação original do projeto realizado em 1988 para o Núcleo 18 de Agosto. Ao comparar com a restituição aerofotogramétrica, é possível verificar que a essência da distribuição foi mantida, inclusive alguns canteiros verdes, que normalmente são incorporados ao uso privado.

O desenho do loteamento foi concebido a partir de tipologias habitacionais (TIPO 1/ TIPO 2/TIPO 3)[7] projetadas para lotes com dimensões de 5,40 metros de frente por 10,80 metros de profundidade; portanto, dois lotes formam um quadrado. Outra área da cidade, o Núcleo 15 de Julho (Casa Grande), foi planejada dentro dessa mesma lógica de lote, utilizando as mesmas tipologias habitacionais desenvolvidas. No projeto de implantação, todos os lotes possuem a mesma área: 58,32 metros quadrados, com exceção das esquinas, que possuem os cantos dos lotes arredondados.

[7] Não foram encontradas informações sobre as tipologias 1 e 3.

O diferencial desse projeto em relação ao modelo dos projetos de urbanização de favelas seria a possibilidade de criar lotes um pouco maiores, pequenas áreas verdes, vias mais largas e um espaço destinado a um equipamento institucional; no caso, uma creche e um espaço para um centro comunitário. Desses espaços, apenas o centro comunitário foi construído. A obra foi realizada pelos próprios moradores, porém, com pausas e muitas dificuldades, sendo oficialmente inaugurada em 2002.

O projeto foi concebido em alvenaria estrutural, pois era o sistema construtivo usual nos projetos de habitação popular desenvolvidos pela Prefeitura na época, principalmente pelo PROHAB, conforme vimos no capítulo anterior. De todo modo, foi uma técnica pouco difundida entre os autoconstrutores dessas unidades, que preferiram adaptar o projeto ao sistema convencional – estrutura de concreto armado e vedações de alvenaria.

A largura do lote compreende dois vãos estruturais de 2,75 metros e 2,65 metros, que resultam em dois módulos retangulares de aproximadamente 2,75 x 6,35 m, deslocados entre si. O volume implantado no lote propõe espaços abertos mais largos nos lugares com previsão de aberturas. A definição da hidráulica levou em consideração a flexibilidade dos espaços, ou seja, em posição que atrapalhasse o mínimo possível as opções de uso. O projeto também possui previsão de vão na laje, para futura posição da escada, o que indica uma preocupação com a verticalização. Não foi encontrado o desenho da ampliação futura, e os moradores que foram questionados informaram que somente receberam a planta do pavimento térreo.

Segundo FILARDO (2020), por tratar-se de um processo de autoconstrução, a adesão ao projeto foi acima do esperado. Algumas alterações desejáveis foram realizadas, por exemplo, para adequação da garagem, que não estava prevista, mas outras nem tanto, principalmente as soluções das escadas, gerando inclusive situações de risco. De certo modo, as divisões em dois módulos estruturais e as posições das unidades sanitárias permaneceram na maioria dos casos.

As áreas livres previstas no projeto, tanto na frente, quanto no fundo, seriam o mínimo necessário para uma ventilação e uma insolação adequadas, assim como espaço para implantação de caixa de inspeção de esgoto e caixas de medição de água e energia elétrica.

Não houve um processo participativo na elaboração do projeto; houve apenas o detalhamento das tipologias habitacionais. Foi apresentada a proposta às famílias, e elas aceitaram. Nesse sentido, o projeto colaborou no processo de autoconstrução, mesmo ocorrendo variações ou alterações do projeto durante a execução. De todo modo, não houve participação do arquiteto ou de outro técnico no acompanhamento das obras, somente algumas visitas pontuais. Sabe-se que a grande demanda do movimento eram o terreno e a infraestrutura básica; não havia uma reivindicação pela assistência técnica habitacional, seja pelo projeto ou pela obra; afinal, a cultura da autoconstrução é um tanto autoconfiante em relação à sua própria capacidade técnica. Ao questionar alguns moradores sobre o projeto, nota-se que não era o mais importante para eles naquele momento, pois, ao mesmo tempo em que autoconstruíam suas casas, ainda lutavam pela infraestrutura básica.

Ao conversar com alguns moradores e verificar algumas casas construídas, nota-se também que o projeto foi adaptado na obra para o sistema convencional, com pilares e vigas de concreto armado. Ao buscar informações no local com os moradores sobre qual projeto receberam, foi identificada uma variação da proposta original para o sistema convencional, inclusive diminuindo um pouco as áreas vazias. Muito provavelmente esta tenha sido uma versão simplificada do projeto para a autoconstrução.

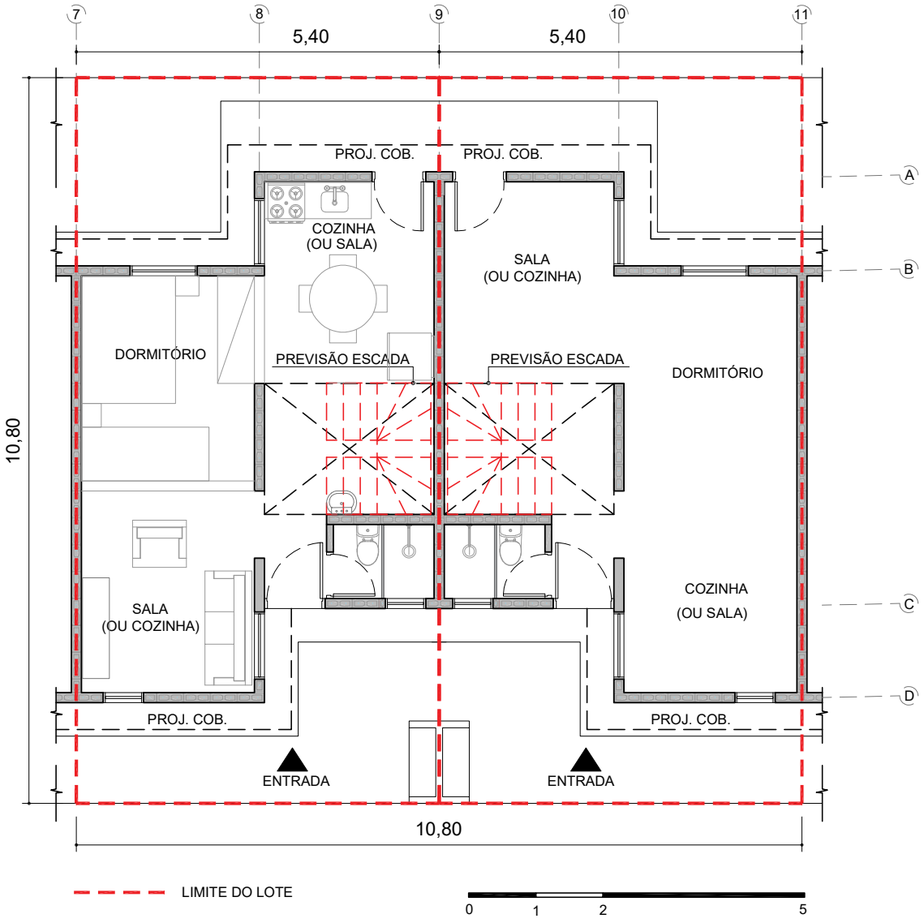
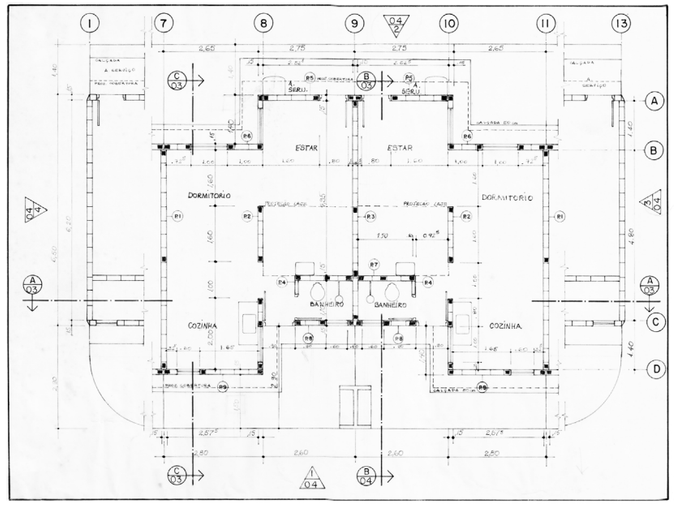


Figura 10: Planta da tipologia habitacional elaborada pela prefeitura para os lotes de 5,40 x 10,80, na área do Núcleo 18 de agosto, 1988. Planta projeto Tipo 2.



REVISÕES

Nº	OBJETO	EMITENTE	APROVADO	DATA

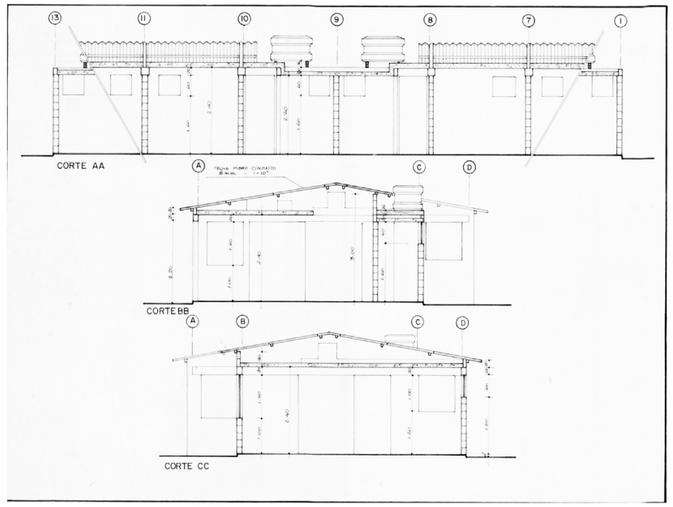
UNIDADE HABITACIONAL UNIFAMILIAR TIPO 2

ARQUITETURA - PLANTA

ESC. 1:50

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - DEPTO. PLANEJAMENTO

PLANO HABITACIONAL - CAMPANÁRIO / CASA GRANDE 02



REVISÕES

Nº	OBJETO	EMITENTE	APROVADO	DATA

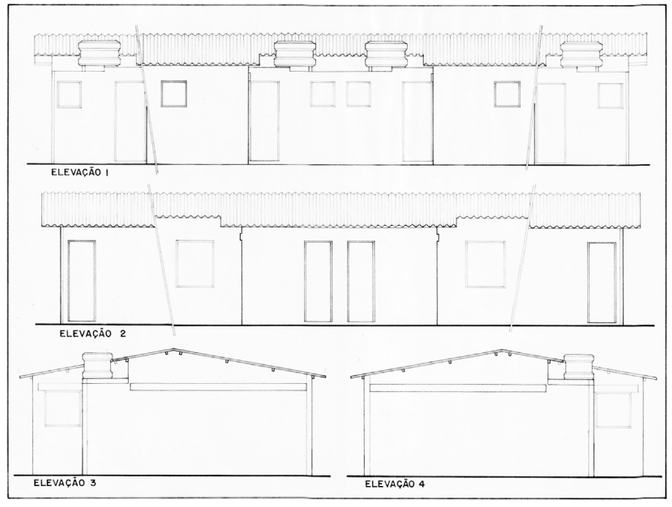
UNIDADE HABITACIONAL UNIFAMILIAR TIPO 2

ARQUITETURA - CORTES

ESC. 1:50

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - DEPTO. PLANEJAMENTO

PLANO HABITACIONAL - CAMPANÁRIO / CASA GRANDE 03



REVISÕES

Nº	OBJETO	EMITENTE	APROVADO	DATA

UNIDADE HABITACIONAL UNIFAMILIAR TIPO 2

ARQUITETURA - ELEVAÇÕES

ESC. 1:50

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - DEPTO. PLANEJAMENTO

PLANO HABITACIONAL - CAMPANÁRIO / CASA GRANDE 04

Figura 11: Projeto elaborado pela prefeitura para os lotes de 5,40 x 10,80, na área do Núcleo 18 de agosto, 1988. Projeto Tipo 2.

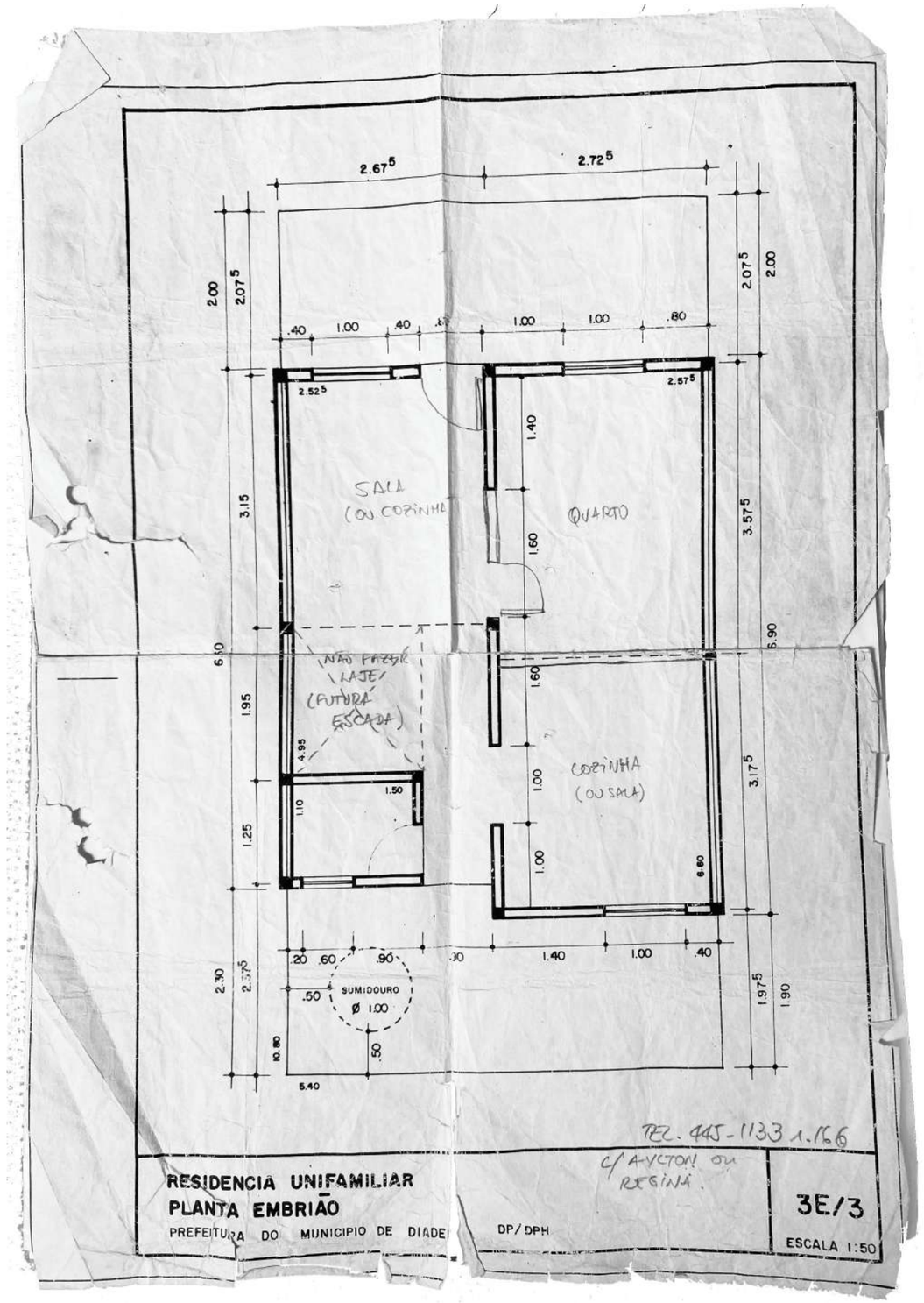


Figura 12: Variação da tipologia habitacional proposta no loteamento, fornecida por moradora da área.

Figura 13: Implantação de alguns projetos no Núcleo 18 de Agosto, 2021.

Figura 14: Implantação de alguns projetos no Núcleo 18 de Agosto, Rua Fluorite, 2021.

De fato, a demarcação e a entrega dos lotes pela Prefeitura incentivaram a chegada de mais famílias ao local, não previstas para ser atendidas. A favela Bosque Real, junto ao Núcleo 18 de Agosto, já se encontrava ocupada naquele período. Mas ainda estava vazia a área do Núcleo Santa Luzia. ALVES (2021) informa que as 68 famílias da favela Beira-Rio (ou Paineirinhas) foram atendidas na área da Celite com lotes seguros e protegidos para que montassem seus barracos, mas o número de ocupantes foi aumentando nesse processo.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Entendimento geral da implantação do loteamento:

Este caso pode ser entendido como uma ocupação ordenada, pois contou com projeto realizado antes do reassentamento das famílias. Diferentemente de um processo convencional, o loteamento foi implantado ao longo dos anos, com as famílias já morando no local.

Nota-se que a elaboração do projeto ocorreu à parte do processo que estava sendo vivenciado pelas famílias; não ocorreu nenhum tipo de participação ou interferência na proposta, pois a maior reivindicação das pessoas era sair da área de risco e ir para um lugar seguro.

É possível notar melhorias nos parâmetros urbanísticos do projeto – tamanho dos lotes, largura das vias, áreas verdes e áreas comunitárias, situação permitida em vista da condição vazia da área, com certa flexibilidade no número de atendimentos; no entanto, visando a colaborar com o maior número possível de lotes para atendimento de várias áreas de risco da cidade. É possível entender alguns procedimentos importantes em atuações como essa, que veremos a seguir.

Durante a realização do projeto do novo loteamento popular e sua implantação:

- Promover processos para que o projeto seja elaborado junto com as famílias;
- Normalmente famílias mais vulneráveis desconhecem como é viver com qualidade. Cabe à Assessoria Técnica mostrar outras realidades, ou seja, mostrar que podem viver muito melhor do que podem imaginar;
- Em áreas onde a legislação não seja aplicável, devem-se criar parâmetros urbanísticos de acordo com a lógica e o contexto local, definindo limites e assegurando a qualidade mínima urbanística;
- Realizar projetos racionais, com lotes ou tipologias padronizadas, para facilitar a compreensão do projeto por todas as pessoas envolvidas e facilitar o posterior apoio à autoconstrução;
- Prever o acompanhamento técnico frequente na área para assegurar a correta implantação do loteamento e evitar prejuízos às áreas públicas;
- Promover a organização comunitária para definir prioridades e planejamento das ações na área.

Durante a autoconstrução das moradias:

Sobre o apoio à autoconstrução, não houve o trabalho de Assessoria Técnica nesta etapa; assim, foi disponibilizado pela Prefeitura um conjunto de tipologias habitacionais, porém sem discussão prévia com as famílias. Foi possível entender sobre o processo da autoconstrução:

- Existência de enraizamento de “fórmulas da autoconstrução”, utilizando sempre o mesmo sistema e soluções construtivas;
- O projeto sofreu diferentes adaptações; não houve fidelidade durante sua execução;
- É possível notar uma tendência na redução de áreas livres previstas no projeto, e a vontade e ações para ocupar ao máximo o lote;
- Ausência de reivindicação pelos serviços técnicos durante a construção das moradias – autoconfiança das pessoas em relação à sua própria capacidade técnica.

4.3.3

NÚCLEO HABITACIONAL SANTA LUZIA: ÁREA DA OCUPAÇÃO

Assim como nas outras áreas, seja o Núcleo 18 de Agosto, seja a Favela Paineirinhas ou tantas outras áreas apresentadas na presente pesquisa, não seria possível resgatar o histórico completo apenas por meio do relato de algumas pessoas que tiveram participação ou envolvimento no processo, mas, de todo modo, cabe apresentar aqui uma versão da história, do ponto de vista daqueles que se disponibilizaram a abrir suas casas, mostrar suas fotos guardadas no armário e relatar situações que já estavam esquecidas na memória. Vale ressaltar que, para a área “18 de Agosto”, o primeiro contato foi o projeto encontrado na Prefeitura, e, após isso, a conversa com os arquitetos envolvidos (LAMONICA, 2021; FILARDO, 2020; SCARAMBONE, 2021). Depois vieram as descobertas de lideranças e histórias sobre as famílias que iriam ocupar a área do projeto, conforme foi descrito na parte anterior.

No caso da área adjacente, “Santa Luzia”, no início representava uma situação pouco compreendida na pesquisa, com questões abertas, do tipo: por que o projeto havia sido realizado apenas para uma parte da área, sem considerar a outra porção? Depois houve a compreensão de que a ausência do projeto se dava pela própria condição do terreno, bastante íngreme, totalmente fora dos padrões urbanísticos para implantação de um projeto convencional. Segundo SCARAMBONE (2021), era um grande morro, um talude. Não dava para fazer nada no local. Segundo LAMONICA (2021), “era uma voçoroca, dava para fazer uma festa lá dentro” – o terreno original era uma linha de drenagem.

Para entender o processo de ocupação e urbanização da área, o primeiro passo foi o contato com a Prefeitura, que por sua vez indicou Francisco Vicente Alves Filho, mais conhecido como Chiquinho, presidente da Associação dos Núcleos 18 de Agosto e Santa Luzia durante quase 20 anos (de 2001 a 2018), para buscar informações. Na primeira visita à área, ocorrida em outubro de 2021, Chiquinho mostra o espaço da Associação e apresenta Ivani Caetano, atual presidente, também membro da primeira comissão (início dos anos 1990). Ao mostrar algumas fotos resgatadas no acervo da Prefeitura, é reconhecido um homem que aparece com uma máquina fotográfica. Na mesma hora Chiquinho me levou para conhecer Klébio Martins de Oliveira, mais conhecido como Clebi, o “fotógrafo da área”.

Klébio por sua vez disse que tinha cedido todo o seu acervo fotográfico para Valter Benedito do Nascimento, que por muitos anos fez parte da comissão. O passo seguinte foi conhecer Valter, representante da comissão de 1991 até 2001. As conversas acabaram sendo mais informais, nas quais cada um foi recordando algumas situações, outros complementando com aquilo de que se lembravam. Ao longo da conversa mencionaram outras pessoas que fizeram parte do processo, como, por exemplo, as já citadas Dona Maria I e Dona Maria II, João da Touca, Alice, Diomar e várias outras que iam aparecendo nas fotos, no próprio acervo pessoal dos moradores ou nas histórias recordadas.

Por fim, foi possível ter acesso ao trabalho realizado pela PEABIRU TCA em 1996, em que constam mais relatos, importantíssimos para entender melhor questões que ainda estavam pouco compreendidas. Com base nessas informações iniciais, foi possível gerar uma versão da história do Núcleo Habitacional Santa Luzia.

Figura 15: Ato de entrega dos CDRU, 1996.Da esquerda para a direita: Zé do Norte, Klébio Martins de Oliveira, prefeito Filippi, Jorge Hereda (secretário de Habitação), Marcia Pelegrini (secretária de Assuntos Jurídicos) e Rafael.

Figura 16: Ato de entrega dos CDRU, 1996. Da esquerda para a direita: Alice Souza Santos (comissão de moradores), Chico PT (vereador), Filippi (prefeito), Maria Sebastiana de Souza, conhecida como Dona Maria II (comissão), Jorge Hereda (secretário de Habitação), Paraná (vice-prefeito), João Bosco (associação do Norte), Oscar e João Pereira Gomes (João da Touca).

A OCUPAÇÃO

Segundo alguns moradores (NASCIMENTO, 2021; OLIVEIRA, 2021; ALVES, 2021), o Núcleo Santa Luzia foi fruto de uma ocupação que ocorreu em 1990, aproximadamente dois anos depois do reassentamento das famílias do Paineirinhas no Núcleo 18 de Agosto, mais especificamente próximo à data na qual é celebrado o dia de Santa Luzia (13 de dezembro). Outras pessoas da área não sabem responder sobre o significado do nome, nem mesmo sabem informar quem organizou a ocupação e quando exatamente ocorreu. Outras hipóteses existem, por exemplo, a proximidade com a Vila Santa Luzia, em São Bernardo, que faz divisa com a área, mas é difícil afirmar, são muitas histórias.

> Eu não sei como é que surgiu o nome Santa Luzia, eu só sei que aqui a gente conhecia pelo Celitão, que a gente conhecia que esse terreno aqui era da Celite. Lá embaixo sempre foi 18 de Agosto, e aqui era o Celitão. Depois houve uma discussão, mas não foi entre comissão nem entre moradores nem nada, surgiu na Prefeitura mesmo o nome de Santa Luzia. Eu não sei, acho que na reunião entre eles e a urbanização, não posso explicar por que não participei na época. (SANTOS, 1996)

Valter Benedito do Nascimento, conhecido como Valter da Celite, informa que foi um dos ocupantes e articuladores desse processo. Ao questioná-lo sobre quais motivos o levaram a ocupar a área, ele conta sua história. Antes da ocupação, Valter morava no Parque Reid, no Núcleo Maria Tereza, uma das primeiras favelas em Diadema, em uma região pouco urbanizada naquele momento. Segundo NASCIMENTO (2021), antes do governo Collor (1990–1993), ele e sua família tinham uma vida relativamente confortável. Era dono de uma empresa de construção com mais de 20 funcionários e tinha muitas obras em andamento. Além disso, tinha uma loja de frutas e uma casa no Bairro Batistini, em São Bernardo, que gerava uma renda mensal de aluguel. Trabalhava para alguns engenheiros com obras em São Paulo, principalmente na região da Praça da Árvore e arredores. O inesperado aconteceu: teve sua poupança confiscada, e, diante do caos que se instalou no Brasil naquele período, com a inflação altíssima, suas obras foram paralisadas e ele logo se viu totalmente sem recursos e endividado com seus funcionários. Vendeu a casa do Batistini para quitar as dívidas de sua empresa e deixou a casa no Núcleo Maria Tereza para sua ex-esposa e filhos, já que o casamento acabou não resistindo a tantos problemas. Foi nesse momento que enxergou a área livre da Celite como uma saída. Seus antigos funcionários, na mesma situação, também aderiram ao movimento.

A revelação do lugar que seria ocupado somente ocorreu dias antes do grande evento, estratégia da ocupação. Havia toda uma organização, alguns envolvidos já cuidavam da área (sr. Afrânio), o pessoal ia chegando e montando os barracos em meio ao morro e ao mato, e em poucos dias parte da favela já estava erguida no local (NASCIMENTO, 2021; OLIVEIRA, 2021).

Porém, ao que parece, não foi um movimento único, ou seja, todos de uma só vez; talvez fossem chegando por grupo, ou individualmente. Pelos relatos coletados pela PEABIRU TCA em 1996, é possível entender que pessoas viam a área de passagem e notavam que estava sendo ocupada, ou ouviam falar sobre a oportunidade por meio de conhecidos. Assim, algumas pessoas provavelmente foram convidadas a ocupar e outras tomaram a iniciativa de chegar espontaneamente ao local e se alojar.

> Depois, um dia, ele veio passear aí no Bristol, na casa de um irmão dele, o meu marido, aí depois falou que tavam invadindo esse terreno aqui, ele veio, tomou um pedaço aqui e fez um barraco. Ele passou e viu. Como a cunhada morava em São Bernardo, de lá a gente veio pra cá. Quatro meses eu morei com ela, em fevereiro eu mudei pra cá, só não sei a data do mês de fevereiro que eu mudei, só sei que eu mudei junto com essa vizinha aí, nós chegamos tudo num dia só. Quando o caminhão que vinha trazer a mudança da gente ia saindo, a dela chegou. A gente se conheceu quando tava aterrando esse terreno aqui que era só buraco. O terreno dela era ali assim, o meu também encostado, então a gente se conheceu assim, todo mundo trabalhando, aterrando aqui os buracos que tinha, de terra. (JESUS, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

Figura 17: Área Santa Luzia, ocupação no início dos anos 1990.

Segundo relatos, é possível entender que havia preferência pelos lotes na parte de cima, junto à Rua João Pereira Gomes, um trecho bastante íngreme que demandava corte de terra, sem necessidade de aterro.

> Os de cima era melhor. Que nem esse terreno, não tem aterro nenhum. Daqui pra baixo já começa a ter aterro, mas esse aqui não tem aterro. Que o meu barraco era ali, bem na beirada do barranco, ali do muro, aí com a medição, eles mediram e deixaram aqui. Meu barraco era bem no pé do morro. Não era ruim, não. Medo eu tinha, nós moramos lá pouco tempo. Mas, geralmente, aqui em cima foi a área mais ocupada que teve, rapidinho, porque não tinha aterro. (JESUS, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

Segundo SCARAMBONE (2021), as reuniões na Prefeitura referentes à ocupação da Santa Luzia eram dirigidas por Manoel Boni, líder articulador de várias ocupações na cidade naquele período, inclusive a ocupação da Vila Socialista, cuja reintegração de posse, bastante violenta, ocorreu justamente na mesma data da ocupação da Santa Luzia, em dezembro de 1990 (segundo data informada por NASCIMENTO, 2021).

Ocupar foi um primeiro ato, depois outras questões ficaram na pauta dos moradores da área; inicialmente, resolver as divergências pré-urbanização. Algumas situações conflituosas foram relatadas por alguns moradores, que estão desde o início no local. Por exemplo, havia um morador que ocupava um espaço tão pequeno que impedia a instalação de um banheiro. Por outro lado, outro morador ocupava um espaço tão grande que permitia a criação de porcos no quintal. Esse tipo de situação gerava conflito, pois quem tinha o maior lote não queria ceder espaço dentro de um plano de urbanização. Começaram a ocorrer divergências ainda maiores, a ponto de trancarem a passagem de algumas vielas, impedindo a entrada de alguns moradores em seu próprio barraco. Diante dessa situação, a Prefeitura delegou à comissão a missão de fazer uma contagem na área para que fosse realizado um projeto de urbanização.

A URBANIZAÇÃO

Segundo SCARAMBONE (2021), havia muito temor na equipe de a área se transformar em um Jardim Marilene, em uma Vila Popular, pois eram muitos barracos, um em cima do outro. Assim, sua equipe defendeu a urbanização da área antes que a situação se tornasse ainda mais complicada.

Figura 18: Foto dos anos 1980 do Núcleo Habitacional Marilene, na Vila Nogueira. Fonte: Acervo PMD.

Resgatar um processo de urbanização como esse não é tarefa simples. Afinal, quem definiu o projeto da favela do Celitão? No processo do Núcleo 18 de Agosto é possível enxergar um arquiteto na prancheta projetando lotes mais confortáveis, viários largos, pequenas praças e até o desenho de uma tipologia do tipo “embrião” com previsão para ampliação futura; afinal, estamos falando de uma área vazia. No caso da ocupação, o processo não é linear e foge aos métodos convencionais adotados normalmente pelos profissionais. Mas o primeiro passo da urbanização foi cadastrar a população e melhorar a situação em que vivia.

> Pouco tempo depois das primeiras ocupações (que aumentavam rapidamente), a Prefeitura enviou técnicos para cadastrar a população, carros-pipa para abastecimento de água, autorizou ligações da rede elétrica. (PEABIRU TCA, 1996)

A equipe da Prefeitura que atuava na área contava principalmente com os estagiários de arquitetura, Roberto Nery e Ana Clara de Souza, engenheiro José Armando Loures Vieira e arquiteta Selma Scarambone.

Segundo NERY (2021), no início, logo após a ocupação, a Prefeitura não fez nada. Os ocupantes ficaram bastante tempo mexendo na terra, e o número de barracos foi crescendo. A Prefeitura passou a intervir quando eles começaram a urbanizar, mas foram mais eles que definiram o traçado das ruas, que tomaram a frente de como queriam a implantação.

NASCIMENTO (2021) conta com entusiasmo que ele mesmo pensou na disposição dos lotes, pois já trabalhava com obras e tinha certa afinidade com projetos e principalmente com a área. Um aspecto importante que destacou foi a preocupação em não deixar lotes junto ao morro adjacente à área, onde hoje está implantada a Rua João Pereira Gomes; afinal, percebiam o risco de desmoronamento. Ou seja, justamente a área mais disputada no começo não foi julgada a mais apropriada para implantar lotes.

SCARAMBONE (2021) também cita essa questão com relevância, informa que o projeto inicialmente realizado pela equipe de urbanização considerava a implantação de lotes junto ao morro, mas que Manoel Boni interferiu, solicitando a implantação do viário, também para evitar a expansão da ocupação morro acima, podendo gerar situação de risco. Moradores relatam que, muitos anos depois, foi executado um muro de arrimo entre o morro e a rua e que houve incidentes de grande risco, que poderiam ter causado consequências desastrosas caso os barracos continuassem junto ao talude. Inclusive os próprios moradores enxergaram a necessidade de implantar uma escadaria nesse morro para facilitar o acesso à Avenida Curió, local de trajeto de transporte coletivo.

> Quando chovia, a gente tinha que cobrir os pés de saco plástico pra tomar ônibus lá em cima. Tanto pra ir pra baixo como pra ir pra cima, era triste. O lugar que nós achava melhor de sair era aqui por cima. Quando chovia, haja sacola de plástico pra ir tomar ônibus, pra não sujar os sapatos. Agora que tá boa a escadinha, porque antigamente era uma coisinha assim de nada que a gente passava, e era muito ruim. (SILVA, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

Figuras 19 e 20: À esquerda, moradores fazendo mutirão para construir escadaria, Valter no centro da foto olhando para o fotógrafo (abril de 1991). À direita, foto atual, 2021.

Sobre o parcelamento, segundo SCARAMBONE (2021), adotou-se o mesmo padrão dos projetos que costumavam fazer para urbanização de favelas; não tinha como assegurar qualidade, a área era muito íngreme, e havia a necessidade de um número elevado de lotes. Os terrenos foram projetados, na medida do possível, paralelamente às curvas de nível. Também entendiam que seria mais vantajoso ter lotes mais estreitos e profundos para reduzir os muros de arrimo. Assim, foi mantido o lote de 42 metros quadrados, com 4 metros de frente por 10,5 metros de profundidade. As vielas são estreitas, em torno de 2,5 metros, mesmo assim é possível notar algumas garagens nos lotes e motoristas altamente habilidosos.

NASCIMENTO (2021) informa que seria desejável a abertura de vielas no meio das quadras, mas que a limitação de espaço, juntamente com o número de famílias a ser atendidas, não permitiu. Assim como os outros processos de urbanização relatados, havia o critério de igualdade, ou seja, todos com o mesmo tamanho de lote e o atendimento de todas as famílias no local. Com a contagem de famílias realizada, o projeto de parcelamento definido, continuava a missão de convencimento a aderirem ao projeto e a coordenação das ações de desmontagem e remontagem dos barracos. Em face da dimensão da área, o processo era organizado por rua; afinal, lamentavelmente muitas vezes o morador parava de participar do mutirão de “desmonta e remonta barraco” depois que já estava com sua situação resolvida.

No processo de realocação dos barracos, os conflitos permaneciam, pois era comum algum morador não querer renunciar a seu espaço em favor de um plano coletivo e igualitário. Ocorreu inclusive uma situação crítica que gerou ameaças graves, levando à paralisação do processo pela Prefeitura no ano de 1991, a qual informou que somente voltaria a acompanhar e dar suporte ao processo com a formação oficial de uma comissão; e assim fizeram, formaram a primeira comissão de moradores, interlocutores entre a Prefeitura e os moradores da área.

Figura 21: Passagem Bela Flor do Campo, 2021.

Foi possível resgatar alguns integrantes da primeira comissão, entre eles Valter Benedito do Nascimento, Ivani Caetano, Valdiria Damasceno, João da Toca (João Pereira Gomes) e Valdete. Mas não é uma informação tão precisa, pois havia troca de membros com certa frequência. Vale ressaltar que os processos do Santa Luzia ocorreram independentemente do 18 de Agosto. O trabalho conjunto passou a existir com o cadastramento dos moradores para a entrega dos certificados de CDRU, em meados dos anos 1990.

Valter ficou como representante da comissão no período de 1991 até 2001. A partir de 2001, passou a ser constituída uma associação. Foi quando Francisco Vicente Alves Filho assumiu por 18 anos o cargo e a responsabilidade de dirigir as ações nos núcleos 18 de Agosto e Santa Luzia[8].

Mas, voltando ao ano de 1991, outras questões se tornaram urgentes no processo de urbanização do núcleo, principalmente o fornecimento de água tratada; afinal, a única mina com viabilidade de fornecimento de água estava contaminada. A falta de água tratada tornava ainda mais grave a questão da saúde dos moradores. Em SILVEIRA (1991) é registrado um protesto dos habitantes da Santa Luzia contra falta de água, coleta de esgoto, energia elétrica e iluminação. Aproximadamente 300 moradores fizeram reivindicações na frente das agências da Sabesp e da Eletropaulo. O texto a seguir demonstra a gravidade da situação naquele momento:

> A maioria das famílias já teve problemas de saúde pela falta de tratamento da água. A moradora Diomar Maria de Jesus disse que com frequência é obrigada a levar os cinco filhos ao posto de saúde com problemas de diarreia. (...) Além dos problemas com a água contaminada, os moradores também convivem com o esgoto a céu aberto e a falta de instalação elétrica na favela. Para contornar provisoriamente essa dificuldade, os favelados fizeram ligações clandestinas. De um único poste sai toda a fiação que leva luz para os cerca de 300 barracos da favela. Segundo os próprios moradores, existe risco de curto-circuito no emaranhado de fios. Na semana passada houve um princípio de incêndio. (SILVEIRA, *Diário do Grande ABC*, 10 de julho de 1991)

Vale frisar que, nos anos 1980, infelizmente a cidade era conhecida pela maior taxa de mortalidade infantil do ABCD: 82,93 por mil nascidos vivos (PREFEITURA DE DIADEMA, 1996, p. 9), e esse dado estava diretamente relacionado às precárias condições de saneamento básico e à carência de atendimento médico. A situação verificada no Núcleo Santa Luzia era o retrato do que acontecia em outras favelas ou regiões vulneráveis do município.

No início dos anos 1980 era possível perceber um abandono das áreas periféricas pelo poder público, as quais já abrigavam boa parte da população, e a contradição existente entre o crescimento industrial, que gerava altas arrecadações, enquanto um terço da população vivia em favelas e mais de 80% das ruas eram de terra e sem saneamento básico. Essa realidade mudou ao longo das gestões do Partido dos Trabalhadores, que deu muito foco à questão do direito à cidade e à moradia, apostando também em grandes investimentos na área da saúde. Em 1983 as despesas com saúde eram da ordem de 8,2 milhões de reais; em 2007, subiram para 160 milhões de reais, e nesse mesmo ano o índice de mortalidade infantil caiu para 12,3 por mil nascidos. (FILIPPI JÚNIOR; REALI, 2008).

[8] Na sede da associação está fixada uma placa com o nome dos moradores que compunham a direção da entidade, a partir de 2002, ano de inauguração da atual sede: Ivani Caetano, Sabino Dórinha, D. Améli, Sildani Francisco, Virgilato, Rita, Péricles, Wagner, Omar (Barriga), Maria Cabeleireira, Manoel Messias, Antonio Ricardo, Francisco, José Valdir, Paulo, Claudete.

DIÁRIO DO GRANDE ABC • Quarta-feira, 10 de julho de 1991

Protesto contra falta de água, luz e esgoto reúne 300 pessoas em Diadema

ANTONIO CARLOS SILVEIRA
Da Sucursal de Diadema

Aproximadamente 300 moradores da Favela Santa Luzia, em Diadema, fizeram uma passeata de 40 minutos na tarde de ontem para reivindicar, em frente às agências da Sabesp e da Eletropaulo, a implantação imediata de rede de água tratada, rede de esgoto e iluminação pública no local. A favela, instalada há mais de dois anos no Bairro Campanário, tem mais de 3 mil moradores.

Os moradores reclamam dos problemas de saúde causados pela utilização da água contaminada de uma mina, única alternativa de abastecimento para a população da favela. "Ninguém aguenta mais beber água com rato podre" — disse Valdiria Damasceno.

O gerente da Sabesp, Sidnei Gutierrez, justificou a demora em providenciar a instalação de água alegando falta de material para o início das obras. "O projeto está na minha mão e daqui a 15 dias o problema estará solucionado" — disse. A Eletropaulo não informou se existe projeto de instalação de luz na favela. Na próxima sexta-feira, às 9h, a comissão de favelados reúne-se com o gerente da estatal para tratar do assunto.

O representante da comissão de moradores da Favela Santa Luzia, Valter Benedito do Nascimento, disse que os moradores já encaminharam diversos abaixo-assinados e ofícios à Sabesp e à Eletropaulo, solicitando ligação de água e de luz, sem obter resultado. "Toda vez que a gente vem aqui eles dizem que o problema será resolvido em 15 dias. Enquanto isso, nossos filhos ficam doentes devido à falta de água tratada e ninguém pode ter nenhum eletrodoméstico em casa" — afirmou Nascimento.

Segundo os moradores da favela, além da dificuldade em buscar água na mina existente no local, ela é suja e insalubre. A maioria das famílias já teve problemas de saúde pela falta de tratamento da água. A moradora Diomar Maria de Jesus disse que com frequência é obrigada a levar os cinco filhos ao posto de saúde com problemas de diarréia. "Aquilo é um caso de calamidade pública. A gente vai buscar água e encontra rato e cachorro morto na mina. A gente bebe a água para não morrer de sede" — afirmou.

Além dos problemas com a água contaminada, os moradores também convivem com o esgoto a céu aberto e a falta de instalação elétrica na favela. Para contornar provisoriamente essa dificuldade, os favelados fizeram ligações clandestinas. De um único poste sai toda a fiação que leva luz para os cerca de 300 barracos da favela. Segundo os próprios moradores, existe risco de curto-circuito no emaranhado de fios. Na semana passada houve um princípio de incêndio.

NOS MORADORE DA STA LUZIA AQUI FALSE ESTAMOS QUE PEDINDO AGUA

Protesto na Sabesp de Diadema: mina abastece a Favela Santa Luzia, no Campanário

Figura 22: Artigo no jornal *Diário do Grande ABC* sobre o protesto dos moradores da favela Santa Luzia, início dos anos 1990. Na foto foram reconhecidos Valter Benedito do Nascimento (homem à esquerda, de lado, com os braços cruzados) e Diomar Maria de Jesus (mulher olhando para a frente, em segundo plano em relação a Valter).

As histórias decorrentes dessa ausência de fornecimento de água tratada não param por aí. Houve um período em que o caminhão-pipa fornecia água na favela. Os moradores faziam fila, e cada um podia se servir com um tambor. Quando chovia, era um caos, pois muita gente retirava a água com balde, era comum escorregar no caminho, aumentando ainda mais o mar de lama. Aliás, a palavra “lama” é bastante mencionada no relato das pessoas ao se recordar da favela antes da urbanização. E as histórias são muitas. Segundo moradores, havia sempre aquele que queria tirar vantagem da situação da distribuição de água. Contam que um indivíduo enchia dois tambores e de propósito derramava um tambor de água na descida da viela só para causar ainda mais sofrimento na situação já bastante penosa.

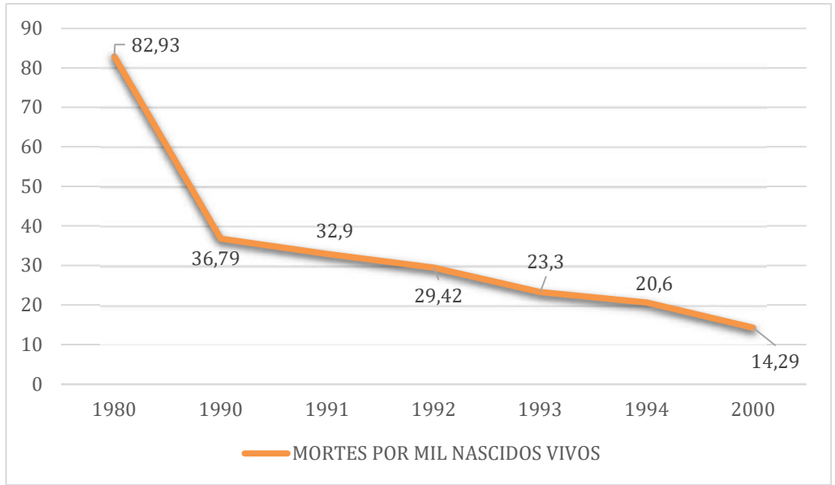


Gráfico 1: Mortalidade infantil, em Diadema, no período de 1980 a 2000.

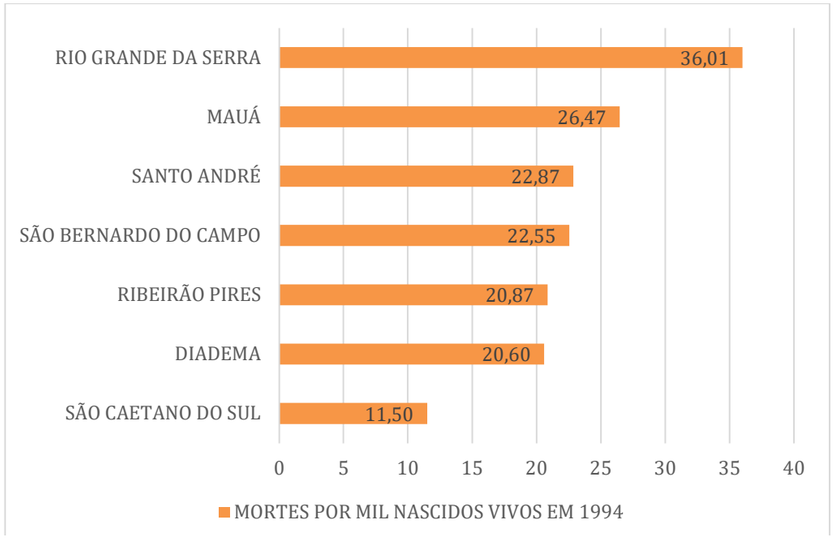


Gráfico 2: Mortalidade infantil, em Diadema e município vizinhos no ano de 1994. Fonte: Secretaria da Saúde e dados PMD de 1995.

A pior lembrança da minha vida foi o que eu passei aqui dentro. Sofri muito. Aqueles carros-pipa chegava ali pra dar água ao pessoal, chegava na fila 4 horas, 5 horas da manhã, a fila já tava enorme de grande. E quando o carro chegava, pra entregar água pra gente, 9 horas, aquela briga desgraçada na fila, pelo amor de Deus. Mas antes da gente pegar água aqui, nós pegava água numa mina que tinha ali embaixo. Depois que o carro-pipa começou a botar água, nós deixou de ir lá. Mas quando nós entrou aqui mesmo, que não tinha o carro, não vinham entregar água aqui, nós pegava água lá embaixo. Ou ali ou dentro da mata do zoológico. Aqui era mina, a de lá do zoológico era um reguinho assim correndo água. Nessa daqui, lavei roupa, lavei muita roupa, lá também. Levava roupa pra lavar. Porque não dava pra pegar água, porque não tinha vasilha suficiente. Chegava lá era meio mundo de gente na fila, aí nós levava roupa, lavava lá mesmo. Só trazia água pra casa só pra tomar banho, fazer comida. Da mina, a gente usou água uns 2 ou 3 meses, que logo em seguida já entrou o carro-pipa. (SILVA, 1996, apud PEABIRU TCA, 1996)

Figura 23: Área ainda sem implantação de infraestrutura básica.

Já não bastassem tantas complicações, começaram a aplicar o golpe da venda do barraco na favela. A situação ocorria do seguinte modo: barracos eram ofertados por um preço abaixo do valor de “mercado”. Por exemplo, se um barraco tivesse uma avaliação de 5.000 reais, o golpista oferecia por 3.000 reais e pedia antecipado o valor de 2.000, e o restante na entrega do barraco, que nunca ocorria: quando o comprador ia tomar posse do barraco, estava lá outra pessoa, que não sabia de nada. Começaram a surgir com frequência denúncias desse tipo de golpe na área. A comissão levou a situação para a Prefeitura, com a sugestão de espalhar placas no local: “Antes de comprar barraco, consultar a comissão e a Prefeitura”. Essa intervenção da comissão foi importante também para impedir aqueles casos de compra de barracos para fins de comércio, aluguel etc. Por exemplo, havia pessoas que compravam vários barracos na favela, e quem precisava ficava sem moradia. Então também houve intervenção da comissão junto com a Prefeitura. Nesse núcleo, até hoje funciona assim, como na maioria dos núcleos de Diadema: para comprar ou vender deve-se passar pela atual associação e pela Prefeitura, visto que a área abrange a CDRU.

Figura 24: Moradores dos Núcleos 18 de agosto e Santa Luzia.

A AUTOCONSTRUÇÃO

Durante a construção das casas de alvenaria, a equipe da Prefeitura fornecia um projeto e orientações sobre os vazios mínimos para ventilação e insolação junto às aberturas, conforme já ocorria anteriormente: disponibilizar uma área vazia em que pudesse inserir no mínimo um retângulo com 1,20 x 2,4 m ou um quadrado com 1,70 metro de lado, além do espaço junto ao alinhamento com 0,6 x 1,50 m para colocação de cavaletes de água, energia elétrica e caixa de inspeção de esgoto. Em lotes com área de 42 metros quadrados o vazio equivale a aproximadamente 7% da área do lote.

Alguns termos normalmente são adotados pelos moradores ao se referir à área livre no lote (ou afastamento, conforme código de obras): *suspiro, respiro, vazio, vagão*, entre outras expressões. De certo modo, essa parece ser uma recomendação de assistência técnica habitacional que, no geral, foi aceita pela população diademense. Muitos que não deixaram o espaço livre no fundo do lote hoje se arrependem. Isso foi possível perceber em várias áreas visitadas. Alguns fizeram reforma posterior para abrir o espaço no terreno. Por outro lado, infelizmente muitas casas ocupam toda a área do lote, isso quando não ocupam também trechos da calçada, ficando evidente a necessidade de um programa de assistência técnica habitacional mais consistente em projetos de urbanização que normalmente se concretizam por meio da autoconstrução.

Seja pela ausência da ATHIS ou pela ganância das pessoas em aumentar a área de seu lote, mesmo que para isso fosse necessário invadir a área pública ou o lote vizinho, foi frequente durante as obras o “desalinhamento” de poucos centímetros em direção ao terreno vizinho ou até situações mais graves, de meio metro ou mais, mesmo com a marcação dos lotes. A orientação nas reuniões era comunicar a Prefeitura caso se notasse algum tipo de penalidade na construção da moradia. Quando tinha ocorrência, a equipe da Prefeitura ia até a área e demolia a construção que estava ocupando o lote vizinho ou até mesmo a área pública. É possível imaginar as dificuldades de atuação da equipe. Por outro lado, caso não tivesse esse apoio da Prefeitura, a consolidação do núcleo estaria ainda mais comprometida.

Figuras 25 e 26: É possível perceber um pequeno vestíbulo para cavaletes e caixa de inspeção nas casas autoconstruídas. À esquerda, casa na Passagem Belo Campo. À direita, casa na Passagem Bela Flor do Campo. 2021.

Em 1996, já na terceira gestão consecutiva do Partido dos Trabalhadores em Diadema (1993–1996), a PEABIRU TCA iniciou um trabalho de Assistência Técnica Habitacional no Núcleo Santa Luzia, momento em que muitos já autoconstruíam suas habitações definitivas. Algumas atuações propostas no período serão mostradas no próximo capítulo, inclusive uma série de contratações de Assessorias Técnicas para trabalhos em urbanização de favelas (AD, USINA CTAH, PEABIRU CTA, entre outras).

Ao verificar o relatório realizado pela PEABIRU CTA em 1996, percebe-se que se debruçou mais sobre alguns casos pontuais, mais graves, na poligonal mais irregular da área, delimitada pela Rua João Pereira Gomes, pela Rua Platina, pela Rua Apatita, pela Avenida Curió e pela Viela das Orquídeas, conforme demarcado no mapa a seguir.

Figura 27: Delimitação de trecho que foi verificado pela PEABIRU TCA, com pareceres técnicos sobre a situação da moradia autoconstruída ou a autoconstruir. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Ou seja, o escopo do contrato tinha um limite de atuação. Foram casos indicados pela Prefeitura, pela comissão ou até mesmo pela verificação geral da PEABIRU TCA a partir do momento em que teve a oportunidade de conhecer o local. O trabalho não foi concluído, mas é possível analisar o resumo do parecer técnico de oito casos realizado pela equipe, quando deixou de atuar na área, conforme segue:

CASO 1: ***Viela das Orquídeas:*** *moradia já habitada, adjacente ao talude do qual sofre sobrecarga. Foi apontado sério risco de queda da "parede de contenção". Houve a tentativa de redefinição arquitetônica conjunta com reforço estrutural. Por questões de imprecisões dos limites do lote, desconhecimento técnico e indisponibilidade financeira do proprietário, o projeto não foi concluído.*

CASO 2: ***Viela Primavera:*** *duas moradias em fase inicial de construção. Foi realizado projeto arquitetônico e estrutural.*

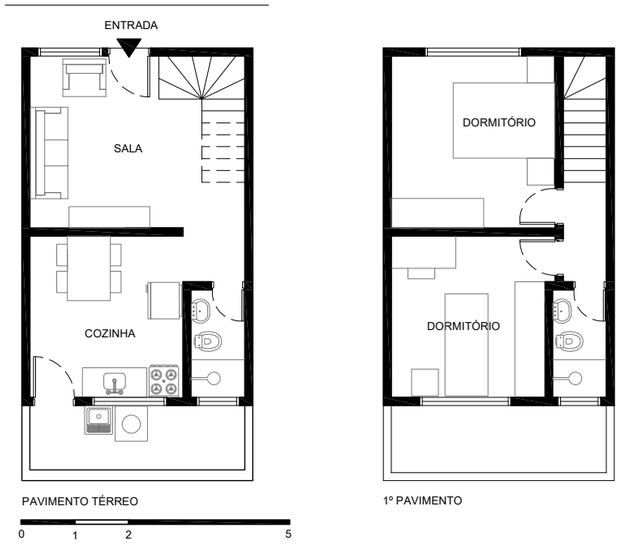


Figura 28: Projeto do CASO 2, Viela Primavera.

CASO 3: ***Viela das Margaridas:*** *foi verificado um ambiente insalubre, com excesso de umidade proveniente do talude adjacente à parede do único cômodo. Há risco de ruptura da parede junto ao talude. Foi realizado o projeto arquitetônico e estrutural para a melhoria habitacional.*

CASO 4: ***Viela das Margaridas:*** *a moradia já sofreu duas vezes o problema de queda de sua parede adjacente ao talude pelo rompimento dele. Após a apresentação da proposta arquitetônica e antes da apresentação do projeto estrutural, a família se adiantou e iniciou a obra sem aguardar as orientações técnicas. Por fim, a Assessoria Técnica informa a Prefeitura sobre o risco de deslizamento, com possível rompimento do muro de cômodos do fundo da casa, visto que novamente estão construindo sem o projeto adequado e sem orientação técnica.*

CASO 5: ***Rua Treze:*** *conjunto de casas com perigo de ruptura do talude, que vem sendo agravado com o processo de autoconstrução espontânea e apropriação do espaço comum ou público.*

CASO 6: ***Viela Primavera:*** *foi realizado o projeto arquitetônico, porém, a moradora não tem condições de construir. Atualmente mora num barraco extremamente precário. Não está na área de grande risco, visto que a altura do barranco está entre 2,00 a 2,5 metros.*

CASO 7: ***Viela das Margaridas:*** *foi um caso indicado tanto pelo poder público como pela comissão, visto que o lote se encontra adjacente a um barranco de 5 metros de altura. Neste caso houve a assessoria de um engenheiro geotécnico, para o projeto de uma casa que estruturasse o barranco, ou seja, uma "casa-muro". A obra foi iniciada com a Assessoria Técnica, porém, não foi finalizada. Durante a obra a família foi morar provisoriamente em um barraco de 10 m², sobre a laje de um vizinho da mesma rua.*

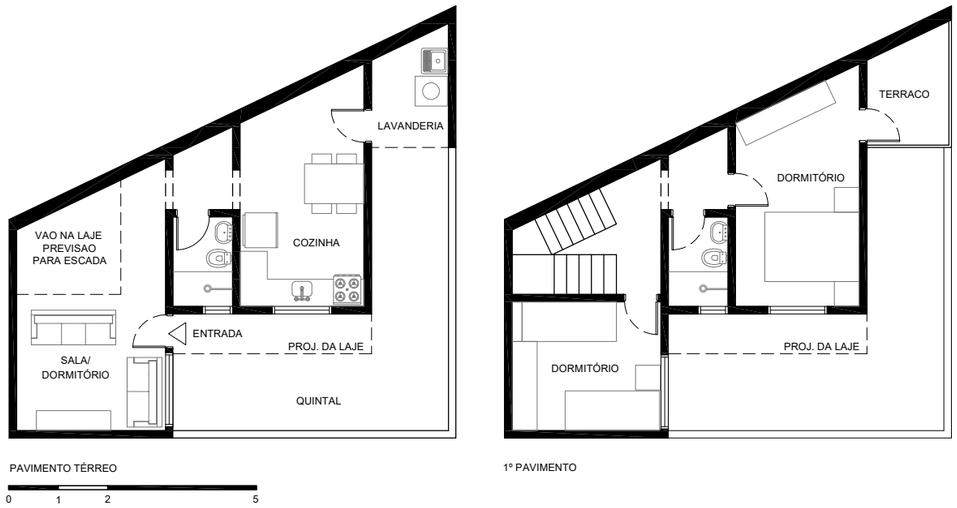


Figura 29: Projeto do CASO 7, Viela das Margaridas.

CASO 8: ***Viela das Margaridas (D. Isabel):*** *havia um barraco de madeira no fundo do lote. O barranco se encontrava na outra extremidade do lote, com aproximadamente 4 metros de altura, e apresenta erosão. Para este caso foi fornecido o projeto arquitetônico considerando o tipo "casa-muro". Não foi concluído o projeto estrutural, visto que a proprietária não tinha condições de início imediato da obra. O barranco se estende ao lote vizinho, que já possui casa de alvenaria de porte médio. Este vizinho não foi receptivo em receber orientações.*

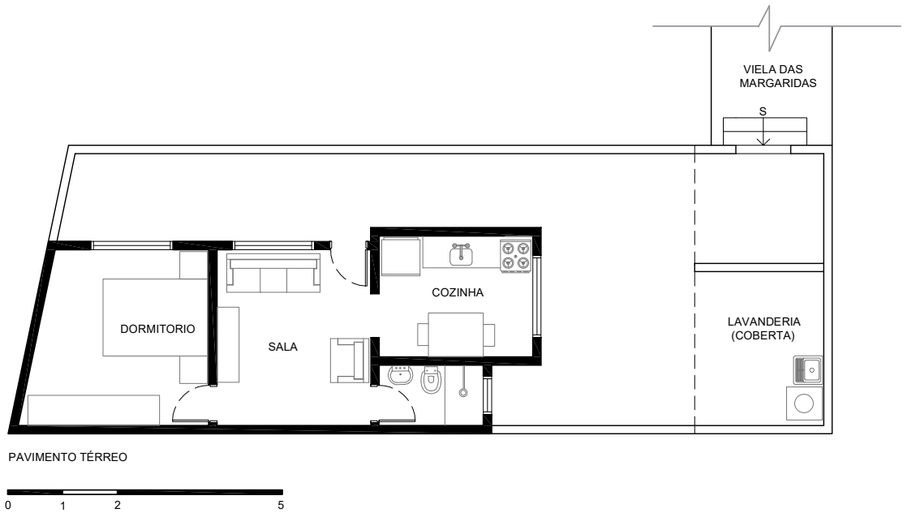


Figura 30: Projeto do CASO 8, Viela das Margaridas.

Estes casos representam uma amostra de um trabalho de assistência técnica voltado à autoconstrução em lotes urbanizados. É possível notar que muitas situações precárias são decorrentes da própria definição dos lotes e do arruamento, em trechos com topografia muito acidentada, gerando situações de grandes cortes de terra junto às moradias, inclusive sem impermeabilização. Ou seja, são decorrentes da ausência de um bom projeto urbanístico.

Na medida do possível é importante ter padrões de lotes, pois isso facilita o entendimento de um padrão geral de projeto; afinal, um vizinho segue o outro, normalmente essa é a lógica, e facilita a disseminação da informação em casos nos quais não é possível assegurar uma assistência técnica consistente e individual. Por último, os casos minimamente assessorados pela PEABIRU TCA demonstram a importância do trabalho técnico para resolver questões ainda mais complicadas em comparação a um loteamento formal na cidade. Por outro lado, é possível perceber que demandam um trabalho quase que artesanal e específico que onera os custos com profissionais, e consequentemente os gastos de recursos públicos.

Também é certo que a grande maioria do território nacional foi autoconstruída dentro de situações muito parecidas com as encontradas nesse trecho do Núcleo Santa Luzia, tornando-se não mais uma opção, e sim uma realidade que deve contar com a expertise de profissionais altamente qualificados. Projetos de melhorias em moradias autoconstruídas são uma modalidade cada vez mais necessária, e torna-se essencial criar métodos e procedimentos que permitam um atendimento em larga escala.

Entender um processo de urbanização a partir de uma ocupação se torna importante para verificação das diferentes formas de atuação dentro da realidade de limitação de recursos e, consequentemente, de equipe técnica para realizar o trabalho dentro de todas as etapas previstas em um projeto convencional, e envolvendo todos os profissionais desejáveis na realização desse tipo de trabalho, situação que ficou incompleta no caso do Núcleo Santa Luiza.

No caso do Núcleo 18 de Agosto houve uma definição melhor do plano urbanístico, que foi realizado por profissionais, e mesmo havendo algumas modificações durante sua implantação, incluindo o projeto das tipologias habitacionais, nota-se que a essência foi mantida e as condições de salubridade das habitações são mais favoráveis.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

OCUPAÇÃO

- A ocupação ocorreu de modo pouco organizado ou espontâneo, sem planejamento prévio, muitas vezes ocupando trechos indesejáveis e com risco;
- A ocupação não partiu de um grupo organizado. Muitos se conheceram na própria área, havendo inicialmente poucos laços entre os ocupantes;
- Nota-se a falta de conhecimento geral da origem da ocupação, ideais, organização, principais reivindicações.

AÇÕES COLETIVAS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Foram identificadas algumas ações:

- Levantamento das pessoas que viviam na área para realizar o planejamento do “desmonta e remonta barraco”, momento em que tiveram de chegar a um acordo coletivo;
- Reivindicação pelo fornecimento de água tratada: o ato na Sabesp demonstrou que tinham uma reivindicação em comum. A contestação por infraestrutura foi um momento de união entre os moradores, de definição de prioridades, com foco em melhorar a situação inicial dos ocupantes;
- Entenderam a necessidade da escadaria para chegar até o trajeto do transporte público e a fizeram por mutirão;
- Foi importante a formação de uma comissão para melhorar o diálogo entre a Prefeitura e os moradores;
- Os próprios moradores definiram atividades por vielas, organização por grupos menores, por exemplo, para as marcações dos lotes e posteriores realocações nas vielas;
- Protagonismo dos moradores na definição do plano de urbanização – traçado das ruas, disposição dos lotes. Inicialmente a Prefeitura deixou o grupo agir de forma autônoma, depois passou a dar apoio no processo de urbanização, mas dentro de um papel secundário;
- Maiores problemas da implantação do loteamento: topografia muito íngreme ocasionou lotes com necessidades de muros de arrimo bastante altos.

AÇÕES DA AUTOCONSTRUÇÃO

- Importância das regras para a autoconstrução: a definição de alguns parâmetros de ocupação colaborou com a autoconstrução das casas;
- Problemas na locação das obras: mesmo com a demarcação dos lotes pela Prefeitura, no momento de construir a moradia definitiva tiveram muitas ocorrências;
- Foi importante o trabalho de fiscalização da Prefeitura; caso contrário, situações mais graves poderiam ter ocorrido no local;
- Problemas de lotes com formas irregulares: dificuldades no “autoprojeto”;
- Terrenos com formatos irregulares e com muros de arrimo desproporcionais – a necessidade de especialistas altamente qualificados se tornou ainda mais importante neste caso.

Figura 31: Antes e depois Viela da Primavera.

4.3.4

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Principalmente para aqueles que moram em uma área ocupada, é constante a sensação de insegurança em relação à permanência ou não nela. Quando uma equipe chega para trabalhar em uma favela, sem aviso prévio, certamente irá causar grande desconforto nos moradores, que passarão a perder noites de sono imaginando: “O que a Prefeitura vai fazer conosco?”, “Por que estavam medindo as ruas?”, “Vamos ser removidos?” Não é à toa que, quando se pergunta para pessoas que passaram pela experiência de um processo de urbanização o que acharam mais importante, quase sempre a resposta será o tal “documento”. No caso da Santa Luzia e da 18 de Agosto não foi diferente. Principalmente na área da Santa Luzia, que não teve uma autorização formal para ocupá-la, é possível notar grande importância no recebimento da CDRU, durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996).

> Pra mim tudo isso aí foi importante, mas o mais importante pra mim que eu acho, foi a concessão de uso por 90 anos. Porque pelo menos tira aquela dúvida da cabeça do pessoal: nós vamos sair daqui ou não vamos? Vai tirar a gente daqui ou não vai? Pelo menos, o Felipe já garantiu que por 90 anos a gente vai ficar sossegada. (SANTOS, 1996, apud PEABIRU CTA, 1996)

No início da ocupação da área, obviamente as questões de infraestrutura são mais urgentes. Entretanto, a partir do momento em que possuem infraestrutura mínima, até mesmo para investirem na construção de suas casas com segurança, o tema da documentação passa a protagonizar nas conversas entre os moradores. Durante o processo, a Assistência Técnica Habitacional dificilmente será uma prioridade ou uma reivindicação das famílias ao poder público. Não é por isso um tema menos importante; afinal, as pessoas passam a maior parte de sua vida dentro de suas casas, e isso ficou ainda mais evidente durante a pandemia de Covid-19. Sendo assim, ter a casa segura, bem construída, confortável, funcional e bonita é, sim, tema de extrema relevância. Ao que parece, diante de tantas necessidades, as pessoas ainda não entendem com clareza que a Assistência Técnica Habitacional é também um direito, visto que construir uma casa exige conhecimentos técnicos profissionais que normalmente estão distantes das pessoas leigas. É possível perceber pelo depoimento a seguir que nem mesmo depois que as questões mais urgentes estão resolvidas a ATHIS passa a ser solicitada, até mesmo para melhorar as casas que já estão autoconstruídas.

> Eu acho que o que aconteceu de importante aqui foi tanta coisa. Pra começar, primeiro, instalação da água, foi muito bom. Depois a luz. E depois veio as coisas pra fazer o calçamento da rua. Então, achei tudo importante isso aqui. E, agora por último? O documento do terreno foi o mais importante. Continua acontecendo, cada dia passa, vai melhorando. Agora já vem o muro de novo, daqui uns dias, se Deus quiser, vai terminar e fazer essa calçadinha aí, então, beleza. (JESUS, 1996, apud PEABIRU CTA, 1996)

Vamos observar outros casos ao longo desta pesquisa, e será possível perceber que somente no território formalizado haverá a solicitação por Assistência Técnica Habitacional, pois existe a fiscalização mais rigorosa do poder público. Para aqueles que podem pagar por tais serviços e moram em um território informal, raramente irão pensar em contratar um arquiteto ou engenheiro; normalmente irão contratar quando surgir uma necessidade legal da Prefeitura, por exemplo: uma notificação, um embargo, e assim por diante. Assim, em áreas como esta, que possuem o certificado de Concessão de Direito Real de Uso, seria muito interessante ter vinculado ao documento um projeto da situação existente e a definição de regras claras para ampliações e reformas futuras, já que os parâmetros edilícios são especiais e diferem daqueles presentes no código de obras. Tal certificado poderia ser renovado de tempos em tempos, e assim seria uma oportunidade para o poder público de fazer uma nova vistoria no local e revalidar a situação.

Os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs), instituídos nas favelas do Rio de Janeiro pelo Decreto nº 15.259, de 14 de novembro de 1996, justamente criaram mecanismos para que a Assistência Técnica ocorresse em territórios mais vulneráveis. O programa foi concebido para dar apoio técnico, segurança e introduzir regulamentos nas construções nas favelas. Os POUSOs foram implantados nas favelas que já tinham passado pelo processo de urbanização para ajudar na transição da informalidade para a formalidade, encaixando-se nas premissas do Programa Favela-Bairro.

> Em um estudo comparando as situações urbanas de comunidades entre 1999 e 2008, descobriu-se que as favelas com estações do POUSO cresceram seis vezes menos, na horizontal, do que aqueles sem tais escritórios. Comunidades com programas do Favela-Bairro, mas sem presença do POUSO, aumentaram duas vezes em tamanho. Assim, melhorias urbanas e controle de crescimento foram até certo ponto alcançados. Além disso, a principal vantagem do POUSO foi o envolvimento dos moradores no processo de regularização, devido à sua intenção de ser uma prática de gestão democrática. (DIXON, 2014)

Os objetivos dos POUSOs, previstos na lei, são bastante claros: “orientar a execução de novas construções ou ampliações das existentes, bem como o uso dos equipamentos públicos implantados, assim como exercer a fiscalização urbanística e edilícia”. A fiscalização tem por finalidade a preservação dos espaços públicos (passeios, praças, ruas, servidões, escadarias etc.), evitar a construção em áreas de risco; e controlar a expansão das edificações (tanto horizontal quanto vertical), de tal forma que os equipamentos implantados não se tornem insuficientes. Sendo assim, é preciso melhorar a qualidade da regularização fundiária e pensar no contexto geral, incluindo a sustentabilidade dos espaços públicos e a melhoria das construções.

CIRERA (2008) informa que na gestão de José Augusto (1989–1992) foram entregues 2.879 títulos aprovados pelas leis municipais para CDRU (Lei nº 819, de 12 de novembro de 1985, e Lei nº 975, de 3 de novembro de 1988), e novas áreas foram desafetadas, promovendo a continuidade na Concessão de Direito Real de Uso. Pela Lei nº 1.220, de 27 de outubro de 1992, foram desafetadas áreas municipais e outorgada a Concessão de Direito Real de Uso para algumas favelas, entre elas o Núcleo 18 de Agosto, o Santa Luzia e também o Bosque Real, três núcleos aglomerados, conforme pode ser observado no mapa da Figura 8 (no item 4.3.1 deste capítulo). Durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996), os moradores receberam o certificado de Concessão de Direito Real de Uso. Atualmente está em processo o recebimento definitivo das escrituras.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

CERTIFICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, certifica que o Sr. (a) MAURO DO NASCIMENTO E NEUSA DE FÁTIMA BENEDETTI *é concessionário do lote nº _____, da área pública denominada* CONJUNTO HABITACIONAL 18 DE AGOSTO *nos termos da Lei Municipal nº* 1.220 *de* 27 *de* OUTUBRO *de* 1.992 *regulamentado pelo Decreto nº* - *de* - *de* - *de* - *, inscrito sob nº* 253 *, às fls.* 18 *, no livro de registro dos " Contratos de Concessão de Direito Real de Uso" (art. 105, inciso XI da Orgânica do Município).*

Diadema, 24 *de* FEVEREIRO *de 19* 96 *.*

JOSÉ DE FILIPPI JUNIOR
Prefeito Municipal

Figura 32: Certificado entregue a Neusa de Fátima Benedetti, moradora do Núcleo 18 de Agosto.

Em junho de 2020, a Prefeitura entregou 200 títulos de propriedade para famílias dos núcleos 18 de Agosto e Santa Luzia, dentro do programa “Regulariza Diadema”. Trata-se da escritura definitiva, o que garante maior segurança jurídica aos moradores. No total serão 729 títulos para esses dois núcleos, compreendendo o número total de lotes das duas áreas. O programa está promovendo a regularização definitiva em áreas consolidadas, com infraestrutura implantada – abastecimento de água, coleta de esgoto, energia elétrica e drenagem – e que não apresentem nenhuma situação de risco. De todo modo, ainda faltam nesse processo a criação e a determinação de procedimentos para controlar adensamentos desordenados, que comprometem o convívio das pessoas nas áreas urbanizadas.

Ou seja, é importante preservar a ausência de risco e definir limites para as ampliações, por isso a importância de agregar a regularização fundiária com a edilícia, um passo seguinte que ainda não ocorreu em Diadema e raramente aconteceu em outros territórios do Brasil.

4.3.5
ATUALIDADES

Ao perguntar sobre os problemas atuais na área, ALVES (2021) lamenta sobre o “pancadão”, um acúmulo de pessoas de fora do núcleo em festas com música muito alta, e normalmente na rua, que tiram a paz dos moradores. Foi uma situação recente que precisou da intervenção da Prefeitura para se extinguir.

Montar a associação, em 2001, foi importante para possibilitar convênios com a Prefeitura, obter recursos de outras esferas, para assim formar parcerias e colocar em prática cursos diversificados, como: judô, jiu-jítsu, capoeira etc. Também havia um convênio com a Prefeitura, por meio da Fundação Centro de Educação do Trabalhador Florestan Fernandes, um órgão municipal que promove cursos de capacitação. Quando começou essa parceria, a proposta era as famílias irem até a instituição. No entanto, muitos trabalhavam de áreas distantes chegavam tarde em casa, tornando inviável a ida para o instituto para uma boa parte dos moradores.

Desse modo, o presidente da associação, na época Francisco Vicente Alves Filho, sugeriu a vinda dos professores para a sede inaugurada. Havia certa insegurança de alguns professores de irem até o local, pois a área não se encontrava totalmente urbanizada e era um período em que a população do município ainda enfrentava graves problemas de violência urbana. No final da década de 1990, Diadema era considerada a cidade mais violenta do Brasil, outra marca triste que os gestores e a população tiveram de agir para mudar.

> A reação começou no início de 2001, com uma série de iniciativas que envolveram a participação direta da sociedade na elaboração dos planos municipais de segurança pública, nas ações integradas das políticas públicas e nas operações conjuntas entre a guarda municipal e as polícias civil e militar. Disso resultaram programas de grande impacto, como o fechamento de bares às 23h e o projeto Adolescente Aprendiz, que busca a inserção social dos jovens na sua comunidade e no mercado de trabalho. O combate à violência demonstrou para todos a necessidade de valorizar o trabalho em longo prazo, com planejamento e inteligência operacional. Além de persistência e vontade coletiva para mudar determinada realidade. Sem esses fatores não seria possível alcançar os números atuais. A queda de homicídios em números absolutos foi de 374 (1999) para 80 (2007), uma redução de 78%. (FILIPPI JÚNIOR; REALI, 2008).

Uma proposta importante também foi a implantação do programa Jovem Aprendiz, com o propósito de dar uma oportunidade a jovens que estavam totalmente sem perspectiva de crescimento profissional. O espaço do Centro Comunitário foi fundamental para permitir essas atividades.

Ao visitar a área no mês de outubro de 2021, no início da noite, surpreendeu o movimento das pessoas caminhando pelas ruas e vielas, mulheres indo para aula de zumba etc. Isso sem contar que estavam ocorrendo dois cursos simultâneos no Centro Comunitário – de alfabetização para adultos e de elétrica, contando inclusive com alunas mulheres.

Figura 33: Aula de elétrica no Centro Comunitário dos Núcleos Habitacionais 18 de Agosto e Santa Luzia, 2021.

Assim como acontece em outros núcleos habitacionais urbanizados, hoje há mais de uma família morando no mesmo lote, segundo dados da associação local, praticamente duas famílias por lote em média. Novamente mais uma situação da necessidade de controle do adensamento para não sobrecarregar os equipamentos institucionais.

Figura 34: Foto noturna da Rua Platina, na divisa entre o Núcleo 18 de Agosto (à esquerda) e o Núcleo Santa Luzia (à direita), 2021.

Uma das principais ruas da área, denominada anteriormente como Alto da Colina, recebeu o nome de João Pereira Gomes no trecho junto ao morro (área verde), e sua continuação, na divisa com o 18 de Agosto, de João da Touca, membro da primeira comissão e com participação importante no processo do Núcleo Santa Luzia (Lei nº 1.090, de 19 de dezembro de 2001, para denominação da rua).

Pela Lei Municipal nº 3.156, de 17 de outubro de 2011, duas praças da área receberam o nome de duas líderes importantes nesse processo: Praça Maria Aparecida Felippe Menezes (Maria I) e Praça Maria Sebastiana de Souza (Maria II).

Figura 35: Foto atual desde a Avenida Curió, 2021.

4.4

ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL POR MUTIRÃO CAZUZA: A AUTOGESTÃO EM DIADEMA

O conjunto habitacional Cazuza será apresentado a partir de sua origem, vinculada a um movimento de luta por moradia que não estava limitado ao município de Diadema. A União dos Movimentos de Moradia (UMM) conseguiu abranger propostas com os mesmos ideais em diferentes partes do Brasil, incluindo os municípios do Grande ABC.

Este caso é paradigmático em Diadema, pois introduziu uma nova forma de atuação entre movimento popular organizado e profissionais constituídos por meio de Assessoria Técnica. Traz a novidade do conjunto habitacional realizado por mutirão, modalidade que até então ocorria principalmente na realização de obras de infraestrutura dos núcleos habitacionais, seja para implantar uma rede de esgoto, para fazer uma escadaria ou para executar pisos intertravados. A moradia até então era geralmente autoconstruída. Este projeto representa um novo modelo de atendimento habitacional mais benéfico para os espaços públicos, mas acima disso traz um processo que tem como objetivo o crescimento pessoal dos agentes envolvidos na sociedade.

Para resgatar este processo foi importante o depoimento de Marta Cirera (2021), Licio Lobo (2021) e Wagner Lamonica (2021), como também outras fontes de informações além do poder público, já que o caso foi promovido por uma entidade, a Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD), o que demonstra ganho de autonomia do movimento popular a partir de instrumentos criados pelo poder público no período. Nesse sentido, foi fundamental o depoimento de Maria Aparecida Tijiwa[9] (2021), que foi a responsável pela organização do movimento, assim como o depoimento do arquiteto Wagner Germano (2021), um dos integrantes da Assessoria Técnica USINA CTAH.

Infelizmente não foi possível conversar com alguns mutirantes-chaves da primeira fase, até mesmo pelo distanciamento cronológico, mas, de todo modo, algumas lembranças foram resgatadas pela Assessoria Técnica (GERMANO, 2021), pela liderança do movimento (TIJIWA, 2021) e por João Salustiano, atualmente vice-presidente da associação e participante de todo o processo do Cazuza, também como mutirante (SALUSTIANO, 2021).

[9] Maria Aparecida Tijiwa é formada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo (1995–2000) e especialista em Direito do Consumidor pela mesma instituição (2006).

4.4.1

A LUTA DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM) PELA AUTOGESTÃO

Conforme mencionado no Capítulo 3, foi na década de 1970 que surgiram entidades de apoio aos movimentos sociais urbanos, ou seja, profissionais, intelectuais, Assessorias Técnicas, entre outros agentes, que passaram a dar apoio aos movimentos populares emergentes dentro de uma nova forma de agir com o Estado. De todo modo, até os anos 1990 não havia um número substancial de profissionais engajados na causa popular. Esse número passa a aumentar em São Paulo com o programa FUNAPS-Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal – Comunitário), durante a gestão da prefeitura Luiza Erundina (1989–1992).

Esses movimentos sociais urbanos surgem da decadência cada vez mais visível dos resultados das propostas do regime militar e dos debates que emergiam em relação aos novos rumos do Brasil e seu processo de redemocratização, com força na busca de soluções para os problemas sociais que atingiam grande parcela da população que vivia em áreas periféricas carentes dos serviços básicos, incluindo a moradia.

Enquanto evolução desse caminho que une movimentos populares e Assessorias Técnicas, podemos identificar as primeiras iniciativas autogestionárias para habitação popular na Grande São Paulo, nos anos 1980, seja pelas atuações pioneiras do LABHAB FEBASP (1982–1986), que em um dos primeiros projetos vai propor novas unidades no projeto de urbanização de uma favela, batizada como “Recanto da Alegria”, ou pelo projeto “Vila Nova Cachoeirinha”, conduzido no início dos anos 1980 pelo engenheiro Guilherme Coelho, que na época divulgava um filme em super-8 das cooperativas uruguaias na periferia buscando adesões à modalidade da autogestão pela ajuda mútua (BARAVELLI, 2006, p. 114), e outras que podem ser identificadas em RONCONI (1995).

Especificamente no ABC, o projeto promovido pela Associação de Construção Comunitária por mutirão “Vila Comunitária”, entre 1985 e 1987, que contou com a Assessoria Técnica dos arquitetos Leonardo Pessina e Laila Nazem Mourad e financiamento do Governo do Estado de São Paulo, pela CDH, representa uma experiência pioneira de iniciativa autogestionária, que tem como princípio a produção coletiva de moradia, por meio do mutirão ou *ayuda mutua,* conforme conceito uruguaio difundido por alguns profissionais e Assessorias Técnicas da época, como o próprio arquiteto uruguaio Leonardo Pessina e também o já citado engenheiro Guilherme Coelho (RONCONI, 1995; BARAVELLI, 2006).

Ou seja, quando se fala em modalidade de autogestão, uma característica importante é a entidade, ou seja, a população organizada, à frente das propostas, inclusive com autonomia para contratar o profissional de maior afinidade com o movimento, mas ao mesmo tempo também contando com o apoio do Estado. A referência uruguaia, principalmente nos grupos de São Paulo, foi muito forte. Isso pode ser observado em algumas pesquisas, por exemplo, a de BARAVELLI (2006), O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social em São Paulo; em VAZ (2000), Mutirão Habitacional Autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo – 1980 e 1990; ou em CASTILLO e VALLÉS (2015), Cooperativas de Vivienda em Uruguaiy: medio siglo de experiencias; sendo a última fruto de uma exposição que acabou recapitulando positivamente na memória dos brasileiros, principalmente dos paulistanos, a forte influência que o sistema cooperativo uruguaio teve no pós-ditadura ou final da ditadura militar no Brasil.

Em 1987, momento em que houve grandes ocupações de terras na cidade de São Paulo, a UMM começa a se articular. Sua origem tem vínculo com a Pastoral da Moradia da Igreja Católica e com a união de duas linhas de movimentos: uma com caráter autogestionário, com a crença na gestão coletiva por mutirão; e a outra linha que prezava o atendimento em massa da população, com reivindicações principalmente por terra e moradia (VAZ, 2000, p. 55). O arquiteto Leonardo Pessina e outros profissionais envolvidos na causa dos movimentos sociais urbanos serão parceiros da UMM desde sua origem, principalmente dentro da linha autogestionária.

Essa referência uruguaia era tão latente para o movimento naquele período que a UMM promoveu caravanas ao Uruguai para visitar as Cooperativas Habitacionais de Ajuda Mútua. A partir da caravana que ocorreu em março de 1990, o grupo composto por mais de 40 “companheiros” trouxe as seguintes questões para debater no Brasil:

> A caravana ao Uruguai foi uma experiência marcante para todas as lideranças que participaram dela. Trocamos experiências, conhecemos outras formas de luta e organização, e vimos que é possível ter uma casa, de boa qualidade, a um preço acessível. Aprendemos também a importância da unificação de todos os movimentos de moradia, que seja democrática e pluralista. Mas muitas questões merecem o nosso aprofundamento e discussão: **a) É possível aqui no Brasil alcançarmos as conquistas dos companheiros uruguaios? B) Lá no Uruguai as cooperativas lutam junto com os sindicatos. Será que é possível trabalharmos juntos, movimento popular e sindical? C) Como poderemos unificar as nossas lutas e movimentos? D) Será que não precisamos intensificar o nosso trabalho de base e conscientização política?** (*Jornal da União dos Movimentos de Moradia*, maio de 1990, grifo nosso)

Em relação ao vínculo com a Igreja, um padre da Zona Leste, conhecido como Pe. Ticão[10], era o principal líder à frente da UMM-SP e dividia seu tempo entre as atividades paroquiais da Igreja de São Francisco, em Ermelindo Matarazzo, e os assuntos relacionados à luta pela moradia para as classes menos favorecidas. No final dos anos 1980, ele começou a reunir no Centro Pastoral São José do Belém algumas lideranças do Movimento de Moradia, a organizar diferentes demandas habitacionais, a fazer reuniões mensais e organizar a população por meio de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[11]. A partir da leitura do *Jornal da União dos Movimentos de Moradia*[12] é possível compreender as principais pautas de discussão da UMM.

A primeira liderança de Diadema a participar desse movimento foi Manoel Boni, dentro de uma linha das ocupações e por reivindicação de terras. Depois a militante Maria Aparecida Tijiwa, mais conhecida como Cida Japonesa, começa a participar também, mas na defesa da aquisição de terras para projetos por autogestão em Diadema (TIJIWA, 2021). Sobre seu início no Movimento de Moradia, explica:

[10] Padre Antonio Luiz Marchioni.

[11] CEBs são organismos da Igreja Católica que promovem a ampla participação das pessoas nas tomadas de decisões e a busca por uma estrutura mais adequada ao diálogo, que não seja centralizada na figura do padre. Vinculada à Teologia da Libertação, originada de experiências dos anos 1950-1960, representa uma ação pastoral comprometida com as causas populares e com o estímulo de leigos a assumir os serviços religiosos na comunidade, estimulando o fortalecimento da população historicamente marginalizada. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 19 dez. 2021.

[12] Alguns jornais podem ser consultados em: <http://www.cpvsp.org.br/dossies.php>. Acesso em: 27 dez. 2021. Nelson Baltrusis foi redator do jornal e depois irá atuar na Prefeitura de Diadema, na Comunicação, na gestão de Filippi (1993–1996).

> Quando entrei no Movimento eu já tinha moradia. Como militante das CEBs e dos movimentos de resistência à ditadura militar e suas sequelas, ajudava as outras pessoas sem moradia a conquistar o seu bem e conscientizá-las sobre seus direitos fundamentais. (TIJIWA, 2020, p. 43)

É importante mencionar que existia uma demanda de aluguel na cidade que não estava contemplada nos programas da Prefeitura, por isso a importância da organização desses grupos pelas associações, como este caso que será apresentado, pois atende à população de baixa renda que não morava em favelas (LOBO, 2014, p. 74).

Foi a partir dessas reuniões que o Pe. Ticão passou a organizar, em 1988, caravanas a Brasília para, entre outras questões, reivindicar recursos federais da Caixa Econômica Federal, principalmente para o pessoal sem-teto, que estava com a renda comprometida com pagamento de aluguel.

Foram conquistados três projetos-piloto pelo Programa de Habitação Popular Comunidade (PROHAP-Comunidade), primeira proposta de financiamento direto da CEF para as associações de moradores e para famílias com renda de até 10 salários mínimos: 50 unidades para a demanda do Pe. Ticão, na Zona Leste de São Paulo; 50 para a demanda de São Bernardo do Campo, com assessoria de Leonardo Pessina; e 50 unidades para a demanda de Diadema, que estava sendo organizada por Aparecida Tijiwa. Ao final, a verba para a Zona Leste é transferida para Diadema, pois ainda não estava resolvida a questão da terra, ficando a cargo da gestão municipal, da posterior prefeita Luiza Erundina, viabilizar o atendimento futuro dessa demanda. Como Diadema já tinha o apoio da Prefeitura, optaram por passar as unidades para esse grupo da região do ABC. Assim, Diadema consegue garantir financiamento federal para 100 unidades habitacionais na área conhecida como “Buraco do Gazuza” (TIJIWA, 2021).

Figura 36: Padre Ticão, 1988.

4.4.2

A DISPUTA PELA TERRA “BURACO DO GAZUZA”

Assim como ocorreu na área da Celite, a área no Bairro Casa Grande chamada de “Buraco do Gazuza” havia sido adquirida pela Prefeitura no final da gestão de Gilson Menezes (1983–1988) para realização de projetos habitacionais. Tratava-se de uma área com aproximadamente 119.000 metros quadrados bastante íngreme, com uma depressão topográfica que formava um verdadeiro buraco. O antigo proprietário da gleba tinha o sobrenome de Garzouze. A condição topográfica do terreno, conjugada com a dificuldade de pronunciar o sobrenome do antigo proprietário, levou a população a chamar o local de “Buraco do Cazuza”, visto o sucesso do cantor na época. Outra variação seria “Buraco do Gazuza”, versão mais conhecida atualmente. De todo modo, para a área do projeto, onde foi realizado o conjunto habitacional por autogestão, a área é mais conhecida como “Cazuza”.

Essa área já estava em negociação para a demanda que vinha sendo organizada pela líder e militante Cida Japonesa, que fazia reuniões na Câmara de Diadema e tinha mais de mil famílias inscritas, dentro de uma organização inicial (TIJIWA, 2021). Pelos relatos (LAMONICA, 2021; CIRERA, 2021; SALUSTIANO, 2021) é possível entender que já havia um estudo prévio realizado para o terreno, pela própria equipe da Prefeitura, o qual resultava em uma ordem numérica de mil unidades habitacionais para a área em sua totalidade, e que havia uma conversa com o Estado para tentar adquirir fundos para o projeto, assim como ocorreu com a área da Celite. Não foi possível localizar esse projeto, também identificar exatamente o profissional que o realizou, mas, de todo modo, é possível entender que antes da obtenção do financiamento federal a própria Prefeitura tinha iniciado um projeto para a área.

TIJIWA (2021) explica que a UMM não brigou pelos mil de forma isolada, mas lutou pelo financiamento federal, ou seja, pelo PROHAP-Comunidade. A ideia era comprovar que dava para fazer por meio de mutirão organizado, com Assessoria Técnica, barateando e criando habitação de qualidade, diferente do padrão de promoção de lotes urbanizados. A imagem a seguir, das “mil casas”, representa a briga pela terra, pela demanda geral de Diadema que estava sendo cadastrada naquela ocasião.

Em agosto de 1989, a área, que já tinha uma intenção de projeto em andamento e negociação de financiamento federal, é invadida, um acontecimento que teve grande repercussão na época.

Ao ouvir os depoimentos, parecem existir ideias concordantes entre o movimento da UMM, no caso de Diadema liderado por Cida Japonesa, e o próprio prefeito José Augusto, que gostaria de dar um destino diferente ao terreno que não fosse o mesmo modelo de “lotinhos”, em que o morador fazia o que queria. João Salustiano, morador de Diadema há mais de 50 anos, na época já frequentava as reuniões do Pe. Ticão no Belenzinho e estava na luta com o grupo de Cida Japonesa para conseguir sua moradia. Ele relata que o prefeito José Augusto dizia: “Eu não quero Diadema como foco de favela, eu quero Diadema como um cartão de visita. Fazer casa por casa, rua bem marcadinha, para passar ambulância, carro de gás, de qualquer coisa... Não fazer viela que nem vocês querem fazer aí” (SALUSTIANO, 2021).

Figura 37: A faixa representa o momento em que o prefeito Gilson Menezes negociava a realização de projetos em Diadema por meio da CDH, 1988.

Figura 38: A foto retrata o dia da ocupação do “Buraco do Gazuza”, 1989..

A área foi ocupada por aproximadamente 300 famílias sob comando de uma ala mais radical do próprio PT[13], de oposição à administração do prefeito, representada nesse episódio por Manoel Boni, que defendia o modelo de lotes em áreas ocupadas. No período ele liderou várias ocupações em Diadema, como, por exemplo, a Vila Socialista e a área da Celite, no ano seguinte. Esse ato gerou muita tensão; afinal, a Prefeitura considerou sem propósito ocupar uma área que já estava destinada ao atendimento habitacional para a população de baixa renda, entrando, assim, com uma ação de reintegração de posse, com uma ação policial, causando bastante indignação entre os ocupantes e articuladores (FELINTO, 2011, p. 31)

Segundo TIJIWA (2021), mesmo com ameaças do grupo opositor, ela não cedeu, manteve-se firme em sua posição (com a ajuda de alguns guarda-costas) e defendeu o movimento organizado, que buscava recursos para fazer um projeto com maior qualidade, diferente da linha do outro grupo, que tinha como estratégia ocupar a área, montar barracos e promover a autoconstrução das moradias, dentro de um processo pobre, com inúmeros problemas quanto à precariedade das moradias e à ausência de áreas livres para lazer e desajustes para o meio ambiente. Por mais nobre que seja a causa, esse tipo de movimento cria dependência do poder público; afinal, ao ocupar uma área, precisa desapropriar, depois precisa implantar infraestrutura, e, por fim, precisa construir moradias adequadas. É um processo de difícil reversão da precariedade, que fica enraizada num início de urbanização pouco planejado.

Ao final do embate, foi estabelecido um acordo em que parte da gleba[14], com área de aproximadamente 78.000 metros quadrados (65% da área), seria destinada aos ocupantes, "Área da Ocupação" (em cinza na implantação mostrada a seguir), atual Núcleo Habitacional Gazuza. Após a definição da área da ocupação, foi estabelecido um desenho prévio de parcelamento, com lotes de aproximadamente 50 metros quadrados, e processo de urbanização, como já ocorria nas outras áreas.

A outra parte, cerca de 41.000 metros quadrados (35% da área), "Área do Projeto", seria destinada ao grupo organizado por Cida Japonesa, o qual constituiu a Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD) e formalizou o financiamento federal pelo PROHAP-Comunidade, inicialmente para 100 unidades (edificações em rosa na implantação a seguir). Posteriormente viabilizaram mais 180 unidades por meio de outras fontes de recursos (em roxo na implantação). Este projeto é conhecido como Cazuza, e o nome atual e oficial é Jardim Alba II.

Figura 39: Esta foto muito provavelmente é do ano de 1993, pois é possível notar a primeira fase do Cazuza concluída e o início da terraplenagem da fase 2 iniciada. Ao fundo, Núcleo Habitacional Gazuza (área da ocupação).

[13] Tanto esse episódio do Gazuza como o da Vila Socialista em 1990 foram liderados por correntes mais radicais do PT, em oposição ao prefeito José Augusto, o próprio vice-prefeito, Tonhão (líder do grupo "Independente", e dois vereadores do PT, Romildo Raposo Fernandes e Manoel Boni (líder do grupo "Convergência Socialista").
[14] Desmembramento de parte do Sítio Casa Grande, registrada na matrícula 32.105 em 16 de março de 1990.

Figura 40: Em cinza, a "Área da Ocupação", atual Núcleo Habitacional Gazuza. Em rosa e roxo, "Área do Projeto", Cazuza, atual Jardim Alba II. Em rosa, fase 1 (1990–1992); em roxo, fase 2 (1993–1999). Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

4.4.3
A NOVIDADE DO TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA

O Cazuza é pioneiro em alguns aspectos. Trata-se do primeiro projeto em Diadema com Assessoria Técnica contratada diretamente pela entidade organizadora, a ACCD, e pela primeira vez houve financiamento de um empreendimento em Diadema pela Caixa Econômica Federal (CEF). Há também outro aspecto original: pela primeira vez no Brasil são construídos edifícios verticais em regime de mutirão por meio de Assessoria Técnica.

Após os percalços referentes à disputa pela terra, em março de 1990, a ACCD convidou a USINA CTAH para reformular o projeto realizado previamente pela equipe da Prefeitura, porém, dentro de algumas limitações da arquitetura e do urbanismo, já que a movimentação de terra para o arruamento e as fundações de dois edifícios já estavam finalizadas.

Na época essa Assessoria Técnica estava em processo de formação pelos arquitetos urbanistas Wagner Germano, João Marcos de Almeida Lopes e Mario Luis Attab Braga, que, por sua vez, discutiam qual seria o formato ideal para atuação: empresa limitada ou entidade sem fins lucrativos? No mesmo período surge o programa FUNAPIS-Comunitário, na administração petista da Prefeitura de São Paulo, o que desencadeou a decisão pela constituição de uma “Assessoria Técnica”, e não uma empresa com fins lucrativos, visto que esta era uma condição da Prefeitura de São Paulo para os profissionais poderem participar dos projetos habitacionais. É possível perceber a influência direta dos procedimentos do FUNAPS-Comunitário no projeto de Diadema, pois, devido à escala de São Paulo, enquanto em Diadema era um projeto isolado, na capital paulista estava havendo uma articulação para multiplicar esse tipo de processo autogestionário. Em RONCONI (1995) é possível entender como foram constituídas as várias Assessorias Técnicas no período pelo FUNAPS-Comunitário.

O FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal) foi criado pela Lei nº 8.906, de 27 de abril de 1979, e era destinado à aplicação em regime de fundo perdido para resolução de questões habitacionais para a população de baixa renda de São Paulo, entre elas: compra de barracos, de materiais de construção, custos para deslocamentos de volta à origem, obras emergenciais, processos de despejos, desfavelamentos, entre outras situações (RONCONI, 1995, p. 12).

O Fundo até então era utilizado para benefício a pessoas físicas. A partir da gestão de Luiza Erundina (1989–1992) foi considerada a possibilidade de atender beneficiários constituídos por pessoas jurídicas por meio de convênios da Prefeitura com associações; assim, o FUNAPS passa a alimentar o FUNAPS-Comunitário (RONCONI, 1995, p. 16) e a discutir novos parâmetros de política habitacional em âmbito local:

> De caráter inovador, o financiamento estipula um valor máximo por família e um valor máximo por m², estabelecendo dessa forma uma construção mínima de 60 m², área bem mais próxima dos padrões recomendados mundialmente. Além disso, o financiamento destina recursos para pagamento de assessoria técnica (contratada pela própria população), para compra de ferramentas, locação de equipamento, organização do canteiro de obras e finalmente para pagamento de parte da mão de obra especializada. (RONCONI, 1995, p. 16-17)

As Assessorias Técnicas deveriam ser entidades sem fins lucrativos e possuir cadastro na Superintendência de Habitação (HABI). A remuneração prevista pelo convênio para a assessoria seria de no máximo 4% do total do financiamento, com algumas exceções, a depender do nível de complexidade da obra. A multidisciplinaridade da equipe era algo altamente recomendada, mas não obrigatória. GERMANO (2021) explica que, em casos de projetos com poucas unidades, a remuneração acabava sendo insuficiente para contemplar profissionais de várias áreas: “Com 100 unidades, você toca ela apertadinho e tal; se você tocar um mutirão de 500 ou 600 unidades você já tem uma folga, você consegue investir mais”. Essa situação ocorreu também no caso do projeto do Cazuza, com 100 unidades, e é um problema, pois é importante a contribuição de outros profissionais, senão vira um formato próximo a um escritório convencional.

> A Usina é uma sociedade civil sem fins lucrativos; o que a difere de outro tipo de sociedade é que você não pode ter lucro, você tem que aplicar o que seria lucro na própria entidade, você não paga imposto de renda, mas também não tem a figura do lucro (...) o que você tem computado são as horas técnicas dos profissionais envolvidos e isso faz a diferença, afinal, você consegue trabalhar com um custo menor do que um escritório convencional. (GERMANO, 1995, apud RONCONI, 1995, p. 254)

Assim, as Assessorias Técnicas passaram a atender um mercado que não era convencional, preencheu uma lacuna das famílias que antes ficavam à espera de um atendimento pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), por muitos anos, e que depois passaram a se organizar e contratar uma equipe interdisciplinar para realizar o projeto.

Foi uma grande evolução, pois nesse formato as pessoas tratavam diretamente com os prestadores de serviços, inclusive a equipe que realizava o projeto e acompanhava a obra. Além disso, a USINA CTAH e outras entidades tinham e ainda têm o objetivo de trabalhar a favor do avanço da consciência da população, enquanto cidadão, enquanto agente da sociedade (GERMANO, 1995, apud RONCONI, 1995, p. 254).

Figura 40b: Redesenho projeto casas sobrepostas no Conjunto Habitacional Cazuza pela Assessoria Técnica USINA CTAH.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

É possível compreender as seguintes questões a partir deste caso:

- Aproximação dos Movimentos de Moradia de Diadema ao movimento nacional, UMM, a partir de algumas lideranças e militantes locais;
- A existência de outro tipo de demanda na cidade, por exemplo, famílias com ônus excessivo com aluguel, organizadas por lideranças do Movimento de Moradia, que se diferenciava dos grupos que normalmente eram atendidos pela Prefeitura;
- Poder público é pressionado pelo Movimento de Moradia para estabelecer compromissos para atendimento da nova demanda em voga;
- Disputa da terra entre distintos movimentos da cidade;
- Debate entre dois modelos de urbanização e provisão habitacional: lotes para autoconstrução, seja em favelas ou área livres, *versus* a realização do conjunto coletivo por mutirão organizado por meio de Assessoria Técnica;
- Pela primeira vez houve recursos do governo federal para financiamento habitacional em Diadema. Tal fato se realizou pelo engajamento com a UMM;
- Nova forma de atuação profissional em projetos habitacionais: parceria entre movimento popular organizado e Assessorias Técnicas;
- Novo modelo de provisão habitacional, por mutirão, bastante referenciado nas cooperativas do Uruguai, mais benéfico para os espaços públicos devido principalmente à organização e à realização coletiva do empreendimento;
- Processos de ocupações de áreas como uma forma de luta pelo direito à função social da cidade, mas ao mesmo tempo a percepção de entraves e prejuízos decorrentes da posterior falta de propostas mais sensíveis ao equilíbrio de verbas públicas e compartilhamento de responsabilidades entre poder público e movimento;
- A forma como desencadeia o modelo de consolidação da ocupação, por meio da autoconstrução, se torna um modelo de difícil acompanhamento técnico e que dificilmente proporcionará moradias adequadas e espaços públicos com qualidade;
- Em situação contrária, é possível perceber a importância da constituição de uma entidade autônoma, no caso a ACCM, para conduzir o mutirão com muita proximidade e responsabilidade sobre as tomadas de decisão e, ao mesmo tempo, contando com o apoio público.

4.4.4

PROCESSO DA USINA CTAH NO PROJETO DO CAZUZA

A primeira fase (1990–1992) compreendeu a construção de 100 unidades habitacionais, sendo 68 unidades em casas sobrepostas e 32 apartamentos (duas torres com quatros pavimentos e quatro pavimentos por andar). A segunda fase (1993–1999) compreendeu a construção de 180 unidades, sendo 116 unidades em casas sobrepostas e 64 apartamentos distribuídos em quatro edifícios com quatro pavimentos.

Quando a USINA CTAH foi contratada pela ACCD, já tinha o terreno, o financiamento com a CEF e um projeto básico previamente realizado pela Prefeitura. Além disso, parte da obra já estava realizada: fundação de dois edifícios e terraplenagem do arruamento para as 100 unidades. Dentro dos limites de escopo, discutiram algumas mudanças possíveis com o grupo.

Uma primeira recomendação foi alterar o sistema construtivo convencional (pilares e vigas de concreto armado e blocos de concreto) para o sistema com blocos cerâmicos. Entendiam que se tratava de uma solução interessante devido ao conforto térmico, por ser mais leve para trabalhar no mutirão e sem necessidade de realizar formas e armação, ou seja, se encaixaria bem no perfil pouco especializado do grupo de mutirantes.

Nas casas sobrepostas foram empregados blocos portantes, com grauteamento. E, no caso do prédio, blocos autoportantes, sem grauteamento, apenas cintamento. Os blocos utilizados nos edifícios são mais densos e de menores dimensões. Na fachada, parecem tijolinhos maciços.

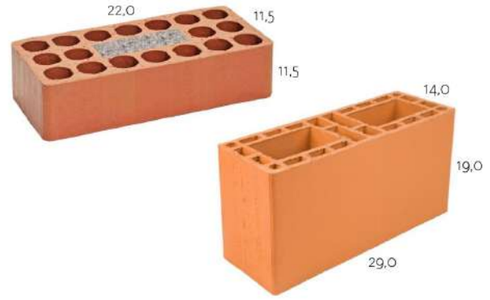


Figura 41: À direita, bloco adotado nas casas sobrepostas – bloco estrutural de 14 cm de largura / 19 cm de altura / 29 cm de profundidade. À esquerda, bloco adotado nos edifícios – bloco estrutural perfurado 22 cm de largura / 11,5 cm de altura / 11,50 cm de profundidade. O bloco utilizado é bem parecido com este, porém, com um buraco no centro, conforme indicado na imagem.

Antes do início dos trabalhos da USINA CTAH, os dois prédios da primeira fase já estavam com a fundação concluída, com estacas. O engenheiro Yopanan C. P. Rebello, membro ONG, atestou que poderia mudar o sistema construtivo dentro da fundação já executada.

Outro aspecto importante no projeto foi a escada. Pela visão atual da Assessoria Técnica (GERMANO, 2021), é muito interessante a utilização do tipo de escada pré-fabricada por vários benefícios:

(1) Estrutura independente do edifício;
(2) Os patamares e a própria locação das escadas já gabaritam a obra, as alturas e a própria posição dos edifícios;
(3) Dispensa formas de madeiras, evita desperdícios;
(4) Já cria um acesso para transportar materiais nos distintos pavimentos.

No Cazuza, primeiro trabalho da USINA CTAH e primeiro mutirão verticalizado no Brasil, a dificuldade que tiveram na execução da escada moldada *in loco*, prevista no projeto original, foi suficiente para que passassem a adotar, dali em diante, a escada pré-fabricada metálica com estrutura independente. Isso ocorreu, por exemplo, no projeto paradigmático de Osasco, o COPROMO (1990–1998), na União da Juta, em São Mateus (1992–1998), na Juta Nova Esperança (1994–1999), entre outros.

Esse aspecto construtivo se tornou uma marca importante nos projetos da USINA CTAH, como um ensinamento para projetos verticalizados em regime de mutirão. A verticalização inédita trouxe à tona a discussão da escada, mas também a questão dos maiores riscos nas quedas de lajes e a responsabilidade técnica dobrada do profissional em relação à segurança do trabalho.

Sobre a escada, GERMANO (2021) explica o perrengue que passaram no Cazuza. Primeiro porque não havia um carpinteiro profissional no grupo dos mutirantes. Foram levantando o prédio, deixando as esperas para a escada, como se estivessem adiando algo que já pressentiam que traria algumas dificuldades.

Depois conseguiram comprovar nos projetos posteriores que, mesmo com o custo mais elevado de uma escada metálica, seria possível incluí-la na obra, que valeria a pena pelos benefícios que agregaria. No caso do COPROMO, os benefícios eram ainda mais visíveis, dada a grande escala do empreendimento: 50 edifícios de cinco pavimentos.

Figura 42: Escadas no projeto da USINA CTAH “Juta Nova Esperança”.

Figura 43: Primeiros prédios sendo construídos na primeira fase.

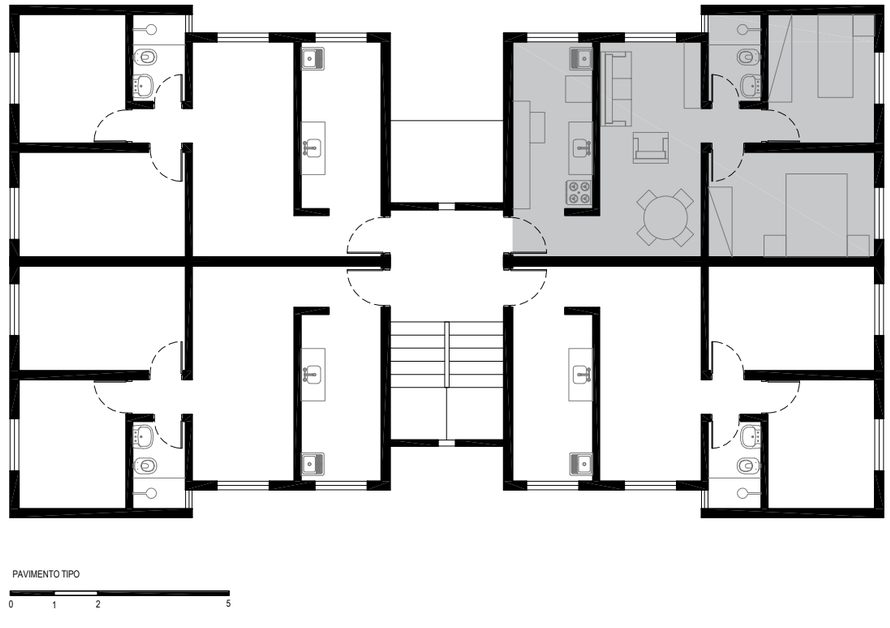


Figura 44: Planta do pavimento tipo. Cada unidade apresenta aproximadamente 48 m^2.

Figuras 45 e 46: À esquerda, fotos atuais dos edifícios 5 e 6 da fase 2. À direita, cozinha conjugada com lavanderia do apartamento de dona Celma, mutirante da segunda fase. O apartamento está em ótimo estado de conservação. A moradora está bastante satisfeita com sua moradia e gostava muito de participar dos mutirões.

Nas casas sobrepostas, a solução adotada para a fundação foi o “radier”. A adoção desse tipo de fundação seria para simplificar a execução pelos mutirantes, já que dispensa a escavação de valas e possui o sistema de ferragens e formas mais simples, aspecto importante, em vista da carência de mão de obra especializada; inclusive a maioria era de mulheres, com pouca experiência na construção civil.

SALUSTIANO (2021) explica que foi bastante enfatizado pelos arquitetos que o projeto foi realizado apenas para dois pavimentos; no entanto, muita gente quer ampliar (ou já ampliou) a casa. É bem interessante perceber por seu relato os conhecimentos agregados e as questões atuais que permeiam o projeto.

> As casas não tiveram rolo compressor. Não teve nada para apiloar o terreno, nós planeamos de inchada e batemos de socador. Foi feito ‘radier’ e em cima dele foi feita a casa. Quando o arquiteto fez, já fez sabendo, e explicou isso pra gente. Nas casas sobrepostas não pode mexer na estrutura, nem crescer mais para cima, como muita gente quer fazer. A Prefeitura, via satélite, vê até os cachorros andando nas ruas, os tijolos que a casa tem... Muita gente mexeu onde não deveria, agora temos problemas para regularizar a área. (SALUSTIANO, 2021)

Assim como nos edifícios, nas casas sobrepostas, a Assessoria Técnica teve limitações para modificar o projeto original. Uma modificação no projeto foi permitir a ventilação natural do banheiro. Na proposta original não tinha o vazio, e havia uma varandinha na frente. Para não reduzir o tamanho da sala, eliminaram a varandinha e criaram um vazio para garantir ventilação. No entanto, a janela do vizinho ficaria voltada para esse pequeno pátio, algo que não se sustentou durante o uso das casas, conforme pode ser observado no local. A maioria incorporou esse espaço na área interna e fechou a janela do vizinho. Na foto acima dá para visualizar essas saliências saindo do telhado e uma pequena cobertura para o espaço que era para ser descoberto.

Figura 47: Foto casas sobrepostas do Conjunto Habitacional Cazuza, 2021. Nesta fileira de casas, a parte superior se encontra bem conservada; no entanto, no térreo todos fecharam o espaço frontal.

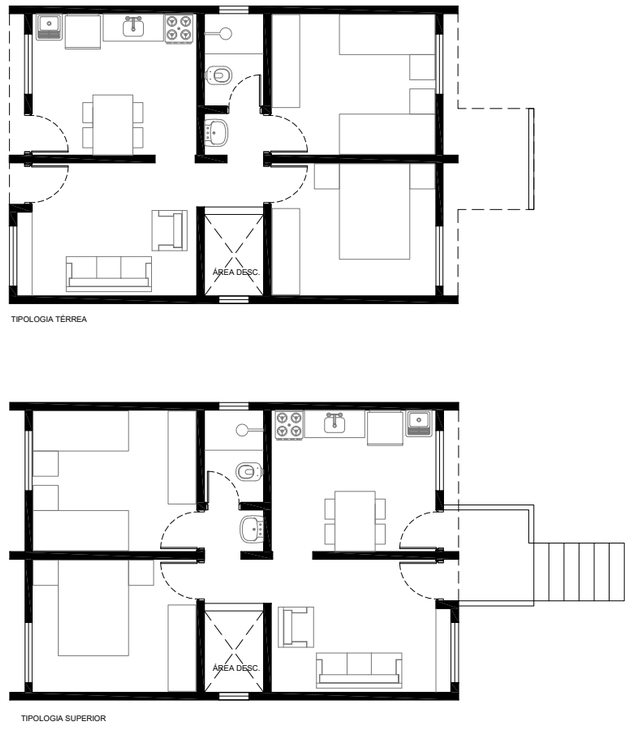


Figura 48: Projeto final revisado pela USINA CTAH. A área total da unidade é de aproximadamente 49,50 m².

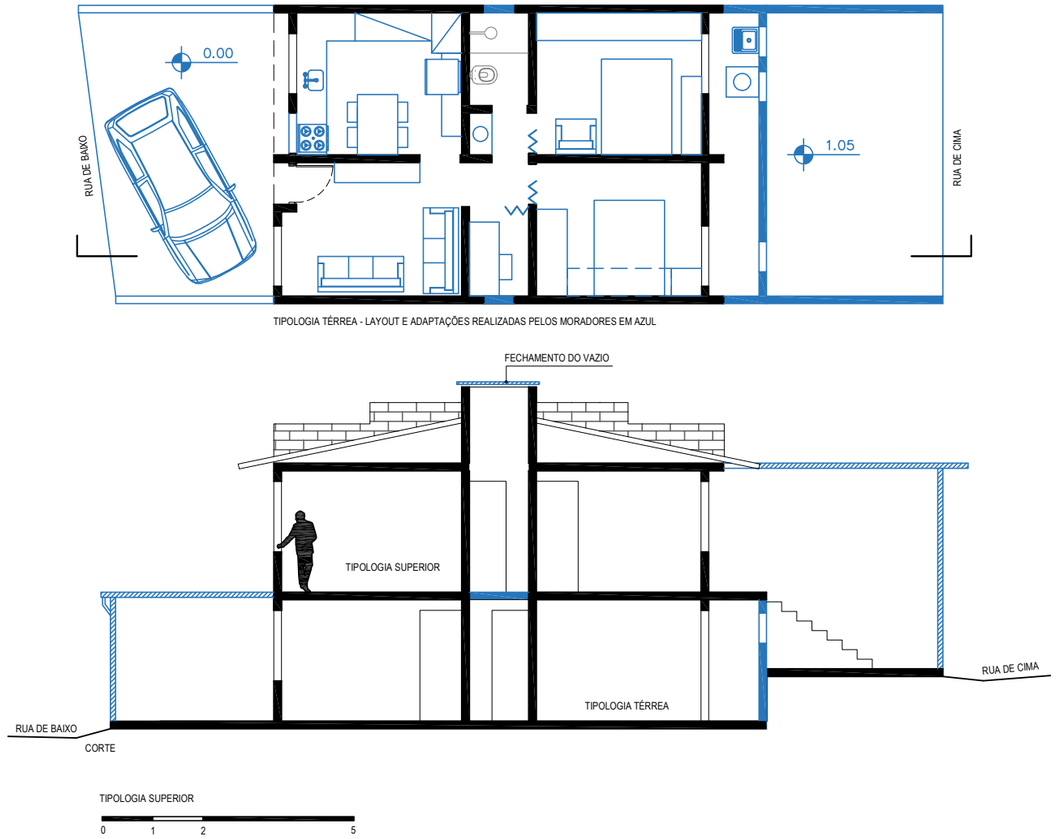


Figura 49: Destaque em azul do layout e adequações realizadas em uma das casas construídas no local. A área total da unidade é de aproximadamente 49,50 m², sem considerar garagem e lavanderia improvisada nos fundos.

Figura 50: Foto de uma das casas (tipologia superior), 2018. Não se refere à planta desenhada acima; porém, como a frente não está coberta, fica mais fácil compreender o projeto.

Figura 51: Foto de uma das casas (tipologia térrea), 2021. Não se refere à planta desenhada acima; porém, como a frente não está fechada, fica mais fácil compreender o projeto. É possível verificar pela foto como o vizinho do imóvel à direita na foto fechou a frente da casa, roubando todo o espaço da calçada.

Ao visitar a área é possível perceber que a grande maioria dos lotes tem um “puxadinho” na parte frontal que não estava previsto no projeto e que torna o passeio público praticamente inexistente. Nas várias conversas com diferentes agentes (SALUSTIANO, 2021; TIJIWA, 2021; GERMANO, 2021) é possível entender que, mesmo já suspeitando que esse tipo de situação poderia acontecer, principalmente pela dimensão insuficiente no projeto para acomodar uma vaga de carro, a opção do grupo foi seguir desse modo, visto que, para melhorar o projeto, inevitavelmente haveria necessidade de modificar o traçado das ruas, e com isso a terraplenagem executada seria perdida. As pessoas pensavam na época: “Nós precisamos de casa. O carro a gente deixa na rua, na frente de casa”, ou “Não vamos sacrificar a casa por causa do carro”. Mesmo imaginando que seria possível simplesmente “embicar o carro”, sem necessidade de cercá-lo, fica nítido que, com o tempo, os ideais coletivos foram se perdendo.

> Só que naquele tempo (e até hoje) a gente era tudo pobre, vivia de aluguel, não pensou no dia de amanhã. O projeto saiu só com a casa, quando o povo passou pra dentro da casa lembrou que não precisava mais pagar o aluguel e que iam comprar um carrinho. E não tinha onde guardar, não tinha projeto pra carro... (SALUSTIANO, 2021)

No início da segunda fase, em 1993, foi retomada a discussão sobre o projeto, pois a terraplenagem do arruamento ainda não estava realizada para o trecho dessa etapa. Para solucionar a questão dos puxadinhos na parte frontal dos lotes haveria necessidade de mudar o projeto para assegurar a qualidade do ambiente e garantir a funcionalidade da moradia. A Assessoria Técnica levou a proposta e informou sobre o prazo para realizar a revisão do projeto e os honorários adicionais para o serviço. O grupo não aprovou a proposta. Ao conversar com alguns membros da segunda fase (TUGINA, 2021; SALUSTIANO, 2021), é possível perceber que havia muita ansiedade em construir logo o projeto, por isso a proposta não foi aprovada.

Na época, já havia outros projetos da USINA CTAH executados ou em andamento, como, por exemplo, o projeto “Terra É Nossa”, em Osasco, que ocorreu justamente no mesmo período da primeira fase do Cazuza, mas que, diferentemente, se trata de uma assessoria para autoconstrução a partir dos projetos desenvolvidos – urbanístico e das tipologias habitacionais. A assessoria levou alguns moradores do Cazuza para conhecer outras possibilidades de projeto, inclusive esse de Osasco, até mesmo para entender melhor a questão da garagem. Mesmo assim, a maioria decidiu manter o projeto como estava.

GERMANO (2021) explica que, com a experiência acumulada em projetos habitacionais como esse, entende que não adianta acreditar no irreal, tem de dar um desenho que resolva minimamente todos os aspectos. Se a garagem é algo importante, tem de resolver a garagem para não haver comprometimento na qualidade do ambiente. Já na autoconstrução, como no caso do projeto “Terra É Nossa”, a modificação já é algo que inevitavelmente irá ocorrer, e assim não haverá uma linguagem única, o projeto passará despercebido, cada um com sua cara, e essa heterogeneidade não permitirá um projeto coletivo e “diferenciado” no entorno. De todo modo, um bom projeto urbanístico e de tipologia habitacional terá papel fundamental na integridade dos espaços públicos (calçadas, principalmente).

No estudo de caso do mutirão do Cazuza surge o tema da sustentabilidade da proposta realizada pelos arquitetos ao longo do tempo. Ao que parece, quando se trata de tipologia coletiva, principalmente verticalizada, as questões de projeto se sustentam mais.

Figura 52: Fotos do loteamento “Terra é nossa”, Osasco, USINA CTAH.

No mutirão autogestionado, a proposta é ter uma linguagem única. No Cazuza, é possível perceber que a linguagem ficou mais fragilizada nas moradias sobrepostas do que nos prédios de apartamentos.

Este é um tema polêmico, mas talvez sem resposta. Há muitas variantes, relacionadas às condicionantes de cada situação de projeto e seus agentes. Na introdução do livro O Terceiro Território – Habitação Coletiva e Cidade, o arquiteto Hector Vigliecca (2014, p. 41) relata que foi durante um voo de helicóptero que a distância revelou uma imagem comparativa sobre a “relação dos nossos raciocínios com a escala estarrecedora dos âmbitos das periferias urbanas onde os projetos se inserem”, constatando, a partir dessa visão, que:

> (...) na maioria dos nossos projetos, uma vez materializados e entregues à população, acontece uma rápida inversão de valores, em que os esforços presentes na etapa de projeto se transformam, mesmo aqueles objetivos que tenham sido estabelecidos em conjunto com a comunidade e o poder público. (VIGLIECCA et al, 2014, p. 41)

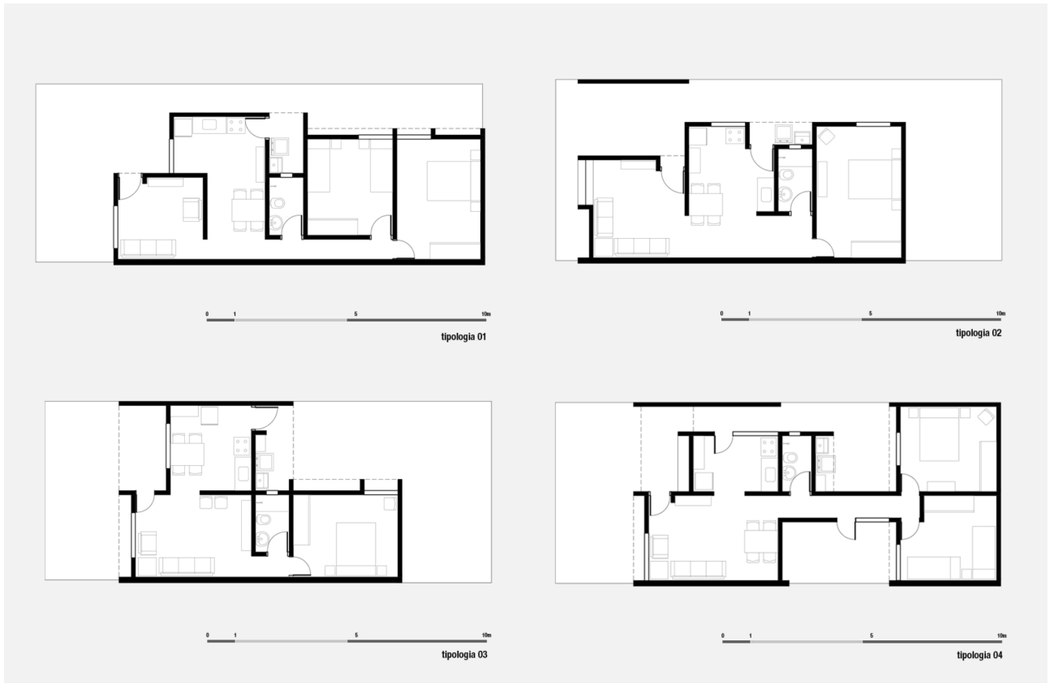


Figura 53: Fotos do loteamento “Terra é nossa”, Osasco, USINA CTAH.

Os projetos realizados pelas cooperativas uruguaias possuem uma boa reputação com relação à permanência de suas características originais. Claro que esse discurso é bastante genérico e que para analisar melhor o tema seria importante estudar vários casos, fazer algumas comparações, para aí então chegar a alguma conclusão mais precisa. De todo modo, em maio de 2019 pude conhecer cerca de 80% dos projetos selecionados no livro organizado por Alina Castillo e Raúl Vallés (CASTILLO; VALLÉS, 2015). Ao surgir essa questão no projeto de Diadema, olhei todos os projetos novamente, e eis que um em especial, o COVIMT 1, colabora em parte com o esclarecimento de tal questão.

O projeto COVIMT 1 foi realizado entre os anos 1971 e 1973, em Montevidéu, pelo Centro Cooperativista Uruguaio. Ao observar sua implantação, existe um miolo mais protegido e privado, porém coletivo, inclusive com acesso controlado, para onde estão voltadas as frentes das casas. Para conseguir entrar nesse lindo espaço gramado, deu certo trabalho. Primeiro porque era domingo e estava quase no horário do almoço, e todos já se encontravam preparando seus churrascos e não estavam no clima de dar atenção a uma arquiteta perdida bisbilhotando suas casas. Fiquei na portaria e fiz algumas tentativas, até que convenci uma senhora a me deixar conhecer o lindo jardim e sua casa. Para isso mostrei o livro que carregava comigo e disse que tinha viajado até Montevidéu especialmente para conhecer esse projeto. Ao caminhar no jardim que ocupava todo o miolo da quadra, chegava a ser irritante a perfeição, tudo em seu lugar, até as folhas caídas no gramado. A impressão que dava é que ninguém morava lá; afinal, só tinha outra mulher varrendo o quintal e um gatinho rolando no gramado.

Quando a senhora abriu sua casa, havia tantos netos que nem consegui contar, e o churrasco já estava começando nos fundos. Era outro clima, mais natural e bagunçado. Infelizmente não fui convidada para o almoço, mas consegui entender o projeto e sua dinâmica de uso. Restava conhecer os fundos das casas.

Os fundos das casas, incluindo o acesso para veículos, estão voltados para o perímetro do conjunto, onde existem duas ruas transversais, que não se sabe se são públicas ou privadas; de todo modo, não houve dificuldades para transitar e fotografar o local. O que percebi é que os fundos das casas, voltados para essas vias, começam a mostrar sua individualidade, nada grave, porém, algumas coberturas, alguns cercadinhos e até um paisagismo mais livre surge ao longo da via, e, comparado ao miolo “irritantemente” perfeito, qualquer desvio chama atenção. As faces do fundo têm contato com uma esfera mais pública. Já as faces frontais das casas têm contato com um espaço coletivo, porém privado. Nas cooperativas do Uruguai, todo o conjunto, compreendendo inclusive as unidades habitacionais, é propriedade coletiva. Ou seja, difere do nosso condomínio brasileiro, pois aqui cada um tem a propriedade de seu imóvel individualmente, uma matrícula para cada unidade, e lá não.

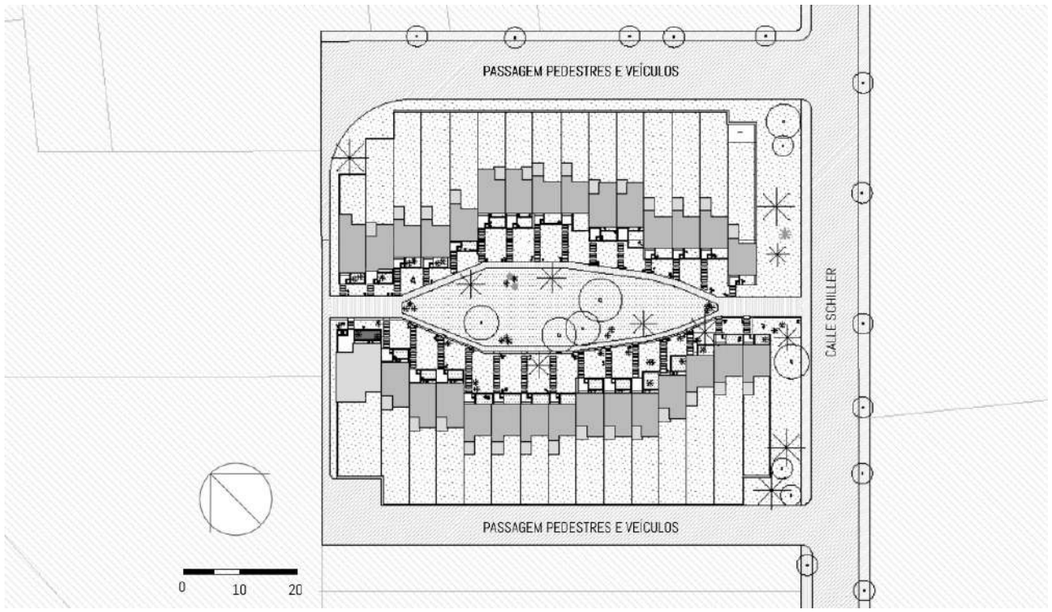


Figura 54: Implantação do projeto “COVIMT 1”, em Montevidéu, pelo Centro Cooperativista Uruguayo (Arq. Mario Spallanzani e Arq. Miguel Cecilio).

Ao pensar no Cazuza, talvez seja possível concluir que, caso as frentes fossem voltadas para um espaço coletivo, porém privado, do grupo de moradores, haveria um maior cuidado na sua manutenção. Por outro lado, seria um espaço pouco integrado à cidade, pois foi essa sensação ao conhecer o COVIMT 1. Quando há uma frente individual para o espaço público, inevitavelmente o projeto será modificado pelas pessoas. Talvez falte o reconhecimento do espaço público como algo que pertence a todos. A sensação que dá é que as pessoas entendem que, por ser público, podem fazer o que quiserem, como ocorre no espaço privado.

No caso das casas sobrepostas, as ampliações verticais somente não ocorreram porque a face superior pertence a outra família, ou seja, perde-se a essência do individual. Mas há ampliações sobre a própria frente, da casa superior (Figura 62). Caso fossem sobrados, com certeza a ampliação vertical estaria descontrolada, assim como de fato aconteceu em vários projetos por autogestão com essa tipologia. O que ficou mais comprometido no Cazuza foi o descontrole do limite frontal, avançando sobre as calçadas. E de certo modo, para propostas como essas, talvez já seja interessante projetar uma frente agregada ao espaço privado, e não totalmente aberta. Mas isso depende do conceito do projeto: qual é a identidade desejada? Qual é o objetivo do projeto?

Figuras 55, 56, 57 e 58: Fotos do projeto “COVIMT 1”, Montevideo, Centro Cooperativo Uruguayo (Arq.Mario Spallanzani e Arq. Miguel Cecilio). Fotos 55 e 56, frentes das casas voltadas para um espaço privado e coletivo. Fotos 57 e 58, fundos das casas, voltada para uma esfera mais pública.

Figura 59: Ampliação na frente da casa superior. Neste caso, isso ocorre porque a garagem está embaixo, na frente das janelas dos dormitórios da casa de baixo. 2021.

O famoso ELEMENTAL, fundado e dirigido por Alejandro Aravena, vencedor do Pritzker de 2016, demonstra o debate acerca deste tema, e a proposta do ELEMENTAL é criar um projeto coletivo, mas que ao mesmo tempo carregue uma identidade individual.

Figura 60: Projeto Quinta Monroy, em Iquique, no Chile.

Figura 61: Projeto da equipe liderada pelo arquiteto Hector Vigliecca para o concurso de projetos da CODHAB Concurso de Arquitetura para Habitação de Interesse Social, ocorrido em 2017.

O Concurso de Projetos de Arquitetura para Habitação de Interesse Social, promovido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB-DF) em 2017, também conduziu essa discussão ao solicitar um espaço para ampliação nas tipologias habitacionais. A equipe liderada pelo arquiteto Hector Vigliecca configurou um espaço firme o suficiente para não permitir “avanços” no espaço público: o espaço para ampliação é a garagem, que pode ser o comércio ou pode ser um cômodo extra para a casa, mas de todo modo cria uma fachada que não é totalmente modificável.

Ao participar do mesmo concurso, porém no grupo 1 (casa com dois dormitórios após a expansão), ficou bastante evidente a preocupação da nossa equipe em manter o desenho da fachada, mesmo após a expansão. Para isso, foi criada uma segunda pele composta por elementos vazados, no corredor de acesso à unidade superior, conforme pode ser observado no projeto a seguir.

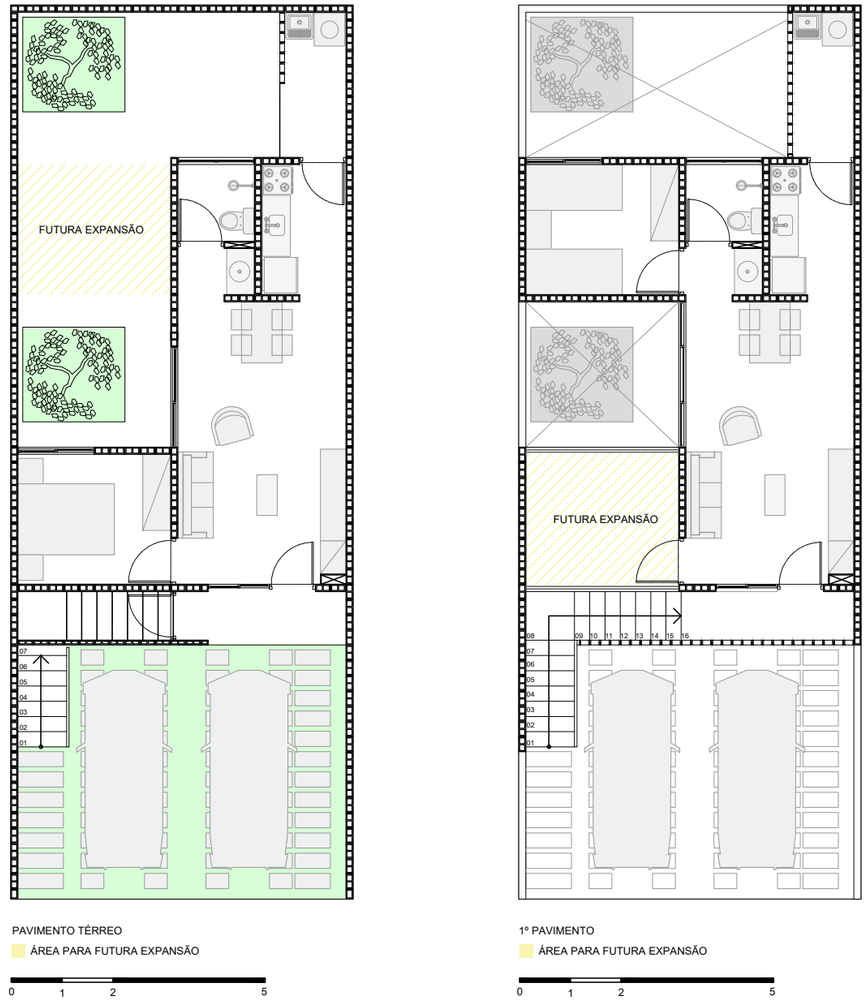


Figura 62: Projeto da equipe liderada pela arquiteta Fabricia Zulin para o concurso de projetos da CODHAB “Concurso de Arquitetura para Habitação de Interesse Social” ocorrido em 2017. O projeto teve segunda colocação, no grupo 1 (2 dormitórios com a expansão).

Figuras 63, 64 e 65: Projeto da equipe liderada pela arquiteta Fabricia Zulin para o concurso de projetos da CODHAB "Concurso de Arquitetura para Habitação de Interesse Social" ocorrido em 2017. O projeto teve segunda colocação, no grupo 1 (2 dormitórios com a expansão).

Ao observar o projeto do COPROMO do USINA CTAH, em Osasco, é nítido quanto os aspectos coletivos se sustentam ao longo do tempo:

Figura 66: Conjunto COPROMO em Osasco, um exemplo de projeto adequado ao uso, no qual, portanto, se conservam bem as áreas livres e envoltórias com o tempo.

Discutir e pactuar questões sobre o projeto é uma das tarefas que estão embutidas no trabalho da Assessoria Técnica. De todo modo, os casos demonstram que um projeto e os espaços públicos não são preservados somente pelas discussões e pactuações; afinal, alguns questionamentos surgem apenas com o uso dos espaços. De todo modo, é importante antecipar ao máximo todas as questões e verificar se o projeto atende minimamente a todas as necessidades essenciais.

Para entender um pouco sobre as conduções das conversas e tomadas de decisão, GERMANO (2021) conta que, em certa ocasião, houve a discussão sobre o bloco cerâmico aparente, sugerido pela Assessoria Técnica. Em um primeiro momento, todos ficaram inseguros, pensando como seria a manutenção, se não seria mais caro, entre outras incertezas. Um dos moradores se pronunciou na reunião e disse algo do tipo: “Gente, eles estão falando que depois será aplicado um verniz para impermeabilizar. E de tempos em tempos, como uma pintura, tem que aplicar novamente. É que nem a gente, com o tempo vai ficando velho, aí tem que passar um creminho; com a casa é a mesma coisa. Com pintura ou sem pintura, precisa de manutenção”. Por este exemplo é possível entender a importância na discussão de todos os aspectos e que cada projeto traz lições sobre organização da comunidade, gestão do espaço e como as conversas devem acontecer. Segundo TIJIWA (2021), ela apoiou muito os blocos cerâmicos aparentes, pois demonstravam a referência uruguaia e a crença nos ideais da autogestão, algo que para ela era muito importante, visto seu envolvimento com o UMM. Quando o grupo passa a entender e fazer parte desses ideais, as chances de atingir melhores resultados são maiores. Nesse sentido, é sempre importante ocorrer um trabalho de base e conscientização de todos; vontades e desejos não podem estar somente na equipe dos profissionais e nas lideranças, ou estar somente na vontade das pessoas que irão morar no local, pois os espaços públicos são de todos.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Alguns aspectos mais relevantes sobre o projeto e sua condução diferenciada:

- Introdução do modelo de mutirão verticalizado:

- Importância da verticalização tendo em vista a escassez de espaço e a necessidade de ampliar a gama de atendimento habitacional;
- Reforça ainda mais o ideal coletivo;
- O projeto coletivo verticalizado tem demonstrado maior sustentabilidade ao longo dos anos, ou seja, poucas modificações pelos moradores em comparação às soluções de casas individuais ou sobrepostas;
- Introduz o tema do maior impacto da responsabilidade técnica pela obra, dados os riscos de acidentes mais graves, em quedas de lajes, por exemplo;
- Gera um elemento novo nos mutirões: a escada coletiva. Nota-se que é um elemento que exige maior especialização técnica para sua construção; passam a ser discutidas soluções prontas, pré-fabricadas;

- No mutirão organizado é possível propor novas soluções e sistemas construtivos: blocos cerâmicos autoportantes, fundação do tipo “radier” e vedações aparentes, situações que dificilmente serão realizadas nas iniciativas por autoconstrução;
- Debate sobre a racionalidade do projeto e técnicas construtivas que sejam adequadas para uma mão de obra pouco especializada: escada pré-fabricada, estrutura sem necessidade de formas, blocos mais leves etc.;

- Debates sobre a sustentabilidade do projeto: nota-se que em tipologias habitacionais mais individualizadas será mais frequente a ocorrência de modificações e violações do espaço público;

- O desejo pela privacidade está acima da necessidade de iluminação e ventilação: isso pode ser percebido pelas janelas dos banheiros, das casas sobrepostas, mas também pelo fechamento de janelas que estão voltadas para a garagem do vizinho;

- Desafio da discussão dos programas de necessidades em projetos coletivos;

- O projeto deve procurar resolver todos os aspectos e anseios das pessoas para não haver comprometimento na qualidade do ambiente;

- Um bom projeto urbanístico e de tipologia habitacional terá papel importante na integridade dos espaços públicos: discutir e pactuar questões sobre o projeto é uma das tarefas que estão embutidas no trabalho da Assessoria Técnica;

- Proposta de uma linguagem única nos mutirões autogestionados, algo pouco usual nos projetos autoconstruídos, em que prevalecem os aspectos individuais;

- Falta reconhecimento dos espaços públicos como algo que pertence a todos, ocorrendo apropriações individuais;

- Todos os agentes envolvidos – assessoria, lideranças, poder público e principalmente os moradores – devem acreditar nos ideais, naquilo que estão construindo, devem estar envolvidos nos conceitos para que se preserve a qualidade da proposta ao longo dos anos;

- A importância de trabalhar a favor do avanço da consciência da população, enquanto cidadãos, enquanto agentes da sociedade.

4.4.5

A ORGANIZAÇÃO DO MUTIRÃO

No mutirão é muito importante a organização da divisão do trabalho, uma vez que se constroem unidades habitacionais para o grupo, e não sua própria casa. O processo se inicia com a implantação do canteiro de obras, dispondo de infraestrutura de apoio ao mutirão: almoxarifado, banheiro, cozinha e creche, dentro de uma dinâmica para estabelecer relações comunitárias, espaços para o convívio. A creche é muito importante, pois normalmente as mulheres são maioria, e muitas têm filhos e cuidam deles sozinhas.

Figura 67: Mulheres mutirantes do Cazuza, fase 1 (1989-1992).

Para organizar os trabalhos no canteiro de obras, a Assessoria Técnica dividia os mutirantes por tipo de atividade, por exemplo: grupo da carpintaria, ferragens, alvenaria, hidráulica, e assim por diante. Também eram definidos os coordenadores de grupo, que recebiam as demandas e ficavam encarregados de passar as tarefas para os mutirantes. A equipe técnica coordenava todos os grupos e tirava as dúvidas que iam surgindo ao longo da realização das atividades. GERMANO (2021) informa que os grupos de trabalho do mutirão formam a base da organização futura da gestão do conjunto habitacional. Ou seja, é uma forma de já antecipar o convívio entre as pessoas.

Com relação ao papel do coordenador, GERMANO (1995, apud RONCONI, 1995, p. 257) questiona a necessidade de existir o cuidado de não reproduzir o mesmo modelo que existe, por exemplo, em uma fábrica, onde o encarregado é “aquele cara durão, pouco amável”. O arquiteto reforça ser importante a igualdade entre os membros do mutirão, por mais que existam responsabilidades distintas.

Por ser o modelo autogestionário, a obra normalmente vira um formigueiro, com muitas pessoas trabalhando, principalmente nos grandes conjuntos. A Assessoria Técnica dividia as pessoas em três grupos, de modo que houvesse um revezamento nos fins de semana. Normalmente um terço folgava enquanto dois terços trabalhavam. Quando a obra estava atrasada, todos os grupos trabalhavam, ou também havia situações de dois grupos folgarem, por exemplo. Todas as regras do mutirão eram acordadas: hora de entrar, tolerância ao atraso, folgas etc. Ao acordar as regras com os mutirantes, depois tinham de seguir à risca para não enfraquecer o movimento. TIJIWA (2021) conta um pouco sobre o funcionamento do mutirão:

> Mutirão era assim: sábado e domingo, oito da manhã tinha que estar lá. Mulher no mutirão sofria muito mais do que os homens, afinal, a maioria não tinha marido, então não revezava. Também era comum o filho ficar doente, entre outras dificuldades. Certa vez uma mutirante chegou quinze minutos atrasada e o coordenador do almoxarifado não deixou trabalhar, afinal, as regras eram rígidas. E ela teve que voltar pra casa, e perder o dia. Deu para ver os olhos cheios de lágrimas. Mas, se deixasse uma vez, todo mundo iria começar a atrasar, tinha que ter disciplina. (TIJIWA, 2021)

Por mais que ocorressem trabalhos durante a semana, era nos fins de semana que o mutirão funcionava com maior intensidade. Então não era fácil, tanto para os mutirantes, quanto para as lideranças, como para a equipe profissional. Muitos já casados e com filhos, era um comprometimento que extrapolava o trabalho convencional. Ao ouvir algumas histórias, é possível perceber essas dificuldades.

Por outro lado, também são notáveis os momentos de alegria e envolvimento entre as pessoas. TIJIWA (2021) conta que os arquitetos construíram uma churrasqueira e um forno de pizza e que de vez em quando ocorriam confraternizações, com direito a muito forró. Esses momentos de atividades são importantes porque também antecipam o convívio que deverá ser mantido após a obra.

Em 24 de maio de 1992 foi inaugurada a primeira fase. A inauguração contou com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, do prefeito José Augusto e do Pe. Tição, que realizou uma missa no mutirão. Segundo TIJIWA (2021), tinha mais de 1.500 pessoas. Até hoje TIJIWA (2021) se lembra do silêncio que o povo fez quando Lula começou seu discurso.

Depois dos projetos-piloto do PROHAP-Comunidade, o financiamento em âmbito federal para mutirões somente irá aparecer novamente no governo Lula, mas dentro de uma fatia bastante pequena no programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. “O mutirão deu certo, e não foi pra frente. Falta de vontade política do governo federal na época, pois o nosso objetivo era que o governo tivesse recursos do Fundo de Garantia para esse tipo de modalidade autogestionária” (TIJIWA, 2021).

Figura 68: Mutirantes do Cazuza, fase 1 (1989-1992). À esquerda, Pérola, secretária do mutirão. Observando a realização do gabarito está o arquiteto João Marcos Lopes, da USINA CTAH.

Figura 69: Imagem aérea mostra fase 1 concluída e fase 2 em andamento.

4.4.6

O FINAL DA HISTÓRIA

Em 1992 se inicia a busca por recursos para a segunda fase, para a construção de 180 unidades habitacionais. Ao coletar informações sobre a segunda fase com TIJIWA (2021) e com GEMANO (2021), nota-se menor envolvimento e conhecimento das questões relacionadas ao financiamento e até mesmo no acompanhamento da obra nessa segunda fase. A inauguração da segunda fase ocorreu somente em 10 de abril de 1999 e contou com a presença do prefeito Gilson Menezes (1997–2000) e do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB).

Algumas informações foram obtidas com o atual presidente da Associação do Jardim Alba II, Gilton Andrade Tugina, e com João Salustiano, ambos integrantes da segunda fase. Segundo SALUSTIANO (2021), “o FUMAPIS mandou apenas 600.000 reais, enquanto o orçamento da obra era em torno de 1.200.000. Sendo assim, tinha a parcela nossa, ou seja, havia também o autofinanciamento”.

Para completar o montante, houve o apoio da Prefeitura, com recursos do FUMAPIS, conforme pode ser observado na Lei nº 1.351, de 21 de junho de 1994, que celebra convênio entre a ACCD e a Prefeitura:

> (...) objetivando o repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social, para financiamento da execução de obras de fundações, tipo “radier” de 58 (cinquenta e oito) unidades de casas sobrepostas, bem como suas instalações sanitárias, e de 09 (nove) unidades de muros de arrimo. (Lei nº 1.351, de 21 de junho de 1994)

	PREÇO UNITÁRIO	**TOTAL**
64 APARTAMENTOS	R$ 7.787,68	R$ 498.411,52
116 CASAS SOBREPOSTAS	R$ 6.833,18	R$ 792.648,88
SUB-TOTAL		**R$ 1.291.060,40**
FUNDAÇÃO DOS 4 PRÉDIOS *Estacas pré-moldadas e trav. dos blocos*		R$ 58.955,71
FUNDAÇÃO DAS CASAS SOBREPOSTAS *Radier, arrimo e instalações sanitárias*		R$ 48.235,43
VALOR TOTAL DA OBRA		**R$ 1.398.251,54**
CONTRAPARTIDA ASSOCIAÇÃO (50%)		**R$ 645.530,20**
FUMAPIS (PMD)		**R$ 752.721,34**

Tabela 1: Custos unidades habitacional 2ª fase do Conjunto Habitacional Cazuza.

A criação do FUMAPIS, instrumento municipal para subsidiar a produção de Habitação de Interesse Social, pode ser entendida dentro de um contexto nacional do período, no qual o movimento popular reivindicava um fundo específico para subsídios habitacionais.

Em nível nacional, a primeira formalização está no PL nº 2.710, de 19 de janeiro de 1992, e será finalmente constituída pela Lei nº 11.125, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse social) e cria o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), resultado da iniciativa popular no encaminhamento de uma proposta para o enfrentamento da problemática habitacional, o que não difere da proposta no município de Diadema.

> O Fundo Nacional de Moradia Popular foi o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, após a Constituição de 1988, encaminhado ao Congresso Nacional contendo uma proposta popular de enfrentamento à problemática habitacional. Mobilizou amplas parcelas da população, desencadeando um debate e negociação sobre os diversos interesses e alternativas referentes a uma política habitacional para o país com outros setores da sociedade, como os representantes de empresários da construção civil, as Companhias de Habitação – Cohabs, a Caixa Econômica Federal – CEF, também com os órgãos governamentais. (PAZ, 1996, p. 5)

JORNAL DA UNIÃO

dos Movimentos de Moradia — DEZEMBRO 1991 JANEIRO/92

Fundo de Moradia é o 1: Projeto de Lei de Iniciativa Popular

CONTINUA A COLETA DE ASSINATURAS

Saiba como conseguir e onde entregar as folhas do projeto
Disque Fundo

Paulinho/Rildo = 291-0492
Neto = 297-6790
Miguel = 36-2212
Fase = 549-3888

A VITÓRIA DEPENDE DE NOSSA MOBILIZAÇÃO

CPV 30 ABR 1992 Setor de Documentação

Figura 70: Manifestação em Brasília pelo Fundo Nacional de Moradia, em 1991.

Sobre Diadema, os recursos do FUMAPIS devem ser aplicados em consonância com as diretrizes da política de habitação do Município, podendo ser empregados na aquisição de áreas para programas habitacionais, na compra de material para construção ou reforma de moradia, em financiamentos de imóveis para moradia, na contratação de obras ou serviços para o desenvolvimento de programas habitacionais e em projetos de habitação popular de entidades comunitárias regularmente constituídas (FUMAPIS, 1990).

Sobre sua gestão, o conselho era administrado no período de sua criação pelo diretor do Departamento de Planejamento (atual secretário de Habitação), pelo chefe da Divisão de Planejamento Habitacional (e hoje pelo diretor do Departamento de Planejamento de Trabalho Social), entre outros membros da Prefeitura, como também um representante da Câmara Municipal. Além disso, é importante mencionar que desde o início são eleitos cinco titulares mais cinco suplentes como representantes da população de Diadema pelos moradores de Núcleos Habitacionais ou Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social e dos sem-teto que comprovem a condição de associado à entidade legalmente constituída. É uma forma de a população de baixa renda participar das decisões relacionadas à habitação social[15].

Sobre o repasse da verba do FUMAPIS para o Cazuza, a diretoria da ACCD tinha de prestar contas e apresentar medições da obra realizada, sendo que a Assessoria Técnica ajudava nessa questão.

Para o pagamento da contrapartida da Associação, foram definidas parcelas conforme renda de cada família.. Segundo SALUSTIANO (2021), o pagamento das prestações pelos mutirantes ocorria do seguinte modo:

> (...) quem tinha salário menor pagava uma prestação de R$ 100,00. Quem ganhava um salário mediano pagava R$ 150,00. Quem ganhava mais chegava a pagar até R$ 250,00 por mês. Em dois anos e meio eu terminei de pagar. (SALUSTIANO, 2021)

Essas prestações voltariam para o Fundo Municipal a fim de apoiar outros projetos habitacionais do município, conforme deliberações do conselho.

Da equipe da USINA CTAH, quem ficava mais na obra durante a segunda fase eram o arquiteto Fernando Nociti e a arquiteta Joana da Silva Barros (iniciou como estagiária em novembro de 1993). Acabou o contrato com a Assessoria Técnica no final de 1994, e não houve disponibilidade para renovação. Na época a USINA CTAH tinha várias obras em andamento: COPROMO, União da Juta, Juta Nova Esperança, Talara, e finalizava o projeto de urbanização da favela Vila Popular, em Diadema. Com isso, foi contratada a TETO Assessoria a Movimentos Populares (TETO) e depois, já nos últimos meses, duas arquitetas autônomas para finalizar a obra com os mutirantes em 1999.

Portanto, o trabalho não pôde ser finalizado pela USINA CTAH. A segunda etapa previa um contrato com a Assessoria Técnica durante o período de 24 meses. Porém, começou a ter muito atraso na obra, o mutirão perdeu o fôlego em todos os sentidos: financeiro e de energia para o trabalho.

[15] Obviamente que, dentro de uma proposta legítima de participação popular, há também o outro lado da disputa política. Tive a oportunidade de colaborar em uma das eleições (em 2011) e pude sentir a disputa entre os líderes dos núcleos habitacionais, que organizavam ônibus e mais ônibus para levar os moradores para votar. Foi a eleição mais movimentada da qual tive a oportunidade de participar.

Segundo SALUSTIANO (2021), em determinado momento da obra, sentiram que estava indo bem, então “começaram a abrir grupo”, que significa promover descanso dos grupos, enquanto o melhor seria manter o ritmo do início. Mas ao final, mesmo com as dificuldades naturais de uma experiência pioneira, conseguiram finalizar o projeto e vivem muito bem no bairro que foi construído pelos próprios moradores.

A experiência da implantação do Cazuza foi a alavanca para desencadear o início da organização dos movimentos de luta por moradia em Diadema, tanto para a constituição de associações quanto para a condução de projetos por autogestão, permitindo liberdade para contratação, por exemplo, de Assessoria Técnica para condução dos projetos habitacionais. No início dos anos 1990, houve em Diadema um momento de organização das comissões por meio da constituição de associações, sendo a ACCD o caso pioneiro. Também vale ressaltar que durante a gestão de José Augusto (1989–1992) foi fomentada a formação de novas associações regionais:

> Nesse período, também foi fomentada a formação de novas associações regionais, sendo que, além da regional Norte, que já existia e abrangia, principalmente, lideranças dos núcleos habitacionais dos bairros Taboão e Campanário, formaram-se as Associações Norte II, que representava lideranças do Canhema; a Leste, representante dos bairros de Piraporinha, Nogueira e Casa Grande; a Regional Sul, que representava os núcleos dos bairros Eldorado e Inamar; e, por último, a Regional Oeste, que representava o Centro, Conceição e Serraria. (CIRERA, 2008, p. 85)

4.5

AUTOCONSTRUÇÃO

O processo de urbanização de favelas se intensificou, e as pessoas iam autoconstruindo suas casas. Estes fatos foram gerando um problema pela capacidade efetiva da Prefeitura de realizar Assistência Técnica Habitacional, que era bem pequena. O apoio à autoconstrução no período se deu pela continuidade do Serviço de Apoio à Autoconstrução (SAAC), que passou a englobar também o atendimento aos autoconstrutores das favelas, como suporte adicional ao programa de urbanização. Assim, é possível entender nesse período a ATHIS como complemento, e não como programa autônomo e mais abrangente, conforme vimos no período anterior.

Também no sentido de colaborar com os autoconstrutores dos núcleos habitacionais, em 1990 foi criada a Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema (ACCMCD), que tinha como ideia principal fazer compras de materiais em larga escala, para com isso baratear o custo e facilitar a forma de pagamento para os autoconstrutores da cidade.

Pelo organograma do período de 1989–1992, é possível entender que tanto a ACCMCD quanto o SAAC estavam diretamente ligados à divisão de Planejamento Habitacional, e, assim, o SAAC também dava apoio aos moradores atendidos pela ACCMCD. Dessa forma, o SAAC, que antes era autônomo e destinado aos lotes formais, passou a dar suporte para diferentes frentes na divisão de Planejamento Habitacional, passando a atuar nos territórios informais em processo de urbanização. Na sequência será analisado como funcionaram essas duas frentes – SAAC e ACCMCD.

4.5.1

SERVIÇO DE APOIO À AUTOCONSTRUÇÃO (SAAC)

Figura 71: Nome do programa da forma como aparece na capa de documentos.

Nesse período, continuou existindo o Serviço de Apoio à Autoconstrução (SAAC), porém, segundo Nailson Elias (2021), estagiário de engenharia da época, mais voltado ao apoio nas urbanizações de favelas. Enquanto a equipe de urbanização cuidava da definição dos novos arruamentos e organização das demandas, o SAAC fazia o atendimento habitacional, contemplando a realização de projetos e acompanhamento das obras.

O trabalho era realizado por uma equipe bastante enxuta, composta por dois estagiários (um de arquitetura e outro de engenharia) e um técnico de edificações, supervisionados pela diretora da Divisão de Planejamento Habitacional, portanto, sem capacidade de atendimento vultoso. Funcionava como um apoio para atendimentos mais pontuais, indicados para famílias mais vulneráveis, ou àquelas que procuravam o serviço, pois entendiam sua importância e tinham condições para autoconstruir (capacidade financeira para compra de material e contratação de mão de obra). Também eram comuns as solicitações pelos serviços em lotes com formatos mais difíceis, que fugiam da regra da maioria dos lotes regulares. Ou seja, a equipe estava à disposição para atender demandas que surgiam no dia a dia do processo de urbanização, não havendo um procedimento muito rigoroso em relação aos critérios de atendimento.

A equipe acabou tendo uma atuação mais intensa em algumas áreas (por exemplo, Núcleo Sant’Ana e Rua Itália) e em outras com menor intensidade. Ao ingressar no território informal, é possível verificar que procedimentos formais, como as Anotações de Responsabilidade Técnica ou vistorias obrigatórias definidas nos procedimentos de aprovações dos projetos pela Prefeitura, acabaram se perdendo. Então, à medida que não possui rigor nos procedimentos formais, o trabalho profissional também se esmorece, sendo possível verificar que o atendimento se torna mais superficial e menos abrangente; ao mesmo tempo, representava uma valiosa contribuição para os autoconstrutores de favelas, que raramente contavam com o apoio de um profissional na elaboração do projeto e no acompanhamento de sua obra.

É importante entender que existem peculiaridades em atuar nessa esfera informal. Há pesquisas que analisam e procuram soluções para as moradias autoconstruídas, dentro de uma modalidade de atuação relativamente recente, que foca nos projetos de reformas de moradias que apresentam precariedades decorrentes da ausência de auxílio técnico durante sua execução.

Um trabalho relevante, que mostra a realidade de Diadema, seria “Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas” (COELHO, 2017). O trabalho expõe algumas possibilidades para promover programas de melhorias habitacionais em favelas, ou seja, como enfrentar reformas e as questões configuradas pela ausência de Assistência Técnica Habitacional durante a construção. No trabalho é possível entender as consequências da ausência de ATHIS nas moradias autoconstruídas em favelas, entre elas a insalubridade e a precariedade habitacional.

Aqui, diferentemente, estamos entendendo a situação desde sua origem, ou seja, a construção de programas para apoiar, principalmente, aqueles que estão na fase de substituição dos barracos de madeira por construções de alvenaria. No caso do PROCAP e do PROHAB, tratava-se da Assistência Técnica Habitacional no território formal.

Qual seria o diferencial de atuação nessa esfera informal em comparação ao território formal?

Podemos começar pelas diferenças relacionadas à inserção urbana ou ao próprio projeto urbanístico: lotes menores, viários mais estreitos, topografias ainda mais acidentadas, solos precários (fundo de várzea, aterros malfeitos etc.), carência de áreas livres, carência de áreas verdes e falta de regras oficiais para uso e ocupação dos lotes. Poderíamos ir além e falar sobre macroquestões relacionadas ao território, como a dificuldade na mobilidade ou a carência de equipamentos públicos, que também impactam na vida das pessoas que moram nessas áreas.

Por melhor que seja o arquiteto projetista das habitações, essas características urbanas inevitavelmente irão gerar algumas situações que dificilmente serão bem resolvidas pelo projeto arquitetônico: ausência de espaços livres entre as casas, redução das áreas de ventilação e iluminação, inexistência de afastamentos em relação ao sistema viário, cômodos pequenos, escadas mais estreitas, consequentemente alturas menores dos pavimentos, entre outras características. Outras situações, decorrentes do espaço exíguo e denso, dificilmente serão evitadas pelo projeto; por exemplo, evitar a disseminação de um incêndio, a propagação de doenças contagiosas, a dificuldade de acesso para coleta de lixo e entrada de ambulâncias.

Essas condições tornarão ainda mais difícil a boa relação dos espaços privados com os públicos, sendo a privacidade uma característica bastante desejada por moradores de assentamentos informais. O problema é que muitas vezes as pessoas priorizam a privacidade e prejudicam, por exemplo, a iluminação natural. É comum perceber que as poucas janelas das casas se encontram fechadas para não haver contato visual com o vizinho, sendo que muitas vezes a janela é a única entrada de luz e ventilação da moradia.

Como lidar com essas questões? Como atuar nesse cenário?

MARICATO (1982) descreve as questões que permeiam a autoconstrução e sobre a “arquitetura possível”; afinal, em vários aspectos não permite grandes “voos criadores” na técnica adotada e em várias outras questões como as que estão aqui citadas. Soma-se a isso a persistência de técnicas usuais que proporcionam maior confiança ao autoconstrutor.

O sistema construtivo é pouco variado; normalmente estrutura de concreto armado, vedações de alvenaria e lajes treliçadas pré-fabricadas. Os depósitos de materiais de construção garantem o fornecimento de material para os autoconstrutores, inclusive “chegando a fornecer elementos pré-montados, como ferragens para fundação, pilares e vigas e até mesmo disponibilizando assessoria informal quanto às técnicas construtivas”.

> Contando com os materiais tradicionais, nenhuma máquina, poucas ferramentas, nenhuma especialização, as técnicas também são determinadas. É aquela que inspira confiança. É aquela que é tradicional e foi exaustivamente testada e que não põe em risco os parcos recursos destinados à construção da casa. (MARICATO, 1982, p. 89)

Além das questões decorrentes do projeto de parcelamento urbano, existem demandas específicas de moradores dessas áreas, como, por exemplo: a subdivisão do lote, que já é pequeno, para acomodar mais de uma unidade habitacional, que pode ser uma unidade para locação (fonte de renda) ou até mesmo para acomodar a família de um filho ou parente. Ou a subdivisão do lote para inserir uma unidade comercial, entre outras variáveis. Este tema não é novo: MARICATO (1982) descreve essas situações de casas evolutivas, que se tornam multifamiliares.

> É justamente a população cujas faixas de renda são de zero a cinco salários mínimos que apela para o processo de autoconstrução para a obtenção da casa própria, percorrendo um caminho de muitos anos que vai do cômodo inicial situado de forma a permitir o seguimento dos próximos, até o preenchimento quase total do pequeno lote, quando é frequente ter mais de um domicílio no lote, seja de parentes (filhos que se casaram, parentes recém-chegados do campo) ou de cômodos de aluguel. (MARICATO, 1982, p. 85-86)

Essa ocupação multifamiliar vai desencadear a verticalização, que irá demandar a necessidade de projetar uma estrutura mais reforçada. Com a verticalização, surgem também maiores riscos durante a obra, por exemplo, de queda de laje, entre outras situações. Se no caso do mutirão autogestionado a responsabilidade profissional já é grande dentro da temática da verticalização, na autoconstrução as condições de trabalho são ainda mais precárias.

Ficam as questões: como emitir uma Anotação de Responsabilidade Técnica para uma obra frágil nos aspectos de segurança? Ao mesmo tempo, a Assistência Técnica não seria justamente para, entre outras questões, dar orientações sobre segurança? Assim, o técnico fica “entre a cruz e a espada”. Por este panorama é possível entender que o projeto passa por algumas limitações e as questões técnicas se afastam das normas oficiais; consequentemente, haverá uma atuação frágil que precisa ser mais bem regulamentada. Afinal, é importante uma atuação consistente para essa realidade.

As questões não param por aí, pois também é importante entender que o processo é bastante peculiar. Raramente a casa é construída de uma só vez, então o aspecto inacabado das moradias é algo frequente que não apenas traz incômodos estéticos, como acarreta patologias na construção: a laje normalmente fica exposta às intempéries, sem impermeabilização. As paredes ficam sem revestimentos, causando problemas de infiltrações, e, no caso de áreas molhadas, como banheiros e cozinhas, carecem de condições mínimas de higiene.

No projeto não são previstas essas questões, mas no trabalho de Assistência Técnica em favelas é importante dar orientações a respeito desses temas, do tipo: se a laje não será impermeabilizada, pode ser construído um telhado provisório, que depois será remontado na cobertura. No caso da cozinha ou do banheiro, é preciso enfatizar a importância de revestir ao menos as áreas mais úmidas: no box e na área da pia. Também, em vista da ausência de elementos de proteção, como um guarda-corpo, é comum que ocorram acidentes de queda de lajes ou em vãos para escadas.

O profissional que realiza o trabalho de Assistência Técnica para essa realidade deverá entender tais questões como inerentes ao trabalho de orientação técnica, que não ficará limitado a um projeto com começo, meio e fim, como normalmente ele está preparado para atuar. Assim, conforme MARICATO (1996), a autoconstrução é uma “arquitetura possível”, distante do desejável, mas, por meio do auxílio profissional, muitas questões podem ser mais bem solucionadas.

Diferentemente do processo de mutirão verificado no Cazuza, a autoconstrução normalmente ocorre com a contratação de pedreiros, mas normalmente conta também com a ajuda de familiares, dentro de um processo de ampliação por partes, conforme a disponibilidade financeira e de tempo. Ou seja, o “processo de autoconstrução exige que o morador organize sua vida e de sua família em função da construção da moradia” (COELHO, 2012, p. 56). A construção da casa não existe sem a redução das despesas e/ou o aumento da jornada de trabalho.

A atuação da equipe do SAAC enfrentava todos esses tipos de situações, bastante diversificadas. Observa-se que essas questões são mantidas até hoje na autoconstrução.

O trabalho do SAAC tinha como premissa resguardar o mínimo de ventilação e insolação, garantindo os vazios de aproximadamente 3 metros quadrados (quadrado de 1,70 x 1,70 m ou retângulo de 2,40 x 1,20 m). Na implantação das casas, indicavam o espelhamento dos vazios para sua ampliação. Também havia uma reserva de área na parte frontal, no térreo, para a caixa de inspeção e os cavaletes de medição e entrada de energia. Dependendo da largura da viela, era previsto um pequeno vazio frontal em todos os pavimentos.

Não era comum nos atendimentos considerar mais de uma casa por lote. A verticalização foi permitida pela Prefeitura dentro do limite de dois pavimentos e a cobertura de 50% do terceiro pavimento, com telhado (sem laje). No Núcleo Itália, que passou pelo processo de ATHIS nos anos 1990, é possível notar que essas regras são razoavelmente preservadas:

> Ter um técnico pago pela Prefeitura acompanhando o morador dá maior segurança naquilo que irão investir. Para assegurar que está comprando o material correto, que está fazendo a coisa segura. Tendo um arquiteto ou engenheiro dando suporte, eles ficam mais tranquilos. Inicialmente, eles querem utilizar o lote ao máximo possível. Então uma das tarefas é mostrar para eles: aqui você vai ter mais saúde, aqui você não vai ter um quarto úmido, sua criança não vai ficar doente, então tem que argumentar e explicar os prós e contras. Normalmente, aquilo que ele acha que está perdendo ele está ganhando com saúde, conforto, e depois acabam entendendo isso. Normalmente entendem quando seguem a orientação e veem o resultado. (ELIAS, 2021)

ELIAS (2021) explica que esse tipo de atuação demandava o trabalho de acompanhamento técnico nos fins de semana, pois o pedreiro contratado fazia um “bico” nesses dias trabalhando na própria região de sua residência. Some-se isso a questão de a própria família realizar parte dos trabalhos, com a ajuda de parentes e amigos, utilizando as horas livres para tais atividades. Ao chegar à obra, o lote já estava demarcado e acompanhado pela equipe de urbanização.

Figuras 72 e 73: Acima, foto atual do Núcleo Habitacional Sant’Ana, 2021. Abaixo, Núcleo Habitacional Itália (anos 1990). Ambos contaram com o SAAC.

Era importante a equipe do SAAC ir ao local para verificar se o terreno tinha aclive ou declive, como ficaria o nível em relação à rua e a própria locação da casa em si. Normalmente não havia o projeto estrutural; as orientações ocorriam de modo mais simplificado: profundidade das brocas, orientações sobre a concretagem, e assim por diante. Mas sempre dentro da “fórmula da autoconstrução”.

O serviço do SAAC funcionou até 1996. De todo modo, a partir de 1993 já se esvaziou. Trabalhar com ATHIS em áreas de urbanização era muito mais complicado, exigia mais conversas e horário diferenciado de trabalho. A equipe do SAAC durante a gestão de 1993–1996 tinha mais aptidão com os lotes particulares, mas, ao final, como não era prioridade dentro das ações do governo, também se perdeu. “Só funciona quando o profissional acredita, chega a ser militância em alguns casos, extrapola o horário comercial. Tem que ter um propósito maior”. ELIAS (2021)

Algumas questões principais:

Sobre o SAAC passar a atender áreas de urbanização:

- Notou-se um enfraquecimento dos procedimentos legais, devido à própria situação irregular da área;
- Atendimento mais superficial e menos abrangente;
- Representou uma valiosa contribuição para aqueles que puderam desfrutar do benefício; afinal, a Assistência Técnica em favelas antes normalmente ocorria como uma orientação mais geral.

Peculiaridades do apoio à autoconstrução em territórios informais:

- **Situações urbanísticas são diferentes, menos generosas:** lotes menores, sistema viário mais estreito, topografias mais difíceis, seja pela condição acidentada ou pela situação de fundo de vale, solo mais precário, carência de áreas livres e áreas verdes e ausência de regras oficiais para uso e ocupação dos lotes.

- **Consequências das condições urbanísticas no projeto da edificação:** ausência de espaços livres entre as casas, redução das áreas de iluminação e ventilação, inexistência de afastamento frontal, cômodos pequenos, escadas mais estreitas, alturas menores dos pavimentos, facilidade de propagação de incêndios, disseminação de doenças e prejuízos à privacidade.

- **Características especiais da autoconstrução:** normalmente ocorre também nos fins de semana; persistência das técnicas usuais, a tal “fórmula da autoconstrução”; os depósitos locais são os grandes parceiros que, além de fornecer materiais de construção, vendem peças estruturais prontas; a obra é realizada por pedreiro, sem regulamentação e com a gestão da própria família.

- **Demandas especiais:** solicitação de subdivisão do lote, uso misto, casas são construídas por fase, solicitação de verticalização, o que demandará um projeto estrutural compatível e maior atenção nos riscos de quedas durante a obra.

Conclusão:

As condições da autoconstrução se afastam das normas oficiais; a atuação profissional se configura numa condição de fragilidade, precisa ser mais bem regulamentada, inclusive para expandir para a atuação dos profissionais autônomos.

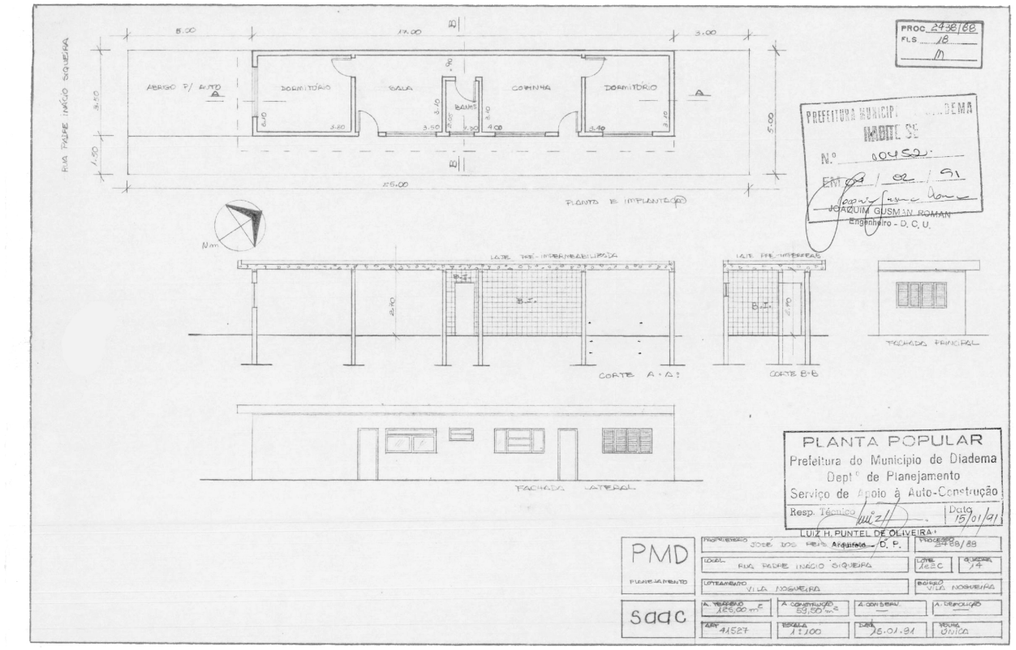


Figura 74: Projeto realizado pelo SAAC em área regular da cidade, 1995.

Figura 75: Projeto realizado pelo SAAC em núcleo habitacional.

4.5.2

ASSOCIAÇÃO DE COMPRAS COMUNITÁRIAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE DIADEMA (ACCMCD)

Em 1991, a intensificação do processo de urbanização das favelas e a autoconstrução desencadearam a criação de uma Cooperativa de Materiais de Construção. Muitas áreas em processo de urbanização tinham grande parte das famílias autoconstruindo suas casas, e a Prefeitura enxergou a necessidade de dar suporte para esses casos, que aqui serão denominados como “grupos favelas”. Também tinham aqueles que possuíam lote particular, regular, e estavam autoconstruindo suas moradias, “grupos de autoconstrução (bairro)”. Por fim, havia organizações comunitárias realizando mutirões, como o Cazuza, e este seria o grupo “associações comunitárias (mutirões)”.

Nas reuniões que antecederam sua fundação foram identificados nomes de lideranças de diferentes núcleos habitacionais, inclusive alguns já citados aqui: o Núcleo 18 de Agosto, o Vera Lúcia e da própria Associação de Construção Comunitária de Diadema, que realizava o mutirão do Cazuza. Também citam outras áreas: Núcleo 15 de Julho, Nações, Maria Tereza, ABC I e Jardim Rey.

O objetivo era repassar material a custo mais acessível e com boa qualidade para que as famílias autoconstruíssem suas casas. A fim de possibilitar a realização de convênio e o apoio da Prefeitura, em 1990, a cooperativa acabou se transformando em uma associação: ACCMCD – Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema.

> No período começa a fortalecer as relações com as associações, que vão se colocando no jogo da política habitacional. A proposta do governo era ampliar o leque do atendimento dos programas, e foi assim que surgiu a ideia de fazer uma compra comunitária de material de construção. A ideia era dar autonomia para o movimento, ao mesmo tempo ser parceira. (LOBO JÚNIOR, 2021)

No acervo da Secretaria de Habitação de Diadema foi encontrado o documento de concepção e formatação desse projeto, indicando objetivos, organização dos agentes, definição dos serviços e sua administração como um todo.

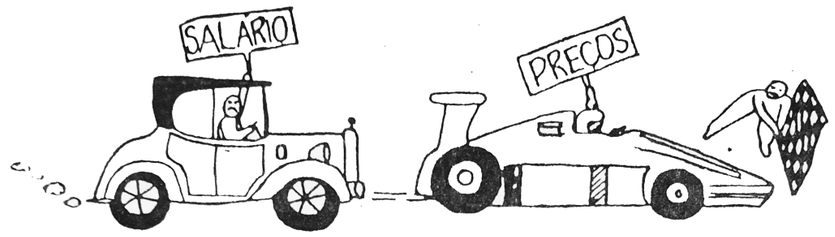
Tratava-se de uma Entidade Civil, sem fins lucrativos, com objetivo principal de organizar diferentes grupos de moradores de baixa renda da cidade para aquisição de materiais para construção de moradias populares e equipamentos sociais, assim como viabilizar os serviços comunitários e fabricar alguns componentes da construção civil.

A compra coletiva propiciava seu barateamento e consequentemente aumentava o poder aquisitivo da comunidade, barateando o custo da construção de suas moradias. Ao mesmo tempo, esse esforço coletivo estimulava a união dos moradores de baixa renda e gerava um movimento organizado.

A ACCMCD era composta por diversos grupos, que, por sua vez, elegiam uma diretoria que tinha o papel de representar a entidade, além de organizar os participantes e coordenar as equipes de trabalho. Dessa composição faziam parte as demandas das favelas, autoconstrução (bairro) e mutirões (associações comunitárias).

Vamos construir melhor e mais barato?

OS PREÇOS DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ESTÃO PELA HORA DA MORTE!



É, CONSTRUIR TÁ DIFÍCIL, NÉ?

MAS, EXISTE UMA SAÍDA PARA ISSO: NOSSA UNIÃO

Por isso, várias Associações de Moradores, Comissões de Favelas e outros grupos estão discutindo a formação de uma ASSOCIAÇÃO DE COMPRA COMUNITÁRIA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO. Essa Associação teria como principais objetivos:
- comprar materiais de construção em grandes quantidades ou diretamente no produtor, barateando os preços;
- discutir formas de construir as casas com economia e qualidade;
- lutar pela abertura de financiamento para compra de terras e materiais de construção, por assistência técnica e outras lutas;

COMO VAI FUNCIONAR ESSA ASSOCIAÇÃO? COMO PARTICIPAR?

A Associação pode ser composta, por exemplo, por várias outras associações de moradores, comissões de favelas, grupos de bairro, que reúnam as pessoas que queiram construir sua casa, sua creche, seu centro comunitário, etc.
Mas, para a gente chegar a um melhor modo de organizar essa Associação e conseguir construir melhor e mais barato, precisamos discutir com todos os interessados. Por isso, faremos reuniões em diversos locais, para discutir a formação dessa Associação.

NÃO FIQUE DE FORA! SÓ COM A PARTICIPAÇÃO E UNIÃO DE TODOS, INCLUSIVE VOCÊ, TEREMOS SUCESSO!

A COORDENAÇÃO PROVISÓRIA

DATA: _____

HORA: _____

LOCAL: _____

_____

APOIO: PREFEITURA DOS TRABALHADORES - DEPTº PLANEJAMENTO

Figura 76: Folheto para divulgação da ACCMCD.

O grupo denominado “autoconstrução” era composto pela demanda pulverizada na cidade, que normalmente era atendida pelo PROHAB e depois pelo SAAC.

Para esses casos pulverizados, a ACCMCD propunha que as famílias se associassem e se organizassem por bairro, quadra ou região, formando assim um pequeno grupo para compra coletiva de materiais de construção, viabilizando preços e transporte, incentivando também a participação no “movimento de habitação” organizado.

Nas diversas áreas participantes, com exceção dos grupos de autoconstrução, as famílias formavam um “grupo coordenador” que se encarregava de organizar as encomendas, efetuar cobranças e pagamentos junto à equipe de trabalho da ACCMCD. No caso dos mutirões, por exemplo, do Cazuza, esse grupo era a própria “Comissão de Compra de Material”. O organograma a seguir demonstra quais grupos estavam habilitados a participar e utilizar os benefícios da ACCMCD.

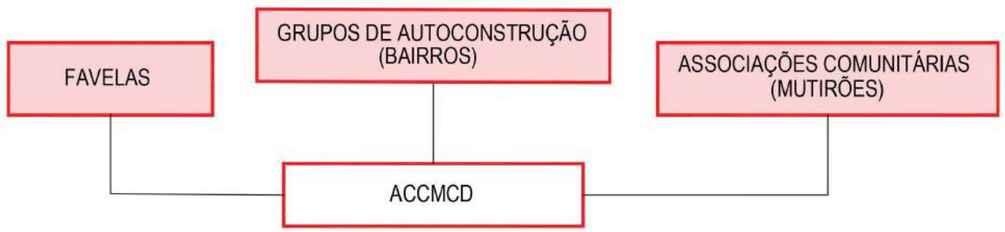


Figura 77: Organograma da ACCMCD.

Além da tarefa de organizar os grupos participantes, a ACCMCD tinha a função de realizar os seguintes serviços:

- **Organização dos pedidos de compra:** elaboração de pré-orçamentos, quantitativos e previsões de entrega. Organizar os pedidos de compra de material, reunindo-os por item, e organizar junto aos grupos coordenadores as compras coletivas.

- **Compra, venda e distribuição de materiais de construção:** esse serviço implicava pesquisa de preços de materiais de construção no mercado via cadastro de fornecedores e consultas, compra dos materiais, definições de prazos e formas de pagamento e distribuição.

- **Pesquisa e Ensaios de Componentes:** consistia em pesquisa e ensaios tecnológicos para fabricação de componentes como: lajes, blocos, painéis de escada, piso etc. Elaboração de estudos sobre produção e viabilidade financeira.

- **Produção dos Componentes:** produção e comercialização de componentes pré-fabricados.

- **Divulgação de conhecimentos técnicos construtivos, de soluções alternativas e de formas de racionalização da construção.**

Também era função da diretoria organizar os grupos participantes, acompanhar as reuniões de trabalho, promover assembleias, prestar esclarecimentos sobre as formas de participação e incentivar a inserção da população nos movimentos de moradia.

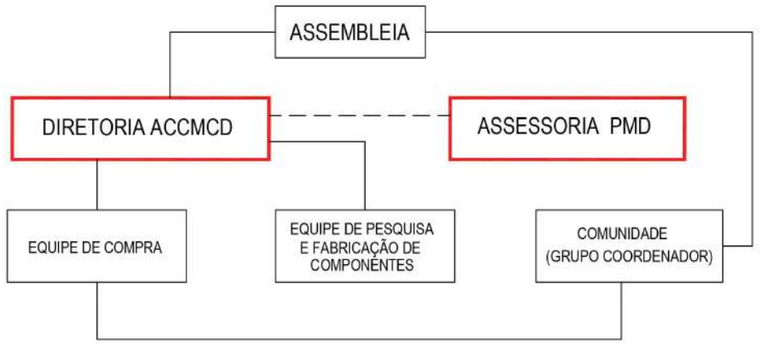


Figura 78: Organograma da ACCMCD.

Na concepção do programa, a equipe de compras seria formada por um auxiliar de escritório (comprador), um motorista de caminhão e um ajudante. Essa equipe seria responsável por:

- Pesquisa de preços: pesquisa de mercado via consulta e via cadastro de fornecedores para verificar onde efetuar compras e obter preços mais baixos.
- Compra de materiais: organizar as encomendas de modo a somá-las para efetuar compras conjuntas, negociação de preços, formas de pagamento e entregas.
- Transporte: organizar o transporte dos materiais do fabricante até o local onde os grupos pretendessem construir ou até a sede da ACCMCD, onde é depositado.

A complexidade dessas compras dependia do tipo de organização dos grupos:

- **Associações comunitárias/mutirões:** a equipe de compras normalmente já recebia uma encomenda grande fechada, havendo auxílio apenas na compra e no transporte. Se o grupo possuía financiamento, outra facilidade é que todos do grupo iriam dispor dos mesmos recursos.

- **Favelas (remoção ou urbanização):** existência de um grupo coordenador da área que organizava os pedidos de compra para a ACCMCD. Porém, como se tratava de autoconstrução, na maior parte das vezes com recursos próprios, essas encomendas eram sortidas e desiguais. Assim, a equipe recebia os pedidos e efetuava a compra junto à de outras áreas.

- **Autoconstrução:** segue como no caso das favelas. A equipe organizava os pedidos incorporando-os a outros.

Por meio do convênio, a Prefeitura concedeu o uso de um terreno e galpão, além do empréstimo de funcionários. Para isso, foi decretada como de Interesse Social uma área de aproximadamente 3.000 metros quadrados para uso da entidade.

Foi incorporado o SAAC também aos grupos de autoconstrução da ACCMCD. Já o Serviço de Urbanização de Favelas da Prefeitura igualmente foi incorporado com a atuação da entidade nas áreas de favela.

O início da implantação do projeto se deu com a oportunidade do Cazuza, que permitiu a abertura de portas no mercado, com fornecedores para obtenção de preços mais baixos. Diante desses pedidos, somaram-se outros menores e mais dispersos, viabilizando o custo de material para as primeiras famílias (favela ou autoconstrução).

Os materiais de construção fornecidos pela ACCMCD tinham custo menor porque se comprava em grande quantidade direto do fabricante e/ou fornecedor e porque se fabricavam alguns componentes. Conforme pesquisa realizada junto a depósitos, fornecedores e fabricantes, a ACCMCD conseguiu chegar a um custo aproximadamente 25% menor que os de mercado. Isso incluindo as despesas de transporte e manutenção da estrutura da ACCMCD (taxa de serviços).

Conforme pesquisa realizada, com a fabricação de componentes (2º pacote) como lajes, pisos, painéis de escada, blocos etc. era possível chegar a custos aproximadamente 31% menores que os de mercado.

Antonio Pereira Neto[16], mais conhecido como Toninho, foi eleito presidente da ACCMCD. Quando aceitou o cargo, ficou uma semana em Montevidéu, em um congresso sobre as cooperativas do Uruguai, para ter algumas referências de seu funcionamento.

Infelizmente a Prefeitura não conseguiu organizar as famílias na escala desejada. Houve dificuldades em concentrar os atendimentos, ficando muitas vezes inviável a compra de materiais mais baratos. Por fim a Prefeitura acabou fazendo empréstimos à associação para conseguir comprar os materiais em grande escala e manter os custos planejados. No entanto, muitas vezes a ACCMCD não conseguia ter o depósito das pessoas (PEREIRA NETO, 2020).

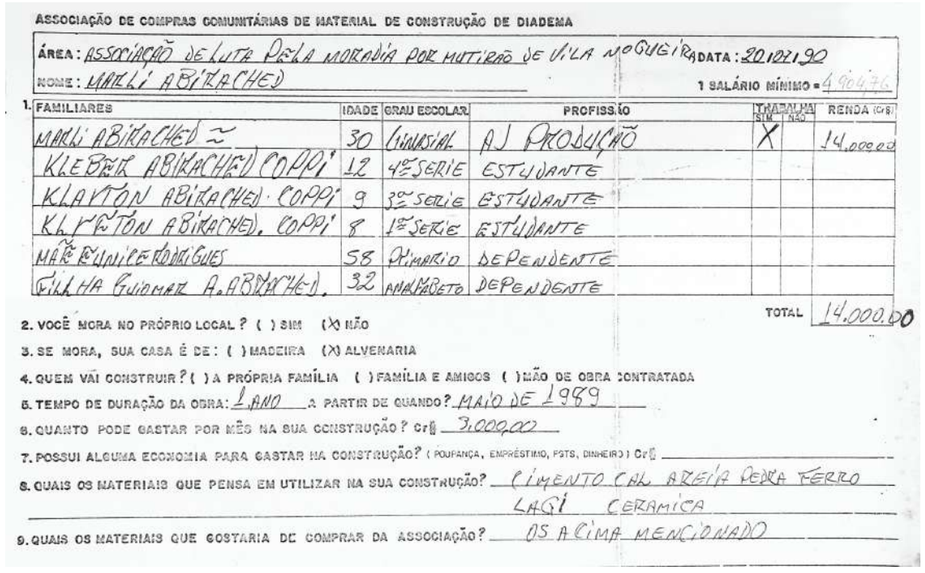
Uma conquista importante foi conseguir fabricar blocos de concreto no próprio local. Outros materiais eram comprados de diferentes fornecedores: cimento, pedras, areia, telhas de fibrocimento, ferro (principais bitolas), pontaletes, tábuas, sarrafos, cal, entre outros materiais. Segundo opinião de PEREIRA NETO (2020), não deu certo, pois faltou apoio às políticas solidárias, algo que é bastante forte no Uruguai.

Nailson Elias foi estagiário do SAAC até 1991 e depois foi trabalhar no CAAP, entidade coordenada por Leonardo Pessina.O Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP) prestou um trabalho de Assessoria Técnica para a associação no sentido de fazer um planejamento de estudo de compras de materiais. “Fizemos a projeção do empréstimo em determinado tempo e qual seria o retorno do empréstimo de material aos moradores. Para que com esse capital de giro fosse possível comprar outros materiais” (ELIAS, 2021). Foi com base nesse estudo que houve o aporte da Prefeitura. Rosana Denaldi, diretora do Departamento de Planejamento, foi citada por vários agentes como fundamental nesse processo (PEREIRA NETO, 2021; LOBO JÚNIOR, 2021; ELIAS, 2021). Até 1992 ela esteve à frente do processo pela Prefeitura. Ao término da gestão, essa ideia foi se enfraquecendo, mas não por falta de incentivo da Prefeitura, e sim pelas dificuldades de concentrar e organizar demandas.

[16] Antonio Pereira Neto: maranhense, desde os 15 anos trabalha no ramo da construção civil, incluindo obras de infraestrutura. Chega a São Paulo em 1974 e alguns anos depois vai começar a militância pelo Sindicato da Construção Civil e Imobiliárias de São Bernardo e Diadema.

Tinha uma analogia, pois já existia uma cooperativa para compras de alimentos da Prefeitura. Isso era mais fácil. O espírito da coisa era esse: dar um gás para as associações. Na prática isso não deu muito certo, pois precisava de uma escala muito maior do que tinha na época. E tinha esta coisa do dinheiro da população, era muito difícil, pois o povo vai construindo a casa aos pouquinhos... Mas funcionou como suporte para as coisas que estavam ali acontecendo. Um pouco atendia a demanda do SAAC em lotes particulares e deu certo onde a Prefeitura estava fazendo um trabalho mais sincronizado, em lotes urbanizados. Também deu subsídio com o transporte. Mas também não foi uma coisa que a Prefeitura conseguiu bancar com certa regularidade, a administração deste negócio era um negócio meio difícil, não era muito simples. Durou dois ou três anos. Até 1994 ainda funcionava. (LOBO JÚNIOR, 2021)

Figura 79: Sede da ACCMCD, onde eram fabricados blocos e estocados os materiais. Atualmente no local está o Núcleo Habitacional Novo Habitat.



ASSOCIAÇÃO DE COMPRAS COMUNITÁRIAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DE DIADEMA

ÁREA: ASSOCIAÇÃO DE LUTA PELA MORADIA POR MUTIRÃO DE VILA NOGUEIRA DATA: 20/02/90

NOME: MARLI ABIRACHED 1 SALÁRIO MÍNIMO = 4.904,76

1. FAMILIARES	IDADE	GRAU ESCOLAR	PROFISSÃO	TRABALHA SIM	TRABALHA NÃO	RENDA (Cr$)
MARLI ABIRACHED	30	UNIVERSAL	AJ PRODUÇÃO	X		14.000,00
KLEBER ABIRACHED COPPI	12	4ª SERIE	ESTUDANTE			
KLAYTON ABIRACHED COPPI	9	3ª SERIE	ESTUDANTE			
KLEYTON ABIRACHED COPPI	8	1ª SERIE	ESTUDANTE			
MARIA EMILIA RODRIGUES	58	PRIMARIO	DEPENDENTE			
FILHA GUIOMAR A. ABIRACHED	32	ANALFABETO	DEPENDENTE			

TOTAL 14.000,00

2. VOCÊ MORA NO PRÓPRIO LOCAL? ( ) SIM (X) NÃO

3. SE MORA, SUA CASA É DE: ( ) MADEIRA (X) ALVENARIA

4. QUEM VAI CONSTRUIR? ( ) A PRÓPRIA FAMÍLIA ( ) FAMÍLIA E AMIGOS ( ) MÃO DE OBRA CONTRATADA

5. TEMPO DE DURAÇÃO DA OBRA: 1 ANO A PARTIR DE QUANDO? MAIO DE 1989

6. QUANTO PODE GASTAR POR MÊS NA SUA CONSTRUÇÃO? Cr$ 3.000,00

7. POSSUI ALGUMA ECONOMIA PARA GASTAR NA CONSTRUÇÃO? (POUPANÇA, EMPRÉSTIMO, FGTS, DINHEIRO) Cr$

8. QUAIS OS MATERIAIS QUE PENSA EM UTILIZAR NA SUA CONSTRUÇÃO? CIMENTO CAL AREIA PEDRA FERRO LAJE CERAMICA

9. QUAIS OS MATERIAIS QUE GOSTARIA DE COMPRAR DA ASSOCIAÇÃO? OS ACIMA MENCIONADO

Figura 80: Ficha de pesquisa de adesão.

Após alguns anos a associação de materiais foi desativada, sobrando um espaço onde a Prefeitura acomodou famílias oriundas da reintegração de posse de áreas particulares. O número de famílias aumentou substancialmente, originando uma nova favela da cidade. No final dos anos 1990, os ocupantes se organizaram e constituíram formalmente a Associação de Moradores, o local foi denominado “Novo Habitat”, e a partir daí reivindicaram atendimento definitivo às famílias. Em 2004 se iniciou o processo de urbanização da nova favela que surgia no lugar onde antes funcionava uma iniciativa bastante promissora, mas que infelizmente não foi possível adequar à realidade geral da população que autoconstruía suas moradias naquele período.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

- O objetivo principal da iniciativa era repassar material a custo mais acessível para as famílias que autoconstruíam suas casas naquele período, seja em favelas, em lotes particulares (autoconstrução) ou por meio de mutirão;
- A iniciativa tinha também como objetivo organizar diferentes grupos de moradores de baixa renda da cidade, estimulando sua união;
- Concentrar e organizar demandas tornaram-se os principais objetivos para uma boa condução do programa;
- A diretoria da ACCMCD tinha o papel de representar a entidade, organizar os grupos participantes e coordenar as equipes de trabalho e suas atividades: organizar pedidos de compras; organizar compras, vendas e distribuição de materiais de construção; realizar pesquisa e ensaio de novos componentes; produção de componentes; e divulgação de conhecimentos técnicos construtivos, de soluções alternativas e de formas de racionalização da construção;
- A experiência demonstra a importância de profissionais para apoio à autoconstrução, no caso o SAAC (da própria Prefeitura) ou Assessorias Técnicas contratadas (houve a contratação de um trabalho pontual da CAAP, mas esta assessoria poderia ser ampliada);
- Foi importante a pré-existência de projetos mais intensos e com pedidos de compra concentrados, como o do mutirão do Cazuza, para permitir a abertura de portas no mercado, com fornecimento de preços mais baixos, demonstrando que a organização coletiva favorece as melhores oportunidades financeiras e de qualidade dos materiais;
- O maior desafio nesse tipo de atuação é organizar e unir diferentes grupos de autoconstrutores da cidade para viabilizar a compra de materiais e atendimento em larga escala;
- Lidar com o recebimento de recursos de diferentes grupos com necessidades e capacidades financeiras diversas demonstra a necessidade de muitas adesões ao programa;
- A fabricação de componentes é uma alternativa para baratear ainda mais o produto e garantir sua qualidade;
- Neste tipo de atuação é importante contar com profissionais especialistas em administração e economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 4

ALMEIDA, Marco Antonio Plácido de. **Urbanização de Favelas em Diadema, no Período de 1983 a 1988.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BARAVELLI, José Eduardo. **O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia de Vila Nova Cachoeirinha.** Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BALDINI, Leandro. **Velhos amigos.** *Diário do Grande ABC*, 8 ago. 2016. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/noticia/2007811/velhos-amigos>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CIRERA, Marta. **Espaço de Direitos é mais que Direito a Espaço. O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

DIXON, Caitlin. **POUSO: Orientação Urbanística e Social em Favelas do Rio de Janeiro de 1996 a 2008.** *Tradutor M. Alejandra Revelo-Imery.* Rio On Watch, maio 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=11409>. Acesso em: 30 dez. 2021.

FILIPPI JÚNIOR, José de; REALI, Mário. **Diadema, 25 anos.** *Folha de S.Paulo*, 11 abr. 2008. Disponível em: <https://shortest.link/2rfV>. Acesso em: 30 dez. 2021.

FELINTO, Marilene (Coord.). **Diadema e a Cidade Informal.** São Paulo: Instituto Diadema de Estudos Municipais, 2011.

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. **O urbanismo progressista e a produção do espaço urbano: Limites e potencialidades das AEIS em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Fundo Nacional de Moradia Popular: Marco Histórico de Participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

Fonte: PALUMBO, Adriana Poci; PEREIRA, Marcia Accorsi; BALTRUSIS, Nelson (Org.). **Direito à Moradia. Uma contribuição para o debate.** São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

PREFEITURA DE DIADEMA. **Diadema: habitação cada dia melhor.** *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*, ano 1, n. 1, maio de 1996.

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão. O programa FUNAPS Comunitário.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

SAMPAIO, Celso Aparecido; FELIPE, Joel Pereira; GOMES, Mara. **Urbanização de favelas como alternativa para a questão habitacional.** São Paulo: II Prêmio Pesquisa Mackenzie, 1987.

SILVEIRA, Antonio Carlos. **Protesto contra falta de água, luz e esgoto reúne 300 pessoas em Diadema.** *Diário do Grande ABC*, 10 jul. 1991.

VALLÉS, Raúl; DEL CASTILLO, Alina. **Cooperativas de Habitação no Uruguai: Meio Século de Experiências.** Montevidéu: Universidad de la República, 2015.

VAZ, Ana Luiza de Lyra. **Mutirão Habitacional Autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo – 1980 e 1990.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VIGLIECCA, Hector; RUBANO, Lizete Maria; RECAMÁN, Luiz. **O terceiro território: habitação coletiva e cidade.** São Paulo: Viglieca & Associados, 2014.

LEIS

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2205. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BRASIL. PL nº 2.710, de 19 de janeiro de 1992. Cria o Fundo Nacional de Moradia Popular – FNMP e o Conselho Nacional de Moradia Popular – CNMP e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.093, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – FUMAPIS e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.220, de 27 de outubro de 1992. Desafeta áreas municipais e autoriza a outorga de Concessão de Direito Real de Uso independentemente de prévio procedimento licitatório a moradores de favelas e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.351, de 21 de junho de 1994. Autoriza a celebrar o convênio com a Associação de Construção Comunitária de Diadema.

DIADEMA (Município). Lei nº 819, de 12 de novembro de 1985. Dispõe sobre a desafetação de áreas municipais, autorizando a alienação ou a outorga de Concessões Reais de Uso independentemente de prévio procedimento licitatório aos atuais moradores de favelas e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 975, de 3 de novembro de 1988. Desafeta áreas municipais e autoriza a outorga de Concessões de Direito Real de Uso independentemente de prévio procedimento licitatório a moradores de favelas e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 15.259, de 14 de novembro de 1996. Institui os postos de orientação urbanística e social nos novos bairros.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 8.906, de 27 de abril de 1979. Dispõe sobre a criação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal – FUNAPS e dá outras providências.

DEPOIMENTOS

ALVES, Francisco Vicente Filho. [out. 2021]

CIRERA, Marta. [dez. 2021]

FILARDO, Angelo Salvador Júnior. [jan. 2020]

GERMANO, Wagner. [dez. 2021]

LAMONICA, Wagner Campanini. [nov. 2021]

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. [out. 2021]

NASCIMENTO, Valter Benedito do. [out. 2021]

NERY, Roberto. [dez. 2021]

OLIVEIRA, Klébio Martins de. [out. 2021]

PEREIRA, Antonio Neto. [fev. 2020]

SALUSTIANO, João. [nov. 2021]

SCARAMBONE, Selma. [nov. 2021]

SILVA, Nailson Elias da. [dez. 2021]

TIJIWA, Maria Aparecida. [dez. 2021]

TUGINA, Gilton Andrade. [dez. 2021]

DEPOIMENTOS COLETADOS POR PEABIRU TCA (MAIO/1996)

HONÓRIO, Zita Calixto. [mai. 1996]

JESUS, Diomara Maria de. [mai. 1996]

MENEZES, Maria Aparecida Felippe. [mai. 1996]

SANTOS, Alice Souza. [mai. 1996]

SILVA, Ednéia Beatriz da. [mai. 1996]

SOUZA, Maria Sebastiana de. [mai. 1996]

FUNDOS DOCUMENTAIS

Acervo SHDU-PMD

Acervo Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – Prefeitura de Diadema (pastas variadas).

Acervo Centro de Memória – PMD

Acervo Centro de Memória – Prefeitura de Diadema (pastas variadas).

Acervo PEABIRU TCA

Acervo Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (pastas variadas).

FECHAMENTO DE UM CICLO DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL PELO PODER PÚBLICO E MOVIMENTO DE MORADIA (1993-1996)

Rua Santa Ana, no Núcleo Sant'Ana, 2022. A área teve o início de sua urbanização nos anos 1980 e, durante a terceira gestão petista (1993-1996), muitas famílias construíam suas casas enquanto a infraestrutura era melhorada.

5.1

PANORAMA GERAL DO PERÍODO DA GESTÃO DE JOSÉ DE FILIPPI JÚNIOR (1993-1996)

Este capítulo representa o fechamento de um ciclo de construção de uma política habitacional que se iniciou no ano de 1983, na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores em Diadema. Ao fazer a leitura das três gestões consecutivas desse partido é possível perceber que as propostas, estratégias e metodologias de trabalho junto à população emergiram das necessidades urgentes e contaram com a *expertise* de muitos profissionais, gestores públicos, população e líderes de movimentos sociais bastante heterogêneos.

Há uma trajetória, em especial dessa Prefeitura, que nos dá lições sobre como atuar dentro desse universo ainda frágil, porém com potencial de consolidação, a partir de um conhecimento adquirido com a prática. FERREIRA (2011) entende que a arquitetura pública está dando lições sobre como avançar no campo da produção de moradia para a população de baixa renda:

> Isto sem dúvida decorre da corajosa insistência e do *know-how* adquirido pelos pequenos grupos que, há anos, tentam avançar nessa área, seja de técnicos dentro das prefeituras – com todas as dificuldades impostas por uma máquina engessada para os objetivos sociais –, seja das chamadas "assessorias técnicas de mutirão", que desde a Constituição de 88 iniciaram um lento, mas sólido trabalho de reconstituição da prática da arquitetura para os menos favorecidos. (FERREIRA, 2011)

A bagagem de conhecimentos práticos que resultam dessa sequência de três gestões petistas apresenta grande valor para o enfrentamento de outras realidades similares no Brasil, como aquelas que foram ou estão sendo superadas e melhoradas ao longo de um trabalho sério e articulado com a população nesse município tão especial. Como resultado, ao final da terceira gestão petista essa política habitacional é reconhecida internacionalmente no Habitat II em Istambul, mérito aqui destacado e simbolicamente definindo o recorte temporal da pesquisa – de 1983 a 1996.

O artigo intitulado "Política urbana e melhoria da qualidade de vida em Diadema", de autoria do arquiteto Jorge Hereda[1] com o jornalista Emílio Alonso (HEREDA; ALONSO, 1996), destaca as ações realizadas ao longo de 14 anos pela equipe de habitação da Prefeitura, principalmente o trabalho de urbanização de favelas e as propostas embutidas nessas ações, como a regularização fundiária, o apoio à autoconstrução, os projetos de provisão habitacional, entre outras ações que estão sendo apresentadas ao longo da presente pesquisa.

[1] Jorge Hereda foi secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano em Diadema (1993–1996). Tinha sido assistente de gabinete de Nabil Bonduki antes de ir para Diadema, em São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989–1992). Foi secretário de Habitação do Ministério das Cidades (2003–2005) e vice-presidente e presidente da Caixa Econômica Federal (2005–2011). Atuou em diversas secretarias no estado de São Paulo, entre elas Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Diadema, de Desenvolvimento Sustentado de Ribeirão Preto e de Serviços e Obras de São Paulo, além de ocupar o cargo de secretário executivo do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Também foi presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB). Em 2016, Hereda recebeu a homenagem do Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação no Congresso Nacional. Vencedor do Prêmio FNA 2007 na categoria Setor Público. Faleceu em 2021, aos 64 anos.

Tais ações contribuíram com a construção de uma política habitacional com a participação popular e com o apoio técnico de diferentes profissionais, que souberam enfrentar a novidade e o desafio dessa construção pouco convencional, que, por fim, transformou a realidade do município nas sucessivas gestões do Partido dos Trabalhadores desde 1983 até aquele momento. Pelos capítulos anteriores da presente tese, foi possível compreender parte desse trabalho desde sua origem e sua construção com os diferentes agentes envolvidos.

Na terceira gestão é importante entender o fechamento de um raciocínio, a consolidação de instrumentos especiais para áreas de interesse social, por meio da criação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), a melhor estruturação das equipes e novas formatações de trabalho de apoio às políticas habitacionais, entre outras ações que serão mostradas ao longo do capítulo.

5.2

O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO TRABALHO REALIZADO

No ano de 1996 a Prefeitura de Diadema teve seu trabalho reconhecido internacionalmente. O conjunto de atuações construídas ao longo de mais de uma década foi selecionado como "Prática Bem-sucedida[2]" para a 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Habitat II. O evento teve entre os objetivos criar um conjunto de casos bem-sucedidos para ser divulgados e ficar disponíveis para todo o mundo.

A Habitat II ocorreu em Istambul, na Turquia, e teve como temas a "Adequada Habitação para Todos" e o "Desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Processo de Urbanização". Nessa conferência foi formulada a "Agenda Habitat", com metas e compromissos que visavam a contribuir com as duas primeiras décadas do século XXI. Anos depois, uma nova agenda foi discutida em 2016, na Habitat III, em Quito, no Equador.

Outras propostas brasileiras também foram selecionadas para a Habitat II. Por exemplo, a proposta do Orçamento Participativo da Prefeitura de Betim, em Minas Gerais. Na temática da "recuperação ambiental em áreas degradadas", foi contemplado o Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, realizado por diversos organismos do Governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo, entre outras propostas. E, no tema da "Regularização Fundiária, Habitação e Participação Popular", assim como Diadema, estava a experiência de habitação, mutirão e autogestão da administração da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, entre outros projetos. Todas as práticas podem ser consultadas em BONDUKI (1996), *Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*, que as entende como importantes e com destaque não pela grandiosidade e pela capacidade de investimento de recursos, mas pelo benefício real à população:

[2] A proposta de seleção das "Práticas Bem-sucedidas" partiu da Secretaria de Política Urbana (Sepurb), do Ministério de Planejamento e Orçamento.

> (...) revelam que existe no país um grande número de iniciativas formuladas e implementadas por prefeituras, organizações não governamentais, movimentos sociais e institutos de pesquisa que apresentam respostas concretas e objetivas para problemas urbanos de caráter social e ambiental que caracterizam o meio urbano no Brasil. Experiências que, muitas vezes, ficam obscurecidas por projetos e obras faraônicas ou por programas divulgados pelos administradores públicos com grande estardalhaço e caríssimas campanhas de marketing, mas que, mesmo ganhando grande repercussão na mídia e sendo conhecidos por todos, não trazem grande benefício para a população demandatária. (BONDUKI, 1996, p. 9)

Se na primeira agenda estabelecida em Vancouver, em 1976, o foco estava nas situações alarmantes da habitação, relacionadas, por exemplo, aos "desastres naturais, guerras civis e conflitos urbanos", focadas assim no atendimento emergencial àqueles que ficaram sem casas (ROLNIK; SAULE JÚNIOR, 1996, p. 14), na segunda Habitat as questões estavam relacionadas ao acelerado ritmo de urbanização e suas consequências: assentamentos precários e irregulares; carência de infraestrutura e serviços urbanos, incluindo problemas de mobilidade, abastecimento de água e energia, resíduos sólidos, poluição ambiental, aumento da pobreza e da violência, gerando o "acirramento dos conflitos de terra e despejos ilegais" (ROLNIK; SAULE JÚNIOR, 1996).

Por meio da Habitat II foram destacadas novas formas para enfrentar os problemas urbanos, por exemplo, por meio do empoderamento dos poderes locais, com fortalecimento de suas capacidades financeira e institucional, em relações mais horizontais e descentralizadas. Também foi altamente divulgada a garantia do direito à moradia como direito humano, por meio, por exemplo, da urbanização de áreas para grupos vulneráveis para o direito à posse, instrumento que estava sendo adotado nas ações da Prefeitura de Diadema, por exemplo com a Concessão de Direito Real de Uso.

Figura 1: Cartaz da II Habitat, 1996. Algumas assessorias atuantes no "Programa de Autogestão", em Diadema, tiveram seu trabalho exposto no evento – PEABIRU TCA, TETO, Ação Direta (AD), Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Instituto Polis, entre outras. A urbanização da Vila Olinda foi um dos casos expostos no evento e será um caso estudado no capítulo.

5.3

PANORAMA DAS AÇÕES DA GESTÃO DO PREFEITO FILIPPI (1993-1996)

O 1º Encontro Municipal de Habitação ocorreu em 1993 e marcou o início da gestão. Nessa discussão conjunta com a população, organizada pelo Movimento de Moradia da cidade, ficaram definidas quais seriam as bases da política habitacional.

Figura 2: 1º Encontro Municipal de Habitação (1993). Na bancada, da esquerda para a direita: Jorge Hereda (secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano), Paulo Conforto (liderança do Movimento de Moradia de São Paulo e UMM), Aceli Pereira dos Santos (representante da ACCMD), Maria Aparecida Tijiwa (liderança na região Norte e UMM), Edmundo (liderança da região Leste) e Antonio Pereira Neto (representante da ACCMCD e do Sindicato da Construção Civil de SBC e Diadema).

A principal necessidade apontada nas discussões foi a continuidade do Programa de Urbanização de Favelas. Nesse sentido, era fundamental o desadensamento das áreas, principalmente as que apresentavam riscos geotécnicos e de alagamento. Núcleos Habitacionais como Naval, Jardim Marilene, Vila Popular e Santo Ivo foram citados como exemplos de áreas que estavam em situações extremas de risco e que deveriam ser desadensadas para viabilizar a urbanização. A discussão coletiva apontou, portanto, a urgência de áreas livres para reassentamento de famílias removidas.

Também foi um período em que os movimentos de luta por moradia passaram a se constituir formalmente em associações, seja dos moradores dos núcleos habitacionais, como das famílias com ônus excessivo com aluguel. Havia, portanto, a necessidade de áreas livres também para atendimento dessa população. Ou seja, buscar áreas livres tanto para os reassentamentos do Programa de Urbanização de Favelas como também para atendimento dessa demanda que estava sendo organizada por meio de associações.

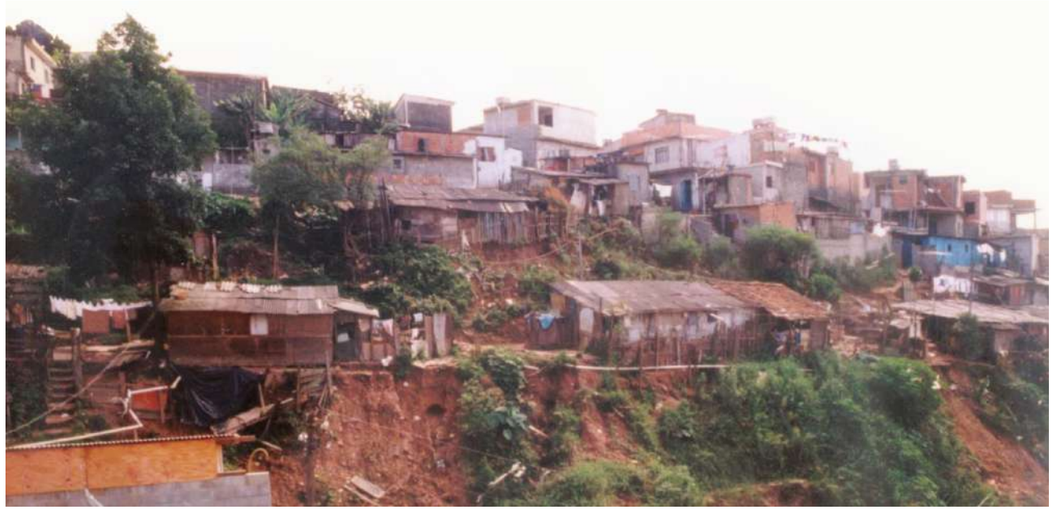


Figura 3: Área de risco no Núcleo Habitacional Santo Ivo, na região Leste. Foto de janeiro de 1990 (Nivaldo de Almeida). Fonte: Centro de Memória de Diadema.

A Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD) já havia demonstrado no mutirão do Cazuza a importância de constituir uma pessoa jurídica; afinal, tornava possível o estabelecimento de convênios e a obtenção de benefícios para a população de baixa renda. Esse novo formato permitia autonomia dos distintos movimentos para adquirir terras e promover seus próprios empreendimentos.

A Prefeitura deu suporte aos movimentos por meio do "Programa de Apoio aos Movimentos de Luta por Moradia", coordenado pela arquiteta Laila Nazem Mourad[3]. "Quando a gente chegou em Diadema, o desafio era conseguir trabalhar com os movimentos sociais na perspectiva de ampliar o direito à moradia" (MOURAD, 2022).

A Prefeitura entendia que era importante a população lutar pelo direito à moradia de forma organizada e que as ocupações que ocorreram fortemente na gestão anterior não representavam o melhor caminho, em vista também dos resultados de pouca qualidade e de difícil condução de assessoria, conforme vimos, por exemplo, na área da Celite (Núcleo Santa Luzia) ou no Núcleo Habitacional Gazuza.

O projeto da Sanko, que será explicado mais adiante, é um caso emblemático que demonstra uma relação possível da Prefeitura em parceria com os movimentos na aquisição da terra e na realização de um projeto que beneficia a cidade. O projeto foi o primeiro a reunir diferentes movimentos em prol de um projeto com qualidade, conquistando uma área privada que anteriormente não cumpria sua função social. "Conseguimos mexer com os grandes proprietários. Transformamos Áreas de Interesse Social para o movimento. Isso ajudou a Sanko, conseguimos comprar a área, juntando associações" (TIJIWA, 2021).

[3] Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia PPGAU/UFBA (2011). Realizou pós-doutorado no PPGAU/UFBA (2012-2015). Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2000). Foi diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades entre 2003 e 2005. Atualmente é professora, pesquisadora e extensionista do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador- PPGTAS/UCSAL. É professora colaboradora do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade RESIDÊNCIA AU+E/UFBA.

O caso revela a vontade de atingir melhores resultados de ocupação do solo urbano, por meio da proposta de conjunto habitacional conduzido por diferentes associações, com financiamento habitacional do Estado e apoio da Prefeitura, conforme será visto no final do capítulo.

Em 1993 ocorreram as plenárias de discussão da revisão do Plano Diretor Estratégico, que foi consolidado pela Lei Complementar nº 25, de 25 de janeiro de 1994. A criação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) foi uma forma de permitir o acesso às terras livres (AEIS 1), ou aquelas ocupadas por favelas (AEIS 2), pela população de baixa renda. A criação das AEIS 1 foi a resposta para a necessidade de desadensamento das áreas em processo de urbanização e para as demandas das associações.

> Da década de 1980 até meados de 1990, os movimentos vinham promovendo ocupações de terras públicas e particulares, transformando-as em novas favelas. O instrumento foi pensado não só para conter este ciclo vicioso e responder a estas demandas, mas também em ser uma ferramenta para melhorar a qualidade do espaço urbano na cidade. (BALTRUSIS, 2018, p. 12)

No caso das AEIS 2, foi importante principalmente nas áreas particulares ocupadas, pois "contribuiu para que o Poder Judiciário orientasse o caminho da negociação entre ocupantes e proprietários", além de permitir melhorias nas áreas pelo poder público (BALTRUSIS, 2018, p. 3).

Vale frisar que a criação dessas áreas foi uma proposta de vanguarda na época, ocorrendo antes mesmo da criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na capital paulista, sendo a cidade de Recife a pioneira nessa discussão, com a criação do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) nos anos 1980 (Lei nº 14.947, de 30 de março de 1987).

Desse modo, o Programa de Apoio aos Movimentos de Luta por Moradia colaborava com as entidades dando auxílio no levantamento de possíveis áreas para promoção de habitação social. Também intermediava as questões com os proprietários de terras subutilizadas ou vazias, de tal modo a fazê-los cumprir a função social da propriedade, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Por fim, prestava orientações com relação ao enquadramento da demanda para as AEIS (Lei de Cadastramentos nº 1.357, de 7 de julho de 1994).

Aqui vale um parêntese para entender um pouco a trajetória da arquiteta Laila Nazem Mourad, que estava, junto ao secretário Jorge Hereda, cuidando diretamente dessas questões de gerenciamento das AEIS e dando suporte às entidades.

Essa profissional principiou sua trajetória com o tema da habitação social no início dos anos 1980. Na época começava um estágio pela Prefeitura de São Paulo na Favela Nossa Senhora Aparecida, na Zona Leste, comunidade que tinha o apoio do Padre Ticão. Nessa primeira experiência ficou decepcionada com a limitação da atuação da equipe, que promovia ações meramente assistencialistas: "Eu fiquei muito perplexa porque foi uma semana que choveu muito, teve muito deslizamento, e a única coisa que a Prefeitura fazia era fornecer colchão e esse tipo de coisa..." (MOURAD, 2022).

Na mesma época ela conheceu o engenheiro Guilherme Coelho, que era o maior defensor e entusiasta do conceito das Cooperativas de Habitação do Uruguai. Esse profissional foi precursor na divulgação desse modelo na periferia de São Paulo e já estava colocando o conceito em prática na Vila Nova Cachoeirinha. Essa história pode ser entendida em BARAVELLLI (2006).

Laila Nazem Mourad foi convidada a participar desse trabalho como estagiária, dentro de uma equipe que Guilherme Coelho conseguiu montar com funcionários cedidos pela própria Prefeitura, entre eles o arquiteto Henrique Reinach e três assistentes sociais. “Foi um primeiro momento muito rico, onde a gente começou a fazer a discussão participativa do projeto”, conta MOURAD (2022). Ao mesmo tempo passaram por todos os enfrentamentos políticos da época da ditadura. Infelizmente a morte não esperada do engenheiro logo no início do trabalho (momento em que liderava a ocupação da terra para pressionar a saída do financiamento) rompeu com esse formato de cooperativa desejado. Diante das circunstâncias, a arquiteta não permaneceu no trabalho.

No ano seguinte, em 1983, começa a atuar na Vila Comunitária de São Bernardo do Campo junto com o arquiteto Leonardo Pessina. Trata-se de outro caso emblemático que merece um estudo aprofundado à parte, também por representar o pioneirismo da autogestão naquele momento. Parte desse processo pode ser compreendida em VAZ (2000). Segundo MOURAD (2022), esse caso alcançou uma dimensão que extrapolava a questão da habitação, pois tinha a importância política, cultural, o trabalho de desenvolvimento das crianças, a cozinha comunitária, entre outras ações bastante presentes. Nessa ampla operação a equipe de habitação era interdisciplinar, composta por arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e estagiários de arquitetura, dentro de uma postura bastante horizontal e sem relação contratual, mas de correlação de responsabilidades. No caso, em São Bernardo do Campo, a propriedade era coletiva, nos mesmos moldes do Uruguai. Nessa experiência a arquiteta pôde aprender, entre outras coisas, como funcionava a constituição de uma Assessoria Técnica.

Figuras 4 e 5: À esquerda, Vila Comunitária São Bernardo do Campo. À direita, arquitetos Leonardo Pessina e Laila Mourad, 1983.

Foi depois dessa experiência em São Bernardo do Campo e pelo envolvimento que já tinha com a UMM que foi indicada pelos Movimentos Sociais da Zona Leste a compor a assessoria da Superintendência de Habitação Social durante a administração de Luiza Erundina (1989–1992). Nesse período foi responsável pela Habi Leste, coordenando vários mutirões em São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo, e contribuiu para a formação de Assessorias Técnicas no período, como a TETO Assessoria a Movimentos Populares, fundada em 1989.

> Como a gente teve que constituir a assessoria de São Bernardo do Campo, mesmo muito nova eu aprendi, com os mais velhos que estavam lá, como fazer tudo isso. Fui fazendo esta troca, com os arquitetos da Zona Leste que estavam interessados na assessoria. (MOURAD, 2022)

Foi nesse período trabalhando em São Paulo que ocorreram os primeiros exercícios de levantamento de terras que não cumpriam a função social da propriedade, justamente no período da recente Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O artigo 182 da Constituição coloca a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes. Assim, entende-se que a propriedade urbana estará cumprindo sua função social quando atende às exigências fundamentais expressas no Plano Diretor. Desse modo, o artigo abre o caminho para o poder público exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento. Foi este o caminho seguido em São Paulo e depois em Diadema.

Na Constituição de 1988 foram criados instrumentos para que se alcance a função social da propriedade. Pelo primeiro instrumento, “parcelamento ou edificação compulsórios”, o poder público obriga o proprietário a parcelar, edificar ou utilizar o imóvel que não tiver aproveitamento adequado. O segundo, “imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo”, é uma consequência do não cumprimento do instrumento anterior. A partir desse instrumento poderão ser implantadas alíquotas crescentes de IPTU com o objetivo de desestimular o proprietário a manter seus imóveis fechados ou subutilizados. Após um período de aplicação do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha parcelado ou edificado, poderá haver a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. Esses instrumentos estavam sendo recém-aplicados durante a gestão da prefeita Luiza Erundina. Esse mesmo mecanismo passou a ocorrer em Diadema a partir da Revisão do Plano Diretor e da busca por áreas livres para promoção de habitação social, e a arquiteta levou essa experiência para Diadema:

> Se estamos falando de democratização do acesso à terra, significa que também tinha que ter estudos de potencialidades, tanto do ponto de vista arquitetônico como do ponto de vista econômico, como que a gente consegue adquirir estas terras, não fazendo uma desapropriação normal, mas uma desapropriação que leve em consideração esses instrumentos. Ou seja, fazer um laudo de avaliação, corrigir o valor da terra 30% menor porque ela é uma AEIS... eram coisas que a gente ainda não tinha feito em nenhum outro momento da trajetória. Pra você também grafar como AEIS, você tinha antes que colocar no IPTU progressivo no tempo, você tinha que notificar os proprietários, era uma situação complicadíssima. (MOURAD, 2022)

Assim, depois de levantar áreas para promoção de habitação social, o passo seguinte foi fazer com que as propriedades cumprissem seu papel social, um trabalho que não foi nada simples; afinal, mexia “com os interesses dos donos de terra” e tirava “a terra do processo de especulação fundiária” (MOURAD, 2003, p. 229, apud BALTRUSIS, 2018, p. 30).

Tanto a Prefeitura quanto as associações adquiriram terras e promoveram empreendimentos, principalmente os Loteamentos de Interesse Social, sendo que “(...) o governo municipal desapropriou 174.236 metros quadrados de terras, destinadas a atender 1.738 famílias. Os movimentos de moradia adquiriram, nesse período, uma área total de 148.000 metros quadrados, que beneficiarão mais de 1.249 famílias” (HEREDA; ALONSO, 1996, p. 133). Essa cena foi um marco na política habitacional na cidade:

> Podemos dizer que neste momento de criação das AEIS em 1994 e nos anos subsequentes, pelo menos até 1996 com muita nitidez, se estabelece uma aliança entre o Executivo municipal e os movimentos de moradia que dará ensejo a uma nova e então inédita na cidade forma de provisão habitacional. (LOBO JÚNIOR, 2014, p. 121)

Foram delimitadas 36 áreas privadas vazias, o equivalente a 745.502 metros quadrados. Não foi um processo simples e pacífico; houve conflitos na discussão e na aprovação do Plano Diretor, uma verdadeira disputa pelo território. De um lado, Prefeitura e movimento entendiam que as AEIS estariam contribuindo com a qualidade de vida da cidade; do outro lado, os grandes comerciantes e industriários, junto com seus vereadores, entendiam que prejudicaria "o desenvolvimento econômico da cidade" e se "transformariam em futuras favelas" (BALTRUSIS, 2018, p. 26). Os proprietários de terras e investidores entendiam que a demarcação desvalorizaria as áreas (BALTRUSIS, 2018, p. 12). Não apenas isso, os proprietários acusavam a Prefeitura "de estar incitando a ocupação de suas terras" (MOURAD, 2022).

O caso emblemático da Sanko foi a primeira área a ser negociada nesses moldes para realização de um conjunto habitacional com 1.500 unidades. Outros projetos também foram iniciados nesse período, como, por exemplo, o Conjunto Habitacional Júpiter, que foi o primeiro projeto com apartamentos depois do Cazuza, porém realizado em regime de empreitada global. Podemos citar também alguns Loteamentos de Interesse Social do período, entre eles Vinicius de Moraes, Ilhéus, Yamberê, entre outros.

RESULTADO DAS AEIS APÓS PLANO DIRETOR

De 25/01/1994 à 26/09/1996 foi apresentado o seguinte resultado:

ÁREA TOTAL:
910.697,82 m² aprovado pelo Plano Diretor
2,98% do território municipal
740.037,25 m² - área real disponível (a+b+c)

a. ÁREAS NEGOCIADAS: 429.234,54 m²
145.137,67 m² - área desapropriada pela Prefeitura para projetos habitacionais
276.496,87 m² - área adquirida pelos movimentos populares de luta por moradia

b. ÁREA EM NEGOCIAÇÃO: 54.962,94 m²

c. ÁREAS DISPONÍVEIS: 255.839,77 m²
Áreas livres para negociações

Tabela 1: Resultado da AEIS após Plano Diretor.

Figura 6: No alto, loteamento AMAPRE I, Serraria. Lotes com aproximadamente 50 m². Embaixo, loteamento Conquista Popular, Conceição. Lotes com 42 e 50 m². Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

LISTA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA LUTA POR MORADIA (1996)

NORTE

(1) Associação do Núcleo Habitacional e Sem-teto da Região Norte de Diadema
Contato: Sr. Bosco
(2) Associação dos Moradores Sem-teto do Taboão Diadema
Contato: Sra. Aparecida
(3) Associação dos Moradores de Aluguel do Jd. Maria Tereza e adjacências
Contato: Saraiva

SUL

(4) Associação Nossa Luta Nossa Terra
Contato: Analdeci e Rodrigues

LESTE

(5) Associação dos Moradores na Rua Paulo Afonso
Contato: Sr. Cícero
(6) Associação dos Moradores Sem-teto do Jd. Gazuza
Contato: Luana
(7) Associação dos Moradores da Área de Risco Sta. Elizabeth
Contato: Dani e Gilson
(8) Associação de Construção Comunitária de Diadema (ACCD)
Contato: Fernandes Farias Ramos
(9) Associação dos Moradores dos Núcleos Habitacionais e Sem-teto Unidos da Região Leste
Contato: Sr. Edmundo

OESTE

(10) Associação dos Moradores de Núcleos Habitacionais, Cortiços e Aluguel da Região Oeste de Diadema
Contato: Sr. Manoel Boni
(11) Associação dos Moradores de Aluguel do Parque Real (AMAPRE)
Contato: Sra. Calmina
(12) Associação dos Funcionários pela Luta Habitacional
Contato: Sr. Geraldo e Sr. Alves
(13) Associação dos Funcionários Sem-Teto de Diadema
Contato: Sra. Lívia e Sr. Arimatéia
(14) Associação do Movimentos Habitacional de Diadema (Associação Atlética Benficadeira)
Contato: Sr. Nivaldo e Sra. Neuza
(15) Associação dos Funcionários da SANED
Contato: Sr. Galileu

Tabela 2: Lista das associações de moradores na luta por moradia, 1996. No período de jan/1994 a dez/1996, com a implantação das AEIS, foram constituídas mais de quinze Associações de Luta por Moradia no município, com mais de 7.000 famílias cadastradas. Como vimos, as secretarias de habitação e do jurídico deram assessoria técnica e jurídica para o movimento.

LISTA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NOS NÚCLEOS HABITACIONAIS (1996)

NORTE

(1) Associação do Núcleo Habitacional da Região Norte de Diadema
Contato: Sr. Bosco e Sr. Valterli
(2) Associação do Núcleo Vila Olinda
Contato: Raimundo Nonato de Barros
(3) Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Macaúba

SUL

(4) Associação dos moradores dos Núcleos Habitacionais da Região Sul
Contato: Fernandes e Analdeci
(5) Associação do Núcleo Habitacional Caviúna
Contato: Carlos Bezerra da Silva e Antonio A. Silva

LESTE

(6) Associação do Núcleo Habitacional Rua dos Trabalhadores
Contato: Severino
(7) Associação da Vila Nogueira
Contato: Geraldo
(8) Associação do Núcleo Habitacional 15 de Julho
Contato: Antonio
(9) Associação do Núcleo Habitacional Vila Popular
Contato: Edmundo
(10) Associação dos Moradores do Núcleo Hab.Nova Conquista (Coca-Cola)
Contato: José (Zezão)
(11) Associação dos Moradores dos Núcleos Hab. da Região Leste
Contato: Edmundo
(12) Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Santo Ivo
Contato: Ricardo
(13) Associação do Núcleo Habitacional Gazuza
Contato: Milton

OESTE

(14) Associação de Moradores do Núcleo Habitacional Pablo Neruda
Contato: José Antônio Alves dos Santos

Tabela 3: Lista das associações de moradores dos Núcleos Habitacionais, 1996. Por meio da constituição de associações os moradores de Núcleos Habitacionais passaram a obter maior apoio da Prefeitura e recursos dos FUMAPIS, conforme iremos ver no capítulo. Houve a assessoria técnica da PMD para o movimento.

Figura 7: Loteamento Jardim das Praias, Casa Grande. Lotes com 42 e 50 m². Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Também houve nas AEIS 1 os Loteamentos de Interesse Social promovidos por associações. O Loteamento AMAPRE I, por exemplo, foi promovido pela Associação de Movimento de Aluguel do Parque Real (AMAPRE). Neste caso, a própria associação contratou a arquiteta Selma Scarambone para realizar o projeto. Por isso também a importância de os movimentos se transformarem em associações, para terem autonomia na condução dos processos.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 50, de 1º de março de 1996) foi pauta de discussão a partir do processo de revisão do Plano Diretor e consolidou alguns parâmetros que já estavam em uso desde 1983. Por exemplo, para AEIS 1, passou a ser legitimado o lote com área mínima de 42 metros quadrados, testada mínima de 3,5 metros, índice de aproveitamento igual a 3 e taxa de ocupação máxima de 80%. No entanto, para o caso das AEIS 2, ou seja, as áreas ocupadas pelos Núcleos Habitacionais, ficou registrado que deveriam ser discutidos padrões especiais, conforme condicionantes de cada área.

No entanto, mesmo com a regulamentação dos índices especiais, a grande maioria dos loteamentos, seja da Prefeitura ou das associações, apresentou irregularidades na implantação, passando depois pelo processo de regularização. Atualmente grande parte desses loteamentos está grafada como Área Especial de Interesse Social 3, ou seja, empreendimentos de Interesse Social irregulares (AMAPRE I, Vinicius de Moraes, Conquista Popular etc.).

Mas muitos já conseguiram passar pelo processo de regularização e estão grafados como AEIS 4, ou seja, Áreas Especiais de Interesse Social anteriormente classificadas como AEIS 1 e 3, que foram satisfatoriamente concluídas. É o caso, por exemplo, do Jardim das Praias, ou até mesmo da Sanko, como veremos mais adiante.

Também é importante mencionar que a grande maioria dos loteamentos se tornou irregular devido ao início da construção das moradias, antes do término da implantação das obras de infraestrutura do loteamento. Faltou seguir os procedimentos de implantação de um loteamento, ou seja, solicitar o alvará de aprovação, implantar o loteamento em sua totalidade, solicitar o certificado de conclusão da obra e, por último, iniciar as obras individuais nos lotes. Na quase totalidade dos casos, as construções foram implantadas antes da conclusão do loteamento, e em muitos casos não estavam sequer aprovados seus projetos. Sobre a construção das moradias, é possível dizer que todas foram construídas na irregularidade, sem alvará da Prefeitura. Isso se deu, primeiro, pela falta de conclusão das tramitações legais do loteamento; segundo, porque o código de obras (Lei nº 59, de 23 de agosto de 1996) não possibilitava a aplicação dos índices em lotes especiais (com área mínima de 42 metros quadrados). Ou seja, o código de obras não foi pensado para a realidade dos lotes mínimos.

Pude constatar essa realidade ao iniciar os projetos habitacionais para o Loteamento Canhema II[4], em 2013, momento em que revertemos parte dessa situação, pactuando com a Prefeitura procedimentos especiais para solicitação dos alvarás de construção para todos os que estavam iniciando obra no local, já que ainda não havia o certificado de conclusão de obra do loteamento nem muito menos as matrículas individualizadas de cada lote. Foi possível perceber que, quando se iniciou a obra de implantação do loteamento, os associados fizeram muita pressão para começar suas obras individuais; afinal, essa seria a regra em empreendimentos anteriores na cidade. A equipe técnica do Habitar Arquitetas Associadas, que foi contratada pelo grupo de moradores do CANHEMA II para realizar os projetos habitacionais, se posicionou informando que geraria uma situação muito desprotegida legalmente antecipar o início das obras sem a correta formalização e que seria um procedimento que infringiria a lei. A situação seria frágil para os profissionais envolvidos, que precisam cumprir as leis e ao mesmo tempo conduzir um trabalho com segurança e qualidade nos serviços prestados.

Ao final foram criados junto com a Prefeitura procedimentos especiais para garantir a aprovação dos projetos e manter o serviço de fiscalização do poder público na área.

A partir dessa experiência foi possível perceber que os parâmetros edilícios presentes no código de obras (Lei Complementar nº 59, de 23 de agosto de 1996) dificilmente poderiam ser aplicados em lotes mínimos de 42 metros quadrados. A regra era a seguinte: para edifícios com até dois pavimentos seria obrigatório prever um afastamento com área mínima de 6 metros quadrados e dimensão mínima de 1,5 metro, quando houvesse aberturas. Para construções com mais de dois pavimentos, o vazio deveria ser triplicado, ou seja, deveria ter no mínimo 18 metros quadrados, situação pouco viável para lotes com pequenas dimensões.

[4] Canhema II é um loteamento de Interesse Social localizado no município de Diadema, promovido pela Associação de Moradores dos Núcleos Habitacionais, Cortiços e Moradores de Aluguel de Baixa Renda da Região Oeste de Diadema. Por meio dessa associação, formou-se um grupo de famílias interessadas em viabilizar um loteamento por autofinanciamento. Em 2006, esse grupo então firmou um compromisso para a aquisição do terreno e a elaboração do projeto urbanístico, dando início a seu devido processo de aprovação junto aos órgãos competentes. Foi apenas em 2013, com a publicação do alvará do loteamento e o início de sua execução propriamente dita, que a Associação Oeste lançou uma concorrência para contratar profissionais que pudessem elaborar os projetos habitacionais para os 98 lotes que integram a área. O escritório Habitar Arquitetas Associadas foi a empresa selecionada nessa concorrência.

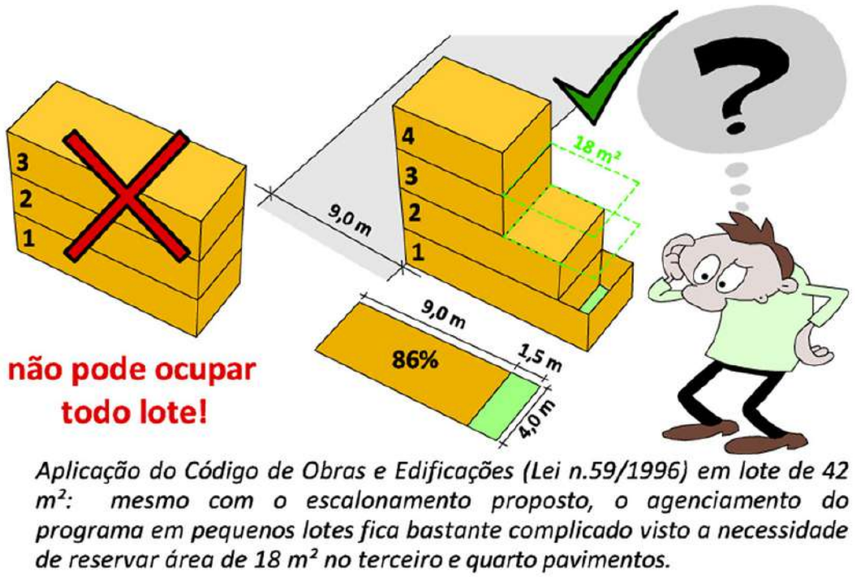


Figura 8: Ilustração utilizada para explicar a legislação aplicável aos projetos habitacionais do Canhema II para o grupo de famílias durante as reuniões de definição dos projetos.

De todo modo, os alvarás até hoje não foram emitidos, pois o loteamento ainda não possui sua situação completamente regularizada. Esta é uma lacuna que ainda permeia a realidade dos Loteamentos de Interesse Social. Este caso pode ser entendido na íntegra em ZULIN (2019).

Figura 9: Exemplo de projeto desenvolvido para lotes com área de 60 m² no Loteamento Canhema II.

Figura 10: Proposta para as unidades habitacionais vistas em diferentes estágios da obra.

O Loteamento Vinicius de Moraes foi promovido pela Prefeitura durante a terceira gestão petista. As pessoas já foram morar na área assim que foi executado o sistema de guias e sarjetas; afinal, era urgente o reassentamento de famílias que estavam em risco nessa área. Desse modo, a própria Prefeitura construiu barracos nos lotes demarcados. No caso específico desse loteamento, uma situação que prejudica sua regularização foi a posterior ocupação, na gestão seguinte, das áreas verde e institucional.

Figura 11: Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes (1995).

Figura 12: Ocupação Bom Sucesso, junto ao Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes, 2012.

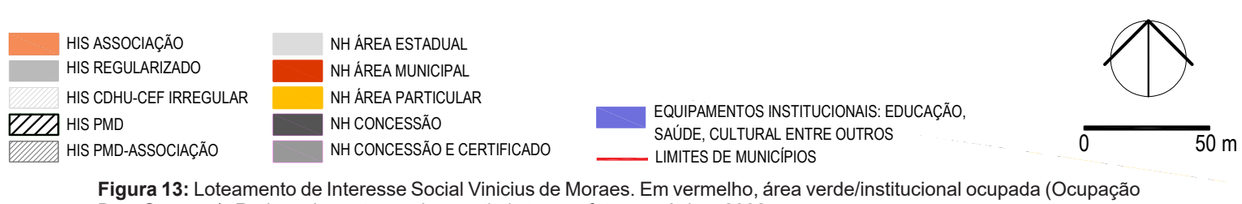


Figura 13: Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes. Em vermelho, área verde/institucional ocupada (Ocupação Bom Sucesso). Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Os lotes desse empreendimento foram entregues aos moradores sem a formalização legal de transferência da propriedade para os beneficiados, e o local é tratado, até hoje, pelos gestores públicos, da mesma forma como são tratadas as favelas urbanizadas. Portanto, não houve ação da Prefeitura no controle urbano e, com o tempo, a área foi adensada, inclusive com ocupação do seu entorno constituído por taludes resultantes de movimento de terra que antecedeu a implantação do núcleo, formando-se aí uma nova área de risco geológico-geotécnico. (NAKAMURA, 2014, p. 76)

Se no caso desse loteamento havia a justificativa da “informalidade” devido à urgência do reassentamento de famílias, tempos depois essa prática de construir antes de formalizar a conclusão do loteamento se tornou regra, mesmo em situações de demandas fora de risco, como no caso dos loteamentos promovidos pelas associações. Levantar tais casos seria tema de uma nova pesquisa, mas é possível afirmar que tal situação foi mais regra do que exceção.

BALTRUSIS (2018, p. 33) registra que, nos anos 2000, a maior parte das AEIS 1 eram loteamentos autoempreendidos com casas autoconstruídas que se assemelhavam muito às favelas e aos bairros periféricos da cidade. Essa situação reflete em parte ao descompromisso público que ocorreu na gestão seguinte, do prefeito Gilson Menezes (1997-2000). Houve um verdadeiro desmonte do trabalho realizado e uma sucessão de novas ocupações de áreas a partir de 1998, levando a um resultado trágico para a qualidade do espaço da cidade.

(...) algumas lideranças de movimento se transformaram em ‘agentes imobiliários’, organizando grupos, recebendo prestações e intermediando as negociações com os corretores de imóveis. Os loteamentos e as unidades habitacionais produzidas dentro desta lógica eram de péssima qualidade. (...) Se o mercado imobiliário se apropriou do instrumento, os movimentos, por sua vez, não foram capazes de pautar uma discussão mais qualificada sobre o tema e entraram no jogo do mercado, o novo ‘marco organizativo’ era conseguir associados com capacidade de contribuir com mensalidades e comprar o maior número de terras. (BALTRUSIS, 2018, p. 32)

Esses resultados negativos ocorridos em casos de AEIS ao longo dos anos não tira o mérito de tal instrumento. De todo modo, demonstra a necessidade de melhorar as questões relacionadas aos processos legais, principalmente no que se refere à continuidade da Assessoria Técnica ao longo do período de construção das moradias.

Outra situação proposta pela Prefeitura foi a criação de alojamentos provisórios para permitir a remoção e o andamento das urbanizações, enquanto não eram construídos os conjuntos habitacionais ou entregues os lotes. No estudo de caso da Sanko será possível entender como funcionava esse atendimento. Foram criados nesse período alojamentos na área da Sanko (306), Júpiter (122), Betel (21), Goro (32 contêineres) e Defesa Civil (20 contêineres) (HEREDA; ALONSO, 1996, p. 142).

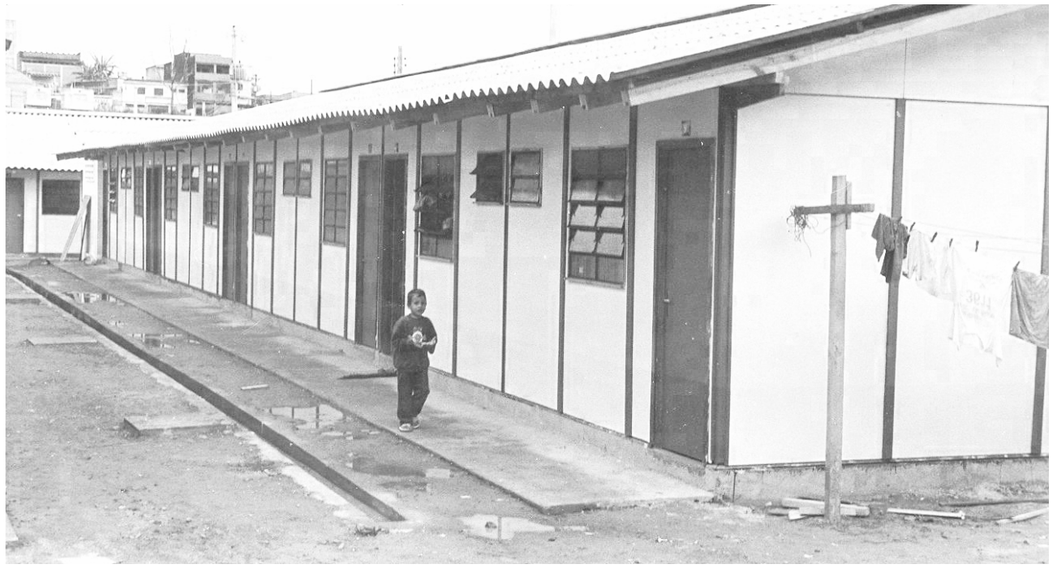


Figura 14: Alojamento Júpiter (1995).

Sobre o enquadramento da demanda para as AEIS (Lei de Cadastramentos nº 1357, de 7 de julho de 1994), é importante entender que a criação de áreas especiais é uma forma de combater a exclusão social e democratizar os espaços da cidade. Parte do entendimento de que as pessoas não moram em favelas ou em áreas de risco porque querem, e sim porque necessitam. Criar instrumentos para tais zonas permite a melhoria das condições dessas áreas (AEIS 2) ou a garantia ao acesso de outras áreas adequadas na cidade (AEIS 1), que normalmente são obtidas pelo mercado privado. A criação das AEIS demonstra que o poder público estava buscando formas para garantir o direito à moradia. E, para isso, também era importante ter o controle de que essas áreas iriam beneficiar realmente as pessoas que precisavam. Assim, foram definidos alguns critérios e regras para atendimento, como, por exemplo: não possuir outro imóvel; comprovar baixa renda (atualmente a renda familiar não pode exceder 8 salários mínimos, sendo priorizada a demanda com renda familiar de até 3 salários mínimos); residir no município há mais de cinco anos; prioridade aos grupos familiares (e não indivíduos); prioridade a idosos, mulheres chefes de família, portadores de deficiência física; entre outras abordagens[5].

[5] Em oportunidades futuras em processos de urbanização de favelas em Diadema (entre 2010 e 2014), pude acompanhar reuniões conduzidas por assistentes sociais que prestavam esses esclarecimentos aos grupos de moradores e conduziam reuniões que resultavam em uma listagem das áreas com a classificação das famílias que seriam beneficiadas para que tivessem prioridade nos atendimentos. Assim, quem estava no topo da lista tinha o privilégio de escolher o tipo de atendimento, por exemplo: lote ou apartamento, melhor localização na área, unidade habitacional maior, entre várias possibilidades, a depender do projeto em discussão.

5.4
UMA NOVA VISÃO DE EQUIPE

Ao observar o organograma com as equipes e os programas voltados às práticas habitacionais (Figura 15), nota-se uma maior densidade em comparação à estrutura das gestões anteriores. A equipe aumentou consideravelmente nesse período e foi reestruturada. O organograma apresentado foi consolidado a partir do ano de 1995, momento em que houve uma reforma administrativa. De todo modo, simboliza um novo arranjo que já estava em mudança desde o início da gestão, em 1993.

Houve um aumento substancial do orçamento da Prefeitura na área da habitação. “Nos dez primeiros anos de gestão do Partido dos Trabalhadores, aplicamos de 2% a 3% do orçamento, e hoje estamos chegando a quase 7%”, informa FILIPPI JÚNIOR (1996, p. 5). O orçamento global da Prefeitura teve alta na gestão devido aos recursos oriundos da desapropriação das áreas para implantação da Rodovia dos Imigrantes, conforme explica LOBO JÚNIOR (2022):

> A Rodovia dos Imigrantes foi concluída por volta de 1976, e os processos de desapropriação geraram precatórios que foram pagos pela DERSA apenas em 1992. Parte expressiva destes recursos foi aplicada em projetos de urbanização de favelas e outras obras habitacionais. O orçamento da Secretaria de Habitação aproximadamente triplicou na gestão 93/96 em relação às anteriores. (LOBO JÚNIOR, 2022)

Em 1995 houve uma importante reforma administrativa na Prefeitura, momento em que foram criadas as secretarias. Antes o ordenador de despesas era sempre o prefeito. Com a reforma, houve a descentralização dessa atribuição. Nesse momento foi criada a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Segundo NAKAMURA (2022), “tudo que era feito pela prática foi institucionalizado”, o que significa que essa mudança ocorreu muito fundamentada na lógica que já existia na rotina de trabalho da equipe. Segundo LOBO JÚNIOR (2022), a criação da Secretaria “redundou em melhores condições de trabalho, possibilidade de fortalecimento das equipes técnicas e manutenção de convênios para apoio aos trabalhos”.

No caso da área habitacional, é possível comparar o secretário com o antigo cargo de diretor de Planejamento, e o que antes era a Divisão de Planejamento Habitacional ganha o status de Departamento. Praticamente nos moldes em que a equipe vinha trabalhando desde o início da gestão, em 1993, porém dentro de uma ampliação das propostas de urbanização de favelas, em número de profissionais, mas também na ramificação das atividades.

Uma novidade no programa de urbanização de favelas foi a criação do Programa de Autogestão, que tinha como proposta agregar o trabalho de Assessorias Técnicas externas aos trabalhos realizados nas áreas em processo de melhoria.

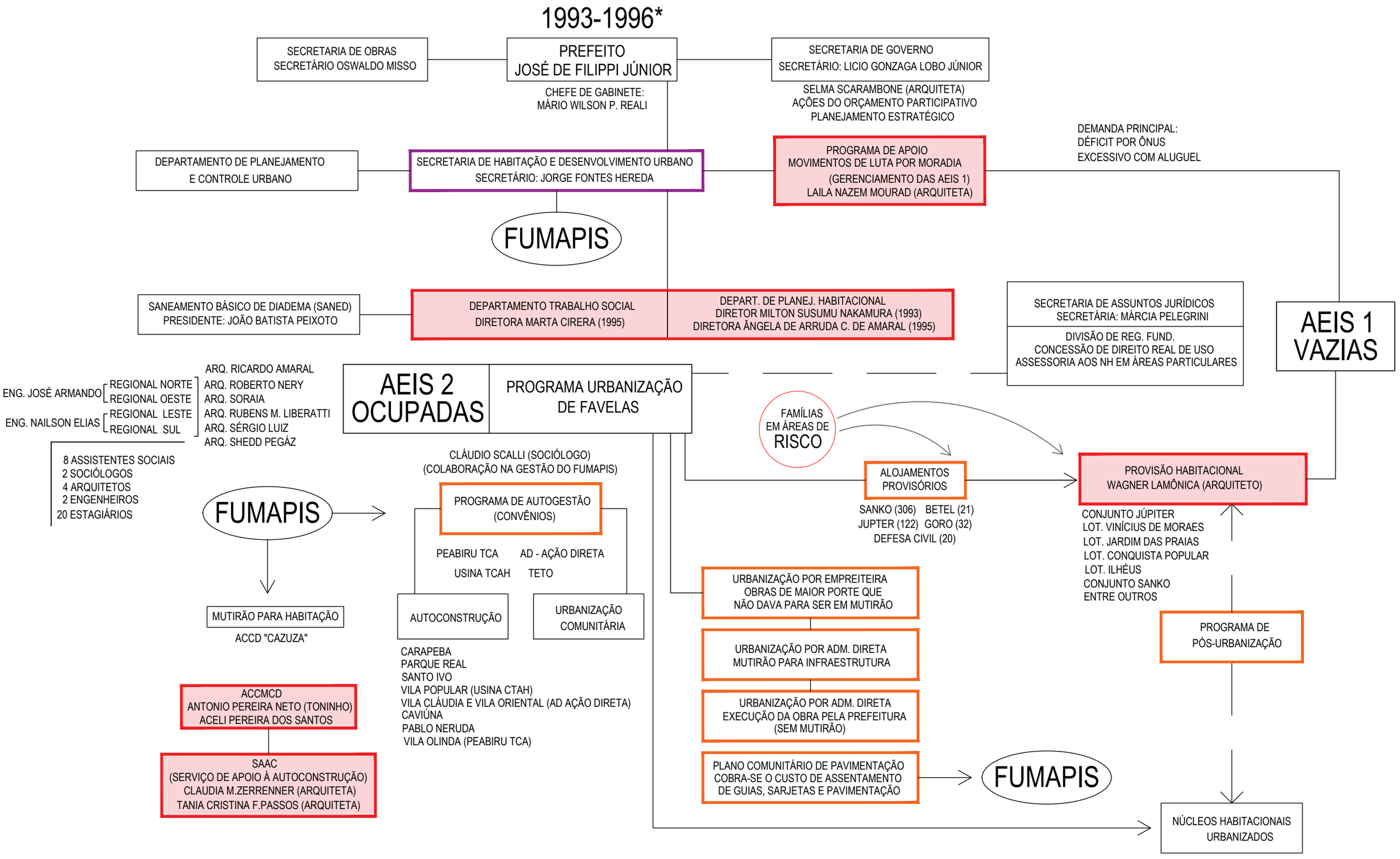


Figura 15: Organograma da gestão do prefeito José de Filippi Júnior (1993-1996), consolidado em 1995, a partir de uma reforma administrativa. Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da Prefeitura na época e foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos os que foram citados.

Outra novidade foi que, além da criação do Departamento de Habitação, foi criado também o Departamento do Trabalho Social. Antes já havia o trabalho conjunto dos técnicos "do físico" com os técnicos "do social"[6], de qualquer modo, todos aglutinados na equipe de urbanização de favelas, que até então vinha sendo coordenada oficialmente ou por arquitetos ou por engenheiros. Mas na prática havia o compartilhamento das questões com as duas frentes. Assim, é interessante perceber a oficialização da coordenação compartilhada entre as diretorias das duas áreas e uma contribuição mais ativa no planejamento das intervenções do trabalho social:

> De 1993 a 1996, o trabalho social passa a contribuir mais ativamente no planejamento das intervenções, e a ser a Divisão responsável por facilitar e fomentar a participação das comunidades nos programas habitacionais. (CIRERA, 2008, p. 91)

Jorge Hereda trouxe para Diadema sua experiência de trabalho na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989–1992) em São Paulo, quando foi diretor técnico da Superintendência de Habitação Popular, ao lado de Nabil Bonduki. Junto com ele vieram mais profissionais da gestão paulistana: Laila Nazem Mourad, Angela de Arruda C. Amaral, Rubens M. Liberatti, Cláudio Scalli, entre outros. O programa de autogestão em Diadema foi inspirado no programa de São Paulo, FUNAPS-Comunitário, que normalmente era direcionado para a construção de novas moradias por mutirão e autogestão. Em Diadema a autogestão foi inserida no programa de urbanização de favelas, como será visto nos dois estudos de caso que serão apresentados no presente capítulo – Vila Olinda e Vila Popular.

Segundo NAKAMURA (2022), foi ousado fazer autogestão em urbanização. A decisão foi tanto pela crença nesse tipo de política como também pela falta de capacidade operacional da Prefeitura com os técnicos das regionais.

Desde a gestão anterior já existia uma lógica de trabalho da equipe por região da cidade, mas com uma equipe bastante enxuta, praticamente contando com os estagiários para acompanhar as áreas, não sendo possível realizar um trabalho mais aprofundado, conforme vimos, por exemplo, na área da Santa Luzia. Antigos estagiários se formaram e continuaram o trabalho de acompanhar as regiões, por exemplo o arquiteto Roberto Nery, que continuou atuando na região Norte.

Cada equipe regional era composta ao menos por um arquiteto, dois assistentes sociais, um engenheiro e quatro estagiários (físico e social). Eram quatro equipes – Norte, Sul, Leste e Oeste, e naquele momento havia ações de urbanização de favelas ocorrendo em mais de 100 áreas, o que demonstra a real necessidade de contratação de Assessorias Técnicas externas.

> Assim, as ações de urbanização ocorreram em 114 áreas de forma distribuída nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste, respectivamente em 41, 21, 25 e 27 núcleos. No período, eram contabilizados 74 núcleos de favela na região Norte, 38 na região Sul, 35 na região Leste e 46 na região Oeste da cidade, num total de 193 núcleos. (CIRERA, 2008, p. 98)

[6] Os técnicos "do físico" normalmente são os engenheiros e os arquitetos. Os técnicos "do social" normalmente são os assistentes sociais, sociólogos e psicólogos. É uma expressão comum utilizada em equipes multidisciplinares em programas de urbanização de favelas, geralmente em prefeituras, mas também em Assessorias Técnicas.

O Programa de Autogestão foi um projeto-piloto na Prefeitura, que até então cuidava das urbanizações de favelas com equipe própria. Inicialmente foram escolhidas algumas áreas estratégicas para firmar os convênios com as Associações dos Núcleos Habitacionais: Carapeba, na região Sul; Vila Olinda, na região Norte; Parque Real, na região Oeste; e Santo Ivo, na região Leste. Assim, com os convênios firmados, havia o repasse dos recursos do FUMAPIS diretamente para as Associações dos Núcleos Habitacionais para realizar as obras por Autogestão. Também contavam com a contratação das Assessorias Técnicas como a PEABIRU TCA, a USINA CTAH, a AD, entre outras Depois esse programa foi sendo ampliado, e foram contempladas outras áreas. Essa ideia da autogestão nos núcleos habitacionais já existia desde o início da administração do prefeito Filippi, em 1993, inclusive as Assessorias Técnicas foram apresentadas ao Movimento de Moradia já no 1º Encontro de Habitação, em 1993 (NAKAMURA, 2022).

É importante mencionar que havia uma grande disputa pelos recursos do FUMAPIS; sendo assim, havia mecanismos para alimentar o fundo. Por exemplo, para a população que era beneficiada com lotes urbanizados ou com unidades habitacionais em conjuntos, parte era subsidiada e outra parte deveria ser retornada para o fundo municipal. O mesmo ocorria com o Plano Comunitário de Pavimentação, em que a Prefeitura assumia o custo das obras de muro de arrimo, de projetos de fiscalização, das taxas administrativas, e cobrava dos moradores apenas o custo do assentamento de guias e sarjetas e da execução da pavimentação, que era financiado pelo FUMAPIS (HEREDA; ALONSO, 1996, p. 137 e SCALLI, 2022). Esse programa de pavimentação foi importante no período e beneficiou muitos núcleos habitacionais. Sua criação foi uma adaptação do programa "Diadema Melhoramentos", existente no município já no final dos anos 1970, conforme vimos no capítuo 3.

Foram atendidos os seguintes Núcleos Habitacionais pelo Plano Comunitário, entre os anos de 1995 e 1996: Morro do Samba, Gazuza, Vila Olinda, Itália, Ana Sofia, Inverno/ Verão, Vila Alice, Toca da Raposa, Vila Lídia, Maria Cândida, Macaúba, Vila Popular, Vila Modelo, Favela do Padre, Paraopeba, Mulfort, Vila Progresso e União I-B. Ao final houve o investimento total de R $905.740,19 entre os anos de 1995 e 1996, para os serviços de pavimentação (asfalto, bloquete ou concreto) e colocação de guias e sarjetas. (PMD, 1996)

Ao final, é possível entender que o processo de urbanização passou a ocorrer de modo mais diversificado. Por exemplo, em obras de maior porte ou maior grau de dificuldade para execução, optava-se pela contratação de empreiteira. Havia casos em que a própria equipe da Prefeitura executava as obras, sem mutirão ou contratação de serviços, ou seja, com a equipe e maquinário próprio. Também se mantinham os mutirões, organizados pela própria Prefeitura, como ocorria nos períodos anteriores. Somou-se a isso o trabalho das Assessorias Técnicas contratadas pelas entidades.

> As associações contratam Assessorias Técnicas, organizações não governamentais compostas por equipes multidisciplinares. Juntas, elaboram projetos e execução das unidades habitacionais, organizam mutirões de infraestrutura urbana e discutem a organização comunitária. (HEREDA; ALONSO, 1996, p. 136)

As associações gerenciavam todo o processo de urbanização, e à Prefeitura cabia a fiscalização. Com isso, os poderes locais, associações dos Núcleos Habitacionais, ganhavam autonomia.

5.5

ESTUDO DE CASO VILA OLINDA: ASSESSORIA À AUTOCONSTRUÇÃO E À URBANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A Vila Olinda é um Núcleo Habitacional em área particular, localizado na porção norte de Diadema. Faz limite com os núcleos Santa Cruz III e Vila dos Palmares e tem proximidade com outros, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

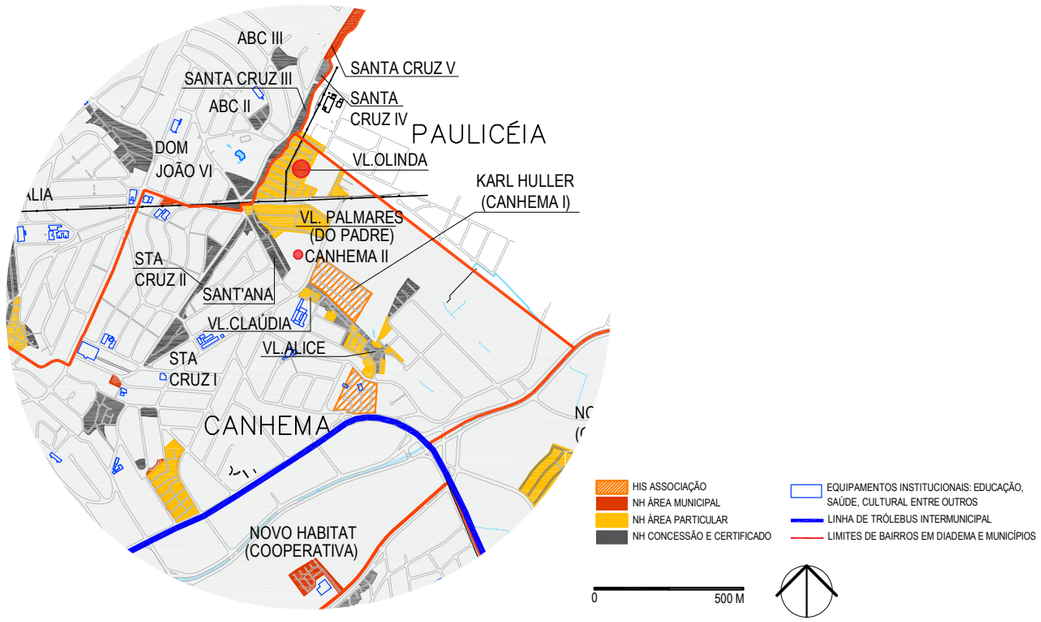


Figura 16: Mapa da Vila Olinda e arredores. Redesenho autora sobre Mapa Geral, 2002.

Durante a gestão de 1993–1994 essa área teve a oportunidade de ser contemplada no Programa de Autogestão e com isso obteve Assessoria Técnica da PEABIRU TCA. Durante essa Assessoria, a área considerada também englobava um trecho do Núcleo Habitacional Santa Cruz III, somando uma demanda com 573 lotes com área aproximada de 42 metros quadrados.

O Núcleo Habitacional é cortado por uma linha de alta tensão de energia e faz limite com uma faixa de duto da Transpetro (Petrobras), que divide esse núcleo com a Vila Palmares (do Padre), conforme pode ser observado no mapa.

A área foi ocupada no final dos anos 1980, e sua primeira fase de urbanização – parcelamento do solo e abertura das vielas, conforme método apresentado no capítulo 3 – começou no início dos anos 1990.

Nessa primeira fase de urbanização, os padres agostinianos foram responsáveis por apoiar grande parte das reivindicações junto ao poder público. (YAMAGUTI; FELGUEIRAS; FÁVERA, 1998)

O objetivo será relatar o processo de urbanização da área no período entre 1995 e 1996, momento em que ocorreu uma segunda fase de melhoria pelo Programa de Autogestão, e assim puderam contar com o trabalho de uma Assessoria Técnica contratada.

Para resgatar esse processo foi fundamental o depoimento do arquiteto Alexander Syoei Yamaguti (YAMAGUTI, 2021), um dos fundadores da Assessoria Técnica Peabiru TCA e coordenador do trabalho junto com o arquiteto Natale Odacir Fávero e a socióloga Debora Pereira do Rego Felgueiras. Também foi importante ter acesso aos relatórios do trabalho e projetos de apoio à autoconstrução realizados pela equipe.

FUNDAÇÃO DA PEABIRU TCA

A origem da Peabiru está relacionada ao caso Cachoeirinha Leste, que fez parte da terceira fase dos mutirões ocorridos na gleba Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte de São Paulo, no início dos anos 1990.

O arquiteto Paulo Sérgio Souza e Silva, profissional responsável por esse trabalho, era professor da FAU-USP e depois se tornou orientador do arquiteto Alexander Yamaguti, que passou a participar do projeto com ele. Paulo Sérgio já tinha atuado na segunda fase, ainda pelo programa PROMORAR. Em sua dissertação de mestrado “Morada Evolutiva” (SOUZA E SILVA, 1989), é possível entender esse processo.

Diferentemente das fases anteriores, o Cachoeirinha Leste ocorreu nos moldes do FUNAPS-Comunitário, sendo pré-requisito o assessoramento dos mutirantes por equipe técnica não governamental escolhida pela própria comunidade. O convênio foi realizado com a ONG Oficina de Habitação, do arquiteto Vitor Lotufo, que deu apoio institucional a seu colega Paulo Sérgio. Como já vimos, foi uma fase bastante emblemática na Prefeitura de São Paulo, momento em que muitas Assessorias Técnicas foram constituídas (RONCONI, 1995).

Durante esse processo, o arquiteto Paulo Sérgio faleceu, e Alexander foi o mais indicado a dar sequência ao trabalho com a comunidade. Depois convida Alexandre Kenchian, seu colega da faculdade, para atuar em parceria no mutirão. Foi a partir desse trabalho que tiveram a ideia de formar uma Assessoria própria e começaram a estruturar a PEABIRU TCA.

Mesmo os fundadores sendo arquitetos, sempre tiveram como premissa a interdisciplinaridade da equipe, que deveria ser formada também por outros profissionais - engenheiros, advogados, psicólogos, sociólogos e outros técnicos da área social. Também, desde o início, acreditavam em uma atuação no campo da luta pela moradia digna e pelo direito à cidade.

Diferentemente de um escritório convencional, na Peabiru há uma rotatividade de coordenadores e colaboradores. É um espaço para discussões e reflexões que não se limita a fazer somente um trabalho técnico de arquitetura ou engenharia, pois há também um compartilhamento de decisões e posturas políticas, ideais, que são aplicados nos trabalhos realizados.

Quando iniciaram o processo de concepção da Assessoria, apoiaram-se em algumas referências ou inspirações. Uma delas foi o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), fundado por Betinho em 1981, uma instituição ligada ao processo de democratização do Brasil e com a missão de organização de uma cidadania ativa como meio de transformar a sociedade. (YAMAGUTI, 2021)

É possível entender que havia outras questões envolvidas que iam além da realização de um trabalho remunerado, pois era forte a premissa de exercer cidadania e contribuir com a transformação da realidade das pessoas, a partir de seu desenvolvimento, por meio de atividades propostas pela Assessoria. Isso não significa que os profissionais autônomos não cumpram ou não possam cumprir com seu papel social em sua profissão, mas são estruturas distintas de trabalho. Pelo estudo de caso será possível entender alguns diferenciais da atuação de uma Assessoria Técnica.

CONTEXTO INICIAL DO PROJETO: A SELEÇÃO DEMOCRÁTICA

O projeto da Vila Olinda, iniciado em 1995, foi o primeiro trabalho conquistado e realizado desde o início pela PEABIRU TCA. Foi distinto dos mutirões assessorados em São Paulo, pois, no caso de Diadema, parte do trabalho teve foco no apoio à autoconstrução, ou seja, cada grupo familiar cuidando da construção ou da melhoria da própria casa sem a organização coletiva. Também fez parte da Assessoria a melhoria urbana do Núcleo Habitacional, conforme veremos mais adiante.

Esse projeto também foi piloto para a Prefeitura, que até então cuidava das urbanizações de favelas normalmente com a própria equipe, conforme vimos em ações anteriores. Inicialmente a Prefeitura firmou convênios com algumas áreas pelo Programa de Autogestão, para assim conseguir repassar recursos do FUMAPIS diretamente para as associações locais dos Núcleos Habitacionais.

Figura 17: Foto provavelmente do início dos anos 1990.Representa o estágio de urbanização encontrado quando a PEABIRU TCA iniciou os trabalhos no local.

A Prefeitura indicou algumas Assessorias Técnicas e organizou um seminário para que elas pudessem apresentar seu método de trabalho para o movimento de moradia. Como vimos, essa apresentação ocorreu por ocasião do 1º Encontro de Habitação, em 1993.

Após isso, cada associação escolheu sua Assessoria. A Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Vila Olinda escolheu a Peabiru. Os recursos do FUMAPIS foram repassados para a associação pelo convênio firmado com a Prefeitura, conforme a Lei nº 1.389, de 17 de novembro de 1994, que:

> Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Vila Olinda, objetivando o repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – FUMAPIS, para apoio a urbanização do Núcleo Habitacional Vila Olinda, apoio técnico e Construção de Unidades Habitacionais. (LEI nº 1.389, de 17 de novembro de 1994)

SITUAÇÃO DA ÁREA NO INÍCIO DA ASSESSORIA

Quando a equipe técnica começou a trabalhar no local, a área já havia passado pelo processo de urbanização inicial, ou seja, cada morador já tinha seu lote definido e demarcado. As famílias moravam em barracos de madeira ou em construções iniciadas em alvenaria, bastante precárias. As ruas eram de terra, e a infraestrutura era bastante insuficiente e frágil. A foto ao lado (Figura 17) representa essa situação.

A área é cortada por uma linha de alta tensão, e na atual rua principal do Núcleo, a Travessa Peabiru, havia um córrego, que hoje está canalizado. “Quando nós chegamos, tinham algumas transposições que eram ‘pinguelas’ para você sair da avenida e chegar na Vila Olinda” (YAMAGUTI, 2021).

RECONHECIMENTO DA ÁREA E DOS PODERES LOCAIS

A primeira estratégia da equipe foi fazer o levantamento físico e cadastral para verificar as condições de todas as moradias: distribuição dos ambientes, estado das instalações elétricas, se o chão era de terra batida, como se dava o acesso à unidade, entre outras questões avaliadas. De todo modo, por mais que parecesse apenas um levantamento físico, com a presença de antropólogo e sociólogo na equipe, foi uma oportunidade para também realizar uma leitura das pessoas, seus hábitos e sua organização.

> Foi o primeiro trabalho onde a gente pôde testar a teoria. Então juntou todo mundo para conversar: como a gente faz isso? Isso foi interessante. Como era a estrutura de governo que existia dentro da área? Como você faz esta leitura? E a gente sabia que era insuficiente a gente conversar somente com o presidente da associação, por exemplo. Assim, propusemos o levantamento. (YAMAGUTI, 2021)

Em vista da dimensão da área, quase 30.000 metros quadrados, e de serem mais de 500 famílias, o trabalho de levantamento durou alguns meses, gerando certa desconfiança nos gestores da Prefeitura, que acompanhavam o projeto e estavam ansiosos para ver resultados concretos das ações da Assessoria recém-contratada. Essa é uma parte importante: manter as convicções e não deixar de aplicar o processo profissionalmente recomendado. Afinal, chegar a uma área desconhecida e começar a propor, sem entender a lógica do lugar, não traria o resultado desejado.

Com os levantamentos e o entendimento da lógica do lugar, perceberam que existia uma tendência de organização por vielas. Os próprios nomes das vielas tinham relação com o local de origem de moradores: Viela Alagoas, Caruaru, Minas Gerais, Marizópolis, e assim por diante. Também havia o grupo mais relacionado aos comerciantes locais e até o grupo dos justiceiros, e isso somente pôde ser percebido com a constante frequência da equipe na área, inclusive nos fins de semana.

Também foi importante para a equipe o contato com o grupo dos padres agostinianos. Perceberam que o padre Dionísio era bastante engajado e que as pessoas o ouviam, que era muito respeitado na área. No início, inclusive cederam espaço para a Assessoria trabalhar no local.

Assim, propuseram a definição de um representante por viela, como primeira ação para iniciar a organização dos trabalhos de mutirão para melhorar a situação urbana da área. Esse conselho formado pelos líderes das vielas foi fundamental, pois se sentiram fortalecidos, e assim puderam colocar em evidência as opiniões e vontades verdadeiras dos moradores. Isso foi importante até mesmo para os dirigentes da associação entenderem que as ações não seriam definidas a partir da vontade de algumas pessoas, mas ocorreriam da forma mais democrática possível.

Assim, aos poucos foi ocorrendo um equilíbrio, ou “ajuste de poderes”. Essa mudança de cenário foi importante para que a Assessoria Técnica pudesse atuar de forma mais consistente e conseguisse, assim, mobilizar as pessoas. Por isso foi importante o tempo de levantamento. (YAMAGUTI, 2021)

MUTIRÕES COMUNITÁRIOS

Propor os mutirões comunitários, organizados para implantar principalmente a infraestrutura, foi a estratégia seguinte para conseguir um contato ainda mais estreito com os moradores e a realidade do local. O objetivo seria melhorar os aspectos físicos dos espaços comuns da área, mas ao mesmo tempo aproximar todos os agentes envolvidos.

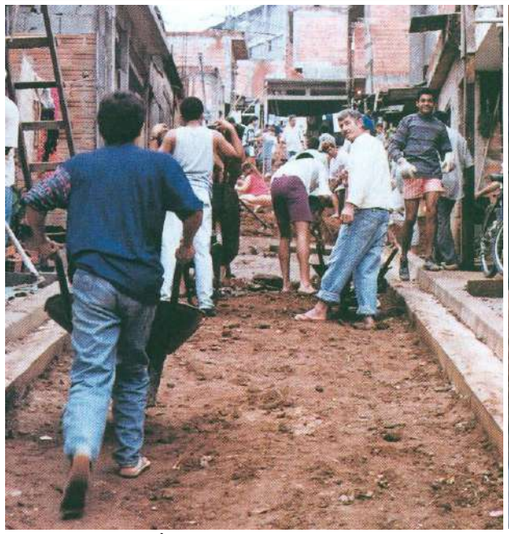
> Os mutirões, como diriam alguns antropólogos, foram nosso ritual de passagem, ou seja, através deles adentramos o conjunto de pessoas que compõem Vila Olinda. Pudemos nos aproximar da realidade cotidiana, assim como eles puderam nos conhecer melhor, bem como nossa proposta de trabalho. Além disso, pudemos ver qual a postura da associação em relação à população e vice-versa. Esse contato mais próximo era um dos pontos que faltavam para que pudéssemos propor um projeto, conforme foi dito anteriormente, mais colado à realidade, aos anseios e mesmo pré-disposições da população. (PEABIRU, 1996)

Pelo contrato, o escopo principal era o apoio à autoconstrução, mas, na opinião da Assessoria, a maior contribuição deles se daria no projeto de infraestrutura urbana, pois se tratava de um trabalho que dependia da vontade e da mobilização coletiva, colaborando mais com os resultados de crescimento pessoal e de organização da comunidade. Ocorreram mutirões coletivos para limpeza das vielas, implantação da rede de água e esgoto, pavimentação e canalização do córrego.

A implantação da rede de água e esgoto contou com o trabalho técnico da Companhia de Saneamento de Diadema (SANED), serviço que tinha sido municipalizado naquela gestão, em 1993, favorecendo e agilizando as intervenções nas favelas. Enquanto a SANED realizava um trabalho mais técnico de dimensionamento e instalação da rede, os moradores colaboravam, por exemplo, com a escavação e a abertura das valas, tarefas que poderiam ser aprendidas sem grandes dificuldades, mas que ao mesmo tempo exigiam disposição e grande vontade de ver as coisas acontecerem; afinal, demandavam bastante esforço físico.

A pavimentação ocorreu integralmente por mutirão. Havia a possibilidade de escolha entre o concreto e o bloquete (piso intertravado sextavado). O asfalto, sempre solicitado pela população, não era viável diante da largura estreita das vias. A Assessoria defendia a escolha do bloquete, pois, além de permitir melhor infiltração da água, facilitaria a manutenção. De todo modo, cada viela escolheu o tipo de pavimentação desejada.

Figura 18: Mutirão para implantação da rede de esgoto, anos 1990.



Figuras 19 e 20: À esquerda, mutirão para pavimentação de viela. À direita, um novo espaço para as crianças brincarem. Anos 1990.

Figura 21: Canalização do córrego, anos 1990.

APOIO À AUTOCONSTRUÇÃO

O trabalho de apoio à autoconstrução ocorreu em moradias já construídas (ou semiconstruídas) e novas. “A gente chegou a fazer cerca de 120 projetos diferentes com uma equipe de oito arquitetos para desenvolver os projetos” (YAMAGUTI, 2021).

O serviço de apoio à autoconstrução foi oferecido aos moradores da área. Para a população, foi uma situação inédita ter uma equipe profissional disponível para orientá-la na construção de suas casas. Por isso, havia o entendimento de que seria importante divulgar o benefício, visto que não havia uma forte reivindicação por esse trabalho, pois as pessoas estavam acostumadas com a realidade de cuidarem da questão da moradia a seu modo, sem auxílio profissional.

Esse trabalho se diferenciava da Assessoria a mutirões, como no Cazuza, onde havia uma orientação coletiva. No caso da autoconstrução, a grande diferença foi o atendimento individualizado. Atuar para essa realidade foi algo inédito para a equipe, então tiveram de criar uma dinâmica que funcionasse para esse contexto. De todo modo, o primeiro passo foi fazer com que a população desejasse tais serviços.

A Assessoria criou estratégias para divulgar o programa de apoio à autoconstrução: panfletagem, “boca-a-boca” e até mesmo mostra de vídeos sobre o assunto para despertar o interesse da vizinhança. Uma das propostas foi fazer uma analogia da construção de uma casa com a realização de um bolo. Para isso, usavam material gráfico e visual de apoio e tentavam transmitir uma mensagem de forma mais simples, a partir de um roteiro elaborado e slides com imagens, que divulgavam nas reuniões:

O bolo não aparecerá assim, bem-feito e gostoso, do nada. Quem não é bom cozinheiro ou especialista precisará primeiro da receita para comprar os ingredientes certos e sem desperdícios. Com a casa é a mesma coisa. Porém, mesmo construída por quem tem prática, ela não aparecerá assim bonita e segura **sem antes haver um planejamento** por parte do morador e sem a orientação da sua receita, **que é o projeto**. Sem uma receita, quem não tem muita prática na cozinha poderá comprar ingredientes desnecessários ou em quantidades erradas, gastando muito mais do que precisaria. Mesmo que você tenha muito dinheiro e compre tudo sobrando, você precisará da receita para saber misturar corretamente os ingredientes. Do contrário ficará parecido com o bolo do Alex, arquiteto, técnico em construção da Peabiru, que fez um bolo sem receita. O bolo tinha ficado muito bonito por fora, mas o gosto não. Com sua casa é parecido. Antes de tudo **você precisa se planejar**: **saber o dinheiro disponível, qual o tamanho da casa, quais etapas de construção etc.** Caso você não tenha condições de comprar os materiais ou construir tudo de uma vez, o projeto e o técnico responsável poderão também lhe orientar qual a melhor e mais barata maneira de executar a sua obra por etapas. Mesmo com o material todo comprado corretamente, depois de ter feito um planejamento prévio, você precisará **seguir as orientações do projeto na execução da obra.** Porque, do contrário, vocês poderão ter problemas parecidos com os da casa do Sr. João, que faz bolos deliciosos sem receita, mas não deveria ter feito sua casa sem projeto nem orientação técnica, afinal ele não é um especialista. Já o Sr. Luís, que seguiu todas as orientações necessárias, ficou muito satisfeito com o resultado da construção da sua moradia. **Seguindo as orientações do projeto e de um técnico você evitará uma série de problemas.** Por exemplo: nesta casa de Dona Ana **não há janelas nos quartos para o exterior**. Ao desrespeitar a necessidade de recuos, tornou os **cômodos quentes e escuros**, **aumentando todos os meses a sua conta de energia elétrica**. A do Sr. Pedro, ao contrário, tem quartos arejados e iluminação adequada durante a maior parte do dia. Na casa de Dona Rita a sala apresenta **paredes mofadas e úmidas, comprometendo a saúde de toda a família**. Observem a diferença das paredes da casa do Sr. Mário, que seguiu orientação técnica durante a construção: apresentam-se limpas e secas, sem prejudicar a saúde nem os móveis com o mofo. Outros **sérios problemas que surgem com a ausência de projeto para a construção** são gerados pelo **mau dimensionamento e organização das escadas: insegurança, perda de espaço etc.** Para evitar todos os problemas aqui apresentados, através do planejamento e da técnica, vocês podem contar com os trabalhos da Peabiru, que é uma equipe de técnicos especializados contratados pela Prefeitura. Caso alguém da comunidade possua um lote e queira iniciar sua construção, os técnicos da Peabiru poderão fazer **o projeto de acordo com as necessidades específicas de cada um**. Porém, muitas vezes o morador não entende os desenhos técnicos do projeto. **A Peabiru, no entanto, também se responsabilizará pelo esclarecimento do projeto e pelo acompanhamento da obra.** Muitas vezes o morador encomenda o projeto, e, depois de várias conversas e acordos, levantamentos do terreno e dias de trabalho no escritório por parte do técnico, ele resolve começar a construção sem olhar o projeto ou solicitar qualquer tipo de acompanhamento. Além dos problemas que poderão surgir, todo o trabalho desenvolvido por toda uma equipe terá se perdido. **Portanto, o trabalho em autoconstrução é feito em parceria, no qual cada um tem uma responsabilidade a cumprir**. O interesse em que todos morem bem, numa **casa segura, confortável e bonita** é também de todos nós da Peabiru. Esperamos então poder ajudar, através do planejamento e das orientações técnicas, na **melhoria da qualidade de vida da comunidade**. (PEABIRU TCA, 1996, grifos nossos)

Por meio dessa analogia conseguiram introduzir temas importantes da autoconstrução e transmitir a mensagem principal para a comunidade, ou seja: para construir, é fundamental contar com a orientação dos especialistas. Os problemas decorrentes da ausência do trabalho profissional, no caso do bolo, serão infinitamente menos graves em comparação a uma construção. Uma casa que aparentemente parece bem construída pode apresentar uma série de falhas estruturais que podem ocasionar acidentes graves. Porém, esta é apenas uma das questões que permeiam a ausência do trabalho profissional na construção das moradias. Ao ler o roteiro da Peabiru é possível entender outras consequências:

- Desperdício de material devido à falta de projeto e sua quantificação;
- Cômodos mal distribuídos, inclusive desperdiçando o espaço que já é escasso;
- Escadas inseguras, causando riscos de acidentes;
- Iluminação e ventilação insuficientes, gerando riscos de doenças pulmonares e respiratórias;
- Iluminação insuficiente, como também mau dimensionamento elétrico, gerando aumento na conta de luz;
- Problemas de conforto térmico, também pelo subdimensionamento de aberturas e tamanho dos cômodos;
- Problemas de privacidade devido à carência de espaços entre o público e o privado decorrente da ausência de elaboração de um bom projeto arquitetônico e urbanístico;
- Programa não atende às necessidades da família, devido à falta de reflexão na etapa de projeto;
- Faltam beleza e harmonia entre os elementos construtivos, o que poderia colaborar com a autoestima das pessoas;
- Carência de projeto e acompanhamento técnico, prejudicando inclusive a integridade e a qualidade dos espaços públicos.

YAMAGUTI (2021) explica que no momento de discussão do projeto era comum a solicitação da garagem, mesmo para aqueles que ainda não possuíam automóveis. O problema é que, para um lote de 42 metros quadrados, ocupava grande porção do lote, em torno de 10 metros quadrados. A Assessoria Técnica considerava essa questão secundária. Também havia a demanda pela suíte, entre outras solicitações.

Foi possível observar no conjunto de projetos fornecidos casos em que o automóvel aparece na segunda versão apresentada ao morador. Pelo código de obras municipal, uma vaga pequena deve possuir as dimensões mínimas de 2,3 x 4,5 metros. Nos projetos da Vila Olinda, normalmente essas dimensões foram reduzidas para 2,00 x 4,00 m.

No capítulo anterior, vimos que a Assessoria Técnica USINA CTAH também fez um trabalho de apoio à autoconstrução em Osasco – o Terra É Nossa (1990–1992), com escopo parecido com esse. Segundo GERMANO (2021), foram realizadas quatro tipologias habitacionais para atendimento de toda a área. Pela experiência que tive com o projeto Canhema II (2015–2018), em loteamento de Interesse Social promovido por associação, bem próximo ao Vila Olinda, consigo enxergar as mesmas dificuldades, e o desafio de conseguir fazer algumas tipologias padronizadas para atendimento mais racionalizado (ZULIN, 2019).

Pela lógica, é muito mais interessante conseguir dispensar mais tempo na discussão de algumas tipologias que possam ser utilizadas por um maior número de famílias do que elaborar um projeto diferente para cada lote. Para isso, é importante um projeto urbanístico o mais racional possível, como ocorreu, por exemplo, no Núcleo 18 de Agosto, com as tipologias “quadradinhas”. No entanto, há a linha de alta tensão que corta a Vila Olinda praticamente na diagonal e a Travessa Peabiru, que se tornou tão sinuosa quanto o córrego que antes lá se encontrava “natural”, ou seja, as condicionantes mudam em uma área de urbanização; é diferente de um novo parcelamento. Com isso, surgiram inúmeras situações distintas de lotes.

Figura 22: Primeira proposta apresentada para o lote 544. Nesta primeira versão, ainda não foi realizado o projeto com as dimensões exatas do lote.

Também é essencial que todas as pessoas da área tenham bastante claras as regras edilícias. É fundamental investir tempo propondo ações para colaborar com esse entendimento coletivo. Também é muito importante não abrir nenhum tipo de exceção para as regras, situação que fica mais frágil em uma área de urbanização; afinal, não se aplica o código de obras municipal.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo foi consolidada em março de 1996, ou seja, durante este trabalho de Assessoria. A lei estabeleceu parâmetros para AEIS vazia, que não é o caso desta área. Mesmo assim, os índices serviram de referência para o processo de urbanização: índice de aproveitamento igual a 3 e taxa de ocupação máxima de 80%. Lembremo-nos agora da cartilha de apoio à urbanização, criada pela equipe de 1984–1988. Lá estava definido um vazio mínimo para posicionar as aberturas com largura de 1,20 metro e profundidade de 2,40 metros ou um quadrado com 1,70 metro de lado.

Figura 23: Segunda proposta apresentada para o lote 544. Manteve-se o mesmo programa para a primeira casa, acrescentando a garagem e o acesso pela Travessa Peabiru. No caso da segunda casa, concentrou todo o programa principal no mesmo pavimento.

Temos aí outra referência importante. Também vimos no capítulo anterior que surgiu uma nova regra de permitir a verticalização dentro do limite de dois pavimentos e a cobertura de 50% do terceiro pavimento com telhado (sem laje).

O novo Código de Obras, também revisado durante a mesma gestão, Lei Complementar nº 59, de 23 de agosto de 1996, teria sido uma oportunidade de consolidar esses parâmetros que estavam sendo adotados nas urbanizações de favelas. Porém, foram definidas regras pouco generosas com os arquitetos que desejavam fazer um bom projeto em um lote de 42 metros quadrados, já que a partir da segunda laje o vazio para iluminação e ventilação deveria ser de 18 metros quadrados (artigo 10.1.2.). Ou seja, não foram criados no Código parâmetros edilícios para lote mínimo de urbanização, mas para lote mínimo em loteamentos regulares, e sem interesse especial (lotes de 125 metros quadrados).

Ou seja, para o caso do apoio à autoconstrução em áreas de urbanização, a primeira etapa do trabalho a consolidar são os parâmetros edilícios a ser adotados nos projetos, pactuados com as famílias. Esta é uma lição importante nesse tipo de projeto.

Outra questão importante seria o trabalho técnico permanente em atuações como essa, pois o tipo de perfil é um cidadão que constrói sua casa ao longo de muitos anos, então representa um contexto diferente do convencional. Não terá uma empresa especializada realizando a execução da obra; será o pedreiro, ou o próprio morador, em caso de atividades mais simples.

> A ATHIS neste caso tem que ser permanente, senão você não consegue atender a demanda. Não dá para ser um programa que dure um ou dois anos. Tem que ser uma coisa contínua, porque o que acontece é isso, senão você não consegue dar assistência nem evitar os problemas. Pois as patologias que existem são por falta de conhecimento, de assessoria mesmo. (YAMAGUTI, 2021)

A assistência técnica à autoconstrução envolve também a definição de alguns padrões ou características construtivas. Normalmente se parte da fórmula da autoconstrução, de difícil ruptura: laje treliçada pré-fabricada (de preferência H8), pilares e vigas de concreto armado (preferência ferro de 3/8”), vigas baldrames e brocas manuais para a fundação e bloco de alvenaria para vedações (o mais fino possível e o mais alto possível). Utiliza-se a própria parede como forma para o pilar. Caso a terra seja firme, não se coloca forma para a fundação, e tantas outras malícias que notamos na velha fórmula da autoconstrução. Hoje em dia é possível incluir uma escada pré-fabricada ou, em alguns casos, uma parede de gesso acartonado, mas no geral a fórmula da autoconstrução se mantém a mesma há muitos anos.

No caso do trabalho na Vila Olinda, eles tinham esses cálculos básicos definidos pelo engenheiro da equipe, incluindo tipos de traços de concreto, orientações de tempo e cura adequadas, relação fator água e cimento. A formalização ocorria com a entrega do projeto, em formato A4, na escala 1:50, um para cada lote.

YAMAGUTI (2021) explica como foi atuar em uma área onde são propostos novos projetos e reformas ao mesmo tempo, como foi o caso da Vila Olinda. Na reforma, ou “melhoria habitacional”, muitas vezes a demolição é inevitável, principalmente para criar alguma abertura na parede e vazio para o fosso de iluminação e ventilação. E com frequência essas soluções não são bem-aceitas, gerando dificuldades no processo.

Também existe uma situação na área que é a linha de transmissão. Havia uma tendência de os lotes começarem a invadir essa faixa não edificante; inclusive teve ocorrência de acidente no local: durante a execução da obra, o cidadão estava em cima da laje e, ao subir os vergalhões das colunas, o ferro encostou na fiação de alta tensão. Foi fatal. Durante as reuniões a Assessoria alertava sobre riscos, inclusive sobre o perigo das pipas, muito presente nas áreas periféricas.

Diferentemente do trabalho do PROHAB Autoconstrução, não houve na Vila Olinda a responsabilidade técnica individual por cada lote; afinal, não há a formalização de um pedido de alvará, dada a irregularidade da área. Já no caso do mutirão, por exemplo, além da ênfase no trabalho coletivo, o profissional é responsável pela obra, e, com isso, o produto acaba resultando de maior qualidade. Assim, como já foi sugerido no capítulo anterior, para a autoconstrução produzir bons resultados, os processos devem ser formalizados ao máximo.

FINAL

O mapa a seguir representa a situação atingida, possivelmente quando a equipe encerrava as atividades na área no segundo semestre de 1996, final da terceira gestão petista. Nesse período muitos já estavam construindo suas casas, conforme pode ser observado no mapa; de todo modo, restavam aproximadamente 150 unidades em barraco.

Depois do primeiro ano do trabalho-piloto na Vila Olinda, a equipe foi contratada pela Prefeitura para outras áreas, entre elas o Núcleo Habitacional Santa Luzia, conforme vimos no capítulo anterior. “Então a gente cuidava de 600 famílias mais ou menos, que era na Vila Olinda. Passamos a cuidar de 2 mil” (YAMAGUTI, 2021).

O ASSESSORAMENTO À POPULAÇÃO EM SUA ORGANIZAÇÃO

O assessoramento à população em sua organização é um tipo de trabalho que vai além da preocupação técnica que existe no assessoramento aos mutirões comunitários e no apoio à autoconstrução. É um trabalho relacionado à adaptação da comunidade ao novo ambiente configurado com as melhorias da urbanização, que implica também mudança nas pessoas e na sua organização coletiva.

Esse trabalho se iniciou com o reconhecimento da área e sua população e na criação dos coordenadores de viela, que foi uma estratégia inicial para levantar constantemente a demanda das pessoas, que terão maior afinidade com determinado grupo dentro da área.

Durante o trabalho da Assessoria, havia uma reunião semanal com a comissão diretiva da associação, coordenadores de vielas, Assessoria e população para serem tratadas as questões coletivas da área: infraestrutura urbana (água, esgoto, pavimentação, iluminação pública), serviços públicos e normas comuns (lixo, entulho, materiais inservíveis como móveis velhos, eletrodomésticos quebrados, pedaços de madeira e metal, estacionamento de carros nas vielas), obras e demandas gerais (muros de arrimo, escolas e cursos profissionalizantes, correio, documentação), entre outras questões mais específicas.

O objetivo final da Assessoria seria torná-los autônomos na busca de soluções e negociações com o poder público e torná-los capazes de visualizar a busca por melhores condições no local onde vivem.

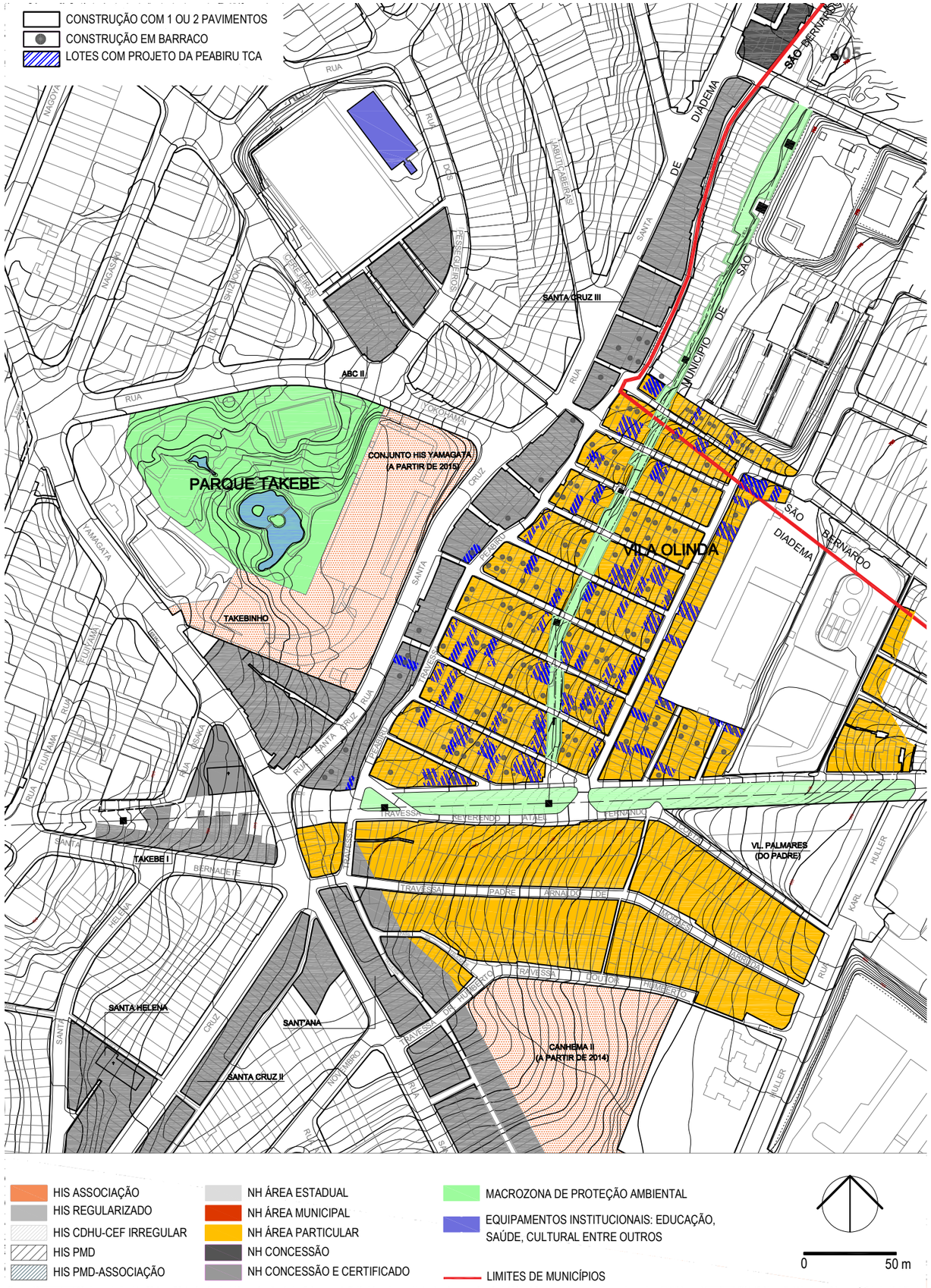


Figura 24: Implantação da Vila Olinda. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Apenas para dar um exemplo, até janeiro de 1996 não havia o serviço de coleta de lixo na área. A “área das caçambas” era um verdadeiro lixão que ficava sob a linha de transmissão e inclusive era utilizado também pela vizinhança, aumentando ainda mais seu volume.

A ação proposta foi construir uma jardineira no local com a mobilização dos moradores. A estratégia foi promover o envolvimento das pessoas e permitir que sentissem a diferença da qualidade e seu reflexo na vida cotidiana. As crianças costumavam brincar na área do lixão; não era uma situação digna; era urgente mostrar outros parâmetros, outras possibilidades para o local.

Com a extinção do lixão, havia a necessidade de definir junto à empresa de coleta qual seria a nova rota de passagem do caminhão de lixo. Essa questão também foi discutida nas reuniões, e por limitações físicas do espaço o caminhão só poderia passar pelas duas vias mais largas – Rua Peabiru e Rua Novo Cruzeiro. Desse modo, não haveria coleta porta a porta. Assim foram determinados locais, dias e horários de coleta, e a população se adaptou ao novo sistema estruturado. Esse é apenas um exemplo de ações que ocorreram no local, a partir de problemas que foram levantados nas reuniões. Também foi identificada a demanda de normatização do uso do espaço público. Por exemplo, com a pavimentação das vielas houve a chegada do trânsito e novas situações demandaram novas soluções: sinalização, redução de velocidade, entre outras táticas.

A equipe trabalhou durante dois anos na área. Durante esses dois anos houve um grande salto em relação às melhorias dos espaços públicos, principalmente pela implantação da infraestrutura e da pavimentação. E, sobre o trabalho de ATHIS ou apoio à autoconstrução, segundo YAMAGUTI (2021): “Eu quero acreditar que dentro deste processo todo você levou referências de boas formas de construir”. Ainda conclui:

> A ATHIS é um processo que tem que ser contínuo. O ideal é que em cada núcleo, em cada regional, você tivesse um escritório vde ATHIS permanente. Que eu acho que é a maneira que você tem inclusive para evitar tragédias. Você tem acompanhamento, você sabe os riscos que vão se acumulando ao longo do tempo. E hoje você tem um processo muito descontínuo. Eu estou falando isso, mas não exatamente qual o melhor formato, como a gente consegue fazer para levar isso. (YAMAGUTI, 2021)

RESUMO FINAL:
Repasse de recursos do FUMAPIS, para realização de serviços de Assessoria Técnica para apoio na urbanização e autoconstrução no N.H. Vila Olinda
PRAZO: 14 meses (05/01/1995 a 05/03/1996)

	PREVISTO	**EXECUTADO**
DIAGNÓSTICO	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	R$ 12.096,01	R$ 7.715,40
PLANEJAMENTO E PROJETO	R$ 15.279,31	R$ 20.930,50
ORIENTAÇÃO TÉCNICA	R$ 19.124,68	R$ 17.798,10
TOTAL	**R$ 51.500,00**	**R$ 51.444,00**

Tabela 4: Repasse de recursos do FUMAPIS, para realização de serviços de Assessoria Técnica para apoio na urbanização e autoconstrução no Núcleo Habitacional Vila Olinda, 1996.

Figura 25: Travessa Serra do Padre, 2022.

RESUMO FINAL:
Recursos para urbanização do N.H. Vila Olinda (1995-1996)

SERVIÇO	QUANTIDADE	ÓRGÃO/SETOR	TOTAL
ÁGUA	2.190 M 482 LIG.	SANED (MUTIRÃO)	R$ 18.987,30
ESGOTO	1.600 M	DEP. HABITAÇÃO (MUTIRÃO)	R$ 28.800,00
DRENAGEM (D=60 CM)	218 M	SEC. OBRAS (PEABIRU TCA)	R$ 23.980,00
CANALIZAÇÃO DE CÓRREGO	365 M	SEC. OBRAS	R$ 55.845,00
COLOCAÇÃO DE GUIAS E SARJETAS	3.320 M	-	R$ 78.053,20
PAVIMENTO CONCRETO PAVIMENTO BLOQUETE	3.828,25 M² 3.313,25 M²	SEC. OBRAS (MUTIRÃO /PEABIRU TCA)	R$ 38.435,63 R$ 33.265,03
MURO DE ARRIMO	212 M²	PEABIRU TCA (MUTIRÃO)	R$ 37.736,00
ASSESSORIA TÉCNICA		PEABIRU TCA	R$ 51.500,00
PROJETO		PEABIRU TCA	R$ 5.800,00
TOTAL			**R$ 372.402,16**

Tabela 5: Recursos para urbanização do Núcleo Habitacional Vila Olinda, 1995-1996.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Características da Assessoria Técnica:

- Existe uma rotatividade de coordenadores e colaboradores, demonstrando ausência de hierarquia na equipe;
- Essa mesma relação de ausência de hierarquia é refletida nos trabalhos com os grupos assessorados, reforçando a ideia de corresponsabilidade entre os envolvidos;
- A Assessoria Técnica é também um espaço para discussões e compartilhamento de decisões e posturas políticas que são refletidas nos trabalhos realizados;
- A Assessoria Técnica tem como objetivo colaborar com uma cidadania ativa, o ideal de transformar a sociedade.

Questões preliminares do trabalho:

- Antes de propor algo para a comunidade, é fundamental conhecer as pessoas, seus hábitos e sua organização;
- A realização do levantamento da situação existente – realidade física e social – irá colaborar com o conhecimento da realidade da comunidade e a lógica do lugar;
- É fundamental entender os vínculos e as relações entre as pessoas: local de origem, amizades, grau de parentesco, e assim por diante. Esse entendimento poderá colaborar na organização dos trabalhos necessários para a melhoria do local;
- É importante frequentar a área em diferentes momentos e horários: manhã, tarde, noite, nos fins de semana etc. É importante entender a dinâmica do lugar nos diferentes períodos, e assim conseguir abranger todas as pessoas no processo;

- É interessante identificar os verdadeiros líderes da área. Isso não significa que seja o líder oficial. Normalmente são pessoas em que a população deposita confiança para expor problemas de ordem pessoal, expressa descontentamentos e contentamentos verdadeiros e indica problemas reais da área;
- Torna-se um verdadeiro desafio manter as convicções e os ideais da Assessoria, que deve procurar equilibrar a ansiedade dos agentes envolvidos com relação à visibilidade dos resultados.

Questões gerais do trabalho:

- O plano deve ser traçado a partir da vontade coletiva, da forma mais democrática possível;
- As ações coletivas colaboram com a proximidade entre agentes, Assessoria e grupo de moradores;
- A mobilização coletiva colabora com o aprimoramento da capacidade de organização da comunidade;
- É importante que as pessoas entendam quais são e como funcionam os diferentes serviços públicos da cidade: SANED, Eletropaulo (atual ENEL), serviço de limpeza e coleta de lixo, de transporte, e assim por diante. É importante fazer contato com os representantes de tais serviços e fazer com que as pessoas entendam as obrigações, de ambas as partes, para possibilitar o bom funcionamento da área ao longo do tempo;
- Dentro do processo de urbanização, todas as opções devem ser compartilhadas, e o processo de decisão deve ser democrático;
- A Assessoria Técnica deve colaborar com a adaptação da comunidade ao novo ambiente configurado com as melhorias da urbanização.

APOIO À AUTOCONSTRUÇÃO – PROJETO

Não faz parte da realidade das pessoas que moram em áreas mais vulneráveis contar com o serviço profissional para a construção de suas casas. Nesse sentido, é importante:

- Realizar trabalho de divulgação sobre o benefício para que as pessoas entendam que poderão contar com o serviço profissional;
- Explicar de forma clara por que é importante contar com o apoio profissional para que as pessoas passem a desejar tais serviços;
- Ao final, é sempre muito valioso contar com o maior número possível de anuências ao programa;

Na Vila Olinda os lotes já estavam definidos. Quando houver a oportunidade de propor um novo loteamento, é bastante positivo realizar ensaios de tipologias possíveis nos lotes previstos, entendendo a insolação, principais vistas, acessos etc.

- Um projeto racional de loteamento, com padronização de lotes, facilitará a posterior condução individual dos projetos;
- É fundamental criar parâmetros de projeto para que seja possível um atendimento em massa, mesmo em lotes individuais. Por exemplo: modelos de banheiros padronizados (dois ou três tipos), padrões de garagem (mínima e básica), criar uma padronização de vãos e aberturas (portas e janelas), definir padrões de varandas (mínima e básica, por exemplo), modelos de escadas, e assim por diante;

- É imprescindível existirem regras claras de uso e ocupação do solo para as novas construções e para as reformas. No início do trabalho podem ser realizados alguns projetos genéricos para iniciar as discussões sobre programa, porte da construção e até aspectos estéticos: cores, aberturas etc.;
- É muito importante não abrir nenhum tipo de exceção às regras, pois isso poderá fragilizar toda a ação de apoio à autoconstrução;
- É altamente recomendável discutir ao máximo o programa de necessidades com as famílias para evitar desacordos durante a obra. É tarefa importante da assessoria perceber se realmente houve o entendimento do projeto pelos interessados;
- É crucial a presença de todos os moradores fixos da habitação nas reuniões de definição do projeto;
- Antes da discussão individual, é vantajoso criar tipologias iniciais que, no geral, atendam o grupo de famílias. Para que na fase individual sejam realizados poucos ajustes nos projetos padronizados;
- É importante formalizar o aceite do projeto; seria a ação mínima para casos em que não existe o procedimento legal junto à Prefeitura.
- É altamente recomendável formalizar o projeto com a emissão do registro de responsabilidade técnica. No caso da obra, havendo o supervisionamento frequente, é importante também formalizar o trabalho. Essa prática irá colaborar com o entendimento sobre o rigor (no bom sentido) e as responsabilidades do trabalho técnico profissional. O arquiteto ou engenheiro deverá ficar atento para dar baixa na sua responsabilidade havendo algum tipo de desacordo durante o processo.

O maior desafio: conseguir controlar a ansiedade das pessoas, que entendem que o primeiro passo é começar a obra, e não o projeto. Sabemos que o projeto demanda tempo, ainda maior em uma discussão coletiva. A Assessoria, enquanto conhecedora do processo de elaboração de um projeto, deverá transmitir esse conhecimento à comunidade e mostrar para as pessoas que, quando existe um bom planejamento, o tempo que se ganhará na obra compensará.

APOIO À AUTOCONSTRUÇÃO – OBRA

- É recomendável definir regras básicas da construção, como um manual, para facilitar a comunicação entre a Assessoria e autoconstrutores, por exemplo: especificar os diferentes tipos de traços de concreto, tempo e procedimentos de cura do concreto, padrões de revestimentos, padrões das entradas de energia e água, ou seja, dúvidas que são colocadas com frequência nas diferentes obras que podem ter respostas padronizadas, para evitar desajustes entre as partes envolvidas – Assessoria e equipe da obra;
- Ao propor soluções novas, que fogem à velha regra da construção, é válido mostrar sua aplicação em um caso real para que as pessoas se sintam seguras em optar por outra proposta;
- Utilizar casos reais para demonstrar possíveis problemas nas obras, assim como o inverso: mostrar bons exemplos de construção para que sejam disseminados na área;
- No geral, é imprescindível existir um trabalho técnico permanente para conseguir acompanhar todo o processo da autoconstrução que ocorre ao longo de alguns anos;
- Sugere-se ações especiais, como palestras ou outros eventos, para reforçar as questões de riscos durante a obra;
- Recomenda-se ações especiais para fortalecer conceitos fundamentais ainda pouco difundidos. Por exemplo, poderia haver uma ações específicas sobre a importância da impermeabilização ou sobre cuidados na cobertura entre outros temas que surgiram nas discussões com os envolvidos.

5.6

ESTUDO DE CASO VILA POPULAR: NOVA VISÃO SOBRE URBANIZAÇÃO

A Vila Popular tem 55.619 metros quadrados e representa a principal área no aglomerado de núcleos formado por Vila Modelo, Modesto de Carvalho, Amador Bueno, Ana Sofia e Goyotin, conforme pode ser observado no mapa a seguir. Esse aglomerado possui cerca de 5.500 habitantes. A densidade populacional gira em torno de 800 hab/ha.

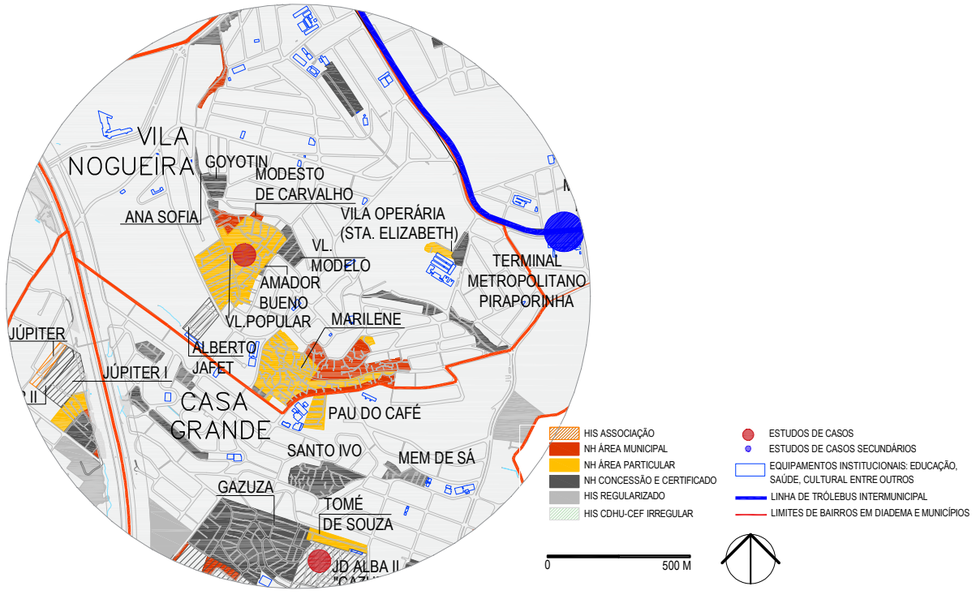


Figura 26: Mapa da Vila Popular e arredores. Redesenho autora sobre Mapa Geral, 2002.

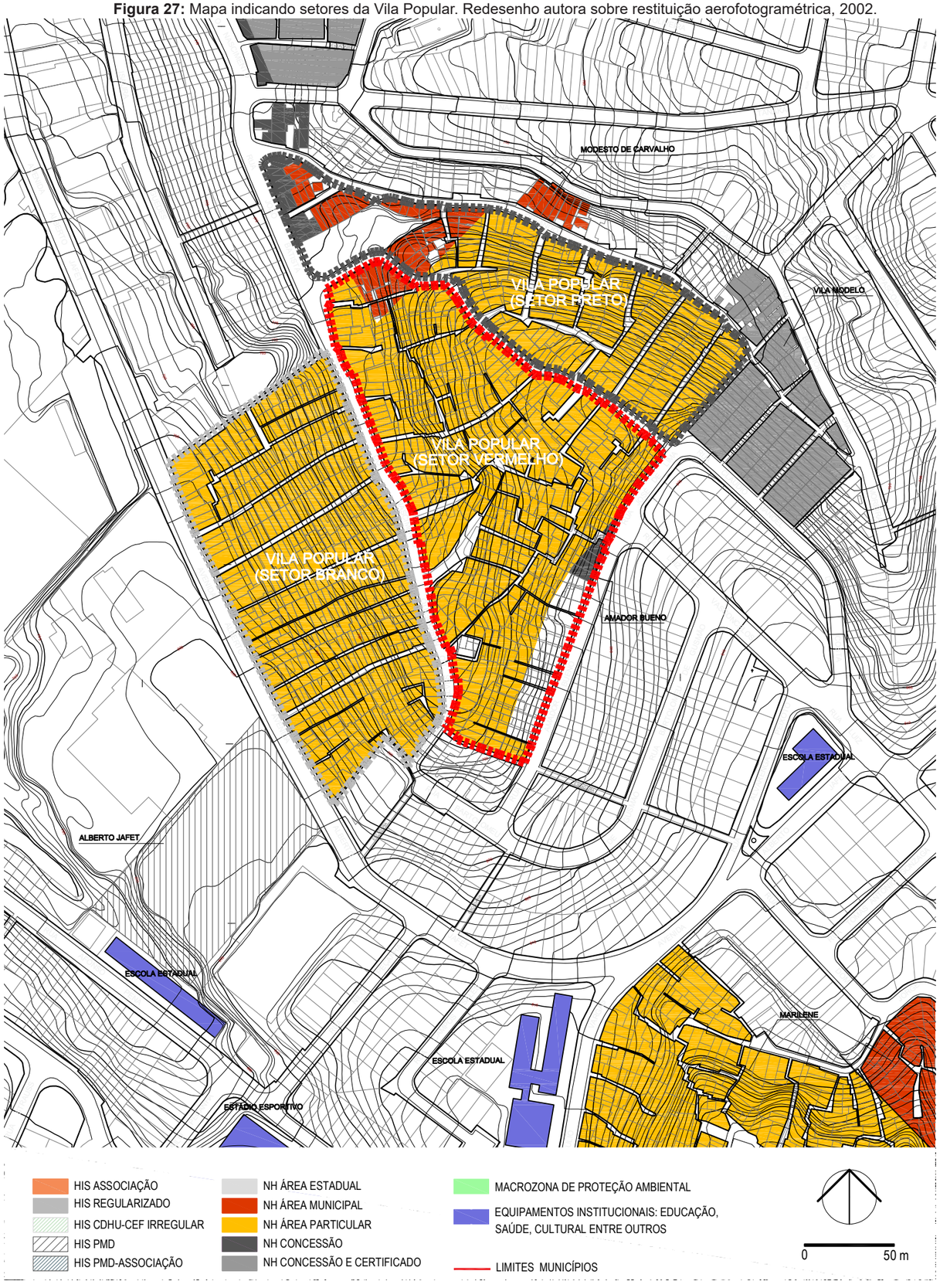
O núcleo se encontra na sua quase totalidade em área particular e teve o início da urbanização na gestão de José Augusto (1989–1992). A área tem inclinações acentuadas da topografia. Sua característica fundiária foi um dos aspectos que impediram um processo de urbanização mais antecipado e consistente. Assim, a área se consolidou precariamente.

> A dificuldade em trabalhar em área particular era muito grande. A questão jurídica pesava muito. Por isso que foi meio que trabalhado pelas bordas, tinham pessoas que já estavam de frente para a rua. Mas abrir uma rua dentro o pessoal não fazia porque era um risco de estar intervindo num setor, numa área particular. (NAKAMURA, 2022)

As ruas são mais sinuosas, os lotes não se mantêm dentro de um mesmo padrão de área e formato, ou seja, não existe um padrão de urbanização do mesmo modo que vimos em outras áreas. A remoção de famílias se tornou imprescindível para a continuidade do processo de urbanização, pois somente assim seria possível disponibilizar espaço para abrir ruas e vielas e permitir uma melhor distribuição dos lotes.

Devido às suas dimensões, e a fim de hierarquizar e planejar as intervenções, durante o processo de urbanização a área foi dividida em três setores: preto, vermelho e, por último, o setor branco.

Figura 27: Mapa indicando setores da Vila Popular. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.



Os setores preto e vermelho são os trechos de ocupação mais antiga, com início na década de 1970, se intensificando ao longo dos anos, até chegar a seu ápice de ocupação no início dos anos 1990. A Passagem do Progresso fica entre esses dois setores e representa o nível mais elevado na área, com declive de um lado em direção à Passagem Orlando e, no outro lado, em direção à Rua João Batista Alves do Nascimento, os dois eixos viários que possuem córregos canalizados sob seu leito carroçável.

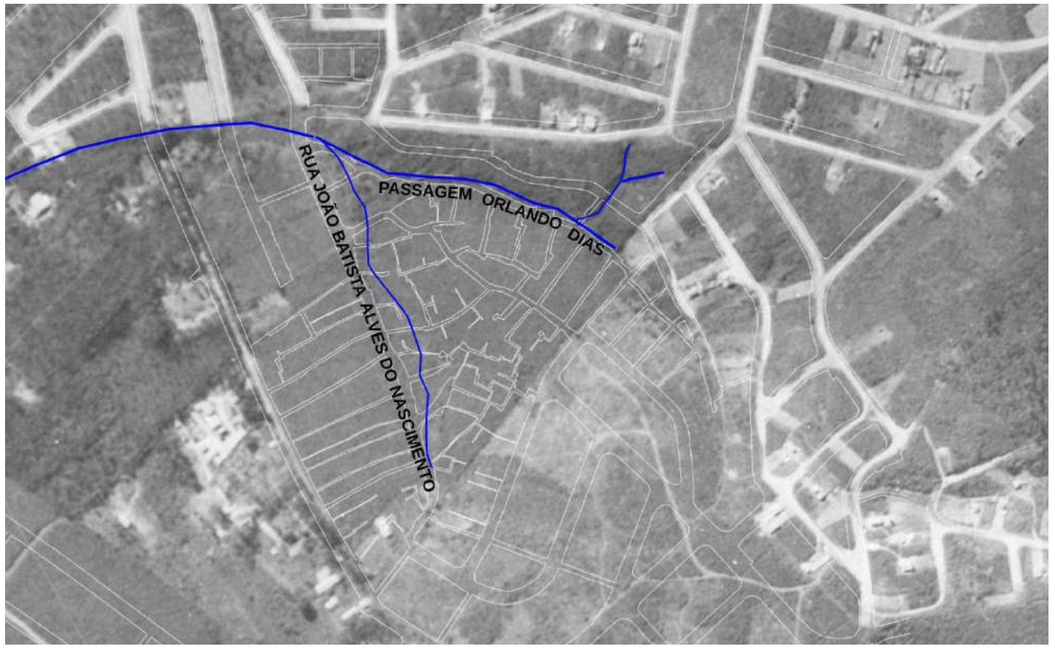


Figura 28: Destaque para os córregos sobre imagem aérea de 1958. Fonte: marcações da autora sobre foto aérea de 1958.

No setor preto é possível notar que o processo de urbanização conseguiu avançar mais e se encontra mais bem consolidado em relação aos outros trechos da área. Os lotes são mais homogêneos, as vielas são menos sinuosas em relação ao setor vermelho. O processo de nomeação se finalizou antes dos outros setores. Esse setor passou pelo processo de urbanização durante a gestão de José Augusto (1989–1992). “A urbanização do ‘setor preto’ começou na gestão 89/92, com abertura das vielas e construção de obras de infraestrutura (escadarias, redes de água, esgoto, drenagem). Estava bastante avançada em 1992” (LOBO JÚNIOR, 2022).

O setor vermelho, coração da área, foi o foco do projeto de urbanização realizado durante a gestão de Filippi (1993–1996). Teve sua implantação parcial, pois nem todas as pessoas aderiram ao plano de remoções para desadensamento da área. Este é o trecho que possui as vielas mais sinuosas e que mais representa o processo de ocupação espontâneo que a área teve.

O setor branco foi ocupado repentinamente, no início dos anos 1990. Era um talude que até então se mantinha vazio. Por mais que exista maior ordenamento dos lotes e das vielas em comparação ao setor vermelho, as vielas são muito alongadas e estreitas, causando prejuízos à salubridade das habitações. De todo modo, é possível entender que é resultado de uma ocupação organizada. “O ‘setor branco’ foi fruto de uma ocupação organizada por volta de 1990/91, e no próprio processo de ocupação as vielas foram sendo organizadas pelos ocupantes” (LOBO JÚNIOR, 2022).

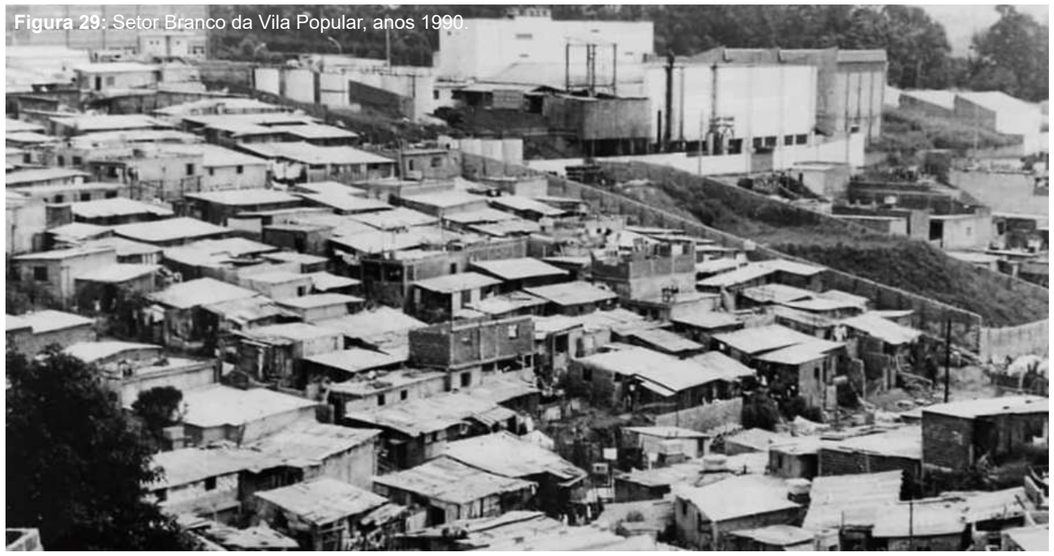


Figura 29: Setor Branco da Vila Popular, anos 1990.

A urbanização da favela passou a ocorrer a partir da grande reivindicação da comunidade. Sua capacidade de organização já se manifestava em 1982, quando fundaram a Sociedade Amigos dos Moradores da Favela de Vila Popular.

Assim como a Vila Olinda, essa área também participou do Programa de Autogestão, e a partir desse apoio eles puderam realizar a urbanização de forma mais organizada e intensa. A USINA CTAH, a mesma Assessoria Técnica do Conjunto Habitacional Cazuza, foi contratada diretamente pela associação dos moradores da Vila Popular para fazer o plano de urbanização da área. De todo modo, já havia estudos anteriores, realizados pela própria equipe da Prefeitura. O plano realizado nessa oportunidade considerava a intervenção direta no setor vermelho, conforme pode ser observado no projeto mostrado a seguir.

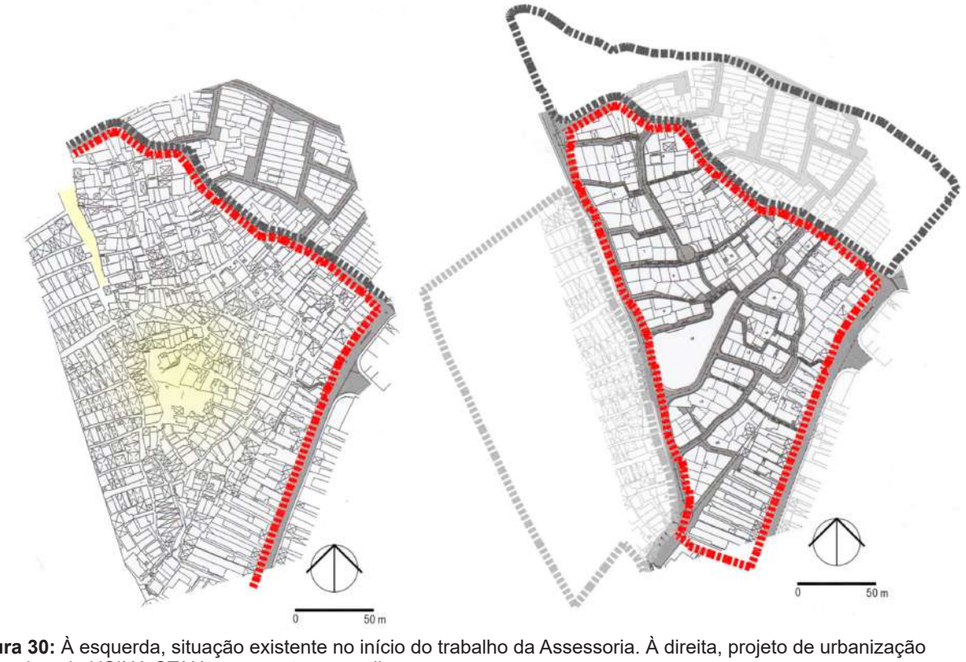


Figura 30: À esquerda, situação existente no início do trabalho da Assessoria. À direita, projeto de urbanização realizado pela USINA CTAH para o setor vermelho.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO

As primeiras famílias foram morar na área nos anos 1970. Nessa época, existiam poucas construções, bastante simples e de madeira. Dona Maria, moradora da área desde 1978, conta como chegou ao local:

> Vim do Ceará para Diadema, já era casada. Quando eu cheguei acho que tinha pouquinho barraco, dava pra contar. Antes a gente pagava aluguel, no Campanário, no Macahuba, no Caixote em Pé. Meu irmão já morava aqui, disse que tinha um barraquinho pra vender, aí meu marido foi e comprou de uma pessoa que costumava vender barraco para as pessoas. Foi melhor porque saiu do aluguel. Mas quando chegou aqui… o meu marido queria voltar, pois era muito perigoso. (Dona Maria, 2022)

O local não tinha nenhum tipo de infraestrutura. Não tinha eletricidade, nem mesmo clandestina. Segundo Dona Maria (2022), “era só mato, e sapos dentro do mato, tipo um brejo”. As famílias mais antigas resistiram muito tempo na área sem eletricidade, praticamente sem nada. Não tinham geladeira nem qualquer outro tipo de eletrodoméstico. “No começo a gente acendia um candeeiro. Depois meu marido conheceu um homem que emprestou energia para puxar um bico de luz”, complementa a moradora da Passagem do Progresso, a primeira via que foi constituída na área, entre os setores vermelho e preto.

Zequinha chegou à área em 1972, aos 12 anos, vindo da Bahia. Chegou e se instalou com sua família sem precisar comprar barraco: “Na época era tudo ainda meio vazio”. Um ano depois, ele conta que apareceu uma pessoa que se dizia dona da área e tirou todo mundo que morava lá. Migraram para outra favela bem próxima, Promissão (Santo Ivo). Mas, pouco tempo depois, ele voltou para a Vila Popular, comprando um barraco. Zequinha explicou que, “quando uma pessoa queria ir embora da área, vendia o barraco que já estava montado” – foi assim que voltou para a área. Zequinha morava perto da atual Rua João Batista Alves do Nascimento, entre o setor vermelho e o branco. Ao mostrar para esse morador os mapas do “existente” e do “proposto” do projeto realizado pela USINA CTAH (Figura 30), ele se recorda do trecho da rua que era mais largo e que depois virava um “bequinho” (destacado em amarelo na Figura 30).

Também confirmou a existência de uma área vazia no meio (destacada em amarelo na Figura 30) que afundava e se desmanchava quando chovia. O barraco de Zequinha ladeava esse vazio; segundo ele, “era muita lama, e, se colocava o pé, afundava, por isso ninguém morava lá”. Segundo alguns moradores, havia muitas minas de água no local. “Tinha água limpinha. Até aqui a água era limpinha. Tinha um monte de mina. Depois foi vindo gente, vindo gente, aí foi sujando. O momento que chegou mais gente foi nos anos 90, por aí. Até 80 e pouco, tinha pouca gente” (Zequinha, 2022). O córrego presente na Rua João Batista Alves do Nascimento servia para escoar o esgoto, dada a ausência de saneamento básico no local. A situação era bastante crítica.

O setor branco também é conhecido como “Jafet” ou “Vila Popular 2” e foi ocupado no início dos anos 1990. Diferentemente dos outros setores, as vielas foram sendo organizadas pelos moradores a medida que chegavam na área (LOBO JÚNIOR, 2022). O traçado evidencia que houve uma ocupação com predefinição dos lotes. Anteriormente ocupação o trecho era um talude vazio. Além da alta declividade, as vielas são extremamente estreitas, algumas chegam a ter menos de um metro de largura, e são muito alongadas, em torno de cem metros de comprimento, gerando sérios problemas de mobilidade e insalubridade nas moradias.

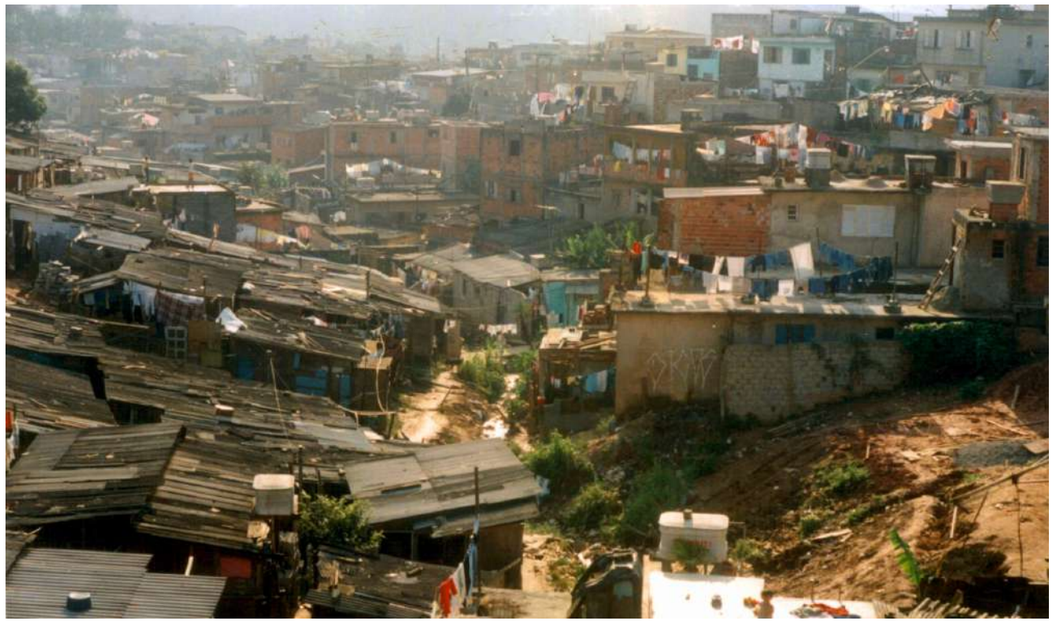


Figura 31: Ao centro, Córrego Curral Grande antes da canalização sobre a Rua João Batista Alves do Nascimento. A foto representa a situação existente na área quando a Assessoria Técnica iniciou o projeto de urbanização, no início dos anos 1990.

Ao questionar alguns moradores dos setores preto e vermelho sobre o setor branco, foi possível perceber que não entendiam com clareza que o trecho fazia parte da Vila Popular. Também é possível notar que, devido às condições mais precárias de urbanização, pode ser considerado o trecho menos valorizado da área. Ao conversar com Francisca é possível perceber essa questão:

> Vim pra cá quando minha filha tinha 5 anos (1996). Eu dei o terreno para minha tia, pois meu marido não queria morar lá pra cima de jeito nenhum (no Jafet). A gente pagava aluguel. Depois a coisa apertou, porque eu fui mandada embora, aí apareceu dois cômodos lá em cima pra comprar. Mesmo relutando, meu marido acabou cedendo. Ficamos seis anos lá, depois vendi, e vim para cá (setor vermelho). (Francisca, 2022)

SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Para entender o processo de urbanização foi importante o relato do arquiteto Wagner Germano (2021), que trabalhou nesse projeto entre os anos de 1994 e 1995, momento em que a Assessoria Técnica USINA CTAH foi selecionada pela Associação de Moradores para realizar o projeto da área. Também foi importante o relato dos gestores da Prefeitura, entre eles Milton Susumu Nakamura (2022) e Rubens Liberatti (2022). Dona Vera Lucia era da comissão na época e colaborou com seu depoimento (Vera Lucia, 2022), assim como Jeferson Leite (2022), atual presidente da Associação e filho de Edmundo, que foi um importante líder da Vila Popular.

Wagner Germano (2021) informa que Edmundo foi um importante interlocutor desse projeto com a equipe da Assessoria Técnica; afinal, era um projeto que exigia proximidade com o lugar e com as pessoas para ser realizado. Inicialmente, a Prefeitura apresentou as principais lideranças para a equipe da Assessoria. Tendo esse primeiro contato, puderam frequentar a área sem problemas durante o período de realização do trabalho.

Vera Lucia (2022) confirma o papel fundamental que Edmundo tinha na área. Conta que a comissão informava a ele o que precisava, e ele tinha a função de negociação com a Prefeitura. Desde o fornecimento de material para obras que estavam sendo realizadas por mutirão, como também a necessidade de apoio profissional para algumas questões na área, eram reivindicações típicas de rotina naquele período.

Vera Lucia (2022) informa que Edmundo organizava os mutirões para abertura das vielas, implantação de infraestrutura, entre outras ações. “O papo direto era com o Edmundo. Ele era nosso porta-voz” (VERA LUCIA, 2022). Edmundo foi uma liderança importante no Movimento de Moradia na cidade como um todo. Figura carismática, tinha grande habilidade para mobilizar as pessoas.

Sobre o projeto de urbanização realizado pela Assessoria Técnica, o primeiro passo foi fazer o levantamento urbanístico. Uma empresa contratada pela Prefeitura fez o levantamento topográfico. Como era um projeto pouco convencional e com diversas dificuldades para o levantamento, a USINA CTAH acompanhava o trabalho de perto, conferindo e sempre solicitando informações adicionais, visto que “a favela era muito densa, o topógrafo levantava o que dava para levantar”, conforme relata Wagner Germano (2021).

O levantamento deveria informar o número de barracos no local. Devido à complexidade da área, era comum o levantamento representar barracos unidos; portanto, esse era um tipo de ajuste que solicitavam: “Olha, aqui não é um, são três barracos”, por exemplo. Os limites das vielas em relação aos barracos era outro ponto importante: deveriam ter o levantamento bastante preciso, pois representavam os espaços públicos e privados da favela.

Assim, com o levantamento compatível com a realidade do local, passavam para a etapa de trabalho de classificação de categorias, em relação ao estado de conservação e ao tipo de construção. Nessa etapa, definiam categorias, como as listadas a seguir:

(1) Habitação precária: feita de papelão, madeirite ou qualquer tipo de material pouco durável;
(2) Alvenaria precária: construção com blocos, porém sem fundação, sem pilares, sem vigas, ou seja, algo que o morador fez somente para sair do estágio máximo de precariedade;
(3) Alvenaria consolidada: casa construída com blocos, com fundação e estrutura, porém sem acabamentos;
(4) Alvenaria consolidada com acabamento: mesmas características da categoria anterior, acrescido o acabamento das paredes, com telhado, com janela de boa qualidade, e assim por diante.

A equipe olhou barraco por barraco e, além de conhecer as condições das habitações, conheceu também as pessoas. Ao que parece, foi um processo bastante similar ao realizado na Vila Olinda, mas o objetivo final da Vila Popular seria fazer o redesenho do traçado das vielas e a disposição dos lotes a partir da lógica existente, enquanto na Vila Olinda a estrutura do loteamento já estava previamente definida.

> Na Vila Popular a gente teve que mudar a visão de urbanização. Para mim também foi superdifícil, porque o pessoal estava muito acostumado a fazer aquele processo de urbanização, de abrir viela e fazer parcelamento de 42 m². Só que na Vila Popular o grau de consolidação era muito alto. Foi uma época em que esse tipo de debate apareceu. E aí tinha o pessoal que ainda insistia em fazer com o método antigo, mas aí a gente entrava com a questão: o cara já está com uma casa de alvenaria… vai derrubar aquilo? (NAKAMURA, 2022)

Assim, o projeto deveria prever abertura de novas vias, definição dos lotes, implantação de infraestrutura, condições para passagem de ambulância e caminhão do lixo em ponto estratégico da área e melhorias urbanísticas no geral, de todo modo, partindo da lógica existente, que, nesse caso, era bastante complexa e um tanto quanto desordenada.

Ao fazer a leitura da área, passaram a estabelecer critérios para consolidação ou remoção das moradias existentes. Por exemplo, evitariam mexer nas construções mais consolidadas, com estrutura e acabamentos. Assim, para abertura ou alargamento de uma via, avaliavam os dois lados da viela e, em um primeiro momento, adotavam a remoção do lado mais precário.

Wagner Germano (2021) contou um caso que ilustra como ocorriam as decisões para as remoções, pois nem sempre era possível seguir objetivamente os critérios das condições físicas das moradias; afinal, muitas vezes a lógica pré-existente de convívio e organização das pessoas prevalecia sobre as demais questões.

A Viela 3, por exemplo, era um eixo importante que cruzava o setor vermelho, conectando-se diretamente às ruas principais – Rua João Batista Alves do Nascimento e Rua do Progresso. Essa viela tinha, de um lado, as construções mais consolidadas, e do outro lado predominavam os barracos de madeira. Pela leitura da equipe, entendiam que seria uma via indicada para o alargamento, para possibilitar o acesso de ambulância e outros serviços públicos, ou seja, poderia melhorar a estrutura do lugar. Porém, a viela tinha mais ou menos 2 metros de largura e precisaria no mínimo de 3 metros para a função desejada.

Como critério lógico inicial, pensaram em tirar o lado no qual prevaleciam as construções de madeira. No entanto, no meio dos barracos existia uma construção mais consolidada, um bar, ponto de encontro das pessoas na área. Foram analisar o outro lado e identificaram uma senhora que cuidava das crianças da comunidade para as mães conseguirem trabalhar. Naquele tempo, havia muitas dificuldades para conseguir uma vaga em uma creche; portanto, sua remoção causaria um descompasso para as mães que precisavam trabalhar.Assim, optaram por fazer uma remoção parcial no bar e manter a casa da senhora que cuidava das crianças.

Como vimos no início do capítulo, a Prefeitura havia disponibilizado terrenos vazios para reassentamento das famílias removidas das favelas em processo de urbanização. Para o caso da Vila Popular, as opções de atendimento fora da área ocorriam no alojamento existente no local em que futuramente seria construído o Conjunto Habitacional Júpiter ou em barracos construídos pela Prefeitura no Loteamento Vinicius de Moraes.

"Na época, morar em um Conjunto Habitacional era mesmo coisa de outro planeta", lembra Wagner Germano (2021) sobre a novidade que representava o Conjunto Júpiter, primeira proposta habitacional verticalizada realizada pela Prefeitura para demandas de favelas. A situação era tão desconhecida pelas pessoas que na época ainda não existia uma aversão a morar em apartamentos, mas é possível perceber que, no geral, elas preferiam continuar na Vila Popular, até pela novidade que representava.

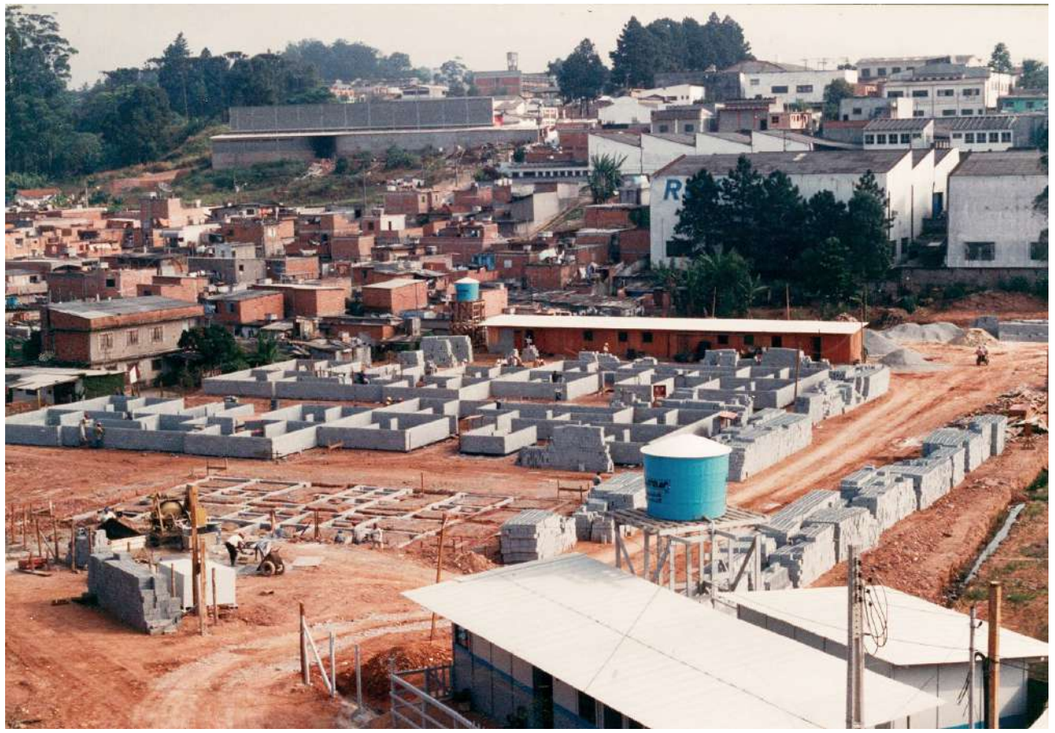


Figura 32: Conjunto Júpiter em construção (1996).

As remoções ocorriam para abrir ou alargar vias, como também em situações de subdivisão de barraco. Para melhorar o padrão do lote, era mantida uma família, e outra, por exemplo, iria para as áreas de reassentamento (alojamento da Júpiter ou barraco no Loteamento Vinicius de Moraes).

A família que ficava tinha seu lote demarcado e depois poderia construir uma casa definitiva de alvenaria, pois nesse processo a Prefeitura estaria consolidando um lote na área.

No caso de Dona Maria, seu barraco era bem pequeno, mas tinha uma área livre, uma espécie de quintal. Essa senhora teve o espaço de sua moradia reconfigurado; de todo modo, continuou praticamente na mesma localização original. Ela explica:

> Só poderia construir quando eles marcassem. Tirou um pedacinho do barraco. Jogou mais para cá para abrir a viela. E fecharam outra viela para encostar o de lá... Aceitei numa boa. Eles disseram que não ia tirar a gente daqui, porque a gente era os mais antigos. Era o pessoal da comissão que falava com a gente. (Dona Maria, 2022)

Por sua explicação é possível entender que aqueles que moravam há mais tempo na área tinham prioridade no atendimento no local. Também é possível entender que a marcação do lote pela Prefeitura representava um momento de consolidação na área, e com isso se iniciava a construção permanente da moradia.

O processo de consolidação das vielas se dava a partir da marcação dos lotes redefinidos no plano. Era importante a mobilização de todos; afinal, se tratava de uma área comum. “Eu participava do mutirão com um barrigão.... porque o meu marido estava trabalhando, e eu ia fazer a nossa parte”, conta dona Maria (2022).

Segundo informações da Prefeitura, logo no início do processo de urbanização, em 1994, foram removidas cerca de 107 famílias do setor preto, que foram para o alojamento provisório do Conjunto Júpiter. A partir dessas remoções foi possível fazer as melhorias no setor, como a execução das obras de canalização do afluente do Curral Grande e a abertura do viário, hoje Passagem Orlando Dias.

Outras 49 famílias foram transferidas para o Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes, viabilizando nova etapa de obra, no setor vermelho. Nessa fase houve a canalização do Córrego Curral Grande e a implantação da Rua João Batista Alves do Nascimento.

GERMANO (2021) informou que a Prefeitura tinha algumas questões preconcebidas, ou seja, havia um acúmulo de informações e trabalho realizado pela equipe interna antes da contratação da Assessoria. Durante todo o tempo de realização do trabalho, os arquitetos da USINA CTAH conversavam com as pessoas na área, explicando e sempre ajustando a proposta para que fosse viável sua implantação.

Essas situações demonstram que não se trata de um projeto concebido somente pela equipe da Assessoria Técnica. “Se eu fizer da minha cabeça, eu posso fazer bobagem”, reforça o arquiteto Wagner Germano (2021). Por mais que exista um trabalho coletivo e interdisciplinar da Assessoria Técnica, tal equipe não substituirá a visão daqueles que moram no local e de outros agentes, neste caso, a equipe da Prefeitura. Trata-se de um trabalho realizado a muitas mãos, um projeto construído com o envolvimento de várias pessoas. Havia uma conversa muito franca sobre o projeto. Por exemplo, durante as discussões surgiam outras sugestões de traçado das vielas, e, se havia algum impedimento técnico, como a alta declividade, os arquitetos explicavam por que não era uma boa ideia, e vice-versa. Assim, as questões eram pactuadas à medida que havia um entendimento coletivo sobre qual seria a melhor proposta para cada situação encontrada.

Dona Vera trabalhou por três anos em uma empresa no Taboão, sem férias, para conseguir juntar dinheiro para comprar um barraco na Vila Popular. Conseguiu dar a entrada na compra do barraco em 1987 e parcelou o restante. O barraco era de blocos e tinha a parede geminada com a de seu compadre. Morou com sua família nesse barraco até o ano de 1994, momento em que houve a demarcação do lote com o processo de urbanização. Ao ser questionada sobre as maiores dificuldades para implantação do plano, ela responde:

> A maior dificuldade foi que as pessoas não queriam sair da área. Também demorou um pouco até organizar as pessoas, tinham reuniões, não foi assim chegar na marra e tirar de qualquer jeito. Várias reuniões, muita conversação... Tal dia. Se no dia que tivesse marcado não desse, marcava de novo... Tinha que persistir... (Vera Lucia, 2022)

Assim, é possível entender que a maior dificuldade foi de fato a necessidade de desadensamento da área, afinal, nem todos abdicaram de um espaço maior inicial para melhorar a situação de outros lotes. Ao ser questionada sobre o que foi mais importante no processo, ela responde prontamente sobre a melhoria na vida. E complementa informando quais foram as principais questões que ainda ficaram a desejar:

> Eu sei que saiu muita gente, mas foi para o bem de todos. As pessoas estão bem lá e nós estamos bem aqui. Todo mundo ficou melhor. Se não saísse não dava para urbanizar ninguém. O mais difícil é que uns aceitavam e outros não. Tem viela que ficou toda torta. Um ficou com uma casona, e outro espremido no meio. As casas ficaram mal divididas. Começa larga e termina estreitinha. (Vera Lucia, 2022)

Vera Lucia (2022) entende que a implantação do projeto não ficou melhor porque nem todas as famílias que tiveram seus domicílios demarcados como remoção concordaram em sair. E, mesmo para os que permaneceram, nem todos aceitaram ajustar as dimensões do lote; assim, ficaram alguns lotes grandes e outros com as dimensões abaixo da mínima. Alguns lotes ficaram com formatos irregulares, o que prejudica uma boa setorização interna da residência, principalmente dentro do processo por autoconstrução.

Quando questionada sobre o processo de demarcação do lote e construção da moradia definitiva, Vera Lucia (2022) se recordou de que, após a demarcação, um poste de luz desativado ficou um bom tempo dentro de seu lote, no local onde hoje se encontra a cozinha. Depois tiraram o poste e começaram a construir, com laje e tudo. “Demorou, mas conseguimos ter a moradia digna.”

Na opinião de Zilda G. de Souza (2022), moradora da área desde 1982, não existe mais esse processo de urbanização como ocorria anteriormente em Diadema. Ela usa o exemplo da área da Coca-Cola, uma área com mais de mil lotes, que foi uma ocupação em área particular, no Bairro Piraporinha, liderada por Edmundo no final dos anos 1990. “Quando foi para lá, já teve um certo cuidado. Se você vê, a diferença das ruas lá, é totalmente diferente, e lá não tem essa não”, diz, referindo-se ao processo de ocupação organizado previamente, e não espontâneo, como ocorreu na Vila Popular ou no Marilene. Lá os lotes e as vielas apresentam um mesmo padrão. De todo modo, com carência de áreas verdes e livres e áreas para outros usos que não sejam apenas o residencial, dentro de um processo urbanístico totalmente ausente de qualidade.

Durante a entrevista com Vera Lucia, estavam também presentes seu Vidal, seu marido, e Zilda. Ao final eles lamentaram que atualmente não exista mais a mobilização coletiva que eles tinham antigamente.

> Antes era assim, toda vez que a gente queria mudança de alguma coisa, nós ia lá brigar. Juntavam os moradores aqui e ia lá brigar. E hoje não existe isso mais. Para chegar água aqui, nós fizemos foi festa lá na porta da SABESP, foi três vezes... E fizeram! Hoje em dia ninguém quer nada, só reclama, e não corre atrás. Antigamente eu brigava pelas coisas, aqui foi muito esforço da gente, dos moradores... para chegar onde nós chegamos. E agora tem que ser a nova geração, tem que correr para isso. Aqui é luta, para conseguir alguma coisa tem que brigar, tem que batalhar…. (Vera Lucia, 2022)

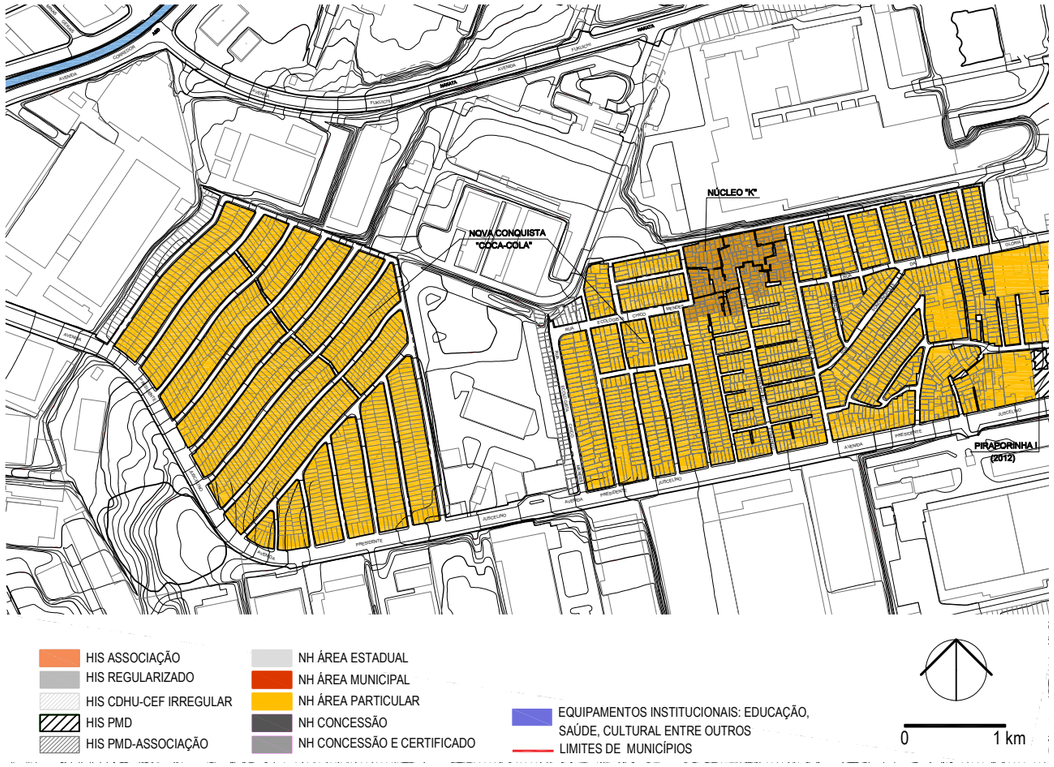


Figura 33: Mapa geral do trecho da ocupação da área da Nova Conquista (Coca-Cola), em 2002. Em destaque em laranja mais escuro, Núcleo Habitacional “K”, que foi o último trecho da ocupação a ser urbanizado) e diferente do restante da área, não teve uma ocupação organizada. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002.

Figura 34: Em primeiro plano, Núcleo “K”, na ocupação Nova Conquista, 2011.

Figura 35: Rua João Batista Alves do Nascimento. À direita, setor vermelho; à esquerda, setor branco, 2022.

Figura 36: Passagem Tim Maia, setor preto, 2022.

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Principalmente nos casos de favelas em áreas particulares, o plano de urbanização deve prever o projeto de regularização fundiária, para dar segurança no investimento público na área;

Dividir a área por setores é uma forma de compreender questões e dificuldades em comum, e assim possibilitar diferentes andamentos conforme facilidades ou entraves de cada trecho;

É fundamental fazer levantamentos in loco para classificar os riscos ou características da implantação das moradias: com risco de alagamento, com risco de deslizamento etc. A partir desse levantamento será possível entender quais são as situações mais graves que merecem maior urgência no reassentamento ou nas medidas paliativas emergenciais;

É imprescindível fazer um levantamento com as características construtivas para justificar as tomadas de decisão sobre moradias a manter e moradias a remover;

É muito valioso aproveitar a oportunidade da realização dos levantamentos para conhecer as pessoas, seus hábitos e costumes;

É essencial classificar o sistema viário existente, conforme larguras médias, e identificar vias com potencial para estruturar a área ou aquelas que precisam de alargamentos;

Enquanto estratégia de planejamento de execução do plano, é preferível iniciar as remoções onde há risco e presença de córrego, para que seja possível também implantar rede de esgoto no ponto mais baixo da área;

É importante consultar as bases cartográficas e entender a hidrografia do local. Vistorias in loco também serão fundamentais para localizar nascentes e fios d'água;

É essencial o papel da liderança para dar apoio às comissões e representar o Núcleo Habitacional perante a Prefeitura ou até mesmo para ser o acesso direto à Assessoria Técnica;

É fundamental acompanhar de perto o trabalho do levantamento topográfico, complementando situações da área junto ao topógrafo, para que o desenho final seja o mais fiel possível à realidade da área;

É tarefa básica definir critérios para escolha do atendimento: tempo na área, idade, pessoas portadoras de necessidades especiais, mulheres chefes de família, participação nas ações, entre outros critérios que podem ser definidos coletivamente;

É crucial ampliar ao máximo a discussão do projeto entre diferentes agentes: técnicos da Prefeitura, da empresa de saneamento, da Assessoria Técnica, lideranças, comissões e todos os moradores da área;

É indispensável pactuar o projeto de urbanização com as pessoas, principalmente as propostas de consolidações e remoções, preferivelmente por viela, para que fiquem claras as decisões e para que o coletivo colabore com a anuência geral da proposta. É primordial tentar ao máximo fazer uma proposta que depois aconteça. Assim, é importante já entender se haverá alguma resistência para a remoção para que o caso seja acompanhado de perto e seja possível encontrar uma solução;

Nem sempre as decisões sobre consolidações e remoções serão baseadas em aspectos físicos; muitas vezes haverá relação com a organização local da comunidade;

Em projetos de urbanização com necessidade de remoções é necessário buscar soluções adequadas para as famílias que deixarão a área, preferivelmente na mesma região, ou, se for o caso, buscar trocas no próprio Núcleo Habitacional para que uma resistência ao plano não prejudique a qualidade dos espaços coletivos previstos;

É fundamental apresentar as opções de reassentamento com clareza: é interessante levar as pessoas até a área para conhecer o novo local de moradia, fazer comparações com relação à moradia em que vivem, e, na melhor situação, realizar o projeto de reassentamento com a colaboração dos futuros moradores.

5.7

ESTUDO DE CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL SANKO: A UNIÃO DE MOVIMENTOS A FAVOR DE UMA PROPOSTA COM QUALIDADE

O Conjunto Habitacional Sanko é considerado um caso emblemático em Diadema. Sua origem está estritamente relacionada ao processo de criação das AEIS e à mobilização dos diferentes movimentos de moradias na conquista de áreas viáveis para atendimento de suas demandas. NAKAMURA (2022) entende o caso como uma verdadeira "disputa de terreno pelos movimentos", e MOURAD (2022) informa que "todos os movimentos pressionaram a Prefeitura para comprar aquela terra". Em 1993, na reunião setorial do Orçamento Participativo, a área já havia sido apontada pelo movimento para ser desapropriada. (BALTRUSIS, 2018, p. 35)

Como vimos no início do capítulo, a equipe da Prefeitura estava realizando um trabalho junto com os movimentos sociais na perspectiva de ampliar o direito à moradia na cidade. Se por um lado a urbanização das favelas demandava áreas vazias para tirar famílias de áreas de risco, também havia boa parte da população que sofria para manter o pagamento do aluguel, privando-se de outras necessidades para conseguir garantir sua moradia. Esse déficit com ônus excessivo com aluguel passou a ser organizado principalmente pelos movimentos de moradia.

Em relação à organização dos movimentos de moradia, na época tinham as comissões de urbanização de favelas, e já havia uma divisão com lideranças por região – Norte, Sul, Leste e Oeste; que inclusive era a forma como as equipes se organizavam no Departamento Habitacional da Prefeitura. Cada região tinha uma liderança forte: Edmundo na região Leste, Cida Japonesa na região Norte, Manoel Boni na região Oeste e Analdeci e Antonio Onofre Rodrigues na região Sul. Foi no início da gestão de 1993-1996 que os movimentos passaram a se constituir formalmente em associações.

As principais associações da cidade, com exceção da Oeste, tiveram sua fundação impulsionada pelo projeto da Sanko, como também pela necessidade de formalizar o movimento para permitir a realização de convênios com a Prefeitura, ou até mesmo para terem autonomia para dar andamento a projetos em áreas que passariam a adquirir a partir da criação das AEIS. A seguir, principais associações que se constituíram naquele período:

Região Norte: Associação dos Sem-Teto do Taboão Diadema, fundada em 1993 e liderada por Maria Aparecida Tijiwa.

Região Oeste: Associação dos Núcleos Habitacionais, Cortiços e Moradores de Aluguel de Baixa Renda da Região Oeste de Diadema, fundada em outubro de 1993 e liderada por Manoel Boni.

Região Leste: Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL), fundada em agosto de 1995 e liderada por Edmundo.

Região Sul: Associação Nossa Luta Nossa Terra, fundada em agosto de 1995, liderada por Analdeci e Rodrigues. Passa a ser presidida por Vera Lúcia Maurício Lima a partir da sua fundação.

Figura 37: Edmundo, líder do Movimento da Leste.

A DISPUTA PELA TERRA

A área da Sanko pertencia a Domingos Vitiello Ciryllo Netto, proprietário da empresa Sanko Espumas. O terreno era formado por duas matrículas, com áreas similares, de aproximadamente 50.000 metros quadrados cada uma, somando 96.800 metros quadrados. A intenção do proprietário era ampliar sua produção na cidade; no entanto, a legislação estadual não permitia o tipo de produção industrial pretendida naquele terreno:

> A intenção dos proprietários da área era construir uma indústria de espuma ampliando sua base de produção na cidade. No entanto, apesar de aquela área estar demarcada no zoneamento municipal anterior como zona industrial, a legislação estadual impedia a implantação do tipo de indústria que se pretendia instalar. (BALTRUSIS, 2018, p. 35)

Atualmente predominam no entorno da Sanko terrenos grafados como AEIS 3, ou seja, áreas onde estão localizados Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS) não regularizados. São na maioria loteamentos com casas autoconstruídas promovidos por associações, sendo que nessa região predominam os da Associação Oeste (Vila Nova Conceição, por exemplo). Os conjuntos de edifícios de promoção da CDHU, como da Sanko, da Rufino e da Vila Socialista, estão grafados como AEIS 4, ou seja, Áreas Especiais de Interesse Social anteriormente classificadas como AEIS 1 e 3, cujo processo de implantação e licenciamento ou regularização foi satisfatoriamente concluído conforme procedimentos específicos para cada situação, restando promover a adequada integração à estrutura urbana.

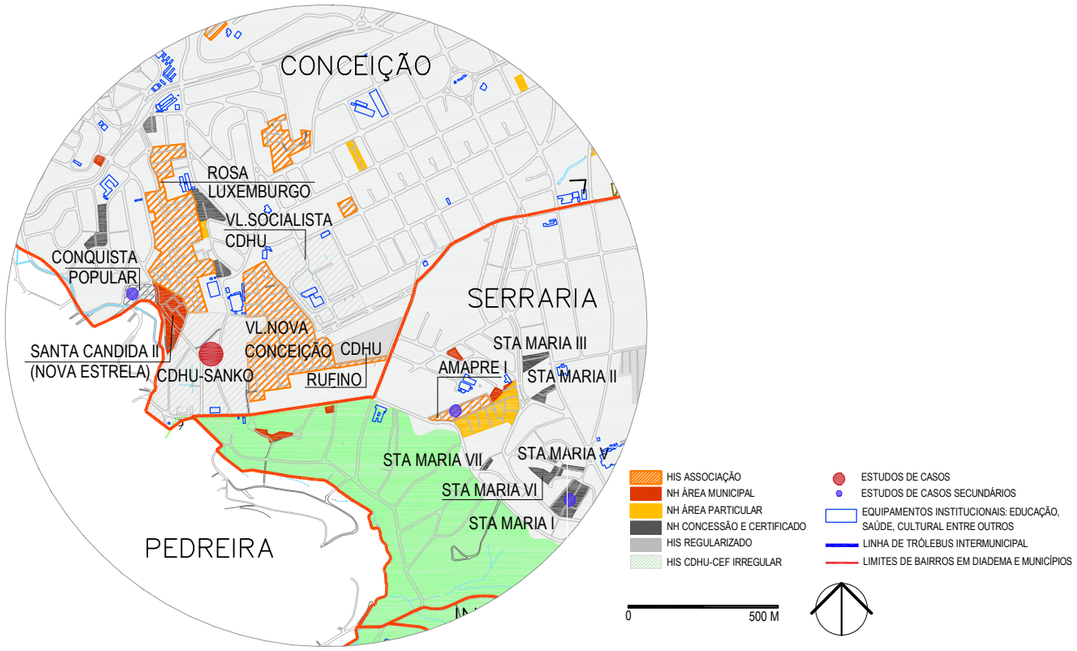


Figura 38: Mapa da Sanko e arredores. Redesenho autora sobre Mapa Geral, 2002.

A área foi grafada como AEIS (1994) e foi uma das primeiras sobre as quais a Prefeitura se debruçou para encontrar uma equação que viabilizasse a promoção de moradia popular.

Essa área já despertava o interesse do movimento de moradia. O grupo da Oeste, por exemplo, já se organizava para ocupá-la. Mas a Prefeitura demonstrava a preocupação de intermediar uma proposta de qualidade para a área recém-transformada de Interesse Social.

> Além de viabilizar o acesso à terra havia a preocupação de que esta área não se transformasse em mais uma favela. Esta preocupação levou os movimentos e a Prefeitura a discutirem a melhor forma de ocupação e o tipo de empreendimento que seria implantado no local, e como e quem financiaria o empreendimento. Este processo de negociação criou referências e parâmetros para que outras negociações fossem realizadas. (BALTRUSIS, 2018, p. 36)

O proprietário pediu na época (1993) 4 milhões de reais pelo terreno. O movimento, em fase de organização, não tinha condições de pagar uma entrada. Para a Prefeitura, arcar com o pagamento integral da área comprometeria as ações de outras frentes de atuação, como, por exemplo, das urbanizações de favelas. A Prefeitura entendia que não seria prudente investir todo o recurso disponível na compra da terra. “Nós não podemos descobrir um santo para cobrir outro”, comenta Laila Mourad (2022). Desse modo, surgiu a proposta de realizar a compra coletiva, ou seja, a Prefeitura junto com os movimentos de moradia. Houve um estudo realizado por uma economista da Prefeitura para analisar o perfil e as condições financeiras das famílias que indicou viabilidade. (MOURAD, 2022)

A Associação Oeste não concordou e ocupou a Prefeitura, ato que demonstrava descontentamento com a proposta e o rompimento com a Prefeitura (NAKAMURA, 2022). A Associação Oeste defendia que a Prefeitura tinha de comprar a terra; já os outros movimentos entenderam a justificativa e concordaram com a compra coletiva. (MOURAD, 2022)

Assim, com a união de forças conseguiram fechar uma equação. Segundo LIMA (2018), o valor de aproximadamente 2 milhões de reais foi pago à vista pela Prefeitura e o restante foi dividido proporcionalmente entre as três associações envolvidas: das regiões Norte, Sul e Leste. Os associados pagaram o valor em 36 parcelas, quitadas em setembro de 1998. Cada família pagou o equivalente a 2.300 reais na época. No pagamento da primeira metade, a Prefeitura já transferiu parte do terreno para a CDHU, e após a quitação da outra metade foi transferido o restante da área. “A Prefeitura deu a entrada, e as associações pagaram corretamente” (MOURAD, 2022).

Essa experiência mostra uma relação de parceria possível da Prefeitura com os movimentos na aquisição da terra. Uma primeira etapa estaria cumprida: a área pertencia ao movimento.

A parcela da Prefeitura subsidiaria as famílias que moravam na área Almiro Sena Ramos, na região Norte, uma área de risco que frequentemente sofria com alagamentos. Na época houve uma inundação muito forte, e as famílias não tinham mais condições de viver no local. Houve bastante pressão das famílias e apoio da liderança da região Norte para resolver a situação. Segundo NAKAMURA (2022), foi quando o prefeito decidiu: “Vamos tirar todo mundo da área”. Esse foi um ato bastante responsável. Cida Japonesa explica a situação insegura em que viviam as famílias: “Eu trouxe eles, porque eles estavam dentro de um córrego, e toda hora enchia o barraco deles, e a gente tinha que entrar dentro do córrego para tirar os colchões, os móveis e tudo mais” (TIJIWA, 2021).

Elza Lopes de Souza morava nessa área de risco e vivenciou toda a calamidade. Hoje vive segura em seu apartamento e é comerciante (possui uma barraca de milho no centro da cidade, junto à linha de trólebus intermunicipal). Pelo seu depoimento é possível entender sua realidade antes de morar na Sanko:

> Eu cheguei na Almiro Sena Ramos, era muita pobreza, e não tinha outro lugar para morar. A família toda no Pernambuco. Mas sempre tive pessoas boas junto comigo. Fui trabalhar na Pauliceia e consegui outro barraquinho mais para lá. Nisso começava as enchentes. Na época eu tinha dois filhos, um de 10 e outro de 9. Passado o tempo, enchente vai, enchente ia... e aí fomos pra lá, onde estamos morando hoje. (SOUZA, 2021)

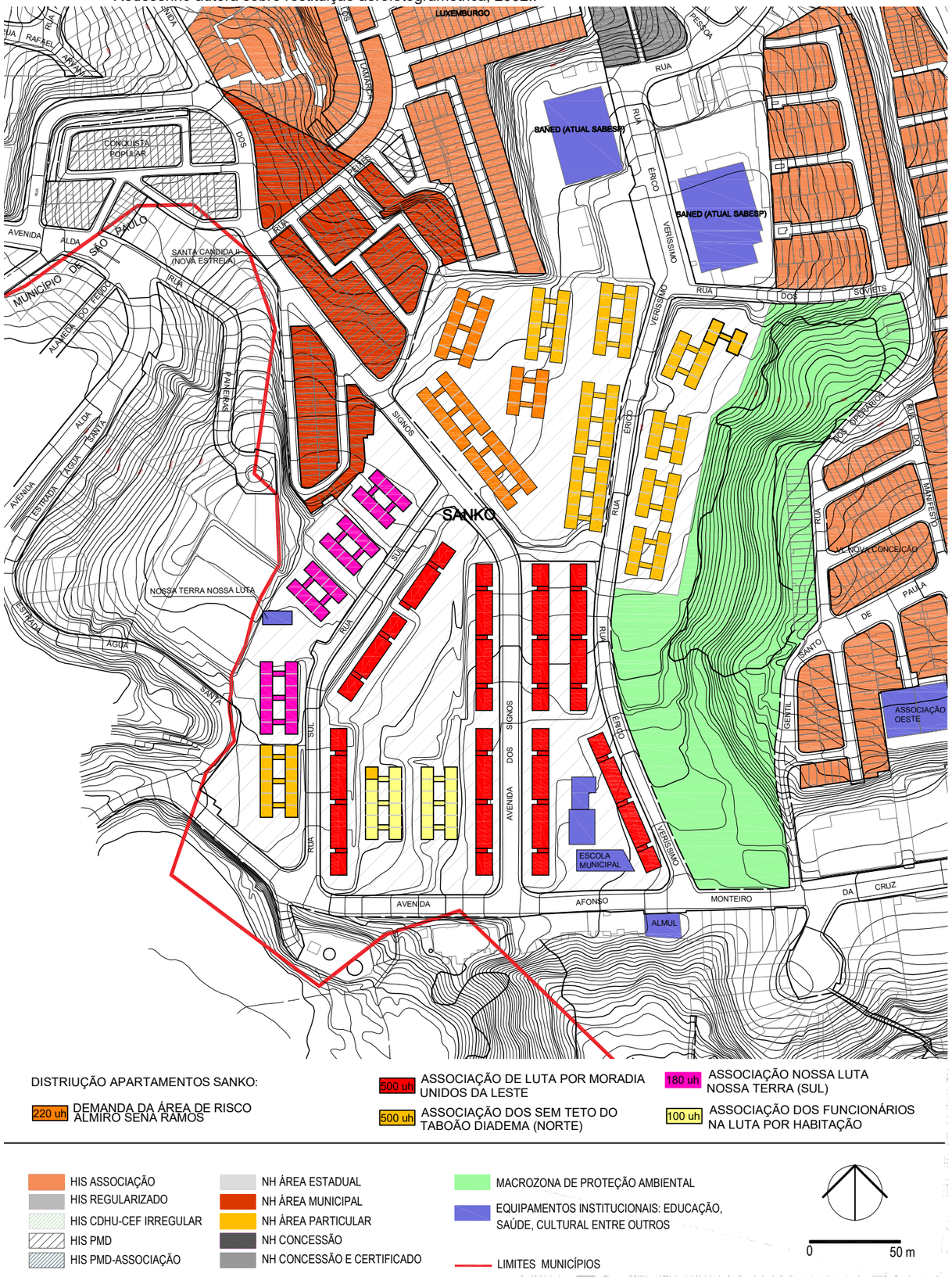
Figura 39: Na foto é possível visualizar faixas das diferentes associações. No carro de som estão o prefeito Filippi e as principais lideranças.

Também foi incluído um grupo de funcionários públicos da PMD de baixa renda: Associação dos Funcionários na Luta por Habitação, representada na época por José Alves da Silva.

Dentro das discussões iniciais de viabilidade técnica e financeira, houve também o estudo de tipologias habitacionais. Primeiramente pensavam em tipologias horizontais; no entanto, verificaram que caberia um número menor de famílias e que o custo, principalmente da terra, aumentaria. Entenderam que a solução verticalizada atenderia melhor o grupo que estava sendo formado. Ao final, ficou definida a seguinte divisão:

- Associação dos Sem-Teto do Taboão Diadema (Norte): 500 UHs
- Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste (ALMUL): 500 UHs
- Associação Nossa Luta Nossa Terra (Sul): 180 UH
- Demanda Almiro Sena Ramos: 220 UH
- Associação dos Funcionários na Luta por Habitação: 100 UH

Figura 40: Implantação geral da Sanko com identificação dos empreendimentos das diferentes associações. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002..



Por fim, houve colaboração da Prefeitura para que a empresa Sanko fosse instalada em terreno junto à Rodovia dos Imigrantes, em ponto mais estratégico em relação ao tráfego de mercadorias, não gerando trânsito pesado dentro da cidade. “Quem mais ganhou com esse processo de concertação foi a própria cidade, que conseguiu atender à demanda por moradia, manter a empresa na cidade induzindo a sua instalação num local mais apropriado” (BALTRUSIS, 2018, p. 37).

OS ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS

Ainda durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996) foi construído um alojamento para 196 famílias da área de risco Almiro Sena Ramos. A Prefeitura enfatizava a proibição de venda ou transferência do benefício.

O alojamento de famílias na área contribuiu muito com a segurança do local; afinal, diante do cenário de disputa pela terra, o risco de ocupação era constante.

A permanência de algumas famílias no local foi fundamental para inibir qualquer tentativa de ocupação. Uma pessoa em especial, Lyndon Johnson, mais conhecido como Arlindo, não baixava a guarda nunca; foi importante para o pessoal da Almiro Sena Ramos (TIJIWA, 2021).

Figura 41: Alojamentos na Sanko construídos durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996).

A questão da segurança foi muito enfatizada na área, pois uma ocupação geraria um grande caos em toda a organização realizada. MOURAD (2022) explica que “foram montados alojamentos espalhados em pontos estratégicos, e cada um tinha que guardar um lugar”. Ao todo foram 306 alojamentos construídos durante a gestão (1993–1996).

Elza Lopes de Souza (2021) conta a experiência de morar nos primeiros alojamentos que foram construídos na área:

> Eu morei no alojamento, a coisa mais lindinha. Precisa de ver. Era um cômodo só, bem arrumadinho, só que nós dividia com uma cortina, aí fazia uma cuziinha[7] e um quartinho. Tinha a partezinha da minha cuziinha, do meu fogão, do armarinho... Não tinha refeitório coletivo. Os banheiros eram tudo fora. Tinham cabines individuais de chuveiro, o banheiro era tudo separadinho. Agora a parte de usar o banheiro, acho que era dentro de casa. Lá fora era só para chuveiro. Para lavar roupa tinha o tanque dentro de casa. O tanque era para lavar roupa e lavar louça. Depois começaram as obras de terraplenagem, e tivemos que ser remanejados na área. (SOUZA, 2021)

Figura 42: Alojamentos na Sanko construídos durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996).

As obras de terraplenagem começaram em meados de 1997. Nesse momento as famílias foram remanejadas em novos alojamentos. Mas, quando se iniciou a construção dos prédios, foram feitos barracos de madeira. Segundo SOUZA (2021), as famílias da Almiro Sena Ramos se espalharam, “cada um foi para um canto”. Dona Elza (2021) conta como era seu barraco:

> Meu barraco era show de bola. Todo mundo diz assim: “Você não tem saudade do seu barraco?” Porque o meu barraco era bem arrumadinho. Eu mandei fazer o piso. O meu marido que morreu entendia um pouco de pedreiro, aí fez um murinho na entrada. Mas ficou tão bacana meu barraquinho! Eu tenho umas plantas bonitas, nossa, amiga… Todo mundo namorava… Todo mundo que passava lá dizia: “Que dó que você vai sair desse barraquinho tão gostoso”. (...) Eu pensava, gostoso, mas nem tanto: entrava barata, entrava rato. Vira e mexe eu via estas coisas, porque barraco não é vedado. Passa pela frestinha, do nada. Por mais que você seja limpinha, o vizinho não é… E você tem que falar baixo, pois se eu falar na altura que nós estamos falando todo mundo escuta. É muito fino... (SOUZA, 2021)

[7] Cozinha bem pequena.

Deve-se ter bastante cautela na estratégia de criação de alojamentos ou moradias provisórias. Nesse caso, os alojamentos cumpriram o objetivo principal de tirar as famílias da área de risco e colaboraram com a proteção da área. Os remanejamentos sempre ocorriam para dar espaço para a obra de outras associações, pois as famílias não ficavam alojadas em seu próprio terreno. De todo modo, é sempre importante monitorar tais áreas para que não sejam adensadas por novas famílias e para que as instalações provisórias sejam desmontadas à medida que as unidades habitacionais definitivas são entregues. A organização do grupo e o envolvimento pleno de todos no processo foram fatores fundamentais para o sucesso desse tipo de estratégia e o bom andamento do empreendimento como um todo.

A BUSCA PELO FINANCIAMENTO NA CDHU E A DECISÃO ENTRE MUTIRÃO E EMPREITADA GLOBAL

Assim que foi formalizada a venda do terreno, o movimento começou a reivindicação pelo financiamento com a CDHU para construção das unidades habitacionais. “Esse foi um caso interessante porque foi tripartite: a Prefeitura, o movimento e o governo do estado. Na CDHU a regra era o seguinte: o município entrega o terreno, e aí eles fazem o empreendimento” (NAKAMURA, 2022).

No ano de 1995 os arquitetos Dânia Brajato, Ana Claudia Galeazzo e Jaime Bahamón já acompanhavam as associações e o início das negociações com a CDHU para obter financiamento para construção das habitações. Nessa época os arquitetos faziam parte do CAAP (Centro de Assessoria à Autogestão Popular), Assessoria Técnica fundada pelo arquiteto uruguaio Leonardo Pessina e pela assistente social Ana Luiza Vaz em 1990. Jaime, ainda no CAAP, fez os primeiros estudos de implantação das unidades que foram entregues à CDHU. (PASSO, 1998)

Em meados de 1996 a CDHU reconheceu a viabilidade do empreendimento e colocou as possibilidades para o regime de construção: empreitada global ou mutirão; afinal, naquele período o estado também trabalhava com o modelo de autogestão pelo Programa Paulista de Mutirão.

Pela Lei nº 1.485, de 19 de julho de 1996, de celebração do convênio da Prefeitura com a CDHU e as associações para implantação dos empreendimentos habitacionais, é possível verificar esse reconhecimento e as alternativas para o regime de construção.

No momento de celebração do convênio (1996), ficou registrado que parte da área era de propriedade da Prefeitura, e a outra parte, objeto de compromisso de compra e venda em que figuram como promitentes compradores as associações. No convênio foram estimados os custos de investimentos, conforme se pode ver a seguir:

- **CDHU:**

Empreitada Global: R$ 16.500.000,00
Mutirão: R$ 4.700.000,00

- **Município:**

Infraestrutura (terraplenagem, guias, sarjetas, drenagem, água, esgoto e energia elétrica): R$ 1.975.824,00
Terreno: R$ 1.974.024,00

- **Associações:**

Terreno: R$ 2.109.000,00

A CDHU trabalhava com a modalidade autogestionária desde o início dos anos 1990. Em ROSSI (2012), *Habitação Social e Gestão Associativa: Avaliação dos programas promovidos pelo governo do Estado de São Paulo no período 1990 a 2008*, é possível entender os diferentes momentos de empreendimentos realizados pela CDHU no formato de autogestão. Desde a introdução da modalidade pela pressão do Movimento de Moradia UMM no Conjunto Habitacional COPROMO, em Osasco, que resultou no Programa Mutirão UMM – União de Movimentos por Moradia (1990–1994), passando pelo Programa Paulista de Mutirão – fase 1 (1995–1998) e fase 2 (1999–2003), e, por fim, o Pró-lar Mutirão Associativo (2004–2008), já com limitações em relação aos formatos anteriores que permitiam a autogestão plena das entidades sociais.

Assim, o grupo da Sanko tinha duas possibilidades: a empreitada global ou o mutirão, sendo a segunda realizada pelo Programa Paulista de Mutirão.

NAKAMURA (2022) conta que foi convidado por Edmundo, líder da Leste, para explicar à assembleia como funcionava a autogestão. Entusiasta dessa modalidade, enfatizou para as pessoas que teriam uma Assessoria Técnica que conduziria o projeto junto com elas e que o projeto “ia ficar do jeito que eles queriam”. Edmundo já tinha se convencido pela autogestão, e, na assembleia, essa modalidade ganhou quase que por unanimidade.

Segundo relato da arquiteta Dânia Brajato (BRAJATO, 2017), um fator importante foi a comparação com o custo do financiamento, de quase 50% menor para o caso do mutirão. Além disso, poderiam contar com projeto próprio (e não com tipologias prontas da CDHU), gerenciar os recursos, e o processo de construção por mutirão seria um fator de integração entre os associados e de relação com o espaço onde passariam a viver futuramente. Segundo SILVA (2018), mutirante da Leste, a decisão foi muito influenciada pela referência que tinham dos mutirões de São Paulo, da prefeita Luiza Erundina: “...eu me encantei com aquilo”.

Na época de decisão sobre essa questão, as associações estavam sem Assessoria Técnica, pois haviam rompido o contrato com o CAAP. Naquele período, a PASSO Assessoria para Ações Sociais estava se constituindo formalmente e tinha como participantes as arquitetas Dânia Brajato, Ana Claudia Galeazzo e Luciana Royer, além do arquiteto Jaime Bahamon.

Os futuros integrantes da PASSO participaram da assembleia da Leste por iniciativa própria, pois acreditavam na possibilidade de assessorar o grupo futuramente. “As duas assembleias (Norte e Leste) iriam acontecer na mesma hora, e a ideia de ir à assembleia da região Leste é porque nós tínhamos certeza que a Cida, sozinha, bancaria o mutirão para o seu grupo” (PASSO, 1998).

> Nós fomos na assembleia da Leste por iniciativa própria, pois ainda não éramos Assessoria dos grupos. A Cida, que era defensora do mutirão, não conseguiu se articular com a coordenação da Norte e bancar a ideia com o grupo. Durante um certo tempo, a coordenação dos Funcionários Públicos questionou a Passo por ela não ter ido à assembleia deles quando da tomada de decisão, como que nos culpando por uma opção equivocada que eles fizeram e depois se arrependeram. (PASSO, 1998)

Figura 43: Grupo da região Leste (ALMUL) no começo das reuniões, que ainda ocorriam na área da Prefeitura onde estava instalada a Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema (ACCMCD).

Ao que parece, os outros movimentos não optaram pela autogestão por entenderem que a organização do grupo não estava forte o suficiente para manter o mutirão. (NAKAMURA, 2022; TIJIWA, 2021)

Segundo a PASSO (1998), a existência de obras por empreitada global e por mutirão no mesmo conjunto gerou algumas dificuldades, pois, para o caso da empreitada, a própria CDHU era a responsável pelos projetos.

Havia a necessidade de definir uma implantação geral para entender os limites de cada associação. Assim, por mais que o grupo da Leste pudesse contratar a Assessoria para os projetos, eles também ficavam dependentes de uma definição geral e do andamento dos projetos de implantação pela CDHU.

Para resolver essa questão, a PASSO fez uma proposta às associações de executar todos os projetos de implantação e infraestrutura do conjunto, e as associações fariam um rateio para viabilizar tais projetos.

A proposta foi aceita; afinal, todos estavam bastante ansiosos para ver a obra acontecer com a maior brevidade possível. A partir dessa decisão, a Assessoria desenvolveu e aprovou os projetos básicos de implantação e terraplanagem do conjunto no período de maio a outubro de 1996, trabalho realizado sob muita pressão das associações (PASSO, 1998).

Um desafio do projeto de implantação foi o atendimento de uma vaga de estacionamento para cada três unidades habitacionais, conforme exigência da legislação. O número desejado de moradias já estava definido, assim como a tipologia verticalizada, sem o uso de elevador. Assim, em alguns casos, o projeto partiu da topografia acidentada para conseguir verticalizar mais, ainda sem elevador, por meio da criação de nível intermediário de acesso.

Figura 44: Edifício 11, Rua Sul, 2019.

De todo modo, não foi possível dar início às obras de infraestrutura ainda na gestão de Filippi, que terminava no final de 1996.

Em 1997 se inicia a segunda gestão de Gilson Menezes em Diadema (1997–2000), porém, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). É unânime o desabafo sobre as dificuldades enfrentadas com a Prefeitura nesse período (BRAJATO, 2018; LIMA, 2018; TIJIWA, 2021). Havia receio de as obras de infraestrutura serem paralisadas e de a área ser ocupada. Ao que parece, a parceria com a Prefeitura que existia na gestão anterior (1993–1996) não era mais a mesma.

Mas o movimento de moradia continuou firme e, no início de 1997, passou a cobrar constantemente da Prefeitura a realização da terraplenagem. Ao mesmo tempo, cobrava a CDHU para licitar as obras das unidades por empreitada global e formalizar o contrato para construção das unidades por mutirão.

Em maio desse mesmo ano a obra de terraplenagem é iniciada pela Prefeitura. Tal início foi um grande incentivo para os movimentos fecharem o prédio da CDHU até o presidente Goro Hama atendê-los. Em decorrência desse ato foi assinado o contrato pelo Programa Paulista de Mutirão com o grupo da Leste no mesmo mês.

Uma mudança pouco compreendida ocorreu nesse mesmo período de pressão sobre a CDHU. Por exigência do governo do estado, houve a alteração do regime de empreitada global para mutirão para a demanda da Almiro Sena Ramos. Porém, seria adotada a tipologia habitacional padronizada da CDHU, conhecida como paliteiro: um sistema pré-moldado de concreto armado seria erguido por uma empresa, e os mutirantes executariam todo o restante.

Figura 45: Foto exemplificando o sistema “paliteiro” da CDHU.

Esta alteração não foi bem aceita nem compreendida pelo movimento; afinal, a própria CDHU, que inicialmente havia sugerido o subsídio para a demanda, passa a retirar a possibilidade de atendimento por empreitada global, mesmo sabendo das dificuldades do grupo.

Em setembro de 1997 é iniciado o mutirão da ALMUL. Por ser o primeiro a iniciar a obra, o movimento da Leste começou a sentir de perto os problemas causados pelo não cumprimento do cronograma de obra de implantação da infraestrutura pela Prefeitura e passou a se reunir periodicamente com a Prefeitura para tentar resolver essa questão que envolvia todo o conjunto (PASSO, 1998).

As outras associações ainda protestavam na CDHU para os encaminhamentos das licitações para definição das construtoras; com isso, se envolviam menos com as questões da Prefeitura. Ao que parece, nesse período faltava maior união das associações acerca das reivindicações tanto na Prefeitura quanto no governo do estado.

Em setembro de 1998 as associações terminaram de pagar o terreno. “Houve uma superfesta na associação dos funcionários públicos. O proprietário ainda forneceu todo o chope para a festa.” Isso foi importante para iniciar as outras obras, afinal, “A CDHU só se comprometeria a construir em terreno deles”, complementa LIMA (2018). As obras dos outros movimentos aos poucos foram se iniciando.

As primeiras unidades começaram a ser entregues no final de 2000, as do conjunto da ALMUL:

> Após 2 anos e 8 meses de trabalho, concluímos a construção de 500 apartamentos em mutirão. Foram 32 meses de obra, num total de 144 finais de semana trabalhados. Se dividirmos o número de apartamentos construídos durante este período pelo número de finais de semana que trabalhamos, chegaremos à seguinte conclusão: o trabalho em mutirão produziu uma média de 3,5 apartamentos por final de semana. (PASSO, 2000)

Figura 46: Início do mutirão da ALMUL. Arquiteta Dânia Brajato no meio dos mutirantes, 1997. Foto: Beto Garavello.

Em 5 de dezembro de 2000 foram entregues 80 unidades da Associação Nossa Luta Nossa Terra, da região Sul. Em janeiro de 2001 foram entregues as 100 unidades restantes do grupo da Sul.

Em janeiro de 2001 também foram entregues 80 unidades na Rua Sul, do grupo da região Norte. As unidades dos funcionários públicos também foram entregues nessa ocasião. Até o ano de 2003 todos os edifícios estavam concluídos, com exceção dos blocos 23 e 24 da Rua Érico Veríssimo, que foram entregues em 2008.

PROJETO POR AUTOGESTÃO DA ALMUL

A área total de lotes da ALMUL corresponde a 16.708,63 metros quadrados. Os lotes possuem área entre 1.600 e 1.900 metros quadrados.

Segundo BRAJATO (2017), a construção dos edifícios por mutirão estava prevista logo na primeira fase, e assim o período da obra ocorreu de setembro de 1997 a junho de 2000 – 32 meses de obra, 144 fins de semana e alguns feriados, uma média de 3,5 apartamentos por fim de semana.

Foi empreitada a execução da alvenaria estrutural, montagem das escadas metálicas, pintura dos prédios, além de parte dos serviços de carpintaria, armação e instalações prediais. Os mutirantes ficaram responsáveis por toda a escavação e concretagem executada na obra, além do lançamento dos painéis de laje, execução das instalações prediais de água e esgoto, transporte vertical de blocos, execução de redes condominiais de água, esgoto e águas pluviais, colocação de janelas e execução de parte da carpintaria, armação e elétrica.

Figura 47: Foto aérea da Sanko no ano de 2003. Foto: Beto Garavello.

Pudemos também, com a economia conseguida nas compras, contratar mais mão de obra especializada do que o previsto no financiamento; assim, conseguimos empreitar toda a execução da alvenaria estrutural, montagem das escadas metálicas, pintura dos prédios, além de parte dos serviços de carpintaria, armação e instalações prediais. (PASSO, 2000)

As unidades habitacionais da ALMUL foram distribuídas em sete lotes residenciais. Os sete lotes juntos somam 500 unidades habitacionais. Dentro do limite dos lotes residenciais praticamente não existem espaços para uso coletivo, a não ser quintais com áreas ajardinadas no miolo do lote ou em seu entorno. No térreo de alguns edifícios, sob pilotis, existem vagas para veículos, além de espaços para medição ou depósitos. As vagas foram sorteadas para alguns apartamentos.

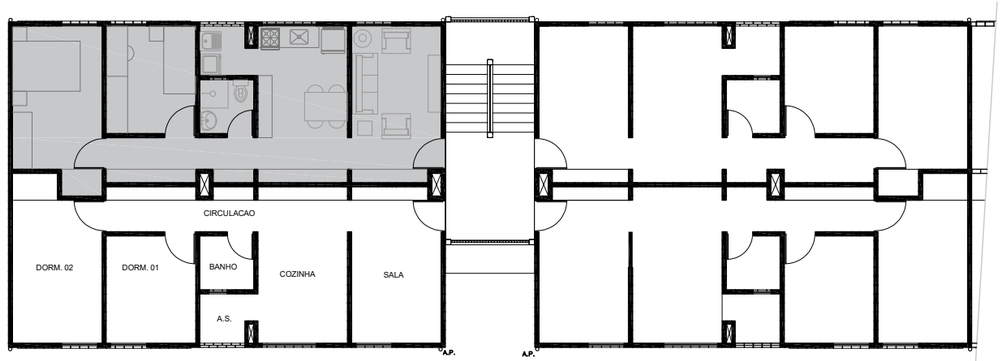


Figura 48: Pavimento tipo dos edifícios da ALMUL. Fonte

Tipologia habitacional

A tipologia habitacional tem 55,91 metros quadrados de área construída e apresenta o seguinte programa: sala (10,86 metros quadrados), cozinha (7,84 metros quadrados), banho (2,28 metros quadrados), área de serviço (1,93 metros quadrados), dois dormitórios, sendo o primeiro menor (7,55 metros quadrados) e o segundo maior (10,91 metros quadrados). Existe um amplo espaço de circulação que pode acomodar armários (8 metros lineares de armários com 37,50 centímetros de profundidade).

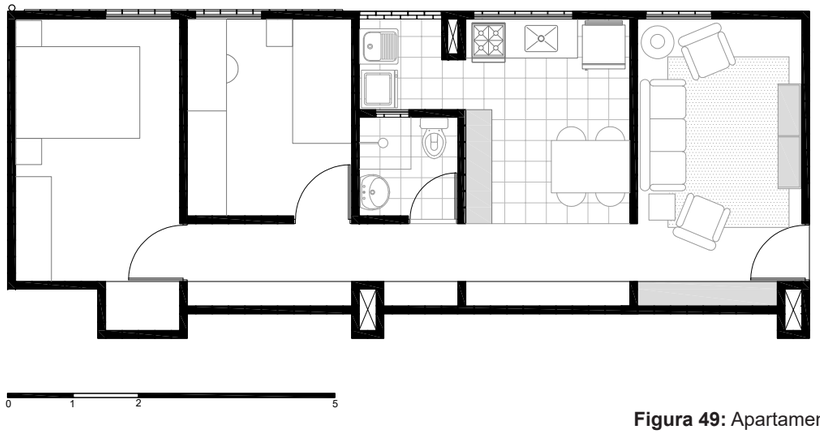


Figura 49: Apartamento da ALMUL.

Por termos optado pelo sistema de mutirão autogestionário, onde os recursos do financiamento são administrados pela própria associação (que tem como único interesse a produção de habitação com qualidade por um preço acessível aos associados), conseguimos construir um apartamento maior do que os dos outros empreendimentos habitacionais de interesse social que existem pela cidade por um valor menor – em março de 2000, o valor do financiamento, incluídos os itens material, mão de obra especializada, canteiro e assessoria técnica, totalizou R$ 15.393,48 por apartamento, com área útil de 50,00 m^2. (PASSO, 2000)

Processos construtivos

A fundação é composta por estacas, blocos de fundação e vigas baldrames de concreto armado. Foi realizada por mão de obra mutirante, com exceção da perfuração das estacas.

A estrutura do pavimento térreo dos edifícios sob pilotis (que têm vagas para veículos) é de concreto armado. Os demais pavimentos, incluindo o térreo daqueles que não possuem pilotis, são de alvenaria estrutural autoportante de blocos sílico-calcários (14 x 24 x 11,3 cm) da marca Prensil. A escolha do bloco foi referenciada no projeto União da Juta, da Assessoria USINA CTAH (1992–1998), porém, diferentemente optaram pela cor clara. Os mutirantes da ALMUL foram até o conjunto na Zona Leste para conhecer o método, assim como visitaram a fábrica de blocos, ou seja, participaram ativamente do processo de escolha dos materiais. As lajes são pré-fabricadas do tipo painel de concreto aparente.

A caixa de escada, onde no topo ficam as caixas-d'água, é de estrutura metálica, também referência do conjunto da Fazenda da Juta, da USINA CTAH. As escadas de estrutura metálica foram erguidas logo após a execução das fundações; auxiliavam no transporte de pessoas e materiais na obra. Vimos no Capítulo 4 o pioneirismo da USINA CTAH nessa questão da escada, e, no caso da Sanko, a proposta sendo adotada também pela Assessoria PASSO. Os caixilhos são metálicos, de aço galvanizado, da serralheria do Liceu de Artes e Ofícios (LAO). Os contramarcos são salientes na fachada, local em que foram instalados os trilhos para correrem as janelas.

Através da autogestão pudemos aplicar os recursos da melhor maneira que encontramos, o que possibilitou a compra de materiais de melhor qualidade para a execução dos apartamentos, desde os blocos sílico-calcários Prensil que foram utilizados na alvenaria estrutural, até as lajes e as janelas e portas da Lao, tubos, fios e cabos, tudo por um preço muitas vezes abaixo do mercado, conseguido através de boas negociações efetivadas pela associação e Assessoria Técnica. (PASSO, 2000)

O projeto da ALMUL teve o diferencial de contar com o trabalho da Assessoria Técnica escolhida diretamente pelo grupo. Pela segunda vez era realizado um conjunto habitacional em Diadema por autogestão. Os programas por autogestão do estado permitiram a continuidade da atuação das Assessorias Técnicas dentro dessa modalidade, visto que na Prefeitura de São Paulo, com o fim da gestão da prefeita Luiza Erundina (1992), a política autogestionada não foi mais apoiada. Assim como no projeto do Cazuza, esse caso realizado pela ALMUL preza o espaço construído coletivamente, não somente pela melhoria da qualidade do projeto, mas também pelo estabelecimento de vínculos entre as pessoas.

Figura 50: Mutirão da Sanko.

Figura 51: Assembleia da Sanko, ALMUL.

> Mas não é somente sob este ponto de vista que temos que observar todo o processo que passamos juntos, Assessoria Técnica e associação; acima de tudo, chegamos ao final do mutirão com algumas conquistas efetivadas: a casa própria, que uniu todo o grupo em busca de um único objetivo, foi conseguida e com muita qualidade; mas, além disto, o grupo já construiu ao longo deste tempo de trabalho uma comunidade que dentro de pouco tempo estará convivendo diariamente; o espaço, construído coletivamente, será efetivamente apropriado por todos que participaram deste processo, pois já existe uma relação estabelecida com o local e principalmente entre os futuros moradores do conjunto, que já se conhecem e que se tornaram amigos. (PASSO, 2000)

Com a construção coletiva dos diferentes agentes envolvidos no caso da Sanko, uma área transformou a cidade e as pessoas. Todos saíram do processo com muito aprendizado, e por fim conseguiram atingir o objetivo de construir uma cidade melhor:

> Aquela avenida era tudo barro, quando eu morava no alojamento. Quando eu estava nos barracos, começaram a limpar... Aí fez o asfalto, e melhorou muito. E hoje lá está uma cidade! Muita violência, a gente tinha até medo de ir lá! Hoje tudo iluminado, tudo bonitinho. Me sinto supermaravilhosa. (SOUZA, 2021)

REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

Importância do poder público na mediação de uma proposta que uniu distintas associações e permitiu o acesso a uma Área Especial de Interesse Social;

Importância do poder público no apoio de um modelo habitacional que garante maior qualidade aos espaços da cidade;

O estudo realizado pela economista para analisar as condições financeiras das famílias deu segurança para o poder público apoiar o grupo e investir recursos para a compra do terreno;

O projeto de viabilidade econômica do empreendimento caminhou junto com os estudos projetuais; afinal, as tipologias propostas se enquadravam na composição da demanda;

Este projeto demonstra que, ao mesmo tempo em que a Prefeitura deu apoio às associações, por outro lado o formato permitiu também o atendimento de famílias em área de risco; assim, foi possível mesclar as demandas das associações com a demanda prioritária da Prefeitura;

Os alojamentos foram importantes para acomodar as famílias que estavam em risco e, ao mesmo tempo, colaboraram com a segurança da área;

É importante garantir que os alojamentos não passem a acomodar famílias que não fazem parte da demanda, visto que existem inúmeros casos de alojamentos que se adensaram e se tornaram novas favelas;

Foi importante a elaboração de um plano de alojamento provisório e seu remanejamento conforme o andamento da obra, garantindo a permanência de famílias no local durante todo o período de execução do projeto;

A organização do grupo e o envolvimento pleno de todos no processo foram fatores fundamentais para o sucesso dos alojamentos e o bom andamento do empreendimento como um todo.

É recomendável que os grupos se organizem para contar com uma Assessoria Técnica antes mesmo da contratação oficial do empreendimento para já colaborar com as discussões de viabilidade de compra da área e acesso ao financiamento;

É importante que o grupo defina qual o melhor regime de execução da obra, conforme a realidade das pessoas. Independentemente do regime – mutirão ou empreitada global, é sempre importante acompanhar de perto todo o processo da obra e sua condução.

Algumas vantagens do mutirão da ALMUL:

A Assessoria Técnica realizou o projeto especialmente para o grupo, e não foi utilizada a tipologia padronizada da CDHU; com isso, a área construída dos apartamentos foi ampliada e os moradores puderam participar da elaboração do projeto;

Com aporte de mão de obra mutirante o custo do financiamento foi quase 50% menor;

Os associados puderam gerenciar os recursos e realizar as compras, prevalecendo a boa qualidade dos materiais;

O processo de mutirão colabora na integração entre os associados e na relação com o espaço em que viverão futuramente;

O grupo deve estar muito organizado e predisposto a dar andamento a uma obra em regime de mutirão, pois terá de trabalhar nos fins de semana e dedicar um tempo relevante de sua vida às tarefas de execução da obra;

Foi interessante contratar alguns serviços e assim reduzir o aporte de mão de obra própria. Ao mesmo tempo, os serviços foram contratados diretamente pelo grupo, que os fiscalizou de perto;

A proposta valoriza o espaço construído coletivamente, não somente pela melhoria da qualidade do projeto, mas também pelo estabelecimento de vínculos entre as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 5

BALTRUSIS, Nelson. **As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Diadema: Viabilizando o acesso à terra urbana. Relatório final.** LABHAB, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BARAVELLI, José Eduardo. **O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia de Vila Nova Cachoeirinha.** Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 129-144.

CIRERA, Marta. **Espaço de Direitos é mais que Direito a Espaço. O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Perspectivas e desafios para os jovens arquitetos no Brasil. Qual o papel da profissão?** *Arquitextos*, **Vitruvius**, São Paulo, 133.07, ano 12, julho de 2011.

FILIPPI JÚNIOR, José de. **Habitação: um direito social.** *In:* PREFEITURA DE DIADEMA. **Diadema: habitação cada dia melhor.** *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*, ano 1, n. 1, maio de 1996.

HEREDA, Jorge; ALONSO, Emílio. **Política urbana e melhoria da qualidade de vida em Diadema.** *In:* BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 129-144.

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. **O urbanismo progressista e a produção do espaço urbano: Limites e potencialidades das AEIS em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

MOURAD, Laila Nazem. **Democratização do acesso à terra em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2000.

_____. **Democratização do acesso à terra urbana: as AEIS em Diadema.** *In:* FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Orgs.). **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano.** Del Rey; Belo Horizonte: Imprenta, 2003, p. 229-243.

NAKAMURA, Milton Susumu. **O controle urbano nas favelas urbanizadas: o caso da região do ABC.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

PASSO, Assessoria para Ações Sociais. **Conclusão da obra da Sanko ALMUL**. 2000.

_____. **Histórico da Sanko**. 1998.

PEABIRU TCA. **Relatório Consubstanciado de Atividades Realizadas. Núcleo**

ROLNIK, Raquel; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Habitat II – assentamentos humanos como tema global.** *In:* BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 13-17.

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão. O programa FUNAPS Comunitário.** Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

ROSSI, Mônica Therezinha Bartié. **Habitação Social e Gestão Associativa. Avaliação dos programas promovidos pelo governo do Estado de São Paulo no período de 1990 a 2008.** Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCALLI, Cláudio. **Diadema a Cidade Vermelha. Desafios do Poder Local.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOUZA E SILVA, Paulo Sérgio. **Morada evolutiva.** Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

VAZ, Ana Luiza de Lyra. **Mutirão Habitacional Autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo – 1980 e 1990.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

YAMAGUTI, Alexander Syoei; FELGUEIRAS, Débora Pereira do Rêgo; FÁVERO, Natale Odair. **Construindo Ruas, Vielas e Cidadania.** II Seminário Internacional sobre Mejoramiento y Reordenamiento de Asentamientos Urbanos Precarios, Valparaiso, MejorHab, 1998.

ZULIN, Fabricia. **Temas e desafios sobre a Assistência Técnica Habitacional baseados no estudo de caso de CANHEMA II.** 9º Projetar. Arquitetura e cidade: privilégios, conflitos e possibilidades. Curitiba, 22-25 out. 2019.

LEIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

DIADEMA (Município). Lei nº 25, de 25 de janeiro de 1994. Institui o Plano Diretor do Município de Diadema, dispondo sobre diretrizes gerais da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.357, de 7 de julho de 1994. Dispõe sobre o assentamento de moradias, nos termos dos artigos 188, incisos III e XI e 190, da Lei Orgânica do Município de Diadema.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.485, de 19 de julho de 1996. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a CDHU e com Associações Comunitárias de Diadema, visando à viabilização da implantação do projeto Sanko.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.389, de 17 de novembro de 1994. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Vila Olinda, objetivando o repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – FUMAPIS, para apoio à urbanização do Núcleo Habitacional Vila Olinda, apoio técnico e construção de unidades habitacionais.

DIADEMA (Município). Lei nº 50, de 1º de março de 1996. Regulamenta e disciplina o zoneamento, urbanização, uso e ocupação do solo, e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 59, de 23 de agosto de 1996. Dispõe sobre o código de obras e edificações que regulamenta e disciplina as atividades de projeto, licenciamento, execução, utilização e manutenção das obras e edificações, com observância de padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto no município de Diadema.

RECIFE (Municipal). Lei nº 14.947, de 30 de março de 1987. Cria o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS.

DEPOIMENTOS

BRAJATO, Dânia. [out. 2017]

LIMA, Vera Lúcia Maurício. [jul. 2018]

SILVA, Liliana Fernandes da. [ago. 2018]

YAMAGUTI, Alexander Syoei. [nov. 2021]

TIJIWA, Maria Aparecida. [dez. 2021]

SOUZA, Elza Lopes de. [dez. 2021]

GERMANO, Wagner. [dez. 2021]

MOURAD, Laila Nazem. [jan. 2022]

Dona Maria. [jan. 2022]

Zequinha. [jan. 2022]

Francisca. [jan. 2022]

Vera Lucia. [jan. 2022]

SOUZA, Zilda Galvão de. [jan. 2022]

NAKAMURA, Milton Susumu. [jan. 2022]

SCALLI, Cláudio. [fev. 2022]

LIBERATTI, Rubens Migliori .[fev. 2022]

FUNDOS DOCUMENTAIS

Acervo SHDU – PMD

Acervo da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – Prefeitura de Diadema (pastas variadas).

Acervo Peabiru TCA

Acervo Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (pastas variadas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mutirão da ALMUL no Conjunto Habitacional Sanko. Foto: Beto Garavello.

O presente trabalho resgata a essência da construção de uma Assessoria Técnica Habitacional realizada pelo poder público municipal de Diadema, desenvolvida ao longo de três gestões consecutivas do Partido dos Trabalhadores (1983–1996).

Esse resgate se inicia a partir do terceiro capítulo, estágio em que o estudo passa do entendimento do histórico relacionado ao trabalho do arquiteto e de outros profissionais nas ações habitacionais promovidas pelo Estado, verificado principalmente no segundo capítulo, para o entendimento sobre como ocorreu o apoio da Prefeitura de Diadema à população de baixa renda desde sua origem.

Pelos dados coletados foi possível observar que as primeiras ações voltadas à habitação popular, verificadas a partir dos anos 1950, estavam relacionadas aos lotes particulares regulares da cidade, época em que o município era ainda predominantemente rural, com pouca ou quase nenhuma interferência do processo de industrialização presente na capital paulista, situação que começa a mudar nas décadas seguintes.

Diante da ausência de políticas públicas habitacionais para a população de baixa renda, a principal maneira de ter acesso habitacional era comprando um lote e autoempreendendo sua moradia ao longo de muitos anos. Foi dentro dessa lógica que Diadema iniciou seu processo de transformação da cena rural em urbana, e, mesmo mesmo se tratando de lotes particulares, havia muita precariedade, existindo com frequência o hábito de construir barracos no próprio terreno.

O estudo realizado pela SAGMACS “Estrutura urbana da aglomeração paulistana”, finalizado em 1958, já demonstrava a expansão da área urbanizada da capital e dos municípios vizinhos, gradualmente eliminando as áreas rurais que envolviam os diversos núcleos urbanos e constituindo essas regiões enquanto periferia urbana da capital paulista, de tal modo a conformar a imagem de São Paulo como uma paisagem única. Diadema já aparece nesse mapeamento, conforme vimos na terceira parte do segundo capítulo.

Foi verificado que sempre existiu o serviço de fornecimento de plantas populares pela Prefeitura de Diadema, e isso já ocorria antes mesmo de sua emancipação de São Bernardo do Campo (1958). Porém, na sua origem, o serviço funcionava mais como um procedimento burocrático, entregando projetos pouco relacionados ao lugar de implantação da moradia. Esse serviço atingia a população de baixa renda que morava precariamente em lotes particulares.

Assim como vimos no histórico de São Paulo e de modo geral no Brasil, as legislações e procedimentos legais relacionados à habitação popular sempre apresentaram grande distanciamento da realidade dos padrões das moradias realizadas espontaneamente pelas pessoas, principalmente as que possuem menos recursos, e existe grande dificuldade da população leiga na compreensão de todos esses procedimentos. Também é possível entender que a adesão e a grande procura, dos proprietários de lotes populares, pelo serviço de fornecimento de plantas na Prefeitura se davam principalmente pela insegurança e medo das penalidades da fiscalização. Esta é uma situação comum na população geral até hoje; inclusive a procura pelos serviços profissionais de arquitetura e engenharia é, em grande parte, incentivada pela obrigatoriedade de legalização da obra junto aos órgãos governamentais, e menos pelos benefícios decorrentes da qualidade do projeto.

Os padrões e procedimentos legais para habitação são distantes das atividades de construção de moradias populares, também porque ainda é muito presente o caráter espontâneo dessas ações, característica presente desde o surgimento dos primeiros abrigos pré-históricos, como vimos no primeiro capítulo. Assim, o planejamento até o presente momento não representa uma prática corriqueira nas cidades, principalmente no tema das habitações.

Figura 1: Autoconstrução assistida no loteamento Canhema II, Diadema, 2016.

Foi possível observar que, assim como ocorria em outros municípios, inclusive de outros estados do Brasil, houve um período de isenção da obrigatoriedade de contratação de profissional para a realização de projeto e acompanhamento de obra para famílias de baixa renda, situação verificada principalmente durante a vigência do Ato Normativo nº 6 do CREA-SP (1968–1979). Ao que parece, a falta de solução para o autoempreendimento popular levou à "não solução" como resposta, ou seja, deixar por conta do morador as questões relacionadas à sua habitação, como parte do modelo de loteamento periférico que prevalecia como solução habitacional, sem apoio do Estado e sem auxílio profissional.

Vimos que no ano de 1973, durante a vigência desse ato do CREA-SP, houve uma ação importante da Prefeitura de Diadema – a criação do PROCAP. Mesmo diante do cenário de isenção da obrigatoriedade de profissional responsável pelo projeto e pela condução da obra, o programa previa o apoio técnico profissional nessas atividades. Em pleno regime militar, o arquiteto responsável pelo programa fez o prefeito, vinculado ao regime militar, acreditar que a proposta tinha um objetivo eleitoreiro, enquanto que, na verdade, estava ocorrendo um verdadeiro e inédito processo de início de libertação da população.

Foram muito significantes nesse trabalho a valorização do estímulo do pensamento e o apoio às questões técnicas e sociais para que ocorresse não apenas o primor das resoluções práticas, como também o crescimento pessoal da população. Foi fundamental a postura da equipe em atribuir relevância ao entendimento do repertório dos participantes do programa e a consideração de seus valores culturais, permitindo, assim, a aproximação às distintas realidades.

Mesmo as primeiras favelas surgindo no município, comprovadamente, no final dos anos 1960, oriundas principalmente da erradicação da Favela Vergueiro, elas só foram consideradas como pré-existências a ser urbanizadas e reconhecidas como parte da cidade a partir de 1983, na primeira gestão petista no município. Mesmo no período do PROCAP, de ideais relacionados ao apoio pela busca dos direitos dos cidadãos menos favorecidos, as ações identificadas ainda ocorriam somente em áreas regulares do território urbano, porém, como vimos, bastante precárias, afinal, a cidade era totalmente desprovida de infraestrutura urbana mínima.

Depois do inicio da experiência do PROCAP, e com a saída de profissionais-chave da equipe em 1974, entre eles Fingermann, foi difícil sustentar o programa tal como havia sido concebido, visando a colaborar com a reversão da desigualdade; afinal, a proposta do governo naquele momento era muito focada em interesses particulares, atribuindo pouca relevância às necessidades reais da população de baixa renda. Assim, o serviço de plantas populares volta a ter o aspecto meramente burocrático em sua essência. Mas também foi possível perceber, pelos fatos resgatados em período próximo às eleições de 1982, quanto a ação de fornecimento de plantas populares havia se tornado significativa na prospecção de eleitores.

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores essa relação começou a mudar. Nas primeiras ações de urbanização de favelas, ocorridas a partir de 1983, praticamente sem recursos, as atividades se focaram no resgate da população marginalizada e no trabalho de sua conscientização. Esse aspecto é fundamental, pois entendiam que uma população consciente seria a base para qualquer tipo de ação de melhoria na cidade. Assim, os aspectos educacionais do programa de urbanização eram muito importantes, senão mais relevantes, do que as questões técnicas de modificação do espaço físico.

Foi um momento único a forma como a população se fortaleceu, se organizando para fazer suas reivindicações. Também é possível perceber que havia muita motivação ideológica e engajamento dos profissionais envolvidos no processo, demonstrando que existia um clima de ânimo dos dois lados, população e profissionais, que com grande intensidade se sentiam parceiros verdadeiros em uma causa comum: o direito à cidade.

Assim, mesmo com poucos recursos, com poucos profissionais e com várias dificuldades técnicas para realizar as ações, foi possível iniciar um processo de melhoria da cidade real pelo Programa de Urbanização de Favelas.

É destaque no período a formação dos conselhos populares, que depois passaram a ser as comissões. Eram formadas por pessoas escolhidas nas favelas para representar os diferentes anseios dos moradores e também funcionavam como multiplicadoras das informações, sendo fundamentais para a organização das reivindicações populares.

Foi possível notar que, na primeira gestão petista (1983–1988), a principal reivindicação era pelo serviço público, ou seja, pelo acesso à água tratada, à coleta de esgoto, ao serviço de fornecimento de luz, energia e endereço oficial. A população de baixa renda queria ter cidadania, queria ter acesso aos serviços, assim como as outras pessoas da cidade, uma luta pela igualdade de direitos. E é possível perceber que fazia parte do trabalho da equipe despertar essa aspiração nos menos favorecidos.

Também foi fundamental no processo de urbanizações das favelas a criação, em 1985, do instrumento jurídico de Concessão de Direito Real de Uso, pois deu segurança para realizar a melhoria das áreas e das habitações pela população. Com a CDRU foi possível programar o início da construção definitiva das moradias pelos moradores de favelas

A criação da CDRU permitiu as intervenções nas áreas públicas. Anos depois, com a criação das AEIS, em 1994, passaram a existir novos caminhos para as urbanizações de favelas em áreas particulares, como vimos no quinto capítulo. A urbanização em áreas particulares sempre representou uma dificuldade; afinal, para ocorrer investimento na melhoria de uma área é importante a segurança sobre a posse do local. Então havia muita insegurança no processo de urbanização das áreas particulares, situação que ao longo dos anos foi se aperfeiçoando. De um modo geral, o avanço considerável na regularização das áreas privadas somente vai ocorrer anos depois, em nível federal, com o Programa Minha Casa Minha Vida (Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009), com a criação do instrumento de demarcação urbanística, e depois, mais atualmente, com a Lei nº 13.465, de 2017, de Regularização Fundiária Urbana (REURB).

É importante perceber que já no primeiro ano da gestão petista foram criados, mesmo que ainda de modo informal, parâmetros especiais de uso e ocupação do solo para o parcelamento e a urbanização das áreas ocupadas por favelas, os quais serviram de referência para as gestões seguintes e foram a base para o que foi oficializado no Plano Diretor de 1994 e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, que até hoje, mesmo com alterações, continuam presentes em sua essência.

Principalmente na primeira gestão (1983–1988), a população favelada não tinha como prioridade a reivindicação pelo apoio na construção das moradias; assim, a Prefeitura, na maior parte dos casos, dava principalmente orientações técnicas gerais, e, em algumas situações específicas, uma assessoria mais completa, com fornecimento de projeto de arquitetura e complementares de engenharia. O apoio à construção da moradia acabou se tornando secundário; afinal, o porte da equipe não permitia atuar de forma mais abrangente, uma lacuna presente até hoje, em vista da escala da demanda. Foi comum existir uma grande contribuição de estagiários na equipe, os quais faziam grande diferença nos resultados, situação verificada nas três gestões. Inclusive, muitos estagiários seguiram trabalhando na Prefeitura após a graduação, chegando, em alguns casos, a assumir casos diretivos. Também tivemos situações de estagiários que depois voltaram a atuar na Prefeitura com sua própria Assessoria Técnica. Foi o caso da Ação Direta (AD), que depois realizou a urbanização do Núcleo Habitacional Santo Ivo, entre outros projetos, pelo Programa de Autogestão (1993–1996).

Até o terceiro capítulo é possível notar que dificilmente as ações habitacionais foram nomeadas ou referidas como “Assessoria Técnica”, sendo mais comum o termo “Assistência Técnica”, ou “apoio à autoconstrução”, e buscou-se nomear na presente pesquisa tal como são ou foram reconhecidas. Ao que parece, quando as ações são complementares ao processo de urbanização de favelas, sem possibilidade de um suporte técnico mais amplo em todas as etapas de projeto e trabalho social, ou seja, apenas orientações gerais contidas em manuais ou nas ações *in loco* durante vistorias, podem ser entendidas como “assistência técnica habitacional” ou “apoio à autoconstrução”. É possível identificar nesses casos a característica da pequena ajuda ou auxílio na autoconstrução individual, porém especializada. Mesmo sendo uma orientação limitada, representa uma ação importante e, em muitos casos, foi a orientação técnica possível diante do cenário caótico que levava à priorização das ações coletivas, de acesso aos serviços públicos e definição do espaço privado de cada família, presentes no projeto de urbanização.

Também vale frisar a reflexão do Pe. Lebret sobre a condição da assistência, presente no segundo capítulo, alertando sobre o cuidado de não parecer uma relação de dependência. Inclusive ao final ele entende ser mais recomendado o termo “cooperação”, ou “cooperação técnica”, em vez de “assistência técnica”, para enfatizar a característica de união dos esforços, e não de dependência. Ou seja, um cidadão está autoconstruindo sua casa e o profissional irá auxiliá-lo com conhecimento técnico, e o resultado será a junção do repertório de ambos com as orientações técnicas do profissional em uma relação de cooperação.

Vimos que o tema do trabalho colaborativo e não assistencialista foi discutido também no PROCAP, na concepção dos programas de urbanização de favelas e no PROHAB Autoconstrução, assim como nos projetos dos períodos posteriores, como no Conjunto Habitacional Cazuza, na Vila Olinda e na Sanko, entre outros, propostas que exprimem a relação de não dependência dos mutirantes, autoconstrutores ou moradores de núcleos habitacionais em relação aos profissionais. Esta é, portanto, uma linha de pensamento que permeou todo o período de estudo (1983–1996), dentro de um trabalho contínuo em uma sucessão de gestões do Partido dos Trabalhadores.

Figura 2: Plano Comunitário, Nova Conquista (Coca-Cola), 2002.

Observamos essa questão de modo mais aprofundado no terceiro capítulo, expondo, com base em FREIRE (2009), que no termo “assistência” pode haver a falsa ideia de que os oprimidos representam “a patologia da sociedade sã”. Também vimos que outro equívoco seria propor a integração ou a incorporação dos oprimidos na sociedade, quando de fato ao fazer isso provavelmente estaria ocorrendo justamente sua adaptação às condições que favoreçam, provavelmente, a classe dominadora, quando na verdade precisam se posicionar por eles próprios. Daria para seguir nessa linha e entrar em discussão sobre outro termo também muito comum em projetos de habitação popular, que o presente trabalho evitou utilizar, a tal da “participação popular”; afinal, acredita-se que o melhor caminho seja o da liberdade de pensamento e da autonomia das pessoas em relação às suas decisões e ao processo. KAPP (2014) discute a contradição entre participação e autonomia, sendo a primeira comparável a ir a uma festa de outra pessoa, enquanto a autonomia se caracterizaria por ter a capacidade de realizar sua própria festa. Prevalece na linha de pensamento das três gestões estudadas a autonomia das pessoas em relação às suas escolhas no processo de acesso à moradia.

Tomaremos como exemplo casos de conjuntos habitacionais realizados por mutirão, como o Conjunto Habitacional Cazuza e o mutirão no Conjunto Habitacional Sanko. O trabalho realizado pela Assessoria Técnica juntamente com os grupos organizados visou não somente ao estímulo da autonomia das famílias durante o processo, nas negociações relacionadas ao terreno, nas decisões sobre o projeto, nas escolhas de materiais, mas principalmente à sua emancipação ao término da obra, seja no que se refere à manutenção técnica do conjunto realizado por mutirão – afinal, a participação direta dos moradores nas construções se reverte em conhecimento de suas instalações, estruturas etc., e não somente por essa vantagem –, mas também pelo estabelecimento de vínculos entre as pessoas, visto o maior contato entre elas durante a obra, primordial para o bom convívio após o término da construção da habitação.

São experiências que diferem muito de projetos realizados por construtoras contratadas pelo Estado, sem a presença de uma Assessoria Técnica ou de uma organização prévia do grupo, para cuidar de perto das questões que envolvem a proposta desde o projeto até a realização da obra.

Atualmente os termos “Assistência Técnica” e “Assessoria Técnica” estão em processo de discussão, e aqui cabe entender quando cada termo é utilizado, e discutir seu ajuste, caso não seja adequado à ação.

É intrigante que, no PROCAP, momento em que havia o trabalho profissional mais completo para cada lote, porém de modo individual, por vezes o programa foi nomeado como “Assistência Técnica”, e, ao que parece, seria o termo usual na época, inclusive presente no Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968, que definia “o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o efeito de dispensa de Assistência Técnica e responsabilidade técnica por profissional habilitado”. Já na descrição da proposta do PROCAP, presente em FINGERMANN (1974), informava-se que o requerente receberia uma “prestação de serviço de Assistência Técnica, que consiste no fornecimento de uma lista dos materiais necessários à feitura da obra, esta adaptada às condições do lote”, mas vimos que o trabalho foi muito mais amplo quando colocado em prática, servindo inclusive de referência para o PROHAB Autoconstrução.

Com relação ao PROHAB Autoconstrução, seu tempo de vigência, de 1983 até 1988, permitiu sua maior consolidação enquanto programa, possibilitando maior abrangência no atendimento na cidade por meio de trabalho técnico contínuo conduzido por equipe composta principalmente por arquitetos, mas também contando com o apoio de outros profissionais – assistentes sociais, topógrafos e engenheiros das diferentes áreas. Assim, o PROHAB Autoconstrução pode ser considerado um legítimo programa de Assessoria Técnica Habitacional realizado pelo poder público para demandas individuais pulverizadas na cidade, autoconstrutores de suas casas.

Ao buscar o conceito de “assessoria”, é possível entender a característica de “grupo especializado”, que pode ser uma empresa, uma instituição ou uma entidade especializada sobre um assunto determinado. Ao buscar a explicação de “assistência”, existe o significado de auxílio especializado; no entanto, existe o sentido de ajudar alguém em situação frágil, e não está presente o termo “grupo”.

O PROHAB Autoconstrução foi um modelo diferente dos mutirões coletivos que já ocorriam no início dos anos 1980, como as experiências pioneiras da Vila Nova Cachoeirinha ou a Vila Comunitária de São Bernardo do Campo, conforme vimos anteriormente. No caso do PROHAB Autoconstrução, tratava-se de um serviço para aqueles que não tinham condições de contratar um profissional para fazer um projeto e orientar a construção, ou seja, abrangia famílias autônomas sem que pertencessem obrigatoriamente a um grupo do movimento social. Foi assim também no PROCAP; no entanto, este não teve tempo suficiente para se consolidar nos moldes em que foi concebido.

No quarto capítulo, acerca da segunda gestão petista em Diadema (1989–1992), os métodos iniciados nas urbanizações de favelas foram mantidos, de todo modo, pelo próprio crescimento populacional. ficava cada vez mais evidente a necessidade de áreas livres para desadensamento das favelas. Assim, é possível entender que, se nos primeiros processos de urbanização de favelas foi possível, na maioria dos casos, remanejar as famílias no próprio local, com o tempo outras condições mais complexas passaram a surgir, com maiores complicações de áreas de risco, demandando novas soluções e a necessidade de reassentamento de famílias. No final da primeira gestão do PT ocorreram as primeiras desapropriações de áreas livres para propostas habitacionais, como foi o caso da área da Celite, e essa necessidade passou a permear os períodos seguintes, desencadeando uma verdadeira disputa por terras na cidade entre grupos que representavam, principalmente, demandas habitacionais com déficit habitacional por ônus excessivo com aluguel. Inclusive ocorreram grandes ocupações na cidade, entre elas a Vila Socialista e o Buraco do Gazuza. Pelo episódio do Gazuza foi possível perceber a existência de uma dualidade: o movimento a favor da autogestão e o movimento que entendia que as ocupações representavam a melhor forma de obter o direito à cidade e à moradia. Vimos depois, no quinto capítulo, que a criação das AEIS 1 foi um instrumento fundamental para melhorar a garantia do direito à moradia e um momento em que os movimentos sociais passaram a se organizar em associações e discutir melhor as questões relacionadas aos resultados das propostas habitacionais na cidade, buscando melhorar a qualidade do ambiente construído e dos cidadãos como um todo. A proposta da Sanko, discussão-chave da terceira gestão do PT (1993–1996), é o caso que melhor representa o resultado dessa busca por novas alternativas, diferentemente das propostas tradicionais de desenho da cidade, com lotes individuais urbanizados e autoconstrução da habitação.

Assim, no período da segunda gestão do PT (1989–1992), é dada continuidade aos projetos de urbanização de favelas, inclusive com maior investimento em infraestrutura, mas também surgem outras formas de atendimentos ou soluções para o problema da falta de moradia.

A construção de um trabalho de Assessoria Técnica pelo poder público vai se adequando à própria realidade do momento. Um exemplo foi a criação da ACCMCD nessa época, justamente a partir do entendimento de que muitas favelas tinham avançado em seu estágio de urbanização e as famílias estavam autoconstruindo suas moradias. Nesse sentido, se no início da gestão anterior as maiores demandas eram pelos serviços básicos de infraestrutura, nesse período começa a existir também a necessidade de apoio para a construção das moradias nos lotes urbanizados ou em processo de urbanização. É importante frisar que, para a população, a maior dificuldade e reivindicação era o material a um custo acessível; afinal, havia certa facilidade na obtenção de mão de obra, que poderia ser própria ou de algum pedreiro conhecido, sempre abundante em bairros populares.

Já o projeto era uma questão pouco solicitada, pois, como vimos em diferentes momentos do presente trabalho, ainda não faz parte do repertório da maioria das pessoas, pois estão acostumadas a realizar espontaneamente suas moradias. De todo modo, a Prefeitura entendia a necessidade de disponibilizar o planejamento da construção juntamente com a viabilidade da compra de material; assim, em apoio à ACCMCD, o antigo PROHAB Autoconstrução passou a atender também a lotes em Núcleos Habitacionais, nesse período denominados como SAAC, conforme vimos no quarto capítulo.

Quando o programa passou a atender também aos núcleos em processo de urbanização, é possível notar um enfraquecimento dos procedimentos legais que existiam no PROHAB Autoconstrução, devido à própria situação irregular das áreas de atuação. Ao mesmo tempo em que representava uma contribuição valiosa para aqueles que puderam desfrutar do benefício do apoio à autoconstrução, o atendimento passou a ser menos abrangente, uma Assistência Técnica Habitacional. Isso ocorre porque as condições da autoconstrução se afastam das normas oficiais, e a atuação profissional se configura em uma condição frágil que precisa ser mais bem regulamentada, inclusive para expandir a atuação dos profissionais autônomos, não necessariamente vinculados ao poder público.

O apoio do SAAC à ACCMCD foi importante no sentido de compatibilizar o projeto com o material disponível para construção. Afinal, se não houvesse esse cruzamento, a ACCMCD seria como um depósito de materiais com preços acessíveis, e a intenção era realmente melhorar a condição do processo de autoconstrução das moradias e incentivar a organização dos diferentes grupos que demandavam esse apoio na cidade, seja nas favelas, nos mutirões ou nos bairros populares.

Figura 3: Mutirantes no Cazuza, Diadema, 1989.

De todo modo, como vimos no final do quarto capítulo, a maior dificuldade no programa foi unir diferentes grupos de autoconstrutores para viabilizar a compra de materiais e o atendimento em larga escala, ou seja, faltou ter maior adesão para o programa ganhar a escala desejada e necessária para seu bom funcionamento, e essa maior adesão não ocorreu também porque a população, na fase de construção da própria moradia, perde o espírito coletivo que existe, por exemplo, no processo inicial da urbanização.

Foi fundamental, no período da segunda gestão, a criação do FUMAPIS, pois se tornou uma maneira possível de repassar recursos para as entidades formalmente constituídas. Na gestão seguinte (1993–1996), esse objetivo será colocado em prática principalmente no Programa de Autogestão, em que havia o repasse de recursos do FUMAPIS diretamente para as associações dos Núcleos Habitacionais, para as obras de urbanização, conforme vimos no quinto capítulo, e, ao mesmo tempo, a Prefeitura contratou Assessorias Técnicas para dar apoio aos núcleos participantes do programa. É importante perceber que essas ações ocorriam em formato de parceria da Prefeitura com os movimentos de moradia da cidade, uma construção conjunta de instrumentos para avançar no direito urbano de modo mais organizado e buscando melhorar a qualidade das ações. Também é fundamental observar no Programa de Autogestão o resultado do fortalecimento do poder local, que, nessa modalidade, tem autonomia para conduzir as ações nas áreas, pois recebe diretamente os recursos do FUMAPIS.

Ao fazer a leitura do caso da área da Celite, foi possível resgatar três processos distintos. Começando pela área de risco Paineirinhas, é possível compreender que existe a necessidade de ações anteriores ao atendimento habitacional definitivo: medidas paliativas ou provisórias, monitoramento do risco, reconhecimento e cadastramento das famílias, o apoio social, entre várias medidas possíveis que podem ser extraídas das diferentes realidades enfrentadas.

Antes de existir uma solução ou uma proposta definitiva para famílias em risco, é importante começar um trabalho de organização do grupo para atingir o objetivo de modo ativo e com atendimento às suas reais necessidades. No Paineirinhas, por exemplo, a busca pela área de reassentamento partiu das famílias, e assim puderam morar em uma boa localização, conseguindo manter as relações de vizinhança pré-existentes, entre outras questões que foi possível extrair do conhecimento da história dessa comunidade.

A área da Celite, como vimos, foi desapropriada pela Prefeitura, e foi a primeira vez que ocorreu uma proposta habitacional em área livre, o Núcleo Habitacional 18 de Agosto. Ao mesmo tempo em que a população foi ativa na escolha da área de reassentamento, ficou ausente nas decisões relacionadas ao projeto, pois a maior reivindicação das pessoas era sair da área de risco e ir para um lugar seguro.

Ainda dentro de um modelo tradicional de urbanismo, de criação de lotes individuais, é possível notar algumas melhorias nos parâmetros urbanísticos do projeto em comparação ao padrão adotado nas urbanizações de favelas. A pergunta que surge: por que o mesmo modelo de lotes individuais? Neste caso, foi possível entender que o investimento do poder público ocorreu praticamente na desapropriação da área. Para subsidiar as habitações, haveria a necessidade de apoio do governo do estado ou do governo federal. Assim, demarcar a área e permitir a construção das moradias pelas próprias famílias, dando Assistência Técnica, foi a maneira possível de tirar as pessoas do risco. Outra possibilidade, diante da ausência de recursos, seria a construção de alojamentos provisórios, mas era um momento de muita crise financeira no Brasil, momento em que o BNH tinha acabado de se extinguir e as negociações com o governo do estado não estavam dando resultado, ou seja, não tinha nenhuma possibilidade de subsídio ou financiamento habitacional para moradores de baixíssima renda em vista.

Até mesmo o FUMAPIS, ainda em fase de criação, somente na gestão seguinte terá acúmulo de recursos para apoiar ações de habitação social. Vimos que os alojamentos funcionaram bem, no caso da Sanko, pois já estava em curso o desenvolvimento de uma proposta definitiva. Diferentemente, vimos no caso do Rio de Janeiro, nos Parques Proletários Provisórios dos anos 1940, que os alojamentos se transformaram em novas favelas, dada a ausência de proposta definitiva no curto prazo para as famílias.

No caso do loteamento realizado para a área do Núcleo 18 de Agosto, não havia parâmetros especiais normatizados. Assim como nas áreas ocupadas por favelas, foram criados parâmetros de acordo com a lógica e o contexto locais, definindo limites e assegurando a qualidade mínima urbanística. Sobre o apoio na construção das moradias, a Prefeitura disponibilizou aos autoconstrutores projetos executivos completo com três tipologias habitacionais. Esses projetos sofreram algumas adaptações durante as obras, principalmente de redução das áreas livres, demonstrando a tendência da maior ocupação possível do lote pelas pessoas. Também é notável que não existia reivindicação pela Assessoria Técnica durante a construção das moradias, havendo autoconfiança das pessoas em relação à sua própria capacidade técnica naquele momento.

Já a leitura do caso do Núcleo Santa Luzia foi importante para entender um processo de ocupação e as dificuldades decorrentes da falta de planejamento. Não se tratava de um grupo previamente organizado; alguns poucos moradores se conheciam, mas a maioria não. A ausência de Assessoria Técnica no processo de ocupação levou, por exemplo, à implantação de barracos em trechos indesejáveis e com risco.

Assim, por ter ocorrido uma ocupação espontânea, posteriormente, o processo de urbanização seguiu os mesmos moldes do planejamento tradicional, ou seja, fazer o parcelamento dentro de um padrão de lote mínimo estabelecido, largura de vielas, e conseguir implantar o maior número possível de lotes. Este projeto demonstra o protagonismo dos moradores na definição do plano de urbanização, os quais inicialmente agiram de forma autônoma, e depois a Prefeitura passou a dar apoio no processo de urbanização; afinal, era uma área pública, e realizar a urbanização com antecedência evitaria a consolidação de situações precárias e de difícil reversão, como ocorreu, por exemplo, no Núcleo Marilene e na Vila Popular, conforme vimos no quinto capítulo.

No caso do processo do Núcleo Santa Luzia, houve a consolidação de um projeto de urbanização, seguindo diretrizes extraídas dos próprios moradores da área, e houve Assistência Técnica Habitacional pela Prefeitura: orientação com regras gerais para autoconstrução das moradias, auxílio na locação das construções e fiscalização, principalmente quando surgia alguma ocorrência.

Anos depois, na gestão de 1993–1996, a Assessoria Técnica PEABIRU TCA iniciou o atuação na área pelo Programa de Autogestão, justamente para permitir um trabalho mais amplo no processo de urbanização. No entanto, havia, em alguns trechos, graves problemas decorrentes da implantação do loteamento em topografia muito acidentada, ocasionando lotes com necessidade de muros de arrimo bastante altos. Também foi possível verificar que trechos com lotes muito irregulares dificultaram o “autoprojeto”.

É possível perceber que alguns problemas dificilmente serão revertidos, pois para resolver haveria a necessidade de grandes investimentos e maiores intervenções. Assim, é possível visualizar alguns entraves e prejuízos nos processos de ocupações de áreas sem Assessoria Técnica. A forma como desencadeia o padrão de consolidação da ocupação, por meio da autoconstrução, se torna um modelo de difícil acompanhamento técnico e que dificilmente proporcionará moradias adequadas e espaços públicos com qualidade.

Já o caso paradigmático do Cazuza demonstra outra possibilidade de atendimento habitacional: o conjunto habitacional coletivo por mutirão organizado por meio de Assessoria Técnica. Essa proposta foi resultado da aproximação dos movimentos de moradia de Diadema à UMM, que tinha como bandeira a autogestão. Foi possível atingir esse modelo porque pela primeira vez houve aporte de recursos federais para financiamento habitacional no município, e tal fato se realizou pelo engajamento com a UMM. A USINA CTAH conduziu o modelo de provisão habitacional, por mutirão, bastante referenciado nas cooperativas do Uruguai, mais benéfico para os espaços públicos devido principalmente à organização e à realização coletiva do empreendimento. O apoio da Prefeitura foi fundamental na elaboração dos estudos iniciais de viabilidade, desapropriação da área e implantação de infraestrutura. A segunda fase, sem apoio federal, contou com aporte de recursos do FUMAPIS; e, dentro também do Programa de Autogestão, a TETO Assessoria a Movimentos Populares foi contratada pela Prefeitura para dar continuidade ao acompanhamento do processo com a ACCD.

O Cazuza inaugurou algumas questões importantes. Primeiro, a verticalização no mutirão, inédita no Brasil, que, além de permitir um melhor aproveitamento do espaço, reforça o ideal coletivo. Pela leitura realizada é possível perceber que o projeto coletivo verticalizado tem demonstrado maior sustentabilidade ao longo dos anos, ou seja, poucas modificações pelos moradores em comparação às soluções de casas individuais ou sobrepostas.

Existe outra característica que precisa ser reforçada neste caso: estamos falando de um projeto habitacional por mutirão, conduzido por Assessoria Técnica, em que todas as questões legais devem ser respeitadas. Em casos como esse, a Assessoria Técnica assume a responsabilidade pelo projeto e pela condução da obra. Nas Assistências Técnicas aqui citadas não houve essa responsabilidade, pois foi uma orientação geral, por exemplo, no Núcleo 18 de Agosto e no Santa Luzia. Com isso, introduz-se o tema do maior impacto da responsabilidade técnica pela obra, mas que é importante para garantir o constante acompanhamento e a boa condução do projeto. Essa poderia ser uma das características que diferenciam a Assessoria da Assistência Técnica Habitacional.

Se na autoconstrução prevalecem velhas fórmulas, no mutirão organizado é possível propor novas soluções e sistemas construtivos. Com isso, é possível melhorar a racionalidade do projeto e das técnicas construtivas de tal modo que sejam mais adequadas a mão de obra pouco especializada.

Pelo projeto do Cazuza é possível perceber que, nas tipologias mais individualizadas, por mais que tenha ocorrido em regime de mutirão, foi frequente a ocorrência de modificações e violações do espaço público.

Assim, para que a proposta se sustente e para que não ocorram violações dos espaços públicos, o projeto deve ser muito debatido com os futuros moradores e deve procurar resolver todos os aspectos e anseios das pessoas para não haver comprometimento na qualidade do ambiente. Fica ainda mais evidente que um bom projeto urbanístico e de tipologia habitacional terá papel importante na integridade dos aspectos públicos.

Vimos no projeto do Cazuza, nas casas sobrepostas, que a linguagem única desejada não foi totalmente atingida, pois com o tempo as pessoas criaram “puxadinhos” em suas casas. Projetos que consigam prever as ampliações futuras podem possibilitar adaptações mais favoráveis à morfologia e à paisagem urbanas. Mas não faltam somente propostas de ampliações – falta reconhecimento dos espaços públicos como algo que pertença a todos.

Outras questões também podem estar relacionadas à sustentabilidade das propostas e dos espaços públicos adjacentes, como a crença nos mesmos ideais.

Por exemplo, no Cazuza houve a proposta do tijolinho aparente, que, além de ter uma aparência interessante, apresenta uma relação com a convicção na autogestão e na referência das cooperativas do Uruguai. Será que essa referência era importante para todos que estavam envolvidos? Nesse sentido, é importante um ideal comum entre os agentes do processo – Assessoria, lideranças, poder público e principalmente os moradores.

No percurso seguido no quinto capítulo, na terceira gestão consecutiva do Partido dos Trabalhadores (1993–1996) foi possível observar o fechamento de um ciclo de construção de uma política habitacional que se iniciou em 1983. Ao fazer a leitura das três gestões consecutivas desse partido foi possível perceber que não houve tempo para testes ou experimentos; isso significa que as propostas, estratégias e metodologias de trabalho junto à população ocorreram no ritmo natural dos fatos e acontecimentos, emergiram das necessidades urgentes e contaram com a *expertise* de muitos profissionais, gestores públicos, população e líderes de movimentos sociais bastante heterogêneos.

As ações que ocorreram nessa jornada foram executadas a partir principalmente de programas locais, mas, em determinados momentos, com expansão e relação com as esferas estadual e federal, como ocorreu, por exemplo, com o mutirão do Cazuza. O acúmulo das experiências nesse período resulta em uma forma peculiar de Assessoria Técnica, específica de Diadema, mas que muito provavelmente vários conhecimentos foram aplicados em outros municípios pelos diferentes agentes que passaram pela Prefeitura, especialmente pelo setor habitacional, mas não somente essa área. Afinal, a política habitacional sempre foi bastante integrada com outros setores da administração pública –jurídico, finanças, de obras, saneamento, entre outros.

Há uma trajetória, em especial dessa Prefeitura, que nos dá lições sobre como atuar dentro deste universo ainda frágil, porém com potencial de consolidação, a partir de um conhecimento adquirido com a prática.

A bagagem de conhecimentos práticos que resultam desta continuidade de três gestões petistas apresenta grande valor para o enfrentamento de outras realidades similares no Brasil, como aquelas que foram ou estão sendo superadas e melhoradas ao longo de um trabalho sério e articulado com a população neste município tão especial. Como resultado, ao final da terceira gestão petista essa política habitacional é reconhecida internacionalmente no Habitat II, em Istambul, mérito aqui destacado, e simbolicamente definindo o recorte temporal da pesquisa – de 1983 a 1996.

Na terceira gestão foi possível entender o fechamento de uma linha de raciocínio, a consolidação de instrumentos especiais para áreas de interesse social, por meio da criação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), da melhor estruturação das equipes e de novas formatações de trabalho de apoio às políticas habitacionais, entre outras ações que foram mostradas ao longo dos capítulos.

O Programa de Autogestão permitiu a colaboração de Assessorias Técnicas externas, uma estratégia importante para conseguir adequar o planejamento dos trabalhos durante o período de quatro anos de administração, como também uma demonstração de quanto a população havia evoluído em sua autonomia.

Foram selecionados dois trabalhos conduzidos pelo programa, a Vila Olinda e a Vila Popular, e vimos que cada caso teve um objetivo e uma condução específicos.

No caso da Vila Olinda, o objetivo principal foi a organização comunitária para a condução das obras de infraestrutura por mutirão, como também o trabalho de apoio à autoconstrução nos lotes individuais que já estavam previamente definidos. Foi uma situação diferenciada para a PEABIRU TCA, que era experiente na condução de projetos habitacionais coletivamente. Também não houve a realização de um projeto de urbanização, pois o traçado das vielas, dos lotes e das áreas livres já estava definido.

Pela própria natureza deste caso, foi possível entender que o formato de pessoa jurídica de uma Assessoria Técnica difere do de um escritório convencional, primeiro pela própria questão da ausência de lucro nas atividades desenvolvidas, tendo como objetivo primordial colaborar com uma cidadania ativa e na transformação da sociedade. Diferentemente de um escritório convencional, não existe a figura principal de um arquiteto sócio-diretor, sendo frequente a rotatividade de coordenadores e colaboradores, sem estabelecimento de hierarquia na equipe, situação que também é refletida nos trabalhos com os grupos assessorados. E, no caso, o aspecto multidisciplinar permitiu a abrangência não apenas da resolução das questões mais relacionadas à elaboração de projetos ou aspectos físicos da área, mas todas as atividades sociais que apontavam para objetivos de ordem mais abstrata para a melhoria das condições de vida e convívio das pessoas em comunidade.

É possível entender que a opção pelo mutirão para a realização de algumas obras de infraestrutura foi importante pelos aspectos econômicos, mas também para que houvesse um envolvimento da comunidade nos assuntos referentes à manutenção e à qualificação do local onde vive; afinal, é importante que as pessoas entendam quais são e como funcionam os diferentes serviços públicos da cidade e passem a cobrar pelo seu bom funcionamento. A estratégia da Assessoria Técnica foi entender inicialmente os vínculos e as relações entre as pessoas, para depois iniciar a prática dos trabalhos comunitários. Ao longo da leitura do caso é possível entender como ocorreu essa aproximação.

No âmbito do trabalho voltado à melhoria das habitações ou à construção de novas moradias, foi possível entender que a primeira etapa das ações foi direcionada à divulgação da importância e dos benefícios da Assistência Técnica Habitacional, visto que não era um serviço fortemente desejado pela maioria, outra vez, porque as pessoas estão acostumadas a construir espontaneamente suas moradias. Assim, essa etapa foi fundamental para obter o maior número de consentimentos da proposta.

É possível entender que trabalhos habitacionais individualizados como esse exigem a criação de métodos para que seja possível racionalizar ao máximo as etapas de projeto e condução das discussões das necessidades com as famílias, para, com isso, atingir a massa, pois essa é uma realidade que precisamos enfrentar. Outro aspecto importante é definir claramente as regras de uso e ocupação do solo para as novas construções e para as reformas, principalmente quando as áreas demandam parâmetros especiais.

É tarefa da Assessoria perceber se realmente houve o entendimento do projeto pelos interessados, a fim de que as mudanças ao longo da etapa de execução da obra sejam evitadas ao máximo. Caso ocorram, devem ser documentadas e pactuadas para não perder o controle do processo entre as partes envolvidas. Reuniões coletivas poderão colaborar com a criação de possibilidades de tipologias para atendimento de grande parte da demanda. É uma maneira de definir alguns parâmetros iniciais antes das discussões individuais sobre os projetos.

Essas diretrizes podem ser aplicadas em novas construções, como também em projetos de melhorias habitacionais. Com o passar dos anos, as práticas de melhorias habitacionais, ou seja, reformas das construções existentes em favelas, foram se inserindo cada vez mais nas atividades da Prefeitura.

O “Tá Bonito”, iniciado em 2006, foi o primeiro programa exclusivo para a melhoria das habitações autoconstruídas nos núcleos habitacionais. Segundo COELHO (2017, p. 29), foi criado para “mudar o estigma de Diadema como a ’cidade vermelha‘, título obtido devido à ausência de acabamentos no exterior das moradias, que evidenciavam a cor dos blocos cerâmicos das unidades autoconstruídas”. No início de sua vigência, na terceira gestão do prefeito Filippi (2005–2008), era um tema ainda marginal; afinal, “questionava-se a validade do poder público intervir no interior das moradias enquanto ainda existiam famílias vivendo em situação de risco” (COELHO, 2017, p. 30).

Figura 4: Intervenção “Tá Bonito” no Morro do Samba,Diadema, 2011.

Figura 5: Intervenção “Tá Bonito” no Núcleo Habitacional Barão de Uruguaiana,Diadema, 2011.

As justificativas relacionadas à saúde pública prevaleceram sobre as incertezas acerca do tema, e hoje já existe um *know-how* na equipe também nessa área, que tem suas atividades sob coordenação da arquiteta Cláudia Bastos Coelho. Mas é possível entender neste resgate histórico que dentro do Programa de Autogestão (1993–1996) já ocorreram os primeiros ensaios dessa modalidade.

O apoio à autoconstrução realizado pela PEABIRU TCA na Vila Olinda estaria na mesma modalidade do trabalho realizado pelo SAAC nas áreas não regularizadas. Uma questão a avançar seria a formalização dos processos em áreas irregulares, chegando próximo ao modelo executado pelo PROHAB Autoconstrução. De todo modo, uma característica importante da proposta realizada na Vila Olinda é que não houve o apoio à autoconstrução de modo isolado, pois estavam ocorrendo as mobilizações coletivas para as áreas públicas concomitante ao processo das melhorias habitacionais, e, assim, o aspecto individual de um programa unicamente voltado às habitações acaba se diluindo com discussões coletivas, mais interessantes sob o ponto de vista do crescimento das pessoas na sociedade. Assim, propostas de apoio à autoconstrução, mesmo que em lotes individuais, mais concentradas em determinada área, possibilitarão alguns benefícios pela organização coletiva. A ACCMCD teve também essa visão, ao tentar concentrar os casos pulverizados nos bairros, para que a união possibilitasse algumas vantagens para os autoconstrutores, a começar pelas melhores negociações de materiais, por exemplo, mas vimos que foi um problema atingir uma adesão suficiente de moradores de tal modo a possibilitar a sustentabilidade do programa.

Ao final, é possível enxergar outro grande desafio na condução de trabalhos de apoio à autoconstrução: conseguir controlar a ansiedade das pessoas, que entendem que o primeiro passo é começar a obra, e não o projeto. Sabemos que o projeto demanda tempo, ainda maior em uma discussão coletiva. A Assessoria, enquanto conhecedora do processo de elaboração de um projeto, deverá transmitir esse conhecimento à comunidade e mostrar que, quando existe um bom planejamento, o tempo que se ganhará na obra compensará.

Por existir maior afinidade principalmente da população de baixa renda com a obra em comparação ao projeto, uma boa prática é, sempre que possível, apresentar espaços, aplicações de técnica e materiais em casos reais executados. Desse modo as pessoas se sentirão mais seguras em optar por outras soluções que não sejam as mesmas fórmulas consagradas da autoconstrução.

Com relação à obra, definir regras básicas para a construção facilitará a comunicação entre a Assessoria e os autoconstrutores. Também vimos que a padronização de procedimentos poderá evitar desajustes entre as partes envolvidas – Assessoria e equipe da obra. Uma questão enfatizada pelos profissionais que trabalharam neste projeto é a importância de existir um trabalho técnico permanente para que se consiga acompanhar todo o processo da autoconstrução, que ocorre ao longo de alguns anos. Isso reforça a importância de existir uma Assessoria Técnica permanente no poder público.

Já no caso da Vila Popular, o objetivo principal do trabalho da Assessoria Técnica contratada pela Prefeitura, a USINA CTAH, foi realizar um projeto de urbanização para o setor central do Núcleo Habitacional, ou seja, propor o redesenho do traçado das vielas e disposição dos lotes a partir das pré-existências, que, nesse caso, era bastante complexa e um tanto quanto desordenada. Houve uma mudança da visão de urbanização, porque o grau de consolidação da área era muito alto, e assim, além da necessidade de remoções, haveria também a necessidade de partir de casos consolidáveis ou não, diferentemente dos processos anteriores, que praticavam um parcelamento homogêneo, com poucos casos de consolidação de construções pré-existentes.

Essa consolidação precária avançou principalmente devido à situação fundiária da área particular, que não dava segurança na implantação de melhorias. Com a criação das AEIS 2, houve suporte legal para a condução do projeto com mais confiança.

Foi muito importante nesse processo o papel da liderança, que deu apoio às comissões, aos moradores e representou o Núcleo Habitacional perante a Prefeitura, além de ser o acesso direto à Assessoria.

Por meio desse projeto foi possível entender como são definidos coletivamente os critérios para as remoções. E entendemos que uma das principais dificuldades enfrentadas foi justamente a resistência em sair da área, mesmo com propostas de reassentamento. Assim, fica clara a importância de buscar soluções adequadas para as famílias que deixarão a área, preferivelmente na mesma região, ou, se for o caso, buscar trocas no próprio Núcleo Habitacional, para que uma resistência ao plano não prejudique a qualidade dos espaços coletivos resultantes.

É importante apresentar as opções de reassentamento com clareza: é interessante levar as pessoas até a área para conhecer o novo local de moradia, fazer comparações com relação à casa em que vivem e, na melhor situação, realizar o projeto de reassentamento com a colaboração dos futuros moradores.

Assim, é importante já entender antecipadamente se haverá alguma resistência à remoção, para que o caso seja acompanhado de perto e seja possível encontrar uma solução. Foi possível entender também que nem sempre as decisões sobre consolidações e remoções serão baseadas em aspectos físicos; muitas vezes haverá relação com a organização prévia da comunidade.

O último estudo de caso, o Conjunto Habitacional Sanko, é uma proposta emblemática que demonstra uma relação de parceria possível da Prefeitura com os movimentos na aquisição da terra e na realização de um projeto habitacional. O projeto foi o primeiro a reunir diferentes movimentos em prol de um projeto com qualidade, conquistando uma área privada que anteriormente não cumpria sua função social.

Foi possível notar que, antes mesmo da assinatura do contrato com a CDHU, os grupos se anteciparam em sua organização e contaram com o apoio da Assessoria Técnica, mas principalmente da Prefeitura, que colaborou nas questões de definição do modelo habitacional a ser implantado no local, junto com a viabilidade econômica para a aquisição da terra.

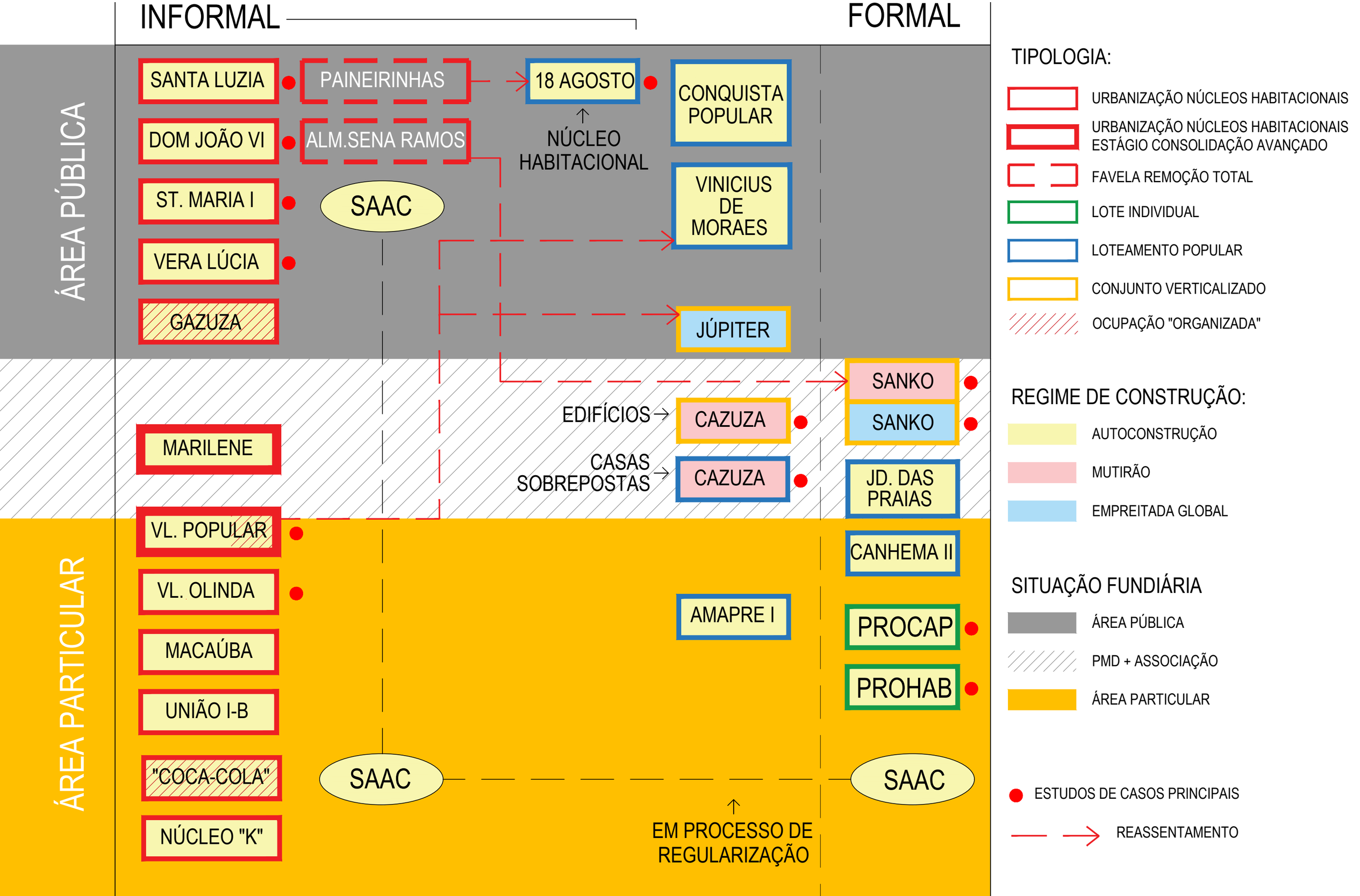
Apenas um grupo optou pelo mutirão. De todo modo, aqueles que optaram pela empreitada global não deixaram de acompanhar o processo, por meio da participação em reuniões junto com lideranças dos movimentos.

É possível entender alguns benefícios no regime de execução por mutirão, principalmente a redução do custo do financiamento e o fato de o autogerenciamento permitir maior acompanhamento das decisões, inclusive de escolhas de materiais e elementos da construção. Mas, por outro lado, o grupo deve estar muito organizado e predisposto a dar andamento a uma obra por meio desse regime, pois terá de trabalhar nos fins de semana e de dedicar um tempo de sua vida na execução da obra. No caso do grupo da Leste, percebe-se que foi fundamental a presença de uma liderança forte e disposta naquele momento a passar pela experiência. Infelizmente, Edmundo faleceu no meio do processo, mas deixou sua motivação e seu incentivo para que o grupo, junto com a Assessoria Técnica, conseguisse finalizar com êxito o mutirão.

Foi interessante a contratação de alguns serviços, e assim houve a redução de aporte de mão de obra própria. Ao mesmo tempo, os serviços foram contratados diretamente pelo grupo, que fiscalizou de perto a qualidades deles.

Por fim, a proposta valoriza o espaço construído coletivamente, não somente pela melhoria da qualidade do projeto, mas também pelo estabelecimento de vínculos entre as pessoas e sua maior autonomia nas tomadas de decisão.

Figura 6: Diagrama-síntese dos casos abordados no presente trabalho (1983–1996).



O diagrama apresentado (Figura 1) compreende os principais casos abordados ao longo do trabalho. A partir desse recurso é possível ter uma visão sintetizada sobre as tipologias ou modalidades de intervenções adotadas, o enquadramento nos diferentes regimes de construção e sua relação com a situação fundiária.

É possível verificar o predomínio das ações de urbanização das favelas com autoconstrução das moradias, e, na maior parte do período estudado, foram ocupações espontâneas posteriormente organizadas durante o processo de urbanização. É possível verificar que durante esse período de estudo (1983–1996) os modelos de habitação coletiva, diferentes do modo tradicional de urbanização, puderam ser viabilizados com o aporte de recursos do estado e do governo federal, mas também o FUMAPIS teve papel fundamental na viabilização de parcerias com as associações e na obtenção de resultados de qualidade para a cidade e no crescimento das pessoas enquanto cidadãs.

Essa mescla de possibilidades é importante na sustentação de uma política pública habitacional. Em momentos de escassos recursos, a Assessoria Técnica Habitacional da Prefeitura de Diadema conseguiu garantir o direito à cidade, evitar acidentes em áreas de risco, dar segurança para autoconstrução das moradias e conduzir caminhos para o fortalecimento dos cidadãos.

Ao final, é interessante compreender, desde a origem, como esta Prefeitura conseguiu fazer evoluírem suas ações, dentro de uma lógica de valorização do poder local, do contexto das necessidades que emergiram na cidade, e teve capacidade para administrar parcerias dentro de uma perspectiva descentralizada e que visa à democratização. O objetivo principal se manteve constante ao longo das três gestões: reverter a desigualdade. E os trabalhos realizados representam ações pela cidadania e contra a desigualdade.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Cláudia Bastos. **Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FINGERMANN, Luis. **PROCAP: programa de casas populares**. Diadema: Prefeitura Municipal de Diadema, 1974.

KAPP, Silke. **Experiências em AT e suas questões**. In: SALAZAR, Jeferson; STROHER, Laisa; GRAZIA, Grazia de. (Orgs.). **Assistência Técnica e Direito à Cidade.** Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, 2014.

LEIS

CREA-SP (Estado). Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968. Define o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o efeito de dispensa de assistência e responsabilidade técnica por profissional habilitado para a obra.

DIADEMA (Município). Lei nº 25, de 25 de janeiro de 1994. Institui o Plano Diretor do Município de Diadema, dispondo sobre diretrizes gerais da Política Municipal e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 50, de 1º de março de 1996. Regulamenta e disciplina o zoneamento, urbanização, uso e ocupação do solo, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, entre outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, entre outras providências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento.** Rio de Janeiro: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <encurtador.com.br/hlnIK>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930.** *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, p. 35-48, 2008.

ALMEIDA, Marco Antonio Plácido de. **Urbanização de Favelas em Diadema, no Período de 1983 a 1988.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ANGELO, Michelly Ramos de. **Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS. A formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013.

BALDINI, Leandro. **Velhos amigos.** *Diário do Grande ABC*, 8 ago. 2016. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/noticia/2007811/velhos-amigos>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BALTRUSIS, Nelson. **As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Diadema: Viabilizando o acesso à terra urbana. Relatório final.** LABHAB, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br>. Acesso em: 7 nov. 2021.

_____. **As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) em Diadema: Viabilizando o acesso à terra urbana. Relatório final.** LABHAB, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BARAVELLI, José Eduardo. **O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia de Vila Nova Cachoeirinha.** Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARDI, Lina Bo. **Porque o povo é arquiteto?** Habitat, v. 1, n. 3, p. 3-5, 1951.

BARROS, José D'Assunção. **Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial.** RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas, vol. 15, n. 2, 2016, p. 223-238.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 129-144.

_____. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. **Os pioneiros da habitação social. volume 1 – Cem anos da política pública no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp/Edições Sesc, 2014.

_____; KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da habitação social. volume 2 – Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964.** São Paulo: Editora Unesp/Edições Sesc, 2014.

BORIN, Monique Félix. **A contribuição de Theodoro Sampaio ao relatório dos cortiços de Santa Ifigênia: saneamento e urbanismo na trajetória de um engenheiro.** *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (online), 14(1), p. 49-57, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i1p49-57>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Os primeiros arquitetos modernos: Habitação Social no Brasil 1930–1950.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BRUNELLI, Camila. **Uma pequena cidade chamada Inamar.** DIÁRIO DO GRANDE ABC, 7 mar. 2011. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CAVALCANTI, Lauro. **O arquiteto e a habitação popular.** *Projeto*, nº 5, p. 143-147, 1987.

CESTARO, Lucas Ricardo. **A atuação de Lebret e da SAGMACS no Brasil (1947–1964). Ideias, planos e contribuições.** Tese de doutorado. São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **A contribuição de Lebret através da SAGMACS na formação de técnicos e profissionais de urbanismo do Brasil.** Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (online), v. 14, n. 1, p. 24-31, 2016.

_____. **Urbanismo e humanismo: a SAGMACS e o estudo da "Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana".** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

CIRERA, Marta. **Espaço de Direitos É Mais que Direito a Espaço. O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, Cláudia Bastos. **Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, IX. 1976. **Anais [...]** São Paulo: Companhia Lithographica Ypiranga, 1976.

COSTA, Berthelina Alves. **Berthelina Alves, diretora do SASP, fala sobre assistência técnica.** FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 10 ago. 2011. Disponível em: < encurtador.com.br/hzCU8>. Acesso em: 7 nov. 2021.

COSTA, Luiz Augusto Maia. **Theodoro Sampaio, o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e as exigências da modernidade.** *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (online), 14(2), p. 15-22, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i2p15-22>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CYMBALISTA, Renato; CARVALHO, Maria Albertina J.; MENCIO, Mariana; POLLINI, Paula. **Sistematização do Plano Diretor Municipal de Diadema, SP**. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

DIXON, Caitlin. **POUSO: Orientação Urbanística e Social em Favelas do Rio de Janeiro de 1996 a 2008.** *Tradutor M. Alejandra Revelo-Imery.* Rio On Watch, maio 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=11409>. Acesso em: 30 dez. 2021.

DOXIADIS, Constantínos Apóstolos. **Arquitectura em transição.** Coimbra: Ed. Arménio Amado, 1965.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

FELDMAN, Sarah. **Instituições de Urbanismo no Brasil na década de 1930: olhar técnico e dimensão urbano-industrial.** Tese Livre-docente (Departamento de Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

_____. **O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva.** Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.

FELINTO, Marilene (Coord. Editorial). **Diadema e a cidade informal.** Instituto Diadema de Estudos Municipais: São Paulo, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Perspectivas e desafios para os jovens arquitetos no Brasil. Qual o papel da profissão?** *Arquitextos*, **Vitruvius**, São Paulo, 133.07, ano 12, julho de 2011.

FERREIRA, Maria de Lourdes; OLIVEIRA, Luiz Hermínio Puntel de. **Exposição Casas de Diadema: documentos da história da cidade.** Diadema: Prefeitura Municipal de Diadema, 2019.

FERREIRA, Paulo Emilio Buarque. **O filé e a sobra: as favelas no caminho do capital imobiliário.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo.** São Paulo: Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FILIPPI JÚNIOR, José de. **Habitação: um direito social.** *In:* PREFEITURA DE DIADEMA. **Diadema: habitação cada dia melhor.** *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*, ano 1, n. 1, maio de 1996.

_____; REALI, Mário. **Diadema, 25 anos.** *Folha de S.Paulo*, 11 abr. 2008. Disponível em: <https://shortest.link/2rfV>. Acesso em: 30 dez. 2021.

FINGERMANN, Luis. **Causas e consequências da autoconstrução na Grande SP**. *A Construção*, São Paulo, 27 set. 1976, p. 14-23.

_____. **PROCAP: programa de casas populares**. Diadema: Prefeitura Municipal de Diadema, 1974.

_____; MARICATO, Ermínia; CALAZANS, José Fábio. **Formação e Prática Profissional do Arquiteto: três experiências em participação comunitária.** *Espaço & Debates*, n. 8, jan.|abr. 1983, p. 79-95.

FIORE, Renato Holmer. **Warchavchik e o manifesto de 1925**. *Arqtexto 2*, 2002.

FLOCK, Júlia. **Favela do Glicério: Memórias esquecidas de um espaço de exclusão em São Paulo.** VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 70ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Maria Luiza. **O "Lar Conveniente": Os Engenheiros e Arquitetos e as Inovações Espaciais e Tecnológicas nas Habitações Populares de São Paulo (1916–1931).** Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Arquivo Victor Tavares de Moura: inventário analítico.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

GHISLENI, Camila. **A lei da assistência técnica e a importância social da arquitetura**. Archdaily, 6 jan. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/802978/a-lei-da-assistencia-tecnica-e-a-importancia-social-da-arquitetura-camilla-ghisleni>. Acesso em: 9 mar. 2021.

HEREDA, Jorge; ALONSO, Emílio. **Política urbana e melhoria da qualidade de vida em Diadema.** *In:* BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 129-144.

HERMANSEN, G. **The Medianum and the Roman Apartment.** Phoenix, vol. 24, n. 4, 1970, p. 342-347.Disponível em: <https://bityli.com/SIEVAt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

JORNAL DO PLANALTO. **Plantas populares serão gratuitas.** *Jornal do Planalto*, Diadema, 25 jun. 1982.

KAPP, Silke. **Experiências em AT e suas questões**. In: SALAZAR, Jeferson; STROHER, Laisa; GRAZIA, Grazia de. (Orgs.). **Assistência Técnica e Direito à Cidade.** Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, 2014.

KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *Available from SciELO Books.*

KLEIMAN, Mauro. **“acabar com as favelas”. Parques Proletários Provisórios: uma intervenção na prática.** *Chão*, n. 7, p. 16-22, 1978. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/acervo_revistas/#revistas6>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa.** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX.** *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 1, 19 jul. 2012.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a Favela do Vergueiro.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LARSEN, Clark. **9.000 years ago, a Community with modern urban problems. Çatalhöyük had overcrowding, violence, environmental troubles.** OSU.EDU, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/EQi3mF>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LEBRET, Louis-Joseph. **Manifesto por uma civilização solidária.** São Paulo: Duas Cidades, 1961.

_____. **O drama do século XX.** São Paulo: Duas Cidades, 1962.

_____. **Princípios para a ação.** São Paulo: Duas Cidades, 1958.

_____.**Suicídio ou sobrevivência do ocidente? Problemas fundamentais de nossa civilização.** São Paulo: Duas Cidades, 1960.

LEMOS, Carlos. **Depoimento.** 1986 *In:* BERBEL, Joatan Vilela. **Warchavchik – Uma História.** Filme, 1986. Disponível em: <https://vimeo.com/25620264>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LISSITZKY, El. **Rússia: a reconstrução da Arquitetura na União Soviética.** São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. **O urbanismo progressista e a produção do espaço urbano: Limites e potencialidades das AEIS em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

MAGALHÃES, Sérgio. **Rio: Favela ou bairro?** In: *Fórum de Ciência e Cultura: Seminário Diálogos Cariocas*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/ pt/document/view/12604590/rio-favela-ou-bairro-instituto-dialogos-cariocas/3>. Acesso em: 25 out. 2021.

MARICATO, Erminia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Auto-construção. A arquitetura possível.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **Loteamentos Clandestinos.** *Módulo. Revista de Arte, Cultura e Arquitetura*, São Paulo, set. 1980, p. 90-92.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. **ATMI: gênese da lei de Assistência Técnica em Habitação Social.** RISCO, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, v. 19_2021.

MOURA, Irene Barbosa de. **Vila Conceição: práticas sociais na construção da cidade (1930–1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MOURA, Irene Barbosa de. **Vila Conceição: Práticas Sociais. Construindo a Cidade (1930–1960)**. In: SILVA, Jailson Lima da. (Org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município.** São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

MOURAD, Laila Nazem. **Democratização do acesso à terra em Diadema.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2000.

_____. **Democratização do acesso à terra urbana: as AEIS em Diadema.** *In:* FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Orgs.). **A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano.** Del Rey; Belo Horizonte: Imprenta, 2003, p. 229-243.

NAKAMURA, Milton Susumu. **O controle urbano nas favelas urbanizadas: o caso da região do ABC.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014.

ORTIZ, Humberto G. **Arquitetura e indiferença. Carlos González Lobo e a busca de uma arquitetura apropriada.** *Arquitextos*, ano 5, jul. 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/568/pt>. Acesso em: 9 mar. 2021.

OUTTES, Joel Gusmão. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Habitação em São Paulo (1931): Uma aproximação.** XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo (SIIU), Lisboa, 2020.

PASSO, Assessoria para Ações Sociais. **Conclusão da obra da Sanko ALMUL**. 2000.

_____. **Histórico da Sanko**. 1998.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Fundo Nacional de Moradia Popular: Marco Histórico de Participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

PEABIRU TCA. **Relatório Consubstanciado de Atividades Realizadas. Núcleo Habitacional de Vila Olinda.** 1996.

PESSOA, José Simões de Belmont; ARAÚJO, Maria Silvia Muylaert de. **Vila operária da Gamboa, Rio de Janeiro 1933/83.** *Módulo*, n. 4, 1983, pp. 52–55.

PREFEITURA DE DIADEMA. **Diadema: habitação cada dia melhor.** *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*, ano 1, n. 1, maio de 1996.

PREFEITURA DE DIADEMA. **História da cidade de Diadema.** 2014. Disponível em: <https://climaonline.com.br/diadema-sp/historia-da-cidade>. Acesso em: 24 out. 2021.

PREFEITURA DE DIADEMA. **Sobre a Concessão de Direito Real de Uso aos Favelados de Diadema.** *Folheto de esclarecimentos à população*, 1985.

RAPOPORT, Amos. **Vivienda y cultura.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1972.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **O engenho e o inquérito: as habitações operárias no Distrito de Santa Ifigênia, São Paulo, 1893.** Seminário Faculdade de Saúde Pública da USP, 8 dez. 2014. Disponível em: <https://shortest.link/2cf2>. Acesso em: 12 dez. 2021.

_____. **Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893).** In: CORDEIRO, S. L. (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893).** 1ª ed., p. 39-78. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

RIOS, José Arthur. **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC / FGV. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores.** Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XIII sobre as favelas cariocas (1947–1962).** *Revista Espacialidades* (online), v. 6, n. 5, 2013.

ROCHA, Raphael. **Filippi se baseia em governo de 1982**. DIÁRIO DO GRANDE ABC, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br> Acesso em: 7 nov. 2021.

ROLNIK, Raquel; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Habitat II – assentamentos humanos como tema global.** *In:* BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 13-17.

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão. O programa FUNAPS Comunitário.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

ROSSI, Mônica Therezinha Bartié. **Habitação Social e Gestão Associativa. Avaliação dos programas promovidos pelo governo do Estado de São Paulo no período de 1990 a 2008.** Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROTH, Leland. M. **Entender la arquitectura: sus elementos, historia y significado.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SAGMACS. **Aspectos Humanos da Favela Carioca.** *O Estado de S. Paulo*, parte 01, 13 abr. 1960.

SAMPAIO, Celso Aparecido; FELIPE, Joel Pereira; GOMES, Mara. **Urbanização de favelas como alternativa para a questão habitacional.** São Paulo: II Prêmio Pesquisa Mackenzie, 1987.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Christiano Stockler das Neves: uma atuação polêmica.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 39, p. 181-196, 1995.

_____; LEMOS, Carlos A. C. **Casas Proletárias em São Paulo.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, Luciene Ribeiro dos. **Os professores de projeto da FAU-USP 1948–2018: esboços para a construção de um centro de memória.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Rogério. **Extinta há 35 anos, Arena é recordista em Diadema.** DIÁRIO DO GRANDE ABC, 24 mar. 2014. Disponível em: https://www.dgabc.com.br. Acesso em: 7 nov. 2021.

SEGAWA, Hugo. **Anos 10. Um concurso de habitação operária.** *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 64, p. 12-17, 1981.

SILVA, Luís Octávio da Silva. **Primórdios da habitação social: as experiências do entre guerras na Europa e Estados Unidos.** VITRUVIUS, junho de 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/136>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SILVEIRA, Antonio Carlos. **Protesto contra falta de água, luz e esgoto reúne 300 pessoas em Diadema.** *Diário do Grande ABC*, 10 jul. 1991.

SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento: a "humanização" e a "urbanização" de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Vakgroep Talen en Culturen van Latijns-Amerika: Universiteit Leiden, Niterói, 2002.

SOUZA E SILVA, Paulo Sérgio. **Morada evolutiva.** Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Luiz Antonio de. **Arquiteto Clovis Ilgenfritz da Silva: currículo comentado.** Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Bahia, 9 mai. 2017. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Memorial-aprovado-pelo-ARQUITETO-CLOVIS-ILGENFRITZ-DA-SILVA-.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, out. 1998, p. 68-100.

VALLADARES, Licia do Prado. **A gênese da favela carioca.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

_____. **A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. *Edição do Kindle.*

VALLÉS, Raúl; DEL CASTILLO, Alina. **Cooperativas de Habitação no Uruguai: Meio Século de Experiências.** Montevidéu: Universidad de la República, 2015.

VAZ, Ana Luiza de Lyra. **Mutirão Habitacional Autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo – 1980 e 1990.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

VIDOTTO, Taiana Car. **O ensino de arquitetura no Brasil: da missão francesa à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura.** XVII CONABEA – Congresso Nacional da ABEA; XXXII ENSEA – Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo, Goiânia, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/mtLU2>. Acesso em: 13 dez. 2021.

VIGLIECCA, Hector; RUBANO, Lizete Maria; RECAMÁN, Luiz. **O terceiro território: habitação coletiva e cidade.** São Paulo: Vigliecca & Associados, 2014.

WESTIN, Ricardo. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios.** Agência Senado, 26 set. 2020. Disponível em: <https://shortest.link/25Xm>. Acesso em: 12 dez. 2021.

YAMAGUTI, Alexander Syoei; FELGUEIRAS, Débora Pereira do Rêgo; FÁVERO, Natale Odair. **Construindo Ruas, Vielas e Cidadania.** II Seminário Internacional sobre Mejoramiento y Reordenamiento de Asentamientos Urbanos Precarios, Valparaiso, MejorHab, 1998.

ZULIN, Fabricia. **Temas e desafios sobre a Assistência Técnica Habitacional baseados no estudo de caso de CANHEMA II.** 9º Projetar. Arquitetura e cidade: privilégios, conflitos e possibilidades. Curitiba, 22-25 out. 2019.

[s.n.] **As favelas.** Acrópole, v. 6, n. 3, p. 285-287, 1944.

[s.n.] **Construir por suas mãos.** A Casa, v. 5, n. 36, 1927, p. 9.

LEIS CONSULTADAS

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto Imperial nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886. Reorganiza o serviço sanitário do Império.

BRASIL. Decreto nº 1.749, de 28 de junho de 1937. Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

BRASIL. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações

BRASIL. LEI nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2205. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

BRASIL. LEI nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, entre outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, entre outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL. PL nº 2.710, de 19 de janeiro de 1992. Cria o Fundo Nacional de Moradia Popular – FNMP e o Conselho Nacional de Moradia Popular – CNMP e dá outras providências.

CREA-SP (Estado). Ato nº 30 do CREA-SP, de 26 de junho de 1979. Revoga o Ato nº 6, que define o conceito de moradia econômica.

CREA-SP (Estado). Ato nº 6 do CREA-SP, de 19 de setembro de 1968. Define o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o efeito de dispensa de assistência e responsabilidade técnica por profissional habilitado para a obra.

DIADEMA (Município). Decreto nº 757, de 30 de março de 1974. Aprova e institui o PROCAP – Programa de Casas Populares.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.093, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – FUMAPIS e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.220, de 27 de outubro de 1992. Desafeta áreas municipais e autoriza a outorga de Concessão de Direito Real de Uso independentemente de prévio procedimento licitatório a moradores de favelas e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.351, de 21 de junho de 1994. Autoriza a celebrar o convênio com a Associação de Construção Comunitária de Diadema.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.357, de 7 de julho de 1994. Dispõe sobre o assentamento de moradias, nos termos dos artigos 188, incisos III e XI e 190, da Lei Orgânica do Município de Diadema.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.357, de 7 de julho de 1994. Dispõe sobre o assentamento de moradias, nos termos dos artigos 188, incisos III e XI e 190, da Lei Orgânica do Município de Diadema.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.389, de 17 de novembro de 1994. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Vila Olinda, objetivando o repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social – FUMAPIS, para apoio à urbanização do Núcleo Habitacional Vila Olinda, apoio técnico e construção de unidades habitacionais.

DIADEMA (Município). Lei nº 1.485, de 19 de julho de 1996. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU e com Associações Comunitárias de Diadema, visando à viabilização da implantação de dois empreendimentos habitacionais na área denominada Sanko.

DIADEMA (Município). Lei nº 25, de 25 de janeiro de 1994. Institui o Plano Diretor do Município de Diadema, dispondo sobre diretrizes gerais da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 25, de 25 de janeiro de 1994. Institui o Plano Diretor do Município de Diadema, dispondo sobre diretrizes gerais da Política Municipal e Desenvolvimento Urbano, e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 50, de 1º de março de 1996. Regulamenta e disciplina o zoneamento, urbanização, uso e ocupação do solo, e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 59, de 23 de agosto de 1996. Dispõe sobre o código de obras e edificações que regulamenta e disciplina as atividades de projeto, licenciamento, execução, utilização no município de Diadema.

DIADEMA (Município). Lei nº 819, de 12 de novembro de 1985. Dispõe sobre a desafetação de áreas municipais, autorizando a alienação ou a outorga de Concessões Reais de Uso independentemente de prévio procedimento licitatório aos atuais moradores de favelas e dá outras providências.

DIADEMA (Município). Lei nº 975, de 3 de novembro de 1988. Desafeta áreas municipais e autoriza a outorga de Concessões de Direito Real de Uso independentemente de prévio procedimento licitatório a moradores de favelas e dá outras providências.

PORTO ALEGRE (Município). LEI COMPLEMENTAR nº 428, de 23 de abril de 1999. Regulamenta o art. 233, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, instituindo o Programa de Assistência Técnica ao Projeto e Construção de Moradia Econômica a Pessoas de Baixa Renda e dá outras providências.

RECIFE (Municipal). Lei nº 14.947, de 30 de março de 1987. Cria o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 15.259, de 14 de novembro de 1996. Institui os postos de orientação urbanística e social nos novos bairros.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937. Dispõe sobre o Código de Obras do Distrito Federal.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 233, de 2 de março de 1894. Código Sanitário.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924. Regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

SÃO PAULO (Município). Código de Posturas do Município de São Paulo, outubro de 1886.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2.332, de 9 de novembro de 1920. Estabelece o padrão para as construções particulares do município.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2.611, de 20 de junho de 1923. Proíbe a abertura de vias de comunicação, em qualquer perímetro do município, sem prévia licença da Prefeitura.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 2.986, de 7 de julho de 1926. Regulamenta as profissões de construtor, eletricista e encanador e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929. Código de Obras Arthur Saboya.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 38, de 24 de maio de 1893. Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 4.371, de 17 de abril de 1953. Dispõe sobre a oficialização de logradouros.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 8.906, de 27 de abril de 1979. Dispõe sobre a criação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal – FUNAPS e dá outras providências.

ALVES, Francisco Vicente Filho. [out. 2021]

BRAJATO, Dânia. [out. 2017]

CIRERA, Marta. [dez. 2021]

COSTA, Berthelina Alves. [nov. 2021]

Dona Maria. [jan. 2022]

FILARDO, Angelo Salvador Júnior. [jan. 2020]

FINGERMANN, Luis. [set. 2019]

FINGERMANN, Luis. [set. 2021]

Francisca. [jan. 2022]

GAGLIARDI, Maria Luisa Zaragoza. [out. 2021]

GERMANO, Wagner. [dez. 2021]

HONÓRIO, Zita Calixto. [mai. 1996]

JESUS, Diomara Maria de. [mai. 1996]

LAMONICA, Wagner Campanini. [nov. 2021]

LIBERATTI, Rubens Migliori. [fev. 2022]

LIMA, Vera Lúcia Maurício. [jul. 2018]

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. [fev. 2022]

LOBO JÚNIOR, Licio Gonzaga. [out. 2021]

MENEZES, Maria Aparecida Felippe. [mai. 1996]

MOURAD, Laila Nazem. [jan. 2022]

NAKAMURA, Milton Susumu. [jan. 2022]

NASCIMENTO, Valter Benedito do. [out. 2021]

NERY, Roberto. [dez. 2021]

OLIVEIRA, Klébio Martins de. [out. 2021]

OLIVEIRA, Luiz Hermínio Puntel de. [ago. 2019]

OLIVEIRA, Luiz Hermínio Puntel de. [nov. 2021]

PEGÁZ, Shedd. [set. 2021]

PEREIRA, Antonio Neto. [fev. 2020]

SALUSTIANO, João. [nov. 2021]

SAMPAIO, Celso Aparecido. [out. 2021]

SANTOS, Alice Souza. [mai. 1996]

SANTOS, Maria Idalina Barros da Silva. [nov. 2021]

SCALLI, Cláudio. [fev. 2022]

SCARAMBONE, Selma. [nov. 2021]

SILVA, Ednéia Beatriz da. [mai. 1996]

SILVA, Liliana Fernandes da. [ago. 2018]

SILVA, Nailson Elias da. [dez. 2021]

SOUZA, Elza Lopes de. [dez. 2021]

SOUZA, Maria Sebastiana de. [mai. 1996]

SOUZA, Zilda Galvão de. [jan. 2022]

TIJIWA, Maria Aparecida. [dez. 2021]

TUGINA, Gilton Andrade. [dez. 2021]

Vera Lucia. [jan. 2022]

YAMAGUTI, Alexander Syoei. [nov. 2021]

Zequinha. [jan. 2022]

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

INTRODUÇÃO

Capa: Autoconstrução no Loteamento de Interesse Social Canhema II, Diadema, SP, 2016. Foto: Felipe Garcia, 2016.

Figura 1: Mapa geral de Diadema (2002) com localização de todas as modalidades de Habitação de Interesse Social no município, incluindo os Núcleos Habitacionais, Loteamentos e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Em destaque, localização dos estudos de caso principais. Fonte: redesenho da autora sobre mapa geral PMD, 2002.

Figura 2: Exemplo de organograma da equipe de Habitação da PMD, período 1993-1996. Fonte: autora, 2022.

Figura 3: Exemplo de organograma da equipe de Habitação da PMD, período 1983-1984. Fonte: autora, 2022.

CAPÍTULO 1 – UM PARALELO SOBRE A ORIGEM DO ARQUITETO E A ARQUITETURA POPULAR: DA PRÉ-HISTÓRIA AO MODERNO

Capa: Uma das primeiras casas do Cajueiro Seco, Pernambuco. A experiência habitacional de Cajueiro Seco, anos 1960, representa um caso emblemático de aproximação entre o moderno e o vernacular na arquitetura brasileira. Fonte: Acervo Acácio Gil Borsoi.

Figura 1: Reconstrução da primeira moradia conhecida feita pelo homem, entre 400000 e 300000 a.C., na Terra Amata, em Nice, na França. Fonte:< https://shortest.link/2Sdz >. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 2: Cabana do homem Cro-Magnon, Ucrânia, ca. 44000–12000 a.C. Fonte: ROTH, 1999, p. 151.

Figura 3: Moradias autoconstruídas na Vila Olinda, Diadema, 2022. Fonte: autora, 2022.

Figura 4: ÇatalHöyük (Turquia), ca. 6000 a.C., uma das cidades mais antigas do mundo que conhecemos. Fonte: <https://shortest.link/2KC9 >. Acesso em: 01 fev. 2022.

Figura 5: Trecho de agrupamento de edifícios em ÇatalHöyük (Turquia), ca. 6000 a.C. Fonte:< https://shortest.link/2KC8>. Acesso em: 10 out. 2021.

Figura 6: Cidade subterrânea de Derinkuyu. Em amarelo, trecho aberto à visitação turística. Fonte: <https://www.viajoteca.com/as-cidades-subterraneas-da-capadocia/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

Figura 7: A pirâmide do faraó Djoser, localizada em Sacará, no sul do Cairo, com 4.700 anos, é considerada a mais antiga ainda de pé no Egito. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pir%C3%A2mide_de_Djoser>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 8: Pedreiros trabalhando numa grande obra atual. Fonte: < https://shortest.link/2KC1>. Acesso em: 01 fev. 2022.

Figura 9: Cidade de El-Lahum. Fonte: < https://shortest.link/2KC6>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 10: Deir-el-Medina (Egito) surgiu por volta de 1530 a.C. Esta foto registra as ruínas da cidade dos artesãos que trabalhavam nas tumbas do Vale dos Reis. Fonte: < https://shortest.link/2KBZ >. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 11: Planta de uma residência em Deir-el-Medina (Egito). Fonte: <https://shortest.link/2KCC>. Acesso em: 10 out. 2021.

Figura 12: Imagem reconstruindo o Palácio de Knossos: ocupava uma área de aproximadamente 22.000 metros quadrados, possuía vários andares e tinha um plano inclinado. Fonte: <http://www.vivatoscana.com.br/2014/08/viva-creta-knossos-e-o-labirinto-do.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 13: Movimentação na Rua Ernest Renan, na comunidade Paraisópolis, zona sul de São Paulo. Fonte: < https://shortest.link/2SeO>. Foto: Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo. Acesso em: 21 nov. 2021.

Figura 14: Edifício que desabou na comunidade Rio das Pedras, no Rio de Janeiro, em 2021. Fonte: < https://shortest.link/2KDC>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Figura 15: Ilustração de ruas romanas com vendedores. Fonte:< https://shortest.link/2KDN>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Figura 16: Projeto de Auguste Perret. Edifício 25 bis, Rua Franklin, Paris,1903 (à esquerda). Fonte: <https://shortest.link/2KHw >. Acesso em: 17 mai. 2021.

Figura 17: Edifício da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) durante sua construção, ca. 1955. Única obra realizada pelo arquiteto Auguste Perret no Brasil (à direita). Fonte: < https://shortest.link/2Sjf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

Figura 18: Primeira capa de *Utopia*, de Thomas More, publicada em 1516. Fonte: <https://shortest.link/2KIi>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Figura 19: Projeto da aldeia New Harmony, Indiana, EUA, de Robert Owen. Fonte: < https://shortest.link/2KIp >. Acesso em: 18 mai. 2021.

Figura 20: Imagem do Falanstério idealizado por Charles Fourier (1772–1837). Proposta de comunidades ideais com princípios socialistas e propriedade coletiva dos meios de produção. Segundo BENEVOLO (2007, p. 569), a imagem inferior à direita seria uma interpretação do jornalista americano Albert Brisbane, em que “A” e “O” seriam os jardins internos; “E”, a entrada principal; “P”, o pátio central; “S”, ”X”, ”Y” e “Z”, os edifícios acessórios. Fonte: <http://morarcoletivo.blogspot.com/2007/05/mais-utopias_31.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

Figura 21: Siedlung Bruchfeldstrasse, em Frankfurt. Projeto de Ernst May, 1926/27. Foto: Paul Wolff, 1929. Fonte: < https://shortest.link/2KK0 >. Acesso em: 11 nov. 2021.

CAPÍTULO 2 – O TRIPÉ MANCO: ESTADO, POPULAÇÃO E PROFISSIONAIS NA HISTÓRIA DAS AÇÕES HABITACIONAIS NO BRASIL (1880–1988)

Capa: A escritora, compositora e poetisa - Carolina Maria de Jesus, na Favela do Canindé, São Paulo, às margens do Rio Tietê. Uma das primeiras favelas a surgir em São Paulo, nos anos 1940. Fonte: Intervenções autora sobre foto disponível em: <encurtador.com.br/iwCY6>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Capa 2.1: *Operários*, 1933, obra de Tarsila do Amaral. Representa como o Brasil entrou no mundo industrializado, com a exploração do trabalho de imigrantes e pessoas vindas de todas as partes do Brasil, desprovidos de direitos e sofrendo com as condições precárias da vida das cidades. Fonte: <encurtador.com.br/dCOW9>. Acesso em: 25 fev. 2022

Figura 1: Trecho da planta cadastral da cidade de São Paulo (1892) com indicação dos cortiços vistoriados pela Comissão de Exame de Santa Ephigenia. Fonte: < encurtador.com.br/gpyzY>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Figura 2: Cento e vinte unidades habitacionais para operários em resíduos de terrenos oriundos da abertura da Avenida Salvador de Sá, no Rio de Janeiro, em 1906. Fonte: <https://shortest.link/25YW>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Figura 3: Foto do Bairro Marechal Hermes, anos 1970. Fonte:<https://shortest.link/25YZ>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Figura 4: Proposta de Victor Dubugras, 1916. Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Figura 5: Perspectiva interna da casa econômica projetada por Ludswig Doetsch, 1916. Fonte: <https://shortest.link/25Z9>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Figura 6: Desenho da fachada da Casa Modernista apresentado à Prefeitura de São Paulo por Warchavchik, com ornamentos e elementos decorativos exigidos pela administração municipal. Segundo informações do Museu da Cidade de São Paulo, quando a casa ficou pronta sem tais adereços, o arquiteto alegou à Prefeitura “falta de dinheiro”, meio que encontrou para conseguir imprimir na construção o ideário modernista de superação dos estilos. Fonte: redesenho da autora com base no site < encurtador.com.br/cgwDM>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Figura 7: Casas geminadas na Rua Barão de Jaguara, na Mooca, em São Paulo. Fonte: redesenho da autora, ago. 2021.

Figura 8: Casas geminadas na Rua Barão de Jaguara, na Mooca, em São Paulo. Fonte: foto da autora, ago. 2021.

Figura 9: Vila Operária da Gamboa, no Rio de Janeiro. Fonte: redesenho da autora, ago. 2021.

Figura 10: Vila Fuggerei, em Augsburg, na Baviera, promovida por Jacob Fugger entre 1516 e 1525. Fonte: < encurtador.com.br/fqwC7>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 11: Vila Guiomar, em Santo André (SP). Tipologia habitacional com quatro pavimentos. Fonte: foto da autora, 2019.

Capa 2.2: *Morro da Favela,* 1924, obra de Tarsila do Amaral. Representa o período que a população vulnerável foi obrigada a ceder seu lugar na cidade para a revitalização dos centros, surgindo as primeiras favelas no Rio de Janeiro. Diferente da percepção da época, onde a favela era vista pela maioria como algo ruim que deveria ser exterminado, Tarsila do Amaral demonstra a beleza e a vida que existia no recente fenômeno ainda pouco compreendido pela sociedade. Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/EkIopeIXgAEx1FI.jpg>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Figura 12: Arraial de Canudos. Fonte: <encurtador.com.br/dfopP>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 13: Fotografia da favela Largo da Memória, ao lado da Lagoa Rodrigo de Freitas (1941). Disponível em: < encurtador.com.br/dguC5 >. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 14: Presidente Getúlio Vargas em visita ao Parque Proletário da Gávea (17/07/1943). Fonte: Acervo Agência Nacional/Arquivo Nacional. Disponível em: <https://shortest.link/2c7W>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 15: Casas de Emergência construídas provavelmente no Parque Proletário da Gávea, c. 1968. Fotógrafa Elizabeth Leeds. Fonte: Acervo Anthony Leeds/Fiocruz. Disponível em: <https://shortest.link/2c7W>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 16: Mulheres carregam latas de água nos arredores do Conjunto Cruzada São Sebastião (12/1/1957). Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/a-cruzada-ontem-hoje-10538269>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 17: Conjunto Cruzada São Sebastião. Fonte: < encurtador.com.br/lsJL4>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Figura 18: Conjunto Cruzada São Sebastião. Fonte: <encurtador.com.br/akRU6>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Capa 2.3: Padre Louis-Joseph Lebret (1897-1966) no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, 1959. Fonte: <encurtador.com.br/ikzQ2>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Figura 19: Mapa delimitando a *Great* São Paulo, com a hierarquia de municípios conforme o estudo da SAGMACS em 1958. Fonte: CESTARO, 2013, p. 18.

Figura 20: Mapa de distribuição dos níveis sociais da população da Aglomeração Paulistana. Fonte: redesenho da autora com base em CESTARO, 2009, p. 204.

Figura 21: Manchas apontam para a existência de equipamentos e serviços básicos na Aglomeração Paulistana. Fonte: redesenho da autora com base em CESTARO, 2009, p. 206.

Figura 22: Mapa de distribuição dos níveis de renda da população. Fonte: redesenho da autora com base em CESTARO, 2009, p. 208.

Figura 23 Gráfico da Margarida com as tipologias habitacionais encontradas. Fonte: redesenho da autora com base em CESTARO, 2009, p. 232.

Figura 24: Capa da matéria *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, parte 1 e parte 2. Fonte: Acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*.

CAPÍTULO 3 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL EM LOTEAMENTOS POPULARES: PROCAP (1973) E PROHAB (1983); E PROJETOS PIONEIROS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS (1983)

Capa: Cena de um bairro popular em Diadema no início dos anos 1980. Uma favela ou uma “falsa favela”? As pessoas moravam precariamente em áreas irregulares e regulares da cidade. Fonte: acervo PMD.

Figura 1: *Paisagem de Diadema* (década de 1950), Anita Malfatti. Fonte: <encr.pw/7571b>. Acesso em: 11 out. 2021.

Figura 2: Mapa do estado de São Paulo e sistema viário principal. Destaque Região do Grande ABC e Diadema e Rodovia dos Imigrantes e Rodovia Anchieta. Fonte: < encurtador.com.br/qFNOU>. Destaques realizados pela autora. Acesso em: 05 dez. 2021.

Figura 3: Mapas evolução urbana de Diadema, ano de 1938, 1953, 1958 e 1971. Fonte: Redesenho da autora (2021) com base em mapa realizado pela Companhia de Projeto Ltda., em dezembro de 2004.

Figura 4: Mapa evolução urbana de Diadema, ano de 1991 e 2002. Fonte: Redesenho da autora (2021) com base em mapa realizado pela Companhia de Projeto Ltda., em dezembro de 2004. Fonte: Redesenho da autora com base em mapa realizado pela Companhia de Projeto Ltda., em dezembro de 2004.

Figura 5: Em 1926 as águas da Represa Billings inundaram parte da região do atual Bairro de Eldorado, constituindo então a Baia de Eldorado, também conhecida como Baia do Estaleiro. Fonte: < encurtador.com.br/ixE56> Acesso em: 11/10/2021

Figura 6: Zoneamento de 1961, 1969 e 1973. Fonte: Barossi & Nakamura. Revisão Parcial do Plano Diretor de Diadema, 2007. Destaques autora.

Figura 7: Chácara Serraria, década de 1930. Fonte: Centro de Memória de Diadema.

Figura 8: A Rodovia Imigrantes possui a pista norte, inaugurada em 1974 e a pista sul inaugurada em 2002, sendo estas pedagiadas desde sua inauguração. Fonte: < encurtador.com.br/axRX3> Acesso em: 11/10/2021.

Figura 9: Projeto para construção de casa popular tipo CIP. Fonte: Arquivo geral PMD.

Figura 10: projeto para construção de casa popular tipo CP 7. Fonte: Arquivo geral PMD.

Figura 11: projeto para construção de casa popular tipo CP II. Fonte: Arquivo geral PMD.

Figura 12: modelos de placas para serem afixadas nas obras de que trata o ato n.6 do CREA-SP. Fonte: Arquivo geral PMD.

Figura 13: Caetano Veloso sendo vaiado no Teatro Tuca em 1968. Fonte: < encurtador.com.br/tvBO9> Acesso em: 10/10/2021

***Figura 14**: Moradores do Jardim Campanário, década de 1980. Fonte: Centro de Memória de Diadema (CMD).*

Figura 15: Merenda escolar oferecida pela Prefeitura Municipal em um dos grupos escolares no Bairro de Eldorado. Fonte: < encurtador.com.br/rALV8> Acesso em 11/10/2021

Figura 16: Nome do programa da forma como aparece na capa de documentos. Fonte: Acervo PMD.

Figura 17: Foto “casinha” nos anos 1980. Fonte: acervo pessoal Luiz H. Puntel de Oliveira.

Figura 18: redesenho do projeto da “casinha” realizado pelo arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira. Fonte: acervo PMD. Redesenho autora.

Figura 19: Fotos atuais da “casinha”. Fonte: autora, out. 2021.

Figuras 20, 21 e 22: Fichas para triagem / levantamento de dados socioeconômico-culturais. Fonte: redesenho das fichas originais pela autora obtidas em FINGERMANN, 1974, pg. 16-18.

Figura 23: Planta CP50. Projeto apresentado implantado em terreno com frente de 5,0 metros. Fonte: FINGERMANN, 1974.

Figura 24: Planta CP55. Projeto apresentado implantado em terreno com frente de 5,5 metros. Fonte: FINGERMANN, 1974.

Figura 25: Planta CP60. Projeto apresentado implantado em terreno com frente de 6,0 metros. Fonte: FINGERMANN, 1974.

Figura 26: Planta CP65. Projeto apresentado implantado em terreno com frente de 6,5 metros. Fonte: FINGERMANN, 1974.

Figura 27: Planta CP70. Projeto apresentado implantado em terreno com frente de 7,0 metros. Fonte: FINGERMANN, 1974.

Figura 28: Notícia jornal do Planalto (Diadema) sobre “PROCASA”, 1982. Este jornal foi fundado por Arlindo Ribeiro, mais conhecido como Ligeirinho, que antes da fundação do jornal, era da assessoria de imprensa da prefeitura na gestão do Lauro Michel (1977-1982). Fonte: arquivo geral PMD.

Figura 29: Notícia no jornal sobre vitória do PT em Diadema, 1982. Fonte: < encurtador.com.br/akABM>. Acesso em: 07/11/2021.

Figura 30: Linha Eldorado – Via Centro, foto dos anos 1980. Fonte: < encurtador.com.br/alDHO> Acesso em: 09/11/2021.

Figura 31: Reunião da equipe técnica de Urbanização de Favelas com a população do Núcleo Santa Cruz (1983). Primeiro homem à esquerda, Luis Fingermann. Ao lado está o morador José Silva. Logo ao lado está a estagiária de arquitetura, Tânia Nakahara. Outros moradores estão na foto. Fonte: LOBO JÚNIOR, 2014.

Figura 32: Núcleo D. João VI, anos 1980. Fonte: Acervo PMD.

Figura 33: Destaque em cinza Núcleo D. João VI. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: acervo PMD.

Figura 34: Passagem Paraíba no Núcleo D. João VI, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 35: Desenhos esquemáticos de representação dos projetos de urbanização de favelas daquele período. Reordenamento físico conforme características do assentamento. Na dissertação de CIRERA, Marta (2008, p. 40), essa área está identificada como Núcleo Habitacional Caviúna, no Eldorado. Independentemente da região exata, exemplifica os projetos iniciais de urbanização, de remanejamento dos moradores na própria área, sem necessidade ainda de áreas de reassentamento. Fonte: Acervo PMD.

Figura 36: Favela Santa Maria I, 1983. Fonte: Acervo PMD.

Figuras 37: Ação típica “desmonta e remonta barraco” no Núcleo Vila Alice, 1983. Fonte: Acervo PMD.

Figura 38: Possivelmente reunião dos moradores com a comissão, sobre o projeto de urbanização. Vila Alice, 1983. Fonte: Acervo PMD.

Figura 39: Sr. Verdim e Sra. Maria (moradores), na frente do Centro Comunitário do Santa Maria I, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 40: Núcleo Santa Maria I e outras tipologias habitacionais no entorno imediato. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 41: Prefeito entregando os certificados de Concessão Real de Uso para as famílias. Núcleo Vera Lúcia, 1996. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA, 1996, p. 29.

Figura 42: Núcleo Vera Lúcia, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 43: Núcleo Vera Lúcia e seu entorno imediato. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 44: Cartaz contra a condenação de líderes grevistas da década de 1980 em São Bernardo do Campo e Diadema. Fonte:< encurtador.com.br/lBEFQ>. Acesso em: 6 fev. 2022.

Figura 45: Organograma do início da gestão do prefeito Gilson Menezes (1983-1984). Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da prefeitura da época, foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos que foram citados. À princípio, foi criado para guiar as conversas com os profissionais envolvidos nos programas de urbanização de favelas e assistência à autoconstrução. Fonte: autora, 2021.

Figura 46: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas pelo Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 1: iluminação e ventilação. Fonte: Acervo PMD.

Figura 47: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas pelo Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 2: recuos. Fonte: Acervo PMD.

Figura 48: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas pelo Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 3: águas. Fonte: Acervo PMD.

Figura 49: Cartilha de apoio à autoconstrução em favelas elaborada pela equipe de urbanização de favelas do período de 1984 a 1988. As ilustrações foram realizadas pelo Emílio C. Machio Font, estagiário da equipe na época. Tema 4: estrutura. Fonte: Acervo PMD.

Figura 50: Organograma da gestão do prefeito Gilson Menezes (1984-1988). Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da prefeitura da época, foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos que foram citados. A princípio, foi criado para guiar as conversas com os profissionais envolvidos nos programas de urbanização de favelas e assistência à autoconstrução. Fonte: autora, 2021.

Figura 51: Mapa elaborado na época da criação da lei, 1985, identificando as 19 áreas beneficiadas. Fonte: acervo PMD.

Figuras 52 e 53: Parte do documento elaborado pelo Movimento de Favelas de Diadema com a colaboração de profissionais da prefeitura. Trata-se de um resumo do projeto de lei encaminhado pelo Prefeito à Câmara dos Vereadores de Diadema, para votação, em 1985. Fonte: Acervo PMD.

Figura 54: Documento elaborado pelo Movimento de Favelas de Diadema com a colaboração de profissionais da prefeitura. Trata-se de um resumo do projeto de lei encaminhado pelo Prefeito à Câmara dos Vereadores de Diadema, para votação, em 1985. Fonte: Acervo PMD.

Figura 55: Um dos glossários realizados pelo arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira, 1985. Fonte: acervo pessoal Luiz H. Puntel de Oliveira.

Figura 56: Mapa com localização dos serviços de Assistência Técnica Habitacional pelo programa PROHAB Autoconstrução (1983-1988). Elaborado pela autora, com base no mapa de cadastro da PMD e ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) do acervo pessoal arquiteto Luiz H. Puntel de Oliveira. Fonte: autora, 2021.

Figura 57: Nome do programa da forma como aparece na capa de documentos. Fonte: acervo PMD.

Figura 58: Modelo casa com 60 m^2 e terreno e 125 m^2. Fonte: Arquivo geral, PMD.

Figura 59: Modelo casa com 70 m^2 e terreno e 125,40 m^2. Fonte: Arquivo geral, PMD.

Figura 60: Modelo casa com 70 m^2 e terreno e 250 m^2. Fonte: Arquivo geral, PMD.

Figura 61: Modelo casa com 70 m^2 e terreno e 125 m^2. Fonte: Arquivo geral, PMD.

Figura 62: Trecho de cartilha para apoio ao autoconstrutor e à própria equipe que acompanhava os projetos e as respectivas obras. Fonte: Acervo PMD.

Figura 63: Favela identificada no acervo da prefeitura como “Santa Terezinha”, no Campanário. Foi localizada junto com o mapa de urbanização, que demonstra sua localização na Rua Macahuba, e oficialmente é o Núcleo Macaúba. Possivelmente a favela do Caixote em Pé é o atual Núcleo Macaúba. Fonte: acervo PMD.

Figura 64: À esquerda, favela Macaúba em processo de urbanização. À direita, parcelamento resultante do processo de urbanização. Redesenho da autora sobre mapa localizado no acervo prefeitura de Diadema sobre restituição, 2002. Fonte: autora, 2022.

Tabela 1: Dados extraídos de processos de habitação popular da PMD. Fonte: elaboração autora com dados do arquivo geral da PMD.

Gráficos 1 e 2: Gráficos da evolução da população e crescimento do número de favelas. Fonte: PREFEITURA DE DIADEMA, 1996, p. 07.

CAPÍTULO 4 – INTENSIDADE NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E O SURGIMENTO DE NOVAS VERTENTES NA POLÍTICA HABITACIONAL (1989–1992): O VELHO E O NOVO MODELO DE PROJETO EM ÁREAS LIVRES

Capa: Núcleo Habitacional Marilene, Diadema, no final dos anos 1980. Fonte: Acervo PMD.

Figura 1: Organograma da gestão do prefeito José Augusto (1989–1992). Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da Prefeitura na época; foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos os que foram citados. A princípio foi criado para guiar as conversas com os agentes envolvidos nos programas de urbanização de favelas e assistência técnica à autoconstrução. Fonte: autora, 2021.

Figura 2: Ilustração de projetos de elementos pré-moldados realizados pela Prefeitura, uma necessidade que surgiu no desenvolvimento natural das áreas em processo de urbanização. Fonte: Acervo PMD.

Figura 3: Escadaria no Núcleo Habitacional União, com elementos pré-moldados. Fonte: acervo PMD.

Figura 4: Colocação de piso intertravado na Rua das Margaridas, Núcleo Santo Antônio, Eldorado (anos 1990), em regime de mutirão. Fonte: Acervo PMD.

Figura 5: À esquerda, o primeiro projeto para o Núcleo Habitacional União I-B (1983-1988). À direita, situação consolidada em 2002. Fontes: Imagem à esquerda: SAMPAIO; FELIPE; GOMES, 1987. Imagem à direita: redesenho da autora sobre restituição 2002, Acervo PMD.

Figura 6: Pelo mapa é possível localizar a antiga favela Paineirinhas e sua distância em relação aos Núcleos 18 de Agosto e Santa Luzia. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 7: Dona Maria I fazendo reunião na área durante o processo de urbanização no trecho do Núcleo 18 de Agosto (casas em construção e poste de eletricidade). Ao fundo, Núcleo Santa Luzia. Fonte: Acervo Pessoal Valter Benedito do Nascimento.

Figura 8: Em preto, gleba desapropriada “Celite”. Fonte: marcações da autora sobre foto aérea de 1958. Disponível em: < encurtador.com.br/fkwI0>. Acesso em: 29 dez. 2021.

Figura 9: Implantação original do projeto realizado em 1988 para o Núcleo 18 de Agosto. Ao comparar com a restituição aerofotogramétrica, é possível verificar que a essência da distribuição foi mantida, inclusive alguns canteiros verdes, que normalmente são incorporados ao uso privado. Fonte: redesenho da autora sobre base do Acervo PMD.

Figura 10: Planta da tipologia habitacional elaborada pela prefeitura para os lotes de 5,40 x 10,80, na área do Núcleo 18 de agosto, 1988. Planta projeto Tipo 2. Fonte: redesenho autora sobre base do acervo PMD.

Figura 11: Projeto elaborado pela prefeitura para os lotes de 5,40 x 10,80, na área do Núcleo 18 de agosto, 1988. Planta projeto Tipo 2. Fonte: Acervo PMD.

Figura 12: Variação da tipologia habitacional proposta no loteamento, fornecida por moradora da área. Fonte: Acervo Pessoal Neusa de Fátima Benedetti, moradora do Núcleo 18 de Agosto.

Figura 13: Implantação de alguns projetos no Núcleo 18 de Agosto, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 14: Implantação de alguns projetos no Núcleo 18 de Agosto, Rua Fluorite, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 15: Ato de entrega dos CDRU, 1996. Da esquerda para a direita: Zé do Norte, Klébio Martins de Oliveira, prefeito Filippi, Jorge Hereda (secretário de Habitação), Marcia Pelegrini (secretária de Assuntos Jurídicos) e Rafael. Fonte: Acervo PMD.

Figura 16: Ato de entrega dos CDRU, 1996. Da esquerda para a direita: Alice Souza Santos (comissão de moradores), Chico PT (vereador), Filippi (prefeito), Maria Sebastiana de Souza, conhecida como Dona Maria II (comissão), Jorge Hereda (secretário de Habitação), Paraná (vice-prefeito), João Bosco (associação do Norte), Oscar e João Pereira Gomes (João da Touca). Fonte: Acervo PMD.

Figura 17: Área Santa Luzia, ocupação no início dos anos 1990. Fonte: Acervo PMD.

Figura 18: Foto dos anos 1980 do Núcleo Habitacional Marilene, na Vila Nogueira. Fonte: Acervo PMD.

Figuras 19 e 20: À esquerda, moradores fazendo mutirão para construir escadaria, Valter no centro da foto olhando para o fotógrafo (abril de 1991). Fonte: Acervo Pessoal Valter Benedito do Nascimento. À direita, foto 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 21: Passagem Bela Flor do Campo, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 22: Artigo no jornal *Diário do Grande ABC* sobre o protesto dos moradores da favela Santa Luzia, início dos anos 1990. Na foto foram reconhecidos Valter Benedito do Nascimento (homem à esquerda, de lado, com os braços cruzados) e Diomar Maria de Jesus (mulher olhando para a frente, em segundo plano em relação a Valter). Fonte: Acervo Pessoal Valter Benedito do Nascimento.

Figura 23: Área ainda sem implantação de infraestrutura básica. Fonte: Acervo Pessoal Valter Benedito do Nascimento.

Figura 24: Moradores dos Núcleos 18 de agosto e Santa Luzia. Fonte: Acervo pessoal Acervo Pessoal Valter Benedito do Nascimento.

Figuras 25 e 26: É possível perceber um pequeno vestíbulo para cavaletes e caixa de inspeção nas casas autoconstruídas. À esquerda, casa na Passagem Belo Campo. À direita, casa na Passagem Bela Flor do Campo. 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 27: Delimitação de trecho que foi verificado pela PEABIRU TCA, com pareceres técnicos sobre a situação da moradia autoconstruída ou a autoconstruir. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 28: Projeto do CASO 2, Viela Primavera. Fonte: Acervo PEABIRU TCA.

Figura 29: projeto CASO 7, Viela das Margaridas. Fonte: acervo PEABIRU TCA.

Figura 30: projeto CASO 8, Viela das Margaridas. Fonte: acervo PEABIRU TCA.

Figuras 31: Antes e depois Viela da Primavera. Fonte: Acervo Pessoal Valter Benedito do Nascimento.

Figura 32: Certificado entregue a Neusa de Fátima Benedetti, moradora do Núcleo 18 de Agosto. Fonte: Acervo Pessoal Neusa de Fátima Benedetti.

Figura 33: Aula de elétrica no Centro Comunitário dos Núcleos Habitacionais 18 de Agosto e Santa Luzia, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 34: Foto noturna da Rua Platina, na divisa entre o Núcleo 18 de Agosto (à esquerda) e o Núcleo Santa Luzia (à direita), 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 35: Foto desde a Avenida Curió, 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 36: Padre Tição, 1988. Fonte: PALUMBO; PEREIRA; BALTRUSIS, 1992.

Figura 37: A faixa representa o momento em que o prefeito Gilson Menezes negociava a realização de projetos em Diadema por meio da CDH, 1988. Fonte: Acervo PMD.

Figura 38: A foto retrata o dia da ocupação do “Buraco do Gazuza”, 1989. Fonte: Acervo Centro de Memória de Diadema.

Figura 39: Esta foto muito provavelmente é do ano de 1993, pois é possível notar a primeira fase do Cazuza concluída e o início do terraplenagem da fase 2 iniciada. Ao fundo, Núcleo Habitacional Gazuza (área da ocupação). Fonte: Acervo PMD.

Figura 40: Em cinza, a “Área da Ocupação”, atual Núcleo Habitacional Gazuza. Em rosa e roxo, “Área do Projeto”, Cazuza, atual Jardim Alba II. Em rosa, fase 1 (1990–1992); em roxo, fase 2 (1993–1999). Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 40b: Redesenho projeto casas sobrepostas no Conjunto Habitacional Cazuza pela Assessoria Técnica USINA CTAH. Fonte: Acervo USINA CTAH.

Figura 41: À direita, bloco adotado nas casas sobrepostas – bloco estrutural de 14 cm de largura / 19 cm de altura / 29 cm de profundidade. À esquerda, bloco adotado nos edifícios – bloco estrutural perfurado 22 cm de largura / 11,5 cm de altura / 11,50 cm de profundidade. O bloco utilizado é bem parecido com este, porém, com um buraco no centro, conforme indicado na imagem. Fonte: autora, 2021.

Figura 42: Escadas no projeto da USINA CTAH “Juta Nova Esperança”. Disponível em: < encurtador.com.br/akvG5>. Acesso em: 27 dez. 2021.

Figura 43: Primeiros prédios sendo construídos na primeira fase (1989-1992). Disponível em: <encurtador.com.br/efnHO > Acesso em: 30 dez. 2021.

Figura 44: Planta do pavimento tipo. Cada unidade apresenta aproximadamente 48 m^2. Fonte: redesenho autora, 2022.

Figuras 45 e 46: À esquerda, fotos atuais (2021) dos edifícios 5 e 6 da fase 2. À direita, cozinha conjugada com lavanderia do apartamento de dona Celma, mutirante da segunda fase. O apartamento está em ótimo estado de conservação. A moradora está bastante satisfeita com sua moradia e gostava muito de participar dos mutirões. Fonte: autora, 2021.

Figura 47: Foto casas sobrepostas do Conjunto Habitacional Cazuza, 2021. Nesta fileira de casas, a parte superior se encontra bem conservada; no entanto, no térreo todos fecharam o espaço frontal. Fonte: autora, 2021.

Figura 48: Projeto final revisado pela USINA CTAH. A área total da unidade é de aproximadamente 49,50 m^2. Fonte: redesenho da autora sobre projeto USINA CTAH.

Figura 49: Destaque em azul do layout e adequações realizadas em uma das casas construídas no local. A área total da unidade é de aproximadamente 49,50 m^2, sem considerar garagem e lavanderia improvisada nos fundos. Fonte: redesenho da autora sobre projeto USINA CTAH e levantamento no local.

Figura 50: Foto de uma das casas (tipologia superior), 2018. Não se refere à planta desenhada acima; porém, como a frente não está coberta, fica mais fácil compreender o projeto. Foto: Anderson Peron, 2018.

Figura 51: Foto de uma das casas (tipologia térrea), 2021. Não se refere à planta desenhada acima; porém, como a frente não está fechada, fica mais fácil compreender o projeto. É possível verificar pela foto como o vizinho do imóvel à direita na foto fechou a frente da casa, roubando todo o espaço da calçada. Fonte: autora, 2021.

Figura 52: Fotos do loteamento “Terra é nossa”, Osasco, USINA CTAH. Fonte: acervo USINA CTAH.

Figura 53: Projeto da tipologia habitacional para o loteamento a “Terra é nossa”, Osasco, USINA CTAH. Fonte: acervo USINA CTAH.

Figura 54: Implantação do projeto “COVIMT 1”, em Montevidéu, pelo Centro Cooperativista Uruguayo (Arq. Mario Spallanzani e Arq. Miguel Cecilio). Fonte: CASTILLO; VALLÉS, 2015, p. 88.

Figuras 55, 56, 57 e 58: Fotos do projeto “COVIMT 1”, Montevideo, Centro Cooperativo Uruguaio (Arq.Mario Spallanzani e Arq. Miguel Cecilio). Fotos 55 e 56, frentes das casas voltadas para um espaço privado e coletivo. Fotos 57 e 58, fundos das casas, voltada para uma esfera mais pública. Fonte: autora, 2019.

Figura 59: Ampliação na frente da casa superior. Neste caso, isso ocorre, pois, a garagem está embaixo, na frente das janelas dos dormitórios da casa de baixo. 2021. Fonte: autora, 2021.

Figura 60: Projeto Quinta Monroy, Iquique, Chile. Fonte: < https://shortest.link/2krN > Acesso em: 30 dez. 2021.

Figura 61: Projeto da equipe liderada pelo arquiteto Hector Vigliecca para o concurso de projetos da CODHAB Concurso de Arquitetura para Habitação de Interesse Social, ocorrido em 2017. Fonte: <https://shortest.link/2rdg>. Acesso em: 30 dez. 2021.

Figuras 62, 63, 64 e 65: Projeto da equipe liderada pela arquiteta Fabricia Zulin para o concurso de projetos da CODHAB “Concurso de Arquitetura para Habitação de Interesse Social” ocorrido em 2017. O projeto teve segunda colocação, no grupo 1 (2 dormitórios com a expansão). Fonte: acervo pessoal autora.

Figura 66: Conjunto COPROMO em Osasco, um exemplo de projeto adequado ao uso, no qual, portanto, se conservam bem as áreas livres e envoltórias com o tempo. Disponível em: <https://shortest.link/2ktM>. Acesso em: 30 dez. 2021.

Figura 67: Mulheres mutirantes do Cazuza, fase 01 (1989-1992). Fonte: acervo PMD.

Figura 68: Mutirantes do Cazuza, fase 01 (1989-1992). À esquerda, Pérola, secretária do mutirão. Observando a realização do gabarito está o arquiteto João Marcos Lopes da USINA CTAH. Fonte: acervo PMD.

Figura 69: Foto mostra fase 01 concluída e fase 02 em andamento. Fonte: Acervo Centro de Memória de Diadema.

Figura 70: Manifestação em Brasília pelo Fundo Nacional de Moradia, em 1991. Fonte: Jornal da União, dez. 1991/jan. 1992.

Figura 71: Nome do programa da forma como aparece na capa de documentos. Fonte: acervo PMD.

Figuras 72 e 73: Acima, foto atual do Núcleo Habitacional Sant’Ana, 2021. Abaixo, Núcleo Habitacional Itália (anos 1990). Ambos contaram com o SAAC. Fonte: autora, 2021, e Acervo PMD.

Figura 74: Projeto realizado pelo SAAC em área regular da cidade, 1995. Fonte: Acervo PMD.

Figura 75: Projeto realizado pelo SAAC em núcleo habitacional. Fonte: Acervo PMD.

Figura 76: Folheto para divulgação da ACCMCD. Fonte: Acervo PMD.

Figura 77: Organograma da ACCMCD. Fonte: Acervo PMD.

Figura 78: Organograma da ACCMCD. Fonte: Acervo PMD.

Figura 79: Sede da ACCMCD, onde eram fabricados blocos e estocados os materiais. Atualmente no local está o Núcleo Habitacional Novo Habitat. Fonte: Acervo PMD.

Figura 80: Ficha de pesquisa de adesão. Fonte: Acervo PMD.

Gráfico 1: Mortalidade infantil, em Diadema, no período de 1980 a 2000. Fonte: Secretaria da Saúde e dados PMD de 1995.

Gráfico 2: Mortalidade infantil, em Diadema e município vizinhos no ano de 1994. Fonte: Secretaria da Saúde e dados PMD de 1995.

Tabela 1: Custos unidades habitacional 2ª fase do Conjunto Habitacional Cazuza. Fonte: Acervo PMD.

CAPÍTULO 5 – FECHAMENTO DE UM CICLO DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL PELO PODER PÚBLICO E MOVIMENTO DE MORADIA (1993–1996)

Capa: Rua Santa Ana, no Núcleo Sant’Ana, 2022. A área teve o início de sua urbanização nos anos 1980 e, durante a terceira gestão petista (1993-1996), muitas famílias construíam suas casas enquanto a infraestrutura era melhorada. Fonte: autora, 2022.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1: Cartaz da II Habitat, 1996. Algumas assessorias atuantes no “Programa de Autogestão”, em Diadema, tiveram seu trabalho exposto no evento – Peabiru TCA, TETO, Ação Direta (AD), Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Instituto Polis, entre outras. A urbanização da Vila Olinda foi um dos casos expostos no evento e será um caso estudado no capítulo. Fonte: < encurtador.com.br/mozUV>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Figura 2: 1º Encontro Municipal de Habitação (1993). Na bancada, da esquerda para a direita: Jorge Hereda (secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano), Paulo Conforto (liderança do Movimento de Moradia de São Paulo e UMM), Aceli Pereira dos Santos (representante da ACCMD), Maria Aparecida Tijiwa (liderança na região Norte e UMM), Edmundo (liderança da região Leste) e Antonio Pereira Neto (representante da ACCMCD e do Sindicato da Construção Civil de SBC e Diadema). Fonte: Acervo PMD.

Figura 3: Área de risco no Núcleo Habitacional Santo Ivo, na região Leste. Foto de janeiro de 1990 (Nivaldo de Almeida). Fonte: Centro de Memória de Diadema.

Figuras 4 e 5: À esquerda, Vila Comunitária São Bernardo do Campo. À direita, arquitetos Leonardo Pessina e Laila Mourad, 1983. Fonte: Acervo Vila Comunitária São Bernardo do Campo.

Figura 6: No alto, loteamento AMAPRE I, Serraria. Lotes com aproximadamente 50 m^2. Embaixo, loteamento Conquista Popular, Conceição. Lotes com 42 e 50 m^2. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 7: Loteamento Jardim das Praias, Casa Grande. Lotes com 42 e 50 m^2. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 8: Ilustração utilizada para explicar a legislação aplicável aos projetos habitacionais do Canhema II para o grupo de famílias durante as reuniões de definição dos projetos. Fonte: autora, 2016.

Figura 9: Exemplo de projeto desenvolvido para lotes com área de 60 m^2 no Loteamento Canhema II. Fonte: autora, 2022.

Figura 10: Proposta para as unidades habitacionais vistas em diferentes estágios da obra. Fonte: autora, 2022.

Figura 11: Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes (1995). Fonte: Acervo PMD.

Figura 12: Ocupação Bom Sucesso, junto ao Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes, 2011. Fonte: autora, 2011.

Figura 13: Loteamento de Interesse Social Vinicius de Moraes. Em vermelho, área verde/ institucional ocupada (Ocupação Bom Sucesso). Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 14: Alojamento Júpiter (1995). Fonte: Acervo PMD.

Figura 15: Organograma da gestão do prefeito José de Filippi Júnior (1993-1996), consolidado em 1995, a partir de uma reforma administrativa. Este organograma não contempla todos os departamentos e funcionários da Prefeitura na época e foi montado com base nas entrevistas, inserindo todos os que foram citados. Fonte: autora, 2022.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 16: Mapa da Vila Olinda e arredores. Redesenho autora sobre Mapa Geral, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 17: Foto provavelmente do início dos anos 1990. Representa o estágio de urbanização encontrado quando a PEABIRU TCA iniciou os trabalhos no local. Fonte: Acervo PMD.

Figura 18: Mutirão para implantação da rede de esgoto, anos 1990. Fonte: Acervo PMD.

Figuras 19 e 20: À esquerda, mutirão para pavimentação de viela. À direita, um novo espaço para as crianças brincarem. Anos 1990. Fonte: Acervo PMD.

Figura 21: Canalização do córrego, anos 1990. Fonte: Acervo PMD.

Figura 22: Primeira proposta apresentada para o lote 544. Nesta primeira versão, ainda não foi realizado o projeto com as dimensões exatas do lote. Fonte: redesenho da autora do projeto da PEABIRU TCA, 2021.

Figura 23: Segunda proposta apresentada para o lote 544. Manteve-se o mesmo programa para a primeira casa, acrescentando a garagem e o acesso pela Travessa Peabiru. No caso da segunda casa, concentrou todo o programa principal no mesmo pavimento. Fonte: redesenho da autora do projeto da PEABIRU TCA, 2021.

Figura 24: Implantação da Vila Olinda. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 25: Travessa Serra do Padre, 2022. Fonte: autora, 2022.

Figura 26: Mapa da Vila Popular e arredores. Redesenho autora sobre Mapa Geral, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 27: Mapa indicando setores da Vila Popular. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 28: Destaque para os córregos sobre imagem aérea de 1958. Fonte: marcações da autora sobre foto aérea de 1958. Disponível em: < encurtador.com.br/aiwF6>. Acesso em: 31 jan. 2021.

Figura 29: Setor Branco da Vila Popular, anos 1990. Fonte: Acervo PMD.

Figura 30: À esquerda, situação existente no início do trabalho da Assessoria. À direita, projeto de urbanização realizado pela Assessoria Técnica USINA CTAH para o setor vermelho. Fonte: marcações da autora sobre base elaborada por USINA CTAH.

Figura 31: Ao centro, Córrego Curral Grande antes da canalização sobre a Rua João Batista Alves do Nascimento. A foto representa a situação existente na área quando a Assessoria Técnica iniciou o projeto de urbanização, no início dos anos 1990. Fonte: Acervo PMD.

Figura 32: Conjunto Júpiter em construção (1996). Fonte: Acervo PMD.

Figura 33: Mapa geral do trecho da ocupação da área da Nova Conquista (Coca-Cola), em 2002. Em destaque em laranja mais escuro, Núcleo Habitacional “K”, que foi o último trecho da ocupação a ser urbanizado) e diferente do restante da área, não teve uma ocupação organizada. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 34: Em primeiro plano, Núcleo “K”, na ocupação Nova Conquista, 2011. Fonte: autora, 2011.

Figura 35: Rua João Batista Alves do Nascimento. À direita, setor vermelho; à esquerda, setor branco, 2022. Fonte: autora, 2022.

Figura 36: Passagem Tim Maia, setor preto, 2022. Fonte: autora, 2022.

Figura 37: Edmundo, líder do Movimento da Leste. Fonte: Acervo Prefeitura de Diadema.

Figura 38: Mapa da Sanko e arredores. Redesenho autora sobre Mapa Geral, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 39: Na foto é possível visualizar faixas das diferentes associações. No carro de som estão o prefeito Filippi e as principais lideranças. Fonte: Acervo PMD.

Figura 40: Implantação geral da Sanko com identificação dos empreendimentos das diferentes associações. Redesenho autora sobre restituição aerofotogramétrica, 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 41: Alojamentos na Sanko construídos durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996). Fonte: Acervo PMD.

Figura 42: Alojamentos na Sanko construídos durante a gestão do prefeito Filippi (1993–1996). Fonte: Acervo PMD.

Figura 43: Grupo da região Leste (ALMUL) no começo das reuniões, que ainda ocorriam na área da Prefeitura onde estava instalada a Associação de Compras Comunitárias de Materiais de Construção de Diadema (ACCMCD). Fonte: Acervo Prefeitura de Diadema.

Figura 44: Edifício 11, Rua Sul, 2019. Fonte: autora, 2019.

Figura 45: Foto exemplificando o sistema “paliteiro” da CDHU. Fonte: ROYER, 2002, p. 114.

Figura 46: Início do mutirão da ALMUL. Arquiteta Dânia Brajato no meio dos mutirantes, 1997. Foto: Beto Garavello. Fonte: Acervo da PASSO, 1997.

Figura 47: Foto aérea da Sanko no ano de 2003. Foto: Beto Garavello. Fonte: Acervo PASSO.

Figura 48: Pavimento tipo dos edifícios da ALMUL. Fonte: redesenho da autora sobre projeto fornecido pela PASSO, 1996.

Figura 49: Apartamento da ALMUL. Fonte: redesenho da autora sobre projeto fornecido pela PASSO, 1996.

Figura 50: Mutirão da Sanko. Foto: Beto Garavello. Fonte: Acervo PASSO.

Figura 51: Assembleia da Sanko, ALMUL. Foto: Beto Garavello. Fonte: Acervo PASSO.

Tabela 1: Resultado da AEIS após Plano Diretor. Fonte: Acervo PMD.

Tabela 2: Lista das associações de moradores na luta por moradia, 1996. No período de jan/1994 a dez/1996, com a implantação das AEIS, foram constituídas mais de quinze Associações de Luta por Moradia no município, com mais de 7.000 famílias cadastradas. Como vimos, as secretarias de habitação e do jurídico deram assessoria técnica e jurídica para o movimento. Fonte: Acervo PMD.

Tabela 3: Lista das associações de moradores dos Núcleos Habitacionais, 1996. Por meio da constituição de associações os moradores de Núcleos Habitacionais passaram a obter maior apoio da Prefeitura e recursos dos FUMAPIS, conforme iremos ver no capítulo. Houve a assessoria técnica da PMD para o movimento. Fonte: Acervo PMD.

Tabela 4: Repasse de recursos do FUMAPIS, para realização de serviços de Assessoria Técnica para apoio na urbanização e autoconstrução no Núcleo Habitacional Vila Olinda, 1996. Fonte: Acervo PMD.

Tabela 5: Recursos para urbanização do Núcleo Habitacional Vila Olinda, 1995-1996. Fonte: Acervo PMD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capa: Mutirão da ALMUL no Conjunto Habitacional Sanko. Foto: Beto Garavello. Fonte: Acervo PASSO.

Figura 1: Autoconstrução assistida no loteamento Canhema II, Diadema, 2016. Foto: Felipe Garcia, 2016.

Figura 2: Plano Comunitário, Nova Conquista (Coca-Cola), 2002. Fonte: Acervo PMD.

Figura 3: Mutirantes no Cazuza, Diadema, 1989. Fonte: Acervo PMD.

Figura 4: Intervenção “Tá Bonito” no Morro do Samba, Diadema, 2011. Foto: Roberto Nery.

Figura 5: Intervenção “Tá Bonito” no Núcleo Habitacional Barão de Uruguaiana, Diadema, 2011. Foto: Roberto Nery.

Figura 6: Diagrama-síntese dos casos abordados no presente trabalho (1983–1996). Fonte: autora, 2022.

LISTA DE SIGLAS

AC	Ação Católica
ACCD	Associação de Construção Comunitária de Diadema
ACCMCD	Associação de Compra Comunitária de Material de Construção de Diadema
AD	Ação Direta
AEIS	Áreas Especiais de Interesse Social
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALMUL	Associação de Luta por Moradia Unidos da Leste
AMAPRE	Associação de Movimento de Aluguel do Parque Real
ANSUR	Associação Nacional do Solo Urbano
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
ATHIS	Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social
ATME	Assistência Técnica à Moradia Econômica
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAAP	Centro de Assessoria à Autogestão Popular
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CAU-BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CDH	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo *(a partir de 1989)*
CDPs	Comitês Democráticos e Progressistas
CDRU	Concessão do Direito Real de Uso
CECAP	Caixa Estadual de Casas para o Povo
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEU	Centro de Pesquisas de Estudos Urbanísticos
CEPUR	Centro de Estudos e Planejamento Urbano e Regional
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
CODHAB-DF	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COPROMO	Cooperativa Pró Moradia de Osasco
COVIMT 1	Cooperativa de Vivienda Matriz Textil 1
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia *(a partir 2012)*
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia *(até 2011)*
CREA-RS	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul *(até 2011)*
CREA-SP	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo *(a partir 2012)*
CREA-SP	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo *(até 2011)*
CURA	Centros Urbanos de Recuperação Acelerada
DC	*Développement et Civilisations*
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPH	Departamento de Planejamento Habitacional
DUPs	Declarações de Áreas de Utilidade Pública
EH	*Économie et Humanisme*
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
ENEL	*Ente nazionale per l'energia elettrica*
ETCD	Empresa de Transporte Coletivo de Diadema
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCP	Fundação da Casa Popular
FICAM	Programa de Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria da Habitação
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
FUMAPIS	Fundo Municipal de Apoio à Habitação de Interesse Social
FUNAPIS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal

FUNAPIS-Comunitário	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal - Comunitário
IAPB	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários
IAPE	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores
IAPETEC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPA	Instituto Paulista de Arquitetos
IPM	Inquéritos Policiais Militares
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRFED	*Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé*
ISSB	Instituto de Seguridade Social do Brasil
LABHAB FEBASP	Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo
LSN	Lei da Segurança Nacional
MDDF	Movimento de Defesa dos Favelados
MIT	Instituto Tecnológico de Massachusetts
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PASSO	PASSO Assessoria para Ações Sociais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PEABIRU TCA	PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMD	Prefeitura Municipal de Diadema
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
POUSOs	Postos de Orientação Urbanística e Social
PPS	Partido Popular Socialista
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PROCAP	Programa de Casas Populares
PROCASA	Programa de Casas Populares
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

PROHAB	PROHAB Autoconstrução
PROHAP-Comunidade	Programa de Habitação Popular Comunidade
PROMORAR	Programa de Erradicação de Subhabitação e Reurbanização de Favelas
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT-BA	Partido dos Trabalhadores da Bahia
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PV	Partido Verde
REURB	Regularização Fundiária Urbana
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica
SAAC	Serviço de Apoio à Autoconstrução
SABs	Sociedades Amigos de Bairros
SAERGS	Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul
SAGMACS	Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SANED	Companhia de Saneamento de Diadema
SERPHA	Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Insalubres
SESI	Serviço Social da Indústria
SHDU	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SRF	Serviço de Regularização Fundiária
SUS	Sistema Único de Saúde
TETO	TETO Assessoria a Movimentos Populares
UDN	União Democrática Nacional
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UMM-SP	União dos Movimentos de Moradia São Paulo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USINA CTAH	USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social